UNIVERSIDADE ABERTA

PERCURSOS DE AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO DE JOVENS EM ACOLHIMENTO

Ana Maria Marques dos Santos

Tese de Doutoramento em Relações Interculturais,

sob a orientação da Professora Doutora Fátima Alves

julho, 2025

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do Repositório Aberto, da Universidade Aberta.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho:

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, o meu agradecimento à Professora Doutora Fátima Alves,
pelo seu sábio apoio e incentivos constantes.
Aos colegas do grupo de investigação do Centro de Ecologia Funcional
da Universidade de Coimbra na Universidade Aberta,
pelas sugestões dadas ao longo de todo este processo.
O meu reconhecido agradecimento a todos profissionais,
que tiveram a ousadia de participar neste trabalho, os das Casas de Acolhimento
e de todas as outras instituições do sistema de promoção e proteção.
São eles, que de forma abnegada, diariamente contribuem para o cumprimento
dos direitos das crianças e jovens no distrito do Porto,
obrigada pela sua participação.
Aos jovens participantes,
por aquilo que são e por aquilo que ainda irão ser, o meu agradecimento especial
e muito obrigado por 'fazerem' parte da minha vida.
Ao Spotify, que me acompanhou durante muitas e muitas horas de trabalho
e com o qual fiz descobertas musicais surpreendentes.
Ao Jorge, pela enorme paciência e apoio incondicional na revisão deste trabalho.
Às "minhas pessoas", aos meus amigos e à minha família,
que estão sempre presentes na(s) minha(s) ausência(s),
são eles o meu porto de abrigo.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, José e Eugénia,

e ao meu irmão — minha alma gémea —,

estrelas que me guiam

nos dias sombrios e nos dias de luz.

Um dia, celebraremos juntos.

Mia

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados. Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

Universidade Aberta, 10 de julho de 2025

Ana Maria Marques dos Santos

Assinado por: Ana Maria Marques dos Santos
Identificação: BI08445133
Data: 2025-07-10 às 21:05:16

PERCURSOS DE AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO DEJOVENS EM ACOLHIMENTO

Resumo:

Neste trabalho apresentam-se e discutem-se os resultados de um estudo empírico realizado no distrito do Porto (Portugal), no qual se pretende analisar as perceções de jovens acolhidos e profissionais do sistema de promoção e proteção, sobre o processo de acolhimento residencial, as condições em que este ocorre (o enquadramento institucional e a caracterização da resposta social), o exercício dos direitos dos jovens e a preparação para a vida autónoma, na tentativa ambiciosa de compreender os lugares de (re)produção social e a forma como se realiza a preparação para a autonomia.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, através da análise empírica das experiências de 9 jovens em acolhimento residencial e de 29 profissionais, baseada em entrevistas e observação participante. A identificação de categorias a priori e emergentes reflete as particularidades das narrativas dos participantes, como as perceções sobre o conceito de família, as situações de perigo, a relação institucional, evidenciando as vulnerabilidades e a luta pelo empoderamento e a autonomia dentro (e fora) das instituições dos jovens acolhidos. Esta análise procura contextualizar as histórias pessoais, bem como dialogar com a literatura existente para enriquecer a compreensão da realidade social observada.

Os resultados evidenciaram a importância das relações institucionais, a qualificação escolar e pessoal, bem como a importância da rede social comunitária no processo de autonomização de jovens acolhidos. Esta investigação tem o potencial de contribuir significativamente para futuras investigações na área, destacando a relevância da pesquisa empírica e a necessidade de espaços de voz para os jovens na estrutura institucional, possibilitando uma reformulação mais adequada de políticas públicas e práticas institucionais que os afetam diretamente.

Palavras-Chave: Família; Infância; Juventude; Políticas de Promoção e Proteção à Infância e Juventude; Normatividade; Participação.

PATHS OF AUTONOMY AND PARTICIPATION OF YOUTH IN RESIDENTIAL CARE

Abstract:

This paper presents and discusses the results of an empirical study carried out in the district of Porto (Portugal), which aims to analyse the perceptions of young people in residential care and professionals in the promotion and protection system about the process of residential care, the conditions in which it takes place (the institutional framework and the characterisation of the social response), the exercise of young people's rights, and preparation for independent living, in an ambitious attempt to understand the places of social (re)production and the way in which preparation for autonomy takes place.

The research adopts a qualitative approach by empirically analysing the experiences of 9 young people in residential care and 29 professionals, based on interviews and participant observation. The identification of *a priori* and *emerging* categories reflects the particularities of the participants' narratives, such as perceptions of the concept of family, situations of danger, institutional relationships, highlighting vulnerabilities and the struggle for empowerment and autonomy within (and outside) the institutions of young people in residential care. This analysis aims to contextualise the personal stories and engage with existing literature to enhance our understanding of the observed social reality. The results emphasised the importance of institutional relationships and educational and personal qualifications, as well as the significance of community social networks in the autonomisation process of young people in care. This research has the potential to contribute significantly to future investigations in this field, emphasising the importance of empirical research and the necessity of providing young people with a voice within institutional structures. This would enable more appropriate reformulation of public policies and institutional practices that directly affect them.

Keywords: Family; Childhood; Youth; Childhood and Youth Promotion and Protection Policies; Normativity; Participation.

CAMINOS DE AUTONOMÍA Y PARTICIPACIÓN DE JÓVENES TUTELADOS

Resumen:

Este trabajo presenta y discute los resultados de un estudio empírico realizado en el distrito de Porto (Portugal), que tiene como objetivo analizar las percepciones de los jóvenes en acogimiento residencial y de los profesionales del sistema de promoción y protección, sobre el proceso de acogimiento residencial, las condiciones en que tiene lugar (el marco institucional y la caracterización de la respuesta social), el ejercicio de los derechos de los jóvenes y la preparación para la vida independiente, en el ambicioso intento de comprender los lugares de (re)producción social y la forma en que tiene lugar la preparación para la autonomía. La investigación adopta un enfoque cualitativo mediante el análisis empírico de las experiencias de 9 jóvenes en acogimiento residencial y 29 profesionales, a partir de entrevistas y observación participante. La identificación de categorías *a priori* y *emergentes* refleja las particularidades de las narrativas de los participantes, tales como las percepciones del concepto de familia, las situaciones de peligro, la relación institucional, destacando las vulnerabilidades y la lucha por el empoderamiento y la autonomía dentro (y fuera) de las instituciones de los jóvenes en acogimiento residencial. Este análisis busca contextualizar las historias personales, así como dialogar con la literatura existente para enriquecer la comprensión de la realidad social observada. Los resultados destacaron la importancia de las relaciones institucionales, de las cualificaciones educativas y personales, así como la importancia de la red social comunitaria en el proceso de autonomización de los jóvenes tutelados. Esta investigación tiene el potencial de contribuir significativamente para futuras investigaciones en el área, destacando la relevancia de la investigación empírica y la necesidad de espacios para que los jóvenes tengan voz en la estructura institucional, posibilitando una reformulación más adecuada de las políticas públicas y de las prácticas institucionales que los afectan directamente.

Palabras clave: Familia; Infancia; Juventud; Políticas de Promoción y Protección de la Infancia y de la Juventud; Normatividad; Participación.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 01
I CAPÍTULO | ENQUADRAMENTO TEÓRICO 09
1. FAMÍLIA, INFÂNCIA, JUVENTUDE E AUTONOMIA 09
1.1. A EMERGÊNCIA DA FAMÍLIA MODERNA 09
1.1.1. Da construção social da categoria: perspetiva(s) clássica(s) da família 09
1.1.1.1.Enfoque educacional 10
1.1.1.2. Perspetiva relacional 13
1.1.2. Família: reflexividade e identidade 15
1.1.3. Contributos portugueses: a família como unidade de análise 17
1.2. INFÂNCIA 10
1.2.1. O nascimento do sentimento da infância 21
1.2.2. Primeiros estudos sociais da infância 23
1.2.3. Definição do conceito: contexto português 24
1.3. JUVENTUDE 28
1.3.1 Ser jovem na sociedade (pós)moderna 28
1.3.2. Juventude (em risco) 31
1.3.3. Juventude e autonomia 33
1.4. OS DIFERENTES CONTEXTOS DE SOCIALIZAÇÃO E CONTROLO 36
1.4.1. Entre a Família e o Estado 36
1.4.2. A (importância da) escola e o projeto de vida 39
1.4.3. Projetos de vida dos jovens acolhidos 41
1.5. MAU-TRATO E (DES)PROTEÇÃO 45
1.5.1. MAU-TRATO, (DES)PROTEÇÃO E FAMÍLIA 45
1.5.2. O LADO SOMBRIO DA FAMÍLIA: VIOLÊNCIA E CONFLITO 48
1.5.3. POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE 50
1.5.3.1. O Estado Moderno ao virar do século XXI 50
1.5.3.2. O paradigma judicializado de proteção 52
1.5.3.3. Organização Tutelar de Menores 54
1.5.4. Convenção sobre os Direitos da Criança 56
1.5.4.1. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 58
1.5.4.2. Participação das Crianças e Jovens 59
1.5.4.3. Direitos e Participação 61
1.6. DESVIO E NORMA 63
1.6.1. Ato desviante 63
1.6.2. Norma político-social 66
1.6.3. Acolhimento residencial, um desvio à norma? 70
II CAPÍTULO | METODOLOGIA 73
2.1. A relação com o objetivo 73
2.1.1. A investigação com crianças e jovens distinta da investigação em geral 73
2.2. Acolhimento e autonomia: uma revisão bibliográfica 75
2.2.1. Impactos do acolhimento no bem-estar, nas relações e nas perceções 77
2.2.2. Impactos do acolhimento e relações com a família biológica 79
2.2.3. A transição para a vida adulta e os programas de preparação para a autonomia 80
2.2.4. Revisão bibliográfica: síntese remissiva 85
2.3. Objeto e Objetivos 87
2.3.1. Objeto e Justificação 87

2.3.2. O método 89
2.3.3. As hipóteses teóricas e a construção das categorias de análise 93
2.4. As condições do contexto e as questões éticas 98
2.4.1. As condições do contexto 98
2.4.2. As questões éticas 100
2.4.3. O processo 101
2.5. A Amostra 102
2.5.1. O estudo de caso 102
2.5.2. Os participantes 104
III CAPÍTULO | ESTUDO EMPÍRICO E RESULTADOS 109
3.1. O ESTUDO EMPÍRICO 109
3.2. NARRATIVAS DOS JOVENS 110
3.2.1. SITUAÇÃO QUE ORIGINOU O ACOLHIMENTO 110
3.2.2. CONTACTO(S) DOS JOVENS COM A FAMÍLIA E O LUGAR DA FAMÍLIA 112
3.2.2.1. O Lugar da Família 113
3.2.3. REGULAMENTOS E DECISÕES INSTITUCIONAIS 117
3.2.4. PERCEÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO E AUDIÇÃO DOS JOVENS NAS DECISÕES INSTITUCIONAIS E ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS 121
3.2.5. RELAÇÃO INSTITUCIONAL 124
3.2.6. O LUGAR DA ESCOLA E DAS COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS PARA A AUTONOMIA 128
3.2.7. PREPARAÇÃO PARA A AUTONOMIA 131
3.2.8. ASPIRAÇÕES E OBJETIVOS DOS JOVENS PARA O FUTURO 134
3.2.9. DIFICULDADES SENTIDAS PELOS JOVENS NA SAÍDA DA CAR 136
3.2.10. PERCEÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE NORMATIVIDADE E DESVIO 139
3.2.11. AS PERCEÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE ESTIGMA E ROTULAGEM 142
3.2.12. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO OPORTUNIDADE 143
3.2.13. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL COMO ESPAÇO PROTETIVO 146
3.2.14. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO 'CASA' 150
3.3. AS NARRATIVAS DOS PROFISSIONAIS 154
3.3.1. SITUAÇÃO QUE ORIGINOU O ACOLHIMENTO 154
3.3.2. O LUGAR DA FAMÍLIA 154
3.3.3. REGULAMENTOS E DECISÕES INSTITUCIONAIS 158
3.3.4. PARTICIPAÇÃO E AUDIÇÃO DOS JOVENS NAS DECISÕES INSTITUCIONAIS ORGÃOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS 165
3.3.5. RELAÇÃO INSTITUCIONAL 169
3.3.6. O LUGAR DA ESCOLA E DAS COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS PARA A AUTONOMIA 172
3.3.7. PREPARAÇÃO PARA A AUTONOMIA 176
3.3.8. ASPIRAÇÕES E OBJETIVOS DOS JOVENS PARA O FUTURO 180
3.3.9. DIFICULDADES SENTIDAS PELOS JOVENS NA SAÍDA DA CAR 183
3.3.10. PERCEÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE NORMATIVIDADE E DESVIO 186
3.3.11. AS PERCEÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE ESTIGMA E ROTULAGEM 188
3.3.12. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO OPORTUNIDADE 190
3.3.13. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO ESPAÇO PROTETIVO 193
3.3.14. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO 'CASA' 195
3.3.15. PERCEÇÕES SOBRE O CONCEITO DE REPRODUÇÃO SOCIAL 197
3.4. NARRATIVAS COMPARADAS 201
3.4.1. PERCEÇÕES DOS JOVENS ACERCA DA SITUAÇÃO QUE ORIGINOU O ACOLHIMENTO 201

3.4.2. PERCEÇÕES DO LUGAR DA FAMÍLIA 202
3.4.3. PERCEÇÕES SOBRE OS REGULAMENTOS E DECISÕES INSTITUCIONAIS NO ACOLHIMENTO 205
3.4.4. PERCEÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO E AUDIÇÃO DOS JOVENS NAS DECISÕES INSTITUCIONAIS E ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS 208
3.4.5. PERCEÇÕES SOBRE A RELAÇÃO INSTITUCIONAL 210
3.4.6. PERCEÇÕES SOBRE O LUGAR DA ESCOLA E DAS COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS PARA A AUTONOMIA 213
3.4.7. PERCEÇÕES SOBRE A PREPARAÇÃO PARA AUTONOMIA 216
3.4.8. PERCEÇÕES DAS ASPIRAÇÕES E OBJETIVOS DOS JOVENS PARA O FUTURO 219
3.4.9. PERCEÇÕES DAS DIFICULDADES SENTIDAS PELOS JOVENS NA SAÍDA DA CAR 222
3.4.10. PERCEÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE NORMATIVIDADE E DESVIO 225
3.4.11. PERCEÇÕES ACERCA DOS CONCEITOS DE ESTIGMA E ROTULAGEM 228
3.4.12. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO OPORTUNIDADE 230
3.4.13. CONTEXTO RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO ESPAÇO PROTETIVO 233
3.4.14. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO 'CASA' 236
3.4.15. PERCEÇÕES SOBRE O CONCEITO DE REPRODUÇÃO SOCIAL 239
3.4.16. Convergências e Divergências nas Perceções entre Jovens e Profissionais 241
CONCLUSÃO 242
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 254
ANEXOS 276

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela: 2.1. Síntese do quadro categorial em articulação com as hipóteses teóricas 94
Tabela: 2.2. Lista de Categorias Identificadas 96
Tabela: 2.3. Características Sociodemográficas dos Entrevistados 104
Tabela: 2.4. Características biográficas dos jovens acolhidos 105
Tabela: 2.5. Características biográficas dos profissionais entrevistados 107

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico: 2.1. Distribuição dos profissionais entrevistados, segundo os anos de exercício de funções 106
Gráfico: 2.2. Distribuição dos profissionais entrevistados, segundo as habilitações académicas 108
Gráfico: 2.3. Distribuição dos profissionais entrevistados, segundo os anos de exercício de funções e habilitações académicas 108
Gráfico: 3.1. Situação que originou o acolhimento residencial, segundo os jovens entrevistados 111
Gráfico: 3.2. Contacto(s) com a família biológica 112

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro: 3.1. Síntese comparativa: Perceções acerca dos regulamentos e decisões institucionais 207
Quadro: 3.2. Síntese comparativa: Perceções sobre envolvimento, participação e audição dos jovens nas decisões institucionais 210
Quadro: 3.3. Síntese comparativa: Perceções acerca da relação institucional 213
Quadro: 3.4. Síntese comparativa: O lugar da escola e das competências transversais para a autonomia 215
Quadro: 3.5. Síntese comparativa: Perceções acerca da preparação para autonomia 218
Quadro: 3.6. Síntese comparativa: Aspirações e objetivos dos jovens para futuro 221
Quadro: 3.7. Síntese comparativa: Perceções acerca das dificuldades na saída da CAR 224

Quadro: 3.8. Síntese comparativa: Perceção sobre normatividade e desvio 227
Quadro: 3.9. Síntese comparativa: Perceção sobre estigma e rotulagem 230
Quadro: 3.10. Síntese comparativa: Contexto residencial percecionado como oportunidade 233
Quadro: 3.11. Síntese comparativa: Contexto residencial percecionado como espaço protetivo 236
Quadro: 3.12. Síntese comparativa: Perceções acerca do contexto residencial como 'Casa' 239
Quadro: 3.13. Convergências e Divergências nas Perceções entre Jovens e Profissionais 241

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

APP – Acordo de Promoção e Proteção

CAR - Casa de Acolhimento Residencial

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP – Constituição da República Portuguesa

ECMIJ – Entidade(s) com Competência em Matéria da Infância e Juventude

EMAT - Equipa Multidisciplinar de Apoio Técnico aos Tribunais

LPCJP – Lei de Promoção de Crianças e Jovens em Perigo

MPP – Medida de Promoção e Proteção

ONU – Organização das Nações Unidas

OTM – Organização Tutelar de Menores

RLIS – Rede Local de Intervenção Social

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAAS – Serviço de Apoio e Ação Social

SPP – Sistema de Promoção e Proteção

UNICEF – United Nations Children´s Fund

Ficar orgulhoso de ter uma coisa minha, se for uma coisa minha eu vou dizer "Sim, valeu a pena, é uma conquista". Poder dizer que é minha e isso faz bem. A felicidade é mesmo isso: é valorizar cada detalhe da vida e aproveitar ao máximo cada detalhe da vida. (…) É um bocado dar voz ao silêncio.

Jovem em CAR, 18 anos

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no seio da família ao longo das últimas décadas têm exercido um impacto significativo sobre os comportamentos e papéis de género, bem como sobre a dinâmica da vida doméstica e o bem-estar individual. Neste contexto, qualquer perturbação no bem-estar das crianças e jovens revela-se particularmente relevante, uma vez que o ambiente em que estes se desenvolvem influencia profundamente os seus percursos de vida. Os estudos demonstram que as crianças expostas a contextos familiares positivos apresentam uma maior probabilidade de alcançar um desenvolvimento saudável, ao passo que aquelas sujeitas a condições adversas, como a negligência, a violência ou os maus-tratos, enfrentam desafios persistentes ao longo da vida (Widom & Maxfield, 2001; Turner & Butler, 2003; Currie & Widom, 2010; Chapman *et al.,* 2011; Shonkoff & Garner, 2012; Widom, 2014; Haran & Widom, 2015; MacLaughin & Sheridan, 2016; Boynton-Jarrett *et al*., 2021). A exposição contínua a ambientes familiares marcados por violência e conflito contribui para a interiorização de modelos de vida disfuncionais (Canha, 2008).

Quando a família deixa de cumprir a função primordial de afeto e proteção, o Estado assume a responsabilidade de salvaguardar os direitos das crianças e jovens, através da implementação de medidas de promoção e proteção, entre as quais se destaca o acolhimento residencial. Esta medida, de natureza legal e ética, visa garantir ambientes seguros e acolhedores para crianças e jovens impossibilitados de permanecer com as famílias biológicas, sublinhando a importância de sistemas de acolhimento sólidos e eficazes.

Em Portugal, o Relatório CASA (2023)[1] indica que 6.446 crianças e jovens se encontram em situação de acolhimento, seja em contexto familiar ou residencial.

[1] https://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA

Do total, destaca-se que o grupo etário entre os 15 e os 17 anos representa a maior proporção destes casos, mantendo-se a tendência observada em anos anteriores, em que os jovens com mais de 15 anos constituem 51% do total de acolhidos.

No que respeita à intervenção junto de crianças e jovens em acolhimento, observam-se duas perspetivas contrastantes. Por um lado, algumas instituições assumem uma função normativa e reguladora, sustentada na premissa de que detêm maior competência técnica e conhecimento especializado do que as famílias biológicas (Rodrigues, 2019). Esta abordagem é frequentemente associada a uma lógica institucional centrada na ordem e contenção social (Aguiar, Martins & Rosa, 2019), reforçada por representações sociais negativas que contribuem para processos de estigmatização, discriminação e diferenciação dos jovens acolhidos (Machado &Gonçalves, 2003; Alberto, 2008). Por outro lado, há evidência de que a vivência institucional pode ser percecionada pelos próprios jovens como uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento pessoal (Arpini, 2003; Rodrigues, 2019), nomeadamente no que se refere à aquisição de competências de autonomia e à preparação para uma transição segura e sustentada para a vida adulta (Simões, 2014; Cabral, 2013). Neste sentido, torna-se crucial a existência de programas estruturados de preparação para a vida independente, que promovam a emancipação dos jovens (Del Valle & Quintanal, 2006; Perez *et al*., 2018).

Atualmente, um dos principais desafios das políticas públicas reside na promoção da continuidade dos cuidados alternativos dirigidos a jovens em situação de acolhimento. A ausência de normativos específicos que regulem os programas de autonomização contribui para uma transição fragilizada destes jovens para a vida em sociedade. Tal realidade reforça a necessidade de investigações baseadas em evidência científica, que sustentem a formulação de políticas públicas eficazes e orientadas para a inclusão e o bem-estar dos jovens em acolhimento e a transição segura para a vida independente.

A presente investigação parte da análise crítica ao papel das casas de acolhimento, questionando os seus objetivos, práticas e impactos na construção de trajetórias de vida. As casas de acolhimento, historicamente concebidas como mecanismos de proteção, são frequentemente percebidas como instrumentos de ordem e contenção social, funcionando como extensões da intervenção estatal sobre famílias consideradas disfuncionais.

Neste contexto, surgem várias interrogações centrais que orientam esta tese:

- Em que medida as casas de acolhimento operam como dispositivos de controlo social, mais do que como espaços de cuidado e promoção da autonomia dos jovens?
- Como é percecionado pelos próprios jovens o acolhimento residencial: como uma oportunidade ou como uma penalização pelo seu comportamento ou pelo contexto familiar?
- O que influencia mais a erosão da autoestima e da autonomia dos jovens: o tempo e a vivência em acolhimento ou as lacunas no processo institucional e nas práticas educativas?
- De que forma a qualidade das práticas institucionais pode transformar a experiência de acolhimento em algo positivo, permitindo a construção de vínculos afetivos duradouros e projetos de vida significativos?
- Como se manifesta a diversidade de experiências entre os jovens acolhidos e que relações existem entre normatividade institucional, regulação do comportamento, emancipação e participação ativa dos jovens?
- Qual o papel dos profissionais nas dinâmicas institucionais e na relação com os jovens, e como essas relações influenciam os percursos de vida após o acolhimento?
- De que forma o "lugar social" dos jovens acolhidos condiciona as interações com os profissionais e a construção dos seus projetos de vida?

Esta investigação propõe-se desvelar os lugares onde se (re)produz socialmente o acolhimento residencial, interrogando não apenas os espaços simbólicos e institucionais, mas igualmente os discursos, as práticas e os silêncios que moldam esta experiência. O acolhimento, longe de ser um simples dispositivo técnico, revela-se como um campo de forças onde se cruzam políticas públicas, trajetórias familiares, expectativas normativas e sonhos individuais. É nesse multiverso entrecruzado que se formam, se propiciam ou se dificultam os projetos de vida dos jovens acolhidos. Da análise das convergências e divergências nas perceções entre jovens em acolhimento e profissionais, que os acompanham, procurámos compreender como as tensões percolam, ou seja, como as tensões se furtam, se alinham e ou se desviam dos declarados objetivos nas políticas nacionais de proteção à infância e à juventude.

O objetivo geral desta tese é, portanto, compreender como se reproduz socialmente o acolhimento residencial e de que forma esse processo influencia a construção dos projetos de vida individuais. Trata-se de olhar para o acolhimento não como um fim em si mesmo, mas como um momento de transição, de suspensão e, potencialmente, de transformação. Para alcançar este propósito, a investigação desdobra-se em três objetivos específicos que orientam o percurso analítico:

- Compreender as condições em que ocorre o acolhimento, explorando o enquadramento legal que o sustenta e as respostas sociais que lhe dão corpo. Interessa perceber como as casas de acolhimento operacionalizam o acolhimento, e mais do que mapear dispositivos, pretende-se captar as perceções de jovens e profissionais acerca das políticas e os seus efeitos na vida dos jovens.
- Analisar o exercício dos direitos em contexto residencial (e comunitário), interrogando até que ponto os jovens acolhidos são reconhecidos como sujeitos de direitos ou apenas como simples destinatários de medidas públicas. O acolhimento pode ser um espaço de proteção, bem como de limitação, e é nesse paradoxo que se joga a possibilidade de escuta, de participação e de reconhecimento. A investigação procura, assim, identificar os mecanismos que promovem ou restringem o exercício da cidadania nas casas de acolhimento (e na comunidade).
- Analisar os processos de preparação para a vida autónoma, entendendo como os jovens são acompanhados (e apoiados) na construção dos seus projetos de vida. A transição para a autonomia envolve relações, experiências e oportunidades. Interessa perceber como as casas de acolhimento preparam (ou não) os jovens para enfrentar o mundo fora dos muros do acolhimento, e como esses jovens constroem, resistem ou reinventam os seus caminhos.

Este percurso investigativo pretende, acima de tudo, dar visibilidade às vozes dos jovens acolhidos, às suas vivências e às suas aspirações. Ao desvelar os lugares de reprodução social do acolhimento, a tese procura contribuir para uma reflexão crítica sobre os modelos existentes e para a construção de práticas mais justas, mais humanas e mais comprometidas com a emancipação dos jovens.

Assim, a desconstrução da hegemonia adultocêntrica no campo dos direitos da criança e do jovem exige que os observemos a partir de múltiplas perspetivas e paradigmas sociológicos, sendo necessário considerar relações de poder, dominação e disciplina que se manifestam nas casas de acolhimento (e na comunidade), bem como os processos de construção da identidade, ou da definição-de-si dos jovens acolhidos.

Estes constituem os eixos estruturantes da análise que aqui se propõe, em que procuramos compreender as diversas implicações da vida *asilar* dos jovens acolhidos, bem como os mecanismos de controlo que moldam a rotina institucional. Tais mecanismos podem configurar (ou não) uma relação de poder formalmente instituída, que influencia diretamente a experiência subjetiva dos jovens em acolhimento.

Inspirando-nos na análise de Spivak (2010), consideramos que determinados grupos sociais subalternizados, como é o caso das crianças e jovens em acolhimento, oferecem uma via privilegiada para refletir sobre fenómenos sociais centrados no sujeito e na comunicação com este. Trata-se de construir um conhecimento científico que seja múltiplo, situado e solidário com o sujeito, e não apenas sobre ele. Ao valorizar o pensamento "nativo" na produção do saber, assumimos uma postura que reconhece, de forma simétrica, as vozes de cientistas, ativistas, movimentos sociais, coletivos, comunidades e grupos. Como propõem Fonseca e Sá (2011:10), trata-se de adotar uma atitude de "menos 'falar sobre' e mais 'falar com'". Assim, o desenho metodológico desta investigação ancora-se numa abordagem qualitativa, orientada por pressupostos epistemológicos críticos e pós-coloniais que desafiam o modelo hegemónico e adultocêntrico de produção de conhecimento científico (Meneses & Vasilé, 2014; Spivak, 2010). Esta perspetiva assume um compromisso ético e político com a valorização dos jovens enquanto sujeitos epistémicos e coprodutores de saber, recusando a sua tradicional objetificação nos processos de investigação social (Almeida, 2011; Fonseca & Sá, 2011). Neste sentido, o estudo adota metodologias participativas e dialógicas, que privilegiam a escuta ativa das vozes dos jovens, das suas narrativas e da sua agência. Trata-se de reconhecer que, historicamente, estas vozes têm sido silenciadas ou marginalizadas, sendo os jovens frequentemente tratados como categorias sociais subalternizadas (Sarmento, 2018).

Ao invés disso, propõe-se aqui uma abordagem que "fala com" e não apenas "sobre" os jovens, promovendo um espaço de construção conjunta de conhecimento.

Para além da revisão bibliográfica, a metodologia engloba a realização de entrevistas semiestruturadas a jovens em acolhimento e a profissionais de casas de acolhimento (CAR) e do sistema de promoção e proteção (SPP) no distrito do Porto, bem como a produção de notas de campo resultantes da observação participante realizada numa CAR.

Estas práticas são entendidas como formas de construção de conhecimento intersubjetivo, onde a investigadora se posiciona como uma observadora interna, que se envolve e escuta os sujeitos da investigação.

A opção por uma abordagem intensiva e centrada na experiência vivida justifica-se pela especificidade do fenómeno em análise: a transição da infância para a vida adulta em contextos de acolhimento residencial, trata-se de um processo marcado por trajetórias de vulnerabilidade, mas também por expressões de resiliência, resistência e transformação (Rodrigues, 2013; Santos, 2019), sendo neste espaço de complexidade que a investigação se inscreve procura compreender não apenas o que acontece nas casas de acolhimento, mas como os jovens vivem, sentem e reimaginam os seus percursos de vida.

Este trabalho será constituído por três partes.

No primeiro capítulo, percorreremos o corpo bibliográfico relativo às principais perspetivas em relação aos construtos, a saber, família, infância, juventude e os diferentes contextos de socialização e controlo, nomeadamente a escola. Partindo do pressuposto da juventude enquanto categoria social situada, plural e em constante negociação (Pais, 1990; Mannheim, 1982), procura-se compreender como os jovens acolhidos vivenciam o acolhimento e de que forma constroem os seus projetos de vida, vidas frequentemente marcadas pela rutura familiar e pelo estigma social.

Nos pontos seguintes, o enfoque centra-se na emergência do conceito de maus-tratos e no surgimento de políticas de proteção à infância e juventude, no contexto português e internacional, bem como na conceptualização da normalidade e do desvio e as suas interconexões nas relações de poder em jovens em situação de acolhimento residencial.

O tema do segundo capítulo trata do desenho metodológico da investigação, ancorado numa abordagem qualitativa e centrada no sujeito.

Esta investigação inscreve-se num campo teórico multidisciplinar, mobilizando contributos da sociologia crítica da infância e da juventude (Almeida, 2011; Pais, 1990), adotando como referência o conceito de subalternidade e as dinâmicas institucionais de poder, vigilância e normatividade descritas por autores como Foucault (1987), Goffman (1974; 1999) e Becker (2009).

Fundamo-nos na convicção de que a compreensão das vivências dos jovens em acolhimento exige uma análise situada, relacional e dialógica, capaz de revelar tanto mecanismos de exclusão como mecanismos potenciais de resistência, pertença e autonomia, com a desconstrução da dualidade entre proteção e controlo, considerando as casas de acolhimento enquanto espaços simultaneamente normativos e relacionais (Foucault, 1987; Goffman, 1974; Becker, 2009).

No terceiro capítulo a investigação analisa criticamente as narrativas dos jovens e dos profissionais sobre as relações estabelecidas no acolhimento residencial e o seu papel no projeto de vida; as representações dos jovens e dos profissionais acerca da função educativa e protetora da instituição; e, por último, a identificação de convergências e divergências nas perceções de ambos os grupos sobre temas como norma, controlo, relação, participação, autonomia e projeto(s) de futuro.

A presente investigação confirma algumas das conclusões já identificadas em estudos anteriores, e desafia ou complementa outras, oferecendo novas perspetivas sobre as múltiplas dimensões do acolhimento residencial. Ao aprofundar a compreensão da complexidade inerentes a este contexto, o estudo procura gerar implicações práticas relevantes para a melhoria das políticas públicas e das práticas institucionais no âmbito da proteção da infância e juventude.

A identificação de vulnerabilidades específicas associadas aos jovens em acolhimento, bem como a sua procura ativa por autonomia, revela-se fundamental para o desenvolvimento de serviços de apoio mais personalizados, centrados na capacitação e na promoção da autonomia. O reconhecimento do desejo de autonomia, frequentemente expresso pelos próprios jovens, deve informar a criação de programas (ainda no decorrer do acolhimento) que favoreçam a independência e a construção de trajetórias de vida mais seguras.

A partir da escuta ativa das vozes dos jovens acolhidos e dos profissionais, esta investigação procura apreender as continuidades e ruturas entre a experiência do acolhimento e os processos de autonomização. Neste percurso, são enfatizados os constrangimentos estruturais, as desigualdades sociais e as representações simbólicas associadas ao estatuto institucional, que frequentemente condicionam as possibilidades de emancipação juvenil. Pretende-se, assim, contribuir para uma reflexão crítica sobre os contextos de acolhimento enquanto estruturas simultaneamente marcadas por relações de afeto, controlo e poder, tanto a nível individual como institucional. Estas estruturas podem funcionar simultaneamente como espaços potenciadores de desenvolvimento e autonomia e como dispositivos limitadores, dependendo das práticas, das políticas e das relações que nelas se estabelecem. As implicações desta análise são particularmente relevantes para a formulação de políticas públicas mais justas, para a revisão dos modelos de intervenção e para a qualificação das práticas profissionais no setor.

Importa, contudo, reconhecer que se trata de uma investigação profundamente implicada, marcada por uma proximidade ética e emocional com os sujeitos envolvidos.

Trata-se de um trabalho "*à flor da pele*", que se pretende comprometido e que, inevitavelmente, se constrói também a partir de afetos, cumplicidades e escutas sensíveis.

I CAPÍTULO. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. FAMÍLIA, INFÂNCIA, JUVENTUDE E AUTONOMIA

Este capítulo centra-se nas transformações ocorridas na estrutura familiar e nas suas implicações nos papéis de género, na dinâmica doméstica e no bem-estar individual. A instabilidade familiar e os contextos de vulnerabilidade em que muitas crianças e jovens se encontram exigem a intervenção do Estado, nomeadamente através da medida de acolhimento residencial, enquanto resposta de proteção que visa garantir ambientes seguros e promotores de um saudável desenvolvimento.

A análise assenta numa perspetiva construtivista, analítica e reflexiva, permitindo identificar a emergência da infância e da juventude, construtos anteriores à criação de políticas públicas de proteção. Ao se problematizar o acolhimento residencial como uma das políticas públicas de proteção, reflete-se acerca do seu papel enquanto instrumento de controlo social ou, em alternativa, como um espaço de cuidado, oportunidade e promoção da autonomia. Esta abordagem é essencial para compreender o impacto das práticas institucionais na construção dos projetos de vida dos jovens acolhidos.

Por fim, a reflexão teórica contempla os conceitos de família, infância e juventude, entendendo esta última como uma categoria social plural e em constante negociação. A vivência do acolhimento, frequentemente marcada pela rutura familiar e pelo estigma, exige uma leitura crítica das trajetórias juvenis e das práticas educativas institucionais, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dinâmicas que moldam o percurso destes jovens.

1.1. A EMERGÊNCIA DA FAMÍLIA MODERNA

1.1.1. Da construção social da categoria: perspetiva(s) clássica(s) da família

Desde os primeiros grupos até às sociedades contemporâneas, a organização da sociedade sofreu alterações profundas ao longo do tempo. Se inicialmente a organização social foi alicerçada na comunidade, a força coletiva veio dar lugar ao individualismo. Mas tanto em uma como em outra, a família assume um papel essencial na organização das sociedades. Em épocas anteriores a família se identificava pelo carácter produtivo, tal distinção através dos tempos atravessou várias classes sociais.

Em sociedades do "antigo regime", vemos a família como unidade produtiva de camponeses, de artesãos, a transmissão patrimonial da burguesia e da aristocracia (Sarraceno, 1992; Segalen 1999). Segundo Durkheim, fundador da sociologia de raiz francófona, no Antigo Regime a *família patriarcal* dá lugar à *família conjugal*, trazendo primazia à individualização e aos laços pessoais (Singly, 2010:11).

Poderemos dizer que da *família conjugal* nasceu a família moderna, com traços de maior tolerância e liberdade, procedente do processo de individualização, contudo tal mudança confere à família um caráter mais privado, o que favoreceu o registo de socialização interventiva do Estado "através das normas, controla, mantém e regula as relações dos membros da família" (Singly, 2010: 12). Logramos assim um primeiro paradoxo: o facto da família se tornar, simultaneamente, mais privada e mais pública.

A família conjugal, definida por Durkheim, valoriza a intimidade e as relações afetivas, contrariamente ao que acontecia na família patriarcal, pois naquela a relação caracteriza a ligação emocional entre os seus membros. A família tinha-se transformado numa instituição voltada para a conservação dos bens, para a prática comum de uma profissão ou ajuda mútua quotidiana, num lugar de afetividade entre cônjuges e entre pais e filhos, afetividade ainda expressa através da importância atribuída à educação (Ariès, 1988). Para Durkheim, a principal distinção entre uma e outra reside na contração (Singly, 2010: 14), ou seja, no número de nascimentos, e "no novo lugar que a criança ocupa" (Singly, 2010:14), como iremos ver.

1.1.1.1. Enfoque educacional

A família moderna está sob vigilância, existe um controlo da vida privada. Na verdade, desde o fim do século XIX, foram promulgadas leis com o objetivo de limitar o poder paterno de correção. O pai deixa de ser o chefe incontestado da família, a família torna-se menos patriarcal. A partir da primeira modernidade, a noção de interesse da criança serve de justificação à intervenção do Estado na família. "A privatização incontestável da família moderna está sob tensão, uma vez que ela só pode ocorrer num quadro fixado pelo Estado (Singly, 2010: 16-17)

Com a privatização do espaço familiar assiste-se ao reforço do sentimento de família entre os seus elementos, e mais particularmente, entre a mãe e a criança. O espaço doméstico é, doravante, o reino da mulher e dos filhos, sendo que a vida familiar passa a girar em torno da educação destes. É esse interesse pela educação que diferencia, definitivamente, a infância como uma etapa autónoma no processo de desenvolvimento que requer cuidados especiais, a fim de que o ser humano possa amadurecer e preparar-se para a vida adulta.

A família e a escola retiram a criança da sociedade dos adultos (Ariès, 1988; Burguière, 1997). É, portanto, neste espaço privatizado que surge um sentimento novo entre os membros da família, particularmente entre mãe e filho: "o sentimento de família, 'essa cultura', centralizava-se nas mulheres e crianças, com um interesse renovado pela educação das crianças e uma notável elevação do estatuto da mulher" (Ariès, 1988:28). Esse sentimento é interpretado por Ariès (1988) como recolhimento e valorização da intimidade, o que significou a incorporação do modelo de sociabilidade próprio do individualismo liberal burguês, correlato à constituição do indivíduo 'livre' para competir no mercado. Não é por acaso que o apego pelas crianças emerge neste período. A educação das crianças, formalizada na instituição escolar, passa a ser o investimento prioritário da família, na expectativa de as qualificar para disputarem o mercado de trabalho. Mas as transformações na família proletária foram mais tardias, ocorrendo já no século XIX (Ariès, 1988; Saraceno, 1999). É somente a partir deste período que os trabalhadores agrícolas passaram a residir em casas próprias, separadas dos patrões.

Badinter (1985) situa a emergência da representação de maternidade tal como a conhecemos, ou seja, baseada na ideia do amor natural, instintivo, das mulheres pelos seus filhos entre os séculos XVIII e XIX. É a partir de 1760 que surgem as primeiras publicações recomendando às mulheres que cuidassem de seus filhos, o que incluía forte ênfase sobre a amamentação (Shorter, 1995).

Neste discurso, as mulheres foram consagradas como o eixo da família, responsáveis pela casa e pela criação de filhos moral e fisicamente sadios, os futuros cidadãos de quem dependiam os destinos das nações.

Assumindo a responsabilidade pela casa, pelos seus bens e pelos filhos, as mulheres tornaram-se o eixo central da família, o que perdurou, pelo menos, durante dois séculos.

> E mesmo no despontar do século XXI, esta ideia está ainda tão arreigada que continuamos todos, homens e mulheres, a ser influenciados por estes arquétipos que, consciente ou inconscientemente, nos orientam para uma forma particular de viver a parentalidade, a conjugalidade e a vida doméstica: a mulher como pilar da organização familiar, mesmo que coadjuvada pelo homem.
>
> Teixeira (2009:11)

Mas a sociedade também se desenrola de um modo assíncrono, donde sobressai mulheres pobres, camponesas e operárias que viviam outra realidade e a adesão tardia ao novo papel materno só aconteceu por outros percursos. Os seus inúmeros filhos começavam a trabalhar ainda na infância, contribuindo para a subsistência familiar. As precárias moradias da época não davam espaço à intimidade familiar. As mães não tinham tempo para cuidar dos filhos, nem para lhes providenciar atenção, carinho e educação. As altas taxas de fecundidade entre as mulheres pobres tornavam irrealizável o ideal de dedicação materna. No final do século XVIII e início do século XIX, a mortalidade de crianças pobres ainda era altíssima, assim como o seu abandono em asilos. Efetivamente, muitas crianças eram abandonadas nas *Rodas dos Expostos.* Estas instituições surgiram inicialmente associadas às Misericórdias e às instituições religiosas. A partir de meados do século XIX a responsabilidade daquelas passa para as Câmaras Municipais, até ser declarada a sua extinção em 1867. Gradualmente as Rodas foram sendo substituídas pelos *Hospícios*. Pelo menos até ao início do século XX estas instituições ainda existiam, havendo ainda relatos e registos sobre os Expostos. Com a criação dos *Asilos da Infância Desvalidada*, alargam-se os objetivos de proteção à infância enjeitada, abandonada, ou ainda, cujos pais não possuíam condições económicas para os criar, educar e manter. Estas visões assistencialistas encontram-se ainda bem patentes na primeira Lei de Proteção à Infância de 1911 (Fonte, 2004). O Estado passa a controlar a família através das suas instituições, a função paterna passa a ser gradativamente assumida por instituições sociais. Badinter (1980) vê esta alteração como uma substituição do patriarcado familiar pelo patriarcado do Estado. Destacam-se ainda preocupações higienistas e educativas que legitimam o controlo do Estado ao invés das práticas parentais. Instituições normalizadoras, como a escola, reconvertem o papel da família e modificando profundamente a transmissão e a produção de conhecimentos, em fase precoce do desenvolvimento humano (Rocha, Ferreira & Neves, 2002).

1.1.1.2. Perspetiva relacional

No século XIX, a vida no seio das famílias passará a ser regulada por um conjunto de normas, atitudes, procedimentos e prescrições considerados como padrões que são socialmente tidos como válidos e universais. Tal desenvolvimento veio justificar que o Estado, coadjuvando a função materna, assumisse o controlo da família, assim sendo, de forma simplificada, "a família nuclear moderna teria perdido funções produtivas e educativas, estas últimas partilhadas com a escola" (Guerreiro, Torres & Lobo, 2007:8).

Por outro lado, a partir da década de 60 do século XX, outros autores como Ariès (1988), mantendo um pesado traço relacional, designarão a família moderna como *família educativa*, esta caracterização se baseava nas relações entre cônjuges pais e filhos, que anteriormente seria visivelmente reconhecida pela transmissão dos bens materiais. Quer de uma forma ou doutra se evidenciava o cariz relacional em detrimento do económico, esquecendo que a situação económica da família permite (ou pode inviabilizar) a aquisição do capital cultural e escolar.

Em síntese, na modernidade, a família conjugal se apresenta por duas fases. Na primeira, que coincide com o final do século XIX até 1960, o enfoque será materializado na relação e no casamento, "o amor no casamento, a rigorosa divisão do trabalho entre homem e mulher, a atenção dada à criança, à sua saúde e à sua educação" (Singly, 2010:22).

A segunda fase é disruptiva, com a emergência dos princípios de individualização, independência e autonomia do papel das mulheres no casamento. A união relacional não se traduzirá no casamento, não coincidindo a instituição casamento com a relação amorosa entre homem e mulher. Mas se a família conjugal é uma criação e construção da modernidade (Singly, 2010), a família nuclear não é uma novidade, pois aquela é só uma forma desta por que o que define uma e outra não é um critério meramente demográfico de composição. Burguière, em artigo publicado em 1969, referia que o "grupo doméstico" composto por pai, mãe e filhos era já uma realidade em sociedades mais antigas e pouco urbanizadas e industrializadas. Por sua vez, Talcott Parsons, numa perspetiva funcionalista, considera a família moderna como um acordo entre os géneros, com funções e papéis sociais bem definidos (Samagaio, 2016).

Parsons, em livro publicado em 1955, refere que os processos de industrialização fracionaram a família (Segalen, 1999:104), separando a família de parentesco mais alargado e partilhando as responsabilidades educativas com outras instituições. Resta à família a responsabilidade de socialização, que por escolha livre dos parceiros se organizam em papéis bem definidos: "O pai desempenha aí um papel «instrumental», assegurando a ligação com a sociedade e fornecendo os bens materiais; à mulher cabe o papel «expressivo» no interior da família" (Segalen, 1999: 105).

A principal distinção da família reside na função relacional que a família moderna adquire (Saraceno, 1992; Samagaio, 2016), tal como referia Burguess, em artigo publicado em 1926: "A família como uma unidade de interacções pessoais". Por isso "é a natureza desta interacção que gera o grupo e contribui para criar a personalidade dos indivíduos" (Singly, 2010:27). Burguess deu continuidade à tese de Ariès, ao reafirmar a emergência e a consolidação dos laços afetivos da família moderna e da privatização do espaço familiar.

E se a industrialização e a urbanização conduziram à criação da primeira fase da família moderna (Saraceno, 1992; Shorter, 1995; Segalen 1992), o surgimento do Estado-Providência e a expansão do ensino, especialmente às mulheres, caracterizam a segunda fase da família moderna (Singly, 2010), "espera-se do Estado que este tome a seu cargo muitas das funções que outrora cabiam à família: educação das crianças, prestação de cuidados aos doentes e às pessoas idosas" (Segalen: 1992:34).

Mesmo que a condição humana seja "uma lenta e prolongada construção do próprio homem" (Elias, 1996), a sociedade utópica é "uma sociedade dos indivíduos". A riqueza da diversidade possibilita que os indivíduos que compõem a família não se definam somente pelo laço de filiação. Aparentemente contraditório, a sociedade normativa idealizada na conformidade, crescente em regras e profusos procedimentos, empuxa o processo de individualização rumo à emancipação dos indivíduos (Singly, 2010), o próximo tema a ser desenvolvido.

1.1.2. Família: reflexividade e identidade

> Qualquer acontecimento familiar, tal como um dos vários indivíduos que juntamente o constroem e nela são construídos, pode e deve ser entendido na perspetiva multidimensional do tempo: relativamente ao tempo histórico (…), ao tempo de vida de cada um (…), ao tempo da memória e da tradição: através do qual uma família não só se distingue claramente de todas as outras, mas se torna parte inextricável dos que a fazem e vivem.
>
> Saraceno (1992:231)

Uma das principais críticas à família conjugal definida por Durkheim reside na indissolução da família, ou seja, na indissolução do casamento, valorizando mais a instituição do que as relações estabelecidas entre os seus membros. Esta crítica resulta principalmente do aumento de divórcios, da multiplicidade de relações conjugais e parentais e da alteração dos papéis de género na sociedade, principalmente a partir do último quartel do século XX. As transformações na forma familiar e nas relações foram largamente investigadas, especialmente no que à intimidade diz respeito, como muito bem observou Giddens (2001). A experiência na família constitui o espaço-tempo da vida quotidiana e do estabelecimento de relações dos indivíduos e que "atribuem significados ao seu ser no mundo" (Saraceno, 1992:14), ou ainda como argumentaram Berger & Kellner (1964) ao dizer que a relação conjugal é um contexto privilegiado de relações sociais, no qual o indivíduo produz significado e constrói a sua identidade. A família não poderá ser vista de forma homogénea e como uma entidade desemoldurada do contexto social e histórico, como muito bem observou Segalen (1992), e, tal como já vimos anteriormente, a família nuclear já existia em determinados contextos rurais, muito antes da sua criação pela modernidade.

Isto quer dizer que a família está sempre permeável a determinantes económicos e históricos, contribuindo estes para a construção do próprio significado que os indivíduos que a compõem apresentam (Saraceno, 1992). Uma das dessas evidências trata-se do lugar social e simbólico que os elementos da família assumem em determinada época e condição, especialmente as crianças, jovens e mulheres.

As teorias da modernidade tardia salientam a autonomia individual, a reflexividade e a capacidade de ação e de inovação dos agentes sociais "consentâneos com relações afetivas de carácter mais efémero que pontuam biografias erráticas" (Guerreiro, Torres & Lobo, 2007:7).

> Mas, por detrás da agência e da reflexividade dos indivíduos não deixa de estar presente uma determinada forma familiar, independentemente da sua configuração, mais tradicional ou mais moderna". (…) A capacidade de o indivíduo enfrentar e gerir riscos advém-lhe muitas vezes do apoio emocional e material proporcionado por aqueles que são considerados como fazendo parte da sua família, das competências sociais e afectivas que, pela socialização, as famílias transmitem aos seus membros.
>
> Guerreiro, Torres & Lobo (2007:7-8)

Enquanto em França se iniciavam grandes transformações legislativas (nomeadamente a lei do divórcio de 1975), não era justo reservar unicamente aos lares nucleares o monopólio da «verdadeira» família (Segalen, 1999:63), e, como assinalou Lefaucheur (1991) o termo «família monoparental» veio substituir o termo «família em risco» ou «família marginal». Nas palavras de Saraceno (1992) a linguagem normativa que define a família é prosaica na construção dos arquétipos sociais e dos mitos, e nem sempre são os mais positivos. A dicotomia por diversos autores observada, sempre surpreendente, entre a normatividade e o desvio à vinculação imposta pela norma jurídica.

Talvez possamos concluir que até ao último quartel do século XX a família nuclear se apresentava como modelo único. A partir do final da década de 1980, verifica-se a recusa a um casamento institucionalizado, havendo uma relutância das uniões em passar do domínio privado para o público, ou nas palavras de Théry "o casamento já não institui a família" (Segalen, 1999:156) e para isso terão contribuído a alteração do papel da mulher nos espaços privado e público, a contraceção e o planeamento familiar e a liberalização dos costumes (Saraceno, 1992; Segalen, 1999; Ferreira & Aboim, 2002).

1.1.3. Contributos portugueses: a família como unidade de análise

> A família constituiu-se como unidade elementar de organização social. Apesar das transformações sociais e económicas que influenciaram a reconfiguração das formas familiares, na sociedade atual, na perspetiva de vários autores, é a família o primeiro agente de socialização.
>
> Samagaio (2016:11)

A família encontra-se associada a circunstâncias históricas específicas (Saraceno, 1992; Segalen, 1999; Samagaio, 2016). Se a família moderna estava estritamente associada ao casamento, em Portugal com uma forte influência da Igreja (Saraceno, 1992; Segalen, 1999) em que os "interesses do grupo se sobrepõem aos dos indivíduos que o formam, parecia triunfar um pouco por todo o lado" (Leandro, 2006:67) em que as ruturas familiares, como o divórcio, eram residuais.

Como muito bem observou Singly (2010), no final do século XX, os indivíduos na conjugalidade não se obrigam a ficar juntos. Em Portugal, tal como acontece em outros países europeus, a taxa bruta de divorcialidade tem mantido os 2% desde o início do século XXI (PORDATA, 2019). No contexto português a investigação, nas últimas décadas, tem-se debruçado numa pluralidade de temas em torno da família. São um bom exemplo as investigações sobre novas formas de conjugalidade (Aboim, 2003, 2006; Aboim & Wall, 2002; Wall & Guerreiro, 2005; Guerreiro, Torres & Lobo, 2007); a importância e o significado dos filhos na vida familiar (Cunha, 2007); as relações mais igualitárias entre os diferentes membros da família, as representações dos papéis de género e a conciliação entre vida familiar e vida profissional, decorrente do número massivo de mulheres no mundo do trabalho (Wall *et al.*, 2000; Guerreiro, 2000; Guerreiro, Abranches & Pereira, 2003; Guerreiro, Lourenço & Pereira; Torres, 2004); a maior visibilidade das uniões homossexuais (Silva, 2006); a monoparentalidade e os processos de recomposição familiar (Guerreiro, Torres & Lobo, 2007), numa pluralidade e diversidade de temas sem precedentes.

As alterações das relações familiares operam-se na constância das alterações sociais, morais e legislativas que atuam na vida dos indivíduos. No contexto português, as alterações na família estão intimamente ligadas a questões associadas à tradição e à religião (Leandro, 2006), nomeadamente a tradição judaico-cristã.

Encontramos evidência destas interferências em investigação realizada por Torres (2010): a conjugalidade institucional prevalece em indivíduos predominantemente das classes operárias, com 30 ou mais anos de casamento, em que existe uma grande diferenciação de papéis de género e representações normativas do casamento.

A regulação de comportamentos foi assim durante algumas décadas o garante da estabilidade e do controlo dos comportamentos de risco. Apesar de 81% dos portugueses afirmarem ser católicos (INE, 2011) esta identificação não parece constituir atualmente:

> (...) um suporte de legitimação, quer para as suas opções em matéria familiar, quer mesmo para a forma de casamento, uma vez que também o casamento religioso, embora maioritário, perde terreno em Portugal: 62% em 2001 contra cerca de 90% em 1960.
>
> Leandro (2006:69)

Mas outros fatores parecem ter sido fundamentais para as alterações ocorridas na família. Em primeiro lugar, o alargamento e aumento da escolarização, principalmente nas mulheres, sendo evidente a predominância destas nos ciclos de estudos superiores e, em segundo lugar, o exercício de uma atividade profissional por parte das mulheres, conferiu-lhes cada vez mais autonomia e independência, a vários níveis.

O papel de esposa e mãe da modernidade vai dar lugar ao duplo papel, passando mesmo este papel a constituir a norma (Leandro, 2006). A alteração do papel da mulher no mercado de trabalho, a contraceção e o planeamento familiar, o aumento da divorcialidade e monoparentalidade demonstram, de igual forma, a alteração nos padrões familiares, considerando-se cada vez mais a relação entre a temática da família, com outros temas da sociedade, como o trabalho, a educação ou a sustentabilidade da segurança social (Leandro, 2006).

> A família é uma rede complexa de relações e emoções na qual se passam sentimentos e comportamentos que não são possíveis de ser pesados com os instrumentos criados pelo estudo dos indivíduos isolados, ou na prosaica "construção dos arquétipos sociais". Conceitos importantes como o de personalidade não são aplicáveis ao estudo da família. A simples descrição dos elementos de uma família não serve para transmitir a riqueza e a complexidade relacional desta estrutura.
>
> Gameiro (1992:187)

A família moderna sofreu profundas alterações. Começando por ser uma instituição baseada na proteção, na conservação e aumento dos bens e riqueza, com a modernidade passa a ser delineada pela afetividade, sendo os afetos que determinam a sua constituição, preservação ou dissolução.

A família, como um ente vivo, adotou uma diversidade de manifestações, que são um desafio à nossa reflexão. Como muito bem observou Wall (1992) a constituição da família, nas sociedades ocidentais, no meio urbano e no meio rural assume predominância a família nuclear, coexistindo a família alargada, a família complexa e a família unipessoal.

Passamos a viver num mundo dominado por profundas mutações das representações da maternidade e paternidade, sendo de destacar sobretudo o crescimento das famílias nucleares, o aumento das famílias monoparentais, a idade cada vez mais tardia do casamento, o aumento das taxas de divórcio (Tomás, 2000). As rápidas e profundas transformações do mundo moderno induziram a uma modificação profunda das dinâmicas familiares, designadamente por força da crescente participação da mulher no mercado de trabalho (Wall, 2000).

Acresce ainda a tudo isto, mobilidade geográfica das famílias, a escassez da oferta de equipamentos socioeducativos para enquadrarem as crianças, a quem os pais dedicam cada vez menos tempo em virtude das incompatibilidades entre vida profissional e vida familiar, principalmente em contextos urbanos; o empobrecimento ou inexistência de redes familiares, o aumento da pobreza e da exclusão social. Todos esses fenómenos se repercutem nas relações familiares e nos padrões educativos (Tomás, 2000).

As circunstâncias em que atualmente a família se insere no mercado de trabalho e os modos de vida que daí decorrem não deixam de afetar, e muito, a disponibilidade e a energia que os pais canalizam para a educação dos filhos, condicionado as relações de confiança e de segurança emocional entre os seus membros. Segundo Aboim (2003) registaram-se em Portugal nos últimos quarenta anos mudanças assinaláveis na organização da vida familiar, com destaque para a diminuição da dimensão média da família, o aumento dos agregados de pessoas sós e o decréscimo dos agregados numerosos e das famílias complexas.

Por outro lado, como reflexo provável da descida e adiamento da fecundidade e do aumento do divórcio, diminuem as famílias de casal com filhos e aumentam as famílias monoparentais. De facto, e de acordo com a mesma autora (Aboim, 2003), principalmente na década de 1990, a marcante modernização da vida familiar foi visível na crescente informalidade da conjugalidade, na descolagem entre casamento e parentalidade, no aumento do divórcio e das famílias recompostas, ou ainda no aumento continuado da taxa de atividade feminina e na diminuição da taxa de natalidade.

Portugal na modernidade tardia, a conjugalidade e a parentalidade são cada vez mais tardias, a divorcialidade, a conjugalidade informal e a monoparentalidade são visíveis. As diversas recomposições e modalidades de viver em família são cada vez mais plurais e diversas (Guerreiro, Torres & Lobo, 2007). Na sociedade portuguesa verifica-se ainda uma forte participação das mulheres no mercado de trabalho, tal como acontece em outros países da Europa (Guerreiro & Ávila, 1998; Guerreiro, 2000; Guerreiro, Abranches & Pereira, 2003; Torres, 2004; Guerreiro, Torres & Lobo, 2007), o que leva a profundas alterações na identidade e nos papéis de género. Mas como alertam Guerreiro, Torres & Lobo (2007:31):

> A vida familiar, de resto, desenrola-se num quadro específico de constrangimentos que, sem impedir obviamente a ação e as estratégias individuais, impõem limites, dando origem muitas vezes a contradições entre o que realmente se deseja e o que é possível concretizar. Um dos exemplos dessas dessintonias é o facto de ser difícil para os jovens de muitos países, o processo de autonomização, de ter vida e espaço próprios e até de compatibilizar o desejo de constituir família, como forma de realização pessoal.

Quando a maioria das vezes os jovens acolhidos não possuem família de retaguarda ou suporte, este percurso revelar-se-á um desafio acrescido para a sua autonomização.

Em suma, é possível demonstrar que não há nada de natural ou de preestabelecido nos fenómenos associados à família, à conjugalidade e à parentalidade. As definições de família, casal, pai e mãe são resultantes da aprendizagem social e, como tal, trazem os limites de cada sociedade, constituindo-se nela, descoladas do sexo biológico considerado como natural, por isso atrevemo-nos a corroborar Samagaio (2016:11) quando afirma "*nenhum fenómeno [social] será mais artificial do que a família*".

1.2. INFÂNCIA

1.2.1. O nascimento do sentimento da infância

Nas ciências sociais e humanas a infância permaneceu oculta durante séculos, dado que durante muito tempo as crianças partilhavam os quotidianos dos adultos (Ariès, 1988; Saraceno, 1992; Shorter, 1995), estas apenas estariam inseridas em condições existenciais indiferenciadas em termos etários.

Ora, considerando que a infância é um construto social, então o entendimento e os significados que lhe atribuímos são plurais, dependendo das configurações socioculturais mais amplas, e por isso, variando significativamente entre culturas e até, radicalmente, dentro da história de uma qualquer cultura.

Hoje parece ser muito claro que o conceito de infância decorreu de um lento e assíncrono processo de transformação das sociedades, onde as crianças inseridas em contextos existenciais somente indiferenciados em termos etários, partilhavam os quotidianos dos adultos. O sentimento da infância, tal como o conhecemos atualmente, é caracterizado por uma fase de vida relativamente autónoma face ao mundo da adultez, que teria emergido a partir de finais do século XVII e início do século XVIII (Ariès, 1988).

Será, então, a partir deste período que ocorre "o início da demarcação da família relativamente à rua, à praça pública, à vida colectiva, e o seu recolhimento no interior de uma casa melhor defendida contra os intrusos e melhor preparada para a intimidade" (Ariès, 1988:26). A referida separação da família do espaço público, designadamente a partir do século XVII sobretudo na aristocracia e burguesia, *colocam a criança no centro da atenção e proteção* (Saraceno, 1992).

Testemunhando o desenvolvimento simultâneo do sentimento da infância e do sentimento de família, "assiste-se a uma centralização nas pessoas e menos nas coisas" (Leandro, 2006:65), em tempo síncrono vemos a entrada no espaço privado da família e o seu reconhecimento no espaço público, resultado provável de mudanças estruturais no modo de organização social contemporâneo da revolução industrial, em que se vai aprofundando a mudança da família e das relações familiares nos últimos séculos.

Segundo Saraceno (1992:131) a "infância prolonga-se, e surge mais claramente uma longa idade do desenvolvimento que deve ser cuidadosamente regulada, protegida e controlada". Neste processo, no centro educativo das crianças encontra-se a figura da mãe, responsável em termos afetivos e educativos, com a distinção clara de papéis de género no seio da família conjugal moderna (Saraceno, 1992; Singly, 2010).

No desenrolar da civilização, em modo de evolução social, cultural e tecnológica, resulta a sociedade moderna, e, como muito bem analisou Elias (1996), confere visibilidade à infância assinalando a separação desta do mundo dos adultos. No entanto, tal delimitação só acontece plenamente no século XIX nas classes burguesas e aristocráticas. Porquanto, situação diferente acontecia nas classes menos abastadas, como era o caso do proletariado urbano, já que o elevado número de crianças que era necessário educar, proteger, alimentar, não seria compatível com a necessidade de se exercer um trabalho de grande exigência física (Saraceno, 1992).

Aceitemos, liminarmente, ser por essa a razão que muitas mães "os confiam à caridade pública", sendo elevado também "o número de expostos e lactentes internados nos institutos hospitalares" (Saraceno, 1992:136). Supondo não ser por razão os baixos salários e a exploração de mão de obra intensiva, no despontar do século XIX e décadas seguintes, aceitemos que as crianças das classes trabalhadoras devido à falta de condições para que as mães desempenhassem a sua função educativa, eram colocadas em escolas, separadas das crianças burguesas, sumariamente com "o objetivo de formar, disciplinando-a desde pequena, a nova classe operária" (Saraceno, 1992:136).

Ao lado da escola, a moralidade e a disciplina das crianças passa a ser realizada por especialistas como os médicos, os pediatras, os psicólogos e os pedagogos (Donzelot, 1985; Saraceno, 1992; Leandro, 2011). Por conseguinte, a infância não é uma coisa que exista por natureza, uma vez que é fomentada ou que resulta de mudanças sociais, políticas, económicas, culturais, típicas das sociedades ocidentais industrializadas (Jenks, 2005). Teremos assim como postulado, a infância e as novas famílias, produtos de um estendido processo de transformação do contexto histórico, social e cultural.

1.2.2. Primeiros estudos sociais da infância

Os primeiros estudos sociais da infância (Ariès, 1988; Saraceno, 1992; Shorter, 1995; James, Jenks & Prout, 1998; Segalen, 1999), viriam a permitir compreender que as ideias e imagens sobre as crianças, o seu cuidado, as suas necessidades e direitos, são variáveis em termos culturais e históricos, devendo-se assim concluir que as práticas dirigidas, quer à infância, quer à sua proteção, são indissociáveis do contexto cultural em que ocorrem.

Como resultado das modificações sociais ocorridas no interior das famílias, cujo conceito alberga nos dias de hoje uma crescente diversidade de tipologias: assistimos a um incremento de divórcios, ao aumento de famílias monoparentais e a novas formas de conjugalidade, a mais nascimentos fora do casamento e a maiores disparidades entre ricos e pobres, todas estas mudanças com consequências na qualidade de vida das crianças (Corsaro, 2011).

Por seu lado, a produção de saberes relativos a infância, enquanto categoria social, terá tido início na medicina (Leandro, 2011; Almeida, 2011), psicologia, pedagogia e pediatria (Rocha, Ferreira & Neves, 2002), levando à criação de padrões normativos e abordagens, os quais foram contribuindo para reformular, não somente as conceções de infância (Delgado, 2003), mas, também, a proteção da mesma e os cuidados a prestar.

Na sociedade moderna as questões relacionadas com a infância e a juventude (fase que iremos tratar no ponto seguinte) são investigadas de acordo com um paradigma principal, como o proposto por James, Jenks & Prout (1998): i) a infância enquanto construção social; ii) a infância enquanto variável da análise social não pode ser separada de outras variáveis como a classe social, o género ou a etnia; iii) as relações sociais e culturais das crianças terão que ser investigadas *per si*, e não sob a perspetiva e conceitos dos adultos; iv) as crianças deverão ser atores na investigação e na construção da sua vida social; v) os métodos etnográficos são particularmente profícuos na investigação da infância.

Considerando a construção social da infância uma construção social relativamente recente na história da Europa, a infância e os fenómenos inerentes a esta fase da vida não existiam, porque anteriormente não se reconheciam.

O mundo de então seria o mundo de adultos, uns seriam mais jovens outros seriam menos jovens e a criança um adulto em miniatura (Ariès, 1988; Saraceno, 1992; Shorter, 1995; Segalen, 1999). Na ordem social não havia lugar ao sentimento de infância e à sua construção (Ariès, 1988; Pinto & Sarmento, 1997; Pinto &Sarmento, 1999). Admiravelmente, o relato histórico de Ariès (1988), despertou a atenção de historiadores e sociólogos, que há muito negligenciavam as crianças, porque no Antigo Regime se demonstrava como a escola se constituía em instituição fundamental da educação das crianças, as quais deixavam de aprender a viver, unicamente, misturadas com os adultos.

Em suma, o sentimento latente de infância despontou como existindo uma construção social, esta consideração da infância como construção, trouxe algo de novo, nas palavras de James, Jenks & Prout (1998), o "construtivismo social" da infância, ou seja, o conhecimento que examina o mundo construído da infância na interação com a realidade social e o mundo das crianças e dos adultos.

1.2.3. Definição do conceito: contexto português

> Para a sociologia, o novo paradigma da infância não deve simplesmente traduzir-se na revelação ou aproximação acomodada a novos terrenos empíricos, delimitados em si mesmos, até hoje marginalizados ou à espera de serem descobertos pela agenda científica. Sob pena de os naturalizar, a sociologia deve pelo contrário interpelar "a infância" enquanto problema teórico, reconhecendo a sua importância para o fabrico do tecido, material e simbólico, que forra as sociedades onde vivemos, para a estruturação das relações de desigualdade e de poder entre os grupos que a constituem.
>
> Almeida (2011:76)

A partir da década de 1990, a produção de conhecimento sobre a infância desenvolveu-se, ocorrendo um aumento da investigação em torno da criança, por autonomização de várias áreas disciplinares (Sarmento, 2018).

Se anteriormente a dominância do discurso médico-psicológico predominou (Rocha & Ferreira, 1994), graças ao trabalho de Pinto & Sarmento (1997), e da sua exaustiva recolha bibliográfica, foram identificadas um conjunto de *imagens da infância* presentes nos diversos estudos.

Elencamos então: a imagem romântica da infância; a imagem da criança-operário; a imagem da criança delinquente; a imagem da criança paciente médico-psicológica e da criança-adulto; a imagem da criança como membro da sociedade de bem-estar e a criança como membro da família e da criança-pública.

As crianças e a infância passam a considerar-se como *objetos próprios de investigação*, o "*conhecimento produzido pela sociologia que se ocupa da infância enquanto condição social e das crianças como atores sociais concretos*", em três grandes temas (Sarmento, Fernandes & Tomás, 2017:43): a criança pública; a criança sujeito-ativo de direitos, com o subtema da 'criança em risco'; o "ofício de criança".

No primeiro tema, a "figura pública da infância convoca a questão da cidadania da infância e da construção política do lugar da criança na sociedade" (Sarmento, 2018:389).

No segundo, a criança como 'sujeito de direitos', em investigações que questionam o lugar da criança no ordenamento jurídico e nas convergências e antinomias entre os direitos de proteção, provisão e participação, plasmados na Convenção sobre os Direitos das Crianças. Ainda neste tema, a figura da 'criança em risco', expressão utilizada no senso comum, tem sido objeto de um significativo número de investigações, pelo elevado número de crianças em acolhimento residencial (Sarmento, 2018). Em terceiro, o "ofício de criança", com um destacado número de investigações na Sociologia da Infância, com expressão nas pesquisas relativas às atividades ocupacionais das crianças em contexto educativo. A este propósito, Sarmento & Marchi (2008) definem a criança, através do seu "duplo ofício": desempenha assim o papel social de "filho" (enquadrado na instituição família, regida por normas rígidas) e o desempenho do "ofício de aluno". Para a formação destes dois papéis encontram-se duas instituições: a família e a escola.

No entanto, a ideia normativa de infância vai escondendo as "crianças nas margens" (Sarmento & Marchi, 2008), as crianças usualmente ausentes da investigação "os meninos soldados, as crianças traficantes, as crianças prostituídas, os meninos trabalhadores, as crianças migrantes clandestinas, as crianças que abandonaram a escola ou estão fora de qualquer programa de educação institucional, as crianças com necessidades especiais, as crianças de 'rua'" (Sarmento & Marchi, 2008:15). Estas parecem não corresponder ao conceito construído na modernidade ocidental.

Além do mais, esta universalização encontra-se comprometida, dada a "desigual distribuição de oportunidades que os indivíduos têm acesso. Neste sentido, a infância na sua forma moderna não atinge todas as crianças" (Sarmento & Marchi, 2008:15).

Segundo Almeida (2011:70), a infância portuguesa, nos últimos anos, tende a ser perspetivada através de dois olhares: "a infância (normal, legítima, desejável), sobre as outras infâncias (marginais, vitimizadas, diabolizadas, socialmente longínquas)".

Por seu lado, como identificam Tomás, Fernandes & Sarmento (2011) a infância portuguesa tende a ser perspetivada na relação entre dois polos que se relacionam entre si: a crise e a esperança. No primeiro, a crise, as crianças despojadas de direitos, ou que cabalmente não veem cumpridos os seus direitos, sendo vítimas de mau-trato e violência, muitas delas em contexto intrafamiliar ou institucional. Ademais, a perceção ou crise patente na visão do senso comum, na ideia das crianças e jovens como agentes de violência, indisciplina, e com comportamentos disruptivos e antissociais. No segundo polo, a esperança do desenvolvimento social e económico, com o aumento das qualificações académicas, que conduzam ao progresso social, ainda a ideia da infância na visão do senso comum, mesmo num país onde a taxa de natalidade é a mais baixa das últimas décadas. Segundo os autores "A polaridade entre a crise e a esperança define, em síntese, o quadro paradoxal da representação simbólica da infância portuguesa. Mas, afinal, é na polaridade que vive a sociedade portuguesa contemporânea, como um todo" (Tomás, Fernandes & Sarmento, 2011:223).

Verificámos que, a partir do século XVII, se inicia o emergir de um novo olhar sobre a infância, assim como um sentimento de cuidado e proteção por parte da família em relação aos seus elementos mais jovens. O nascimento desse sentimento encontra-se intimamente ligado, tal como já vimos, às mudanças históricas, sociais e culturais ocorridas na Europa. Como vimos sobre o construto social da infância, durante a Idade Média, as crianças eram vistas como adultos em miniatura, mas com o surgimento de uma nova ordem social, marcada pela industrialização e urbanização, as crianças passam a ser vistas como indivíduos com necessidade específicas e que necessitam, consequentemente, de cuidados adequados à sua condição.

Assim, neste contexto surgem as primeiras instituições voltadas para a infância, como os orfanatos e as escolas. Estas instituições, com objetivo principal de disciplinar e educar as crianças, de as preparar para uma cidadania obediente e produtiva.

Esta mudança de perspetiva em relação à infância encontra-se diretamente relacionada com os desenvolvimentos societais e com a necessidade de controlar as novas gerações. A infância passa então a ser vista como um período de preparação para a vida adulta, onde as crianças passam a adquirir conhecimentos e competências que lhes permitam contribuir para o desenvolvimento económico e social da sociedade.

Esta visão utilitária da infância conduziu, no entanto, a novas formas de exploração e opressão: as crianças passam a ser vistas como mão-de-obra barata, o que gerou situações muito precárias das condições de trabalho e exploração infantil.

Foi somente no século XX que a proteção dos direitos das crianças passa a ser uma preocupação central da sociedade e dos Estados e no desenvolvimento de conhecimentos científicos específicos da infância. Efetivamente, a infância passa a ser reconhecida como um período de desenvolvimento que deve ser protegido e garantido.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 reconhece a importância de respeitar e garantir os direitos das crianças, no entanto, foram precisos ainda mais 30 anos, para que a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) fosse ratificada pela maioria dos países, para o reconhecimento dos direitos de proteção das crianças contra qualquer forma de exploração e abuso e para o reconhecimento das crianças enquanto sujeitos de pleno direito.

Relembramos que as definições e conceitos relacionados com a infância, tal como acontece com a família ou a parentalidade, são construídos socialmente, pelo que se torna essencial questionar e desconstruir ideias pré-concebidas sobre a infância, reconhecendo-se que se trata de um fenómeno social não-natural ou preestabelecido.

1.3. JUVENTUDE

1.3.1. Ser jovem na sociedade (pós)moderna

Torna-se importante considerar e dar conta da multiplicidade e da diversidade das experiências juvenis e das subjetividades inerentes ao acolhimento residencial, um dos objetivos desta investigação. Para isso, tal como abordámos anteriormente em relação ao construto infância, a juventude começa por ser considerada uma categoria única ao "se falar dos jovens como uma unidade social, um grupo dotado de interesses comuns e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação" (Pais, 1990:140)

Nesta corrente encontramos Eisenstadt (1976) que considera a juventude a partir de grupos etários homogéneos, naturais e generalizados em todas as sociedades e períodos históricos. Se a família, neste período, passa a assumir um papel mais secundário, amplia-se a vinculação ao grupo de pares (Carvalho, 2013), visão patente nas teorias tradicionais de tipo estrutural-funcionalistas que consideram a função dos pares juvenis na socialização secundária (Parsons, 1968; Coleman, 1961; Eisenstadt; 1976).

Demartis define socialização como:

> O processo mediante o qual os indivíduos e os grupos aprendem e interiorizam as normas culturais e os valores próprios do contexto social de pertença. Trata-se de um processo elaborativo que, desde a primeira infância, se estende à idade adulta segundo fases e modalidades diferentes.
>
> Demartis (2002:43)

A transmissão de normas sociais de uma geração para outra constitui a socialização e, nas teorias clássicas, a estrutura social não é posta em causa, pois é dos jovens que provém, maioritariamente, o risco da anormalidade e do desvio. Desta corrente abundam as investigações no domínio da sociologia da educação e que tratam de temas como a delinquência juvenil (Groppo, 2015).

Esta corrente geracional de colocar os jovens pertencentes a uma determinada "fase da vida" no mesmo conjunto social gera duas tendências contraditórias.

A primeira, uniformiza e homogeneíza os indivíduos. A segunda, ao considerar a existência de um conjunto social heterogéneo, em termos económicos, em termos de interesses, oportunidades, expectativas e aspirações em relação ao futuro e modos de agir e pensar, leva-nos a considerar que os indivíduos pertencentes a esse conjunto social a que denominamos juventude "não têm entre si praticamente nada de comum" (Pais, 1990:140). Mas nesta tendência as representações que temos da juventude tomam este conceito como se de uma categoria social única se tratasse, o que saudavelmente nos aproxima de uma hipótese apta a ser falsificada por meio da observação e da experimentação (da teoria do conhecimento, relativo à hipótese falsificacionista de Popper), porque como nos alerta Pais (1990:140):

> a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas *similaridades* entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também - e principalmente - as *diferenças sociais* que entre eles existem.

Para tal, encontramos as teorias críticas da sociologia da juventude que distinguem as noções de geração, moratória social e subculturas juvenis, como as três formas pelas quais o Estado, a sociedade e os movimentos sociais produzem as ideias sobre a juventude (Groppo, 2015).

Um dos principais defensores da sociologia da juventude da "corrente geracional" (Mannheim, 1982), apresenta uma posição "naturalista", devido às "continuidades e descontinuidades intergeracionais" (Groppo, 2015:6), no entanto distingue-se das teorias tradicionais por considerar o "*potencial transformador da juventude, visto como algo positivo, não como desvio, disfunção ou perigo*" (Groppo; 2015:6).

Porém, Mannheim (1982) considera a geração como uma situação ou posição social, e não como um grupo social concreto, como por exemplo a família, pelo que os indivíduos tendencialmente se organizem em grupos concretos no interior das estruturas económicas. Pelo contrário, a geração define-se pela inclusão de indivíduos com idades semelhantes, ou seja, como "uma situação comum no processo histórico e social" (Mannheim,1982:72). Este autor acrescenta ainda que na fase da juventude as experiências sociais são experienciadas e sedimentadas de forma mais racional e reflexiva.

Talvez o maior legado de Mannheim em relação ao ideal de desenvolvimento humano da modernidade seja a defesa do potencial renovador da sociedade contido na juventude. Seguindo Mannheim, a geração jovem vive um "contacto original", primeiramente com a herança cultural que lhe é apresentada, mesmo que depois aquele contacto possa se caracterizar como um relacionamento modificado, um distanciamento em relação à herança oferecida. O contacto original, esta "experiência", pode ser um relacionamento positivo, algo fundamental na formação da identidade individual. Mas dissonante ou não, todavia algo fundamental para a dinâmica da sociedade, um canal de introdução de mudanças. O contacto original dos jovens com a cultura, por se dar de modo diferenciado do que fizeram, quando jovens, as gerações anteriores, pode conduzir a novos valores e comportamentos, assumidos de uma forma extrema. Na verdade, mesmo se algumas das preocupações dos jovens parecem ser comuns, "a juventude - quando referida a uma fase de vida - pode e deve ser encarada como uma construção social" (Pais, 1990:144), interpretaremos como facto positivo, sendo um desafio sociológico a desconstrução da juventude, enquanto entidade homogénea, pois os jovens não vivem as situações quotidianas de forma similar, apresentando cada um o seu percurso experienciado de forma individual. Paradoxalmente encontramos um traço comum na juventude, o facto de não viverem as situações quotidianas de forma similar, tal nos coloca no epicentro da perspetiva situacionista, ou seja, a formação da coorte juventude é, digamos, circunstancial e insuficientemente homogénea. A formação desta coorte num hiato da vida humana relativamente curto, não se cristaliza na noção clássica de grupo. Para além disso, a intrínseca volatilidade que caracterizará a juventude é muito distinta da duração temporal mais extensa do grupo dos adultos e da esperada estabilidade dos interesses socioculturais destes, por que se acredita viverem de forma semelhante as situações do quotidiano. Ao estudar a juventude, um grupo circunstancial e pouco homogéneo, que *a priori* nos sugere ser consistente neste período vida humana, portadora de herança cultural (Mannheim, 1982) e ou dotada de interesses comuns (Pais, 1990), conjuntos de indivíduos que apreendem normas culturais e valores inerentes ao seu contexto social, mas que podem manifestar inconstância, assim sendo, temos que saber extrair esta dificuldade adicional do processo de investigação e na escolha dos instrumentos necessários e adequados.

1.3.2. Juventude (em risco)

Serão os jovens um grupo de risco? Na fase da juventude as experiências sociais se expressam de modo mais racional e reflexivo, como revelara Mannheim (1982), mas tal não parece insinuar um risco diferente daquele que existe noutros grupos da sociedade.

A juventude tem sido, histórica e sociologicamente, encarada como uma "fase da vida" marcada por uma certa instabilidade associada a determinados "problemas sociais" (Pais, 1990). Um dos "problemas sociais" que, de forma mais evidente, afeta os jovens trata-se da dificuldade da entrada dos jovens no mundo do trabalho (Pais, 1990). De acordo com o EUROSTAT, mais de 50% da população entre os 15 e os 29 anos encontra-se desempregada. Para este grupo social, a passagem para a vida adulta torna-se cada vez mais tardia e difícil (Segalen, 1999). Durante o período que se caracteriza por juventude, os indivíduos atravessam diversas alterações dominadas por um conjunto de fatores (Faria, 2018). Nesta "fase da vida" o jovem inicia a definição de si próprio, em que resulta a afirmação da sua autonomia e identidade (Carvalho, 2013).

A autonomia dos jovens que se traduz na "constituição de *um lar* próprio, habitualmente precedida pela obtenção de emprego" (Pais, 1990), encontra-se desta forma comprometida. Efetivamente, os jovens portugueses são, aliás, dos que revelam maior preocupação em relação aos problemas de habitação (Pais, 1990). Sem suporte familiar, se considerarmos os jovens acolhidos, esta autonomia parece-nos duplamente comprometida. Por outro lado, a ausência de emprego obstaculiza a constituição de uma família tradicional, pelo que os jovens escolhem outro tipo de conjugalidade (Pais, 1990).

Segundo Trentin (2011), a juventude caracteriza-se por ser uma fase de grande instabilidade, em que os sentimentos e sensações tendem a ser vividos ao extremo, bem como a experiência de novas sensações. Para além disso, a juventude caracteriza-se pela alternância entre o controlo e responsabilidade e a autonomia e independência, bem como pela abertura a novas visões do mundo, fora do universo familiar (Ferreira, 1997).

No contexto de instabilidade emocional e social, a investigação sociológica assenta no conceito de juventude como problema social, versando sobre temas como a delinquência (Groppo, 2015), comportamentos delinquentes e antissociais (Trentin, 2011) e o consumo de substâncias lícitas e ilícitas (Sposito, 2002; Alves, 2008).

Converge também naquele sentido a noção de cultura, mais concretamente de cultura juvenil, analisada ao nível das representações sociais dominantes (Pais, 2003). A socialização da juventude, através desta análise, adquire diferentes significados, de acordo com duas grandes dimensões: a *perspetiva classista* que considera a socialização ao nível macrossociológico, com a transmissão de normas de gerações ou classes sociais, e a *perspetiva geracional q*ue considera a socialização ao nível microssociológico, realizada na reprodução ou alteração das normas no quotidiano dos indivíduos.

Na perspetiva geracional os jovens compartilham valores e linguagens culturais diferentes, uma vez que transitam em múltiplos contextos. Giddens (2000:36) define cultura como o *modus vivendi* dos indivíduos em sociedade, ou de grupos específicos da sociedade e que "inclui o modo como se vestem, as suas formas de casamento e família, os seus padrões de trabalho, cerimónias religiosas e atividades de lazer."

A corrente geracional é disruptiva porque as culturas que despontam contestam a cultura dominante, nomeadamente a cultura das gerações mais velhas. Assim, as culturas juvenis funcionam como culturas desviantes em relação às culturas dominantes (Doutor, 2016:166). Enquanto na perspetiva classista as culturas juvenis são entendidas como subculturas da cultura dominante que acabam por ser absorvidas. A juventude seria o *modus vivendi* de um grupo específico que ocupando uma posição subalterna se pode definir como subcultura. Assumimos a perspetiva de Pais (2003:54) quando define a cultura juvenil como "o sistema de valores socialmente atribuídos à juventude, isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais". Pais (2003:54) acrescenta ainda que "(…) alguns aspetos das culturas juvenis podem prevalecer ou não segundo os meios sociais e trajetórias de classe em que os jovens se inscrevem".

A infância e a juventude são duas fases da vida alvo de diferentes olhares e perspetivas ao longo dos anos. De acordo com Almeida (2011), a infância em Portugal tem sido analisada sob dois prismas distintos: a infância "normal" e as *outras* infâncias.

Esta dicotomia reflete a visão da sociedade em relação à infância, e de igual forma em relação à juventude, que tende a destacar aquela que se enquadra nos padrões considerados ideais, diabolizando aquela que apresenta realidades, vivências e perceções diferentes das normativas.

Assim, Tomás, Fernandes & Sarmento (2011) sugerem uma perspetiva mais ampla, oscilante e, quiçá, paradoxal da infância: a polaridade entre a crise e a esperança, que reflete a realidade da sociedade contemporânea.

A diversidade e multiplicidade das vivências juvenis, o reflexo de ambientes familiares onde as oportunidades são coartadas e os desejos limitados, e como nos alerta Pais (1990) para a necessidade de evitar a generalização e a simplificação ao tratar os jovens como uma categoria única e, diríamos, normativa. Os jovens enfrentam desafios únicos e são influenciados pelas transformações sociais e económicas em curso. Ao mesmo tempo, têm a esperança de um futuro promissor, com oportunidades de crescimento e desenvolvimento pessoal.

Em suma, tanto a infância quanto a juventude são fases da vida complexas e diversas, que são influenciadas por vários fatores sociais, económicos e culturais. É importante reconhecer e valorizar essa diversidade, evitando a generalização, os estereótipos, a marginalização, a rotulagem e diabolização das *outras* infâncias e das *outras* juventudes.

1.3.3. Juventude e autonomia

As teorias críticas da juventude, apesar de não contestarem a socialização secundária, refutam os caminhos tradicionais da socialização e tendem "a valorizar a participação dos jovens nas transformações sociais" (Groppo, 2015:5). Estas teorias ajustaram as noções de geração e moratória social, reconhecendo o papel participativo da juventude na transformação social, deixando de a enclausurar numa conceção meramente "naturalista".

A juventude e o novo *status.* As teorias pós-críticas da juventude (Maffesoli, 1987; Baudrillard, 1972), numa orientação pós-moderna, negam a posição inicial das teorias tradicionais – a juventude como transição à vida adulta, por meio da socialização secundária. Tal como observamos no ponto referente à infância, a juventude é igualmente uma construção da modernidade (Pappámikail, 2013; Groppo, 2015), não existindo na Europa pré-industrial. Esta fase da vida, tal como acontece com a infância, cria-se com a consolidação da escola moderna, enquanto espaço de socialização concorrente à instituição-família. No espaço de socialização e aprendizagem escolar pululam indivíduos, que serão preparados para a vida futura.

Com a expansão e acesso ao ensino e o alargamento da escolaridade obrigatória, a escola parece ser o espaço, enquanto espaço de socialização, e de controlo, se constituindo um espaço privilegiado de interação da juventude (Pappámikail, 2013).

Mas recuemos um pouco, quando Hall (1904), no início do século XX, publica um importante artigo sobre a adolescência. A perspetiva linear do desenvolvimento apresentada por Hall caracteriza a juventude como um período realizado em fases sucessivas desde a criança até à idade adulta, sendo esta a base teórica hegemónica de análise dos fenómenos juvenis. Enquanto objeto sociológico, a juventude implica a conjugação e articulação de várias dimensões heterogéneas e, muitas vezes, paradoxais, herdadas e construídas (Pappámikail, 2010, 2013).

A construção da identidade acontece em diversos territórios (Dubar, 1991; Dubet, 2005; Giddens, 1992), sendo essa construção ainda mais complexa quando nos referimos a jovens integrados em instituições de acolhimento, que se veem confrontados com diversos paradoxos, designadamente culturais.

Por seu lado, Melucci (1997) considera a juventude como uma etapa da vida que se inicia quando termina a infância e que conduz à vida adulta. Temos, portanto, dois estádios distintos e a passagem que implica a questão das transições para a vida adulta, mais concretamente no processo de autonomia, como norma central da ética contemporânea (Pappámikail, 2010,2013). Esta passagem para a vida adulta compreende processos diferentes: autonomização, liberdade e independência (Pappámikail, 2010, 2013).

Constituindo a autonomia um dos valores fundamentais integrantes da modernidade, em que, por um lado, se reivindica a autonomia individual generalizada, e, por outro, constitui um processo social vivenciado empiricamente pelos indivíduos, torna-se imperativo refletir a forma demasiado, porventura, leviana que se utiliza este conceito.

Quando vulgarmente nos referimos à autonomia dos jovens, em relação a gerações anteriores, porventura confundimo-la com liberdade, ou seja, a capacidade de agir de forma livre e autónoma:

> As intenções podem ser autónomas, sem haver liberdade para as pôr em prática, por via de um constrangimento material ou simbólico (imposição parental ou falta de recursos, por exemplo) ou um constrangimento legal (conduzir um automóvel ou votar antes da maioridade, nomeadamente).
>
> Pappámikail (2010:405)

Por outro lado,

> a autonomia pode ser entendida como uma competência (ou conjunto de competências) do sujeito, ou seja, uma condição eminentemente subjetiva e interior, ao passo que a liberdade situar-se-ia no espaço que vai do indivíduo e suas motivações ao exterior e aos potenciais constrangimentos à ação
>
> Pappámikail (2010:405)

Assim, a autonomia do jovem se corporiza na interação do indivíduo com os outros, numa relação de poder simbólico e material. A atual noção de infância e juventude tem um horizonte temporal de 30 anos, quando termina uma, começa outra fase com uma duração semelhante à primeira.

Para alguns autores, como Saraceno, a infância prolonga-se num longo período de desenvolvimento que "*deve ser cuidadosamente regulada, protegida e controlada*" (Saraceno, 1992:131), sendo comummente aceite existir um desenvolvimento desigual entre crianças de diferentes estratos ou classes. Crianças de famílias não abastadas ou de classes trabalhadoras ou de famílias monoparentais e de novas formas de conjugalidade, terão uma aprendizagem e uma compreensão do mundo diferente.

Nos quinze anos seguintes temos a juventude, e alertados por Pais (1990), ao falar de jovens como uma unidade social delimitados numa faixa etária constitui uma manifesta manipulação, sendo concordante a ideia de que é nos jovens que advém um risco da anormalidade e do desvio social e são estes os principais fatores da desconstrução pela oposição ao antigo, exibindo cada jovem o seu percurso experienciado de forma individual. A qualidade do sujeito enquanto ator social é realçada nos papéis que assume, quer na vida privada, nomeadamente na relação familiar e conjugal, bem como no domínio público. Se, por um lado, os sujeitos se encontram limitados pelos constrangimentos que acontecem na vida social, por outro, são elementos ativos no desenvolvimento dos processos sociais, pois a sua ação se encontra historicamente situada, bem como afirma Giddens (1996:183) "as estruturas não devem ser conceptualizadas simplesmente como uma colocação de entraves à atividade humana, mas como uma capacitação". Existem algumas experiências e projetos pontuais, no âmbito da capacitação, que visam promover a autonomia dos jovens acolhidos.

A juventude que sendo normalizada deve ter como efeito a redução de incertezas associadas a esta fase, a referida instabilidade e ou volatilidade que autores já citados referem, sendo exógena, faz sentido ser estabilizada através da aquisição de competências adequadas, acesso à informação e a experiências em contextos diversificados. Mas persiste a dúvida: Serão os jovens um grupo de risco? Não podemos responder, mas apenas adiantar que a afirmação da identidade do jovem é sem dúvida complexa e envolve significativos riscos e dificuldades. Mas será que sua autonomia gravita em torno do eixo da integração construtivista (Pappámikail, 2013:23) do autocontrolo, da regulação, da adequação à forma de ser e estar das normas sociais? Iremos discorrer acerca disso no próximo ponto.

1.4. OS DIFERENTES CONTEXTOS DE SOCIALIZAÇÃO E CONTROLO

1.4.1. Entre a família e o Estado

> O facto de poderem surgir ideias coletivas a propósito de uma instituição complexa pressupõe uma tomada de consciência, um distanciamento que passa pelo olhar coletivo, pela constituição de um objeto família. (…) O desenvolvimento das ideias sobre a família está ligado à vontade de atuar sobre a família.
>
> Segalen (1999:30)

Ao longo do tempo, as instituições de socialização, como a família e a escola, sofreram profundas transformações. De acordo com Pinto & Sarmento (1997), a sociedade apresenta uma ambiguidade entre os discursos públicos, o caráter ideal e normativo da infância e as políticas económicas e sociais destinadas a esta população, o que os autores denominam o "paradoxo da infância". Se é na vida familiar, que crianças e jovens conhecem e sedimentam as raízes mais profundas da sua formação e desenvolvimento de si, na denominada socialização primária, também é verdade que outros agentes assumem a função educativa e disciplinadora. Como abordámos nos pontos anteriores, a escola e os médicos (Donzelot, 1986; Almeida, 2011), constituem-se nos primeiros peritos dessa função. Mas outros especialistas concorrem ainda nessa tarefa, como os psicólogos e as assistentes sociais (Saraceno, 1992), que "parecem ter como referência uma família ideal, com uma autoridade (paterna) bem definida e uma figura materna plenamente enquadrada na sua dedicação" (Saraceno, 1992:156). Importa assim aclarar neste contexto o papel do Estado moderno, soberano das pessoas e seus territórios, como a moldura formal da socialização.

Não tecendo ora considerações sobre se a legislação provoca transformações nos valores e comportamentos da família, reconhece-se, no entanto, a sua função normativa e reguladora da vida familiar. Na Constituição da República Portuguesa (1976), os "cônjuges têm iguais direitos e deveres quanto à capacidade civil e política e à manutenção e educação dos filhos" (n.º 3, art.º 36º), incluindo os filhos nascidos fora do casamento.

Neste sentido, a Constituição da República Portuguesa (CRP) não limita a forma da família na constância do casamento, impondo a não discriminação de formas familiares, bem como direitos e deveres igualitários entre géneros. Em relação aos direitos e deveres sociais, na CRP encontramos um conjunto de deveres do Estado em relação à família e na proteção desta (art.º 67), como por exemplo no que se refere à criação de equipamentos de apoio à primeira infância, no apoio à educação, ao planeamento familiar e à conciliação da atividade profissional e vida familiar. No entanto, se os pais não cumprirem com os seus deveres fundamentais (art.º 36 n.º 6), as crianças poderão ser separadas daqueles. Nestas situações encontramos a intervenção do Estado na família e no garante dos direitos individuais de cada um dos seus membros.

Efetivamente, o setor das políticas sociais será em que existe mais intervenção do Estado em relação à família.

A forma como o Estado Social assume a responsabilidade nas questões da educação, da saúde, do emprego, leva-nos a considerar que o Estado define "padrões para as condições de vida e de bem-estar" (Saraceno,1992:211). A CRP define ainda a proteção do Estado em relação às crianças "contra todas as formas de abandono, opressão e contra o exercício abusivo da autoridade da família" (n.º 1, art.º 69º). Reconhece ainda a especial proteção do Estado em relação às "crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal" (n.º 2, art.º 69º).

A intervenção do Estado na vida familiar confunde-se assim com o nascimento da sociedade moderna, com a regulação de normas das relações entre os membros da família e fora dela (Segalen, 1999). Encontramos inúmeros exemplos, tão díspares, como a idade mínima para contrair matrimónio, as situações que constituem crime contra as crianças, jovens e idosos e mulheres, ou ainda a obrigatoriedade da escolaridade de 12 anos.

No entanto, atentemos que as "estratégias de domesticação ao domicílio são implementadas pelos dispositivos de poder e de saber do Estado-Nação com o objetivo de inculcar nas classes populares a nova ordem familiar burguesa" (Almeida, 2011:70). Por um lado, as vicissitudes da relação entre a família e o Estado radicam na intervenção do Estado na proteção e garantia dos direitos dos indivíduos e das famílias, promovendo a sua emancipação. Por outro lado, verifica-se a intervenção do Estado nas formas de regulação e nos centros de poder, que "invadem" a esfera familiar (Saraceno, 1992).

A intervenção do Estado torna-se ainda particularmente relevante, quando nos referimos à garantia dos direitos na proteção de crianças e jovens vítimas de qualquer forma de violência ou mau-trato.

Na família, num quadro de aparente normalidade, será a realidade que a criança e o jovem conhece e vive, que vai ser desenvolvida a grelha de observação e avaliação do mundo que o rodeia, ou, dizendo de outra forma, a criança e o jovem vivenciam o mundo num modo filtrado:

> O mundo social é filtrado, pelo menos numa etapa inicial, pelos contextos familiares. Os sujeitos nascem em condições sociais e familiares que não são da sua escolha e que determinam os seus esquemas interpretativos do real.
>
> Berger & Luckmann (1999:139)

O contexto familiar desempenha um papel fundamental e indubitável na reflexividade individual, por se tratar do contexto que introduz a criança no mundo: "*É no âmbito da socialização primária que os sujeitos fazem os primeiros exercícios de abstração de papéis e atitudes e que começam a desenvolver uma relação distanciada consigo mesmos*" (Caetano, 2016:64). Com efeito, os lugares da infância e da juventude são diferentes de acordo com os lugares em que as próprias famílias se situam. As crianças e os jovens não estão assim imunes à desigualdade de posições que exteriormente a sua família ocupa na sociedade:

> As crianças e adolescentes aprendem o lugar que ocupam no grupo familiar, mas também no seu exterior, o comportamento mais adequado a adotar em determinados contextos, como devem interpretar aquilo que ocorre dentro e fora da família, bem como os limites daquilo que desejam e do que lhes é possível concretizar.
>
> Caetano (2016:64)

As experiências, o percurso biográfico, as interpretações da vida quotidiana das crianças e jovens, são assim condicionadas pelo seu lugar na família, e da família, bem como das relações de poder e controlo. O exercício da interpretação do mundo e reflexividade reflete-se na capacidade da criança e do jovem se pensar e definir "(...) tendo em consideração as suas circunstâncias sociais" (Caetano, 2016:59).

A criança, e o jovem, enquanto ser social, vivencia determinados contextos, que afetam as circunstâncias de socialização (nomeadamente as que ocorrem no contexto familiar), numa atitude reflexiva. Como afirma Caetano (2016:60):

> É uma capacidade aprendida, que ao ser desenvolvida contextualmente e ao produzir consequências diferenciadas na existência dos indivíduos, assume também o papel de competência. Todas as pessoas pensam sobre si mesmas por referência às suas circunstâncias sociais, mas não o fazem necessariamente da mesma forma.

Não olvidando que as crianças e jovens se encontram permeáveis às condições estruturais dos lugares da família, temos, por um lado, a tensão da família e do Estado, que acontece através da intervenção de um conjunto de peritos, ou como claramente definiu Becker (2009), um "corpo especializado", que impõe e faz cumprir as normas, onde poderemos incluir um conjunto de instituições, como por exemplo a escola. Por outro, temos de considerar o papel ativo e reflexivo do indivíduo na construção da sua realidade social (Berger & Luckman, 1999).

1.4.2. A (importância da) escola e o projeto de vida

Considerando a intersecionalidade da família moderna e a história da escolarização (Ariès, 1988; Shorter, 1995), propomo-nos, a partir daqui desenvolver uma reflexão sobre os projetos de vida de jovens, situando-os no lugar que ocupam e nas relações que estabelecem com o tempo passado, presente e futuro. Iremos, pois, centrar a nossa reflexão num dos espaços que condicionam os projetos de vida dos jovens: a escola.

Como observámos em ponto anterior, o ensino público durante muito tempo foi reservado à burguesia, sendo as crianças do proletariado urbano reservado a escolas próprias. Como afirmou Schutz (1979:79) "A pessoa nasce num mundo que já exista antes do seu nascimento e que, logo à partida, não é um mundo simplesmente físico, mas também um mundo sócio-cultural".

A importância do mundo sociocultural das crianças, e das suas famílias, conflui com a socialização na instituição escolar. Esta tem sofrido profundas transformações, que afetaram as sociedades ocidentais, como a crise da legitimidade da escola (Dayrell, 2013), o momento de mutação na educação (Canário, 2005) ou ainda como uma "etapa não apenas de estancamento, mas de regressão no campo educativo" (Gadotti, 1992:75). Nesta relação, parece não existir coincidência entre o que as crianças e os jovens esperam da escola e o que esta tem para lhes oferecer (Dayrell, 2013). Como muito bem observaram Bourdieu & Passeron (1977), o alargamento da instituição escolar a diversos mundos socioculturais, apresenta algumas consequências no que anteriormente foi referido. Efetivamente, como afirma Dayrell (2013:65), a escola passa:

> (…) a receber um contingente de alunos cada vez mais heterogéneo, marcados pelo contexto de uma sociedade desigual, com altos índices de pobreza e violência, que delimitam os horizontes possíveis de ação dos jovens na sua relação com a escola. Esses jovens trazem consigo para o interior da escola os conflitos e contradições de uma estrutura social excludente, interferindo nas suas trajetórias escolares, nos sentidos atribuídos à escola e colocando novos desafios à escola.

Este alargamento da instituição escolar e a necessidade de a tornar inclusiva sujeitaram a escola a uma forma de reformulação. Mas a reestruturação da escola não a atingiu na sua "cultura", organização e método, nomeadamente na composição socioculturalmente heterógena dos alunos, na rigidez no estabelecimento de horários e ciclos de estudo e na predominância de uma pedagogia transmissiva. A organização escolar acaba por ser aceite como uma coisa natural e essa "naturalização" (Nóvoa, 1995) está na base do (in)sucesso do seu alargamento a todos.

Contrariamente ao monoculturalismo da organização escolar, a sociedade "não se desenvolve sob o regime de uma uniforme monotonia, mas através de modos extraordinariamente diversificados de sociedades e de civilizações" (Lévi-Strauss, 2008:2). À ideia da unicidade de pensamento sob a dominação da epistemologia etnocêntrica e de uma língua e cultura hegemónicas contrapõe-se a ideia da multiplicidade cultural e igualdade de oportunidades. O primeiro desafio cultural refere-se às desigualdades sociais (Morrow & Torres, 1997) presentes no espaço escolar.

Estes desafios manifestam-se no campo da teoria da reprodução cultural e da legitimação das desigualdades sociais, em que se destacaram os trabalhos de Bourdieu & Passeron (1977). A cultura dominante da instituição escolar e as relações de poder (Foucault, 1987) daí decorrentes, podem ocultar ainda injustiças e preconceitos (Alves, 2012). Na verdade, se toda a prática social tem um caráter discursivo (Hall, 1997), a regulação normativa outorga uma forma, uma direção e um propósito à conduta e à prática humanas ao tornar as nossas ações inteligíveis para os outros. As fronteiras da regulação cultural normativa são um instrumento poderoso para definir quem pertence a um dado universo cultural (isto é, quem faz as coisas conforme as nossas normas e conceitos) e quem é diferente, por isso se encontra fora dos limites discursivos e normativos do nosso modo particular de fazer as coisas (Hall, 1997).

Como bem afirmou Lévi-Strauss (2008:3), "*não poderemos, pois, pretender ter resolvido negativamente o problema da desigualdade das raças humanas, se não nos debruçarmos também sobre o da desigualdade - ou da diversidade - das culturas humanas*."

Com a sociedade industrial e a organização do trabalho (…) passa a ganhar terreno a conceção de um tempo linear, no qual o passado, presente e futuro inscrevem-se em um fluir incontido do tempo, esvaziado de qualquer outro sentido senão o de ser um processo estruturado por um antes e um depois" (Dayrell (2013:67).

Esta noção fluida de tempo passa então a ter uma força nos esquemas culturais da modernidade, por isso veremos, no próximo ponto, se as decisões dos jovens acolhidos em relação ao seu projeto de vida futuro obedecem a esta ordem.

1.4.3. Projetos de vida dos jovens acolhidos

Quais serão os projetos de vida dos jovens acolhidos?

Quais os seus sonhos, desejos espirações?

Serão estes condicionados pela sua condição de acolhimento?

Adiantamos e questionamos que esta condição juvenil apresenta mais dimensões subjetivas do que as habituais (origens sociais e sociabilidades diversas) até ao momento do acolhimento residencial.

> Essas diferentes dimensões da condição juvenil são condicionadas pelo espaço onde são construídas, que passa a ter sentidos próprios, transformando-se em lugar, o espaço do fluir da vida, do vivido, sendo o suporte e a mediação das relações sociais, investido de sentidos próprios além de ser a ancoragem da memória, tanto individual quanto coletiva.
>
> Dayrell (2013:66)

A produção de significados muito específicos dos jovens acolhidos, apesar de terem identidades e vivências muito diversas, possuem uma condição subjetiva idêntica: habitam o mesmo espaço físico e social. Este espaço condicionará a sua relação e a forma como pretendem construir o seu projeto de vida? Inspirados em Schutz (1979:140) poderíamos afirmar que o projeto de vida será o "objetivo a ser alcançado, o ato a ser realizado, o problema a ser resolvido, tornam-se o principal interesse e determinam o que é o que não é relevante nesse dado momento".

> O projeto de vida seria a ação do indivíduo de escolher um, dentre os futuros possíveis, transformando os desejos e as fantasias que lhe dão substância em objetivos passíveis de serem perseguidos, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida. (…) a ideia de projeto de vida remete a um plano de ação que um individuo se propõe realizar em algum momento do futuro, em um arco temporal mais ou menos largo, em alguma de suas esferas de vida.
>
> Dayrell (2013:66)

Esta definição implica uma relação do passado com o futuro, mas esta relação tem vindo a se transformar ao longo da história. Elias (1996) demonstra que a relação entre passado e futuro não é uma relação causal, mas uma forma de observar o caminho dos acontecimentos relacionados com as experiências sociais. Será muito recente na história a ideia de futuro, como dimensão autónoma, e estritamente relacionada com a noção de progresso. Para Elias (1996) a noção moderna de projeto de vida surge com o aparecimento do próprio capitalismo. A autonomia de um jovem revela-se na capacidade em se projetar e organizar individualmente, mas a liberdade e a incerteza aparecem como as duas faces de uma mesma moeda: vive numa sociedade de risco (Beck, 1998; Beck, Giddens & Lash, 1995), numa sociedade líquida (Bauman, 2004), numa sociedade vulnerável e precária (Castel, 2005). Mas mesmo na incerteza, o tempo que prepara o futuro, inclui a biografia e projeto de vida, o projeto de quem será. "Na sociedade ocidental (…) veio cristalizando-se a conceção de um modelo ternário das idades da vida: na infância brinca-se, na juventude prepara-se, forma-se, e na idade adulta trabalha-se" (Peralva, 1997).

Neste sentido, consagra-se a juventude como o momento por excelência para a definição de um projeto de vida e, por consequência, da sua condição social transitória para a vida adulta:

> a inserção social dos jovens se consagra como resultado das capacidades individuais de elaborar um determinado projeto de vida e persistir no mesmo, tornando-se uma responsabilidade pessoal que vai explicar (e justificar) o lugar social que passará a ocupar quando adulto.
>
> Dayrell (2013:68)

A escola, enquanto instituição clássica de socialização, com um desígnio educativo, incorpora os valores do futuro nela os jovens se constituem como indivíduos em passagem, sem presente e futuros potenciais adultos. "A capacidade de elaborar projetos de vida passa a constituir uma das dimensões da igualdade meritocrática de oportunidades, o modelo de justiça escolar que veio se tornando hegemónica" (Dayrell (2013:68).

Para além da escola, acresce ainda a complexidade das redes sociais, nas quais os jovens se encontram envolvidos: a posição social de origem, o grupo de referência e as restantes instituições socioculturais em que se movimenta. Os jovens participam de uma multiplicidade de mundos sociais, com incertezas e riscos.

E como serão as relações entre os jovens acolhidos e a escola?

Esta relação condiciona(rá) o seu projeto de vida?

Tomando como hipótese inicial que existe uma estrutura de poder consideravelmente desigual entre a instituição escolar e os jovens acolhidos, iremos seguir os trabalhos da sociologia da educação de Lahire (2005), em que se estabelece a necessidade de uma análise menos «legitimadora» das práticas e saberes escolares.

> A compreensão do «insucesso» (e do «sucesso) escolar assente na oposição conceptual entre dois tipos de códigos (restrito e elaborado), dois arbitrários culturais (dominante e dominado), e dois tipos de linguagem (escritural-escolar e oral-prática), (…) balizada por dois pólos opostos, seguindo a tradição clássica da sociologia da educação".
>
> Abrantes & Amândio (2014:10-11)

Igualmente iremos acompanhar Bernstein (1960), dado ter elaborado modelos teóricos sobre o funcionamento dos sistemas educativos e como estes sistemas produzem relações sociais de desigualdade.

Considerado um sociólogo radical das relações entre educação, linguagem e classes sociais, e da teoria dos códigos linguísticos (restrito e elaborado), permitiu muitos estudos futuros na relação entre desigualdade e acesso à educação daqueles que vivem na pobreza. As formas de aprendizagem escolar e os saberes transmitidos pela escola estabelecem relações socialmente diferenciadas. Lahire, nos profícuos trabalhos que realizou, analisa a forma como as crianças de meios, considerados populares, se relacionam com a escola e com todo o seu aparelho linguístico e cultural. Nesta relação, são perspetivadas lógicas quotidianas de desigualdades sociais:

> o insucesso escolar não é entendido como resultado de uma incapacidade da família na preparação da criança para a escola, mas sim de uma cultura escolar que, ao conceber-se como a transmissora da única cultura (ou de uma cultura superior), funciona como uma máquina de menosprezo e exclusão das outras formas culturais, bem como dos seus portadores, neste caso, tanto as crianças como as suas comunidades de origem.
>
> Abrantes & Amândio (2014:11)

Para Lahire, o princípio da função reprodutora de desigualdades da escola, corporalizada nas elevadas taxas de abandono e insucesso escolar nas classes populares, ou na escolha pelas vias profissionais e profissionalizantes, "(…) não é um processo independente das práticas, relações e estratégias familiares" (Abrantes & Amândio, 2014:13).

Para além das incertezas e da ideia de risco (Beck, 1995; 1998) os jovens acolhidos participam numa pluralidade de lugares socioculturais físicos e simbólicos, nomeadamente o contexto de origem e o contexto de acolhimento.

Analisemos, no próximo ponto, se os seus projetos de vida se tratam de escolhas individuais ou antes uma imposição conduzida pelos *fazedores da moral* e que coartam a autonomia e a participação individuais dos jovens acolhidos.

Veremos ainda o que nos reserva a análise dos discursos de jovens acolhidos, e de profissionais, na quarta parte deste trabalho.

1.5. MAU-TRATO, (DES)PROTEÇÃO E DESVIO

Este ponto centra-se na emergência do conceito de maus-tratos, inicialmente num enfoque médico-social, mas que se alarga ao nível da intervenção e das políticas sociais de proteção da infância e juventude, decorrentes da tomada de consciência das condições da infância e da juventude mais vulnerável. Esta perspetiva oferece uma posição crítica sobre a emergência dos conceitos de normalidade e desvio em contextos residenciais de acolhimento. Problematizam-se, assim, os discursos normativos, as práticas de controlo social e as tensões entre proteção e autonomia. Esta abordagem aprofunda a revisão teórica desenvolvida no ponto 1 e prepara o terreno para a descrição do desenho metodológico que se segue no capítulo II deste trabalho.

1.5.1. MAU-TRATO, (DES)PROTEÇÃO E FAMÍLIA

Retrocedamos agora um pouco para confrontar a crua realidade do final do século XVIII, período em que despontava a infância burguesa e simultaneamente revelava uma horrenda realidade junto das crianças pobres, filhas de camponeses e operários. Começavam a trabalhar ainda na infância, contribuindo para a economia formal, vivendo em precárias condições, onde não haveria espaço para a intimidade familiar (Shorter, 1995), a mortalidade de crianças era altíssima e frequente o seu abandono (Azevedo & Maia, 2006). Surgem, então, instituições como as *Rodas dos Expostos*, os *Asilos da Infância Desvalida*, com objetivos de proteção à infância enjeitada, alojando em precários albergues crianças, cujos pais não possuíam condições económicas para as criar, educar e manter (Shorter, 1995), antecâmaras que separavam a vida das crianças, segundo a origem social.

Era inimaginável o conceito alargado de mau-trato como uma manifestação genérica de privação que perturba a representação dominante da família como espaço de afeto e proteção. Tal manifestação acarreta uma enorme complexidade, decorrente dos vários significados do próprio conceito de mau-trato, especialmente aquele que acerva ser dependente de fatores culturais e socioeconómicos (Santos, 2016). Mas os ventos mudam a favor do bem-estar da criança.

A generalização do sentimento da infância só ocorre, no ocidente, na segunda metade do século XX, com a consciência de que eram vítimas de situações de mau-trato, negligência e abandono, sendo necessária, por isso, uma proteção específica a este grupo social.

Nos anos de 1960, ao serem observadas autópsias de crianças vítimas de morte violenta, evidenciavam-se eventuais agressões por parte dos pais (Canha, 2003; Almeida *et al.,* 1998; Azevedo & Maia, 2006). O despertar da consciência científica deste fenómeno decorre dos primeiros exames realizados a crianças que recorriam aos serviços de urgência de diversos hospitais devido a abusos cometidos no seio da família (Dias, 2004), ou maus-tratos dos cuidadores ou instituições de acolhimento.

A consciência da existência de maus-tratos na infância assoma inicialmente no domínio da medicina, especificamente na especialidade de pediatria, porém o interesse científico pelas crianças e sua proteção só acontece em 1962, quando é publicado o artigo "The battered-child syndrome" por Henry Kempe e colaboradores (1962), no *Journal of the American Medical Association.* Com este artigo foi sublinhada a necessidade de proteção da criança, que poderia passar pela separação temporária da criança do seio familiar.

Vinte anos mais tarde, na década de 1980, a investigação acerca do mau-trato físico prevalece em relação a outras formas de abuso, e, se inicia a investigação sobre o conceito de mau-trato em contexto institucional e técnico. Em 1981, amplia-se a conceção para abuso, definindo-o como:

> Acto humano de cometimento ou omissão e/ou condições criadas ou toleradas por indivíduos, instituições ou pela sociedade, considerada no seu conjunto, que prejudicam o desenvolvimento da criança, privando-a dos seus direitos e/ou criando obstáculos à otimização do seu desenvolvimento.
>
> Martins (1999:74)

Em 1986, Fausto Amaro realiza o primeiro grande Estudo Epidemiológico português, tendo concluído que o número de número de crianças maltratadas e negligenciadas situava-se nos 20 mil (Amaro, 1986). Distende-se então o conceito de mau-trato, demarcando-o de uma perspetiva meramente médica, para uma perspetiva muito mais abrangente, incluindo a criança que "sem sinais evidentes de agressão física, apresente manifestações de privação emocional, afectiva e nutritiva, de negligência ou de agressão" (Canha, 2003:26).

A partir de 1990, a comunidade científica observa a questão do prisma das diferentes práticas parentais abusivas (Almeida, André & Almeida, 1995; Calheiros & Monteiro, 2000) e da necessidade da proteção de crianças abusadas e negligenciadas. De realçar ainda nessa década o trabalho realizado por Martins (1999).

Calheiros (1996) realizou um estudo exploratório sobre a definição de mau-trato e negligência, através da administração de questionário de avaliação e caracterização das situações de crianças maltratadas e negligenciadas. A autora construiu um instrumento para avaliar diferentes tipos de mau-trato e negligência na infância, bem como quais os fatores psicossociais associados.

Calheiros na sua investigação (1996:183) concluiu que:

> O mau-trato e a negligência de que a criança é vítima é diferente em função do agente ativo da situação ser uma figura parental primária ou um outro elemento do agregado. Sendo o papel da mãe culturalmente definido como central nas áreas da saúde, higiene, acompanhamento diário, relação, interação e supervisão escolar da criança, esta aparece associada aos níveis mais graves de mau-trato psicológico e negligência física da criança. Ou seja, quando estes aspetos falham na educação das crianças, verifica-se que o problema é atribuído sobretudo à mãe.

O trabalho de Calheiros (1996), leva-nos a concluir que a definição de mau-trato implica um juízo moral, um juízo de valor, relacionado com um comportamento ou situação definidos como disfuncional, desviante, pois não corresponde ao padrão social normativo, tema que iremos tratar no próximo ponto. O *lugar social* qualifica e enquadra a definição do conceito nas relações de poder e de domínio dos grupos (Almeida, André & Almeida, 1999).

O caráter privado da vida familiar, por um lado, acumula dificuldades na investigação e identificação do mau-trato, e por outro, poderá conduzir a uma visão da criança como propriedade exclusiva dos pais (Almeida *et al.,* 1998).

A severidade e prevalência dos maus-tratos físicos, ao atingir determinadas proporções, em alguns casos, poderá levar à morte Canha (2008), pelo que a proteção imediata da criança é levada a cabo pelas instituições competentes. A proteção do Estado, em casos de maior gravidade, traduz-se na colocação de crianças e jovens em instituições de proteção de acolhimento, pelo que importa analisar como são acolhidas, e, também, de que forma os seus direitos são efetivamente observados, no sentido da preparação daqueles para a vida em sociedade. Veremos mais adiante.

1.5.2. O LADO SOMBRIO DA FAMÍLIA: VIOLÊNCIA E CONFLITO

"Por socialização, designamos um conjunto de processos estruturais e biográficos que assegura a construção das identidades sociais pelas instituições e pelos indivíduos" (Dubar, 1991:114), constituindo-se a família como o primeiro espaço que fornece modelos de comportamento e fornece padrões de relação que proporcionam à criança uma primeira visão do mundo.

Como vimos no ponto 1, a construção da família conjugal moderna deu lugar à relação afetiva, à individualização, à privacidade e à proximidade dos laços entre elementos:

> A família é frequentemente sinónimo de segurança. Nas épocas conturbadas pelas guerras, pelas epidemias, pelas calamidades de toda a espécie, os homens associaram-se para se entreajudarem e se apoiarem, bem como para trabalhar em conjunto
>
> Segalen (1999:49)

Em perspetiva diacrónica, a história talvez não seja em espiral, porém feita somente de avanços e recuos. O individualismo que caracteriza a família moderna conduziu, como se defende muitas vezes, a uma pluralidade de formas familiares e a uma desestruturação, ou até mesmo destruição, da instituição familiar (Mucha & Cruz, 2000).

A par das imagens e arquétipos em relação à família, enquanto espaço de socialização, educação, proteção, segurança, orientação e integração social, encontramos "a família como geradora de monstros, de violência, a 'família que mata'" (Saraceno, 1992:13).

As transformações ocorridas no seio da família terão tido influência, quer ao nível dos comportamentos e papéis de género, quer ao nível da vida doméstica e dos indivíduos, e, qualquer perturbação no bem-estar da criança terá implicações. Exemplo disso, o divórcio que tem um impacto cada vez maior na vida das crianças (Giddens, 2001; Sani, 2002, 2006, 2018), dado que estas assistem direta ou indiretamente à violência interparental, e mesmo após a separação, veem-se, muitas vezes, envolvidas em processos judiciais.

Autores como Sani (2006) e Simões, Mota & Loureiro (2006) discutem as implicações do divórcio no ajustamento da criança, dando conta que, não raro, este provoca danos psicológicos e desequilíbrios emocionais.

Na atualidade a criança participa na dissolução e na recomposição conjugal dos pais. No entanto, e apesar das mais recentes transformações da sua organização, a família não deixou de ser uma célula base da vida social, não havendo nenhuma outra que a possa substituir enquanto principal lugar de (des)afeto.

Segundo alguns autores, a família continua a ser um espaço de relacionamento onde a criança se resolve em desilusão ou em esperança, onde as relações entre as entidades familiares e a criança dão lugar a quadros dominados ora pelo afeto, ora pelo sofrimento (Duarte, 2000; Torres *et al*., 2008).

O impacto provocado pelas situações de conflito no seio familiar causa severa ansiedade nos seus elementos mais vulneráveis. Inúmeros trabalhos já foram publicados e que evidenciam esta questão, nomeadamente os efeitos da exposição da criança à violência familiar, bem como o impacto da violência em contexto familiar nas crianças (Sani, 2002; Jiménez, 2009; Sani & Caridade, 2013; Sani & Caprichoso, 2013; Oliveira, 2015; Oliveira & Sani 2009; 2013; Sani, 2002,; Sani & Cardoso, 2013, Artz *et al*., 2014, Rodrigues, 2017, Pingley, 2017; Sani & Carvalho, 2018; Ravi & Tonui, 2020, Yaseen, Jan & Tabasum, 2020; Meneses & Ribeiro, 2024). Efetivamente os estudos dão conta da existência de efeitos e consequências traumáticas similares entre as crianças que vivenciam a exposição e as que são diretamente vítimas dos conflitos parentais, e, em muitos destes contextos, acontecem em situações de divórcio ou separação conjugal.

Se a família fornece modelos de comportamento e padrões de relação, então as situações de violência constituem um espaço em que as relações de poder e de controlo, na esfera do espaço doméstico são perspetivadas (Pedroso, 2015; Oliveira & Sani, 2009; 2016).

Sendo a infância uma fase crucial para o desenvolvimento das crianças, as experiências vivenciadas durante este período podem ter efeitos profundos e duradouros no desenvolvimento físico, emocional e cognitivo, uma vez que aquelas se encontram diretamente ligadas à qualidade dos estímulos e cuidados recebidos. Fatores como uma nutrição adequada, apoio emocional, segurança, e estimulação intelectual afetam a maneira como o cérebro se desenvolve, influenciando as habilidades cognitivas, a capacidade de lidar com emoções e até a saúde física a longo prazo.

Estes fatores podem impactar significativamente nas trajetórias de vida futura das crianças, moldando não apenas o seu desempenho escolar, mas o seu bem-estar emocional e as suas capacidades sociais.

As crianças expostas a ambientes favoráveis têm assim uma maior probabilidade de alcançar um desenvolvimento saudável, enquanto aquelas expostas a condições adversas, como a negligência, a violência e os maus-tratos, podem enfrentar desafios contínuos ao longo da vida. Para além disso, a convivência diária com um meio violento e conflituoso proporciona à criança adquirir modelos de vida deturpados (Canha, 2008).

Tal como se verifica pela revisão da literatura realizada (Widom & Maxfield, 2001; Turner & Butler, 2003; Currie & Widom, 2010; Chapman *et al*., 2011; Shonkoff & Garner, 2012; Widom, 2014; Haran & Widom, 2015; MacLaughin & Sheridan, 2016; Boynton-Jarrett *et al.*, 2021), existe uma associação significativa entre a exposição a experiências adversas na infância e o aumento de risco de problemas de saúde mental, física, psicológica, social e económico.

Ora, se a família não se constituir como espaço de afetividade e proteção o Estado advoga o direito de proteger as crianças e os jovens, cujos direitos são incumpridos. Passemos então ao ponto seguinte e à forma como discorreu a proteção da infância e da juventude, focados sobretudo no século XX.

1.5.3. POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE

1.5.3.1. O Estado Moderno ao virar do século XXI

O estudo da história da família, da infância e da juventude comprova que o tempo e o espaço que lhe são atribuídos estão longe de constituir realidades de ordem estritamente natural, uma vez que aquela se vai definindo no contexto das relações familiares e sociais, em função da evolução das sociedades em termos económicos, culturais, ideológicos e políticos. Também por isso, os discursos e as práticas divergem ao longo das épocas, numa clara demonstração de que a visão que temos de cada uma delas é uma construção dinâmica.

Será no século XX que mais se desenvolve o pensamento acerca das especificidades da infância por relação às outras fases da vida. Esse século foi, sem dúvida, o século da criança, pois a partir desta altura investiu-se na criação de melhores condições de vida.

Às crianças foi concedida uma atenção sem precedentes, sendo maiores as expectativas em relação ao seu futuro e ganhando a escola uma maior importância, como meio de ascensão social (Duarte, 2000). O século XX foi notável pela ênfase colocada no estudo e conceptualização da infância como uma fase específica no ciclo de vida. Esta conceptualização focou a infância como um período de dependência que requer proteção, o que, por sua vez, levou ao desenvolvimento de sistemas estatais para garantir essa mesma proteção (Mason & Steadman, 1996).

Com as alterações na estrutura e, principalmente, na forma de relação da família moderna, encontramos um oposto dialético: se a família passa a constituir-se como espaço de afetividade e proteção, então o seu funcionamento passa a ser regulado pelo Estado quanto ao seu papel de proteção em relação às crianças abandonadas, negligenciadas ou maltratadas: "A família protectora é cada vez mais substituída pelo grupo social, onde o Estado é protector, não só nos actos mas também nas atitudes. Onde na sociedade tradicional o indivíduo se voltaria para a família, volta-se agora, (…) para o Estado" (Segalen, 1999:34).

Foi em inícios do séc. XVIII que se expande a tensão entre família e o Estado, mais evidente a partir do final do século XIX, pela ingerência do Estado, o qual gradualmente foi incrementando formas de regulação da vida privada. O controlo da família é crescente e será inversamente maior quanto mais vulnerabilidade apresentarem os seus membros, as famílias *irregulares* e "pobres, de algum modo desviadas das regras sociais" são aquelas em que "mais facilmente um assistente social entra para verificar suspeitadas violências, possíveis insuficiências educativas (…)" (Segalen, 1999:205). Esta afirmação torna-se mais evidente, no que às crianças abandonadas e vítimas de qualquer forma de mau-trato diz respeito.

As políticas de proteção da infância e juventude têm alternado entre duas perspetivas (Vilarinho, 2000): ou se considera que as medidas de proteção da família solucionam os problemas das crianças e jovens, ou, se considera a criança e o jovem como elementos da sociedade de bem-estar, como membros da família, plasmando a ideia psicojurídica da criança e jovem, que convoca uma eventual alienação parental por meio de ações jurídicas. A perspetiva da sociedade de bem-estar expressa a autonomização das políticas protecionistas para a infância e juventude, com a criação de serviços especializados e apoios específicos nos mais variados domínios (Vilarinho, 2000). No entanto, tanto uma como outra perspetivas e baseiam numa visão adultocêntrica de dependência em relação à família e ao Estado e de menoridade, ou subalternidade, e ao considerar a menoridade da criança e jovem tal se afigura que o Estado os excluiu da sua condição de sujeitos de direitos.

> "O Estado moderno adquire a competência de interferir numa área que até aí lhe estava vedada: a família" (Ferreira, 2000:180). Esta intromissão é visível em vários aspetos: as situações consideradas mau-trato, a regulação do trabalho infantil, a regulação da vida da família e o controlo da educação. A regulação do Estado constata-se pela produção de normativos jurídicos de proteção dos interesses e direitos das relações familiares e da família enquanto instituição, como são exemplo a habitação, a saúde, o trabalho feminino, a vacinação obrigatória das crianças, a vigilância das amas de leite e o trabalho infantil.
>
> (Vilarinho, 2000:96)

1.5.3.2. O paradigma judicializado de proteção

Do ponto de vista histórico, a revolução industrial e as precárias condições em que viviam os adultos, mas principalmente as crianças, e as duas Guerras Mundiais, forjaram uma viragem na consciência internacional em relação à proteção das crianças.

No século XX, no contexto nacional, podem ser perspetivadas algumas medidas marcantes (Epifânio, 2001). Na Primeira República, foi proclamada a primeira Lei de Proteção à Infância, datada de 1911, com a criação das *Tutorias da Infância* e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças, que pretendia *formar* "homens que sejam o bom exemplo, a assiduidade do bem e do trabalho, eis a aspiração da *Tutoria da Infância* e da *Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças*".

A criação das *Tutorias da Infância* e dos institutos de assistência pública para crianças abandonadas, pobres, enjeitadas e vadias inscreve-se neste movimento. Ao lermos as páginas iniciais de *Vigiar e Punir* (Foucault, 1987), um documento importante para a evolução histórica e legislativa dos métodos e meios punitivos da delinquência juvenil, recuamos de igual forma, às primeiras formas públicas de proteção à infância em Portugal. Efetivamente, no Preâmbulo da primeira Lei de Proteção à Infância (Decreto do Governo n.º 137, de 14 de junho de 1911) tem como objetivos que visam a 'educação, a purificação, o aproveitamento da criança – a base das sociedades, a matéria-prima com que hão de construir-se e cimentar-se os alicerces, erguer-se a arquitetura desempenada duma nacionalidade nova, solidamente organizada'. As crianças em situação de pobreza, precariedade e abandono eram consideradas como potenciais delinquentes, havendo necessidade do controlo e da regeneração social. O dispositivo de controlo do Estado baseia-se, assim, numa estrita trilogia de valores: "proteger, regenerar e tornar útil". A domesticação e controlo dos menores desprotegidos, de ambos sexos, pervertidos ou que se dedicam ao crime está ainda presente na Lei, e ainda no preâmbulo Decreto do Governo n.º 137, de 14 de junho de 1911 deste diploma argumenta-se que só:

> (…) com crianças educadas num regime escolar disciplinado, com uma higiene moral escrupulosa, instruídas no conhecimento das cousas e na prática das leis sentimentais que formam caracteres, das leis sociais que formam atividades positivas se poderá constituir uma sociedade que à salubridade dos costumes reúna as ansiedades fecundas do saber e do trabalho.

Este diploma acresce ainda que visa a proteção das crianças na sua formação para "o bem e o trabalho", já que da criança sairá "o homem, como da aurora sai o dia pleno", por que de "crianças anormais não poderão (…) resultar senão homens monstruosamente pervertidos, criaturas nocivas à harmonia da sociedade que não soube polir-lhes as arestas, iluminar-lhes o cérebro, adoçar-lhes o coração".

Por seu lado, as *Tutoria*s constituíam um "Tribunal colectivo especial, essencialmente de equidade, que se destina a defender ou proteger as crianças em perigo moral, desamparadas ou delinquentes sob a divisa 'educação e trabalho'", cujo intuito era mais de "prevenir, curar do que propriamente o de castigar, na acepção vulgar da palavra".

Existiam Tutorias Centrais em Lisboa, Porto e Coimbra com jurisdição indistintamente nas crianças em perigo moral, crianças desamparadas e crianças delinquentes. E a Lei de Proteção à Infância estipulava medidas concernentes à colocação definitiva, guarda, vigilância, tratamento, educação ou tutela, no sentido de "conjugar, no interesse dos menores, a sua ação educativa e moralizadora".

Este paradigma judicializado de proteção à *infância desvalidada*, desprotegida, abandonada e que se dedica à *vadiagem* e à *gatunagem*, perdura durante todo século XX. Em síntese, examinada a infância como um período no ciclo de vida distinto de outros, o Estado pondera a distinção da responsabilidade penal nas crianças, com o enfoque na aplicação de medidas de caráter protetor, assistencialista e educativo, em detrimento de medidas penais (Martins, 2004).

Durante o século XX, e da análise da legislação produzida em Portugal (Epifânio, 2001), verifica-se que a intervenção da proteção às crianças desprotegidas é marcadamente judicializada com uma predominância da intervenção do Estado.

Tradicionalmente as crianças eram vistas como propriedade dos pais (ou outros adultos responsáveis), os quais estariam investidos de direitos considerados indispensáveis para levar a bom termo a sua propriedade. Como iremos ver um pouco à frente, presentemente os direitos das crianças resultam em deveres dos adultos.

1.5.3.3. Organização Tutelar de Menores

A jurisdição da Lei de Proteção à Infância tinha um vasto leque de aplicação, desde os menores em perigo moral, abandonados ou pobres, até àqueles que eram maltratados, mas, também, se aplicava aos menores desamparados e delinquentes, que fossem ociosos, vadios, mendigos ou libertinos, ou, numa escala de gravidade crescente, aqueles que fossem contraventores ou criminosos. De tal forma extensa a sua aplicação, a Lei também previa os casos em que os menores fossem indisciplinados ou anormais patológicos. Pretendia-se, assim, "prevenir não só os males sociais que podem produzir perversão ou crime entre os menores de ambos os sexos e de menos de 16 anos, ou comprometer a sua vida ou saúde, mas também para curar os efeitos desses males", como situações sinalizadas pela manifesta desorganização e anormalidade social.

A Lei de Proteção à Infância de 1911 foi só atualizada, e manteve-se em vigor durante algumas décadas, com a Organização Tutelar de Menores (Decreto-Lei n.º 44288, de 20 de abril de 1962), em pleno Estado Novo. Com esse diploma, os Tribunais tinham a proteção jurídica dos menores no domínio da proteção e da prevenção criminal, através da aplicação de medidas de proteção, assistência e educação, mediante a adoção de providências cíveis adequadas. O Decreto n.º 44288 de 1962 (Organização Tutelar de Menores - OTM) traz como inovação, em relação à Lei de Proteção à Infância, a aplicação de medidas de prevenção criminal, bem como a aplicação de medidas de penalização criminal com o internamento e privação da liberdade, para "curar" os efeitos da anormalidade social.

Das medidas de prevenção criminal destacam-se:

- a admoestação;
- a entrega aos pais (tutor ou pessoal encarregado da sua guarda);
- a liberdade assistida;
- a caução de boa conduta;
- o desconto nos rendimentos, salário ou ordenado.

Das medidas de prevenção criminal de colocação destacam-se as seguintes:

- a colocação em família adotiva;
- a colocação em regime de aprendizagem ou de trabalho em empresa particular ou em instituição oficial ou privada.

Das medidas de penalização criminal destacam-se (art.º 21º da OTM):

- o internamento em estabelecimentos oficiais ou particulares de educação ou de assistência;
- a recolha em centro de observação por período não superior a 4 meses;
- a colocação em lar de semi-internato;
- o internamento em instituto médico-psicológico;
- o internamento em instituto de reeducação).

Com a instauração de um novo sistema democrático após 1974, o referido Decreto-Lei foi revisto já no final da década de 1970, através da publicação do Decreto-Lei n.º 314/78 de 27 de outubro, surgindo os Centros de Observação e Ação Social (COAS), tutelados pela Direção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores.

Em traços gerais, como ocorreu a alteração deste quadro normativo, o que será tema do ponto seguinte, conduzirá à consideração das crianças e jovens como objetos de proteção e direitos próprios (Pinto & Sarmento, 1997; Ferreira, 1997; Martins, 2006) reconhecidos internacionalmente (Giddens, 2000).

1.5.4. Convenção sobre os Direitos da Criança

A criança enquanto detentora de direitos surgiu no início do século XX. Faremos, então, uma incursão aos acontecimentos, documentos e instituições internacionais responsáveis pela atenção dada à criança e à sua situação.

Em 1920 é fundada em Genebra a União Internacional de Socorro às Crianças e constituída uma carta com cinco princípios aprovados pela 5ª Assembleia das Nações Unidas em 1924, conhecida como a Carta dos Direitos da Criança ou Declaração de Genebra, sendo reconhecida nas legislações de diversos países.

As Guerras Mundiais contribuíram de forma decisiva para a criação de organizações como a United Nations Children's Fund em 1947 (UNICEF). Mas seriam ainda precisos mais doze anos para que Assembleia Geral das Nações Unidas aprovasse a Declaração dos Direitos da Criança. Com essa Declaração, promulgada em 1959, e posteriormente com a publicação da obra de Philippe Ariès, a compreensão da infância e a produção teórica funcionalista "adotam uma conceção de infância (…) passível apenas de explicar a reprodução social. Pouca atenção é dada à contradição e ao conflito: uma criança ou se conforma, ou é tida como desviante" (Rosemberg & Mariano, 2010:694).

As instituições destinadas à infância, do qual o exemplo mais paradigmático se encontra na escola de massas, e o que Ariès (1988) denominou de enclausuramento das crianças, reforçam a reduzida visibilidade pública da criança, e quando acontece encontra-se associada à anormalidade, ao dito *desvio* das mesmas.

No entanto, o grande marco histórico na proteção contra todas as formas de exploração e mau-trato acontece com a aprovação, a 20 de novembro de 1989, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por unanimidade, a Convenção sobre os Direitos da Criança, reconhecendo-se à criança, devido à sua vulnerabilidade, direitos específicos e próprios da sua condição etária.

A profunda alteração do paradigma judicializado de proteção da infância e juventude em Portugal verifica-se a partir de 1990 com a adoção pelo Estado Português da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e na subsequente legislação no domínio da proteção à infância. Com a Convenção é atribuída aos Estados a responsabilidade no funcionamento dos mecanismos indispensáveis de prevenção e de proteção, nomeadamente os que remetem para a oferta de serviços e de instituições de acolhimento e de prestação de cuidados médicos, de educação e de segurança social. Com a aprovação da Convenção as crianças adquirem um estatuto próprio, reconhecendo-se a sua especificidade e proteção especial, enquanto padrão em diferentes contextos sociais (Sarmento, 2009).

Esta Convenção, em comparação com as declarações internacionais anteriores, não só reconhece à criança todos os direitos, liberdades e garantias adotados na Declaração dos Direitos Humanos, sendo estabelecidos critérios universais, e define que toda a situação que se afaste do legalmente consagrado se constitui como potencial risco. Esta Convenção visa contemplar e regular as condições consideradas necessárias ao reconhecimento social e à defesa da dignidade do ser humano. No entanto, e pela primeira vez, a Convenção inova ao conceder às crianças direitos, até então reservados somente aos adultos, não esquecendo a especificidade da criança, numa conceção ainda próxima do preâmbulo da Declaração dos Direitos da Criança de 1959: "a criança, em razão da sua falta de maturidade física e intelectual, precisa de uma proteção especial e de cuidados especiais, especialmente de proteção jurídica apropriada antes e depois do nascimento".

De acordo com a Convenção, os direitos das crianças resultam antes em deveres dos adultos, devido à imaturidade, vulnerabilidade e incompetência, pelo que possuem um estatuto especial (Pinto & Sarmento, 1997; 1999; Sarmento, 2002; Sarmento, Tomás & Soares, 2004). No entanto, assiste-se, ao longo do tempo, à substituição do poder-dever dos pais em relação à criança, pelo que o Estado, e a sociedade, passará então a assumir um papel protetor. Efetivamente, a partir do século XX, o Estado tende a controlar a família através das suas instituições. Badinter (1980) vê nisso a substituição do patriarcado familiar pelo patriarcado do Estado. Este *patriarcado*, este novo modelo de proteção, corporiza-se na elaboração de instrumentos jurídicos nacionais e internacionais de grande impacto e abrangência na proteção das crianças.

As crianças que anteriormente eram consideradas como sendo uma responsabilidade dos pais e, consequentemente, não lhes eram reconhecidos direitos próprios, específicos e inerentes à sua condição.

Com a CDC é atribuída aos Estados a responsabilidade no funcionamento dos mecanismos indispensáveis de prevenção e de proteção, nomeadamente os que remetem para a oferta de serviços e de instituições de acolhimento e de prestação de cuidados médicos, de educação e de segurança social. Globalmente poder-se-á dizer que os direitos da criança constantes na Convenção se agrupam em três categorias:

- os direitos de provisão, relativos ao acesso da criança a certos bens e serviços (alimentação, cuidados de saúde, educação, segurança social);
- os direitos de proteção, em relação a certas atividades, ao mau-trato e a todas as formas de exploração;
- os direitos de participação, referentes à ação em certas circunstâncias e às decisões suscetíveis de afetarem a vida das crianças.

Com efeito, a Convenção, na sua aspiração de regular universalmente as práticas sociais dirigidas às crianças em todos os tempos e lugares, ambicionava realizar um amplo conjunto de desígnios, todavia, coexistindo um desfasamento entre o tempo legislativo e o tempo social, a produção de leis teria, sobretudo, uma função orientadora de novas condutas (Martins, 1999). A Convenção poderá ser perspetivada sob dois prismas: o carácter universal da norma ocidental moderna de infância (Sarmento & Marchi, 2008) dos direitos individuais e na simultaneidade de direitos relativos à proteção e à provisão e aos direitos de liberdade, expressão e participação (Soares, 1997; 2005; 2006).

1.5.4.1. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

Com a Convenção sobre os Direitos da Criança se reconhecerá os direitos de participação das crianças e dos jovens, e se reforma o paradigma até aí vigente na proteção à infância e à juventude, o que terá culminado com alterações legislativas e administrativas de grande importância. Após a ratificação da CDC pelo Estado português, a legislação cria as Comissões de Proteção de Menores (Decreto-Lei n.º 181/91 de 17 de maio).

Definitiva e legalmente, os problemas das crianças deixam de ser do domínio privado e passam a constituir-se como um assunto do interesse e domínio públicos, portanto, também na esfera do direito público, mas foi necessário quase um século para que tal viesse a acontecer.

A maior reforma do sistema legal ocorre com a publicação das Leis de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro) e Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99 de 14 de setembro). As crianças e jovens são então transferidas para lares de infância e juventude ou para centos educativos, consoante a situação, respetivamente as crianças e jovens carecidos de proteção ou os jovens que tivessem cometido crimes estipulados pelo Código Penal, com idades compreendidas dos 12 aos 16 anos.

Esta terá sido a alteração legislativa mais significativa e que demarca a separação definitiva entre as crianças e jovens em perigo e as que cometem atos qualificados como crime pela lei penal. São assim instituídos dois sistemas distintos: o sistema de proteção e o sistema de justiça (Pedroso, 1998).

No anterior sistema o acolhimento de crianças e jovens era feita nos mesmos espaços, o que poderia conduzir, segundo Pedroso (1998), à perpetuação da reprodução da delinquência juvenil. Com a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2001 das Leis de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e Tutelar Educativa temos a demarcação definitiva entre o modelo de proteção e o modelo tutelar penal.

1.5.4.2. Participação das Crianças e Jovens

A alteração legislativa de 1999 aportou um modelo de intervenção comunitário mais participativo e menos judicializado desempenhando um papel de relevo no sistema de proteção, saído das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), enquanto entidades oficiais interinstitucionais e interdisciplinares não judiciárias.

O quadro jurídico decorrente da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) veio ampliar a consciência entre os profissionais e o público em geral acerca do mau-trato infantil, levando à criação de instituições não-judiciárias, denominadas CPCJ. Estas instituições têm o dever de proteger todas as crianças que se encontrem em território nacional, independentemente da sua nacionalidade.

O escopo da intervenção das CPCJ acontece em duas situações: quando ocorrem deficiências no meio que indicam um risco para as condições físicas, educacionais e de desenvolvimento da criança e do jovem ou quando a própria criança ou jovem apresenta um problema comportamental, sem que os seus pais ou representantes legais o consigam remover dessa situação.

Na verdade, a LPCJP parece ter fomentado a colaboração entre os serviços públicos, as instituições sociais e, em geral, todos os cidadãos com especial interesse na área da infância e juventude. Facto inovador foi paralelamente inserido, pois a lei geral prevê, nas situações em que ocorram crimes contra as crianças, a obrigatoriedade de participação criminal, através da instauração de inquéritos-criminais, e até mesmo a privação dos direitos parentais, como a alteração ou inibição da guarda parental.

A intervenção das CPCJ requerer o consentimento dos pais e a não-oposição das crianças maiores de doze anos, observando-se desta forma a garantia efetiva dos direitos e liberdades fundamentais preconizados na Constituição da República Portuguesa.

Na realidade, a criação das CPCJ tem como primordial missão que a comunidade assuma uma responsabilidade progressiva na proteção das crianças e jovens.

Alguns autores, como Santos *et al.* (1998), referem que, com a criação das CPCJ, ocorre uma viragem na desjudicialização do sistema de proteção à infância e a instauração de um novo paradigma protetivo da infância e juventude.

A intervenção das CPCJ pretende, através da mobilização comunitária e do papel das instituições de âmbito municipal na proteção à infância, contribuir para um novo papel do Estado, enquanto parceiro social, dinamizador das "energias locais potenciadoras do estabelecimento de redes de desenvolvimento social" (Epifânio, 2001:17).

O Estado ao criar mecanismos reguladores para as situações de mau-trato e negligência parental, ambiciona limitar a intervenção judicial junto das crianças, jovens e suas famílias, uma vez que na composição das CPCJ se revê a posição do Ministério Público. Neste paradigma, o Ministério Público passa a ter um papel de articulação e coordenação com os vários intervenientes a nível comunitário, administrativo e judicial (Pedroso, 1998; Santos *et al*., 1998; Epifânio, 2001). Este instrumento jurídico caracteriza-se por uma maior ênfase na participação da comunidade na proteção das crianças e jovens.

Mas a CDC tem já mais de três décadas, pelo que talvez importe agora analisar criticamente se os direitos das crianças e jovens desprotegidas são, efetivamente, reconhecidos e operacionalizados nas instituições que as acolhem.

Atentos aos direitos das crianças e jovens, mais concretamente, aos que se encontram acolhidos e privados de um contexto familiar, devido à violação dos seus direitos pelos que os deveriam proteger, concordamos com Malaquias (2018:113) quando afirma "a sociedade está impelida a tratar a criança longe da sua condição como pessoa", porque a sociedade, de adultos e para adultos, "bloqueia o fluxo da inventividade, da novidade, da criatividade, da poética e da audácia da infância e da juventude", e, dispositivos, ordenamentos e poderes perpetuam, "o silenciamento de crianças e adolescentes, como ditam as lógicas menoristas."

1.5.4.3. Direitos e Participação

A organização da proteção à infância resulta de um equilíbrio entre o ordenamento jurídico e, mais recentemente, na ideia de responsabilização comunitária. Tal como afirmam Santos e colaboradores (1998:252) "*a boa comunidade surge por oposição à má instituição*". A comunidade é chamada a assumir a sua responsabilidade, através da consciencialização comunitária na resolução dos problemas dos seus membros mais novos, vertida na composição interinstitucional da modalidade alargada das CPCJ. Outros autores defendem um modelo diverso, este fundado na conceção da responsabilidade solidária dos direitos individuais, os direitos das crianças e jovens assumem assim uma natureza eminentemente social, o que se afasta claramente do direito natural. Neste contexto surgirá a ideia de desjudicialização da proteção à infância, alteração fundamental que alerta para os contextos de perigosidade e que eventualmente podem colocar a criança e jovens em perigo, mas, sobretudo, sinaliza crianças e jovens em risco, e como tal, estes não podem ser criminalizados pelas circunstâncias do contexto que é, na verdade, da responsabilidade de todos e o poder-dever de os proteger. Tal como alerta Nery (2012:08)

> ao aprofundar a investigação, propondo situações cotidianas, as respostas demonstram falta de atitude e de um comportamento que traduza ou, de fato, efetive os direitos preconizados nas leis, revelando contradições e ambiguidades. Fica caracterizada a lacuna que há entre o que prevê a lei e o que ocorre nas práticas sociais, o descompasso entre o *declarado* e o *praticado.*

Malaquias (2018:112), em investigação realizada com profissionais que trabalham com crianças em risco e tuteladas pelo sistema de promoção e proteção brasileiro, conclui que "as representações psíquicas grupais e individuais convergiam para a reprodução de relações de poder e de tutela dos atendidos".

Por outro lado, Valdés (1995:743) refere que o exercício da autonomia das crianças está condicionado por uma situação de radical vulnerabilidade. Havendo vulnerabilidade, a criança não se encontra em condições de negociar em relações equitativas de reciprocidade de direitos e obrigações, não podendo, assim, existir relações de reciprocidade quando uma das partes é mais frágil. Segundo John Holt (1974), na sua obra *Escape from Childhood*, e em trabalhos posteriores, a vulnerabilidade e a falta de experiência das crianças não seriam características inerentes, mas antes uma construção ideológica utilizada para justificar a negação dos seus direitos.

O conceito de obrigação está essencialmente vinculado com o de responsabilidade. Os documentos de proteção à infância não só reduzem a responsabilidade das crianças aos pais ou familiares, mas estendem essa responsabilidade ao Estado, patente na obrigação acometida aos Estados pela Convenção.

Samagaio (2016) em investigação realizada com crianças e jovens procura refletir sobre a necessidade de aquelas serem ouvidas na avaliação participativa das políticas sociais que os visem como destinatários diretos, sendo o universo infantojuvenil, simultaneamente sujeito de investigação, informante privilegiado e construtor de opiniões.

Reconhece-se o poder dos adultos sobre crianças e jovens, o que os coloca numa posição subalterna face à geração adulta (Sarmento, 2009), pelo que os seus direitos constituirão, cada vez mais, um projeto que, na convivência humana, procura traduzir o reconhecimento da dignidade, realização, liberdade e responsabilidade (Leandro, 1999) procurando gerar sujeitos de e com direitos próprios, tema também desta investigação.

1.6. DESVIO E NORMA

1.6.1. Ato desviante

Como vimos anteriormente, a partir do século XVIII, a modernidade construiu categorias para definir, nomeadamente, a família e a infância, entre outras categorias, pelo que reconhece a anormalidade às restantes que se afastam dessas definições.

Iniciemos por descrever as correntes que nos conduzem à normatividade, ou pelo contrário, ao desvio. Goffman (1999:119) afirma:

> É notável que aqueles que se ocupam das ciências sociais tenham-se habituado com tanta facilidade ao uso do termo desviante, como se aqueles a quem o termo é aplicado tivessem em comum tantas coisas significativas que eles poderiam ser considerados como um todo.

Nesta afirmação de Goffman (1999) encontramos a noção que a sociedade categoriza os seus membros de acordo com os atributos considerados como comuns e naturais e acrescenta "(…) nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo" (Goffman, 1999:6). No mesmo sentido "podemos descrever como desvio qualquer coisa que difere do que é mais comum" ou ainda "tudo que varia excessivamente com relação à média". (…) "Numa conceção menos simples, mas muito mais comum, o desvio identifica como algo essencialmente patológico, revelando a presença de uma «doença»" (Becker, 2009:18).

Tanto uma como outra aceitam "o julgamento leigo de algo como desviante e, pelo uso de analogia, situa a sua fonte dentro do indivíduo, impedindo-nos assim de ver o próprio julgamento como parte decisiva do fenómeno (Becker, 2009:20). Foucault (1987:149) acrescenta ainda que "o que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo oque está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios", atualmente talvez se deva dizer que é passível de corretivo tudo o que não estiver conforme. Já Durkheim, na obra *As Regras do Método Sociológico*, estabelecia essa clara distinção entre normal e patológico (Ferreira, 1999).

Assim, os fenómenos sociais quando atingem proporções excessivas são passíveis de reação sancionatória por parte da comunidade, bem como na utilização matéria de mecanismos de controlo e sanção, no sentido da manutenção da coesão social.

A noção de desvio baseado no modelo médico, utilizado por muitos sociólogos, rotula como desviante um sintoma da desorganização social, pelo que "discriminam entre aqueles traços da sociedade que promovem estabilidade (e são, portanto, 'funcionais') e os que rompem a estabilidade (e são, portanto, 'disfuncionais')" (Becker, 2009:20). Mas esta distinção, aparentemente simples, "é mais difícil na prática do que parece ser a teoria especificar o que é funcional e o que é disfuncional para uma sociedade ou um grupo social." (Becker, 2009:20). Por isso, na conceção do desvio a funcionalidade não pode limitar a nossa compreensão acerca do próprio fenómeno. Por isso, a funcionalidade do desvio não pode limitar a nossa compreensão acerca do próprio fenómeno.

Outra conceção sociológica mais relativista identifica "o desvio como a falha em obedecer a regras do grupo". No entanto esta conceção coloca um novo problema:

> Uma sociedade tem muitos grupos, cada qual com o seu próprio conjunto de regras, e as pessoas pertencem a muitos grupos ao mesmo tempo. Uma pessoa pode infringir as regras de um grupo pelo próprio facto de ater-se às regras de outro.
>
> (Becker (2009:21)

A conceção de desvio, na aceção de Becker (2009) será produzida pela sociedade pois "os grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio". Neste sentido:

> O desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um «infrator». O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.
>
> Becker (2009:22)

"O desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele" (Becker,2009:27), no entanto, um ato desviante poderá ser também tratado de forma diferente consoante o tipo de infrator. Ora vejamos, o exemplo apresentado por Becker (2009:25):

> O grau em que um ato será tratado com o desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. Regras tendem a ser aplicadas mais a algumas pessoas que a outras. Estudos da delinquência juvenil deixam isso muito claro. Meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal com os meninos de bairros miseráveis. O menino de classe média tem menos probabilidade, quando apanhado pela polícia, de ser levado à delegacia; menos probabilidade, quando levado à delegacia, de ser autuado; e é extremamente improvável que seja condenado e sentenciado.
>
> Essa variação ocorre ainda que a infração original da norma seja a mesma nos dois casos. De maneira semelhante, a lei é diferencialmente aplicada a negros e brancos.

Poderíamos também dizer que o sistema de punição não funciona como o esperado na disposição normativa, ou que esta justiça tem diferentes pesos e medidas, todavia o que nos parece estar em causa é o excessivo poder discricionário de quem sentencia. Para igual desconformidade a reação deveria ser igual.

Para Becker (2009), significa que um ato desviante é sempre a reação do outro a um comportamento, pelo que o mesmo comportamento pode ser considerado como desvio num dado momento e não em outro, bem como pode ser considerado normativo quando cometido por determinada pessoa e não por outra. Becker (2009) tenta responder a esta questão considerando que esta relação está imbuída de poder político e económico, pois as regras são feitas, na generalidade, pelos mais velhos, por se considerar que os jovens não são suficientemente sensatos ou responsáveis para definir regras adequadas para si próprios, ou como refere Ferreira (1999:650), o "desvio é inseparável de um sistema classificatório e de significação a partir do qual os grupos sociais dominantes procuram impor a superioridade das suas definições e da sua versão de moralidade". Os processos de rotulagem, estigmatização e criminalização dos comportamentos sociais são formas de praticar o domínio num plano simbólico e ideológico pela ordem social estabelecida (Ferreira, 1999). O mesmo acontecerá, por exemplo, com a imposição por parte dos homens de regras às mulheres. Becker (2009:29-30) vai mais longe quando afirma perentoriamente:

> A classe média traça regras que a classe baixa deve obedecer — nas escolas, nos tribunais e em outros lugares. (…) Aqueles grupos cuja posição social lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras. Distinções de idade, sexo, etnicidade e classe estão todas relacionadas a diferenças em poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para outros.

A proliferação do poder disciplinador e normalizador/normativo terá fomentado a propagação da atividade de julgar, segundo Foucault (1987:14):

> há juízes de normalidade em toda a parte. Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do assistente social-juiz, todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos. A rede carcerária, em suas formas concentradas ou disseminadas, com seus sistemas de inserção, distribuição, vigilância, observação, foi o grande apoio, na sociedade moderna, do poder normalizador.

Como anteriormente referido, Goffman (1974) analisa as características das instituições totais, enquanto espaços com regras próprias e mecanismos de controlo e disciplina. Isto significará que as experiências sociais dos/as internados/as se organizam de acordo com as suas identidades e posições, ou pelo contrário, segundo um repertório de situações ritualizadas e impostos pela instituição, havendo sanções aos desviantes, aos/as incumpridores/as? Ou talvez a organização social se efetive pela adjunção da norma política, porquanto esta norma não é uma restrição imposta pelo Estado.

1.6.2. Norma político-social

> Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimónias, exigem-lhe sinais (…) o corpo é investido por relações de poder e de dominação
>
> Foucault (1987:25)

Será que podemos encontrar algum paralelismo na análise dos discursos e práticas de profissionais de casas de acolhimento na atualidade com o exemplo da utilização do tempo numa casa de correção de jovens em Paris no final do século XVIII?

Ou ainda como nos refere Foucault (1987:24) nesta relação institucional poder-se-á "estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto".

Foucault (1987:117) analisa de forma audaz a forma como as instituições domesticavam os corpos: "houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. (…) ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam".

Na relação institucional será que existe um controlo e disciplina de forma a "fabricar" corpos dóceis, submissos e obedientes?

Ou pelo contrário, a instituição permite a autonomia, a liberdade e a participação individuais dos jovens acolhidos?

Foucault (1987:122) refere que a disciplina acontece na distribuição dos espaços, no controlo dos horários das atividades tornando-se uma técnica específica de poder, de inspiração militar.

A exemplo, nas instituições de acolhimento, de índole religiosa, que se pautam no rigor da disciplina, tal como uma congregação de fé, afirma Foucault (1987:128) que ao longo de "séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares."

Questionamos então:

Os comportamentos dos jovens que não cumpram com a disciplina imposta na relação institucional, como são sancionados?

Poderão os jovens acolhidos opor-se a regulamentos e decisões institucionais?

Foucault (1987:149) refere as

> micropenalidades - do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas); da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo); da maneira de ser (grosseria, desobediência); dos discursos (tagarelice, insolência); do corpo (atitudes "incorretas", gestos não conformes); e da sexualidade (imodéstia, indecência), como exemplos das sanções e criação de uma tecnologia do poder.

Seguindo esta ideia, a alma e o corpo constituem-se como espaços de punição, aprendizagem e normalização, através das práticas e relações de poder institucionais, reguladas pelo bem e o mal, pelo normal e o desviante, pelo funcional e o disfuncional:

> individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar exclusões — isso é o que foi regularmente realizado pelo poder disciplinar desde o começo do século XIX: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada
>
> Foucault (1987:165)

Mas a política da norma, as "forças de controlo social, quando se tornam demasiado poderosas, acabam por bloquear e esmagar a liberdade e a iniciativa dos indivíduos ecolocar a sociedade na via da estagnação e da degenerescência" (Ferreira, 1999:636), e, na visão durkheimiana, o desvio uma construção social que resulta da moral coletiva e não um comportamento particular que possa ser avaliado negativa ou positivamente (Ferreira, 1999). Num quadro em relações de poder se (re)produzem e são (re)produzidas pelo sistema de verdade dominante, apesar das resistências, os indivíduos encontram-se moralmente inclinados a aceitar a definição de uma realidade imposta por um grupo superior, em detrimento das suas próprias definições, enquanto grupo subordinado ou subalterno. Como se processam as relações entre os grupos?

Os fenómenos quotidianos são ferramentas fundamentais para se compreender as manifestações individuais, estruturas sociais e simbólicas, e as formas pelas quais os indivíduos agem a partir da compreensão que decifram na sociedade.

Segundo Goffman (2002) a interação pode, em termos gerais, ser definida como a influência recíproca sobre as ações dos indivíduos entre si e em presença, tanto o relacionamento face a face como os relacionamentos íntimos. Um relacionamento face a face tem em comum o tempo e o espaço enquanto durar a relação

> (...) em que o espaço em comum significa, de um lado, que para cada parceiro o corpo do outro, suas expressões faciais, seus gestos, etc, são imediatamente observáveis como sintomas do seu pensamento. O campo das expressões do outro está amplamente aberto a uma possível interpretação, e o ator pode controlar imediata e diretamente o efeito de seus próprios atos sociais pela reação de seu semelhante
>
> Schutz (1979:293)

Goffman (2002) salienta que as interações face a face estão sempre sujeitas a disposições balizadas, como são exemplo as experiências anteriores, que influenciam, de forma voluntária ou involuntária, as impressões, bem como a compreensão das informações transmitidas pelos atores em interação, e que "o indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada" (Goffman, 2002:21), exercendo automaticamente "uma exigência moral sobre os outros [...] de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar". Goffman (2002:11) aprofunda as consequências de tal definição e argumenta:

> (...) informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, os sujeitos saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta desejada.

Trata-se assim de um processo social, que emana da norma política, dado em que cada indivíduo define as suas expectativas a partir do que, entre outras coisas, compreende ser as expectativas dos demais. "Em termos de relacionamentos sociais, pode-se dizer que a vida no lar e, na maior parte, real pelo menos potencialmente a vida nos chamados grupos primários" (Schutz, 1979:292).

De salientar que todos participam de um relacionamento num grupo primário com personalidades únicas e que partilham planos, expectativas ou ansiedades uns dos outros em acolhimento residencial.

> Para cada um dos parceiros, a vida do outro se torna uma parte de sua própria autobiografia, um elemento de sua história pessoal. O que ela é, o que veio a ser, o que virá a ser, é co-determinado por sua participação nos diversos relacionamentos primários, reais ou potenciais, existentes dentro do grupo do lar.
>
> Shutz (1979:295)

A relação social no contexto residencial tem um aspeto especial, pois o relacionamento no grupo primário foi transferido para a vida em instituição, pois esta relação social exibe características próprias.

Sem desconsiderar a característica de negociação permanente nas interações, nas relações entre os jovens acolhidos e os funcionários das instituições de acolhimento, a verdade é que existe uma estrutura de poder consideravelmente desigual, na qual os últimos têm maior possibilidade de definir a situação, dado que interagem enquanto parte de um sistema de verdade, o que lhes confere maior legitimidade para impor a sua linguagem, bem como utilizar algumas ferramentas, como as leis e os regulamentos institucionais, que permeiam esta relação.

Essa situação foi já descrita por Goffman na sua obra sobre *instituições totais*:

> Quando as pessoas se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é de orientação ou inspeção periódica (tal como ocorre em muitas relações empregador-empregado), mas vigilância – fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros.
>
> Goffman (1974:18)

Como Becker (2009) muito bem argumenta, existe um grande número de regras, algumas "formalmente promulgadas na forma de lei, e, nesse caso, o poder da polícia do Estado será usado para impô-las" e outras denominadas "acordos informais", impostas pela tradição, serão normas políticas. Tanto umas como outras podem ser impostas por "algum corpo especializado" ou "tarefa de todos no grupo a que a regra se aplica" (Becker, 2009:16).

Ao procurarmos analisar a construção social da infância e juventude, expressa nos significados sociais que adquiriu ao longo dos tempos, pretendemos ancorar um dos eixos analíticos da pesquisa, bem como apoiar na sua definição teórico-metodológica. No desenrolar da investigação pretende-se identificar a condição e a pluralidade subjetivada da juventude em acolhimento residencial, com o intuito despretensioso de contribuir para identificar o processo de emancipação e futura autonomização.

Com Manso (2016:10), partilharemos a aceção de condição subjetiva, como um processo "levado a cabo por determinado indivíduo em termos da definição-de-si e da sua posição no mundo", referente "às condições políticas, económicas, sociais, culturais e ideológicas que determinam o campo de oportunidades e constrangimentos", sem prejuízo da "experiência ser pessoal e autorreflexiva", contudo, segundo a autora, a subjetivação depende "de um conjunto de condições de produção que os definem em termos das suas possibilidades e impossibilidades".

1.6.3. Acolhimento residencial, um desvio à norma?

Para responder à questão suscitada, iremos continuar a nos socorrer da abordagem interacionista simbólica, matizada por diversas influências oriundas da filosofia, da economia ou da sociologia. O interacionismo simbólico centra-se no estudo interações que ocorrem em meios pequenos, distanciando-se da análise macro e de modelos meramente quantitativos, que critica pela duvidosa infalibilidade desses métodos, argumentando que «não há factos em si, exteriores aos indivíduos». Trata-se, pois, de compreender a forma como os indivíduos interpretam outras pessoas com as quais interagem e como isso autocondiciona o comportamento individual quotidiano, sobretudo em contextos fechados, como nos asilos, prisões, hospitais, genericamente designadas por *instituições totais*. Na situação de acolhimento, ou de vivências fechadas na instituição, o "fechamento" (Goffman, 1974) em relação ao mundo exterior, nos convoca a uma dupla significação: o "fechamento" pode ser físico (portas fechadas, muros), ou simbólico (proibições).

Para além disso, a implicação das interações, sobre as atividades diárias (descanso, lazer e trabalho/educação), que serão realizadas no mesmo espaço, sem separação entre elas, comporta uma distinção fundamental e se constitui como uma das principais características das instituições totais (Goffman, 1974:17).

Senão vejamos. As atividades diárias são realizadas na companhia do grupo, bem como estabelecidas em horários escrupulosamente cumpridos: "Toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários" (Goffman, 1974:18), havendo uma restrição na troca de informações entre funcionários e internados "Geralmente, estes não terão conhecimento das decisões quanto ao seu destino" (Goffman, 1974:20), pelo que os desejos e a liberdade de escolhas sobre o projeto de vida poderão ser condicionados, prevalecendo os objetivos da instituição na manutenção da ordem e da disciplina.

Nas instituições totais, as relações de poder extravasam as barreiras físicas das portas e dos muros e modelam o indivíduo para o que socialmente se espera dele. O indivíduo, ao ser internado numa instituição total, sofre "rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado" (Goffman, 1974:24). O indivíduo progressivamente deixa de ter autonomia e autoconfiança, sentimentos obrigatórios para um desempenho de si, e a sua identidade modela-se pela sua situação de internado.

Goffman (1974:42) vinca esta modelação pelo raciocínio que "os menores segmentos da atividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora", assim sendo, "a vida do internado é constantemente penetrada pela interação vinda de cima, sobretudo durante o período inicial de estada, antes de o internado aceitar os regulamentos sem pensar no assunto".

Goffman (1974:42) concluiu então: "cada especificação tira do indivíduo uma oportunidade para equilibrar suas necessidades e seus objetivos de maneira pessoalmente eficiente, e coloca suas ações à mercê de sanções. Violenta-se a autonomia do ato".

O atributo de internado, normalmente definido depreciativamente, não é um atributo *per si*, mas a definição de uma relação com os outros.

Por outras palavras “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que se pode impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (Goffman, 1999:07). Mas o estigmatizado poderá fazer-se valer desse estatuto para obter ganhos secundários (Goffman, 1999), ou como forma de justificação para os seus (in)sucessos.

Então, como corolário, para o internado o “lugar social” é um lugar difícil, pois a sua identidade e lugar coincidem com a subjetividade da instituição, o que poderá tornar-se num estigma (Goffman, 1999).

Condensando. A norma, entendida como o conjunto de regras e padrões estabelecidos pela sociedade como forma de regulação e controlo dos comportamentos individuais e coletivos, será sempre construída socialmente, pelo que gera sempre, inevitavelmente, o seu contrário pelo que há de gerar inevitavelmente, o seu contrário, o desvio, a reação desviante à norma.

Goffman (1999) ressalva a facilidade com que a sociedade utiliza o termo desviante, incluindo nessa categoria todos os indivíduos cujos atributos são incongruentes com o estereótipo comum criado para a média. Dessa forma, o desvio encontra-se relacionado com a variação em relação ao que é considerado socialmente como mais comum.

Becker (2009) ao abordar a noção de desvio, afirma de igual forma, que se trata de um comportamento que difere do que é socialmente mais comum. Ressalta que, numa conceção simplista, o desvio poderá ser visto como algo patológico, indicando a presença de uma “doença”, conceção esta presente principalmente junto do senso comum e que não corresponde à complexidade do fenómeno em si.

Pelo exposto, apesar do acolhimento residencial insinuar o desvio à norma, tal não nos permite afirmar que a reação desviante se concretize em determinado estabelecimento, uma coisa é a qualidade do que é possível, outra, para haver desvio será necessário que este realmente se efetive. Sem discorrer sobre a intensidade necessária, ou tensão suficiente, para que a norma se quebre e então assoma o desvio, por que isso depende de muitas variáveis e ou das instituições em apreço.

De um ponto de vista mais geral e abstrato, o acolhimento residencial exprime a materialização de uma intervenção protetiva em situações consideradas disfuncionais ou anormais, porquanto representam o rompimento com a norma.

Trata-se, em suma, de um desvio, mas particular e concreto, pois de igual modo poderemos considerar a instituição "em fase" com a norma, realizando de forma mais fina a prossecução dos objetivos da sociedade que a norma estipula, pelo que, em termos concretos, não existe *desvio*.

Internamente o acolhimento residencial em concreto, trata-se de uma situação de «fechamento» em meio pequeno e o binómio norma-desvio pode não ser aplicável, por provavelmente não se interpretar corretamente o comportamento individual quotidiano, bem como os indivíduos interagem entre si, com outras pessoas e objetos ao redor.

Este ponto tem interesse para o nosso estudo empírico, pois será possível que os entrevistados (jovens e profissionais) percecionem o seu lugar, enquanto acolhidos, na "norma", ou no "desvio", ou o que poderá ser provável, em lugares simbólicos no "limbo", no "híbrido", entre a normatividade e a participação.

II CAPÍTULO. METODOLOGIA

2.1. A RELAÇÃO COM O OBJETO

2.1.1. A investigação com crianças e jovens distinta da investigação em geral

Muitos dos paradigmas, enquanto matérias plausíveis de conhecimento científico, desafiam a centralidade da narrativa científica moderna, ou seja, reptam a produção de saber assente em perspetivas universais, classistas, racistas, sexistas e monoculturais (acrescentaríamos etárias) do modelo hegemónico eurocêntrico, perdurando uma ontologia, uma epistemologia, um pensamento único e imposto como universal, uma hierarquia de saberes, que produzem sociedades designadas como mais desenvolvidas que outras (Meneses & Vasile, 2014).

Assim, analogamente, para a desconstrução de uma hegemonia adultocêntrica dos direitos da criança e do jovem implica que olhemos para estes através de um conjunto de perspetivas e paradigmas sociológicos. As relações de poder, dominação e a disciplina institucionais, e a *definição-de-si* enquanto crianças e jovens, provenientes de contextos vulneráveis, disfuncionais, *anormais*, serão eixos estruturantes para a nossa análise.

Com estes eixos estruturantes, pretendemos compreender as várias implicações da vida em acolhimento de jovens e os mecanismos de controlo da rotina em uma instituição, que se definirá (ou não) por uma relação de poder institucionalmente definido.

Fundamentando ainda em Spivak (2010), apropriamo-nos do conceito de subalternidade, herança cultural das estruturas hegemónicas do poder, que gera os excluídos, ou seja, os 'subalternos'. A criação da *subalternidade* gerou um fervoroso debate ao nível académico, designadamente em relação às questões epistemológicas (paradigma científico ocidental hegemónico em detrimento das culturas locais), éticas (a representação dos subalternos como objetos de estudo), históricas (a voz dos vencedores/colonizadores) e económicas (a relação entre colonialismo e capitalismo), ou como muito bem afirmou Becker (1967:241) "a credibilidade e o direito de se ser ouvido são distribuídos de maneira diferenciada pelas fileiras do sistema"(tradução nossa).

Como o analisado por Spivak (2010), em que determinados grupos sociais 'subalternos' (como no caso das crianças e jovens), permitirão a análise e reflexão de fenómenos sociais centrados no sujeito e na comunicação com este, um conhecimento científico múltiplo e solidário *com* o sujeito, e não *sobre* o sujeito. O trabalho contra a *subalternidade* consiste na criação de espaços para que os subalternos possam fazer ouvir a sua voz, se possam emancipar, uma vez que a infância e juventude são usualmente investigados através de "uma conceção ideológica sobre o seu lugar menor e submisso em relação ao adulto-homem, negando-lhe metodologicamente visibilidade e autonomia (Almeida, 2011:71).

Chegados aqui, pensaríamos que a investigação com crianças e jovens em nada se distinguiria de outras práticas da investigação em geral. Contudo, tal não é o caso.

A especificidade das crianças e jovens acolhidos, o seu percurso e formatos de participação compele grande cautela, dado que a interação do investigador com sujeitos duplamente vulneráveis pode alterar, significativamente, o *status* e a ecologia do meio.

E a "norma" de infância não é universal, havendo que pluralizar o sentido da normatização, pois na opinião de Sarmento (2018:394) a "posição de subalternidade não pode ser feita sem o questionamento da norma ocidental da infância", pois se trata de "investigação da condição social da infância das crianças excluídas, à margem". Tendo em conta estas perspetivas, e de forma a uma efetiva participação, trata-se assim de alcançar o status destes novos interlocutores à condição efetiva de coprodutores do conhecimento, e, mais do que nunca, de dar-lhes crédito por essa atuação. Ao respeitar a contribuição do pensamento "nativo" na produção do conhecimento, fazemos isso considerando, simetricamente, as vozes de cientistas, de ativistas de movimentos sociais, de coletivos, de comunidades, de grupos, perfilhando uma postura de "menos "*falar sobre*" e mais "*falar com*" (Fonseca & Sá, 2011:10).

2.2. ACOLHIMENTO RESIDENCIAL E AUTONOMIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A medida de promoção e proteção de colocação, quer em famílias como em casas de acolhimento residencial, representa uma intervenção protetiva para garantir a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento de crianças e jovens.

O imperativo legal e ético de proporcionar ambientes acolhedores para crianças impossibilitadas de viver com as famílias biológicas ressalta a importância de sistemas de acolhimento robustos.

O elevado número de crianças e jovens em acolhimento[2] assinala um desafio social persistente que requer atenção contínua em termos de investigação e políticas públicas. Em Portugal, segundo o Relatório CASA (2023) encontram-se em acolhimento (familiar e residencial) 6.446 crianças e jovens, sendo o escalão etário dos 15 aos 17 anos de idade em que se registam os valores mais elevados, mantendo-se a tendência verificada em anos anteriores. No mesmo Relatório verifica-se ainda que os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos de idade representam 32% do total das crianças e jovens em acolhimento residencial.

Assim, esta revisão tem como objetivo sintetizar a literatura sobre o acolhimento de crianças e jovens e o processo de transição para a vida adulta em contexto nacional e em alguns países do mundo. Os objetivos desta revisão centram-se na análise da literatura relativa à transição para a vida adulta por jovens que passaram pelo sistema de acolhimento, bem como examinar os programas de desenvolvimento de competências essenciais para a autonomia de vida. Adicionalmente, procura-se identificar semelhanças, diferenças e lacunas na investigação existente entre os países selecionados.

A investigação produzida tem sido realizada a *duas vozes*: através dos profissionais implicados no processo de promoção e proteção antes, durante e após o período de acolhimento (profissionais das CAR e outros profissionais) e as crianças e jovens em acolhimento, mas principalmente com ênfase na primeira.

Debrucemo-nos agora nos principais temas investigados nos últimos anos, quer no contexto português, quer a nível internacional.

[2] Relatório CASA (Caracterização Anual do Sistema de Acolhimento) https://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA

2.2.1. Impactos do acolhimento no bem-estar, nas relações e nas perceções

No contexto português a investigação relativa aos *impactos do acolhimento* em crianças e jovens tem vindo a ser amplamente pesquisado, principalmente no que se refere aos impactos no bem-estar físico e psicológico (Ferreira, 2013); nos fatores que contribuem para o *bem-estar subjetivo* de crianças e jovens em acolhimento residencial e familiar (Carvalho *et al.,* 2020).

Costa, Santos & Vieira (2019) analisara a perceção de indivíduos adultos sobre a *influência das experiências de acolhimento institucional* na (re)*construção da sua identidade,* ou ainda Santos (2010) que investiga o processo de *metamorfose identitária* de adolescentes que residem em acolhimento residencial.

A medida de acolhimento pode resultar na instabilidade das relações estabelecidas com as famílias biológicas, em redes de apoio social mais frágeis e sentimentos de isolamento e solidão (Perry, 2006; López *et al*., 2011), bem como em *problemas de saúde mental* (em raparigas), relacionadas com o motivo de acolhimento e com o tipo de apoio recebido, principalmente as crianças e jovens que se encontram em acolhimento prolongado (Campos, Barbosa-Ducharne & Rodrigues, 2019). O acolhimento impacta, de igual forma, nas expectativas, na autoestima e nas relações com as *figuras significativas* de jovens acolhidos (Marques, 2013). Prata (2013), a partir do ponto de vista das crianças e jovens, analisa as suas *perceções e representações sociais* e *expectativas em relação ao futuro.*

Aguiar**,** Martins & Rosa (2019) em investigação realizada concluíram que a *lógica das instituições de acolhimento* encontra-se pautada em objetivos de *ordem e contenção social*, servindo como ferramenta de *intervenção do Estado* sobre famílias das camadas mais pobres da população.

Machado & Gonçalves (2003) e Alberto (2008) referem a *perceção do acolhimento como* uma *punição* pelo comportamento, conduzindo muitas vezes a uma diminuição da responsabilidade parental e das capacidades educativas da família e à ausência de contactos, ao estabelecimento de uma reduzida vinculação segura, comparativamente com o ambiente familiar. Referem ainda a construção de *representações negativas* por parte da sociedade em relação às crianças/jovens acolhidos e à construção de processos de *estigmatização*, *discriminação* e *diferenciação*.

Faria *et al*. (2008) analisam o acolhimento residencial na perspetiva de uma *face dupla de exclusão e vitimação*: as crianças/jovens enquanto vítimas de maus-tratos ou abuso e enquanto vítimas da marginalização social. Referem ainda que a *reprodução das desigualdades sociais* e *controlo social* são caraterizadas pelo controlo de determinadas famílias, que pertencem a grupos sociais e culturais com baixos níveis socioeconómicos.

Sousa (2016) analisa como *a medida que pretende ser protetiva pode ser caracterizada como punitiva* quando apenas se substitui uma violação por outra. A despeito de uma legislação inovadora, a ausência de políticas públicas preventivas voltadas à redução da desigualdade social, aliada à mentalidade retrógrada de que proteção à infância se resume ao assistencialismo, segrega milhares de crianças e adolescentes, na grande maioria, 'órfãos de pais vivos', em instituições de acolhimento.

Em sentido contrário, a *vivência institucional pode ser percecionada pelas crianças e jovens como uma oportunidade.* Apesar de serem evidentes os impactos negativos na experiência de institucionalização, como referido anteriormente, em estudos realizados por Arpini (2003) com adolescentes acolhidos, estes relatam a *vivência institucional* como um *momento positivo* nas suas vidas, com o *estabelecimento de relações afetivas* que perduraram mesmo após a saída do acolhimento residencial. Esta tendência é reforçada por Rodrigues (2019) em estudo realizado com crianças e jovens e acolhidos que percecionam a *institucionalização como uma oportunidade*.

Apesar da existência de um normativo legal que regulamenta o funcionamento das instituições de acolhimento, em Portugal verifica-se *uma grande multiplicidade de procedimentos e intervenções* (Rodrigues, 2019).

As diferentes perceções, representações e motivações dos técnicos e cuidadores das casas de acolhimento residencial geram, por conseguinte, uma diversidade de representações e intervenções plurais com crianças e jovens acolhidos.

Ainda segundo Rodrigues (2019) encontramos, assim, diferentes níveis de intervenção com famílias de crianças e jovens acolhidos, sendo que algumas instituições admitem a sua *função normativa, reguladora*, sempre com base em benévolos propósitos da criança e jovem, considerando que possuem mais competências e conhecimento especializado do que as famílias biológicas da crianças e jovens acolhidos.

2.2.2. Impactos do acolhimento e relações com a família biológica

A manutenção das relações das crianças e jovens acolhidos com as famílias biológicas é geralmente considerada importante quando segura e apropriada.

Por tal razão muitos jovens percecionam a família biológica como espaço de suporte emocional (Alves *et al*. 2024), aspirando uma eventual reunificação após acolhimento. Dias, Sequeira & Guadalupe (2016) confirmaram a importância que os jovens acolhidos atribuem à *família*, apesar dos motivos que conduziram ao acolhimento residencial. Os jovens, segundo as investigadoras, percecionam a *família como rede de suporte*, podendo até mesmo ser incluída no *processo de autonomização dos jovens.*

Em Portugal, a literatura sugere que o acolhimento residencial pode estar associado à rutura das relações familiares (Alves *et al*., 2024), enquanto em Espanha, apesar da importância dos laços familiares na cultura espanhola, o acolhimento residencial pode criar barreiras para a manutenção das relações parentais (Bravo & Del Valle, 2009).

No Reino Unido, a responsabilidade parental permanece com a autoridade local, mas os pais de acolhimento e os profissionais do sistema de proteção desempenham papéis influentes e o contacto com a família biológica é encorajado quando seguro e benéfico para a criança (Rahilly & Hendry, 2014). As relações de coparentalidade entre pais biológicos e cuidadores são cada vez mais enfatizadas para minimizar o trauma e apoiar a reunificação. O nível e a natureza do envolvimento familiar devem ser adaptados à situação e às necessidades específicas de cada criança, especialmente em casos envolvendo trauma ou abuso (Kihumda, 2024).

Em relação ao *trabalho com as famílias de crianças e jovens em acolhimento*, encontramos Oliveira (2016) que propõe identificar uma *tipologia de situaçõe*s que conduzem à *institucionalização* temporária, baseada nos problemas dos pais e pensada em dois níveis de categorização. A autora propõe uma tipologia de atitudes dos técnicos judiciais e não judiciais, que oscilam entre o *cooperante* o *antagonista*, em estreita relação com a experiência de trabalho. No primeiro tipo, a autora identifica os profissionais que, de forma cooperante, colaborativa intervêm com as famílias das crianças e jovens acolhidos, no sentido da reunificação familiar segura.

No segundo tipo, por outro lado, os profissionais percecionam as famílias com incapacidades educativas, portanto, incompetentes na parentalidade, o que revela a relação de poder destes profissionais perante as famílias.

Blau, Caldwell & Lieberman (2014) defendem que as instituições de acolhimento deveriam adotar alguns procedimentos no sentido de alterar as *conceções da família* das crianças/jovens acolhidos, ou seja, uma intervenção *focalizada na família*, considerando a *família como parceira*, que irá permitir e incentivar a família a assumir um papel ativo no desenvolvimento e projeto de vida das crianças e jovens acolhidos, bem como *melhorar as competências culturais e linguísticas*. Este trabalho com as famílias deve ter em consideração as diferentes origens culturais, étnicas e raciais, realizando-se a intervenção com a família na *comunidade de origem*, e ainda durante o período de acolhimento.

2.2.3. A transição para a vida adulta e os programas de preparação para a autonomia

Os jovens ao sair do sistema de acolhimento enfrentam desafios significativos na transição para a vida adulta. O reconhecimento de dificuldades na integração e no ajustamento psicossocial dos jovens, principalmente aqueles com percursos de acolhimento residencial prolongados, devem-se, na maioria das vezes, à escassez de serviços de apoio e à falta de suporte durante a transição para a vida independente (Calheiros *et al.*, 2013).

Em Portugal, estes jovens confrontam-se com um acesso limitado a habitação e emprego, sentimentos de isolamento e solidão, recursos financeiros insuficientes e falta de apoio familiar e social (Cordeiro, Antão & Gaspar, 2023; Artamonova, Guerreiro & Höjer, 2020). A escassez de pesquisa e de políticas públicas específicas para estes jovens em Portugal agrava ainda mais essas dificuldades.

Harrison e colaboradores (2023) reconhecem, no contexto britânico, que os jovens ex-acolhidos correm o risco de exclusão e marginalização social, enfrentando maiores taxas de insucesso escolar e desemprego.

Verifica-se ainda que a transição dos jovens acolhidos para a vida autónoma e independente é frequentemente acelerada em comparação com os seus pares, enfrentando ainda maior vulnerabilidade e risco de exclusão social (Alderson *et a*l, 2023).

Os jovens ao transitarem do acolhimento para a vida independente vivenciam instabilidade habitacional, dificuldades ao nível da saúde mental, dificuldades no acesso à educação/formação e emprego, insegurança financeira e desafios na construção de redes de apoio (Glynn, 2020). Na análise comparativa de 32 países (Strahl *et al*, 2020), os jovens na saída do acolhimento enfrentam desafios em termos de emprego, habitação, educação e encontram-se em maior vulnerabilidade em termos de saúde mental, consumo e abuso de substâncias. A parentalidade precoce também é uma preocupação significativa entre os jovens no estudo de Strahl e colaboradores (2020).

Frequentemente a transição para a independência dos jovens acolhidos ocorre mais cedo do que para os seus pares que não passaram pelo sistema de acolhimento. Em estudo longitudinal (Cameron *et al*, 2018) desenvolvido no Reino Unido, Alemanha e Finlândia, países com diferentes sistemas de proteção à infância e juventude, os dados revelam que, em comparação com a população jovem até aos 30 anos, os jovens saídos do acolhimento apresentam maiores vulnerabilidades em indicadores objetivos como a educação, emprego e saúde e em indicadores subjetivos como o bem-estar e comprometimento com a vida familiar. Existe já vasta investigação sobre os *processos de autonomização* de jovens em (ex)acolhimento residencial e as perceções dos percursos atuais ou passados da experiência de institucionalização (Buehler *et al*., 2000; Courtney *et al*., 2001; Kerman, Wildfire & Barth, 2002; Pecora *et al*., 2003; Pecora *et al*., 2006; Martins, 2004; Gomes, 2005; Mendes & Moslehuddin 2006; Cashmore Paxman & Towsend, 2007; Alves, 2007; Ribeiro, 2008; Quintãs, 2009; Lima, 2010; Pacheco, 2010; Santos, 2010; Veloso, 2014; Gaspar, 2014; Poker, 2017), que revelam as vulnerabilidades percecionadas pelos jovens adultos na sua integração social após a saída do acolhimento (o que nos impulsionará a tentar perceber as causas das dificuldades a montante da transição dos jovens para a vida ativa e sua autonomia individual). Em relação ao papel das casas de acolhimento na preparação dos jovens para a transição para a vida adulta e as formas de intervenção das CAR foram investigados por Azeredo (2016) o *desenvolvimento de competências de vida* do jovem adulto, relacionando as características relativas ao *processo de institucionalização*, as *figuras significativas*, a relação existente entre algumas *características sociodemográficas*, o processo de institucionalização e o tempo de permanência com a *autoestima.*

As diferenças significativas nas *competências de vida entre rapazes e raparigas*, os *medos em relação ao futuro* e as lacunas existentes nos *programas de autonomia de vida* realizados pelas instituições foram analisados por Silva (2018) e Sousa (2015). Perez (2018) analisa como ocorre o processo de *transição entre o acolhimento institucional* e a *vida adulta e* Silva**,** Oliveira & Marques (2019) analisam os *percursos de carreira* e vivência do *processo de autonomização* de jovens em acolhimento residencial.

A forma como a CAR promove e desenvolve *competências de autonomia* nos jovens que se encontram acolhidos, no sentido de preparar a sua saída do sistema de acolhimento de forma sustentada e segura foi investigado por Simões (2014), enquanto Cabral (2013) e Silva (2019) investigam os *direitos das crianças e jovens acolhidos, a partir das suas próprias vozes*, por forma a compreender de que forma esses direitos são, garantidos e promovidos nas instituições de acolhimento.

De forma a compreender as *estratégias* utilizadas pelas CAR e dos cuidados prestados pela CAR e pelos profissionais, existe ainda vasta investigação relacionada com o *processo de acolhimento*, *integração social* e promoção dos *projetos de vida* das crianças e jovens (Cansado, 2008; Santos, 2010; Brandão, 2015; Lopes, 2017).

Nunes (2018) e Arizmendi & Almeida (2019) analisam o *perfil, comportamentos, procedimentos e atitudes dos profissionais* que realizam o acompanhamento de adolescentes em acolhimento residencial e como o seu trabalho contribui para o desenvolvimento de *competências para a vida adulta.* Santos (2013), em investigação realizada com crianças e jovens em acolhimento, concluiu que é possível promover relações idênticas com os *cuidadores formais* às que se estabelecem em meio familiar.

Uma das primeiras referências acerca de programas estruturados de competências de apoio para a transição de jovens acolhidos para a vida independente (Del Valle & Quintanal, 2006) trata-se do Umbrella Programme (2000). Este projeto, apoiado e financiado pelo programa Leonardo da Vinci da União Europeia, desenvolveu-se de 1997 a 2000 com o envolvimento de organizações socioeducativas de cinco países: Holanda, Finlândia, Escócia, Alemanha, Suécia, sob a responsabilidade de Erva Timonen-Kalio, Kim Berglund, Ritva Manner e Alison Caufield-Dow.

O objetivo deste programa, realizado através de sessões *hands on* com jovens em acolhimento residencial, pretendeu trabalhar as competências dos jovens em 5 áreas principais:

- Vida social: A minha rede social; Família; Amigos/as; As visitas; Os vizinhos; Ser pai/ser mãe; Tempos livres; A tua localidade; Viajar;
- Escola e trabalho: A escola; Olhar o futuro; A universidade; Encontrar um trabalho; Escrever um C.V.; Candidatura a um Emprego; Entrevista de Emprego; Experiência profissional;
- Dinheiro: Comprar roupa; Orçamento; As contas; Fazer compras; Subsídios Sociais; Salário; Contas bancárias; Poupar dinheiro; Seguros; Impostos;
- Sobre mim próprio: Sinto-me bem; Vida saudável; O médico; O dentista; O álcool; Drogas; Fumar; Educação Sexual; Higiene pessoal; Assuntos Oficiais;
- A minha casa: Onde vivo; Tornar-me independente; Mobilar a casa; Segurança em casa; Cozinhar; Limpar; Lavar a roupa.

Este programa tem sido desenvolvido de forma pontual em contexto português, quer através da utilização do manual em língua castelhana (Del Valle & Quintanal, 2006), quer na versão portuguesa, traduzida e gerida pela Associação Mundos de Vida (2006).

A produção científica na última década, no que se refere a programas estruturados de preparação para a vida adulta independente de jovens acolhidos, para favorecer *o processo de emancipação* de adolescentes que deixam o sistema de proteção por motivo de maioridade foi amplamente analisada por Perez, Córdova, Montserrat & Sarriera (2018).

Estes investigadores reconhecem a importância de programas de competências para a transição do acolhimento realizados de forma continuada e com acompanhamento socioemocional e inserção comunitária, respeitando as diferenças individuais dos jovens e envolvendo-os como agentes ativos na tomada de decisões.

No contexto português, Pimentel *et al.* (2019), desenvolveram um projeto financiado pela União Europeia, com o envolvimento de peritos nacionais e instituições de acolhimento residencial de Portugal e de mais 2 países (Bulgária e Croácia), no âmbito do *processo* de *autonomia de vida* em jovens acolhidos e ex-acolhidos denominado OUTogether.

Das conclusões deste projeto são apresentadas um conjunto de recomendações que visam melhorar o *processo de autonomia de vida dos jovens* nas casas de acolhimento, nomeadamente requisitos de qualidade no funcionamento das casas de acolhimento, que promovam competências necessárias para a transição do acolhimento.

Por outro lado, Ribeiro (2008) propõe programas de *autonomização* de crianças e jovens, através do desenvolvimento de competências em áreas como a saúde e higiene pessoal, gestão doméstica, gestão e aplicação de recursos, gestão do tempo, expressão das emoções, relações interpessoais, comunicação e resolução de problemas e conflitos. Estes programas de intervenção aplicam-se quer às crianças e jovens em acolhimento, quer aos técnicos das instituições.

Os mecanismos de apoio para os jovens que transitam do acolhimento para a vida independente variam entre os países. Portugal oferece um apoio limitado, pois apesar da medida de promoção e proteção de apoio para autonomia de vida ou colocação poder ser estendido até aos 25 anos, a mesma só se poderá manter enquanto durem processos educativos ou de formação profissional.

No Reino Unido, o apoio de um Conselheiro Pessoal (PA – Personal Assistant) está disponível até aos 25 anos (Macgregor, 2024), com políticas como o *Staying Put* permitindo que os jovens permaneçam em famílias de acolhimento. A extensão do apoio do PA no Reino Unido reconhece a natureza prolongada da transição para a vida adulta para jovens que passaram pelo sistema de acolhimento, bem como a realização de programas de apoio para a transição do acolhimento para a vida adulta autónoma (Baker, Briheim-Crookall & Selwyn, 2022).

Os programas de Desenvolvimento de Competências para a Vida Independente (ILS – Independent Living Skills) são amplamente implementados com o objetivo de proporcionar a jovens dos 14 aos 21 anos, que se encontram em acolhimento, o desenvolvimento de competências práticas para a vida independente, sendo cruciais para uma transição bem-sucedida e segura para a vida adulta (Cruz, García-Alba & Del Valle, 2024) e incluem oito competências principais como a gestão financeira, conhecimentos sobre o acesso aos apoios disponíveis, habitação, educação, procura de emprego, gestão de riscos de saúde, tarefas da vida diária e gestão de relacionamentos.

Estes programas permitem a capacitação de jovens acolhidos e ex-acolhidos. Em Portugal e em Espanha o número reduzido de referências sobre programas estruturados de desenvolvimento de competências para a vida independente sugere uma enorme lacuna na investigação e nas políticas públicas.

2.2.4. Revisão bibliográfica: síntese remissiva

Resumidamente. Com o objetivo de promover os direitos e assegurar o bem-estar de crianças e jovens, as tendências teórico-empíricas previamente analisadas evidenciam a existência de espaços de aprofundamento que permitem uma compreensão holística do fenómeno. Destacam-se, entre esses espaços, os impactos do acolhimento residencial, os processos de autonomização, a atuação dos profissionais envolvidos, bem como a necessidade de uniformização dos procedimentos nas Casas de Acolhimento.

Uma das tendências teórico-empíricas mais recentemente debatidas refere-se à relevância da promoção da continuidade dos cuidados alternativos dirigidos a jovens em situação de acolhimento. Tal necessidade decorre do reconhecimento da inexistência de normativos específicos que regulem de forma sistemática os programas de autonomização, o que contribui para uma transição fragilizada para a vida em sociedade após a saída das instituições de acolhimento.

Outra tendência teórica que tem sido explorada é a importância dada ao estabelecimento de relações afetivas estáveis e seguras entre as crianças e jovens e os profissionais das instituições de acolhimento. Portanto, os profissionais devem estar preparados para estabelecer uma relação de confiança e afeto com as crianças/jovens acolhidos, proporcionando-lhes um ambiente acolhedor e seguro.

Para além disso, tem sido discutida a importância de promover a participação ativa das crianças e jovens nas decisões relacionadas com o seu acolhimento. Isso inclui ouvir as suas opiniões, preferências e necessidades, bem como envolvê-las nas discussões e projeto de vida futuro. A participação ativa das crianças e dos jovens pode promover a sua autoestima, autonomia e sentimento de pertença, contribuindo para a construção de identidades saudáveis e resilientes.

Não obstante a identificação das tendências teórico-empíricas, importa salientar alguns princípios fundamentais, nomeadamente o reconhecimento de que cada situação de acolhimento é singular e, por conseguinte, deve ser abordada de forma individualizada. A compreensão aprofundada das necessidades específicas de cada criança e jovem, bem como a consequente adaptação das práticas de acolhimento a essas particularidades, constituem elementos essenciais para a eficácia das medidas de promoção e proteção.

Esta revisão bibliográfica abrangente sobre o acolhimento de crianças e jovens revela desafios e tendências comuns, bem como diferenças contextuais significativas nos diversos países e sistemas de proteção. No entanto, a transição para a vida adulta para jovens que passaram pelo sistema de acolhimento é marcada por vulnerabilidades semelhantes incluindo dificuldades na habitação, emprego e apoio social.

O desenvolvimento de programas de competências para a vida independente é reconhecido como fundamental, bem como a qualidade dos serviços prestados no âmbito do acolhimento continua a ser uma prioridade necessária.

Foram identificadas várias lacunas de investigação, principalmente no contexto português, nomeadamente a realização de estudos longitudinais sobre os resultados a longo prazo de diferentes intervenções no acolhimento, bem como estudos comparativos sobre a eficácia de diferentes programas de desenvolvimento de competências para a vida independente que poderiam informar as práticas.

Finalmente, a investigação no domínio do acolhimento assume um papel fundamental no desenvolvimento do conhecimento sobre as vivências de crianças e jovens em contextos residencial, constituindo-se como base imprescindível para o desenvolvimento de práticas fundamentadas em evidências empíricas.

2.3. Objeto e Objetivos

2.3.1. Objeto e justificação

Reportando-nos ao Relatório CASA (2023)[3], já citado, este nos informa que nesse ano se encontravam cerca de 6500 crianças e jovens em situação de acolhimento. Em 2023, tal número de crianças e jovens acolhidos representava um aumento de 1,5% face ao ano de 2022, bem como um acrescido número de crianças e jovens em apartamentos de autonomização (aumento de 22%), comparativamente a 2022. Em relação às faixas etárias, no escalão etário dos 15 aos 17 anos de idade registam-se os valores mais elevados (N=2065; 32%). Mantendo-se a tendência verificada em anos anteriores, prevalecem em acolhimento jovens com mais de 15 anos de idade, constituindo 51% do número total de jovens acolhidos, seguido do escalão etário dos 11 aos 14 anos, que representa 17,5% do número total de acolhidos (N=1125). No mesmo Relatório verifica-se ainda que as crianças com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos de idade representam 32% do total das crianças em acolhimento residencial, verificando-se uma ligeira prevalência do sexo masculino em todas as faixas etárias, com exceção dos jovens com mais de 21 anos de idade, onde se regista uma ligeira predominância do sexo feminino.

Em relação à distribuição das crianças e jovens por distrito ou região, verifica-se que os distritos de Lisboa (cerca de 21%) e do Porto (15%) são os que representam aqueles onde mais crianças e jovens se encontram acolhidas. Quando comparada a população residente com o número de crianças e jovens em acolhimento verifica-se, tanto em Lisboa como no Porto, uma relação aproximada, por cada 1000 residentes, 2 se encontram sob a responsabilidade de instituições, com MPP administrativa ou judicial.

Estes dados são esclarecedores sobre o objeto e despertam para a necessidade de melhor conhecer as vivências destes jovens, no distrito do Porto, relativamente ao processo de acolhimento residencial e ao exercício dos seus direitos e à preparação para a vida autónoma, no intuito (o objetivo) de desvelar lugares de reprodução social e o modo como se formam os projetos de vida individuais.

[3] https://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA

Tal realidade nos parece ser a justificação necessária, veremos se suficiente, para o estudo do objeto, designadamente pela razão de ser muito relevante aquela pequena parte de 2 por cada 1000 residentes, não só por que são crianças e jovens até aos 25 anos de idade com potencial valor, como de modo pertinente face à realidade da pirâmide etária da população portuguesa, que a maioria dos autores evidencia estar cada vez mais envelhecida e a exigir medidas urgentes para a sua inversão.

Outra justificação igualmente aceitável é proveniente da nossa interpretação ao longo do descrito por autores citados, indicados na presente tese. Senão vejamos.

Na sequência da decisão que determina o acolhimento, o Estado avoca alguns direitos e ao avocar direitos da família sobre crianças e jovens também mobiliza deveres, designadamente, ampliando o alcance da Convenção dos Direitos da Criança, os direitos que resultam antes em deveres dos adultos, pela inerente imaturidade e vulnerabilidade das mesmas, deveres esses de proteção especial e cuidados especiais, então, mais do que meros direitos sobre as crianças a família (biológica) está sobretudo investida de deveres, tanto de as proteger, como de lhes viabilizar um futuro digno.

Tendo em consideração que, a medida de acolhimento é tanto mais gravosa se não for acompanhada por cautelas complementares, como seja a capacitação de crianças e jovens acolhidas a partir da instituição que as recebe. A dupla injunção, a punição por situação inaceitável ou comportamento indesejado e a efetiva diminuição da responsabilidade parental, apenas atendível se se traduzir em mais segurança para a criança ou jovem e no reforço (temporalmente oportuno) das capacidades educativas na família de origem.

Aliás, ainda sobre tratar quem ainda não atingiu a maioridade, se no período de acolhimento a capacitação das respetivas crianças e jovens não for formalmente ativada e estimulada, podemos eventualmente pensar que as CAR se assemelham a Instituições Correcionais o que, pelo respeito e carinho que estas entidades nos merecem, seria naturalmente uma comparação grosseira.

Todavia o ponto que deve ser discutido, na nossa opinião, cerne da presente tese, ponto genericamente designado por “capacitação de crianças e jovens”, trata de matéria essencial no processo de acolhimento residencial que justifica, pela pertinência e valor intrínseco, ser obrigatório revisitar e investigado com as melhores ferramentas possíveis.

Pretende-se analisar a capacitação de crianças e jovens em contextos de acolhimento residencial, sem julgamentos, dando voz aos principais interlocutores desse processo, ou seja, a luta contra a *subalternidade* para que sejam criados 'lugares sociais' em que os sujeitos subalternos possam fazer 'ouvir a sua voz', os coadjuve a emancipar, e a se tornem sujeitos verdadeiramente autónomos.

2.3.2. O método

Por queremos compreender e conhecer questões sociais complexas (Marshall, 1996) optamos pela pesquisa qualitativa, o que permitirá uma compreensão mais aprofundada da realidade, nomeadamente o conhecimento dos percursos, vivências, significados e perceções, quer de jovens acolhidos, quer de profissionais do SPP.

A abordagem qualitativa ao fenómeno será mais aberta e maleável, o que não aconteceria com os métodos quantitativos, podendo no decorrer da investigação esta opção ser a mais adaptada nos casos individuais (Flick, von Kardorff & Steinke, 2004).

Apesar dos resultados não serem generalizáveis a toda a população, uma vez que esta tipologia de investigação recorre a uma amostra reduzida de indivíduos estudados, os resultados e conclusões poderão ser extrapoladas para a mesma (Marshall, 1996).

São apontadas algumas razões para a escolha da metodologia qualitativa, tal como definem Flick, von Kardorff & Steinke (2004:9): na pesquisa qualitativa poderemos utilizar uma série de métodos, em vez de apenas um; orienta-se para o conhecimento de fenómenos quotidianos; rege-se pela perspetiva dos participantes; invoca a capacidade reflexiva e crítica do investigador; orienta-se para a construção de conhecimento sobre uma determinada realidade.

Seguiremos daqui em diante, como guia, sobretudo, John Law (2004), para a *investigação situada* num mundo em rede ou fluído, cujo conhecimento, como sabemos, é contextualizado e deveras limitado, apesar que tal possa parecer o contrário na sociedade global e digital de acessos amplos e pluriformes, ou nas palavras do autor: "We're going to have to teach ourselves to think, to practice, to relate, and to know in new ways. We will need to teach ourselves to know some of the realities of the world using methods unusual or unknown in social science" (Law, 2004:1).

Avisados que dentro das ciências sociais, o «método» tende a reunir um "repertório relativamente limitado de respostas" (Law, 2004:3), o caminho será buscar "maior variedade metodológica", onde quer que se encontre.

Parece, no entanto, que o problema não é tanto a falta de variedade do método, mas a prática, dadas as "pretensões hegemónicas e dominadoras de certas versões ou descrições do método" (Law, 2004:4).

Os métodos-padrão por regra são sólidos, bons no que fazem, mas "mal-adaptados ao estudo do efémero, do indefinido e do irregular", logo, a questão não está tanto nos métodos de investigação em si, mas "nas normatividades que lhe estão associadas nos discursos sobre o método" (Law, 2004:4).

As regras metodológicas "tendem a se naturalizar no debate das ciências sociais", no entanto, os "métodos de investigação" tendem a operar na base do pressuposto, como o mundo deve ser entendido, pelos nossos valores coletivos e pessoais, "como um conjunto de processos bastante específicos, determinados e mais ou menos identificáveis" (Law, 2004:5). Valerá a pena então assumir que a sociedade muda, e esta é uma razão basilar para a investigação social, ou seja, a ciência social "pode participar e orientar essa mudança" (Law, 2004:6).

Law sugere a necessidade de heterogeneidade e variação, pois o mundo não deve ser compreendido em geral como "uma versão metodológica da auditoria. Regularidades e padronizações são ferramentas incrivelmente poderosas, mas estabelecem limites". Recomenda ainda se "começar a imaginar quais seriam os métodos de investigação se fossem adaptados a um mundo que se incluía e se conhecia como maré, fluxo e imprevisibilidade geral" (Law, 2004:6-7). Estamos laborando não apenas um método, não um mero conjunto de técnicas ou uma metodologia. Na verdade, não se trata simplesmente de tipologias de realidades que queremos reconhecer ou dos tipos de mundos que esperamos construir, mas também, e "mais fundamentalmente, uma forma de ser". O quesito é sobre qual o tipo de ciências sociais que queremos praticar e acerca do tipo de pessoa que queremos ser e como devemos viver (Addelson 1994). O método terá de se alinhar "com o trabalho, as formas de trabalhar e de ser".

Agora a questão parece ser “como o conhecimento científico é produzido”, a ciência e a sua circunstância, num conjunto mais ou menos confuso de contingências práticas, que surpreendente “produz realidades tanto quanto as descreve” (Law, 2004:13), e conclui, que a ciência social deveria também trabalhar e “conhecer realidades que são vagas e indefinidas porque grande parte do mundo é representado dessa maneira” (Law, 2004:14). Não havendo “uma realidade universal”, as realidades “não são seguras” e sendo grande parte do mundo formada por realidades indefinidas, então, também, estas “devem ser praticadas”, até porque o mundo “não é passivo”, este espera “ser visto pelas pessoas” (Law, 2004:15), donde se conclui que, além de desejável, ser viável num plano de investigação inclusivo, buscando destemidamente novos caminhos de investigação, perspetivando um processo inclusivo.

Provavelmente “uma abordagem mais generosa e inclusiva”, um método dedutivo que comportasse as fronteiras da realidade conhecida e as realidades indefinidas do universo da ciência social. Tal pode significar que precisemos de revisitar as nossas práticas, e, também, olhar para as nossas instituições, se quisermos criar “métodos mais silenciosos e generosos”.

Talvez precisemos de um plano de "conexão parcial" (Strathern 1991). Se o argumento operar, precisamos incorporar maneiras de viver na incerteza, materializar um sistema de inclusão, operando um processo sistemático e lógico.

As habituais garantias, os sistemas-padrão conhecidos serão insuficientes, então, segundo Law (2004:15), precisaremos de maneiras de elaborar “métodos silenciosos, métodos lentos ou métodos modestos”, especificando: “precisamos descobrir maneiras de fazer métodos sem acompanhar imperialismos”.

Montar métodos inovadores, novos caminhos, trabalhar métodos inclusivos, encenar alteridade, incluir, mais ou menos, a indefinida fronteira. Assim, “(…) reality, realities, take on a different significance. No longer independent, prior, definite and singular as they are usually imagined in Euro-American practice, they become, instead, interactive, remade, indefinite and multiple” (Law, 2004:122).

Demasiadas vezes tendemos para o pensamento dual: «ser humano e não humano», «sujeitos cognoscentes» e «objetos de conhecimento».

Em particular, parece ser pernicioso o facto de se presumir que o sujeito possa, sempre, "conhecer o objeto" e predizer o seu comportamento, contando que o faça da maneira certa, se desembaraçando dos seus métodos de várias influências ilegítimas e distorcidas. De maneira semelhante, o agrupamento de métodos que habitualmente distinguem entre o social de um lado e o natural do outro.

Como regra a natureza é considerada como pré-estabelecida, governada por leis gerais e constantes e permanentes que determinam comportamentos das partes (até num quadro probabilístico). Embora o social esteja sujeito a leis determinísticas, oferece janelas e a perspetiva de criatividade e de liberdade humana, esta é a "divisão entre as classes de entidades consideradas ativas, por um lado, e aquelas que são reconhecidamente passivas, por outro" (Law, 2004:132). Como consequência temos que o método não é puramente técnico, em vez disso, de uma forma ou de outra, este torna as coisas mais ou menos diferentes (Law, 2004:143), é performativo e produz visões do mundo e novas realidades na clássica problemática do observador que altera o observado.

Crendo estar fundada a filosofia e alicerçado o campo teórico, temos agora de montar o método para o desenvolvimento da nossa pesquisa, porém, como o método é encontrado também fora de configurações padronizadas, então, o método é muito mais do que sugerem os relatos, existindo um modo concreto de elucidar isso: a "montagem de métodos é um processo contínuo de elaboração e estabelecimento de limites necessários entre presença, ausência manifesta e alteridade" (Law, 2004:144).

A montagem de métodos "pode ser entendida como ressonância", se afastando da versão mais comum ou do preconceito que "o real é relativamente estável, determinado e, portanto, cognoscível e previsível" (Law, 2004:144). Todavia, se nos afastarmos do método da teoria dos sistemas, distinguindo meramente entre bons e maus métodos, em que os maus resultados provêm de maus métodos e os bons de formas benignas e métodos aceitáveis, acreditando na prática, no saber-fazer, "seremos levados à multiplicidade, uma vez que existem muitas práticas que elaboram muitas realidades" (Law, 2004:152). Na forma de conhecer o múltiplo e o ambivalente torna-se importante encontrar maneiras de executar métodos que não procurem chegar a conclusões universais ou gerais, mas que o façam especificamente e localmente (Law, 2004:156):

> A longo prazo, não é mais óbvio que as disciplinas e os campos de investigação das ciências e das ciências sociais sejam apropriados como o são atualmente. Não é mais óbvio que a divisão do trabalho seja desejável, a divisão do trabalho que se baseia na repartição de remendos de verdade de diferentes especialistas que são então privados da necessidade de praticar outros bens. Após a subdivisão do universal, precisamos de outras metáforas para imaginar o mundo e a nossa responsabilidade para com ele. (tradução livre)

Partir da premissa que em contextos específicos o conhecimento científico se enreda com as experiências quotidianas de pessoas comuns e, indo mais além, perscrutando Sheila Jasanoff (2004), reconfiguram as distinções categóricas entre ciência e crença, ontologia e epistemologia, natureza e cultura, apresentando uma noção "híbrida" da ciência. Trata-se, assim, de um conhecimento "situado", de ganhar interlocutores de campo à condição efetiva de coprodutores do conhecimento e dar-lhes crédito por essa sua atuação e de elevar a contribuição do pensamento "nativo" à produção do conhecimento, considerando as vozes dos sujeitos, dos ativistas sociais, dos coletivos, das comunidades e dos grupos. Uma postura, menos "*falar sobre*" e mais "*falar com*" (Fonseca & Sá, 2011:10).

2.3.3. As hipóteses teóricas e a construção das categorias de análise

Para a estrutura do desenho metodológico apresentamos um conjunto mais sólido de hipóteses, que serviram de traves-mestras para a elaboração dos guiões de entrevista (Anexo 3):

- Em que medida as casas de acolhimento operam como dispositivos de controlo social, mais do que como espaços de cuidado e promoção da autonomia dos jovens?
- Como é percecionado pelos próprios jovens o acolhimento residencial: como uma oportunidade ou como uma penalização pelo seu comportamento ou pelo contexto familiar?
- O que influencia mais a erosão da autoestima e da autonomia dos jovens: o tempo e a vivência em acolhimento ou as lacunas no processo institucional e nas práticas educativas?
- De que forma a qualidade das práticas institucionais pode transformar a experiência de acolhimento em algo positivo, permitindo a construção de vínculos afetivos duradouros e projetos de vida significativos?

- Como se manifesta a diversidade de experiências entre os jovens acolhidos e que relações existem entre normatividade institucional, regulação do comportamento, emancipação e participação ativa dos jovens?
- Qual o papel dos profissionais nas dinâmicas institucionais e na relação com os jovens, e como essas relações influenciam os percursos de vida após o acolhimento?
- De que forma o "lugar social" dos jovens acolhidos condiciona as interações com os profissionais e a construção dos seus projetos de vida?

Estas hipóteses possibilitaram ainda a captura de alguns aspetos de interesse para o trabalho, registados sob a forma de notas de campo (Anexo 5).

A partir das hipóteses teóricas foram construídos os guiões de entrevista e para a as notas de campo da observação participante foram definidas quatro dimensões de análise: observação das relações entre crianças, jovens e profissionais na CAR; observação das dinâmicas institucionais na CAR; observação e participação nas rotinas e vivências institucionais, sempre que possível.

A construção fundamenta-se na definição de categorias *a priori*, alinhadas com o quadro teórico apresentado, bem como com a revisão teórica. Estas categorias foram essenciais para a categorização sistemática das narrativas dos entrevistados, permitindo inicialmente uma análise temática horizontal que reflete um método dedutivo. A inclusão de categorias *emergentes,* que não foram inicialmente consideradas, revelou subtilezas e singularidades nas narrativas dos jovens em acolhimento e dos profissionais do SPP, permitindo uma compreensão mais abrangente do fenómeno em análise.

Iremos apresentar uma descrição da forma como foi realizada a construção do quadro categorial de análise, tendo em conta os objetivos da investigação:

Tabela: 2.1. Síntese do quadro categorial em articulação com as hipóteses teóricas

Pergunta de Partida	**Questões de Entrevista**	**Categorias**
Em que medida as casas de acolhimento operam como dispositivos de controlo social ou espaços de cuidado e autonomia?	- Concorda(s) com as regras? - Participa(s) na definição de regras? - Considera(s) que os jovens são ouvidos nas decisões?	- Perceções sobre Instituição Total - Participação e audição dos jovens - Regulamentos e decisões institucionais

Pergunta de Partida	Questões de Entrevista	Categorias
Como é percecionado o acolhimento residencial pelos jovens: oportunidade ou regulação?	- Quer contar uma experiência significativa na CAR? - Como perceciona a vivência na CAR?	- Contexto institucional como oportunidade - Como espaço protetivo - Como "Casa"
De que forma é feita a preparação para a autonomia em acolhimento?	- Sente que os jovens são preparados para a saída do acolhimento? - Encontras-te preparado para a vida em sociedade?	- Preparação para a autonomia - Dificuldades na saída da CAR - Isolamento e ausência de rede social e comunitária
De que forma a qualidade das práticas institucionais pode transformar a experiência de acolhimento?	- Qual a relação com os profissionais? - Participas nas decisões da CAR ou das autoridades administrativos ou judiciais?	- Relações institucionais (afeto, apoio, confiança) - Participação e escuta - Reconfiguração de regulamentos
Como se manifesta a diversidade de experiências entre jovens e a relação com normatividade e emancipação?	- Considera(s) importante estudar? - Quais os objetivos futuros?	- Perceções sobre norma e desvio - Aspirações e objetivos - Relação com a escola e competências transversais
Qual o papel dos profissionais nas dinâmicas institucionais e nos percursos pós-acolhimento?	- Relação com os profissionais da CAR - Apoio na preparação para a saída - Manutenção de apoio informal	- Relações institucionais - Preparo para autonomia - Rede social comunitária
De que forma o "lugar social" dos jovens condiciona interações e projetos de vida?	- Sentes-te ouvido pelas autoridades? - Como vês o teu futuro?	- Estigma e rotulagem - Reprodução social - Aspirações e dificuldades - Experiências significativas

Após a transcrição e leitura de todas as entrevistas, utilizando uma abordagem qualitativa, foi realizada a codificação categorial temática através da utilização do software MAXQDA (24.7). Foram, assim, identificadas, no total das 38 entrevistas realizas e nas 10 notas de campo da observação participante, 15 categorias principais:

Tabela: 2.2. Lista de Categorias Identificadas

Categorias identificadas	N.º
1. *Situação que originou o acolhimento*	
Não identificou a situação de perigo	1
Abandono/absentismo escolar	3
Abandono e ausência de retaguarda familiar	3
Violência doméstica/Maus-tratos físicos	2
Dependências	3
Problemas económicos/Falta de condições	2
Problemas familiares/rutura familiar	4
2. Contacto(s) com a família biológica e perceções do conceito de família	
Contacto(s) c/ família biológica	
Sem contacto(s) com a família	2
Contacto(s) com a família nuclear (pais ou irmãos)	7
Contacto(s) com a família alargada	3
Contacto(s) reduzidos ou em épocas festivas	4
O lugar da família	
Perceções da família como contexto de (des)proteção	14
Perceções da família idealizada versus família real	18
Reunificação familiar	8
Constituir família/ter um(a) companheiro(a)	24
3. *Regulamentos e decisões institucionais*	
Perceções sobre o conceito de Instituição Total	22
Perceções sobre o envolvimento e participação dos jovens na definição de regras e regulamentos institucionais	11
Perceções sobre a adaptabilidade e reformulação dos regulamentos/decisões institucionais de acordo com a participação dos jovens	22
Perceções sobre o cumprimento dos regulamentos/decisões institucionais	32
4. *Participação e audição dos jovens nas decisões institucionais e órgãos administrativos ou judiciais*	
Perceções sobre a audição e participação dos jovens mediada por um profissional/adulto	37
Perceções sobre a audição e participação efetiva dos jovens	32
Perceções sobre a audição e participação dos jovens por imperativos legais	28
Perceções sobre a audição e participação dos jovens deficiente/quase nula	29

Categorias identificadas	N.º
5. Relação institucional	
Relação educativa/familiar	12
Relação de autoridade/respeito	9
Relação de amizade	8
Relação de apoio/segurança	7
Relação de afeto	18
Equilíbrio afeto/respeito	6
Relação de confiança/empatia	5
Relação de proximidade	16
6. O lugar da escola e das competências transversais p/ a autonomia	
Relação com a escola condicionada por métodos de ensino desajustados	12
Relação com a escola condicionada pela história de vida e/ou características pessoais	22
Distanciamento da escola e percursos educativos anteriores de insucesso	15
Valorização e importância da escola no projeto de vida	27
Importância das *hard* e *soft skills* para o projeto de vida	28
7. Preparação p/ a autonomia	
Importância da rede social comunitária	19
Realização de programas/iniciativas não estruturadas/não regulamentadas	39
Integração em casa/apartamento e programas de (pré-)autonomia	10
8. As aspirações e objetivos dos jovens para o futuro	
Ter habitação	11
Integração no mercado de trabalho	26
Ter carta de condução/carro	9
Concluir a escolaridade	13
9. Dificuldades sentidas pelos jovens na saída da CAR	
Sem perspetivas em relação à saída da CAR	11
Integração no mercado de trabalho	13
Isolamento/solidão/ausência de rede social de suporte	33
Assumir responsabilidades	17
Condições financeiras para a sobrevivência/custos c/ habitação	12
10. Perceções sobre os conceitos de normatividade e desvio	51
11. Perceções sobre os conceitos de estigma e rotulagem	41
12. Contexto institucional residencial percecionado como oportunidade	41

Categorias identificadas	N.º
13. Contexto institucional residencial percecionado como espaço protetivo	19
14. Contexto institucional residencial percecionado como Casa	22
15. Perceções sobre o conceito de reprodução social	13

Numa primeira análise poder-se-á afirmar que as categorias identificadas fornecem uma visão abrangente das dinâmicas familiares e institucionais que influenciam a vida dos jovens, revelando experiências de abandono, mau-trato ou ausência de uma rede social de suporte familiar.

Estas categorias evidenciam ainda o confronto dos jovens com a construção de uma identidade que se situa entre a idealização e a realidade das suas famílias biológicas, bem como as suas perceções sobre as instituições que os acolhem. Elementos como a reunificação familiar, o desejo de constituir família e o envolvimento nas decisões institucionais demonstram a necessidade de *dar voz* e permitir a participação efetiva dos jovens no processo de reformulação e adequação das normas institucionais impostas em contexto residencial.

2.4. As condições do contexto e as questões éticas

2.4.1. As condições

Com o intuito de identificar alguns constrangimentos e obstáculos encontrados na obtenção de informação necessária para o trabalho, no decorrer do processo, julgamos útil despender três notas sobre as dificuldades sentidas em todo este processo.

Primeira nota. Este percurso foi atravessado por uma pandemia e um período pós-pandémico, que condicionou de uma forma impactante o processo de investigação.

Apesar de terem existido sempre contactos preliminares, telefónicos e depois presenciais, em muitos casos seguidos de reuniões agendadas (com a direção e ou técnicos de instituições de acolhimento) e posteriores solicitações formais para a realização da investigação académica na instituição, algumas dificuldades foram inultrapassáveis pela razão do total fechamento das instituições de acolhimento e negação em participar.

Se numa fase inicial, durante o período pandémico COVID-19, se tornara compreensível este fechamento, devido às próprias imposições legais por parte da tutela às casas de acolhimento, os contactos, em alguns dos casos foram completamente inviabilizados de forma inusitada.

Segunda nota. Apesar dos esforços, insistências e contactos realizados, lográmos recusas e, também, omissões pela ausência das respetivas respostas, quiçá compreensíveis ocorrido na fase inicial do processo, mas as adversidades e as recusas não esperadas após o período pós-pandémico persistiram, incompreensivelmente, apesar dos sinais de uma boa receção ao nosso pedido, até por se tratar da pretensão de uma profissional oriunda do meio e com trabalho interpares com um número significativo de anos de experiência, porém as recusas enigmáticas persistiam.

O acesso às instituições de acolhimento residencial parecia uma tarefa impossível de concretizar, devido aos constrangimentos impostos, mas a principal mágoa deve-se à ausência de respostas por parte de algumas instituições contactadas.

Terceira nota. Devido à efetiva ausência de respostas por parte das casas de acolhimento inicialmente contactadas, a investigadora optou, assim, pela realização de contactos do seu conhecimento pessoal e envolvente profissional, e pela conjugação de esforços se constituiu uma amostra não probabilística por conveniência.

As dificuldades foram progressivamente removidas pelos nossos pares que foram totalmente recetivos à realização das entrevistas e à completa abertura à nossa presença, por parte de uma única casa de acolhimento.

Dessa forma, tornou-se possível iniciar o trabalho de terreno, nomeadamente a realização de entrevistas presenciais e observação participante.

Todavia, na obtenção de informação, tivemos duas situações bem distintas, por um lado, um acesso restrito numa das casas de acolhimento que só permitiu a realização de entrevistas, quer aos jovens, quer aos profissionais, em contexto controlado, não sendo possível observar as condições físicas e relacionais entre jovens e profissionais. Todas as entrevistas foram previamente agendadas com a direção técnica da CAR e as entrevistas realizadas numa sala destinada apenas para esse efeito.

Por outro lado, numa outra casa de acolhimento, uma abertura bem mais franca, foi permitida a presença da investigadora, em diferentes momentos, nomeadamente na hora das refeições, em tempo de lazer (à noite ou ao fim de semana) e com acesso a todos os espaços da casa de acolhimento, com exceção dos quartos das crianças e jovens, considerado como um espaço reservado à esfera íntima dos acolhidos.

O registo das notas de campo da observação participante foi feito após a observação e não na presença dos nossos interlocutores. Foi ainda possível participar nas atividades realizadas pelos jovens nos momentos de lazer, bem como participar na confeção das refeições e nas tarefas das quais os jovens foram responsáveis.

2.4.2. As questões éticas

Para a realização das entrevistas foram solicitados os respetivos consentimentos informados (Anexo 2) aos profissionais envolvidos. Em relação aos jovens, as autorizações foram solicitadas ao representante legal, que, no caso, se trata do profissional da casa de acolhimento. Independentemente da idade, os jovens encontram-se sob a tutela de uma decisão administrativa ou judicial, pelo que a representação legal do jovem compete à casa de acolhimento. solicitados os respetivos consentimentos informados.

A autorização para a realização da observação foi concedida pela direção técnica da Casa de Acolhimento Residencial, após envio de pedido formal.

Todos os participantes foram informados acerca dos direitos de privacidade e confidencialidade, que envolve uma investigação, sendo que foram informados da codificação dos dados e do anonimato dos resultados. Considerando que no momento da realização das entrevistas a Universidade não possua um Comité de Ética, foram tomadas as devidas precauções e observados os princípios constantes no Relatório Belmont a Declaração de Helsínquia, bem como da Convenção de Ovíedo.

Foram ainda acauteladas estratégias para a mitigação de potenciais riscos na investigação, em relação a todos os participantes, nomeadamente a sua negação em partilhar narrativas sensíveis e emocionalmente desconfortáveis, sendo sempre essa situação respeitada.

2.4.3. O processo

Apesar das circunstâncias 'atípicas', foram realizadas, no total, 38 entrevistas semidiretivas e realizados 10 momentos de observação participante, que resultaram em 10 notas de campo.

Todos os dados foram tratados por codificação categorial temática no software MAXQDA (24.7), o que possibilitou a identificação de 15 categorias principais que refletem as complexidades e as singularidades das experiências dos jovens, abrangendo aspetos como as situações que originaram o acolhimento residencial até às perceções sobre família, relação institucional e participação dos jovens nos regulamentos e decisões institucionais. A aplicação das entrevistas teve uma duração média de 30 minutos. O período temporal da sua aplicação decorreu nos anos de 2023 e 2024.

As entrevistas foram gravadas em suporte de áudio e transcritas integralmente, tendo sido solicitados os necessários consentimentos informados aos profissionais, bem como aos representantes legais dos jovens, e observados os princípios éticos e deontológicos nesta fase da investigação. A análise categorial foi feita de forma horizontal, com uma leitura de todas as entrevistas e notas de campo, seguindo o método dedutivo de Engers (1987), com a identificação dos temas-chave presentes em cada questão. Nesta análise consideram-se dois grupos de entrevistados: os jovens acolhidos em CAR e todos os profissionais (CAR e do sistema subsidiário de promoção e proteção). Para a análise temática horizontal, de tipo dedutivo, procedeu-se à categorização das informações, obedecendo ao quadro analítico teórico, bem como aos objetivos da investigação, que serviu de guia para identificar as informações nos textos analisados. A primeira análise destas categorias revelou tanto as vulnerabilidades enfrentadas pelos jovens em acolhimento residencial quanto as oportunidades de empoderamento e autonomia em contextos que frequentemente marginalizam as suas experiências e as suas necessidades. Sinteticamente, o 'nosso' processo de investigação, colocou de um lado, o acolhimento de crianças e jovens em instituições de reprodução social para os mundos sociais dos adultos e o interesse dos adultos naquilo que as crianças e os jovens possam vir a ser e não o que são no presente.

Por outro, o processo inclusivo das crianças e jovens se tornarem seres sociais produtivos *versus* a ponderação dos interesses adultos e não dos interesses próprios das crianças e jovens.

2.5. A Amostra

2.5.1. Estudo de caso

Propomos um estudo de caso no distrito do Porto, com jovens dos 15 aos 18 anos e profissionais do sistema de promoção e proteção à infância e juventude, com intervenção multinível, que não terá como objetivo generalizar os resultados, mas, outrossim, a sua particularização e conhecimento mais compreensivo.

O estudo de caso permitirá a análise de casos específicos, descrevendo as realidades de dentro para fora (Flick, von Kardorff & Steinke, 2004). A essência do estudo deve iluminar a decisão ou o conjunto de decisões: a razão por que são tomadas, como serão implementadas, quais os resultados, como permitem a descrição em profundidade e se fornece pistas para a exploração e reflexão futuras sobre determinado aspeto (Yin, 1994). A opção metodológica será compreender a forma como os sujeitos percecionam o mundo e qual o significado por eles atribuído; ou, entender os atores, as ideias e os objetos, como se relacionam, em redes, campos, controvérsias, espaços sociais ou geográficos; ou, as relações entre discursos e materialidades.

Para tal, o estudo de caso foi constituído por uma amostra não probabilística por conveniência, em que foram entrevistados atores sociais com características simultaneamente hétero e homogéneas, ou seja, atores imbricados no SPP, na intervenção multinível. Foram assim entrevistados jovens em acolhimento e profissionais que exercem funções em casas de acolhimento, em Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), nas CPCJ e nos Tribunais, no caso específico, técnicos das Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais. Esta opção metodológica deveu-se ao potencial destes interlocutores para a compreensão das relações e práticas de poder em contexto residencial, bem como para perceber quais as suas perceções e práticas em relação à participação dos jovens acolhidos no seu projeto de vida, autonomia futura, ou se pelo contrário, se conformam às estruturas e relações de poder institucionais.

Para tratar de "um mundo concreto de homens e mulheres, entre os quais ele próprio [o investigador] se situa" (Lalanda, 1998:872), na investigação que levamos a cabo, a questão principal não será "se devemos tomar partido, já que inevitavelmente o faremos, mas sim de que lado estamos" (Becker, 1967:239).

De forma «naturalista», a investigação foi conduzida para que seja possível "frequenta[r] os locais em que naturalmente se verificam os fenómenos nos quais está interessado, incidindo os dados recolhidos nos comportamentos naturais das pessoas" (Bogdan & Bliken, 1994:17), nomeadamente através da observação participante, de tipo naturalista. Pareceu-nos ser este o caminho mais adequado a percorrer.

Notámos que as pesquisas qualitativas abordam os temas, através de um "determinado paradigma ou visão do mundo", e visam uma relação aprofundada com um pequeno número de atores sociais.

Bodgan & Bliken (1994:16) designam por «estratégias representativas» da investigação qualitativa a "observação participante e a entrevista em profundidade", nas quais o investigador se introduz no "*mundo das pessoas que pretende estudar, tenta conhecê-las, dar-se a conhecer e ganhar a sua confiança, elaborando um registo escrito e sistemático de tudo aquilo que ouve e observa*".

À posteriori, segue-se a fase da análise de conteúdo (Bardin, 2009) e interpretação, com a análise temática de tipo qualitativo dos juízos e representações dos sujeitos, ou pela organização de categorias (análise categorial), por comparação da frequência de certas características previamente agrupadas, de *per si* ou analisadas pelas características do conteúdo e da correlação entre elas (análise extensiva) (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Do lado das limitações do método está o facto da realidade ser fugidia e, aparentemente, mais exigente ser o conhecimento do meio onde se realiza o trabalho de campo e do olhar crítico sobre essa mesma realidade que se pretende estudar.

A compreensão do mundo poderá ser realizada, tal como afirma Leite (2010:57-58) em trabalho de investigação realizado com jovens acolhidos, a partir dos

> (…) dados emersos do próprio campo imbricados com as reflexões teóricas. Ao reler os diários das observações na casa-lar, as entrevistas com os trabalhadores/as, os relatos das crianças e jovens no grupo focal, e o próprio teor dos documentos e reportagens acerca do problema, vêm à tona os momentos daquele contexto, seu ritmo, organização, discursos, rituais, situações, transgressões.

Resumindo, o objetivo central deste trabalho será perceber de que forma as relações e as vivências dos jovens em acolhimento residencial contribuem para o seu projeto futuro de autonomização.

Entenda-se por relações e vivências em acolhimento residencial, em casas de acolhimento com recursos materiais e humanos apropriados que garantem cuidados adequados às necessidades e ao "bem-estar", contribuindo para a autonomização dos jovens, a finalidade "imaterial". Um acolhimento que permita a aquisição de autonomia dos jovens, tendo por horizonte a plena integração social, escolar, profissional e comunitária, bem como competências destinadas à sua valorização pessoal, dito de forma mais agregada: a efetiva capacitação das crianças e jovens durante este percurso.

2.5.2. Os participantes

A amostra é constituída por 38 participantes, sendo 9 entrevistados jovens acolhidos em CAR e 29 profissionais com funções em serviços públicos ou IPSS, nomeadamente profissionais de CAR, assim como profissionais que intervêm em diferentes níveis do sistema subsidiário de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens.

Tabela: 2.3. Características Sociodemográficas dos Entrevistados

Categorias sociodemográficas	N.º
Jovem em acolhimento	9
Sexo	9
Anos em AR	9
Idade	9
Técnicos	0
Técnicos ECMIJ/CPCJ/EMAT	17
Anos de contacto c/ CJ em AR	17
Anos de contacto c/ CJ em risco	17
Formação académica	0
Educação	3
Outra(a) formação	3
Psicologia	7
Serviço Social	4

Técnicos de CAR	12
Anos de contacto c/ CJ risco/perigo	12
Anos de contacto c/CJ em AR	12
Formação académica	0
Educação Social	1
Outra	2
Psicologia	2
Serviço Social	7

A composição da amostra diferencia-se quanto à profissão dos entrevistados, anos de experiência de trabalho com crianças e jovens em risco e perigo e pertença institucional.

À data das entrevistas todos os profissionais exerciam funções no distrito do Porto.

Ressalva-se a persistente ausência de respostas por parte das várias Casas de Acolhimento Residencial contactadas inicialmente (não obstante as nossas insistências e contactos fracassados) e a real dificuldade em arrolar entrevistados.

Considerando os vários perfis profissionais que intervêm no sistema de promoção e proteção à infância e juventude em risco e perigo, se trabalhou sobre uma amostra não probabilística por conveniência.

Na tabela 2.4. se apresentam as características biográficas dos entrevistados, revelando que mais de metade dos jovens acolhidos possui uma vivência institucional com dez ou mais anos.

Tabela: 2.4. Características biográficas dos jovens acolhidos

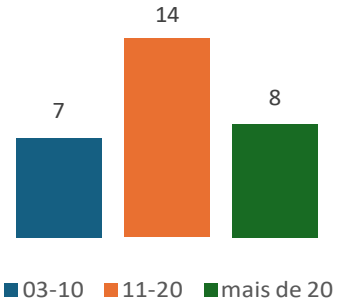
N.º do Entrevistado	Sexo	Idade	Anos em acolhimento
E4	Masculino	17	10
E5	Masculino	17	2
E6	Masculino	17	2
E23	Feminino	17	11
E24	Masculino	15	10
E25	Feminino	16	3
E26	Masculino	16	5
E28	Masculino	18	10
E29	Masculino	18	15

A média de idades situa-se nos 17 anos de idade e 5 dos jovens encontram-se acolhidos há 10 ou mais anos [E4; E23; E24; E28 e E29]. O período mais longo de acolhimento situa-se nos 15 anos [E29] e o período mais curto nos 2 anos [E5 e E6]. Esta amostra revela que 1 em cada 3 em média tem cerca de 12 anos em acolhimento residencial, e 2 em cada 3 em média tem cerca de 5 anos em acolhimento.

Tendo em conta a homogeneidade da amostra nos vários níveis de intervenção do sistema de promoção e proteção, do total dos 29 profissionais, 12 entrevistados exercem funções em Casa de Acolhimento, na equipa técnica ou na equipa educativa, 7 exercem funções em CPCJ, como presidente, secretário ou elemento cooptado, os restantes exercem funções nas EMAT. Os restantes entrevistados (10) exercem funções nas várias ECMIJ.

A média de anos no exercício de funções dos profissionais no sistema de promoção e proteção situa-se nos 19 anos, enquanto a média de anos no exercício de funções dos profissionais com o acolhimento residencial é ligeiramente abaixo (17 anos).

Gráfico: 2.1. Distribuição dos profissionais entrevistados, segundo os anos de exercício de funções



Reconhece-se no grupo dos profissionais, um elevado grau de conhecimento acerca do sistema de promoção e proteção da infância e juventude, pois a maioria dos profissionais exerce funções há mais de 10 anos, com contacto direto com crianças e jovens em risco/perigo e com o sistema de acolhimento residencial.

Para além disso, 12 dos entrevistados exercem funções, como representantes numa CPCJ, com intervenção direta com crianças e jovens em perigo (modalidade restrita) e na prevenção das situações de perigo para a criança e jovem junto da comunidade e na promoção de ações sobre os direitos das crianças e jovens (modalidade alargada), tal como demonstra a tabela 2.5.

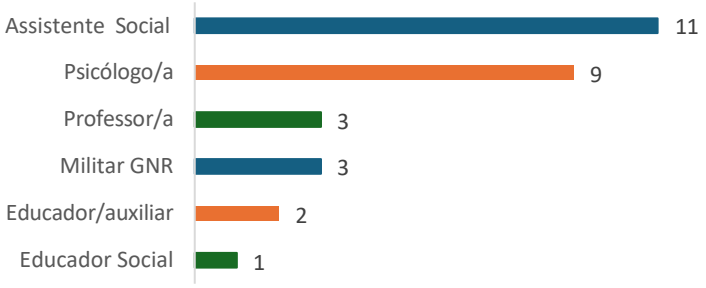
Em relação ao exercício de funções no sistema subsidiário de promoção e proteção da infância e juventude, os profissionais entrevistados dividem em maior número pelos que exercem funções em CAR (12), seguidos dos profissionais das ECMIJ (10) e, por último, os que exercem funções nos órgãos administrativos ou judiciais (7).

A grande maioria dos entrevistados tem como formação de base o serviço social, seguindo-se a psicologia. Os restantes profissionais distribuem-se pela educação e formação especializada nas forças de segurança.

Tabela: 2.5. Características biográficas dos profissionais entrevistados

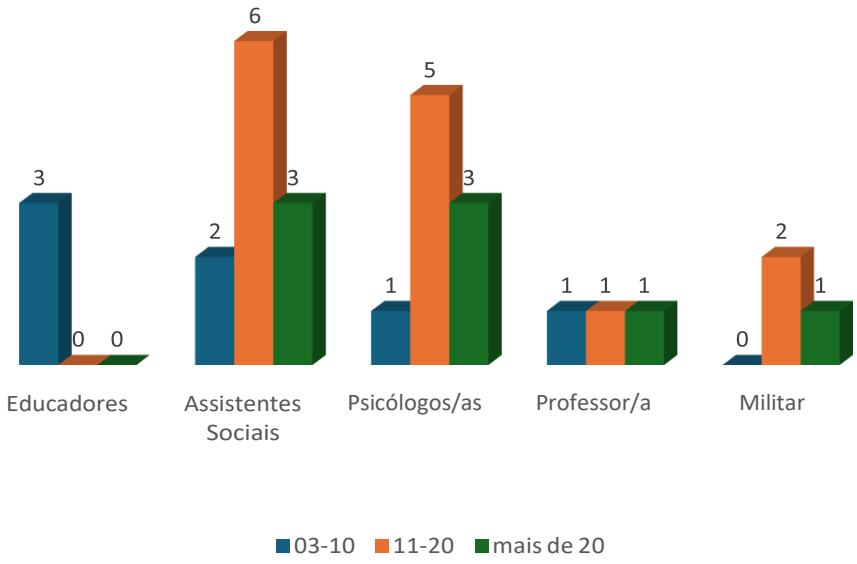
N.º do Entrevistado	Profissão	Instituição	Anos contacto CJ risco/perigo	Anos contacto acolhimento	CPCJ - Restrita ou Alargada
E1	Assistente Social	Casa de Acolhimento	24	24	N
E2	Psicólogo	Casa de Acolhimento	07	07	N
E3	Educador Social	Casa de Acolhimento	12	10	N
E7	Psicóloga	CPCJ	25	18	S
E8	Assistente Social	CPCJ	10	10	S
E9	Assistente Social	Casa de Acolhimento	26	20	N
E10	Assistente Social	Casa de Acolhimento	26	19	N
E11	Militar	ECMIJ/GNR	20	20	S
E12	Psicóloga	EMAT	30	30	N
E13	Psicóloga	Casa de Acolhimento	14	14	S
E14	Militar	ECMIJ/GNR	28	28	S
E15	Militar	ECMIJ/GNR	22	10	N
E16	Psicólogo	EMAT	20	13	N
E17	Psicólogo	CPCJ	07	07	S
E18	Professora	CPCJ	25	04	S
E19	Psicóloga	ECMIJ/Projeto	20	20	S
E20	Psicóloga	ECMIJ/Escola	19	14	S
E21	Psicóloga	ECMIJ/Escola	20	20	S
E22	Assistente Social	Casa de Acolhimento	12	12	N
E27	Educadora	Casa de Acolhimento	3	3	N
E30	Educadora	Casa de Acolhimento	4	4	N
E31	Assistente Social	EMAT	23	23	N
E32	Assistente Social	Casa de Acolhimento	5	5	N
E33	Assistente Social	Casa de Acolhimento	19	15	S
E34	Assistente Social	ECMIJ/Seg. Social	30	30	N
E35	Assistente Social	ECMIJ/Seg. Social	20	20	N
E36	Professora	ECMIJ/Escola	20	20	S
E37	Assistente Social	Casa de Acolhimento	11	11	S
E38	Professor	ECMUJ/Escola	24	24	N

Gráfico: 2.2. Distribuição dos profissionais entrevistados, segundo as habilitações académicas



Relativamente aos anos de contacto com crianças e jovens acolhidos se constata que 13 profissionais exerciam funções há mais de 10 anos e 8 profissionais tinham mais de 20 anos de contacto com jovens em acolhimento.

Gráfico 2.3. Distribuição dos profissionais entrevistados, segundo os anos de exercício de funções e habilitações académicas



III CAPÍTULO. ESTUDO EMPÍRICO E RESULTADOS

3.1. O ESTUDO EMPÍRICO

Tendo sido previamente apresentado o processo de construção e definição das categorias temáticas (e respetivas subcategorias, quando aplicável), à luz do quadro teórico e dos objetivos da investigação, procedemos à apresentação dos resultados empíricos.

Estes resultados encontram-se organizados em dois grandes eixos de análise: por um lado, as narrativas dos jovens acolhidos; por outro, os testemunhos dos profissionais (técnicos das CAR e do sistema de promoção e proteção), complementados pelas notas de campo recolhidas ao longo do trabalho de terreno, sempre que estas evidenciem a presença das categorias analíticas identificadas. A análise das narrativas e das notas de campo permite aceder à pluralidade e complexidade das experiências vividas, revelando perceções, tensões, continuidades e ruturas que se inscrevem nas respostas às interrogações centrais que orientam esta investigação. Estas interrogações incidem, nomeadamente, sobre:

- a natureza das casas de acolhimento enquanto dispositivos de controlo social ou, alternativamente, como espaços de cuidado e promoção da autonomia;
- a forma como os jovens percecionam o acolhimento residencial: enquanto oportunidade ou regulação;
- o potencial transformador das práticas institucionais na construção de vínculos afetivos e projetos de vida significativos;
- a diversidade de experiências dos jovens acolhidos e as relações entre normatividade, regulação do comportamento, emancipação e participação;
- o papel dos profissionais nas dinâmicas institucionais e na configuração dos percursos de vida após o acolhimento;
- e, por fim, a forma como o "lugar social" dos jovens condiciona as suas interações institucionais e a construção dos seus projetos de vida.

A estrutura analítica adotada visa, assim, dar resposta a estas questões, articulando os dados empíricos com os referenciais teóricos e os objetivos da investigação, no sentido de compreender como se (re)produz socialmente o acolhimento residencial e de que modo este processo influencia a construção de trajetórias individuais.

3.2. NARRATIVAS DOS JOVENS

3.2.1. SITUAÇÃO QUE ORIGINOU O ACOLHIMENTO

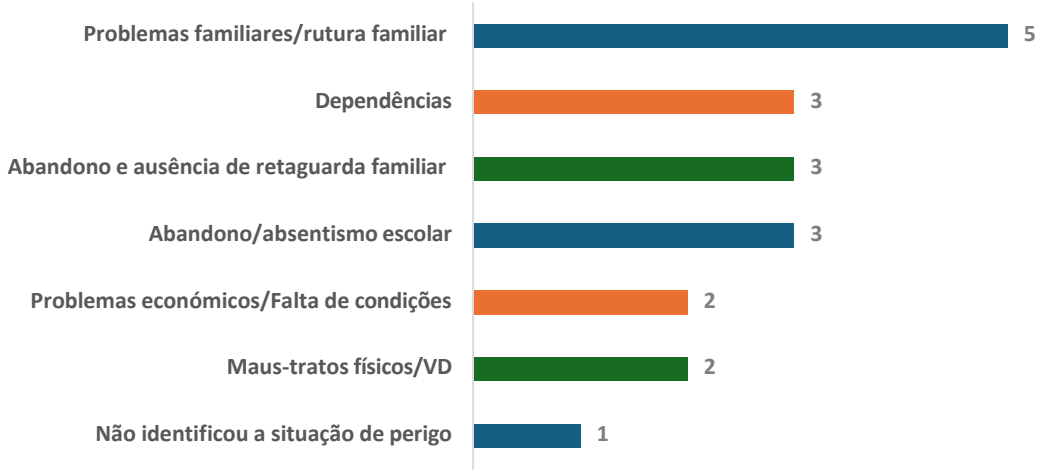
Em relação aos motivos que conduziram ao acolhimento residencial (cf. anexo 3, questão 1 – I Parte), ou seja, às situações de mau-trato e negligência ocorridas em contexto familiar, os jovens entrevistados identificaram situações ocorridas na família biológica, nomeadamente: "*Problemas familiares*" (E4, Jovem, Masculino_17 anos)"; "*Abandonei a escola e depois tive alguns processos tutelares educativos e o meu pai também teve uma denúncia de violência doméstica*" (E5, Jovem, Masculino_17 anos); "*Sim, foi mais por causa de problemas familiares que estavam a afetar o meu percurso escolar. Problemas na família que existiam que estavam a afetar, eram discussões muitas vezes e a maior parte das vezes era sempre à noite quando a minha família chegava a casa e começavam sempre a discutir*" (E6, Jovem, Masculino_17 anos); "*Não sei muito bem, mas acho que foi por causa das condições em casa. Eu não me lembro muito bem porque era pequenino*" (E24, Jovem, Masculino_15 anos); "*Os meus tios maltratavam-me*" (E25, Jovem, Feminino_16 anos).

Outros jovens entrevistados relatam de forma clara os motivos para a situação de acolhimento residencial: "*Eu estava a morar com a minha mãe e com a minha avó materna. Entretanto, a minha mãe saiu de casa sem dizer nada e fiquei eu e mais 2 irmãos. Os meus avós começaram a ter algumas dificuldades por causa da escola e assim*" (E23, Jovem, Feminino_17 anos); "*Há cerca de 10 anos atrás, é a máquina do tempo, lembro-me de ser retirado à minha família, porque a minha mãe infelizmente nos abandonou*" (E28, Jovem, Masculino_18 anos)

Estas situações foram responsáveis pelo seu acolhimento, através da aplicação de uma medida de promoção e proteção de acolhimento residencial.

Reconhece-se assim, nas situações apresentadas, a intervenção do Estado, e das instituições da sociedade civil, na proteção das crianças e jovens, quando a família não se constitui como espaço de afetividade e proteção. O Estado convoca o direito de proteger as crianças e os jovens, ante direitos manifestamente violados, aplicando medidas de promoção e proteção, tais como o acolhimento residencial.

Gráfico: 3.1. Situação que originou o acolhimento residencial, segundo os jovens entrevistados



Evidencia-se que um dos jovens entrevistados não identificou a situação de perigo que originou o acolhimento e a resposta dada poderá exprimir que o motivo do acolhimento ainda lhe causará sofrimento ou terá sido uma experiência traumática: "*Sei, mas não quero dizer*" [E26].

Uma outra jovem, a determinada altura da entrevista verbaliza sentimentos de tristeza e revolta, quando foi acolhida na casa de acolhimento, e apesar de reconhecer ter sido uma medida de proteção para a sua segurança, gostaria de estar junto da família: "Tristeza, revolta. Tristeza porque por um lado, eu não estava bem em casa, mas por outro estava num mundo completamente diferente do que estava antes. Então foi uma mudança assim radical" (E25, Jovem, Feminino_15 anos)

Os dados analisados indicam que a medida de promoção e proteção de acolhimento residencial é, na maioria dos casos, uma resposta a disfunções familiares graves, como negligência, maus-tratos, abandono parental e violência doméstica. Os jovens experienciam o acolhimento de forma ambivalente, oscilando entre o trauma da separação e o reconhecimento da proteção proporcionada.

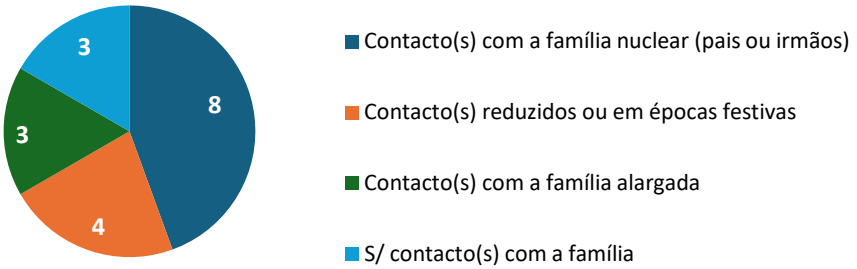
A análise integrada das trajetórias de acolhimento revela um sistema de proteção à infância e juventude marcado por complexidade e dinâmicas estruturais. As causas do acolhimento são multifatoriais, refletindo vulnerabilidades familiares e socioeconómicas persistentes, como a rutura familiar, a violência doméstica e a exclusão social.

Historicamente, as políticas de proteção em Portugal têm evoluído no sentido de um paradigma desjudicializado, centrado nos direitos da criança e influenciado pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). Contudo, persiste uma tensão entre o reconhecimento formal desses direitos e a sua efetiva implementação, especialmente no que se refere à participação e autonomia dos jovens. A formulação dos direitos da criança como responsabilidades adultas pode reforçar uma lógica adultocêntrica, limitando a agência juvenil e contribuindo para a discrepância entre o discurso normativo e a prática institucional. Apesar dos avanços legislativos, o sistema de proteção continua a carecer de uma abordagem mais holística e preventiva. É essencial que as políticas públicas ultrapassem a lógica reativa, investindo na mitigação das causas estruturais do acolhimento. Paralelamente, é imperativo promover a participação ativa e a autonomia dos jovens acolhidos, assegurando a concretização dos seus direitos e um apoio contínuo na transição para a vida adulta. Investigações futuras devem privilegiar estudos longitudinais e comparativos que avaliem a eficácia das intervenções e sustentem práticas baseadas em evidência.

3.2.2. CONTACTO(S) DOS JOVENS ACOLHIDOS COM A FAMÍLIA E O LUGAR DA FAMÍLIA

Em relação ao constructo família, um dos primeiros a ser mobilizado nesta investigação, os jovens acolhidos referem a família como contextos de desproteção, violência e mau-trato, apesar da maioria continuar a manter contacto com a família biológica e pretender manter esse contacto (cf. anexo 3, questão 3 – I Parte).

Gráfico: 3.2. Contacto(s) com a família biológica



Do total de jovens inquiridos, 2 referem não ter contacto com a família, e em uma situação foi possível verificar que algumas crianças passam os fins de semana na CAR, no caso de uma fratria de irmãos, por decisão judicial (notas de campo n.º 5).

A maioria dos jovens referem ter contactos com a família, nomeadamente com pais ou irmãos, os restantes referem ter contactos esporádicos ou só em épocas festivas. Não obstante as vulnerabilidades que os contextos familiares de origem dos jovens acolhidos possam encerrar, a grande maioria refere manter contactos com a família de origem, razão pela qual se explica, e não nos surpreende, a elevada frequência de respostas nesta categoria.

3.2.2.1. O Lugar da Família

Perceção da família como lugar de (des)proteção

Apesar dos jovens manterem contacto com as suas famílias de origem, referem a inadequação daquelas após a saída do acolhimento residencial. De uma forma mais abrangente, percecionam a família enquanto contexto de desproteção e incapaz de proporcionar uma retaguarda segura. A família não se constitui como resposta em relação ao projeto de vida futuro, pelo que aspiram que a sua família no futuro seja um contexto afetivo e protetor, contrariamente ao que vivenciaram: "*quero construir uma família normal, uma família enorme, quero ser feliz. Por exemplo, orgulhar-me de ter um filho e dizer-lhe que o que eu passei ele não vai passar. Eu quero que o meu filho cresça num ambiente bom, agradável*" (E28, Jovem, Masculino_18 anos).

Perceção do conceito de família ideal versus família real

Para além da categoria definida *a priori*, emergiram, dos discursos dos jovens entrevistados, perceções em relação a uma conceção de família organizada, um sistema equilibrado capaz de proporcionar uma retaguarda segura. Esta conceção idealizada do sistema familiar não corresponde a um sistema real, que se revela desequilibrado e desprotetor: "*Dos momentos em família mesmo, porque, claro esta casa é uma família para mim, mas há sempre aquela coisa de estar com a família e de sair, e assim*" (E25, Jovem, Feminino_16 anos).

Pese embora haja a perceção da desproteção por parte da família biológica, a idealização da família foi um aspeto predominante nos jovens entrevistados: "*Sei que não há famílias perfeitas, mas fazer o possível para ser um bom pai, ser bom marido, bom companheiro, dar algum conforto, não é? Dar o nosso melhor*" (E5, Jovem, Masculino_17 anos).

Apesar das experiências desorganizadas e adversas, a grande maioria dos jovens entrevistados aspiram ter a sua própria família e percecionam uma conceção de família fundada principalmente nas inter-relações positivas e afetivas. Esta aspiração poderá ser entendida como uma forma de proteção em relação às situações de mau-trato vivenciadas na família de origem e que determinaram a situação de acolhimento. Estes jovens acolhidos manifestam capacidade de alcançar um modelo familiar diferente da sua própria família de origem, aspirando constituir uma família protetora: "*Ter a minha própria família, ter uma companheira, arranjar uma companheira para ter uma família*" (E 4, Jovem, Masculino_17 anos).

Reunificação familiar

Surge ainda uma outra *categoria emergente* nos discursos dos jovens. Apesar de todas as adversidades, fragilidades e vulnerabilidades das famílias biológicas, os jovens aspiram no futuro à *reunificação familiar*. Alguns jovens referem que pretendem regressar à família biológica, após a saída do acolhimento residencial: "*Eu penso que a saída seja em breve, mas eu tenho bastante apoio também da minha família. Mas acho que vai correr tudo bem, vai correr tudo bem*" (E5, Jovem, Masculino_17 anos).

Apesar da família biológica não se constituir como contexto de proteção nos processos de autonomização pós-acolhimento, muitos jovens aspiram regressar à sua família de origem, independentemente das diferenças culturais entre os seus contextos de origem e outros espaços (contexto residencial e escola), o que iremos analisar mais adiante.

Constituir família/ter um(a) companheiro(a)

Mesmo depois da adversidade vivenciada em contexto familiar, que muitas vezes conduziu às situações de acolhimento residencial, os jovens pretendem constituir família, ou pelo menos, ter um/a companheiro/a, porque reconhecem esse contexto como um espaço protetor e de afeto: "*O meu objetivo é ter a minha casa, a minha família, acabar os estudos*" (E24, Jovem, Masculino_15 anos).

No que se refere a constituir família e ou ter companheiro(a) estes jovens também discorrem sobre a necessidade de trabalhar (ter emprego) para alcançarem os seus objetivos no futuro, categorias que também iremos analisar mais adiante.

A análise dos discursos dos jovens acolhidos pode ser relacionada com as conceções teóricas sobre a família moderna apresentadas na primeira parte deste trabalho. Os discursos dos jovens acolhidos revelam uma profunda ambivalência em relação à família: por um lado, a experiência marcada pelo abandono, maus-tratos e desproteção; por outro, idealizada como espaço de proteção, afeto e realização pessoal.

Família como lugar de desproteção e a função do Estado

A maioria dos jovens entrevistados perceciona a família de origem como um contexto de desproteção e vulnerabilidade. A análise da família como uma unidade influenciada por fatores económicos e históricos (Saraceno, 1999) encontra-se refletida nas perceções dos jovens sobre as suas famílias de origem. Tal perceção encontra ainda ressonância na análise de Singly (2010)**,** ao destacar que a família moderna, embora mais privada, passa a ser regulada por normas estatais, especialmente quando falha na sua função cuidadora. Badinter (1980) e Rocha, Ferreira & Neves (2002) apontam para a transferência da função protetora da família para as instituições públicas.

Idealização da família afetiva

Apesar das experiências traumáticas, os jovens possuem um ideal de família que valorizam para o futuro: afetiva, estruturada e acolhedora. Badinter (1985) e Shorter (1995) apontam para a construção moderna da maternidade e da afetividade como centrais à família. Essa idealização aparece nos jovens que desejam ser "*bons pais*" ou "*dar o melhor*".

Giddens (2001) e Berger & Kellner (1964) sustentam que a família moderna é um espaço de construção de significados e identidade, o que se confirma nas aspirações dos jovens.

A idealização da constituição de uma família nuclear, equilibrada (Segalen, 1999) e protetora no futuro refletem-se nos discursos dos jovens, bem como na importância da educação e da intimidade entre pais e filhos e no desejo de proporcionar um ambiente educativo e afetivo para os seus futuros filhos (Ariès, 1988; Singly, 2010).

As narrativas dos jovens acolhidos revelam que, mesmo diante da ausência de modelos familiares estáveis, a família permanece como ideal estruturante em sintonia com os paradigmas contemporâneos da família moderna e plural.

A família como projeto de vida e construção identitária

Os jovens priorizam relações de afeto e companheirismo, mesmo fora da estrutura familiar tradicional, o que vai de encontro a Giddens (2001) quando fala de "*relações puras*", baseadas no afeto e não em obrigações institucionais. A jovem que deseja apenas "*um companheiro para a vida*" (E25) e não necessariamente uma família espelha essa nova lógica relacional. Da mesma forma, Segalen (1999) sustenta que o casamento já não institui a família, sendo esta definida por vínculos afetivos, o que está muito presente nos relatos. Este desejo é central nos projetos de vida dos jovens, funcionando como símbolo de superação, proteção emocional e espaço privilegiado de construção da identidade (Berger & Kellner. 1964). Evidencia-se ainda nos discursos a autonomia individual e a reflexividade nas aspirações dos jovens em alcançar independência e constituir famílias protetoras (Guerreiro, Torres & Lobo, 2007).

Reunificação familiar e laço emocional simbólico

Apesar da família de origem ser percecionada como disfuncional, muitos jovens mantêm o desejo da reunificação ou de apoio aos seus familiares. Saraceno (1992) defende que os significados da família são construídos social e simbolicamente e que o laço emocional pode persistir mesmo sem uma proteção efetiva, o que os profissionais referem como 'o apelo' à família. Ainda são enfatizados nos discursos a valorização dos laços pessoais na família baseada em relações afetivas e seguras (Singly, 2010).

Segalen (1999) demostra que a família não deve ser vista como uma entidade homogénea, pois comporta múltiplas configurações e sentidos, destacando-se a importância do laço afetivo e não a estrutura formal.

Guerreiro, Torres & Lobo (2007) afirmam que a família, mesmo fragilizada, continua a ser o principal espaço de suporte emocional, exatamente como aspiram os jovens.

Em resumo, verificamos nos discursos dos jovens acolhidos as suas perceções sobre o conceito de família e as suas aspirações futuras, oscilando entre a idealização da família mesmo a percecionando como contexto de desproteção; aspiram à reunificação familiar após a situação de acolhimento, havendo o 'apelo' à família biológica (E5, E13); e idealizam no futuro a constituição de uma família organizada e protetora, diferente da sua realidade (E5, E24, E26, E28 e E29).

3.2.3. REGULAMENTOS E DECISÕES INSTITUCIONAIS

Perceções sobre o conceito de instituição total

Para a análise das relações instituições e a forma como se relacionam com as vivências instituições dos jovens (cf. anexo 3, questão 3 – I Parte) e a sua preparação para a autonomia, convocámos o conceito de *instituição total,* analisando as perceções dos vários interlocutores. Se Goffman (1974) caracteriza as instituições totais enquanto espaços com regras próprias e mecanismos de controlo e disciplina, na análise dos discursos dos jovens, verifica-se que antes do acolhimento residencial os jovens possuíam uma perceção que se aproxima do conceito de *instituição total*, no entanto essa perceção facilmente se desmonta no contacto direto com a instituição: "*Eu no início eu cheguei aqui e eu, antes de vir para aqui, pensei: bem, aquilo vai ser um pouco, como é que eu hei de dizer, rígido, mas depois cheguei aqui e os técnicos são super amigáveis*" (E6, Jovem, Masculino_17 anos). No entanto, apesar das perceções mais benévolas, efetivamente as atividades quotidianas nas casas de acolhimento obedecem a regulamentos próprios, rotinas diárias previamente estipuladas e que, muitas vezes, deixam pouco espaço para a liberdade individual (Goffman, 1974). Verifica-se esta perceção nos discursos dos jovens entrevistados, em que existe a obediência a um reportório de situações ritualizadas e impostas pela instituição, mas que são aceites por aqueles: "*Há uma regra do banho que os rapazes têm que ir às 6:30 e as raparigas às 7. Eu concordo com essa regra, porque acho que os rapazes têm que ter a sua intimidade e as raparigas também. E depois jantamos todos às 7 e meia*" (E25, Jovem, Feminino_16 anos).

***Perceções sobre a adaptabilidade e reformulação dos regulamentos/decisões institucio*nais de acordo com a participação dos jovens**

No discurso de uma das jovens verifica-se a perceção de que os regulamentos institucionais são adaptados às características individuais dos jovens acolhidos, no entanto sem especificar situações e regras concretas: "*Sim, são adequadas* [as regras e regulamentos institucionais] *a cada um*" (E25, Jovem, Feminino_16 anos).

Nas notas de campo verifica-se a adaptabilidade dos regulamentos institucionais à situação pessoal dos jovens acolhidos: "*Um dos jovens mais velhos, foi questionado acerca da hora que iria chegar, pois iria sair nessa tarde/noite. Este respondeu "Pelas 23h30*". A diretora disse que mais tarde iria informar o técnico de turno do horário da hora de chegada do jovem. (n*otas de campo n.º 3); "Os jovens, especialmente os que frequentam estabelecimentos de ensino fora da zona de residência da Casa, possuem telemóvel, cujo carregamento mensal é feito por eles, retirando da sua mesada mensal ou a expensas da família. (…) Relativamente às regras na organização da roupa, fui informada que à 3.ª feira as crianças e jovens entregam a roupa suja à lavandaria e à 6.ª feira recolhem a roupa lavada. Pontualmente as crianças e jovens podem solicitar alguma peça de roupa mais específica e que seja mesmo necessária (por ex. o equipamento de futebol), caso contrário só têm acesso às suas roupas nos dias estipulados. No entanto, pude constatar que esta regra não é tão rígida, sendo permitido às crianças e jovens deslocar-se à lavandaria sem ser nos dias estipulados*" (notas de campo n.º 9).

Perceções sobre o cumprimento dos regulamentos/decisões institucionais

Nas narrativas dos jovens verifica-se a perceção do cumprimento de normas institucionais e rotinas quotidianas definidas, em última instância, pela direção ou pelos profissionais da instituição: "*Temos tarefas. Por exemplo, arrumar a sala de estar. O monitor manda e a gente faz*" (E4, Jovem, Masculino_17 anos). Os jovens consideram, até, como benéfico para o seu projeto de vida o cumprimento de normas: "*Eu acho que é fundamental ter algumas regras também, porque um dia vamos sair daqui, não é? E é preciso ter uma base para depois saber viver em sociedade*" (E23, Jovem, Feminino_17 anos).

Na observação participante verifica-se que o cumprimento das regras e regulamento institucionais recai sobre os profissionais da instituição: "*Assisti a uma mudança de turno.*

Foi possível observar que a Casa possui um registo rigoroso de todas as situações, no sentido de ser possível ao técnico que assume o grupo, este perceber se existe alguma situação que deva estar mais atento" (notas de campo n.º 3); *"*(…) *os jovens (mais velhos) começaram também a recolher aos seus quartos e entregaram os telemóveis à diretora*" (notas de campo n.º 4).

A seguir. À luz do referencial teórico (Becker, 2009; Goffman, 1974 e Foucault, 1987) iremos realizar a análise crítica dos discursos dos jovens acolhidos, com a articulação de vários conceitos, nomeadamente norma e desvio, estigma e regulamentos institucionais.

Acolhimento residencial como marcador simbólico de desvio

Embora os jovens estejam acolhidos por motivos ligados à desproteção, muitos não se reconhecem como desviantes. Isso confirma a tese de Becker (2009) de que o desvio não é uma qualidade intrínseca ao comportamento, mas antes o resultado de um processo de rotulagem social: "*O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso*". Nos discursos dos jovens, esse rótulo institucional aparece suavizado. Muitos descrevem-se como "*habituados às regras*" (E29) ou reconhecem a importância da disciplina para "*a vida em sociedade*" (E23).

Instituições totais e norma disciplinar

As casas de acolhimento são descritas como espaços com regras rígidas, rotinas fixas e vigilância contínua: características fundamentais das *instituições totais* (Goffman, 1974)**.** Mesmo quando as regras são aceites, há um evidente controlo externo sobre o comportamento dos jovens: "*Toda a sequência de atividades é imposta de cima por um sistema de regras formais explícitas*". Este controlo é o que Foucault (1987) denomina de *tecnologia política do corpo*, em que os jovens são treinados a obedecer, tornando-se corpos dóceis.

Adaptação e resistência simbólica

Apesar da estrutura disciplinar, os discursos demostram sinais de negociação e adaptação. Alguns jovens referem que "*as regras são adequadas a cada um*" (E25), e há exemplos de flexibilidade nas regras e regulamentos institucionais (ex. entrega de roupa fora do dia estipulado, saída noturna com autorização).

Estas adaptações evidenciam que, mesmo em contextos fechados, existe espaço para a autonomia relativa, contrariando a ideia de que o acolhimento é um desvio absoluto. Foucault (1987) reconhece que o poder disciplinar se reproduz, mas também pode ser contestado pela agência dos sujeitos.

Regulação e aprendizagem social

Alguns jovens não percecionam as regras como imposições, mas como mecanismos de aprendizagem e estrutura: "*Acho que são bons e são bem organizados (…) assim consigo avançar para o futuro*" (E28). "*Se não houvesse regras, era uma tragédia*" (E26). Este discurso internalizado da norma alinha-se com a ideia de que o desvio pode ser corrigido através da normatividade, função atribuída às instituições **(**Foucault, 1987)**,** ao explicar como o sujeito se torna parte do sistema de poder que o controla e normaliza.

Estigma e identidade institucional

Para Goffman (1999)**,** o internamento pode constituir uma forma de *mortificação do eu*, em que a identidade do jovem se molda segundo os parâmetros institucionais: "*A vida do internado é constantemente penetrada pela interação vinda de cima*". Ainda assim, alguns jovens relatam experiências acolhedoras e afetivas com técnicos e educadores, o que suaviza a perceção da casa como lugar de punição (E6). Há uma coexistência entre disciplina e afeto, o que indica que os jovens podem ressignificar o seu lugar dentro da norma, num "*limbo simbólico*" entre norma e desvio.

Em resumo, a análise dos discursos evidencia que o acolhimento residencial, embora represente uma rutura com a norma social e familiar, não é percecionado pelos jovens como necessariamente vivido como um desvio. A rotulagem, a disciplina e a vigilância são reais, mas coexistem com estratégias de adaptação, aceitação e reconstrução subjetiva.

As teorias de Becker (2009), Goffman (1999) e Foucault (1987) ajudam a compreender como o acolhimento configura uma experiência marcada por tensões entre controlo e liberdade, norma e resistência, estigma e identidade. Em conclusão, os jovens constroem sentidos próprios para a sua experiência de acolhimento, situando-se entre o cumprimento da norma e a redefinição do seu eu.

3.2.4. PERCEÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO E AUDIÇÃO DOS JOVENS NAS DECISÕES INSTITUCIONAIS E ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS

Perceções sobre a sua audição e participação mediada por um profissional/adulto

A participação dos jovens nas decisões institucionais (cf. anexo 3, questões 4, 5 e 6 – I Parte) é, na sua grande maioria, mediada pelos profissionais: "*A gente fala com os monitores. O monitor fala depois com a direção e a partir daquela altura, há uma alteração da regra*" (E4, Jovem, Masculino_17 anos); "*As decisões que foram tomadas perguntaram-me se eu concordava*" (E29, Jovem, Masculino_18 anos). Tendo em conta a audição e participação dos jovens nas decisões institucionais observa-se, através da análise das notas de campo, duas situações, em que numa das situações foi necessária a mediação dos profissionais na gestão de conflitos entre os jovens acolhidos: "*Dois dos jovens "discutiram" devido ao incumprimento de uma das tarefas, sendo o conflito mediado pela diretora da Casa*" (notas de campo n.º 4*); "A técnica da Casa responsável confrontou os jovens, que apesar de todos os avisos, se tinham afastado do grupo. Gerou-se uma pequena "discussão" e foi necessário controlar a jovem, em vários momentos, pois apresentava um comportamento agitado e descontrolado, que afetava as restantes crianças e jovens do grupo. Após o controlo desta situação, o grupo dirigiu-se novamente ao recinto e terminou a sua visita aos restantes espaços*" (notas de campo n.º 7).

Perceções sobre a audição e participação efetiva dos jovens

A audição dos jovens verifica-se na participação da escolha do percurso formativo, no entanto é inconclusiva relativamente a outras decisões tomadas nos processos que os envolvem: "*Fui eu que escolhi a escola, ou neste caso o curso. Não foi uma decisão dos técnicos foi mesmo uma decisão minha*" (E24, Jovem, Masculino_15 anos).

Na análise de duas notas de campo verifica-se a audição efetiva dos jovens, nomeadamente na autorização da presença da investigadora na Casa de Acolhimento (notas de campo n.º 2), bem como na preparação de uma atividade específica: "(…) *estive com as crianças, jovens e técnicos a apoiar na preparação do espaço. Todos colaboraram na montagem das decorações das mesas e do espaço, sendo visível o envolvimento e participação das crianças e jovens. Todos, sem exceção, e de acordo com as suas competências e apetências, realizaram e executaram o necessário para a preparação da festa*" (notas de campo n.º 10).

Perceções sobre a sua audição e participação dos jovens deficiente/quase nula

A perceção dos jovens, tendo em conta o contacto com os profissionais que acompanham os seus processos de promoção e proteção, em relação à sua participação ser deficiente "*Muito poucas, pouquíssimas vezes. A minha técnica está sempre a mudar por isso não tenho uma relação muito próxima com quem acompanha o meu processo*" (E24, Jovem, Masculino_15 anos), ou nula "(…) *não tenho contacto porque mudou a técnica da segurança social e não consegui ter contacto com o telemóvel, ainda não consegui ainda ter uma conversa*" (E5, Jovem, Masculino_17 anos).

Articulando as narrativas dos jovens com referenciais teóricos de alguns autores (Becker, 2009; Goffman, 1974; e Foucault, 1987) verificamos o seguinte nos discursos dos jovens:

Participação condicionada e audição mediada

Muitos jovens relatam ser ouvidos em decisões que afetam diretamente o seu percurso de vida (escolar, autonomização), embora a sua participação ocorra frequentemente de forma mediada por técnicos: "*A gente fala com os monitores. O monitor fala depois com a direção e a partir daquela altura, há uma alteração da regra*" (E4). Segundo Becker (2009), o desvio não está na ação em si, mas na forma como a sociedade, e neste caso, a casa de acolhimento, interpreta e rotula o comportamento. Quando os jovens têm de canalizar as suas opiniões por intermédio de adultos, isso revela desigualdade estrutural de poder, que limita a autonomia plena do jovem e confirma a ideia de que as regras são feitas por grupos com maior legitimidade normativa.

Normatividade e conformação institucional

A experiência relatada pelos jovens revela um cenário de adaptação às normas institucionais, com alguma margem para negociação, mas geralmente dentro dos limites da disciplina imposta: "*Foi feita proposta para a casa de autonomia... Perguntaram diretamente e eu disse que sim*." (E4); "*Eu chego ao pé de um dos educadores e digo que não estou de acordo com aquela regra*..." (E6). Nestes relatos observamos um exercício de agência negociada, mas também a confirmação de micropenalidades descritas por Foucault (1987), ou seja, mecanismos subtis de controlo, disciplina e vigilância.

Estes mecanismos delimitam a margem de ação dos jovens, apesar da ideia de que há "lugar para opinar, mas dentro da regra", o que espelha a lógica do poder disciplinar.

Invisibilidade simbólica e rotulagem

Alguns jovens relatam sentir-se excluídos, pouco ouvidos, ou seja, o direito de participação e audição poucas vezes, ou quase nunca, é cumprido. A razão desta situação, segundo dos jovens, deve-se sobretudo há elevada rotatividade dos profissionais do sistema de promoção ou à ausência de escuta ativa por parte das entidades de proteção (CPCJ, EMAT): "*A minha técnica está sempre a mudar por isso não tenho uma relação muito próxima com quem acompanha o meu processo*." (E24); "*Há muito tempo que já não me ouvem*" (E25); *"Na CPCJ. Muito poucas, pouquíssimas vezes*." (E24). Estas perceções articulam-se com a análise de Goffman (1974), segundo a qual as instituições totais se configuram como contextos nos quais o indivíduo é privado de autonomia e simbolicamente invisibilizado, passando a ser tratado como um 'internado' indiferenciado. Neste enquadramento, a rotulagem e a estigmatização surgem como consequências inevitáveis quando o jovem é concebido predominantemente como objeto de intervenção, em detrimento da sua condição de sujeito ativo e participativo.

Participação como privilégio, não como direito

Apesar de alguns jovens reconhecerem ter sido ouvidos em decisões específicas (como a escolha do curso), outros apontam que a participação acontece de forma desigual, muitas vezes associada à idade ou a comportamentos "adequados".

A tese da diferenciação na aplicação da regra revela a seletividade e a assimetria na relação, nomeadamente devido a diferentes estatutos: poder, idade ou tipo comportamento (Becker, 2009). O que é permitido ou recusado a um jovem depende menos do conteúdo da sua ação e mais da sua posição na estrutura institucional: "*Desde que fiz os 18 anos sim, mas antes disso fui envolvido em tudo." (E29)*

Participação como forma de resistência simbólica

Apesar dos constrangimentos, os jovens demonstram desejo e capacidade de exercer agência e reivindicar participação: "*Fui eu que escolhi a escola, ou neste caso o curso.*

Não foi uma decisão dos técnicos" (E24). Neste discurso, a resistência se manifesta não como confronto direto, mas como reivindicação simbólica do direito à autodeterminação. Foucault (1987) descreve esse tipo de atuação como microformas de resistência ao poder disciplinar, que operam dentro dos espaços de controlo normativo.

Em resumo, a análise dos discursos dos jovens demostra que a sua participação dos jovens acolhidos nas decisões institucionais é:

- condicionada pela mediação dos adultos/profissionais e pela estrutura normativa;
- limitada pelo poder disciplinar e pela rotatividade dos técnicos;
- reconhecida apenas em decisões "menores" ou administrativas;
- assimétrica em função da idade, do comportamento e da posição no processo.

Considerando os contributos de Becker (2009), Goffman (1974, 1999) e Foucault (1987, poder-se-á afirmar que os jovens vivem entre a normatividade imposta e o desejo de participação significativa, oscilando entre conformação e resistência, num espaço simbólico que Goffman (1999) definiria como *limbo institucional*.

3.2.5. RELAÇÃO INSTITUCIONAL

Tal como já verificamos em relação ao cumprimento dos regulamentos e decisões institucionais e da audição e participação dos jovens nas decisões institucionais (em contexto residencial, nos órgãos administrativos e judiciais), analisamos agora os discursos relativos à relação institucional (cf. anexo 3, questão 7 – I Parte). Verifica-se que os jovens se situam em dois lugares equidistantes: de um lado, a relação institucional baseada na **autoridade** e no **respeito** e, do outro, a relação institucional **afetiva** e **relacional**.

Prevalecem, no entanto, nos discursos e nas práticas observadas as relações com enfoque na aproximação, portanto mais afetuosos e flexíveis.

Os discursos dos jovens transmitem, de uma forma clara, relações baseadas no afeto: "*Porque muitas pessoas dizem "não sei quê, eu tenho que separar o profissional do pessoal", mas acaba por ser um bocado difícil porque estão a lidar com pessoas e é impossível não envolver sentimentos, é impossível. É e por isso mesmo que eu digo, quando uma pessoa sai daqui o afeto é que conta, porque se eu precisar, vão-me apoiar. É aí que está o afeto*" (E23, Jovem, Feminino_17).

Os jovens percecionam ainda como uma relação de **apoio** e **segurança** *"Eu acredito que quando sair vai ser algo muito diferente, porque 15 anos aqui na casa mais não sei quantos anos vou ainda viver, vai ser muito importante. Acredito que vai ser uma despedida muito importante, mas estão cá para me apoiar quando sair*" (E29, Jovem, Masculino_18 anos); *e* até mesmo uma relação de **amizade**: "*Uma relação de amizade é se precisar de desabafar ou se precisar de alguma coisa sei que posso contar com eles*" (E5, Jovem, Masculino_17 anos); *"Com a minha técnica relação de respeito e amizade. Quando estou mal e assim é com ela que eu falo todos os meus problemas*" (E4, Jovem, Masculino_17 anos).

Encontram-se ainda nos discursos a perceção de relação baseada na **confiança** e na **empatia**: *"Nós tínhamos aqui uma monitora da equipa educativa. Era a (...). Ela faleceu com cancro e era uma pessoa significativa para mim. Foi uma pessoa que não esteve cá muito tempo, mas que tivemos aquela empatia*" (E23, Jovem, Feminino_17 anos).

Alguns dos jovens percecionam a relação institucional como uma **relação educativa** de tipo familiar: "*Não posso dizer amizade porque aqui não há amizades e mais profissionalização da parte delas, mas há sempre uma ligação que é sempre muito aconchegante. Pelo menos eu falo por mim. É uma relação aconchegante e familiar*" (E24, Jovem, Masculino_15 anos).

Do total dos discursos, somente dois jovens percecionam a relação institucional baseada no **respeito** "*é uma relação de respeito*" [E23], e um deles refere a relação institucional com características de amizade, mas baseada igualmente em relações de respeito. "*Relação de respeito e amizade*." [E4].

Nas observações verificam-se relações institucionais entre jovens e profissionais baseadas na **afetividade** e na **proximidade**: "*Quando as crianças e jovens chegaram, tratavam carinhosamente a diretora, utilizando um diminutivo. (...) Foi possível ainda observar a relação de proximidade e afetividade entre crianças, jovens e técnicos, independentemente da idade. (…) Pelas 16 horas foi feita a passagem de turno e a funcionária, efusivamente, cumprimentou um jovem, dizendo que já não estava com este há algum tempo. Foi visível a relação de cumplicidade e afetividade entre ambos. (…) Foi possível ainda observar a relação de proximidade e afetividade entre crianças, jovens e técnicos, independentemente da idade*." (notas de campo n.º 3).

Tendo em conta os referenciais teóricos da sociologia do desvio e das dinâmicas institucionais, verifica-se o seguinte na análise crítica dos discursos dos jovens:

A relação afetiva na centralidade da experiência institucional

As narrativas dos jovens revelam uma perceção predominantemente relacional e afetiva sobre os profissionais das casas de acolhimento: "*É uma relação aconchegante e familiar.*" (E24); "*É uma relação de família, duma grande família, duma enorme família*." (E29). Este tipo de vivência contrasta com a conceção clássica de *instituição total* descrita por Goffman (1974), onde predominariam o distanciamento e a vigilância. Neste enquadramento, os jovens não se percecionam como 'internados' ou sujeitos passivos à autoridade institucional, mas antes como membros de uma 'família alargada', o que poderá refletir um processo de progressiva humanização das dinâmicas relacionais no contexto do acolhimento.

A presença de vínculos de confiança e empatia

Os jovens relatam relações de confiança, amizade e empatia com os profissionais, sobretudo com os monitores: "*É com os monitores que a gente tem mais afinidade*." (E5) "*Quando estou mal é com a minha técnica que falo*" (E4). Estes testemunhos refletem o que a revisão bibliográfica reconhece como um dos fatores protetores essenciais no acolhimento residencial: o estabelecimento de vínculos afetivos estáveis, que promovem a segurança emocional e o bem-estar psicológico (Rodrigues, 2013; Arpini, 2003).

A tensão entre profissionalismo e afeto

Apesar da proximidade, alguns jovens reconhecem o profissionalismo como limite da relação: "*Não posso dizer amizade, há mais profissionalismo da parte delas, mas há sempre uma ligação aconchegante*" (E24). Esta distinção dialoga com a análise de Foucault (1987) sobre o poder disciplinar nas instituições: mesmo onde existe afeto, permanece a assimetria relacional. O afeto não anula o controlo, mas coexiste com aquele como técnica moderna de normalização dos comportamentos.

A relação como espaço de escuta e apoio

Para muitos jovens, a CAR é um espaço de escuta, apoio e estabilidade emocional: "*Aqui eu tenho amizade com todos. Já me conhecem*." (E6); "*Se eu precisar, vão-me apoiar*" (E23). Estes relatos alinham-se com a literatura que defende que a qualidade da relação com os cuidadores mitiga os impactos negativos do acolhimento e reforça a resiliência e autoestima dos jovens (Santos, 2010; Marques, 2013).

A normatividade como dimensão latente na estrutura institucional

Curiosamente, nos discursos dos jovens não se observa uma perceção explícita de opressão normativa ou rotulagem, como descrito por Becker (2009) ou Goffman (1999). No entanto, esta ausência pode ser interpretada como normalização simbólica do contexto institucional, onde o poder atua de forma invisível, através de rotinas, horários e interações disciplinadas, como observado por Foucault (1974).

Ambivalência e idealização da família institucional

A identificação da instituição com uma "família" revela também um possível vazio afetivo anterior. Este aspeto é amplamente discutido na literatura (Alves *et al*., 2024; Dias *et al*., 2016), que refere a tendência de muitos jovens idealizarem o ambiente institucional como substituto do familiar, com todas as suas fragilidades e projeções emocionais.

Em resumo, os discursos dos jovens demostram que, apesar de inseridos num sistema regulado por normas e hierarquias, a relação institucional é sentida sobretudo como positiva, afetiva e estruturante. A teoria do desvio, embora útil para entender as assimetrias de poder, parece menos visível no plano experiencial relatado pelos jovens. Entretanto, poder-se-á argumentar que a disciplina e o controlo persistem, mas são reconfigurados sob formas de cuidado, afeto e acompanhamento, que, subtilmente, gera a aceitação das regras, mas também molda subjetividades de forma silenciosa (Goffman, 1999; e Foucault, 1987).

3.2.6. O LUGAR DA ESCOLA E DAS COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS PARA A AUTONOMIA

Tomando a importância da escola no projeto de vida dos jovens, nomeadamente nos jovens acolhidos, como forma de preparação para um projeto de vida inclusivo socialmente, foi definida esta categoria *a priori*. Na análise da importância dos processos educativos e formativos dos jovens acolhidos para a preparação para a autonomia (cf. anexo 3, questões 1 e 2 – II Parte) surgiram nos discursos dos vários interlocutores 4 subcategorias neste tema-chave, que iremos analisar de seguida.

Relação dos jovens acolhidos com a escola ser condicionada pela história de vida e/ou características pessoais

Os jovens entrevistados referem condições intrínsecas, como a motivação ou o esforço, na relação que estabelecem com as aprendizagens formais: "*Sim, é mais a motivação gostar daquilo que se faz*" (E25, Jovem, Feminino_16 anos)*; "Depende do esforço da pessoa, depende muito da pessoa, se ela se empenhar e esforçar*" (E26, Jovem, Masculino_16 anos); "*Até um determinado ponto eu dizia que não me sentia capaz, queria só fazer o 9.º ano, porque tinha muito receio da escola*" (Entrevista 28, Jovem, Masculino_18 anos).

Valorização e importância da escola no projeto de vida

Os jovens entrevistados apesar de percecionarem o percurso escolar como importante, uns idealizam a importância deste no seu projeto de vida: "*Para termos um bom futuro. Se pudermos depois ter um bom trabalho*" (E4, Jovem, Masculino_17 anos).

Por outro lado, outros reconhecem somente a importância de uma formação básica: *"Porque evoluímos sempre a estudar e faz parte. Temos que manter o nosso estudo, temos que ser uma pessoa com pelo menos o básico*" (E24, Jovem, Masculino_15 anos).

Importância das hard e soft skills para o projeto de vida

Para além das aprendizagens formais os jovens reconhecem ainda a importância de competências transversais para o seu projeto de vida: *"(…) a escola permite não ter só competências académicas ou profissionais, mas também competências sociais*" (E23, Jovem, Feminino_17 anos); *"A escola não é só aprendermos conteúdos, é aprender a ser pessoa*" (E25, Jovem, Feminino_16 anos).

Articulando os discursos dos jovens com os principais referenciais teóricos da sociologia da educação e da sociologia e da juventude, apresenta-se uma análise crítica das perceções acerca do papel da escola na construção do projeto de vida e autonomia dos jovens acolhidos:

A escola como instrumento de inclusão: entre valorização e relativização

Os jovens acolhidos reconhecem a importância da escola para o seu futuro, mas a valorização que fazem do percurso escolar varia consoante a sua experiência de vida e maturidade pessoal: "*Para termos um bom futuro. Se pudermos depois ter um bom trabalho*." (E4); "*Eu acho que a escola é uma parte importante."* (E23); *"Nós não somos nada se nós não estudarmos*" (E26). Apesar desta valorização generalizada, alguns jovens apresentam um posicionamento ambivalente, em que a relação com a escola é percebida como 'básica' ou até mesmo secundária, face a outros objetivos mais imediatos: "*Tenho mais vontade para trabalhar. Não quero continuar a estudar*" (E29). Esta ambivalência encontra paralelo na reflexão de Dayrell (2013), ao afirmar que a escola tem vindo a perder legitimidade junto de jovens marcados por trajetórias sociais precárias. A sua função meritocrática é percecionada como distante e, muitas vezes, inatingível.

Condicionantes subjetivas e trajetórias fragmentadas

Os discursos evidenciam que o grau de envolvimento escolar dos jovens acolhidos encontra-se profundamente condicionado por fatores emocionais e subjetivos.

Tal como afirmam os jovens: "*Depende do esforço da pessoa, depende muito da pessoa*" (E26), ou ainda, "*Eu dizia que não me sentia capaz... tinha muito receio da escola*" (E28). Esta correlação entre vulnerabilidade biográfica e participação escolar encontra respaldo na análise de Lahire (2004) e de Abrantes & Amândio (2014), segundo os quais os jovens oriundos de contextos populares, como é o caso dos jovens em acolhimento, deparam-se com um sistema escolar marcado por códigos linguísticos e culturais excludentes, que raramente reconhecem os seus saberes e modos de vida.

A escola como espaço de construção pessoal e social

Além das competências académicas e técnicas, os jovens reconhecem o valor da escola na aquisição de competências sociais.

Um dos jovens refere: "*A escola permite não ter só competências académicas ou profissionais, mas também competências sociais*." (E23); ou ainda: "*A escola não é só aprendermos conteúdos, é aprender a ser pessoa*" (E25). Estas perceções alinham-se com os contributos de Pappámikail (2013) e Giddens (1996), que enfatizam o papel da escola como um território de construção identitária e de interação simbólica com os códigos da sociedade adulta.

Juventude e projeto de vida: entre a aspiração e a instabilidade

Embora muitos jovens associem o cumprimento da escolaridade a melhores oportunidades, a definição de um projeto de vida aparece frequentemente como uma construção ainda incerta e fluida: "*Conforme a minha vida, se me sentir preparado vou arriscar e tirar o curso*." (E28); "*Não sei. Ainda é cedo*" (E29). A teoria de Elias (1996), referida por Dayrell (2013), auxilia a compreender esta dificuldade: a ideia de projeto de vida é moderna e incerta, especialmente numa "sociedade de risco" (Beck, 1998), onde as trajetórias juvenis se tornaram menos lineares e mais vulneráveis.

A escola entre a reprodução e a possibilidade

Os testemunhos dos jovens revelam uma perceção ambivalente da escola, concebida simultaneamente como instrumento de mobilidade social e como espaço de frustração simbólica. O reconhecimento da sua relevância coexiste com sentimentos de inadequação e exclusão. Nesta linha, autores como Bourdieu e Passeron (1977) e Bernstein (1960) salientam o papel da escola na reprodução das desigualdades sociais de origem, ao estruturar um currículo que privilegia os códigos linguísticos e culturais das classes dominantes. Consequentemente, muitos jovens em acolhimento residencial tendem a posicionar-se à margem desse universo simbólico, sentindo-se alheios aos referentes culturais valorizados no contexto escolar.

Em resumo, a análise dos discursos dos jovens em acolhimento residencial evidencia uma relação complexa, ambígua e profundamente contextualizada com a instituição escolar. De uma forma geral, os jovens reconhecem o valor da educação formal, embora nem sempre a percecionem como um percurso viável ou acessível às suas realidades.

Os jovens acolhidos atribuem à escola um papel relevante na aquisição de competências sociais e na construção de um projeto de vida, ainda que esta associação seja atravessada por sentimentos de incerteza, receio e frustração. Apesar de valorizarem o esforço individual como elemento determinante para o sucesso escolar, raramente mencionam o apoio institucional como elemento facilitador do seu percurso académico. Neste sentido, a escola permanece como um espaço estruturalmente ambivalente, oscilando entre a promessa de promoção da autonomia e o risco de reforço dos mecanismos de exclusão social. Os referenciais teóricos mobilizados sustentam a necessidade de implementação de políticas educativas mais inclusivas, culturalmente responsivas e sensíveis à diversidade biográfica e social das juventudes em situação de vulnerabilidade.

3.2.7. PREPARAÇÃO PARA A AUTONOMIA

Tendo em conta as hipóteses de investigação foi definido um outro tema-chave *a priori*: a forma como as casas de acolhimento contribuem para a preparação de uma saída segura (cf. anexo 3, questões 3 e 4 – II Parte):

Realização de programas/iniciativas não estruturadas/não regulamentadas

A preparação relativa a atividades correntes no dia-a-dia apenas denuncia projetos/ programas pouco ambiciosos para opor aos duros desafios da autonomia plena: "*Fazer as coisas por mim. Fazer de uma forma autónoma, por exemplo, as tarefas diárias da casa. (...) Limpezas, só limpeza e arrumação. Cozinhar, tratar de roupas, arrumar o quarto*" (E4, Jovem, Masculino_17 anos); *"Na instituição as pessoas ajudam, a equipa educativa e os técnicos também às vezes vão dando dicas, coisas mais estruturadas é tipo por exemplo a renda da casa, isso que é muito importante*" (E6, Jovem, Masculino_17 anos).

Integração em casa/apartamento e programas de (pré-)autonomia

A preparação para autonomia futura é realizada, de forma pontual, quando existem estruturas físicas de preparação para a vida autónoma: "*Os projetos dos grupos de pré autonomia e de autonomia. É tipo um projeto para nos preparar quando formos para fora. O meu grupo é o projeto pré autonomia, o projeto de autonomia é para os mais velhos.*

São aqueles que já estão mais próximo da saída. Neste projeto de pré autonomia conversamos acerca do dinheiro, como gerir o dinheiro e de outras coisas" (E26, Jovem, Masculino_16 anos); *"*(…) *temos um grupo que é o de pré-autonomia e o de autonomia. Eu já estou incluída no de autonomia*" (E23, Jovem, Feminino_17 anos).

A análise dos discursos evidencia uma preparação para a autonomia dos jovens acolhidos realizada de forma pontual e desestruturada:

Preparação informal: tarefas do quotidiano e iniciativas pontuais

Os discursos dos jovens evidenciam que a preparação para a vida autónoma ocorre sobretudo através de atividades do quotidiano (cozinhar, limpar, gerir roupa) e de iniciativas pontuais, muitas vezes não sistematizadas: "*Fazer de uma forma autónoma, por exemplo, as tarefas diárias da casa." (E4); "Treinamos coisas básicas como passar ferro, cozinhar, fazer limpeza da casa e dos quartos*" (E24). Esta realidade confirma o que é apontado por Silva (2018) e Sousa (2015): os programas de autonomia, quando existem, são frequentemente informais e pouco ambiciosos, não correspondendo aos desafios que os jovens enfrentam após a saída do sistema de acolhimento.

Apoio emocional e vínculos com os profissionais: uma base relacional forte

Apesar da fragilidade dos programas estruturados, os jovens valorizam o apoio afetivo e a disponibilidade emocional dos profissionais, que constituem uma forma de proteção duradoura: "*Eu sei que se algum dia sair daqui e precisar de alguma coisa, tenho sempre aqui um apoio." (E23); "Sempre houve uma preparação, elas me disseram que um dia eu vou ter que sair e que o mundo lá fora é diferente*" (E25). Esta dimensão relacional é destacada por Santos (2013) e Rodrigues (2019) como central para a perceção positiva do acolhimento: a construção de relações afetivas estáveis é fundamental para a autoestima e para a capacidade de enfrentar o futuro com confiança.

Aspirações juvenis: autonomia como projeto concreto e legítimo

As aspirações concretas dos jovens (habitação, trabalho, mobilidade e educação), denotam um desejo de construção de um projeto de vida independente: "*Tentar comprar uma casa." (E4); "Ter o meu próprio negócio" (E5). "Eu quero ir para a faculdade*" (E23).

Estes relatos demostram que, apesar dos contextos de vulnerabilidade, os jovens apresentam desejos e aspirações e não renunciam ao futuro. Esta constatação é reforçada por Prata (2013) e Costa, Santos & Vieira (2019), que reconhecem o papel ativo dos jovens na formulação de expectativas na reconstrução das suas trajetórias pessoais, mesmo após experiências institucionais marcantes.

Ausência de políticas públicas consistentes e desigualdade de oportunidades

A revisão bibliográfica demonstra que Portugal carece de políticas públicas robustas e normativas claras para a transição para a vida adulta de jovens em acolhimento. Apesar da existência da medida de apoio para autonomia até aos 25 anos, a sua aplicação é limitada e dependente da continuidade educativa: "*A transição para a vida adulta para jovens que passaram pelo sistema de acolhimento é marcada por vulnerabilidades (...) incluindo dificuldades na habitação, emprego e apoio social*" (Cordeiro, Antão & Gaspar, 2023). Esta fragilidade é agravada pela ausência de programas nacionais obrigatórios e sistematizados, como os Independent Living Skills existentes noutros países, que trabalham competências práticas, emocionais e sociais com vista à autonomia (Glynn, 2020; Cruz *et al.,* 2024).

Programas de autonomia: entre o ideal e a prática limitada

Embora haja algumas referências positivas a projetos de pré-autonomia e autonomia, os jovens percecionam-nos como insuficientes ou iniciados demasiado tarde: "*A partir dos 18 anos é que começamos a falar sobre os assuntos da vida*." (E28); "*Temos um grupo que é o de pré-autonomia e o de autonomia. Eu já estou incluída no de autonomia*." (E23)

A literatura indica que o sucesso da transição está diretamente relacionado com o início precoce da preparação, o acompanhamento personalizado e o envolvimento ativo dos jovens (Perez *et al*., 2018; Pimentel *et* al., 2019; Ribeiro, 2008). A ausência destes elementos contribui para transições abruptas e vulneráveis.

Concluindo, a análise comparada dos discursos dos jovens e da literatura especializada permite concluir que:

- as casas de acolhimento cumprem uma função essencial de apoio emocional e social, mas carecem de práticas estruturadas e contínuas de preparação para a autonomia;

- os jovens demonstram capacidade de agência, aspirações realistas e desejo de inserção plena na sociedade, mas são confrontados com obstáculos estruturais que limitam as suas oportunidades;
- a ausência de políticas públicas específicas e de normativos nacionais compromete a eficácia do acolhimento como plataforma de emancipação e inclusão.

Urge, portanto, desenvolver modelos institucionais integrados e baseados em evidência, que articulem apoio emocional, competências práticas estruturadas e contínuas de preparação e de acompanhamento pós-acolhimento, no propósito que o direito à autonomia dos jovens em acolhimento se concretize de forma digna e segura.

3.2.8. ASPIRAÇÕES E OBJETIVOS DOS JOVENS PARA O FUTURO

Na categoria principal relativa às perceções do conceito de família os jovens acolhidos desejam regressarem à sua família natural, após o acolhimento residencial ou constituir família no futuro, verificando-se que a família ocupa um lugar importante na vida dos jovens acolhidos.

Os jovens aspiram (cf. anexo 3, questão 5 – II Parte), de uma forma geral, o que se considera como o modelo clássico de transição para a vida adulta, nomeadamente, **concluir a escolaridade** "*Terminar os estudos*" (E4, Jovem, Masculino_17 anos); **tirar a carta de condução/ter um carro** "(…) *um carro*" (E4, Jovem, Masculino_17 anos); **ter autonomia habitacional**: "*Tentar comprar uma casa*" (E4, Jovem, Masculino_17 anos); **integração no mercado de trabalho** "*Tentar arranjar trabalho, começar a trabalhar*" (E4, Jovem, Masculino_17 anos).

Da análise dos discursos verifica-se que as aspirações dos jovens acolhidos revelam uma revelam uma multiplicidade de experiências, perceções e trajetórias individuais, confirmando a perspetiva defendida por Pais (1990) e Mannheim (1982): a juventude não deve ser entendida como uma categoria homogénea, mas como uma construção social circunstancial e diversa. A diversidade de opiniões, expectativas e modos de planear o futuro demonstra que os jovens vivem a juventude como um espaço de experiências situadas, tal como sublinha Pais: "A juventude – quando referida a uma fase de vida – pode e deve ser encarada como uma construção social" (Pais, 1990:144).

A preparação para a autonomia: entre o quotidiano e o improviso

Vários jovens identificam práticas de preparação para a autonomia através da realização de tarefas domésticas e da gestão básica do quotidiano: "*Fazer de uma forma autónoma, por exemplo, as tarefas diárias da casa: limpezas, cozinhar, tratar da roupa*" (E4).

Ainda que reconhecida como relevante pelos próprios jovens, a preparação para a autonomia é frequentemente realizada de forma limitada, pontual e marcada pela informalidade das práticas institucionais. A inexistência de programas sistematizados e consistentes, que se apresentem como norma e não como exceção, corrobora as críticas formuladas por Groppo (2015) e Pappámikail (2010, 2013) às abordagens tradicionais da socialização juvenil, as quais tendem a negligenciar a dimensão subjetiva, cultural e reflexiva inerente ao processo de autonomização.

Projetos de vida e aspirações: entre o desejo e a precariedade

Os jovens revelam aspirações comuns à maioria da juventude contemporânea: ter um trabalho estável, ter casa própria, concluir os estudos e ter autonomia financeira.

Um dos jovens afirma: "*Ter o meu próprio negócio*." (E5), outro: "*Eu quero ir para a faculdade*" (E23), ou ainda: "*Tentar comprar uma casa*." (E4). Os desejos dos jovens acolhidos refletem o modelo clássico de transição para a vida adulta (escola, trabalho, habitação e família) descrito por Peralva (1997) e apontam para a persistência de um ideal meritocrático, ainda que desafiado pelas condições concretas de vida. Contudo, como argumenta Dayrell (2013), a juventude em contextos de vulnerabilidade convive com a tensão entre o ideal e o real, o que coloca em causa a linearidade do percurso tradicional para a vida adulta e para a autonomia.

Autonomia como processo relacional e condicionado

Os jovens reconhecem que a transição para a vida adulta representa um marco importante, mas também um momento de incerteza e ansiedade: "*Eu sei que se algum dia sair daqui e precisar de alguma coisa, tenho sempre aqui um apoio.*" (E23); "(…) *temos que mudar ainda algumas coisas para me preparar quando eu sair daqui*" (E6). Estes testemunhos dão relevo à dimensão relacional da autonomia, conforme analisado por Pappámikail (2010), que distingue liberdade e autonomia. A autonomia não é apenas um atributo individual, mas um processo intersubjetivo, mediado por estruturas de apoio, vínculos e competências.

Juventude em risco: entre a vulnerabilidade e a resistência

Embora não se assumam como um 'grupo de risco', os jovens acolhidos demonstram consciência da sua posição de vulnerabilidade. Ainda assim, manifestam capacidades de agência e desejo de superação, contrariando a visão tradicional da juventude como mera fase de instabilidade e desvio (Groppo, 2015; Trentin, 2011). O desejo de mudar, de alcançar objetivos e de se afastar dos contextos familiares desestruturados, revela o potencial transformador da juventude, como defende Mannheim (1982). Este "contacto original" com a herança cultural, vivido de forma crítica, é a base para a construção de novos caminhos identitários.

Em síntese, os discursos dos jovens evidenciam a pluralidade das *juventudes, a* consequente impossibilidade de uniformizar as suas experiências e revelam ainda a valorização da autonomia enquanto horizonte desejável, embora frequentemente condicionada pela ausência de redes sociais de suporte adequadas.

As narrativas demostram ainda a coexistência, por um lado, de projetos de vida ancorados na realidade e, por outro, em expectativas de transformação positiva, bem como no reconhecimento da instituição como espaço de apoio, embora marcado por limitações no que respeita à preparação estruturada para a vida adulta independente.

Os referenciais teóricos mobilizados sustentam a necessidade de uma abordagem situada e sensível às condições materiais, simbólicas e relacionais destes jovens, concebendo-os não como sujeitos passivos de intervenção, mas como atores sociais com capacidade de agência, projeção e construção de sentidos para o seu futuro.

3.2.9. DIFICULDADES SENTIDAS PELOS JOVENS NA SAÍDA DA CAR

Os jovens percecionam, na sua maioria, o **isolamento/a solidão/ausência de rede social de suporte** como principal dificuldade na saída da CAR (cf. anexo 3, questões 6 e 7 – II Parte): "*Uma pessoa que fica sozinha, não tem pais, não tem ligação, vai para o meio da rua e dizem assim entre aspas "É mais uma pessoa no mundo a precisar de ajuda". Sentir-me um pouco sozinho. (…) Vai ser um pouco de solidão. (…) Acho que é mesmo o apoio a nível psicológico emocional que vou sentir falta*" (E28, Jovem, Masculino_18 anos).

Outros jovens **não apresentam perspetivas** em relação à saída da CAR, não conseguindo identificar as dificuldades que poderão sentir quando saírem do acolhimento para uma vida adulta independente: "*Não quero pensar. Prefiro pensar no tempo presente e pensar nas coisas positivas*" (E26, Jovem, Masculino_16 anos). Outra das dificuldades percecionadas pelos jovens centram-se no facto de, a partir da saída da CAR, passarem a ter de **assumir responsabilidades** de forma autónoma: ***"****A questão de viver sozinho e fazer as coisas sozinho*" (E29, Jovem, Masculino_18 anos).

Por último, e não menos importante, os jovens entrevistados reconhecem ainda como uma dificuldade acrescida, possuírem as **condições financeiras para a sobrevivência/custos c/ habitação: "***Provavelmente vou ter dificuldades em termos financeiro*" (E6, Jovem, Masculino_17 anos).

Os discursos dos jovens revelam, mais uma vez, a diversidade de trajetórias, experiência e formas de relação com a preparação para a autonomia, refletindo a ideia defendida por Pais (1990) e Mannheim (1982) que a juventude não se constitui como uma categoria homogénea, mas antes uma categoria social múltipla e situacional.

"*Temos um grupo que é o de pré-autonomia e o de autonomia. Eu já estou incluída no de autonomia*" (E23). Esta perceção reforça a visão da juventude como fase de transição instável, caracterizada por uma coexistência entre vulnerabilidade e potencial de mudança (Groppo, 2015; e Trentin, 2011).

Preparação para a autonomia: entre as práticas informais e as lacunas estruturais

As narrativas dos jovens revelam um cenário em que a preparação para a autonomia ocorre de forma dispersa, informal e, muitas vezes, improvisada: "*Fazer de forma autónoma as tarefas diárias da casa: limpezas, cozinhar, tratar da roup*a." (E4) "*Começamos a treinar a gerir dinheiro, a fazer algumas compras, coisas básicas como passar ferro…"* (E24).

Esta realidade confirma a crítica feita na revisão bibliográfica à inexistência generalizada de programas estruturados e contínuos que promovam competências para a vida independente (Del Valle & Quintanal, 2006; Pimentel *et al.,* 2019).

Esta crítica é ainda destacada por Perez *et al.* (2018), pois se enfatiza a ideia de que a preparação para a autonomia deve ser realizada de forma estruturada, sistemática, progressiva e adaptada ao perfil de cada jovem.

A autonomia como construção relacional

Os jovens reconhecem a importância do apoio institucional na transição para a vida adulta, valorizando os vínculos afetivos e a possibilidade de retaguarda mesmo após a saída: "*Eu sei que se algum dia sair daqui e precisar de alguma coisa, tenho sempre aqui um apoio*" (E23). Esta visão alinha-se com as abordagens de Pappámikail (2010, 2013), que distinguem entre autonomia e liberdade: a autonomia é construída na interação com os outros, e não apenas um atributo subjetivo. A construção da autonomia exige assim um conjunto de condições materiais, afetivas e simbólicas, que podem nem sempre estar garantidas na transição das CAR para a vida independente.

Aspirações e projetos de vida: entre o ideal e o real

As aspirações expressas pelos jovens incluem concluir os estudos, ter um emprego estável, casa própria e autonomia financeira: "*Tentar comprar uma casa*." (E4); "*Eu quero ir para a faculdade*." (E23); "*Ter o meu próprio negócio*." (E5).

Estas ambições reforçam a conceção da juventude como período formativo da identidade e do projeto de vida (Dayrell, 2013; Elias, 1996; Schutz, 1979). Contudo, como observa Beck (1998), a juventude atual é vivida sob o signo da incerteza e vulnerabilidade, agravada no caso dos jovens em acolhimento, que partem de contextos marcados por instabilidade familiar e fragilidade institucional.

O acolhimento residencial como experiência ambivalente

Apesar das limitações percebidas, os jovens não deixam de reconhecer a função das CAR como espaço de apoio, contenção e aprendizagem, ainda que insuficiente: "*Sempre houve uma preparação, elas me disseram que um dia eu vou ter que sair e que o mundo lá fora é diferente*." (E25); "*Temos reuniões… falam que temos de começar a pagar rendas, gerir dinheiro, procurar casa*" (E29).

Como defende Sousa (2016), a vivência institucional revela-se simultaneamente como uma forma de proteção e de punição, na medida em que, ao pretender proteger, pode também intensificar a dependência face à instituição e comprometer o desenvolvimento de competências nos jovens orientadas para a emancipação.

Em resumo, a análise dos discursos dos jovens acolhidos permite destacar:

- a pluralidade das trajetórias juvenis e a não uniformização das experiências institucionais;
- a importância da autonomia como objetivo simbólico e real, embora condicionada por constrangimentos estruturais;
- a coexistência entre vínculos afetivos fortes dos jovens acolhidos com os profissionais e a necessidade de políticas públicas consistentes e estruturadas;
- a centralidade do acolhimento como espaço formativo, mas cuja eficácia depende da presença de programas de capacitação, apoio continuado e articulação com os serviços e instituições comunitárias.

Torna-se assim essencial desenvolver respostas pedagógicas e políticas diferenciadas, que considerem a juventude em acolhimento não como um grupo de risco *per se*, mas como atores sociais em transição, portadores de aspirações legítimas e competências por desenvolver.

3.2.10. PERCEÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE NORMATIVIDADE E DESVIO

A perceção da situação de acolhimento pelos jovens é considerada como similar à situação de qualquer jovem, não se considerando diferentes nas suas vivências, dificuldades, desejos e aspirações: "*As pessoas vêm para aqui com mais rotinas. Normalmente quando se fala em rotinas é se habituarem a uma vida normal. (…) Se calhar as dificuldades são as dificuldades que acho normais que nós encontramos na vida lá fora. Toda a gente encontra dificuldades*" (E5, Jovem, Masculino_17 anos).

Na análise das notas de campo, a situação de acolhimento não impede os jovens de terem vivências similares que poderiam ter nas famílias biológicas: "*Alguns dos jovens (mais velhos) saíram depois de almoço. Uma delas ia ter com o namorado, sendo a família deste que a viria buscar*" (notas de campo n.º 6).

Os discursos dos jovens, bem como as notas de campo, sugerem uma clara rejeição da categorização como desviantes:

A perceção da normatividade e o sentimento de pertença social

Os jovens não se reconhecem como diferentes dos seus pares fora do acolhimento, mas como sujeitos que partilham os mesmos desejos, dificuldades e projetos: "*As pessoas vêm para aqui com mais rotinas. Normalmente quando se fala em rotinas é se habituarem a uma vida normal.* (...) *Se calhar as dificuldades são as dificuldades que acho normais que nós encontramos na vida lá fora*" (E5). Esta afirmação ilustra o que Becker (2009) designa como construção social do desvio: o comportamento não é desviante por si só, mas torna-se quando rotulado como tal por outros grupos sociais. Neste caso, os jovens recusam essa rotulagem e afirmam uma identidade de continuidade com a "normalidade" social: "*Nós somos reais, nós estamos aqui, estamos no mesmo mundo*" (E28).

A rotulagem e a reação simbólica ao estigma

Ainda que não o referenciem explicitamente, os jovens demonstram uma consciência tácita da existência de representações sociais que os diferenciam, assumindo uma postura de resistência simbólica: "*Nós somos reais, estamos aqui, estamos no mesmo mundo*" (E28). Esta reação pode ser compreendida à luz da análise de Goffman (1999), segundo o qual o estigma é um processo de atribuição de traços negativos com base em categorias sociais estereotipadas, que comprometem a identidade social dos sujeitos. A negação do estatuto de "diferente" ou "desviante", por parte dos jovens, será, portanto, uma forma de reivindicar normalidade e combater a exclusão simbólica.

A instituição como espaço de normalização e ritualização

Ainda que não aludam explicitamente a mecanismos disciplinares, os discursos dos jovens evidenciam a importância fundamental das rotinas no quotidiano institucional, o que pode ser interpretado à luz do conceito foucaultiano de *tecnologia de poder*, ou seja, a estruturação de comportamentos e práticas nos *internados*: "*As pessoas vêm para aqui com mais rotinas*" (E5). Foucault (1987) argumenta que a disciplina atua na organização do tempo, do espaço e da conduta dos sujeitos, com o objetivo de formar corpos dóceis. A disciplina atua discreta e silenciosamente no sentido da conformação comportamental.

Quotidiano e vivências similares à vida familiar

As notas de campo reforçam a ideia de que os jovens participam em atividades quotidianas e lúdicas semelhantes às que poderiam viver no seio da família biológica, o que contribui para a construção de uma identidade juvenil não desviante: "*Uma delas ia ter com o namorado, sendo a família deste que a viria buscar."; "Todos escolheram livremente o que comer*" (notas de campo). Estas descrições aproximam-se do conceito de relacionamentos primários de Schutz (1979), que refere que a construção da identidade ocorre no seio das experiências interpessoais imediatas, em que os sujeitos coconstroem sentidos a partir da partilha de práticas sociais comuns. Os jovens, ao viverem situações quotidianas "normais", reforçam o sentimento de pertença e contestam simbolicamente o rótulo de desviantes.

Normatividade e poder disciplinar: o que está ausente?

Apesar da forte presença teórica de autores como Foucault (1987) e Goffman (1974; 1999) na análise da norma e do desvio em contextos institucionais, os jovens não verbalizam conflitos abertos com as regras nem com as sanções explícitas impostas. Esta ausência pode ser interpretada como:

- naturalização das regras e das rotinas (disciplina internalizada);
- silenciamento ou omissão de experiências punitivas por receio ou adaptação;
- valorização seletiva das experiências positivas face às experiências negativas.

Como argumenta Foucault (1987), o poder disciplinar opera de forma difusa e invisível, sendo muitas vezes aceite como legítimo, dificulta a perceção e contestação pelos sujeitos. *Em síntese*, os discursos dos jovens revelam:

- a rejeição do estatuto de desviante e a afirmação de uma identidade juvenil "normal";
- a perceção da instituição como espaço de rotinas que não anulam a vivência comum;
- a ausência de conflitos declarados com as regras (internalização disciplinar);
- a importância das experiências do quotidiano na construção de sentidos de normalidade.

O acolhimento residencial, embora conotado socialmente como um desvio face à norma, não é percecionado dessa forma pelos jovens acolhidos. Pelo contrário, estes produzem narrativas assentes na continuidade social e na resistência simbólica, rejeitando o lugar estigmatizado que lhes é, por vezes, atribuído a partir do exterior.

3.2.11. AS PERCEÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE ESTIGMA E ROTULAGEM

Os jovens percecionam a sua condição como forma de atribuição de rótulos por parte de determinados profissionais e que condicionam a sua integração, nomeadamente no contexto escolar***. "****Depois acabei por abandonar a escola por causa de uma doutora, assistente social da escola que me achava estranho e alegava que eu tinha uns comportamentos assim meio desadequados, sendo que eu não tinha. Então senti-me muito mal e acabei por abandonar a escola*" (E5, Jovem, Masculino_17 anos). Um dos jovens recusa mesmo a atribuição do rótulo*: "(...) são os coitadinhos [os jovens acolhidos] e não têm nada. As coisas não são assim*" (E28, Jovem, Masculino_18 anos).

Com base nos referenciais teóricos, o testemunho do jovem (E5) é particularmente revelador do processo de rotulagem social descrito por Becker (2009), segundo o qual o desvio não reside no comportamento em si, mas na reação social que lhe é dirigida. O jovem declara não se reconhecer no rótulo atribuído ("comportamentos desadequados"), mas este foi suficientemente poderoso para desencadear consequências sociais concretas, neste caso, o abandono escolar. Ainda de acordo com Goffman (1999), o rótulo de "desviante" representa um atributo estigmatizante, que atua como barreira simbólica à inclusão, distorcendo a perceção do sujeito e das suas capacidades. A relação desigual entre o jovem e a assistente social traduz também o que Foucault (1987) denomina como o exercício do poder disciplinar, que é operado não pela violência, mas pela autoridade institucional legitimada, muitas vezes dissimulada sob a aparência de cuidado. Este episódio denuncia ainda a posição vulnerável dos jovens em contextos institucionais, onde as definições normativas do comportamento "normal" são impostas por figuras de autoridade e dificilmente contestadas por quem ocupa posições sociais subalternizadas.

O discurso de outro jovem (E28) revela uma resistência ativa à estigmatização, evidenciando o que Goffman (1999) denomina como estratégia de gestão do estigma. O jovem rejeita a imagem estereotipada do acolhido como "coitadinho", isto é, como alguém carente, incapaz ou desprovido de recursos. Trata-se de uma contestação à definição social imposta de fragilidade, em prol de uma afirmação de dignidade e valor próprio. Esta resistência pode ser lida também como reação simbólica ao poder normativo de que fala Foucault (1987): uma forma de recusar a internalização de uma identidade subalterna.

O jovem procura reposicionar-se fora da condição atribuída por um discurso social que associa o acolhimento à vulnerabilidade e à subalternidade. Este posicionamento permite compreender que os jovens em acolhimento não são apenas objetos de intervenção institucional, mas sujeitos que produzem sentidos próprios sobre a sua condição, o que remete para a perspetiva interacionista simbólica do desvio: o desvio é um ato interpretativo, que depende da leitura social dominante e das resistências subjetivas a essa leitura.

Em resumo, os discursos dos dois jovens ilustram a complexidade da vivência juvenil em acolhimento institucional enquanto espaço de negociação identitária entre norma e desvio. O entrevistado E5 revela os efeitos destrutivos da rotulagem institucional, enquanto o entrevistado E28 exprime resiliência e agência na recusa do estigma.

A partir dos referenciais teóricos é possível concluir que:

- o desvio é construído socialmente, a partir da aplicação de regras por grupos com poder simbólico e institucional;
- os jovens em acolhimento encontram-se frequentemente expostos a julgamentos morais e a classificações disciplinares, principalmente em contextos educativos e sociais;
- a resistência simbólica e discursiva dos jovens evidencia a necessidade de práticas institucionais mais reflexivas, menos classificatórias e mais participativas.

3.2.12. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO OPORTUNIDADE

Umas das *categorias emergentes* nos discursos dos jovens acolhidos trata-se da perceção da vivência em contexto residencial enquanto espaço/tempo de oportunidade(s). Nos seus discursos existem referências a atividades a que têm acesso em vivência institucional, como experiências positivas, bem como ao facto de permitir "traçar" objetivos para o futuro, situação que muito provavelmente não aconteceria caso estivessem em meio natural de vida: "*O X veio para aqui sem tampa do poço e saiu com uma tampa, com um amparo e traçou objetivos". Isso é um orgulho, dizerem assim "Olha valeu a pena". (…) faz com que as pessoas cresçam, saiam do meio ambiente normal, digamos assim para enfrentar outro mundo, outra realidade e daí vem a maturidade e o crescimento das pessoas. (…) faz com que as pessoas tenham um caminho e tracem objetivos*" (E28, Jovem, Masculino_18 anos).

É interessante notar como atividades lúdicas possam coadjuvar a ter vivências diferentes, no entanto, não fica claro que apoiem a definir objetivos de vida para os jovens acolhidos. Pela análise das notas de campo, intuímos algumas perceções acerca da(s)oportunidades criadas pelo contexto residencial que, de alguma forma, as crianças e jovens poderiam não beneficiar, caso não estivessem acolhidas, atividades essas realizadas quer no contexto comunitário próximo da CAR ou em outros locais.

Poder-se-á concluir que o eventual acesso a atividades socioculturais permitirá um desenvolvimento social e relacional e a aquisição de competências, que, de outra forma, aquelas crianças e jovens provavelmente não teriam acesso em meio natural de vida: "*Ao chegar à instituição (cerca das 13 horas) fui informada que a diretora e as crianças e jovens não estavam, pois tinham ido à praia*" (notas de campo n.º 3).

Os discursos revelam que os jovens reconhecem o acolhimento não apenas como um espaço de contenção ou proteção, mas como um contexto gerador de experiências positivas:

A instituição como lugar de experiências significativas

Identificado o contexto residencial marcado por experiências positivas, por afetos, oportunidades de lazer e de construção de memórias: "*Eu acho que todos os momentos, tanto como saídas e como atividades que tivemos cá em casa foram todas divertidas.*" (E24); "*Quando fomos ao Algarve (...). São momentos que me marcam pela positiva e que quero recordar*" (E26). Esta perceção é corroborada por autores como Arpini (2003) e Rodrigues (2013), que assinalam que, apesar das fragilidades associadas ao acolhimento, muitos jovens atribuem valor simbólico à vivência institucional, sobretudo quando marcada por atividades que favorecem vínculos, experiências lúdicas e contacto com realidades exteriores. Embora, de certa forma, em realidades 'controladas' ou 'fechadas'.

A oportunidade de "traçar objetivos": entre o acolhimento e o crescimento pessoal

O acolhimento é também descrito como um momento estruturante para o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de projetar o futuro: "*O X veio para aqui sem tampa do poço e saiu com uma tampa, com um amparo e traçou objetivos*" (E28).

Esta afirmação expressa uma metáfora potente da transformação subjetiva e identitária ocorrida no percurso institucional. Conforme analisado por Santos (2019) e Costa, Santos & Vieira (2019), o acolhimento residencial pode constituir-se como um processo de *metamorfose identitária*, favorecendo a aquisição de competências, a reorganização de afetos e o delinear de projetos de vida.

O acolhimento como compensação de carências do meio natural de vida

A partir das notas de campo percebe-se que as atividades socioculturais proporcionadas pela CAR (praia, piscina, feira medieval, jogos coletivos) permitem aos jovens aceder a experiências que, em contexto familiar de origem, estariam vedadas: "*Ao chegar à CAR (…) fui informada que a diretora e as crianças e jovens não estavam, pois tinham ido à praia*."; "*As crianças e jovens estavam muito animadas com a ida à praia fluvial, (…) o que previa um dia bem passado*."; "*Estive com o grupo a jogar cartas e a conversar*" (notas de campo). Estes relatos estão em sintonia com os contributos de Campos, Barbosa-Ducharne & Rodrigues (2019) e Faria *et al*. (2008), que destacam que o acolhimento pode mitigar, ainda que parcialmente, os efeitos de exclusão simbólica e cultural vivenciados por jovens oriundos de contextos vulneráveis. Tais atividades promovem socialização ampliada, sentido de pertença e desenvolvimento de competências sociais.

Oportunidade versus reprodução social: a ambivalência do acolhimento

Ainda que os discursos evidenciem oportunidades, a literatura alerta para os riscos de se idealizar o acolhimento como um espaço compensatório absoluto. Sousa (2016) e Aguiar, Martins & Rosa (2019) sublinham que as instituições podem também atuar como instrumentos de controlo social e reprodução das desigualdades, reforçando a ideia de que o acolhimento intervém sobretudo nas famílias das camadas sociais mais desfavorecidas. Neste sentido, a vivência em contexto residencial pode ser simultaneamente formativa e estigmatizante, e a perceção positiva das oportunidades deve ser compreendida no interior de um quadro ambíguo, onde coexistem proteção e vigilância, afeto e normatividade.

A importância do quotidiano institucional e da dimensão relacional

As atividades descritas revelam que o quotidiano institucional desempenha um papel central na construção de memórias afetivas, reforçando a importância da dimensão relacional entre profissionais e jovens, pelo que reforça a conclusão de Santos (2013) em que se demonstra que as relações positivas com os cuidadores formais podem assumir funções de contenção emocional equivalentes às das famílias de origem.

Estas experiências quotidianas são ainda valorizadas em projetos como OUTogether (Pimentel *et al.,* 2019), que destacam a relevância da vivência comunitária e da participação ativa dos jovens na sua trajetória de autonomia.

Em conclusão, a análise dos discursos e as notas de campo permitem afirmar que os jovens reconhecem o acolhimento residencial como um espaço com potencial transformador, onde se tornam acessíveis:

- experiências marcantes de socialização e lazer;
- oportunidades de construção de memórias positivas;
- espaços de suporte emocional e orientação;
- momentos estruturantes para o desenvolvimento de objetivos pessoais.

Contudo, tal perceção deve ser interpretada à luz das tensões entre proteção e controlo, formação e normatividade, próprias do acolhimento residencial. O desafio das práticas deve residir em ampliar o carácter formativo e inclusivo dessas oportunidades, garantindo que estas contribuem efetivamente para a construção da autonomia e da cidadania plena.

3.2.13. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO ESPAÇO PROTETIVO

Uma das outras categorias emergentes nos discursos dos jovens e profissionais trata-se da perceção do contexto institucional residencial como um espaço de proteção incondicional. Nos discursos dos jovens verifica-se uma perceção de proteção e apoio incondicional vivenciado em contexto residencial, mesmo após a saída do acolhimento, mas também uma consequência, um certo obstar da desejável autonomia própria: "*Sim, sim, aqui sinto-me completamente protegido, não é? E isso pode ser no fundo, pode ser uma dificuldade.*" (E4, Jovem, Masculino_17 anos).

Os jovens relatam experiências traumáticas, como o abandono, os maus-tratos, a violência doméstica e ausência de retaguarda familiar, como motivo para o acolhimento, pelo que o contexto residencial revela-se como um *espaço protetivo:*

Acolhimento e ruturas familiares

As vivências traumáticas percecionadas pelos jovens alinham-se com a perspetiva de Calheiros (1996; 2006), ao conceptualizar o mau-trato como fenómeno socialmente construído. Ferreira (1999) identifica a família como contexto potencial de reprodução da desigualdade e do risco, pelo que a função protetora do Estado substitui a família enquanto instância de cuidado. Reforça-se, assim, a tese de Badinter (1980) e Rocha, Ferreira & Neves (2002), que destacam a transferência da função de proteção para o sistema de acolhimento residencial.

Família como lugar ambivalente: entre o afeto e a desproteção

Os jovens apresentam uma relação ambivalente com a família de origem: por um lado, continuam a manter contacto ou manifestam desejo de reunificação; por outro, reconhecem o ambiente familiar como inseguro. Esta contradição encontra respaldo em Saraceno (1992) e Singly (2010), que explicam a permanência do vínculo emocional à família mesmo em contextos de rutura funcional. A idealização de um modelo familiar protetor para o futuro, distinto da experiência vivida, reforça o papel da família como projeto identitário e estruturante da subjetividade, em linha com Giddens (2001) e Berger & Kellner (1964).

A proteção percebida como apoio e segurança emocional

Os jovens entrevistados manifestam uma perceção generalizada da CAR como um espaço protetor, onde se sentem acolhidos, valorizados e emocionalmente seguros*: "Aqui sinto-me completamente protegido, não é? E isso pode ser no fundo, pode ser uma dificuldade." (E4); "Eu aqui sinto que tenho muita, muita proteção. (...) sei que se fizer [algo], há sempre proteção." (E23*). Este relato alinha-se com a literatura que aponta para o papel da casa de acolhimento como um contexto protetivo face a trajetórias de mau-trato e negligência familiar (Ferreira, 2013; Carvalho *et al*., 2020).

O acolhimento residencial, ao fornecer estabilidade e previsibilidade, contribui para a (re)construção do bem-estar subjetivo e da autoestima dos jovens.

O acolhimento como experiência reguladora e formativa

Torna-se central a análise de Goffman (1974) sobre as instituições totais, enquanto espaços de normatividade rigorosa, e de Foucault (1987) sobre a disciplina como tecnologia do poder que molda subjetividades em relação às perceções dos jovens em relação ao acolhimento. As perceções dos jovens oscilam entre o reconhecimento da importância das regras e a aceitação tácita da disciplina institucional. A aceitação das regras por parte dos jovens, muitas vezes percecionadas como estruturantes, evidencia a interiorização da norma como mecanismo de preparação para a vida em sociedade, uma ideia fortemente ancorada na leitura foucaultiana da normatividade e da domesticação dos corpos.

A proteção como limite à autonomia

Apesar do seu valor, a proteção também é reconhecida pelos próprios jovens como um possível entrave ao desenvolvimento da autonomia: *"Acho que sou protegida, mas acho que é sempre bom também passarmos um bocado, para também aprendermos sozinhos."* (E25); *"Pode ser uma dificuldade"* (E4). Esta ambivalência remete para os desafios identificados por Calheiros *et al.* (2013) e Perez *et al.* (2018), que sublinham que o excesso de proteção institucional pode resultar em dificuldades na transição para a vida independente, agravadas pela ausência de programas estruturados de autonomização e pelo débil suporte pós-acolhimento.

A importância dos vínculos afetivos e de pertença

A proteção sentida pelos jovens não se refere apenas a regras ou cuidados materiais, mas sobretudo à qualidade dos vínculos estabelecidos com os profissionais e com o grupo de pares: "*Quando eu saí, fui para a (...) e a casa ficou toda a chorar. (...) pedi para voltar para cá, eles aceitaram-me logo outra vez*" (E29). Este relato ilustra o que Santos (2019) denomina de vínculos afetivos duradouros, capazes de resistir ao tempo e à separação física. A casa de acolhimento é vista como espaço de pertença e identidade relacional, sendo vivida mais como 'família' do que como instituição. Esta relação favorece a resiliência emocional, tal como evidenciado por Arpini (2003) e Rodrigues (2013).

Participação e agência dos jovens

Embora os jovens reconheçam que participam em algumas decisões institucionais (escolha do curso, definição de algumas regras), os seus discursos revelam que a sua voz é mediada por adultos e circunscrita a contextos pouco estruturados. A análise dos discursos demostra um modelo de participação limitado, alinhado com Becker (2009) e Faria *et al.* (2008), sobre o lugar subordinado das crianças e jovens em contextos institucionais. Mesmo quando referem ser ouvidos, a sua influência nas decisões parece residual, o que reforça a necessidade de estratégias de capacitação efetiva para a autonomia, conforme defendido por Calheiros *et al.* (2013) e Cordeiro *et al.* (2023). Apesar da regulação institucional, os jovens projetam objetivos pessoais (emprego, casa, família) que espelham uma vontade de construir uma trajetória de vida distinta. Esta aspiração remete para a visão de Pais (2003) e Groppo (2015) sobre a juventude como categoria social com capacidade de agência e construção de sentido próprio, mesmo em contextos de adversidade.

O paradoxo da proteção institucional

A literatura evidencia que, embora o acolhimento deva ser uma medida protetiva, pode também gerar efeitos paradoxais, como dependência emocional e dificuldades de adaptação à vida fora da instituição. Sousa (2016) adverte para o risco de substituir uma violação por outra, ao restringir a liberdade sob a justificação de proteção.

Campos *et al.* (2019) e Faria *et al.* (2008) salientam que o acolhimento pode funcionar como instrumento de controlo social, limitando a agência dos jovens, especialmente quando oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos. A proteção torna-se, assim, simultaneamente um recurso e uma barreira, quando não é acompanhada de estratégias de capacitação progressiva para a autonomia.

A necessidade de programas de transição ajustados

Os testemunhos analisados reforçam a urgência de uma abordagem mais equilibrada, que conjugue proteção com preparação ativa para a vida independente. A revisão destaca que em Portugal, existe uma falta de normativos e políticas públicas claras de transição para a autonomia.

Os jovens enfrentam, após a saída, dificuldades habitacionais, laborais e emocionais, como mostram os estudos de Cordeiro *et al.* (2023) e Glynn (2020). Os programas estruturados de competências para a vida independente, como é exemplo o Umbrella Programme, revelam-se essenciais para uma transição segura e sustentável.

A perceção da casa de acolhimento como espaço de proteção incondicional é valorizada pelos jovens, mas revela contradições latentes:

- jovens reflexivos, mas conscientes da sua situação, no entanto com capacidade de projetar alternativas de vida;
- embora condicionados por experiências familiares adversas e por uma estrutura institucional reguladora, os jovens não se resignam, pelo contrário, reconstroem narrativas de pertença, aspiram à construção de novos laços e vislumbram o acolhimento como uma oportunidade;
- percecionam o contexto residencial como um espaço de tensão entre proteção e controlo;
- a proteção é vivida como segurança, mas pode limitar a experiência e a responsabilização dos jovens acolhidos;
- os vínculos afetivos são fontes de pertença, mas podem dificultar a desvinculação;
- a ausência de estratégias consistentes para o desenvolvimento da autonomia reforça a dependência institucional.

3.2.14. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO 'CASA'

Nos discursos dos jovens e na observação participante emergiu uma outra categoria: a perceção do contexto residencial como espaço familiar, em que todos participam nas atividades diárias.

Foi possível verificar que as rotinas durante o fim de semana são bastante diferentes das que acontecem durante a semana, principalmente em períodos letivos.

Os horários de despertar, das refeições, do tempo de estudar, ou de lazer, apesar de previamente definidos são adaptados consoante os compromissos escolares das crianças e jovens acolhidos, bem como dos apoios, terapias e atividades extracurriculares que as crianças e jovens beneficiam e frequentam.

As atividades ao fim de semana tornam-se assim menos hierarquizadas e rotinizadas, havendo lugar a atividades que proporcionam outro tipo de experiências, durante o tempo destinado ao lazer das crianças e jovens.

A organização e a gestão de um espaço onde vivem várias crianças e jovens obedece, no entanto, a determinadas regras, mas que, de uma forma adaptativa e flexível, se ajustam às faixas etárias e às características pessoais das crianças e jovens, nomeadamente o grau de maturidade e responsabilidade que apresentam, na perceção dos técnicos.

Neste espaço, simultaneamente físico e simbólico, quer jovens, quer profissionais, percecionam vivências relacionais que se aproximam de um ambiente de tipo familiar, tal como já analisamos em categorias anteriores, contrariamente às características próprias das *instituições totais* (Goffman, 1974).

Tendo presente o enquadramento teórico e as relações e vivências institucionais, na observação realizada foi possível percecionar algumas singularidades: "*Cheguei à instituição cerca das 11 horas e estive a ajudar o grupo de crianças e jovens, que se encontravam na Casa, a preparar o almoço. (…) Verifiquei que as crianças e jovens referem-se à Casa de Acolhimento, como a "casa". Cerca das 16h30 as crianças e jovens foram fazer o lanche e estivemos todos no alpendre a lanchar e a conversar. Vi quadros colocados nas paredes da sala de jantar, na sala de convívio e no corredor, que chamaram a minha atenção: "O que faz a nossa casa especial, é quem a habita"; "Desculpem a desarrumação, as crianças estão a criar memórias*" (notas de campo n.º 5).

Nos discursos dos jovens, e nas notas de campo, perceciona-se o contexto residencial, como espaço simbólico familiar e afetivo:

A casa de acolhimento como 'casa': lugar físico e simbólico

A designação recorrente do espaço institucional como "casa" pelos jovens revela uma significação simbólica profunda, que transcende a mera função de abrigo ou alojamento. O uso espontâneo do termo "casa", as rotinas partilhadas e os elementos pessoais nos quartos (fotografias, objetos afetivos) sugerem apropriação emocional do espaço: "*As crianças e jovens referem-se à Casa de Acolhimento como a 'casa'*."; "*Vi quadros colocados nas paredes: 'O que faz a nossa casa especial, é quem a habita'*" (notas de campo).

Esta perceção corrobora as conclusões de Arpini (2003) e Rodrigues (2013), ao evidenciarem que o acolhimento residencial pode ser compreendido de forma positiva quando assente em relações afetivas estáveis, na partilha de rotinas e na apropriação subjetiva do espaço por parte dos jovens acolhidos.

Vivências partilhadas e lógicas familiares

As descrições das interações entre jovens e profissionais da CAR (preparação conjunta de refeições, jogos, partilhas informais) revelam um funcionamento relacional baseado na proximidade e reciprocidade, características típicas das dinâmicas familiares: "*Estive a ajudar o grupo de crianças e jovens a preparar o almoço."; "Após o jantar alguns dos jovens foram para a sala de convívio, outros recolheram-se nos quartos."; "Todos lancharam no alpendre, a conversar*" (notas de campo). Estas práticas quotidianas alinham-se com as recomendações da literatura, nomeadamente Santos (2013) e Pimentel *et al*. (2019), que sublinham a importância das interações significativas no quotidiano institucional como fator promotor de vínculos, segurança emocional e desenvolvimento da autoestima.

Flexibilidade institucional e adaptação às especificidades dos jovens

As rotinas da casa de acolhimento adaptam-se às necessidades escolares, etárias e terapêuticas dos jovens, revelando um modelo organizacional flexível: "*Os horários (...) são adaptados consoante os compromissos escolares (...) e características pessoais, como o grau de maturidade e responsabilidade"* (notas de campo). Esta prática evidencia o que Rodrigues (2019) descreve como resposta institucional diferenciada, onde o acolhimento deixa de ser um regime uniformizado e passa a ser mediado por critérios pedagógicos ajustados às singularidades de cada criança e jovem.

Contraponto às instituições totais

A organização do espaço e das relações descrita nas notas de campo contrasta com a conceção de *instituição total* de Goffman (1974), caracterizada pela separação entre o interior e o exterior, a uniformidade e a hierarquia.

A CAR é percecionada como um espaço relacional e dinâmico, onde a vida quotidiana se desenrola de forma participada e não coerciva:

"*As atividades ao fim de semana tornam-se menos hierarquizadas e rotinizadas.*"; "*Apesar das refeições serem confecionadas durante a semana, aos fins de semana todos participam na cozinha e limpeza*" (notas de campo). Estes elementos desafiam a visão tradicional da instituição como lugar de contenção e vigilância, e reforçam uma leitura contemporânea do acolhimento, mais próxima da lógica da coprodução e da familiaridade simbólica (Sousa, 2016; Santos, 2019).

Construção de pertença e identidade relacional

O ambiente descrito (jogos partilhados, decisões sobre programas de TV, objetos pessoais nos quartos) cria condições de reconhecimento e apropriação do espaço por parte dos jovens, favorecendo a construção de identidades seguras: "*Nos quartos, as crianças e jovens tinham objetivos pessoais e identificavam o seu espaço com fotografias, peluches, pósteres*…" (notas de campo). Este aspeto é fundamental para contrariar processos de despersonalização e estigmatização, frequentemente associados ao acolhimento (Faria *et al.,* 2008; Marques, 2013). Trata-se de habitar o espaço institucional como espaço vivido, afetivo e construído intersubjetivamente.

Em síntese, a análise das notas de campo revela que:

- os jovens percecionam a casa de acolhimento como um espaço com características familiares e relações afetivas relevantes;
- as rotinas são adaptadas e participadas, criando contextos de segurança e reconhecimento;
- o acolhimento, longe de funcionar como uma *instituição total*, aproxima-se de uma comunidade relacional e flexível, promotora de bem-estar.

À luz da revisão bibliográfica, estas observações reforçam a importância de promover contextos residenciais humanizados, centrados na experiência vivida dos jovens, na escuta ativa das suas vozes e na construção de relações de pertença e confiança, fundamentais para o desenvolvimento emocional e social.

3.3. AS NARRATIVAS DOS PROFISSIONAIS

3.3.1. SITUAÇÃO QUE ORIGINOU O ACOLHIMENTO

Em relação aos motivos que conduziram ao acolhimento residencial dos jovens, ou seja, às situações de mau-trato e negligência ocorridas em contexto familiar, os profissionais não foram questionados em relação aos motivos que originaram o acolhimento residencial. Apesar disso, nos discursos, os profissionais identificam várias situações de mau-trato e negligência ocorridas na família biológica, daí a necessidade da aplicação de uma medida de promoção e proteção, nomeadamente a de acolhimento residencial.

3.3.2. O LUGAR DA FAMÍLIA

Perceção da família como lugar de (des)proteção

Dos discursos dos profissionais explicita-se, de forma evidente, uma visão de défice de capacitação das famílias, ou de forma simples, a incapacidade que as famílias têm para manter as crianças e jovens na sua companhia "*São várias… as crianças com as quais contactei. Umas tristes e outras nem por isso… aquelas que estavam em famílias desestruturadas, a situação social e socioeconómica não era muito boa, era muito baixa, eu acabava por ter um bocadinho de pena dessas crianças, porque por muito que elas quisessem continuar nas famílias, as famílias não os conseguiam ter*" (E14, Militar_GNR); ou ainda em lidar com o retorno dos jovens da situação de acolhimento "*Os outros se não regressam é porque as famílias não têm condições para os acolher ou não há redes de suporte, ou outra rede de suporte informal e, portanto, esses têm mesmo que ser trabalhados do ponto de vista das competências...*" (E36, Professora_Escola).

Se por um lado, na perceção dos profissionais as crianças e jovens não terão retaguarda quando saírem do acolhimento residencial, sobretudo as provenientes de ambientes muito frágeis ou de famílias sem capacidade para lidar com situações complexas, como por exemplo as questões de saúde mental, por outro, as famílias não terão condições para acolher os jovens, mormente aquelas "as que não conseguimos trabalhar" para que possam receber as suas crianças e jovens em segurança.

Não se descortina, no entanto, através dos discursos dos profissionais, qual o trabalho que é efetivamente feito com as famílias dos jovens, aquele que seria realizado pelas instituições que intervêm nos vários níveis do sistema de promoção e proteção dos direitos, reconhecendo, quer uns (jovens), quer outros (profissionais) défices e vulnerabilidades aos contextos familiares de origem.

Machado & Gonçalves (2003) e Alberto (2008) mencionam os impactos do acolhimento na diminuição da responsabilidade parental e das capacidades educativas da família, que levam muitas vezes à ausência de contactos. Na verdade, os discursos dos entrevistados (jovens e profissionais dos vários níveis de intervenção) qualificam negativamente a família biológica quanto à proteção e a uma retaguarda capaz. Se o acolhimento não é a melhor situação para crianças e jovens, talvez seja a melhor forma que conhecemos de proteger e, portanto, sendo a melhor forma de proteção, deveria existir a oportunidade de capacitar com sucesso as suas famílias: *"(…) eu acho que é importante nós pensarmos isto: é a própria literatura, a evidência científica demonstra isto de uma forma muito clara, o acolhimento não é a melhor coisa para a criança. É a melhor forma de os proteger e, portanto, se é a melhor forma de os proteger, de os dotar de competências de trabalho para o seu projeto de vida, possivelmente nos seus contextos familiares, muitas vezes disfuncionais, multiproblemáticos e multiviolentos não é possível ser feito esse trabalho*" (E36, Professora_Escola).

Uma breve nota. Sendo a capacitação das famílias temática que não nos cabe aqui tratar, ainda assim diremos que a concretização da medida de proteção de acolhimento residencial deve merecer de todos a melhor atenção, ou cuidados antecipados, com vista a promover a capacitação das famílias, através de ações ao restabelecimento da situação de normalidade o mais precocemente possível.

Perceção do conceito de família ideal versus família real

Embora haja a perceção da desproteção por parte da família biológica, a idealização da família foi um aspeto predominante na perceção que os profissionais possuem em relação às expectativas dos jovens acolhidos: *"(…) o que nós nos apercebemos é que as crianças por muito miserável que seja a situação das famílias em que eles estão inseridos, as famílias naturais, eles acabam por querer sempre voltar às famílias*" (E12, Psicóloga_EMAT).

Nas perceções dos profissionais, os jovens na impossibilidade de terem uma família idealizada, aspiram à constituição no futuro de uma família protetora: "*Construir a família deles, muitas vezes dizem "Não quero vir aqui ver o meu filho", mas eles têm a vontade de fazer algo diferente daquilo que foi feito com eles, não é?*" *(…) Acho que eles não querem ter uma família como a deles, porque sabem onde é que vão terminar: numa casa de acolhimento, mas muitos ainda têm a idealização de uma família perfeita e quando nós explicamos que não há famílias perfeitas, que as famílias discutem, que as famílias se sentam a discutir o orçamento que têm, que as famílias geram prioridades* (…)" (E33, Assistente Social_CAR).

Reunificação familiar

Em relação às aspirações e objetivos dos jovens no futuro, após-acolhimento residencial, se identifica uma outra categoria emergente nos discursos dos profissionais: o apelo "à família", o regresso às origens dos jovens após a saída do acolhimento: "*A maior parte destes jovens é o regressar à família, o estar com a família e depois logo se vê... pronto, não é a autonomia, é o regressar à família biológica e depois então pensam no restante: ter um emprego, ajudar a família, mas é tudo muito centrado na família... ter um emprego para ajudar a família (…) na maior parte das vezes a aspiração é essa: "Eu vou estar junto deles. Eu vou tentar ajudar a minha família*" ... é o regressar à família" (E13, Psicóloga_CAR). Apesar de alguns dos jovens aspirarem regressar à família biológica (nuclear ou alargada), após a saída do acolhimento residencial, reconhecem as vulnerabilidades das suas famílias e desejariam que o contexto familiar fosse um lugar de proteção.

Constituir família/ter um(a) companheiro(a) no futuro

Os profissionais reconhecem a idealização dos jovens em relação a um modelo familiar protetor diferente da sua família de origem, no entanto emergiu outra subcategoria quando os jovens referem as suas aspirações e objetivos para o futuro: os jovens aspiram ter a sua própria família *"(...) temos jovens de 15/16/17 anos que querem é ter a sua família, querem constituir a sua família, porque reconhecem que a família que lhes foi dada à nascença não reúne as condições para lhes dar aquilo que eles pretendem, portanto, a única coisa que eles procuram, é constituir a sua própria família*" (E36, Professora_Escola).

Da análise dos discursos dos profissionais e da sua articulação com o quadro teórico, em autores como Ariès (1988), Singly 2010), Saraceno (1992) e Giddens (2001), se destacam as perceções sobre a importância da afetividade e da construção identitária dos jovens acolhidos, bem como as perceções das tensões entre uma família real e uma família idealizada por parte dos jovens. Relembramos como a transformação da família moderna, de uma unidade produtiva a uma célula de relações afetivas, moldou profundamente a forma como os indivíduos (e a sociedade) percecionam a infância, a juventude, a proteção e o projeto de vida. As perceções dos profissionais, principalmente os do acolhimento, sobre a relação dos jovens com as suas famílias de origem refletem essas mudanças históricas e culturais (Ariès, 1988; Singly, 2010 e Saraceno, 1992).

Família real vs Família idealizada

Os profissionais percecionam que, para muitos jovens acolhidos, a família de origem representa um contexto de desproteção e vulnerabilidade. Esta realidade está em consonância com a análise de Singly (2010)**:** a família moderna é marcada por uma tensão entre a esfera privada e a intervenção pública, especialmente na proteção das crianças e jovens. No entanto, apesar das vulnerabilidades, a família continua a ser vista como um referencial afetivo e simbólico para os jovens (E13, E19 e E21). Esta valorização do ideal familiar, mesmo diante de realidades adversas, confirma a ideia de Giddens (2001) sobre a família como espaço de construção identitária e relacional.

O papel da família moderna

Vários profissionais destacam que as famílias de origem dos jovens não cumpriram adequadamente o papel educativo e protetor esperado. Tal perspetiva ecoa em Ariès (1988)**,** que observa que a infância moderna exige cuidados e educação especializados, diferenciando-a da sociedade adulta.

O papel protetor é, assim, transferido para as casas de acolhimento, pois as famílias de origem não conseguiram assegurar o desenvolvimento educativo e emocional esperado dos jovens (E7, E19, E34).

A persistência do laço afetivo

Os profissionais relatam que os jovens acolhidos mantêm, apesar das dificuldades, fortes laços emocionais com as suas famílias de origem e expressam o desejo futuro de formar as suas famílias. Essa aspiração à afetividade e proteção familiar é interpretada por Saraceno (1992) e Singly (2010) como consequência da evolução da família moderna, que privilegia as relações emocionais em vez de obrigações económicas, pelo que *os* jovens desejam constituir famílias afetivas, diferentes das que vivenciaram (E11, E27, E33, E36, E38).

Reunificação familiar e resistência ao estigma

Apesar das experiências de abandono e violência, segundo as perceções dos profissionais, muitos jovens manifestam o desejo de retornar ou reconstruir laços com as suas famílias de origem. Esta tendência evidencia o peso simbólico da família como espaço de pertença, analisado por Saraceno (1992) e para um grande número de jovens a aspiração é essa: "*Eu vou estar junto deles. Eu vou tentar ajudar a minha família... é o regressar à família"* (E13). A reunificação com a família biológica (nuclear ou alargada), ainda que disfuncional, é um projeto para muitos dos jovens *(*E19).

Em resumo, a família é, portanto, simultaneamente percecionada como um espaço de fragilidade e de desejo. A análise dos discursos dos profissionais revela que, mesmo diante de realidades familiares difíceis, a família mantém-se como um referencial emocional e simbólico fundamental para os jovens acolhidos. Esta realidade confirma as transformações descritas pelos principais teóricos da família moderna, onde a afetividade, a educação e a construção identitária desempenham papéis centrais.

3.3.3. REGULAMENTOS E DECISÕES INSTITUCIONAIS

Perceções sobre o conceito de instituição total

Os profissionais das ECMIJ, CPCJ e EMAT percecionam as casas de acolhimento como espaços disciplinadores e diacronicamente desajustados à realidade atual (cf. anexo 3, questão 1 – I Parte): "*Conheço algumas instituições, mas é como tudo, como as empresas: existem algumas com uma gestão mais rígida outras mais aleatórias, outras com regras tão disciplinares… vai variando muito e concordando ou não, era a resposta que tinha, mas muitas vezes falávamos. Eu sempre fui muito pelo diálogo, sempre conversava muito.*

Mas não fazia mudar as regras das instituições que achava que não estavam muito adequadas" (E7, Psicólogo_CPCJ).

Alguns dos entrevistados referem o desajustamento técnico, de forma muito concreta, o desconhecimento da realidade social e dos direitos das crianças e jovens em acolhimento, outros insurgem-se quanto à rigidez quotidiana.

As perceções acerca do acolhimento residencial aproximam-se claramente do conceito de *instituição total*, nomeadamente no que se refere aos regulamentos rígidos institucionais, bem como à perda de identidade das crianças e jovens acolhidos:

"*Com a experiência que tenho, do conhecimento que tenho, concordo com algumas. Outras acho que já deviam ser atualizadas à nossa época, não é? Parece-me que ainda são muito específicas de tempos antigos, não é? Não houve evolução… por exemplo, claro que depois cada casa é um caso, não é? (...) Até por exemplo a questão da alimentação, também sei que nem todas as instituições funcionam da mesma maneira e há aquelas que já são muito mais flexíveis, mas aqueles horários rígidos de comer e fora disso não há comida; a questão do uso do telemóvel, pronto, sei lá, não me está a ocorrer mais nenhum… mas, por exemplo, essa questão do vestuário, as crianças não terem a sua própria roupa, por exemplo algumas têm e até se adquire roupas (…) mas, por exemplo, a questão de ter aquela formalidade da lavandaria, da etiquetagem, de terem elas que, às vezes, até apoiar nesse processo* (...)" (E19, Técnica_Projeto).

Os vários profissionais do sistema de promoção e proteção percecionam as instituições de acolhimento sob dois prismas.

Por um lado, as instituições com características que se aproximam do conceito de instituição total, por outro, as instituições mais de tipo relacional: "(…) *Eu vou falar das duas [casas de acolhimento residencial] que conheço melhor, que neste caso não é preciso dizer nomes, não interessa…. são duas coisas diferentes, fazem a mesma coisa, mas são duas coisas diferentes. Para mim uma é uma instituição e a outra é uma família, uma casa e uma casa onde vivem todos: ambos os sexos, todas as idades, desde os mais pequenos aos maiores. Mesmo depois de sair ainda continuam a ser apoiados e é uma família.*

Também são em menor número, aqui [na outra casa de acolhimento] é em maior número, mais regime, é mais institucional, embora também haja, digamos, todo o apoio, acho que está tudo dentro dos parâmetros, mas é mais formal, entre um e outro, embora façam as mesmas coisas [acolhimento residencial], trabalham de maneiras diferentes, são intervenções diferentes, não é?" (E15, Militar_GNR).

Nos discursos dos profissionais salientam-se ainda as mudanças legislativas decorrentes da Convenção sobre os Direitos das Crianças e que conduziram a uma alteração significativa no paradigma de intervenção das instituições protetivas: "*Inicialmente quando comecei, acho que não, que as casas de acolhimento eram muito mais fechadas e não havia esta articulação tão direta com os técnicos, os diretores técnicos e os jovens. Sim, os jovens com os técnicos, mas há uns anos para cá eu acho que sim, que houve. Houve uma grande melhoria, tendo em conta os 23 anos de experiência e de contacto com este sistema e com estas crianças e jovens*" (E31, Assistente Social_EMAT).

A oscilação entre dois polos caracteriza a estrutura organizacional da casa de acolhimento observada. Com efeito, na observação participante verifica-se a existência de espaços 'interditos' aos jovens acolhidos, controlados somente, como caracteriza Goffman (1974), por um corpo especializado de técnicos, que controla os espaços: "*No piso superior situa-se ainda a sala dos técnicos (equipa técnica e educativa), a que só têm acesso os técnicos e educadores que se encontram de turno, para além do gabinete técnico (diretora técnica, assistente social e psicóloga*)" (nota de campo n.º 1).

Em relação à utilização de computador e acesso à internet, na observação participante, verifica-se que os jovens acolhidos, consoante a idade, têm um acesso e utilização controlada, supervisionada e limitada:

"*A diretora dirigiu-se à sala de convívio e solicitou o computador ao jovem. De seguida guardou-o na sala dos técnicos* [*sala fechada à chave e onde se encontram algumas coisas que as crianças e jovens não devem ter acesso, tais como medicação, ou bens pessoais do pessoal*]. *Informou o jovem que, com a passagem de turno, a funcionária que iria ficar responsável pelo grupo não poderia supervisionar a utilização do computador por parte do jovem, uma vez que iria ficar responsável por todo o grupo*" (nota de campo n.º 3).

Perceções sobre o envolvimento e participação dos jovens na definição de regras e regulamentos institucionais

Os profissionais percecionam um envolvimento participativo dos jovens na definição de regras e regulamentos institucionais "*As regras e o regulamento foram construídos com as crianças e com os jovens, não foi uma decisão só da direção da instituição e dos técnicos. Foi construído… as regras foram construídas com as crianças e os jovens*" (E33, Assistente Social_CAR). Na generalidade, pelo menos, ao nível dos discursos, os profissionais referem uma participação dos jovens na definição de regras e regulamentos institucionais: *"(…) o nosso intuito é que cada vez mais existe um crescimento naquilo que é a expressão e a participação e implicação nos processos de tomada de decisão da casa e o estabelecimento de regras e normas*" (E3, Educador Social_CAR).

Uma profissional de CAR deu o exemplo da realização de atividades mais estruturadas para envolver os jovens acolhidos na definição de regras e regulamentos institucionais: "(…) *há uma reunião, faz-se uma reunião comunitária, que há várias reuniões aqui semanalmente. (…) Têm uma Assembleia entre os jovens*."

Numa das notas de campo verifica-se o envolvimento e participação dos jovens na definição de regras e regulamentos institucionais: (…) *as crianças e jovens tinham tarefas definidas para esse dia (por ex. cada grupo é responsável por uma tarefa: pôr a mesa, levantar a mesa, lavar a louça à noite e aos fins de semana; cada grupo tem um coordenador*)" (notas de campo n.º 4).

Perceções sobre a participação a adaptabilidade e reformulação de regulamentos/ decisões institucionais de acordo com a participação dos jovens

As narrativas dos profissionais demonstram perceções de compromisso entre o estrito cumprimento normativo das regras e regulamentos e o envolvimento participativo dos jovens na definição de regras e regulamentos institucionais: "*Ao longo dos anos, elas* [*regras*] *têm vindo a ser adaptadas, portanto, nós vamos discutindo alguns pontos e sempre tentando a aperfeiçoar, sempre a pensar no bem-estar das crianças e jovens que apoiamos*" (E13, Psicóloga_CAR).

Alguns profissionais são vagos quanto à sua participação ou à dos jovens na alteração ou revisão dos regulamentos das casas, registando-se algumas exceções: "*Bom, eu acho que vai depender da casa de acolhimento e, portanto, eu acho que as regras vão mudando um bocadinho de casa para casa. Para além de que existem casas que no fundo acordam com os jovens as regras que estarão em vigor e outras as que a equipa decide. Portanto, eu acho que logo aí marca a diferença. Eu diria que em termos gerais, concordo com aquelas regras que são consensualizadas com os jovens e que, por isso, em princípio, serão aquelas que vão mais ao encontro do interesse da criança ou jovem* (…)" (E38, Professor_Escola).

Em duas notas de campo da observação participante verifica-se a adaptabilidade de regulamentos institucionais às características individuais dos jovens acolhidos: "*Um dos jovens mais velhos, foi questionado acerca da hora que iria chegar, pois iria sair nessa tarde/noite. Este respondeu "Pelas 23h30". A diretora disse que mais tarde iria informar o técnico de turno do horário de chegada do jovem*" (notas de campo n.º 3); "*Os jovens, especialmente os que frequentam estabelecimentos de ensino fora da zona de residência da Casa, possuem telemóvel, cujo carregamento mensal é feito por eles, retirando da sua mesada mensal ou a expensas da família. (…) Relativamente às regras na organização da roupa, fui informada que à 3.ª feira as crianças e jovens entregam a roupa suja à lavandaria e à 6.ª feira recolhem a roupa lavada. Pontualmente as crianças e jovens podem solicitar alguma peça de roupa mais específica e que seja mesmo necessária (por ex. o equipamento de futebol), caso contrário só têm acesso às suas roupas nos dias estipulados. No entanto, pude constatar que esta regra não é tão rígida, sendo permitido às crianças e jovens deslocar-se à lavandaria sem ser nos dias estipulados"* (notas de campo n.º 9).

Perceções sobre o cumprimento dos regulamentos/decisões institucionais

Nos discursos dos profissionais nem sempre se manifesta a distinção entre a necessidade de existirem regras e a obrigação, ou o que resulta, no cumprimento das mesmas: "*Sim concordo. Porque tem de haver aqui certas dinâmicas e uma linha do dia a dia, que todos nós temos de saber o que é que estamos aqui a fazer, o que é que nós queremos fazer, os objetivos que temos e, portanto, temos algumas regras que devemos de cumprir e fazer cumprir para que as coisas possam correr bem*" (E1, Assistente Social_CAR).

Os profissionais concordam em seguir o enquadramento institucional vigente, no entanto quem emana as regras da casa de acolhimento é a direção, que caso a caso decide, com a participação dos profissionais e dos jovens, o modo como as mesmas se implementam. Nas notas de campo verifica-se, de igual modo, o cumprimento das regras institucionais por parte dos jovens acolhidos, sendo, no entanto, adaptadas à faixa etária: "*Assisti a uma mudança de turno. Foi possível observar que a Casa possui um registo rigoroso de todas as situações, no sentido de ser possível ao técnico que assume o grupo, este perceber se existe alguma situação que deva estar mais atento*" (notas de campo n.º 3).

Da análise dos discursos dos profissionais que atuam em contextos de acolhimento residencial e no sistema de promoção e proteção e com base no referencial teórico, iremos compreender as perceções dos profissionais sobre os regulamentos, a disciplina e o papel da norma, bem como o seu impacto sobre os jovens acolhidos (entre norma, disciplina e subjetivação).

Instituição total e poder disciplinar

Vários profissionais descrevem a organização das dinâmicas do acolhimento residencial como uma estrutura rígida, fortemente regulada e, por vezes, anacrónica, aproximando-se do conceito de *instituição total* formulado por Goffman (1974)**.** Estes espaços impõem regras e rotinas onde "toda a sequência de atividades é imposta de cima".

Como refere uma psicóloga: "*Algumas casas funcionam com regras muito disciplinares... de asilo... de institucionalizado*" (E21). Estas práticas são coerentes com a teoria de Foucault (1987) sobre a disciplina como *tecnologia de poder*, que atua sobre os corpos, os horários e as rotinas para produzir sujeitos dóceis e conformes à norma,

A norma como imposição simbólica e regulação moral

O testemunho de vários profissionais evidencia que as normas institucionais, ainda que atualizadas legalmente, continuam a carregar uma dimensão simbólica de controlo e vigilância: "A classe média traça regras que a classe baixa deve obedecer". Se Becker (2009) discute como a normatividade é determinada pelos grupos com mais poder, que decidem o que é desviante e o que é normal, verifica-se a imposição do poder no discurso: "*Os regulamentos são definidos pela direção, mesmo quando há participação dos jovens*" (E8).

Participação simbólica e negociação da norma

Embora haja um discurso de valorização da participação dos jovens (E8, E33), os profissionais admitem que a decisão final ainda recai sobre os técnicos: "*Há assembleias, há reuniões, os jovens participam, mas a direção emana decisões*" (E37). Tal dinâmica revela o que Foucault (1987) chamou de micropenalidades: pequenos gestos de controlo e correção baseados na observação e na imposição de condutas "adequadas", muitas vezes mascarados de participação.

Acolhimento como espaço entre norma e desvio

Para os profissionais, o acolhimento é simultaneamente uma resposta protetiva (normativa) e uma rutura simbólica com a estrutura familiar tradicional, ou seja, um desvio necessário, "*As regras tentam imitar uma casa, mas são regras de internato*" (E 36). A teoria de Becker (2009) coadjuva a compreensão dessa ambiguidade: o desvio não está no comportamento em si, mas na rotulagem social aplicada. O acolhimento é uma rotulagem simbólica do jovem como "diferente" ou "desviante", e os profissionais participam, consciente ou inconscientemente, na manutenção desse rótulo.

Resistência à norma e flexibilidade institucional

Apesar da rigidez estrutural, os profissionais reconhecem a importância da adaptabilidade e da escuta ativa como ferramentas de aproximação dos jovens às normas: "*Fomos adaptando o regulamento… por exemplo, criámos um espaço próprio para fumar*" (E2). Essas práticas demonstram formas de resistência à disciplina total e alinham-se com a ideia de Manso (2016) de que os sujeitos, mesmo em contextos fechados, constroem uma subjetivação situada, isto é, definem-se a partir das margens da norma.

Em resumo, a análise dos discursos dos profissionais revela tensões entre o cumprimento da norma, a disciplina institucional e a subjetividade dos jovens acolhidos. Embora muitos reconheçam a rigidez do modelo tradicional, também evidenciam esforços de adaptação e escuta. O acolhimento apesar de percecionado como uma prática de controlo social que rotula e disciplina, ao mesmo tempo, oferece oportunidades de negociação, resistência e reconstrução do sujeito (Becker, 2009; Goffman, 1974 e Foucault, 1987).

3.3.4. PARTICIPAÇÃO E AUDIÇÃO DOS JOVENS NAS DECISÕES INSTITUCIONAIS E NOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS

Considerando a forma como se processa a audição e participação dos jovens nas decisões institucionais (cf. anexo 3, questões 2 e 3 – I Parte), analisaremos agora as suas perceções. Neste tema-chave, da análise dos discursos surgiram quatro subcategorias temáticas que iremos analisar, tendo em conta os discursos dos jovens e as notas de campo. Da análise dos discursos verifica-se a predominância de uma participação deficiente ou mediada por um adulto/profissional, ou a audição realizada por imperativos legais, que, em resumo, não se poderá considerar uma audição e participação efetivas, por desconsiderar os reais desejos e opiniões dos jovens.

Perceções sobre a sua audição e participação mediada por um profissional/adulto

Em detrimento do processo, a audição e a participação, que não podem ser encaradas como mera formalidade, mas ser entendidas como um fundamento no percurso formativo da criança e do jovem, uma parte das respostas dos profissionais mais se assemelha a uma desmedida sobrevalorização da tomada de decisão.

Não se consideram os jovens como intervenientes influentes na tomada de decisão: "*É evidente que elas não vão tomar as decisões, alguém as vai tomar por ela, mas ter em conta, em consideração a opinião delas, o que é que elas acham da vida que tiveram e da vida que têm, desde que devidamente assessorados por alguém. (…) quando eles são ouvidos em tribunal, há sempre um assessor técnico com eles*" (E12, Psicóloga_EMAT).

Sobre a audição e a participação dos jovens acolhidos mediada por um adulto os profissionais percecionam que se considera a opinião das crianças e jovens, porém manifestam dúvidas se os processos de audição e participação funcionam: "*Sim, sem dúvida têm que ser um envolvimento mediado por um adulto, porque realmente se forem eles a definir seria um mundo ideal*" (E32, Assistente Social_CAR).

Perceções sobre a audição e participação efetiva dos jovens

Relativamente a uma efetiva audição e participação dos jovens, os profissionais relatam casos de participação efetiva que conhecem: "*Eles nessas reuniões de jovens, são reuniões semanais, dependendo das situações, mas com os mais velhos são sempre semanais.*

Onde se discute algumas ocorrências gerais da casa, (…) Todas as dinâmicas sempre semanalmente" (E9, Assistente Social_CAR).

Alguns profissionais reconhecem que, independentemente da idade, qualquer criança e jovem deve ser interveniente na tomada de decisão em questões que lhe dizem diretamente respeito: "*Eu acho que todas as crianças, mesmo nas casas de acolhimento existentes dos zero aos 6 anos, essas crianças (…) têm direito a participar, a escolher o quarto onde vão dormir, a escolher a decoração do seu quarto, a escolher as roupas. (…) temos como objetivo o supremo interesse da criança, não podemos estar aqui a tratar um projeto de vida sem escutar a criança. Eu sei que trabalho sempre com essa preocupação... o envolvimento das crianças e jovens na definição do seu projeto de vida*" (E10, Assistente Social_CAR).

Perceções sobre a sua audição e participação dos jovens por imperativos legais

Sobre o envolvimento dos jovens nas decisões, os profissionais são perentórios em afirmar positivamente acerca da participação dos jovens. Todavia, os profissionais ressalvam que só a partir dos 12 anos as crianças são 'ouvidas', para cumprimento da disposição legal: "*O facto de a criança ter espaço, por exemplo, de participação, (…) Eu diria que os direitos de participação são direitos tão importantes como os direitos de proteção e, portanto, nós só podemos proteger devidamente e concretamente nestes espaços, se, de facto, ouvirmos as crianças e os jovens. (…) Devem participar de forma ativa, não é? Hoje em dia, os técnicos dispõem de um conjunto de ferramentas que permitem perceber com a criança e com jovem, quais são os seus desejos, não é? Ao nível educativo, ao nível formativo, ao nível profissional, até e, portanto, o projeto de vida tem que necessariamente é a construção de um projeto de vida, tem que envolver necessariamente a criança, as suas expectativas, os seus desejos, os seus sonhos. (…) eu diria que existem casas que realmente construíram um ambiente onde a comunicação é possível e onde existem objetivamente espaços de escuta dos desejos, das preocupações das crianças. (…) penso que, neste momento, com a nova portaria, todas as casas devem ter constituído uma Assembleia de jovens*" (E38, Professor_Escola).

Perceções sobre a sua audição e participação dos jovens deficiente/quase nula

Os profissionais têm respostas racionais em relação à participação (deficiente) dos jovens em matérias que dizem respeito ao seu projeto de vida. Por um lado, alguns respondem que os jovens são pouco ou nada ouvidos: "*Mas eu acho que há tomadas de decisões que as crianças não são tidas nem achadas, mas é essa a perceção que tenho*" (E14, Militar_GNR); "*Não era muito tida em conta, quer dizer, embora se escutasse, não eram muito consideradas as sugestões dadas pelos jovens (…) A grande maioria não* (…)" (E8, Assistente Social_CPCJ).

A ausência de participação dos jovens acontece, segundo a perceção dos profissionais, principalmente nas decisões dos órgãos judiciais *"(…) eles não são envolvidos, nomeadamente as decisões dos tribunais. (…) quando estamos num patamar de poder já judicial, os processos em tribunal, a participação e a opinião dos jovens é menos tida em conta, do que se estivermos num patamar, por exemplo, mais abaixo, se um processo estiver na CPCJ*" (E11, Militar_GNR).

Por outro lado, os profissionais reconhecem que os jovens não são ouvidos de todo, no entanto, tendem a concordar que os jovens deviam participar: "*Não é uma prática que seja comum, por vezes até acontece, mas não é tantas vezes quanto deviam ser*" (E19, Psicóloga_Projeto); "*Eles idealmente deveriam ser, mas, se calhar, isso ainda não acontece totalmente*" (E32, Assistente Social_CAR).

As perceções dos profissionais sobre a participação dos jovens revelam tensões entre a norma instituída, o desvio e a prática efetiva da participação. A sociologia do desvio demostra que as normas sociais não são neutras, mas construídas e aplicadas por grupos dominantes (Becker, 2009). Utilizando os referenciais de Goffman (1974; 1999)**,** Becker (2009) e Foucault (1987)**,** analisamos o modo como a participação dos jovens é percebida, mediada e limitada:

A participação dos jovens: mera formalidade ou participação efetiva?

Muitos profissionais referem que a participação dos jovens é promovida, mas de forma mediada e condicionada: "*Claro que elas não vão tomar as decisões, alguém as vai tomar por elas, mas deve-se ter em consideração a opinião delas*." (E12).

Isto reflete o que Becker (2009) descreve como o processo de rotulagem: o jovem é visto como incapaz de plena autonomia, ou ainda numa posição de *subalternidade*, onde as suas opiniões são filtradas pelas interpretações dos profissionais/adultos.

Normatividade e poder institucional

A disciplina institucional aparece mascarada sob a aparência da participação: "*A direção decide, mas com propostas reformuladas dos jovens*." (E1). Esta prática confirma a visão de Foucault (1987) sobre as *micropenalidades*: as pequenas concessões são feitas para manter a obediência e a ordem. Os jovens são envolvidos apenas até ao ponto em que as suas escolhas/opiniões não desafiem a norma institucional.

O papel dos adultos como "Juízes da Normalidade"

Os profissionais, ao mediar a participação, tornam-se o que Foucault (1987) denomina de "juízes da normalidade", controlando quais os desejos e decisões dos jovens são aceites: "*Eles podem escolher o curso que querem, mas dentro do que é viável*." (E33). A imposição de limites à escolha confirma a ideia de que a norma é definida pelo grupo de maior poder, ou seja, os adultos/profissionais, enquanto os jovens são sujeitos a vigilância e controlo.

A participação como direito e como formalidade

Embora haja discursos positivos sobre o direito à participação: "*A participação é um direito tão importante quanto o direito à proteção*." (E38), na prática a participação dos jovens é frequentemente descrita como deficiente ou meramente simbólica, especialmente na tomada de decisões judiciais e administrativas. Goffman (1974) enfatiza que nas *instituições totais*, a verdadeira autonomia dos internados é frequentemente uma ilusão, pois o poder de decisão efetivo permanece com a administração.

Juventude como categoria subordinada

Becker (2009) argumenta que a juventude é vista como incapaz de definir as próprias regras, sendo regulada pelas normas impostas pelos adultos. Isso é visível nas entrevistas: "*É evidente que depende da idade da criança, quanto maior a idade, maior a participação*." (E19). A participação é relativizada conforme o juízo de maturidade estabelecido pela instituição através de uma aplicação concreta da desigualdade de poder (Becker, 2009).

Em resumo, a análise dos discursos dos profissionais confirma as conceções teóricas de desvio e norma: a participação dos jovens em acolhimento residencial é mediada, limitada e subordinada à autoridade adulta. A norma é construída e imposta a partir da posição de poder dos profissionais e a autonomia juvenil é tratada como uma concessão e não como um direito pleno. À luz dos conceitos de Goffman (1974)**,** Becker (2009) e Foucault (1987) se demonstra que, apesar das referências benévolas à participação e respeito pelas opiniões dos jovens, os discursos institucionais ainda reproduzem lógicas de vigilância, controlo e rotulagem.

3.3.5. RELAÇÃO INSTITUCIONAL

Tal como já verificamos em relação ao cumprimento dos regulamentos e decisões institucionais e da audição e participação dos jovens nas decisões institucionais (em contexto residencial, nos órgãos administrativos e judiciais), analisemos agora os discursos relativos à relação institucional (cf. anexo 3, questão 4 – I Parte).

Verifica-se que profissionais se situam em dois lugares equidistantes. Por um lado, nos discursos, a relação institucional baseada em **autoridade** e **respeito** *"… questão do respeito mútuo. (…) depois a outra parte que é muitas vezes o respeito, a questão da mutualidade do respeito. (…) Tem que haver algum distanciamento, tem que haver, no sentido de nós conseguirmos estabelecer uma hierarquia*" (E3, Educador Social CAR). Por outro, a relação institucional **afetiva** e **relacional** de grande proximidade: "*São todos os dias: os dias que eu chego e eles estão felizes, e eu chego lá e dão-me logo um abraço*" (E27, Educadora_CAR). (…); "(...) *a proximidade é muito importante, nós estarmos sempre próximos das crianças e jovens"* (E10, Assistente Social_CAR).

As perceções relativas às relações institucionais, entre os profissionais das CAR (ou outros profissionais) e os jovens acolhidos, transmitem, de uma forma clara, relações que oscilam entre a **autoridade/respeito**, o **equilíbrio entre o afeto/respeito** "*Pela questão da autoridade, mas sempre pautada pelo afeto. (…) equilíbrio entre as regras e o afeto*" (E9, Assistente Social_CAR); e as relações baseadas em afeto, proximidade, **apoio** e **segurança** *"(…) de segurança. (…) Eles sabem que aquilo é um espaço deles seguro, é um espaço seguro e eles estão seguros comigo*" (E33, Assistente Social_CAR).

Alguns profissionais percecionam, até mesmo, relações de **amizade** com os jovens acolhidos: *"(…) mas ao longo desse tempo fomos desenvolvendo uma relação de amizade, somos amigos*" (E11, Militar_GNR).

Declaradamente, os profissionais percecionam a relação que estabelecem com os jovens acolhidos de tipo mais afetivo, relacional e de proximidade. É obvia a relação de afeto, a disposição positiva dos profissionais em trabalhar com jovens que 'precisam muito da nossa ajuda', nas palavras de uma educadora [E30].

Predominam ainda as perceções da relação institucional enquanto relações de **confiança** e **empatia**: "É a questão da transparência numa ótica de referir de transparência para ambas as partes, portanto, ser claro, ser honesto, isto também vai facilitar os processos de confiança e os processos de estabelecimento de relação ao mesmo tempo" (E3, Educador Social_CAR).

A análise dos discursos dos profissionais sobre a relação entre profissionais e jovens acolhidos revela que, embora haja esforços para construir relações afetivas e de confiança, a lógica da autoridade, da vigilância e da normatividade ainda estrutura a experiência institucional, enquadrando os jovens numa dinâmica de controlo social. O acolhimento residencial, como espaço de intervenção protetiva, implica uma relação institucional marcada por **tensões** entre **afeto**, **autoridade** e **disciplina**. À luz de Goffman (1974)**,** Becker (2009) e Foucault (1987)**,** a análise dos discursos mostra que essas relações, mesmo quando afetuosas, continuam inscritas na lógica das instituições totais e do controlo disciplinar.

Autoridade, disciplina e normatividade

Muitos profissionais referem que a relação com os jovens é baseada no respeito mútuo e na autoridade: "*Tem que haver algum distanciamento, no sentido de nós conseguirmos estabelecer uma hierarquia*." (E3). Esta afirmação traduz a descrição de Goffman (1974) sobre as *instituições totais*, onde a vida dos indivíduos é organizada segundo uma lógica de hierarquia e controlo constante. De forma semelhante, Foucault (1987) descreve o poder disciplinar como operando através da vigilância e da imposição de regras sobre o corpo e a conduta, alguns dos elementos visíveis nas práticas relatadas.

Afeto e apoio: estratégias de humanização

Apesar da estrutura de poder, muitos profissionais descrevem a importância do afeto e da proximidade: "*Tentamos também estabelecer aqui com eles uma relação afetiva, porque eles precisam...*" (E13). Este investimento afetivo pode ser lido como uma tentativa de resistir à lógica da disciplina, humanizando a relação institucional, no entanto, como lembra Goffman (1999)**,** o afeto em instituições totais é frequentemente instrumentalizado, funcionando para facilitar a adesão às normas e expectativas.

Relações de amizade e proximidade: limites e riscos

Alguns profissionais descrevem relações que ultrapassam o âmbito profissional: "*Somos amigos... ela está muitas vezes em minha casa connosco...*" (E11). Embora bem-intencionadas, essas relações podem reforçar o papel dos profissionais como "juízes da normalidade", como descrito por Foucault (1987)**,** em que se avaliam e moldam comportamentos, muitas vezes de forma paternalista.

Controlo simbólico e rotulagem

Mesmo em contextos afetivos, subsiste uma estrutura de classificação e julgamento: "*Eles têm de perceber que os comportamentos têm uma consequência.*" (E9). Este sistema de recompensas e punições reproduz aquilo que Becker (2009) e Foucault (1987) denominam de normatividade: o jovem é permanentemente avaliado, vigiado e modelado.

Em resumo, a relação institucional na CAR é marcada por uma ambiguidade fundamental: por um lado, o afeto, a proximidade e o apoio emocional, por outro, a autoridade, a disciplina e a normatividade.

À luz de Goffman (1974; 1999)**,** Becker (2009) e Foucault (1987) compreendemos que:

- as práticas de afeto coexistem com práticas de controlo;
- as relações interpessoais são mediadas por estruturas de poder e hierarquia;
- o acolhimento residencial é um espaço de reprodução de normas sociais, onde o desvio é controlado, rotulado e, muitas vezes, invisibilizado.

A verdadeira emancipação dos jovens exigiria não apenas o afeto, mas antes uma crítica às estruturas de poder que moldam essas relações.

3.3.6. O LUGAR DA ESCOLA E DAS COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS PARA A AUTONOMIA

Tomando a importância da escola no projeto de vida dos jovens (cf. anexo 3, questões 1 e 2 – II Parte), nomeadamente nos jovens acolhidos, como forma de preparação para um projeto de vida inclusivo socialmente, foi definida esta categoria *a priori*. Na análise da importância dos processos educativos e formativos dos jovens acolhidos para a preparação para a autonomia surgiram nos discursos dos vários interlocutores 4 subcategorias neste tema-chave, que iremos analisar de seguida.

Relação com a escola condicionada por métodos de ensino desajustados

A perceção dos profissionais da relação que os jovens acolhidos estabelecem com a escola encontra-se condicionada por métodos de ensino considerados desajustados às características destes jovens: "*Tal como nós temos aqui limitações, a escola também as tem, portanto, às vezes, a nossa escola está formatada e nós falamos sobre isto várias vezes. A escola está formatada há imensos anos e não houve nada que fosse alterado, a nossa escola continua com o mesmo tempo da escola de há muitos anos. (…) estamos a falar aqui de uma situação que em que a escola não está preparada para estes jovens*" (E 3, Educador Social_CAR).

Relação com a escola condicionada pela história de vida e/ou características pessoais

Segundo estes profissionais os jovens acolhidos, considerando as suas histórias de vida e/ou características pessoais, são portadores de outros contextos, extra-familiares, com maior influência no relacionamento deles com a escola: "*Eles já vêm assim normalmente, já trazem com eles uma bagagem, não é decorrente da sua situação*" (E2, Psicólogo_CAR). Os profissionais percecionam, no entanto, que a relação com o sistema de ensino formal decorre de situações já anteriores ao acolhimento "*Sim, nota-se... na minha experiência maioritariamente eles têm este afastamento a nível escolar, não valorizam, não gostam. Mas, é claro, este distanciamento não decorre da sua situação de institucionalizado é algo que é anterior*" (E13, Psicóloga_CAR). Outros profissionais consideram que os jovens são portadores de 'bagagem', pois o relacionamento destes jovens com a escola depende principalmente das suas características pessoais e das suas histórias de vida:

"*Eu acho que dependerá de caso para caso, até porque se tivermos uma criança que já tinha um percurso de sucesso, não é? Em termos escolares… poderá ver, se calhar, as suas possibilidades, o sucesso escolar, um bocadinho comprometidas*" (E38, Professor_Escola).

Distanciamento da escola e percursos educativos anteriores de insucesso

Os profissionais tendem a ser unânimes quanto ao distanciamento dos jovens em relação aos seus percursos educativos, "*eles já não se sentiam bem na escola*" [E9], pois já existia essa relação mesmo antes do acolhimento residencial: "*Mas alguns continuam a andar lá, mas desvalorizam. Outros caem na situação de absentismo escolar, outros por desmotivação, outros porque esse nunca foi o modelo familiar. (…) Há miúdos que vêm já com experiências muito negativas relativamente à escola*" (E37, Assistente Social_CAR). Por essa razão, nas palavras de outro profissional de uma CAR: "*É mais difícil quando chega com absentismo já de alguns anos, retomar a dinâmica da escola*" (E1, Assistente Social_CAR).

Valorização e importância da escola no projeto de vida

Nos discursos dos profissionais existe a perceção da possibilidade da escola "capacitar para a vida". Assim a casa de acolhimento deve fomentar a capacitação e ter o principal papel no coadjuvante desenvolvimento e na necessária orientação escolar do jovem: "(…) *quando eles conseguem percecionar a escola como algo que é importante para a vida deles, eles conseguem ter…. a nível de sucesso académico é maior*" (E13, Psicóloga_CAR).

Os profissionais entrevistados tendem a valorizar a escola, correlacionando-a, e interligando-a, linearmente com o potencial sucesso no projeto de vida dos jovens: *"(…) alunos que cresceram em acolhimento residencial e que estão a fazer o curso ainda em acolhimento residencial e percebe-se que são jovens que estão ao nível dos outros colegas. Quer dizer que estão altamente comprometidos com o desejo de terem uma licenciatura para depois terem uma vida melhor*" (E38, Professor_Escola).

Importância das hard e soft skills para o projeto de vida

Os profissionais reconhecem ainda a importância de competências transversais para o projeto de vida futuro dos jovens acolhidos:

"*Eu acredito sempre que é importante e aconselho tentarem o máximo de informação possível. (…) adquiriam aqui um know-how que lhes permitia depois conseguirem desenvolver uma profissão numa determinada área e serem uma mais-valia para a sociedade. Também terem uma forma de subsistência, muitas vezes até abastada. (…) mas também é uma coisa que eu digo às vezes é o jovem quando chega a parte formativa para mim é importante, mas o mais importante é óbvio, que o ser humano, é a pessoa, portanto, primeiro os valores, primeiro está outras competências*" (E3, Educador Social_CAR).

Reforçam-se ainda perceções do reconhecimento das competências transversais no sentido de uma melhor preparação para a vida em sociedade: "*Além disso, se este trabalho, se esta capacitação, se este empoderamento, se este trabalho de dotar de skills, de competências... não forem devidamente trabalhadas, nós temos condições para garantir um futuro muito mais promissor a estes jovens, em função das competências do aluno à saída do ensino secundário. Portanto, as competências não são unicamente, e aqui faço uma ressalva, não são só na generalidade conhecimentos académicos, mas sim preparação e competências para a vida, não é? Portanto, não nos podemos cingir unicamente aos conhecimentos, às competências académicas, não é? Não são as competências académicas que definem uma criança ou um jovem bem-sucedido, não é? Um adulto bem-sucedido é muito mais do que isso. É todo um trabalho que tem de ser feito do ponto de vista das competências transversais e não unicamente académicas*" (E36, Professora_Escola).

Muitos profissionais apontam que os métodos pedagógicos da escola permanecem desatualizados e desajustados às realidades dos jovens acolhidos:

A escola como espaço culturalmente desajustado

"*A escola continua como (...) de há muitos anos*." (E3). Este discurso ilustra o que Canário (2005) descreve como o momento de mutação na educação que não foi acompanhado por mudanças estruturais. Dayrell (2013) reforça que a escola pública, ao ampliar-se, passou a receber uma população marcada pela exclusão, o que impõe desafios não acompanhados por mudanças curriculares e organizacionais.

A desigualdade social como obstáculo à escola

Segundo Bourdieu & Passeron (1977)**,** a escola reproduz desigualdades sociais ao privilegiar os códigos culturais da elite. Isso aparece claramente quando os profissionais dizem: "*Eles já trazem com eles uma bagagem… isso reflete-se na escola*." (E2); "*Já perderam o comboio há muito tempo*" (E9). Estas narrativas demonstram que o insucesso escolar dos jovens acolhidos é lido como um reflexo das suas trajetórias sociais, confirmando o impacto da escolarização nos jovens de meios populares.

Percursos educativos interrompidos e distanciamento da escola

Os profissionais reconhecem um distanciamento dos jovens em relação à escola, muito antes do acolhimento: "*Eles já não se sentiam bem na escola, já tinham essa relação antes.*" (E9); "*A grande maioria tem um distanciamento da escola*" (E8). Estes discursos confirmam a crítica de Abrantes & Amândio (2014) à cultura escolar hegemónica, que desvaloriza outras formas de saber e exclui simbolicamente os jovens oriundos de contextos vulneráveis.

Escola como oportunidade: tensões entre o ideal e o real

Apesar das críticas, muitos profissionais reconhecem a escola como um espaço de possibilidade para a mobilidade e inclusão social: "*A escola pode ser uma rampa de lançamento*." (E37); "*A escola capacita para a vida*" (E8). Estes discursos aproximam-se da ideia de projeto de vida descrita por Dayrell (2013)**,** segundo a qual a escola pode ser um dos eixos estruturantes do futuro, desde que consiga dialogar com a realidade dos jovens. No entanto, esse ideal ainda é dificultado por práticas educativas excludentes e por uma organização escolar pouco flexível.

Valorização das competências e das qualificações

Os profissionais valorizam as qualificações académicas e reconhecem a importância das *hard* e *soft skills* no futuro dos jovens: "*A qualificação profissional e académica vai conduzir a um melhor processo de autonomia*." (E35); "*Não são só as competências académicas que definem um jovem bem-sucedido*" (E36).

Este reconhecimento alinha-se com as propostas contemporâneas de educação integral e com a ideia de sociedade de risco descrita por Beck (1998), onde a formação contínua e a adaptabilidade são fundamentais para enfrentar as incertezas sociais.

3.3.7. PREPARAÇÃO PARA A AUTONOMIA

Tendo em conta as hipóteses de investigação foi definido um outro tema-chave a priori: a forma como as casas de acolhimento contribuem para a preparação de uma saída segura do acolhimento (cf. anexo 3, questão 3 – II Parte). Na análise dos discursos em relação à preparação para a autonomia surgiram nos discursos dos vários interlocutores quatro subcategorias neste tema-chave, que iremos analisar nos pontos seguintes.

Importância da rede social comunitária

A importância da rede social comunitária na preparação e na saída do acolhimento residencial *"(…) depende muito da rede de suporte que eles têm lá fora, quer de amigos, pessoas de referência, tios ou mesmo a família, porque se tiverem uma boa rede de amigos, uma boa rede de suporte*" [E32, Assistente Social_CAR], constituirá uma das principais dificuldades na inserção social de jovens e a sua autonomização plena.

A importância de uma rede social favorável, que sustente a autonomia dos jovens, com figuras de suporte significativas e serviços de apoio adequados, constitui, nas narrativas dos profissionais, como fundamentais para o sucesso da autonomia: *"(…) recorre-se até à sociedade para ajudar na formação desses jovens. (…) começam a fazer parte da comunidade e começam a fazer esse salto. Ter uma rede de contactos na própria comunidade e de apoio, uma rede de apoio*" (E21, Psicóloga_Escola).

Nas notas de campo da observação verificamos que os jovens acolhidos se encontram integrados na comunidade participando em atividades extracurriculares (como por exemplo atividades desportivas): "*Uma das jovens saiu da casa cerca das 15h30, pois tinha uma aula de karaté*" (notas de campo n.º 3); "*As crianças e os jovens regressavam à Casa, chegando das suas atividades escolares ou extracurriculares (por ex. Karaté ou futebol) e dirigiram-se aos quartos*" (notas de campo n.º 4).

As crianças e jovens acolhidos participam ainda em atividades culturais, promovidas pela CAR: "*Tal como combinado no fim de semana anterior, cheguei à Casa pelas 9h. As crianças e jovens, que iriam à feira medieval, já se encontravam à minha espera*" (notas de campo n.º 7).

Realização de programas/iniciativas não estruturadas/não regulamentadas

A preparação para a autonomia, apesar de realizada na análise dos discursos dos profissionais, faz-se de forma pontual em instituições preparadas com espaços próprios (casa ou apartamento):

"*É diferente do acolhimento, porque são eles que fazem as coisas práticas do dia a dia, são eles que cozinham, são eles que fazem as compras, fazem essa gestão de dinheiro. Pedem os talões com número de contribuinte, apresentam os talões em consonância com o dinheiro que gastaram para as despesas, portanto tem que bater tudo certo. Tratam da limpeza do espaço onde estão, da roupa deles, esse tipo de coisas, eles fazem isso uma vez por semana. Todos os dias é-lhes atribuído um determinado valor e eles têm que fazer a gestão desse valor e comprar a alimentação, depois cozinhar tudo. Tudo isso ainda requer algum e depois há outras coisas que têm que ser trabalhadas: o pagar a renda de uma casa, saberem que têm até aquele dia e isso ainda não fazem aqui, mas pelo menos agora já estão mais próximos da realidade. É um caminho que se vai fazendo. (…) Para a autonomização há um trabalho mais intensivo com os que irão ter um projeto de vida de autonomização, esse é um trabalho mais intensivo com esses jovens, mas com os outros também já vão fazendo um trabalho de pré-autonomia não tão intenso, mas já vão trabalhando aqui algumas coisas*" (E1, Assistente Social_CAR).

Verifica-se, no entanto, que a preparação dos jovens acolhidos para a autonomia não se realiza de forma estruturada ou regulamenta: "*Não há nada que seja formalizado. Existem requisitos que são cumpridos, claro que sim, vamos cumprindo aqui alguns requisitos, no entanto, adaptados a cada situação*" (E13, Psicóloga_CAR).

Torna-se evidente a informalidade das atividades realizadas na preparação dos jovens para uma vida adulta autónoma: *"(…) é feita uma preparação. (…) Não temos um programa, mas as coisas vão surgindo e vamos apoiando com algumas etapas que se tem de fazer*" (E22, Assistente Social_CAR).

Do conjunto dos profissionais, principalmente os que exercem funções nas ECMIJ, reconhece-se a ausência de práticas estruturadas nas CAR, ou em outras instituições da comunidade, que permitam uma preparação e capacitação adequadas dos jovens acolhidos para uma saída segura do acolhimento*: "(…) considero que há instituições que fazem esta preparação, este trabalho de preparação e que há outras que não, que não o fazem*" (E17, Psicólogo_CPCJ).

Entre um discurso talvez de exagerado otimismo "*acho que as saídas são bem preparadas*" [E31], a narrativa dos profissionais reconfigura de forma mais rebuscada a narrativa dos jovens na aludida preparação/formação em atividades correntes e gestão das economias pessoais e domésticas, mas não existem referências a programas estruturados, e validados cientificamente, regulamentados ou não, para a preparação para uma autonomização plena dos jovens acolhidos. Nas palavras de uma assistente social, a escassa preparação poderá resultar em situações de enorme vulnerabilidade e exclusão: "*Muitas vezes as situações deveriam ser mais acauteladas... Não sei, não é?*" (E34, Assistente Social_Segurança Social).

Integração em casa/apartamento e programas de (pré-)autonomia

Alguns profissionais apesar de referirem a existência de programas estruturados de autonomia, parece-nos demasiado incipiente a realização de atividades diárias, com a supervisão dos profissionais, como forma de preparar os jovens acolhidos para a autonomia. *"(…) É isso, ou seja, não é uma resposta que está formalizada, mas é algo que trabalhamos aqui com os jovens e isso é muito importante e transversal a todos os problemas. Neste momento temos projetos de autonomia, todos os grupos aprendem a cozinhar ou a responsabilidade da questão da higiene pessoal, do espaço, eles já vão fazendo isso*." (E2, Psicólogo_CAR).

No entanto, os profissionais reconhecem que, apesar da existência de equipamentos adaptados de preparação para a autonomia, se verifica um acompanhamento inadequado dos jovens acolhidos: *"(…) os apartamentos de autonomia que existem, não são propriamente bem acompanhados, e, portanto, traz aqui grande revés*" (E16, Psicólogo_EMAT).

A transição para a vida adulta é um dos maiores desafios enfrentados pelos jovens em acolhimento residencial. A literatura aponta lacunas significativas nos programas de autonomização e destaca a importância de políticas estruturadas e apoio contínuo (Calheiros *et al*., 2013; Strahl *et al*., 2020; Perez *et al*., 2018).

Esta análise procura compreender como os profissionais percecionam e operacionalizam a preparação para a autonomia, articulando esses discursos com a investigação científica:

A preparação para a autonomia reconhecida como essencial

Embora os profissionais manifestem a importância da preparação para a vida independente, os discursos revelam uma ausência de programas formalizados: "*Feito de forma informal, porque não há legislação, não há um regulamento específico*" (E15). Esta narrativa confirma as análises de Sousa (2015) e Silva (2018) sobre a inexistência de políticas públicas em Portugal, o que dificulta a implementação consistente de programas de autonomia. Simões (2014) reforça que muitas CAR atuam sem guias operacionais claros, o que compromete a eficácia das intervenções.

A ausência de acompanhamento contínuo

A importância da preparação de competências é abordada em programas internacionais (Del Valle & Quintanal, 2006; Cruz, García-Alba & Del Valle, 2024), que propõem uma abordagem estruturada em várias áreas-chave da vida adulta com vista a uma transição segura para a vida adulta. Nas narrativas destaca-se o desenvolvimento de competências práticas e instrumentais: "*Investimos muito nas competências instrumentais... gerir a casa, ir ao médico, fazer poupanças*" (E16), apesar da informalidade das intervenções. Vários profissionais destacam a ausência de apoio pós-acolhimento: "*A autonomização plena nunca pode ser cumprida se a rede social de respostas não ajuda a própria CAR*" (E37). A investigação demostra que, em Portugal, os jovens ex-acolhidos enfrentam dificuldades de inserção social, com escasso acesso a emprego, habitação e suporte emocional (Cordeiro *et al*., 2023; Artamonova *et al*., 2020). A falta de continuidade nos cuidados é um fator crítico apontado por Pimentel *et al.* (2019) e Alderson *et al*. (2023)**.**

A importância da rede social e da comunidade

Os profissionais reconhecem o papel crucial da rede social de suporte: "*Essa rede de suporte pode substituir-se à família*." (E12); "*A inserção comunitária é fundamental*" (E21). A inclusão da família (quando possível) e, principalmente, da comunidade no processo de autonomia é essencial para garantir segurança afetiva e apoio sustentado e continuado (Blau, Caldwell & Lieberman, 2014**;** e Rodrigues, 2019).

Os apartamentos de autonomia: experiências e críticas

Alguns profissionais relatam experiências positivas com casas ou apartamentos de pré-autonomia, mas apontam falhas de acompanhamento: "*Não é uma resposta formalizada, mas é algo que trabalhamos*." (E2); "*Os apartamentos de autonomia que existem não são propriamente bem acompanhados*" (E16). Estas narrativas coincidem com as investigações de Perez (2018) e Cameron *et al*. (2018)**,** que demostram que modelos de transição com apoio técnico ineficaz gera inseguranças e aumento de vulnerabilidades na vida adulta.

Em conclusão, apesar da consciência profissional sobre a importância da preparação para a autonomia, a análise dos discursos revela: a ausência de programas estruturados; intervenções muito centradas nas tarefas do quotidiano; falta de regulamentação nacional; apoio comunitário limitado e inconsistência no acompanhamento pós-acolhimento. A literatura recomenda intervenções estruturadas, prolongadas, individualizadas e intersetoriais**,** incluindo os sistemas de saúde, educação, habitação e inserção profissional, como caminho para transições bem-sucedidas dos jovens acolhidos para a vida adulta.

3.3.8. ASPIRAÇÕES E OBJETIVOS DOS JOVENS PARA O FUTURO

Na categoria principal relativa às perceções do conceito de família verificamos a perceção dos profissionais em relação ao desejo dos jovens regressarem à sua família natural, após o acolhimento residencial ou constituir família no futuro. Verifica-se assim que a família ocupa um lugar importante na vida dos jovens acolhidos, apesar de, na sua maioria, se tratar de um contexto desprotetor e inseguro, não sendo, por isso, um contexto que se aspira regressar, mas que, efetivamente não constitui resposta para os jovens acolhidos.

Tal como nos discursos dos jovens, os desejos e aspirações percecionados pelos profissionais (cf. anexo 3, questão 4 – II Parte) seguem uma lógica do modelo clássico de transição para a vida adulta, ou seja, aspirações dos jovens acolhidos em **concluir a escolaridade** *"*(…) *neste momento esse projeto passa por terminar a escola, o curso onde estão, seja esta vertente educativa formativa é importante para esses jovens*" (E1, Assistente Social_CAR); em **ter carta de condução/carro** "(…) tirar a carta, ter um carro" (E34, Assistente Social_Segurança Social); na ***integração no mercado de trabalho*** *"*(…) na maioria dos casos dos jovens têm o objetivo de começar a trabalhar" (E17, Psicólogo_CPCJ). Finalmente, os jovens aspiram **em *ter habitação própria*** *"*(…) ter uma casinha deles" (E30, Educadora_CAR).

A análise crítica dos discursos dos profissionais acerca das aspirações dos jovens acolhidos e da centralidade da família, com base nos principais referenciais teóricos e na revisão bibliográfica verifica-se:

A família como categoria simbólica estruturante

Os profissionais reconhecem, de forma unânime, que os jovens acolhidos mantêm a família de origem como referência simbólica, mesmo quando esta não representa uma opção viável de regresso. Esta ambivalência está amplamente discutida na literatura. Segundo Dias, Sequeira & Guadalupe (2016) e Alves *et al.* (2024), os jovens atribuem um papel simbólico à família, percecionando-a como espaço de suporte emocional, ainda que idealizado. Rodrigues (2019) reforça ainda que, mesmo em contextos adversos, os laços familiares mantêm-se como âncoras identitárias.

Autonomia como ideal partilhado entre jovens e profissionais

Os profissionais descrevem os desejos dos jovens com base em quatro grandes eixos: habitação própria *"(…) querem ter uma casa*."; integração no mercado de trabalho *"(…) ter um emprego*."; conclusão da escolaridade *"(…) tirar um curso*."; obtenção da carta de condução *"(…) tirar a carta de condução*." Estas metas traduzem, segundo Pappámikail (2013), a dimensão empírica da autonomia, compreendida como "processo social vivido, situado material e simbolicamente".

A autonomia é assim entendida não apenas como independência, mas como projeto de vida com dignidade, alinhando-se com o que autores como Melucci (1997) e Giddens (1992) defendem como construção identitária situada no tempo e no espaço.

Juventude em acolhimento: entre a construção individual e a vulnerabilidade social

Os profissionais, ao descreverem os desejos dos jovens, refletem simultaneamente expectativas de normatividade e reconhecimento de desigualdades de partida: *"(…) ter um melhor circuito profissional que os progenitores."; "(…) especializar-se em algo que lhes permita entrar no mercado de trabalho."; "(…) querem ter um emprego que seja do seu agrado*" (E33, Assistente Social_CAR). Esta perceção está de acordo com a abordagem de Pais (1990) e Groppo (2015), que criticam a visão homogénea da juventude. Os jovens acolhidos vivem uma juventude desigual, marcada pela escassez de recursos e instabilidade afetiva, exigindo uma leitura contextualizada e situada das suas trajetórias.

A preparação para a autonomia: lacunas estruturais e respostas institucionais

Embora os profissionais reconheçam as aspirações dos jovens, a revisão bibliográfica aponta para uma ausência de programas estruturados e universais que promovam uma transição bem-sucedida: "*Verifica-se a ausência de normativos específicos que regulamentem programas de autonomização."; "O acolhimento ainda atua em função reguladora, muitas vezes em substituição da família*". Autores como Silva (2018), Sousa (2015) e Perez *et al.* (2018) criticam a resposta fragmentada e assistencialista do sistema de acolhimento, que tende a responsabilizar o indivíduo sem lhe fornecer os meios necessários para a construção efetiva da autonomia.

Juventude como grupo circunstancial e promotor de mudança

Ao exprimirem a perceção de que os jovens acolhidos "*querem ter uma casa*", "*tirar um curso*", "*ter um carro*", os profissionais reconhecem o que Mannheim (1982) designa como "potencial transformador da juventude". As aspirações profissionais e pessoais não são meros desejos de consumo, mas expressões de um projeto de pertença, utilidade social e inserção comunitária. Por outro lado, Pais (1990) adverte que a diversidade das juventudes deve ser valorizada e compreendida, recusando interpretações simplistas.

Os jovens acolhidos experienciam uma condição geracional agravada pela sua história de acolhimento, sendo essa vulnerabilidade tanto estrutural como simbólica.

Concluindo, a análise dos discursos dos profissionais, articulada com os referenciais teóricos e a revisão bibliográfica, permite afirmar que:

- os profissionais reconhecem nos jovens acolhidos aspirações legítimas e alinhadas com um modelo de vida autónoma e digna;
- a família, apesar de desprotetora, continua a ocupar um lugar central nos projetos afetivos e simbólicos dos jovens;
- as práticas institucionais ainda operam em resposta a lógicas reguladoras, com défice de normativos e programas estruturados de capacitação para a autonomia;
- os profissionais demonstram sensibilidade às desigualdades sociais e ao desejo de superação dos jovens, mas estas leituras carecem de uma tradução consistente em políticas públicas integradas e continuadas.

3.3.9. DIFICULDADES SENTIDAS PELOS JOVENS NA SAÍDA DA CAR

Os jovens em acolhimento na transição para a vida adulta enfrentam dificuldades (cf. anexo 3, questão 5 – II Parte), que podem ser consideradas acrescidas em relação aos seus pares que se encontram em meio natural de vida. Nas narrativas dos profissionais encontramos quatro subtemas em relação à perceção das dificuldades dos jovens acolhidos na transição para a autonomia.

Na primeira subcategoria, os profissionais reconhecem a **ausência de perspetivas em relação à saída da CAR**: "*Objetivos pessoais, eles normalmente a nível pessoal eles não conseguem fazer isto. É um trabalho que lá está, isto (o futuro) assusta-me um bocado porque grande parte deles a nível pessoal é muito vago nos objetivos que eles vão tendo. (…) Eles têm muita dificuldade nos objetivos a curto e médio prazo*" (E2, Psicólogo_CAR).

Na segunda subcategoria, os profissionais percecionam como uma dificuldade acrescida para os jovens acolhidos a futura **integração no mercado de trabalho**: "(…) *meio laboral também, vão tentar procurar emprego sem habilitações, sem nada que os promova profissionalmente e vão encontrar bastantes dificuldades. (…) ao nível profissional"* (E17, Psicólogo_CPCJ).

Os profissionais reconhecem ainda o **isolamento/solidão/ausência de rede social de suporte**, como uma das principais dificuldades com que se irão confrontam os jovens acolhidos, quando transitarem para a vida autónoma ***"****(...) então se a rede de suporte não existir, uma rede de suporte fora da instituição, que continue a promover que exista uma transição suave, segura, que se consiga perceber efetivamente o que é previsível, não é? Dando determinados passos, determinada coisa vai acontecer, as redes de suporte vão estar lá para ajudar, não é? (...) uma comunidade ou bairro que se não estiver bem trabalhado para o receber, assim como qualquer outra pessoa, este confronto com as expectativas, é difícil de gerir e voltamos outra vez à parte da gestão das emoções* (E37, Assistente Social_CAR).

Foi ainda identificada como subcategoria, nos discursos dos profissionais, o **assumir responsabilidades** por parte dos jovens acolhidos na sua fase de transição, como uma dificuldade acrescida: "*Chegam lá fora e têm que se desenrascar sozinhos*" (E30, Assistente Social_CAR).

Por último, os profissionais identificaram como uma dificuldade para os jovens acolhidos as **condições financeiras para a sobrevivência/custos c/ habitação**: "(...) *o emprego que arranja é suficiente para sobreviver sozinho? O mesmo com ter uma casa, poder alimentar o básico, pagar as contas, não é*?" (E15, Militar_GNR).

A transição para a vida adulta configura-se como um momento particularmente sensível para os jovens em situação de acolhimento residencial. Os discursos dos profissionais evidenciam uma tensão persistente entre o ideal normativo de autonomia e as condições efetivas que os jovens enfrentam após a saída das Casas de Acolhimento Residencial:

Autonomia como valor e como desafio

Os profissionais reconhecem que muitos jovens têm desejos legítimos de autonomia: ter família, casa própria, emprego, estabilidade, mas sentem-se impreparados ou sem suporte para concretizar esses objetivos: "*Faz 18 anos tem de sair… 'Agora o que é que eu faço?*'" (E14); "*Creio que ao nível de ferramentas para a sua autonomia... aí efetivamente o sistema tem falhado redondamente*" (E38).

Pappámikail (2010) alerta que há tendência a confundir autonomia com liberdade absoluta, ignorando os constrangimentos materiais e simbólicos vividos pelos jovens.

A literatura também sublinha que essa transição é muitas vezes acelerada e desprotegida (Calheiros *et al.,* 2013; e Cordeiro *et al.,* 2023).

Aspirações profissionais e educacionais: sonho ou ilusão?

Os discursos refletem aspirações elevadas por parte dos jovens: terminar a escola, encontrar emprego estável, especializar-se, mas apontam uma desconexão com a realidade: "*Querem ter um emprego que seja do seu agrado, que tenha sido uma escolha própria*." (E33); "*Vão sair com um projeto idealizado… e já a operacionalidade, a realidade*…" (E17) A investigação demostra que, para jovens acolhidos, as dificuldades no acesso à habitação, formação e emprego tornam o sonho da autonomia um desafio acrescido (Perez *et al.,* 2018; Strahl *et al.,* 2020).

Fragilidade das redes de suporte

Um dos pontos unânimes entre profissionais é a falta de suporte após a saída do acolhimento: "*Saem com uma retaguarda muito... quase inexistente*." (E35); "Estes *jovens saem sozinhos... é quase um começar do zero*" (E38). Este fator é amplamente confirmado pela bibliografia, que associa o fracasso na transição à solidão, isolamento e ausência de redes formais e informais de apoio (Glynn, 2020; Alderson *et al*., 2023).

Condições materiais: o peso da sobrevivência

Os profissionais enfatizam que os jovens na transição para a autonomia enfrentam dificuldades imediatas de subsistência: "*Depois lá fora vai ter muito mais despesas... o que ganha não chega para as contas*." (E1); "*A dificuldade no acesso à habitação, não é? Eu diria que é o principal problema*. (E38). A dimensão económica é central nas abordagens de Pappámikail (2010;2013) ao problematizar a transição para a vida adulta como um percurso que depende tanto de capacidades subjetivas quanto de condições objetivas (habitação, emprego, apoio).

A importância dos programas estruturados de apoio

Os profissionais raramente mencionam programas específicos, o que confirma a literatura: a ausência de políticas públicas claras e consistentes de apoio à autonomia (Silva, 2018; Cruz *et al*., 2024; OUTogether Project).

A maioria das competências mencionadas (e.g. gerir o dinheiro, cuidar de si, procurar emprego) são referidas em contexto informal e por vezes realizadas de forma improvisada, não havendo regulamentos comuns, recursos e formação adequada dos profissionais das casas de acolhimento para esse fim.

3.3.10. PERCEÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE NORMATIVIDADE E DESVIO

A perceção da situação de acolhimento é considerada como similar à situação de qualquer jovem, não se considerando diferentes nas suas vivências, dificuldades, desejos e aspirações dos seus pares: "*Os jovens institucionalizados têm objetivos como qualquer outro jovem. (…) Não são muito diferentes dos outros jovens*…" (E11, Militar_GNR)

Os profissionais, apesar de considerarem a vivência institucional como uma forma de controlo da normatividade, reconhecem, no entanto, dificuldades comuns entre os jovens acolhidos e os seus pares, que se encontram em meio natural de vida: *"As pessoas vêm para aqui com mais rotinas. Normalmente quando se fala em rotinas é se habituarem a uma vida normal. (…) Se calhar as dificuldades são as dificuldades que acho normais que nós encontramos na vida lá fora. Toda a gente encontra. Alguns depois de algum tempo, aqueles que saíram aos 18, aqueles que saem quando têm de sair e eles aparecem e que nos visitam, temos tido um feedback, uns melhores que outros, mas isso é o que acontece como com qualquer outro jovem, não é? É como qualquer jovem. (…) uns jovens que fui educador deles com 15 ou 16 anos agora já têm famílias e vêm cá, trazem os filhos, ainda se lembram de mim (...) é a maior satisfação que se pode ter*" (E1, Assistente Social_CAR).

O acolhimento residencial é, por definição, uma resposta protetiva a uma rutura com a norma familiar. Contudo, os profissionais tendem a apresentar os jovens acolhidos como iguais aos seus pares.

Esta naturalização do acolhimento contrasta com o enquadramento teórico que compreende o desvio como uma construção social (Becker, 2009), como uma etiqueta imposta (Goffman, 1999) ou como o resultado de dispositivos de poder e disciplina (Foucault, 1987).

O discurso da normatividade: os jovens "são como os outros"

Grande parte dos profissionais afirma que os jovens acolhidos não são diferentes dos demais: "*Os jovens institucionalizados têm objetivos como qualquer outro jovem... não são muito diferentes*..." (E11); "*É uma condição de ser jovem, de ser adolescente, fugir às regras...*" (E12). Estes discursos, ainda que positivos, mascaram a especificidade do acolhimento residencial. Segundo Goffman (1999)**,** a experiência institucional é estruturada por rotinas, controlo e vigilância. Tratando-se de uma *instituição total* que molda a identidade dos indivíduos e limita a sua autonomia e a tentativa de afirmar a normalidade pode, paradoxalmente, negar a realidade institucional de "rebaixamento" e "mortificação do eu" descritas por Goffman (1999).

Invisibilidade do desvio: entre a neutralização simbólica e o estigma institucional

Ao afirmar que o acolhimento residencial "não interfere" ou que "não afeta" a condição dos jovens, os profissionais demonstram um afastamento da noção crítica de desvio como rótulo. Becker (2009) adverte que o desvio é menos uma característica objetiva do comportamento e antes uma consequência da reação social**,** que varia segundo a origem, classe e poder do sujeito envolvido. Ao desconsiderar os mecanismos que marginalizam os jovens em acolhimento, os profissionais ignoram o papel que o acolhimento pode desempenhar na reprodução do estigma social.

A disciplina e o corpo como alvo do poder

Mesmo sem nomeá-la, a disciplina institucional é omnipresente: as rotinas, as regras os limites permeiam o contexto do acolhimento. A tentativa de oferecer uma "vida normal" no interior da casa, como se fosse uma 'família', corresponde àquilo que Foucault (1987) denominou de *tecnologia política do corpo*, que atua para criar sujeitos dóceis, regulados e previsíveis: "As instituições domesticam os corpos: manipulam, treinam, distribuem os espaços, controlam os horários". Embora os profissionais não descrevam explicitamente as sanções, a própria rotina institucional funciona como um sistema de micropenalidades, que produzem subjetividades normativas.

O limbo simbólico entre a norma e o desvio

Apesar do discurso da igualdade, há o reconhecimento implícito de que os jovens acolhidos enfrentam dificuldades singulares: "*A dificuldade quando saem é igual a qualquer jovem, com uma diferença — a ausência de suporte familiar*." (E35); "*Eles superam a sua desvantagem... mérito próprio*" (E38). Este reconhecimento de uma "diferença que não é diferença" remete ao "limbo simbólico": os jovens vivem entre a normatividade e a exceção, entre o modelo da juventude comum e a realidade do estigma institucional.

Em resumo, os discursos dos profissionais oscilam entre a valorização da igualdade e a negação do estigma. No entanto, poderemos afirmar que tendo em conta o nosso referencial teórico, o acolhimento residencial não é neutro: representa, simultaneamente, uma forma de proteção e de regulação social. A insistência em percecionar os jovens acolhidos como "iguais aos seus pares" pode funcionar como um mecanismo simbólico de abolição da norma que os excluiu e da instituição que os rotulou. É nesse ponto que o desvio se revela não como algo que *está* no jovem, mas que *lhe é atribuído*, como um produto relacional e contextual.

3.3.11. AS PERCEÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE ESTIGMA E ROTULAGEM

Os profissionais reconhecem, por parte das várias instituições nas quais os jovens acolhidos se inserem, que a condição de acolhimento residencial é percecionada como estigmatizante, gerando situações de preconceito e desvalorização pessoal e escolar nos jovens. No entanto, esta condição não deverá e poderá ser vista como limitadora daquilo que são os sonhos e os objetivos dos jovens acolhidos: "*Como tenho dito muitas vezes, e que pode ferir um bocadinho, na escola que se diz muito inclusiva, muito recetiva, uma escola não é assim. Os miúdos quando chegam têm um processo de um jovem de uma casa de acolhimento, estamos a falar de jovens, estamos a falar do sistema de proteção, nós também pertencemos a ele, não é uma questão de criticar, é uma questão da gente refletir sobre ele [sistema de proteção], e também tem os seus limites e este acaba por ser um deles (...). Por muito que a gente tente combater estas barreiras e estes preconceitos e estereótipos, nós todos temos e a questão é que os contextos já estão rotulados e os próprios miúdos ao deslocarem-se nesse contexto estão rotulados.*

Os jovens que saem daqui no primeiro dia para a escola, esses jovens quando saem do portão, quando chegam ao final do dia eu perguntava: "Então como é que correu?" "Quando estava a sair do portão já sabiam", "Mas porque é que dizes isso?" "Eu senti as pessoas a olharem para mim de uma forma diferente. Basta verem a sair que há esta conotação". (…) esse preconceito vai-se mantendo, esta rotulagem vai-se mantendo, este estereótipo, que estão lá são pessoas, são jovens com comportamentos normais. (…) mas considero que este rótulo faz com que eles ainda se "divorciem" mais da escola" (E3, Educador Social_CAR).

Nos discursos dos profissionais as suas perceções sobre os conceitos de estigmatização e rotulagem, tendo como base Becker (2009)**,** Goffman (1999) e Foucault (1987), revelam a consciência da rotulagem dos jovens acolhidos e dos efeitos desse estigma nas trajetórias educativas, sociais e emocionais. A análise dos discursos dos profissionais demonstra que, embora tentem combater o estigma, reconhecem que a condição de acolhimento é percecionada negativamente pela sociedade, tal como formulado por Becker (2009). Assim, se confirma que o conceito de desvio como construção social (Becker, 2009)**:** o desvio não está no comportamento *em si,* mas no rótulo aplicado pelos outros.

O acolhimento residencial como categoria de desvio social

De acordo com Goffman (1999)**,** a sociedade categoriza indivíduos com base em atributos percebidos como desviantes em relação a um estereótipo dominante. Nos discursos analisados, os profissionais reconhecem que: "*Mesmo que não se queira, já vai aí um grande rótulo que o próprio jovem sabe que carrega*..." (E7). Isto demostra que o acolhimento residencial funciona como um sinal público de desvio, ainda que os próprios jovens não expressem e percecionem essa condição.

Estigmatização e rotulagem na escola e na sociedade

A escola, enquanto instituição normativa, reforça o estigma: "*Os contextos já estão rotulados e os próprios miúdos ao deslocarem-se nesse contexto estão rotulados*." (E3). Segundo Foucault (1987)**,** a sociedade moderna é atravessada por uma rede de vigilância e normatividade: professores, assistentes sociais, colegas, todos operam como "juízes da normalidade".

Consequências emocionais da estigmatização

Os discursos revelam que a estigmatização tem impactos emocionais profundos: "*Eles sentem-se muito desamparados (...) não se sentem em condições de igualdade com outros jovens*." (E7); "*Há uma autoperceção de que são diferentes ou inferiores*..." (E37).

Becker (2009) reforça que o rótulo aplicado gera efeitos na identidade do sujeito, provocando o que ele chama de *self secundário*, ou seja, uma autoimagem moldada pela reação social.

Resistência e tentativas de inclusão

Apesar da consciência do estigma, alguns profissionais defendem estratégias de proteção para mitigar a rotulagem: "*Tivemos o cuidado de não referir que eles estavam sinalizados, para não reforçar o preconceito*." (E21). Esta tentativa de criar espaços neutros é uma forma de resistir às dinâmicas de exclusão descritas por Foucault (1987), embora nem sempre consigam eliminar completamente os efeitos da estigmatização.

Em resumo, a análise dos discursos revela que a condição de acolhimento é socialmente construída como desvio, mais pela reação e rotulagem social do que pelas características intrínsecas dos jovens.

À luz de Becker (2009)**,** Goffman (1974; 1999) e Foucault (1987) compreendemos que:

- o desvio é uma consequência da aplicação de normas sociais;
- o estigma opera como marca identitária negativa;
- a rotulagem reforça desigualdades e dificulta processos de inclusão.

As práticas institucionais, mesmo as bem-intencionadas, precisam reconhecer e enfrentar essas dinâmicas para promover a verdadeira inclusão dos jovens acolhidos.

3.3.12. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO OPORTUNIDADE

Umas das categorias emergentes nas narrativas dos profissionais trata-se da perceção da vivência em contexto residencial enquanto espaço/tempo de oportunidade(s): "*A nossa primeira abordagem é direcionada e que isto (a institucionalização) não é um castigo, é mais uma oportunidade do que um castigo, mas eles têm muita dificuldade falar e de se pronunciar (no tribunal)*" (E2, Psicólogo_CAR).

Nos seus discursos existem referências a algumas atividades que são proporcionadas aos jovens acolhidos, bem como ao facto de permitir atividades que, muito provavelmente, não teriam acesso em meio natural de vida: "*Eu acho que isso* [*o acolhimento residencial*] *poderá abrir algum caminho. É elas conseguirem tirar o que de melhor a casa [de acolhimento] tem*" (E22, Assistente Social_CAR).

Nos discursos dos profissionais, principalmente aqueles com funções nas casas de acolhimento, referem a vivência institucional como uma oportunidade, nomeadamente no que toca à aquisição de habilitações académicas e profissionais, e que contribuem para uma melhor preparação para o futuro dos jovens acolhidos: "*É um jovem que tirou um curso superior. Está neste momento a tirar mestrado, está a trabalhar e que tem um futuro risonho à sua frente… por isso, pronto, é um jovem que esteve em acolhimento até os seus 21 anos. Acho que é uma situação de sucesso*" (E10, Assistente Social_CAR).

Por outro lado, os profissionais referem que a vivência institucional permite a mudança, além do acompanhamento profissional próximo e do acesso a serviços comunitários e a atividades socioculturais, que de outra forma, os jovens não teriam acesso: *"(…) porque muitos destes jovens não têm acesso a... Há algumas condições que a instituição lhes pode proporcionar e muitas vezes o facto de serem expostos a este tipo de situação, ou de projetos, ou de atividades (…). conseguiu perceber o quão importante era estar ali e ter o acompanhamento que tinha, porque teve acompanhamento a vários níveis*..." (E13, Técnica_CAR).

A perceção de que o acolhimento residencial pode representar uma oportunidade e não apenas uma medida protetiva é um tema crescente na literatura e nas práticas profissionais. Enquanto a bibliografia destaca tanto os riscos como as potencialidades da experiência institucional, os profissionais parecem alternar entre uma visão otimista do acolhimento como possibilidade de mudança e a consciência das limitações sistémicas.

Acolhimento como oportunidade e rutura com o castigo

Os profissionais insistem que o acolhimento não deve ser percecionado como punição, mas como uma oportunidade: "*Isto [acolhimento] é uma oportunidade… não é visto como castigo*" (E2, E17 e E33).

Esta perceção dialoga diretamente com Arpini (2003) e Rodrigues (2013)**,** que apontam que muitos jovens acolhidos relatam a vivência institucional como um espaço de construção de vínculos afetivos e desenvolvimento pessoal positivo, apesar do estigma.

Desenvolvimento educativo e acesso a recursos

Diversos profissionais (E10, E17, E19, E34 e E36) apontam que o acolhimento residencial permite, muitas vezes, o acesso estável à educação: "*Muitos destes jovens... passam a valorizar a escola. Alguns vão até para a universidade*." Referem ainda o acesso a uma alimentação adequada e ao acompanhamento especializado, nomeadamente ao nível psicológico. Estes testemunhos validam as conclusões de Perez *et al.* (2018) e Calheiros *et al.* (2013)**,** que destacam o papel das casas de acolhimento em proporcionar o acesso à escolaridade, à preparação para o trabalho e a outras competências essenciais para a transição à vida adulta.

Reconhecimento do acolhimento como momento de mudança

Segundo os profissionais (E14, E21 e 34), a casa de acolhimento representa um ponto de viragem para muitos jovens: "*Tiveram uma crise, foram acolhidos e a partir daí conseguiram construir um caminho.*" Esta ideia ecoa o conceito de "segunda oportunidade" desenvolvido por Santos (2010) e Cansado (2014)**,** que enfatizam o acolhimento como espaço de ressignificação biográfica e reconstrução de projetos de vida.

Relações afetivas e acompanhamento próximo

Os profissionais sublinham o papel dos técnicos das CAR como figuras de referência: "*Tiveram acompanhamento a vários níveis, algo que não tinham antes*" (E13). A literatura reconhece que relações afetivas positivas com cuidadores institucionais são determinantes no sucesso do acolhimento. Segundo Santos (2013) e Rodrigues (2019)**,** tais vínculos podem replicar a segurança emocional que muitas vezes não existiu na família de origem.

Acesso a experiências e atividades estruturadas

As instituições são vistas como espaços que ampliam horizontes e oferecem experiências estruturantes (E13, E18): "*Valorizamos aqui novas experiências… que os façam abrir o mundo*." (E10); "*Eles não teriam acesso a estas atividades no seu meio natural*".

Esta dimensão corresponde ao que Gomes (2005) e Lopes (2017) identificam como componentes cultural e social do acolhimento: a construção de capital social e simbólico através da mediação institucional.

Complexidade do acolhimento

Apesar da visão positiva, alguns profissionais introduzem nuances: "*Nem todos os jovens terão sucesso... há quem não consiga*." (E1); "*É preciso muita cautela. Não podemos generalizar*" (E36). A bibliografia apoia esta posição (Sousa; 2016; Silva, 2018; Pacheco, 2010) alertando para a diversidade de experiências no acolhimento, reforçando que sem políticas públicas estruturadas, o acolhimento pode acentuar desigualdades e desproteção, em vez de as solucionar.

Em resumo, os discursos dos profissionais refletem uma perceção positiva do acolhimento, salientando-o como um espaço de possibilidades, aprendizagem e integração social. No entanto, essa visão convive com a consciência de que:

- nem todos os jovens 'aproveitam' da mesma forma a experiência;
- persistem desigualdades estruturais que a instituição, por si só, não elimina;
- o acompanhamento técnico e a qualidade relacional são fatores críticos de sucesso.

A análise dos discursos confirma a literatura: o acolhimento pode ser uma ferramenta de contenção social**,** mas também uma plataforma de inclusão**,** dependendo da qualidade dos vínculos, dos recursos disponíveis e do respeito pela individualidade de cada jovem.

3.3.13. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO ESPAÇO PROTETIVO

Uma das outras categorias emergentes nos discursos dos profissionais trata-se da perceção do contexto institucional residencial como um espaço de proteção incondicional. Os profissionais, principalmente os das CAR, demonstram a responsabilidade da proteção das crianças e jovens, percecionando, no entanto, que o espaço residencial poderá limitar a aquisição de autonomia para o futuro: "*Como eu disse, é como na família: as crianças também participam e depois os adultos decidem... a partir de determinada idade os pais estão na retaguarda, nunca os abandonam... é como na instituição... também é assim: se for preciso aprenderem dando algumas "cabeçadas", também acho que fazer... não a superproteção, para mim também é muito mau, não é?*

Por isso, assim aprende-se com "cabeçadas" e aprende-se com os fracassos, por isso acho a que instituição, lá está, faz o papel aqui de pais: ampara, está na retaguarda" (E18, Professora_CPCJ).

A instituição como espaço de proteção: reforço ou rutura com a norma?

Os profissionais das casas de acolhimento percecionam a instituição como um espaço protetor, um refúgio, onde se oferece "colo", "retaguarda" e "trampolim" para jovens vulneráveis. Este discurso remete para a ideia de proteção incondicional, um papel parental substituto, que se legitima como necessária para o "superior interesse" do jovem: "*Temos que agir pelo superior interesse deles… às vezes temos que colocar a balança a pender para a nossa perceção*" (E3).

A proteção como forma de normatividade

A proteção apontada por vários profissionais (E3, E22, E30) pode ser compreendida como uma das micropenalidades descritas por Foucault (1987), os mecanismos disciplinares que produzem sujeitos dóceis e dependentes do cuidado institucional: "*Aqui eles têm todo o carinho, todo o cuidado… lá fora é guerra"* (E30). Este cuidado excessivo pode impedir o desenvolvimento da autonomia e reforçar o sentimento de inadequação social na transição da instituição para a autonomia.

Acolhimento: da proteção ao confronto com a realidade

"*Aqui podem partir, podem chorar, têm sempre alguém que os conforte*…" (E33). Este discurso revela o apoio e a proteção prestada aos jovens, que, perniciosamente, poderá conduzir a uma dependência emocional prejudicando o processo de autonomia, especialmente em jovens com pouco suporte social, após a saída, tal como destaca a revisão bibliográfica (Cordeiro *et al*., 2023; Pimentel *et al.,* 2019).

Os profissionais reconhecem que muitos jovens, ao deixarem a CAR, enfrentam um "choque" com a realidade externa, pois "cresceram numa bolha".

Segundo Foucault (1987), esse efeito decorre da lógica disciplinar que treina o corpo e a mente para obedecer a normas internas desconectadas da sociedade real.

Este risco de desvio ou fracasso social pós-acolhimento é evidenciado por Aguiar *et al.* (2019) e Sousa (2016), que criticam o acolhimento enquanto instrumento de contenção e regulação de populações pobres, sob a aparência da proteção.

Entre a autonomia e o controlo

O acolhimento oferece segurança, mas poderá condicionar o desenvolvimento de competências de autonomia. "*Eles podem 'estrebuchar'… e têm sempre suporte*" (E33). A literatura (Perez *et al*., 2018; Silva, 2018) destaca a ausência de programas estruturados de preparação para a vida independente em muitas CAR e a ausência de um percurso gradativo de responsabilização promove um vínculo ambivalente com a norma social: o jovem foi protegido, mas não capacitado.

Em resumo, os discursos dos profissionais revelam o acolhimento residencial como um espaço simultaneamente protetor e disciplinador, que oscila entre o cuidado afetuoso e o controlo normativo. A ambiguidade institucional entre o espaço protetivo e o espaço de controlo exige práticas mais participativas e programas estruturados de autonomia, sob pena de reforçar os próprios desvios que procura corrigir.

3.3.14. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO 'CASA'

Apesar da casa de acolhimento ser a casa dos jovens acolhidos, tal como acontece na família, mesmo percecionado pelos profissionais, que exercem funções em CAR, não se tratar da sua casa 'natural': "*Mas porque é que eu tenho que arrumar a cozinha?" "Porque moras cá, não é? Porque esta é a tua casa". Eles também sentem esta pertença, em muitas coisas não como uma imposição, mas como pertença "Esta é a minha casa onde eu estou hoje, onde eu vivo, não é*?" (E9, Assistente Social_CAR). No entanto, os profissionais das ECMIJ percecionam o contexto residencial como um espaço acolhedor e afetivo "*O acolhimento residencial para ser o mais próximo de um ambiente familiar*" (E21, Psicóloga_Escola).

Os profissionais entrevistados expressam que a casa de acolhimento é percecionada pelos jovens, como um espaço de pertença: "*Eles também sentem esta pertença… esta é a minha casa onde eu vivo hoje*" (E9); "*O ambiente e as vivências é como uma família*" (E15).

A instituição como 'casa': construção simbólica e afetiva

O sentimento de pertença percecionado pelos jovens presente nos discursos dos profissionais é consistente com o referido na literatura (Rodrigues, 2013 e Arpini, 2003). Apesar das dificuldades, muitos jovens desenvolvem vínculos significativos com os cuidadores e com o espaço institucional, experienciando-o como um espaço seguro e até como um lar: "*Porque é que eu tenho que arrumar a cozinha? Porque moras cá. Porque esta é a tua casa*" (E9). Vários profissionais mencionam que os jovens preferem nomear o local como "casa" e não como "instituição".

A 'casa' como família alargada: aproximações e metáforas

A comparação da casa de acolhimento com uma "família alargada" aparece com frequência nos discursos: "*Vivemos numa casa com imensos filhos e temos de prepará-los a todos dentro das suas personalidades*…" (E32); "*É uma casa onde vivem todos, quase como uma família*" (E15).

Estas narrativas aproximam-se das propostas de Santos (2013) e Faria *et al.* (2008), que abordam a possibilidade do desenvolvimento de relações emocionais positivas e estruturantes em contextos institucionais, capazes de substituir, de forma temporária ou mais definitiva, vínculos familiares fragilizados.

Ambivalência: proteção, controlo e estigma

Apesar do esforço de "familiarização" do espaço institucional, os profissionais reconhecem os seus limites. A literatura também aponta essa ambiguidade: Sousa (2016) e Aguiar, Martins & Rosa (2019) sublinham que a casa de acolhimento pode simultaneamente proteger e controlar, funcionando como lugar de pertença e de exclusão social. A resistência ao estigma verifica-se no discurso de uma profissional: "*Na escola lhes dizem: 'Tu vens de uma instituição' e eles respondem 'Não. Eu estou numa casa*'" (E30).

Este discurso revela estratégias simbólicas de resistência ao estigma, conforme descrito por Faria *et al*. (2008) e Machado & Gonçalves (2003), que identificam no acolhimento uma marca que diferencia e rotula os jovens socialmente.

A proteção é também visível no cuidado a uma intervenção individualizada e na consciência de tratar cada jovem de forma única: "*Temos de prepará-los a todos dentro das suas personalidades, especificidades, necessidades*…" (E32)

Este cuidado individualizado está em consonância com as recomendações da revisão, que sublinha a importância de práticas adaptadas e centradas na criança/jovem, conforme defendido por Rodrigues (2019), Silva *et al.* (2019) e Pimentel *et al.* (2019).

Em resumo, os discursos dos profissionais demonstram um esforço consistente para transformar o acolhimento residencial num espaço de pertença e afetividade, aproximando-se da ideia de 'casa'. Ainda assim, mantêm-se conscientes dos limites simbólicos e estruturais desta metáfora, reconhecendo que:

- a 'casa' de acolhimento residencial é um espaço construído socialmente, com funções de proteção, mas também de normatividade;
- a familiaridade é desejada e, por vezes, real, mas não substitui totalmente a experiência da família de origem;
- o desafio estará em equilibrar afeto, autonomia e responsabilidade sem reforçar lógicas de subalternidade ou estigmatização.

3.3.15. PERCEÇÕES SOBRE O CONCEITO DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Os profissionais percecionam as vivências dos jovens acolhidos na tensão entre a reprodução de contextos de exclusão social (da família de origem) "*Quando saiu da instituição voltou à família e voltou a replicar os comportamentos da família*" (E8, Assistente Social_CPCJ); e a mudança social que os jovens pretendem alcançar "*Eles próprios, às vezes, pode ser essa a dificuldade, é esta dualidade: "Vou sair daqui, porque isto não é para mim. Eu não me reconheço neste âmbito", mas depois, se calhar, vão para a família e também não se reconhecem, porque a cultura com que conviveram nos últimos anos é diferente, não sei (..) isto é uma questão cultural*" (E20, Psicóloga_Escola).

Com base nos discursos dos profissionais e tendo em conta os principais referenciais teóricos, nomeadamente com autores como Goffman (1974), Foucault (1987), Becker (2009), Giddens (2000) e Saraceno (1992), poder-se-ão resumir as narrativas nos seguintes pontos principais:

Juventude acolhida: entre a rutura e a continuidade

Os discursos dos profissionais revelam a perceção de que muitos jovens acolhidos vivem num desequilíbrio identitário entre os contextos de origem e as experiências adquiridas em acolhimento residencial: "*Eles próprios, às vezes, pode ser essa a dificuldade, é esta dualidade: 'Vou sair daqui, porque isto não é para mim', mas depois… também não se reconhecem [na família]*" (E20). Este tipo de conflito ecoa a abordagem de Mannheim (1982) sobre o "contacto original" com a herança cultural. O jovem acolhido é exposto a culturas divergentes: a da sua família de origem e a da casa de acolhimento. Essa tensão pode conduzir tanto à reprodução social quanto à rutura transformadora. Os profissionais abordam a dimensão cultural da pertença familiar versus pertença institucional: "*É uma questão cultural... estavam tão agarrados àquilo de onde vinham..."* (E15); "*Facilmente ele é embrulhado outra vez na disfuncionalidade do seu contexto*" (E16). Estes discursos podem ser interpretados à luz de Pais (2003) e Giddens (2000), que argumentam que a cultura juvenil é plural e atravessada por valores dominantes e subalternos. O jovem em acolhimento transita entre mundos culturais e simbólicos distintos, o que reforça a instabilidade, mas também o seu potencial reflexivo e transformador.

Família: entre a fragilidade real e o ideal simbólico

Os profissionais reconhecem amplamente que as famílias de origem dos jovens acolhidos estão marcadas por fragilidades estruturais, desproteção e baixa capacidade educativa. Esta perceção é sustentada pelos estudos de Machado & Gonçalves (2003) e Alberto (2008), que destacam a correlação entre acolhimento e fragilidade dos laços familiares.

Apesar disso, os discursos apontam para a idealização persistente da família por parte dos jovens, o que confirma o papel da família como referência emocional e simbólica, mesmo em contextos de adversidade. Tal perceção é analisada por Giddens (2000) e Singly (2010), ao sublinharem a transformação da família moderna numa entidade afetiva e identitária.

Reprodução social vs. rutura transformadora

Alguns profissionais destacam que, após o acolhimento, muitos jovens reproduzem padrões familiares disfuncionais, retornando a contextos de risco: "*Quando saiu da instituição voltou à família e voltou a replicar os comportamentos da família*" (E8);

"*A tendência é reproduzir um pouco aquilo que já foi*" (E19). Esta visão articula-se com Berger & Luckmann (1999) e Bourdieu (1977), que descrevem a força da socialização primária e dos habitus. Contudo, emergem ainda discursos que valorizam a capacidade de agência e superação dos jovens, especialmente quando apoiados por relações significativas e oportunidades educativas. Esta tensão entre continuidade e rutura é explorada por autores como Pais (1990) e Groppo (2015), que propõem uma leitura mais construtivista da juventude, como fase de possibilidade e reinvenção. Apesar das narrativas de reprodução, os profissionais também reconhecem casos de superação: "*Foi uma situação que conseguimos reverter.*" (E13); "*Aquele jovem tem o objetivo de ter uma vida diferente daquela que tinha sido a sua vida inicial*." (E21); "*Olha, eu não quero ir por este caminho*" (E22). Estes exemplos alinham-se com a visão crítica e construtivista da juventude (Pais, 1990; Groppo, 2015; e Pappámikail, 2013). Esta conceção construtivista evidencia a juventude com capacidade de agência e inovação, especialmente quando apoiada por experiências positivas de capacitação e socialização secundária.

As instituições de acolhimento entre a disciplina e o afeto

Muitos profissionais descrevem os lares como espaços disciplinadores, com regras rígidas e estruturas hierarquizadas, em linha com o conceito de *instituição total* de Goffman (1974). Identificam-se ainda micropenalidades e práticas de vigilância difusa, tal como descrito por Foucault (1987), ainda que disfarçadas sob um discurso de proteção e normatividade. Apesar disso, existe o reconhecimento de práticas de flexibilização e negociação da norma, nomeadamente com a inclusão dos jovens em reuniões, assembleias e na revisão de regulamentos. Esta ambivalência entre disciplina e participação revela a complexidade das lógicas institucionais contemporâneas, que procuram equilibrar controlo com escuta ativa.

Participação simbólica vs. Participação real dos jovens

Apesar do discurso generalizado sobre a importância da participação juvenil, a maioria dos profissionais reconhece que a decisão final permanece nas mãos da direção e da equipa técnica. Assim, a participação tende a ser simbólica, alinhada com o que Becker (2009) problematiza como imposição de normas por parte dos grupos dominantes.

Contudo, o envolvimento dos jovens em decisões pontuais, como horários, tarefas domésticas, utilização de tecnologia, indica tentativas de construção de subjetividades mais ativas, conforme defendido por Manso (2016).

A norma como mediação entre proteção e exclusão

Por fim, os discursos revelam que a norma institucional é simultaneamente percecionada como necessária à vida em comunidade e como fator de exclusão simbólica. O acolhimento surge como um espaço liminar — entre a proteção e o estigma — que os profissionais tentam humanizar, mas cuja função reguladora permanece evidente (Faria *et al*., 2008; Sousa, 2016).

Juventude, risco e autonomia

A ideia de juventude como um grupo de risco está presente, sobretudo associada à delinquência e à subsidiodependência: "*Vão encontrar bastantes dificuldades e podem-se até envolver na delinquência juvenil.*" (E17); "*Têm uma forma, entre aspas, de saírem daquela fase de subsidiodependência...*" (E11). Estas perceções refletem as visões sociológicas clássicas que associam a juventude à instabilidade e ao desvio (Trentin, 2011; Groppo, 2015). No entanto, o risco não é uma característica individual, mas um efeito estrutural de precariedade e falta de suporte, como apontam Beck (1998) e Castel (2005). Os discursos dos profissionais revelam uma tensão constante entre a norma e a subjetividade, entre a proteção e o controlo, entre o desejo de pertença e a realidade institucional. A articulação com o quadro teórico mostra que, embora as casas de acolhimento se esforcem por funcionar como "casas" e não "instituições", a marca da disciplina e da rotulagem social persiste, exigindo uma revisão contínua das práticas, orientada para o empoderamento dos jovens e o reforço das suas trajetórias autónomas e emancipatórias.

Em resumo, a análise dos discursos demostra que os profissionais oscilam entre uma visão determinista, em que os jovens reproduzem inevitavelmente o seu contexto de origem, ou por outro lado, uma visão construtivista, em que o acolhimento é percecionado como promotor de ruturas, mudança social e construção de novos projetos de vida.

À luz das teorias contemporâneas da juventude, a reprodução social ocorre quando não há mediação adequada entre contexto de origem e projeto de vida, bem como a autonomia exige um investimento na capacitação, no suporte continuado e no reconhecimento da diversidade cultural e biográfica dos jovens acolhidos.

3.4. NARRATIVAS COMPARADAS

A apresentação da análise crítica das narrativas dos jovens em acolhimento e dos profissionais encontra-se organizada em torno das categorias emergentes do processo de análise de conteúdo: i) a construção de significados sobre o acolhimento; ii) práticas de controlo e normalização; iii) estratégias de resistência e agência juvenil; e iv) desafios e potencialidades na transição para a autonomia. Esta organização reflete o quadro categorial construído e visa responder diretamente aos objetivos de investigação, nomeadamente compreender como as experiências institucionais são (re)significadas e que tensões emergem entre proteção e emancipação

3.4.1. PERCEÇÕES DOS JOVENS ACERCA DA SITUAÇÃO QUE ORIGINOU O ACOLHIMENTO

Nos discursos dos jovens entrevistados são evidenciados os diversos motivos que conduzem ao acolhimento residencial, refletindo a complexidade de dinâmicas familiares e circunstâncias vulneráveis e desajustadas, que culminam na medida de proteção. Evidenciam-se alguns aspetos nesta análise, nomeadamente:

- o relato da jovem [E25] que menciona os maus-tratos infligidos pelos tios e que ilustra a importância de um ambiente familiar saudável para um desenvolvimento emocional e psicológico adequado;
- os testemunhos de violência doméstica [E05], de abandono [E28] e outras incapacidades, destacam as vulnerabilidades em contextos familiares e a necessária intervenção das instituições, designadamente as ECMIJ;
- nos discursos dos jovens sublinha-se a importância de uma abordagem profissional sensível ao trauma, bem como à formação adequada dos profissionais em relação à diversidade de situações que conduzem ao acolhimento residencial e às complexas emoções que os jovens podem sentir ao serem separados das famílias biológicas;

- assinala-se ainda, a valorização das narrativas e a criação de espaços seguros para que os jovens possam partilhar as suas experiências, como cruciais para o desenvolvimento de planos de intervenção eficazes e para a promoção do bem-estar.

3.4.2. PERCEÇÕES DO LUGAR DA FAMÍLIA

Tanto jovens como profissionais convergem nas suas perceções acerca do lugar da família relativamente à desproteção, idealização e persistência do laço familiar, divergindo quanto à centralidade da família nos projetos de vida e na reunificação com a família de origem.

Família como espaço de desproteção

Jovens e profissionais convergem na perceção de que, na maioria das situações, a família de origem se revelou incapaz de assegurar os cuidados essenciais, a proteção e o suporte emocional exigidos a um desenvolvimento saudável e adequado dos jovens:

- os jovens descrevem a sua família de origem como um contexto permeado por ausência, negligência e, por vezes, violência, fatores estes que estiveram na origem da aplicação da medida de acolhimento residencial;
- os profissionais evidenciam que as famílias de origem não conseguiram cumprir adequadamente as suas funções educativas e protetoras (E7, E19, E34), o que corrobora os argumentos de Ariès (1988) e Singly (2010) acerca da crescente especialização das funções parentais na infância moderna, bem como da transferência da responsabilidade protetora para as instituições públicas (*Rocha et al*., 2002; Badinter, 1980).

Idealização de uma família futura

Tanto os jovens como os profissionais evidenciam a centralidade simbólica da família enquanto projeto de vida, ainda que os modelos familiares experienciados pelos jovens tenham sido marcados por dinâmicas disfuncionais ou adversas:

- os jovens expressam o desejo de, no futuro, constituírem núcleos familiares protetores, emocionalmente significativos e estruturalmente organizados, em claro contraste com as experiências vividas nas suas famílias de origem (E5, E24, E26, E28, E29), em conformidade com as conceções de Berger e Kellner (1964) e Giddens (2001), que interpretam a família como espaço privilegiado de construção identitária;

- os profissionais reconhecem a aspiração os jovens em construir modelos familiares alternativos aos anteriormente vividos, articulando esse desejo com os processos de transformação da família contemporânea, enquanto espaço estruturado por vínculos afetivos e pela afirmação subjetiva da identidade (Singly, 2010; Saraceno, 1992).

Persistência do vínculo afetivo com a família de origem

Os discursos de jovens e profissionais evidenciam persistir vínculo emocional com a família biológica, mesmo em contextos de ausência, fragilidade ou disfunção relacional:

- por parte dos jovens, observa-se a manifestação de um desejo de reaproximação e de apoio aos familiares, ainda que tal não implique, necessariamente, a intenção de regressar ao meio familiar de origem;
- os profissionais interpretam esse vínculo como um "apelo à família", entendido enquanto expressão simbólica de pertença e de afeto, em consonância com as perspetivas teóricas de Saraceno (1992) e Segalen (1999), que reconhecem a centralidade do laço afetivo na definição contemporânea da família.

Centralidade da família nos projetos de vida

Os jovens e os profissionais divergem nos seus discursos em relação à centralidade da família nos projetos de vida, nomeadamente em relação à reunificação familiar:

- os jovens atribuem à constituição de uma futura família um lugar central nos seus projetos identitários e trajetórias de superação, expressando o desejo de assumir, no futuro, papéis parentais positivos e de construir vínculos afetivos significativos enquanto forma de reparação emocional (E5, E28);
- os profissionais, ainda que reconheçam a aspiração dos jovens em formar famílias estruturadas e afetivas, tendem a privilegiar uma abordagem centrada nos domínios instrumentais da autonomização, como a habitação, a inserção profissional e a qualificação educativa, o que poderá se traduzir na desvalorização da dimensão simbólica e subjetiva associada ao projeto familiar.

Interpretação das motivações

Jovens e profissionais divergem: uma construção identitária ou resposta compensatória?

- os jovens projetam a constituição de uma família futura a partir de uma perspetiva fortemente ancorada na dimensão emocional e relacional, associando-a às ideias de proteção, pertença e construção identitária;
- os profissionais tendem a interpretar essa aspiração como uma resposta compensatória face ao insucesso das experiências familiares anteriores, em detrimento de a reconhecerem como uma expressão ativa de autonomia reflexiva, tal como concebida por Guerreiro, Torres e Lobo (2007).

Papel da reunificação familiar

Também divergentes. Entre a esperança e o ceticismo.

- os jovens manifestam uma esperança moderada relativamente à possibilidade de reunificação com a família de origem após a cessação da medida de acolhimento, mantendo, ainda assim, expetativas quanto à reaproximação afetiva;
- já os profissionais adotam, de forma geral, uma postura mais cautelosa ou mesmo cética face à viabilidade dessa reunificação, sustentando as suas reservas na perceção da persistência de dinâmicas familiares disfuncionais e na ausência de mudanças significativas no seio das famílias de origem (E19).

Aquilatando como síntese. A análise das convergências e divergências revela que a família, quer real, quer idealizada, continua a ser um referencial central para os jovens em acolhimento, tal como proposto por Giddens (2001) e Singly (2010). Mesmo quando fragilizada, a família desempenha um papel essencial na estruturação simbólica dos projetos pessoais. Pelo lado dos profissionais os discursos evidenciam preocupações legítimas com os riscos da idealização da família, não valorizando suficientemente o papel constitutivo da família enquanto desejo identitário e projeto de superação. Esta tensão indicia a necessidade de abordagens mais integradas e sensíveis ao ponto de vista dos jovens, tal como defende Saraceno (1992). Concluindo, a família é, para os jovens, simultaneamente lugar de origem, de dor e de esperança. Para os profissionais, é um elemento crítico, e inevitável, no percurso de vida dos jovens acolhidos. Ambas as perspetivas reconhecem que a família, mesmo a disfuncional, tem relevância simbólica, emocional e social, e que os projetos de autonomia dos jovens são inseparáveis da forma como significam as suas experiências familiares.

Assim sendo, a intervenção institucional deve procurar equilibrar a proteção com a escuta ativa, reconhecendo as aspirações familiares dos jovens e oferecendo condições reais para que possam redefinir vínculos e construir famílias baseadas no afeto, dignidade e reconhecimento.

3.4.3. PERCEÇÕES SOBRE OS REGULAMENTOS E DECISÕES INSTITUCIONAIS NO ACOLHIMENTO

Os jovens e os profissionais convergem nos seus discursos acerca da perceção da rigidez institucional e da tensão entre disciplina e adaptação aos regulamentos institucionais, divergindo na perceção do acolhimento enquanto desvio simbólico, na aparência de diálogo e na função reguladora das Casas de Acolhimento Residencial.

Reconhecimento da rigidez institucional

Tanto os jovens quanto os profissionais reconhecem que as casas de acolhimento operam sob estruturas normativas rígidas, com regras formais, rotinas pré-definidas e vigilância contínua:

- os jovens descrevem a casa de acolhimento como um espaço com regras e horários definidos, mas nem sempre percecionado como punitivo (E23, E26, E29).
- os profissionais apontam para práticas disciplinares obsoletas, aproximando algumas casas ao modelo de *instituição total* descrito por Goffman (1974) (E21, E36).

Ambos reconhecem que a estrutura organizacional pode implicar limitações à liberdade individual e impactar na identidade dos jovens, refletindo o que Foucault (1987) denomina de *tecnologias de poder*, que moldam comportamentos através da norma.

Tensão entre disciplina e adaptação

O reconhecimento partilhado da coexistência entre controlo disciplinar e práticas de flexibilidade:

- os jovens referem momentos em que as regras são adaptadas ou negociadas ("*as regras são adequadas a cada um*" E25), o que denota espaços de agência subjetiva dentro da estrutura institucional;

- os profissionais relatam ajustes nas normas e escuta ativa como mecanismos para suavizar o controlo disciplinar ("*fomos adaptando o regulamento*" E2), evidenciando um movimento progressivo para práticas mais relacionais e contextualizadas.

Ambos os discursos, embora com enfoques diferentes, revelam uma oscilação entre a imposição da norma e a sua reinterpretação situada, em consonância com a ideia de Manso (2016) sobre a subjetivação nas margens da norma.

Perceção do acolhimento enquanto desvio simbólico

- os jovens não se reconhecem como desviantes, embora admitam o impacto do acolhimento na sua identidade social. Muitos descrevem-se como "*habituados às regras*" e consideram as normas úteis à convivência, o que confirma Becker (2009) ao defender que o desvio é uma rotulagem social, e não uma condição intrínseca;
- os profissionais assumem que o acolhimento representa, de forma implícita, uma rutura simbólica com a norma familiar e social, ou seja, um "desvio necessário", justificando o acolhimento como alternativa inevitável à falência familiar, reforçando a categorização simbólica dos jovens como "casos" a intervir;

Os jovens demonstram uma releitura menos estigmatizada da sua condição, enquanto os profissionais mantêm uma perspetiva mais normativa e estruturante.

Participação nas decisões institucionais

- os jovens referem, por vezes, a possibilidade de participar nas decisões, mas a autoridade final é reconhecida como externa ("*a direção decide*");
- os profissionais ainda que valorizem o discurso participativo, admitem que a participação é simbólica, pois as decisões são, em última instância, emanadas pelos adultos (E8, E37);

Este descompasso nos discursos reflete o conceito de micropenalidades de Foucault (1987), ou seja, as formas de controlo mascaradas de envolvimento participativo, que reforçam a autoridade institucional sob a aparência de diálogo.

Interpretação da função reguladora

- os jovens percecionam as regras e regulamentos como forma de organização e segurança ("*sem regras seria uma tragédia*" E26; "*ajudam a avançar para o futuro*" E28), sinalizando uma internalização funcional da norma;

- os profissionais apresentam maior ênfase na dimensão simbólica e histórica dos regulamentos, considerando muitos deles desajustados à contemporaneidade e às vivências dos jovens acolhidos;

Os jovens tendem a naturalizar o funcionamento institucional, enquanto os profissionais, mais conscientes da génese normativa, expressam uma visão crítica sobre a manutenção de práticas autoritárias.

Em conclusão, a análise comparativa dos discursos revela que o acolhimento residencial constitui um espaço marcado por *tensões entre controlo e proteção*, *rigidez e flexibilidade*, *rotulagem e reconstrução subjetiva*:

- os jovens demonstram capacidade de ressignificar o contexto residencial, encontrando nele oportunidades de crescimento, mesmo quando submetidos a normas rígidas (Foucault, 1987);
- os profissionais, por sua vez, reconhecem o peso disciplinador das estruturas institucionais, mas simultaneamente procuram formas de as adaptar, aproximando o acolhimento de um modelo relacional e familiarizado, como defendem as recentes reformas legislativas.

Quadro: 3.1. Síntese comparativa:
Perceções acerca dos regulamentos e decisões institucionais

Dimensão	Jovens	Profissionais
Perceção do desvio	Não se percecionam como desviantes; valorizam a norma como estruturante	Percecionam o acolhimento como rutura simbólica; interpretam o AR como 'desvio necessário'
Norma e disciplina	Regras aceites com flexibilidade; Perceção funcional	Regras vistas como obsoletas ou desajustadas
Participação	Existe, mas é limitada; aceitam autoridade técnica	Reconhecem participação simbólica; decisões recaem na direção
Relação com o espaço	Oscilação entre rutura e pertença; ressignificação da experiência	Crítica ao modelo disciplinar; procura de práticas mais próximas do cuidado

A experiência em contexto residencial é vivida e percecionada de forma distinta por jovens e profissionais. O acolhimento residencial, será percecionado, simultaneamente, com características das *instituições totais* (Goffman, 1974) e por lógicas disciplinares (Foucault, 1987), bem como espaços de negociação subjetiva, aprendizagem social e reconstrução identitária, como demonstram os discursos juvenis e as práticas profissionais analisadas.

3.4.4. PARTICIPAÇÃO E AUDIÇÃO DOS JOVENS NAS DECISÕES INSTITUCIONAIS E ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

Os jovens e os profissionais convergem nos seus discursos em relação às perceções sobre a participação dos jovens nas decisões institucionais, divergindo no valor atribuído à participação dos jovens, no direito *versus* privilégio e na expressão da agência e resistência simbólica.

Participação mediada e condicionada

Tanto os jovens como os profissionais reconhecem que a participação ocorre, mas de forma mediada por adultos e dentro de limites previamente definidos:

- os jovens relatam que as suas opiniões são transmitidas indiretamente, através dos vários profissionais (quer na CAR, quer através dos outros profissionais do sistema de promoção), e que as decisões são tomadas por instâncias superiores (E4, E6);
- os profissionais admitem que a opinião dos jovens é considerada, mas enfatizam que a decisão final cabe sempre à direção ou à equipa técnica (E1, E12, E33).

Esta mediação evidencia uma assimetria de poder, conforme descrita por Becker (2009), onde o jovem é rotulado como sujeito "ainda não pronto" para o exercício pleno da autonomia e, portanto, subordinado à autoridade adulta.

Discurso sobre participação vs. prática institucional

Ambos evidenciam uma tensão entre a retórica da participação e a realidade das práticas institucionais:

- os jovens percecionam a participação como seletiva e condicionada por fatores como a idade, o comportamento e o grau de maturidade (E24, E25, E29);
- os profissionais reconhecem que a participação, embora defendida em termos normativos, nem sempre se traduz em práticas efetivas, sobretudo nas decisões judiciais ou administrativas (E19, E38);

Esta discrepância confirma o argumento de Goffman (1974), segundo o qual, nas *instituições totais*, a autonomia é frequentemente simulada, permanecendo o controlo efetivo nas mãos da administração.

Valor atribuído à participação

- os jovens valorizam a possibilidade de serem ouvidos, mas relatam frustração face à ausência de escuta ativa, bem como, à rotatividade dos técnicos e à perceção de que as suas opiniões têm pouco impacto real (E24, E25);
- os profissionais embora reconheçam as limitações, tendem a relativizar a importância da participação plena, considerando-a muitas vezes como condicionada pela idade, viabilidade ou comportamento (E19, E33);

Enquanto os jovens associam a participação à autodeterminação e ao reconhecimento subjetivo, os profissionais enfatizam a função reguladora da norma, o que implica definir o que é ou não aceitável, uma prática que Foucault (1987) associa ao papel dos adultos enquanto "juízes da normalidade".

Participação como direito vs. privilégio

- os jovens referem que a participação ocorre de forma assimétrica e seletiva, muitas vezes percebida como privilégio associado à idade ou a um comportamento adequado (E29);
- os profissionais, ainda que refiram a participação como direito (E38), na prática reconhecem que é tratada como algo relativo e condicional, dependente de critérios institucionais e da avaliação discricionária do profissional;

Esta diferença evidencia o que Becker (2009) designa como injustiça estrutural da rotulagem, em que os direitos são aplicados de forma desigual, conforme a posição ocupada pelo jovem na hierarquia institucional.

Expressão da agência e resistência simbólica

- os jovens manifestam estratégias de resistência simbólica, como a escolha do curso ou da escola, exercendo formas discretas de autodeterminação (E24);
- os profissionais tendem a minimizar ou enquadrar estas escolhas como concessões controladas, dentro do que é considerado "viável" (E33);

As microformas de resistência dentro do espaço normativo (Foucault, 1987), representam formas de subjetivação, pelas quais os jovens tentam construir trajetórias próprias num contexto institucional regulado.

Resumindo. A análise dos discursos revela que tanto jovens como profissionais se movimentam dentro de uma estrutura institucional que *simula a participação*, mas cuja lógica de funcionamento continua fortemente reguladora. Como refere Goffman (1974), os jovens, enquanto "internados", vivem num *espaço de invisibilidade simbólica*, onde o direito à participação é frequentemente condicionado por rotinas, normas e avaliações externas. A participação das crianças e jovens, ao invés de ser entendida como direito inalienável, é muitas vezes interpretada como concessão institucional, reforçando a visão de Becker (2009) sobre os mecanismos sociais de rotulagem e exclusão.

Concluindo, a participação dos jovens nas decisões institucionais situa-se entre o reconhecimento e a subalternização, em que a participação dos jovens é reconhecida, mas não plenamente realizada.

Quadro: 3.2. Síntese comparativa:
Perceções sobre envolvimento, participação e audição dos jovens nas decisões institucionais

Dimensão	Jovens	Profissionais
Participação	Valorizada, mas sentida como limitada, seletiva e mediada	Defendida como princípio, mas aplicada com restrições e sob controlo adulto
Autonomia	Desejada e afirmada simbolicamente	Condicionada à idade, maturidade e viabilidade institucional
Resistência	Exercida de forma simbólica (ex. escolha do curso)	Interpretada como exceção e subordinada à norma institucional
Poder e decisão	Sentimento de subalternidade e invisibilidade simbólica	Reconhecimento de assimetrias, mas manutenção da autoridade técnica

3.4.5. RELAÇÃO INSTITUCIONAL

Os discursos convergem em relação às perceções dos jovens e dos profissionais no reconhecimento da centralidade da dimensão afetiva, da proximidade e do controlo na relação institucional, divergindo em relação à perceção do poder disciplinar e normatividade, no cuidado *versus* vigilância e na família institucionalizada.

Reconhecimento da centralidade da dimensão afetiva

Tanto os jovens como os profissionais valorizam a dimensão afetiva da relação institucional como elemento estruturante da experiência de acolhimento:

- os jovens expressam que a relação com os técnicos é próxima, empática e significativa, muitas vezes equiparada a uma "*família alargada*" (E24, E29);
- os profissionais reconhecem a importância da criação de vínculos afetivos para promover o bem-estar emocional, a segurança e a estabilidade (E13).

Esta convergência está alinhada com a literatura (Rodrigues, 2013; Santos, 2010; Arpini, 2003), que aponta o vínculo relacional como fator protetor no acolhimento. Ainda assim, como recorda Goffman (1999), o afeto pode também funcionar como instrumento de adesão à norma institucional, e Foucault (1987) adverte que o cuidado pode ser uma forma velada de poder disciplinar.

Coexistência entre proximidade e controlo

Ambos reconhecem que, mesmo onde há proximidade emocional, permanece uma estrutura hierárquica de autoridade:

- os jovens referem a existência de limites na relação ("*não posso dizer amizade*…" E24), o que demonstra a consciência de uma relação assimétrica, mesmo sendo afetiva;
- os profissionais assumem a necessidade de manter uma hierarquia ("*tem que haver algum distanciamento*…" E3), tentando equilibrar autoridade com apoio emocional;

Esta coexistência reflete o modelo de "disciplina relacional", em que a vigilância se suaviza através do cuidado, continuando a moldar subjetividades de forma eficaz (Foucault, 1987; Goffman, 1974).

Perceção do poder disciplinar e normatividade

Os jovens parecem internalizar a norma sem crítica, enquanto os profissionais, mesmo reconhecendo a rigidez do sistema, não problematizam a fundo os efeitos normalizadores:

- os jovens não explicitam uma leitura crítica da normatividade institucional e a disciplina insinua-se naturalizada, incorporada no quotidiano ("*já me conhecem*", "*há confiança*"), um possível efeito do que Foucault (1974) denomina de *normalização simbólica*;
- os profissionais têm uma perceção mais consciente das estruturas de controlo e rotulagem, embora frequentemente naturalizem estas práticas como necessárias à proteção e desenvolvimento dos jovens ("*eles têm de perceber que os comportamentos têm consequências*" E9);

Conceção da relação institucional: cuidado vs. vigilância

- os jovens percecionam a relação como sobretudo acolhedora e afetiva, sem enfatizar componentes de vigilância ou julgamento;
- os profissionais descrevem a relação com elementos simultâneos de apoio e controlo, operando como avaliadores comportamentais, o que Foucault (1987) designa como um papel de "*juiz da normalidade*";

Este contraste revela uma assimetria na consciência do poder institucional: os jovens vivenciam a relação a partir da experiência afetiva imediata, enquanto os profissionais oscilam entre a função cuidadora e a função normativa.

Família institucionalizada vs. profissionalismo

- os jovens idealizam a CAR como família substituta, preenchendo um vazio afetivo anterior (síntese interpretativa);
- os profissionais, embora se envolvam afetivamente, tendem a defender a distinção entre a relação profissional e o vínculo pessoal, revelando preocupação com a manutenção da autoridade (E3, E11);

Clarificando, a projeção dos jovens sobre a casa como família remete à relação simbólica compensatória, discutida por Alves *et al.* (2024) e Dias *et al.* (2016), enquanto os profissionais tentam proteger os limites éticos da função educativa.

A análise comparativamente dos discursos revela que a relação institucional é ambígua e multifacetada, marcada pela tensão entre: cuidado e controlo; afeto e disciplina; e identificação e subordinação.

À luz de Goffman (1974; 1999), podemos interpretar esta ambivalência como característica das instituições totais em transformação, onde o afeto se torna um instrumento de gestão da norma. Foucault (1987) ajuda a compreender como a disciplina se reinventa em formas mais subtis de vigilância simbólica e subjetivação regulada. Já Becker (2009) contribui para identificar a permanência da rotulagem, mesmo em ambientes afetivos, através de mecanismos institucionais implícitos.

Quadro: 3.3. Síntese comparativa: Perceções acerca da relação institucional

Dimensão	Jovens	Profissionais
Perceção da relação	Positiva, afetiva, próxima, com identificação simbólica com a família	Proximidade com limites, com preocupação com hierarquia e ética profissional
Afeto vs. Norma	Valorização do vínculo afetivo; norma naturalizada	Tensão entre afeto e controlo; disciplina como elemento estruturante
Consciência do poder disciplinar	Pouco evidente; vivência subjetiva da relação	Presente, mas justificado como necessário ao bom funcionamento institucional
Função da relação	Apoio emocional, escuta, proteção	Educação, regulação comportamental, contenção simbólica

Em conclusão, a relação entre jovens e profissionais nas CAR apresenta elementos de convergência afetiva, mas assenta numa persistente estrutura hierárquica e normativa.

3.4.6. O lugar da escola e das competências transversais para a autonomia

Os discursos dos jovens e dos profissionais convergem no reconhecimento e na valorização da escola e das competências transversais para a autonomia dos jovens, divergindo no acesso subjetivo e na função da escola no sucesso escolar, na função da escola e o papel na autonomia.

Reconhecimento da escola como espaço relevante

Tanto jovens quanto profissionais reconhecem que a escola ocupa um lugar importante na construção do futuro e no processo de autonomização:

- Os jovens expressam, ainda que com nuances, a valorização da educação formal como meio de acesso a oportunidades: "*A escola é uma parte importante*" (E23); "*Para termos um bom futuro*" (E4);
- os profissionais referem que a escola pode funcionar como "*rampa de lançamento*" (E37) e que "*capacita para a vida*" (E8), reafirmando o seu papel como instrumento de mobilidade social.

Este ponto de convergência está em linha com autores como Dayrell (2013) e Giddens (1996), que compreendem a escola como espaço de socialização, mas também de produção de identidade e projeto de vida.

Valorização das competências para além do currículo académico

Ambos os grupos reconhecem que a escola não se limita à transmissão de conteúdos formais:

- os jovens referem a aquisição de "*competências sociais*" (E23) e "*aprender a ser pessoa*" (E25);
- os profissionais valorizam tanto as competências académicas como as relacionais e emocionais (E35, E36).

Estas visões estão alinhadas com os contributos de Pappámikail (2013) e com a noção de educação integral que articula saberes formais, competências emocionais e experiências de cidadania ativa.

Acesso subjetivo ao sucesso escolar

Divergência.

- os jovens revelam uma relação ambivalente com a escola: apesar de a valorizarem simbolicamente, muitos não a percecionam como acessível face às suas trajetórias pessoais: "*Não quero continuar a estudar*" (E29); "*Tenho medo da escola*" (E28);
- os profissionais apontam que o afastamento escolar já existia antes do acolhimento (E8, E9), e tendem a explicar o insucesso a partir da "bagagem social" dos jovens.

Enquanto os jovens falam a partir das suas emoções, experiências e aspirações, os profissionais adotam uma perspetiva estruturante, ancorada nas teorias da reprodução (Bourdieu & Passeron, 1977), atribuindo o insucesso à herança social e cultural.

Função da escola: promessa ou obstáculo?

- os jovens percecionam a escola como instrumento de mobilidade, mas também como espaço de exclusão simbólica, pois os códigos escolares são distantes dos seus referenciais culturais (Bernstein, 1960);
- os profissionais reconhecem a existência de práticas excludentes, mas mantêm uma visão idealizada, ou demasiado otimista, do papel da escola como estruturante do projeto de vida, ainda que não suficientemente ajustada à realidade dos jovens (E3, E2).

Esta divergência traduz a tensão entre a promessa meritocrática da escola e a sua função real de reprodução das desigualdades, um debate bem estabelecido por Dayrell (2013) e Abrantes & Amândio (2014).

Apoio institucional e o papel da escola na autonomia

- os jovens atribuem à escola e ao esforço individual o sucesso escolar, raramente referindo o papel da CAR como facilitadora do percurso educativo;
- os profissionais assumem que a qualificação académica e profissional é fundamental para a autonomia (E35), vendo o apoio institucional como estruturante, ainda que reconheçam que esse apoio nem sempre é percecionado pelos jovens;
- esta desconexão demostra que os profissionais tendem a ver a escola como pilar normativo da autonomia, enquanto os jovens a percecionam com maior instabilidade emocional e subjetiva, como explicam Elias (1996) e Beck (1998) ao refletirem sobre a fluidez e incerteza dos projetos juvenis em contextos de risco.

A análise demonstra que a relação dos jovens com a escola é atravessada por tensões estruturais, simbólicas e emocionais, que os profissionais reconhecem parcialmente.

Quadro: 3.4. Síntese comparativa: O lugar da escola e das competências transversais para a autonomia

Dimensão	Jovens	Profissionais
Valorização da escola	Importante, mas nem sempre viável ou acessível	Estruturante para a autonomia
Papel da escola	Instrumento de mobilidade e espaço de exclusão simbólica	Espaço de oportunidade ainda não plenamente adaptado às realidades sociais
Conceção de sucesso	Associado ao esforço pessoal e competências sociais	Associado à qualificação formal e integração no mercado de trabalho
Desafios vividos	Medo, exclusão, instabilidade emocional	"Bagagem social" e dificuldade de adaptação curricular
Apoio institucional percebido	Pouco referido	Reconhecido como essencial, mas pouco operacionalizado

Concluindo, a escola, na perspetiva dos jovens acolhidos, representa uma experiência complexa e ambivalente: simultaneamente fonte de esperança e de frustração.

Os profissionais, embora reconheçam as limitações do sistema educativo, mantêm uma confiança estrutural no seu papel normativo e de capacitação.

Estas leituras revelam uma lacuna de perceção entre a experiência vivida e a interpretação dos profissionais acerca da trajetória educativa dos jovens acolhidos. Esta lacuna reforça a necessidade de políticas educativas mais inclusivas e culturalmente responsivas, tal como sugerem Bourdieu & Passeron (1977), Lahire (2004) e Canário (2005), capazes de reconhecer e valorizar os saberes e percursos juvenis, integrando a diversidade biográfica na ação pedagógica.

3.4.7. PREPARAÇÃO PARA AUTONOMIA

Os jovens e os profissionais convergem nos seus discursos em relação à importância da preparação para a autonomia, divergindo nas perceções acerca da eficácia dos programas de autonomia, na autonomia como direito e nos programas de continuidade pós-acolhimento.

Reconhecimento da importância da preparação para a vida autónoma

Ambos os grupos reconhecem a relevância da preparação para a vida adulta como parte central do percurso institucional:

- os jovens expressam a necessidade de aprender tarefas básicas do quotidiano e valorizam o apoio emocional: "*Treinamos coisas básicas como passar ferro, cozinhar*" (E24); "*Tenho sempre aqui um apoio*" (E23);
- os profissionais manifestam a consciência da importância do processo, mesmo que sem programas formalizados: "*Feito de forma informal, porque não há legislação*" (E15); "*Investimos muito nas competências instrumentais*" (E16).

Estas perceções confirmam os diagnósticos de Silva (2018), Sousa (2015) e Simões (2014), que evidenciam a ausência de diretrizes claras e estruturadas em Portugal para a transição para a autonomia.

Valorização das competências práticas e emocionais

Tanto jovens como profissionais reconhecem a importância de competências (como cozinhar, poupar, deslocar-se) e do apoio afetivo para o processo de autonomização.

- os jovens sentem-se acompanhados emocionalmente pelos profissionais da CAR, o que reforça a confiança e autoestima (Rodrigues, 2019; Santos, 2013);
- os profissionais identificam o afeto e a relação como pilares da construção de um processo de autonomização positivo: "*Essa rede de suporte pode substituir-se à família*" (E12).

Este alinhamento reflete a necessidade de abordagens integradas, que combinem o treino de competências com vínculos afetivos consistentes, conforme defendem Perez *et al.* (2018) e Pimentel *et al.* (2019).

Perceção sobre a existência e a eficácia dos programas de autonomia

Uma divergência insanável?

- os jovens percecionam os programas como pontuais, tardios ou insuficientes: "*A partir dos 18 anos é que começamos a falar sobre os assuntos da vida*" (E28);
- os profissionais reconhecem a informalidade e fragmentação das práticas, mas muitas vezes naturalizam esta condição: "*Não é uma resposta formalizada, mas é algo que trabalhamos*" (E2).

Esta divergência confirma o que afirmam Calheiros *et al.* (2013) e Cordeiro *et al.* (2023) sobre a inexistência de um modelo nacional obrigatório que garanta a equidade das respostas, gerando desigualdade de oportunidades entre os jovens acolhidos.

Perceção da autonomia como direito vs. prática institucional

- os jovens expressam aspirações legítimas tal como ter trabalho, casa, mobilidade social, mas sentem que a preparação para alcançar esses objetivos é limitada e muitas vezes centrada em tarefas domésticas;
- os profissionais tendem a focar-se em competências práticas do quotidiano, tratando a autonomia como uma capacidade funcional, nem sempre articulada com os desejos e projetos de vida dos jovens.

Esta tensão reflete o que Prata (2013) e Costa, Santos & Vieira (2019) identificam como falta de escuta das subjetividades juvenis e insuficiência de modelos de planeamento de vida integrados e orientados pelos próprios jovens.

Continuidade de apoio pós-acolhimento

- os jovens valorizam o apoio emocional dos profissionais, mesmo após a saída da CAR, (E29), mas referem não existir apoio institucional estruturado no pós-acolhimento;
- os profissionais admitem a ausência de acompanhamento pós-acolhimento: "*A autonomização plena nunca pode ser cumprida se a rede social de respostas não ajuda*" (E37).

A análise dos discursos evidencia um modelo de preparação para a autonomia mais informal do que estruturado, sustentado sobretudo por práticas locais e pela boa vontade dos profissionais.

Evidencia-se, ainda, que a falta de articulação interinstitucional (educação, habitação, emprego) compromete assim a continuidade dos cuidados e gera transições abruptas e vulneráveis (Cordeiro *et al*., 2023; Alderson *et al.,* 2023).

Quadro: 3.5. Síntese comparativa: Perceções acerca da preparação para autonomia

Dimensão	Jovens	Profissionais
Perceção da autonomia	Projeto legítimo e desejado, mas pouco apoiado	Processo essencial, mas realizado de forma informal e sem orientações normativas
Forma de preparação	Baseada em tarefas domésticas e apoio emocional	Centrada em competências práticas, com escassa planificação individual
Rede de suporte	Profissionais da CAR vistos como suporte afetivo pós-instituição	Falta de integração com comunidade e redes sociais mais amplas
Acompanhamento pós-acolhimento	Pouco referido, ausência de referência a estruturas formais de apoio	Reconhecimento da falha institucional e da falta de continuidade

A preparação para a autonomia, no contexto do acolhimento residencial, revela-se ambígua e desigual: ainda que reconhecida como fundamental, permanece fragmentada, não sistematizada e insuficientemente apoiada por políticas públicas consistentes. Os jovens demonstram capacidade de agência e aspirações realistas, mas são confrontados com obstáculos estruturais que limitam a sua autonomia plena. Os profissionais, por sua vez, enfrentam as limitações institucionais e legais que impedem respostas coerentes e continuadas.

Na literatura afigura-se ser unânime a recomendação da realização de intervenções precoces, de forma continuada, individualizada e intersetorial, que integrem os serviços da educação, da saúde, da habitação, do emprego e as redes de apoio comunitário, assegurando uma transição segura e digna para a vida adulta (Perez *et al.,* 2018; Cruz *et al.,* 2024; Glynn, 2020).

3.4.9. ASPIRAÇÕES E OBJETIVOS DOS JOVENS PARA O FUTURO

Os discursos dos jovens e dos profissionais convergem em relação às aspirações simbólicas, idealizadas e reais dos jovens em acolhimento, divergindo nas perceções das aspirações, na autonomia como processo, nas aspirações e projetos de vida e na preparação para a autonomia.

Juventude como construção social e heterogénea

Tanto os jovens como os profissionais reconhecem que não existe uma juventude única, mas múltiplas experiências marcadas por percursos, contextos e vulnerabilidades distintas:

- os jovens expressam a sua trajetória de forma plural e subjetiva, alinhando-se com Pais (1990) e Mannheim (1982), ao afirmarem que a juventude é vivida de forma situada e relacional;
- os profissionais reconhecem que os jovens "*trazem consigo desigualdades de base*" (ex. histórico familiar, abandono escolar), o que requer uma leitura contextualizada e não homogénea das suas necessidades e trajetórias (Groppo, 2015).

Autonomia como processo relacional, simbólico e material

Reconhecimento da autonomia como um objetivo central no processo de transição para a vida adulta:

- para os jovens, a autonomia é um desejo concreto, mas também um processo relacional, que depende do apoio e da rede que os acompanha (E23, E6);
- para os profissionais, a autonomia é descrita como o "objetivo final" do acolhimento, traduzido em metas materiais (casa, emprego, carta de condução), conforme referem Pappámikail (2013) e Giddens (1992).

Aspirações e projetos de vida: entre o ideal e a precariedade

Os discursos revelam que os jovens têm aspirações legítimas e socialmente reconhecidas, como obter casa, estudar, ter uma profissão e uma vida estável:

- os jovens articulam projetos de vida com ambição e realismo, mesmo face à precariedade dos seus contextos (E4, E5, E23);
- os profissionais validam essas aspirações como "legítimas e alinhadas com modelos de autonomia digna", reconhecendo a dimensão de projeto identitário (Melucci, 1997).

Preparação para a autonomia: práticas informais e insuficientes

Denunciam ambos a informalidade das práticas institucionais de preparação para a autonomia:

- os jovens referem que as aprendizagens são feitas por "*tarefas do dia a dia*" e que só se começa a falar de autonomia aos 18 anos (E28).
- os profissionais admitem que não existem normativos claros, nem respostas organizadas a nível nacional (E15, E2), como criticado por Silva (2018) e Sousa (2015).

Família como âncora simbólica

Ambos os grupos reconhecem a centralidade simbólica da família de origem:

- os jovens continuam a projetar um vínculo afetivo com a família, mesmo quando esta é percecionada como desprotetora;
- os profissionais referem que a família, mesmo quando ausente ou disfuncional, mantém-se como referência identitária, conforme descrito por Alves *et al.* (2024) e Rodrigues (2019).

Juventude como construção social e heterogénea

Divergentes leituras, valorizações díspares, visões pouco flexíveis e lacunas institucionais:

- os jovens expressam diretamente as suas emoções, dúvidas e ambições;
- os profissionais muitas vezes apresentam uma leitura externa e normativa da juventude, filtrada pelas expectativas institucionais (habitação, emprego, escolaridade), o que pode ocultar dimensões mais subjetivas ou contraditórias das trajetórias juvenis.

Autonomia como processo relacional, simbólico e material

- os jovens colocam ênfase na afetividade e apoio emocional como condições da autonomia (Rodrigues, 2019; Santos, 2013);
- os profissionais tendem a valorizar mais os resultados observáveis e funcionais (trabalho, estudo, poupança), por vezes desconsiderando a dimensão simbólica e emocional do processo.

Aspirações e projetos de vida: entre o ideal e a precariedade

- os jovens expressam os seus projetos de forma situada e aberta à mudança: "*conforme a minha vida, se me sentir preparado*..." (E28), refletindo a incerteza da juventude em contextos de risco (Beck, 1998);
- os profissionais tendem a organizar os projetos dos jovens dentro de modelos lineares e clássicos de transição (Peralva, 1997), subestimando a fluidez e instabilidade das suas trajetórias**.**

Preparação para a autonomia: práticas informais e insuficientes

- para os jovens, a ausência institucional limita a sua preparação emocional e material;
- para os profissionais, apesar de reconhecerem a lacuna, tendem a ver os resultados como responsabilidade dos próprios jovens, o que revela uma visão individualizada do sucesso, contrariando os princípios de justiça social discutidos por Perez *et al*. (2018) e Pimentel *et al.* (2019).

Quadro: 3.6. Síntese comparativa:
Aspirações e objetivos dos jovens para futuro

Dimensão	Jovens	Profissionais
Juventude	Diversa, situada, plural (Pais, 1990)	Reconhecida como desigual, mas interpretada a partir de metas normalizadoras
Autonomia	Desejo relacional e simbólico	Meta funcional, traduzida em resultados práticos
Projetos de vida	Realistas, mas atravessados pela incerteza	Organizados segundo modelo clássico de transição
Preparação para a autonomia	Limitada, informal, tardia	Reconhecida como necessária, mas ausente em normativos
Família	Presença simbólica e emocional mesmo ausente	Categoria afetiva estruturante e âncora identitária

Da análise dos discursos poder-se-á inferir o seguinte:

- a necessidade de estratégias personalizadas, com base na escuta ativa dos jovens e na valorização das suas trajetórias singulares;
- a criação de programas nacionais obrigatórios de capacitação para a autonomia, que articulem formação, habitação, saúde e apoio emocional;
- a valorização do vínculo relacional como condição de sucesso da transição;
- políticas públicas que reconheçam a juventude não como uma fase de vulnerabilidade, mas como tempo de agência, construção identitária e cidadania ativa.

3.4.10. PERCEÇÕES DAS DIFICULDADES SENTIDAS PELOS JOVENS NA SAÍDA DA CAR

Os discursos dos jovens e dos profissionais convergem em relação às perceções das dificuldades sentidas na saída da CAR, reconhecendo a preparação para a autonomia como um processo informal, relacional e ambivalente, divergindo nas perceções quando ao processo heterogéneo, informal e relacional na preparação para a autonomia.

Juventude como construção social e heterogénea

Tanto os jovens como os profissionais reconhecem a heterogeneidade da juventude acolhida, dando conta da diversidade de experiências, condições de partida e ritmos de transição:

- os jovens expressam essa multiplicidade ao se posicionarem em diferentes estágios de preparação para a autonomia (ex. pré-autonomia e autonomia), em sintonia com Pais (1990) e Mannheim (1982).
- os profissionais admitem que "*os jovens não saem todos ao mesmo tempo nem com o mesmo nível de preparação*", reconhecendo que a transição é condicionada por fatores subjetivos e materiais.

Preparação para a autonomia: informalidade e ausência estrutural

Ambos os grupos reconhecem que a preparação para a vida adulta ocorre de forma informal, descontínua e insuficiente:

- os jovens referem-se a tarefas práticas do quotidiano como treinos autónomos (E4, E24), o que confirma os alertas de Del Valle & Quintanal (2006) e Pimentel *et al*. (2019).

- os profissionais admitem a ausência de programas regulamentados (E15), reconhecendo lacunas sistémicas já criticadas por Silva (2018) e Sousa (2015).

Autonomia como processo relacional

Ambos os discursos apontam que a autonomia não é apenas uma questão de independência funcional, mas implica apoio emocional e vínculos afetivos duradouros:

- os jovens valorizam a possibilidade de apoio pós-acolhimento (E23), articulando a autonomia com a presença simbólica da instituição;
- os profissionais reconhecem a importância da rede de suporte comunitária e institucional como elemento-chave da transição (E12, E21), conforme proposto por Rodrigues (2019) e Pappámikail (2010, 2013).

Aspirações e projetos de vida: entre o desejo e o obstáculo

Ambos identificam um conjunto de aspirações legítimas e socialmente valorizadas: casa, trabalho, formação, autonomia:

- os jovens formulam projetos em torno de habitação própria, negócio próprio, estudos superiores (E4, E5, E23), reforçando o modelo clássico de transição (Peralva, 1997);
- os profissionais reconhecem essas metas, mas alertam para a desconexão entre o sonho e a realidade: "*já a operacionalidade, a realidade*..." (E17).

O acolhimento como experiência ambivalente

Ambos reconhecem o acolhimento como um espaço ambíguo: simultaneamente de proteção e dependência, aprendizagem e limitação:

- os jovens identificam a CAR como um lugar de apoio, mas também de frágil capacitação para a vida adulta (E25, E29);
- os profissionais afirmam que "*o sistema tem falhado redondamente*" (E38), dando voz às críticas de Sousa (2016) e Cordeiro *et al.* (2023).

A ausência de políticas públicas estruturadas

Os discursos convergem no consenso em torno da falta de programas nacionais obrigatórios, com objetivos claros e acompanhamento após a saída da CAR:

- os jovens reconhecem a preparação como "tardia" e "mínima" (E28);

- os profissionais mencionam "*um começar do zero*" (E38), confirmando a crítica de Glynn (2020) e Cruz *et al.* (2024) à ausência de cuidados de continuidade pós-acolhimento.

Juventude como construção social e heterogénea

Discursos divergentes:

- os jovens tendem a valorizar as suas experiências como únicas e marcadas pela agência;
- os profissionais frequentemente inserem os jovens em categorias generalistas ou diagnósticas, reforçando uma leitura institucional da juventude.

Preparação para a autonomia: informalidade e ausência estrutural

- os jovens experienciam essa lacuna como uma fragilidade institucional concreta;
- os profissionais apontam-na como uma limitação do sistema macro, por vezes distanciando-se da responsabilidade direta pela resposta educativa e formativa.

Autonomia como processo relacional

- os jovens manifestam esperança transformadora;
- os profissionais tendem a adotar uma postura mais realista ou cética, considerando o peso das desigualdades sociais e a ausência de meios concretos para a sua concretização (Perez *et al*., 2018; Strahl *et al*., 2020).

Quadro: 3.7. Síntese comparativa: Perceções acerca das dificuldades na saída da CAR

Dimensão	Jovens	Profissionais
Juventude	Categoria vivida, situada e plural (Pais, 1990; Mannheim, 1982)	Reconhecida como diversa, mas muitas vezes lida a partir de padrões normativos
Preparação para a autonomia	Informal, insuficiente, pouco estruturada	Reconhecida como lacunar e desregulada
Autonomia	Processo relacional, com necessidade de retaguarda emocional (E23)	Processo social, mas condicionado à ausência de rede pós-acolhimento
Projetos de vida	Sonhos legítimos, mas permeados pela incerteza e realismo	Aspirações vistas como legítimas, mas frequentemente idealizadas (E17)
Acolhimento	Espaço de proteção, aprendizagem e dependência	Espaço ambivalente, entre suporte e fragilidade institucional
Políticas públicas	Perceção da carência de políticas efetivas e universais	Denúncia da ausência de normativos e apoio pós-acolhimento

A análise dos discursos dos jovens e dos profissionais revela tanto pontos de encontro como descontinuidades interpretativas, especialmente no que diz respeito às condições de transição para a vida adulta. Ambos reconhecem a importância da autonomia, mas divergem quanto à sua viabilidade e às condições para que esta se concretize. De acordo com Pappámikail (2013), Pais (1990), Groppo (2015) e Perez *et al*. (2018), fica evidente que a preparação para a autonomia exige mais do que atividades ou discursos motivacionais: requer políticas públicas integradas, normativos claros, programas intersetoriais e a valorização do jovem como sujeito de direitos e protagonista da sua trajetória.

3.4.11. PERCEÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE NORMATIVIDADE E DESVIO

Os discursos dos jovens e dos profissionais convergem nas perceções da rejeição do estatuto de desvio, na normatividade e no "limbo" simbólico do acolhimento, divergindo quanto à internalização da norma, na invisibilidade ou negação do contexto e no sentido de pertença *versus* invisibilidade estrutural, opondo-se liminarmente os jovens ao estigma.

Rejeição do estatuto de desvio

Tanto jovens como profissionais recusam explicitamente a categorização dos jovens acolhidos como "desviantes".

- os jovens afirmam-se como sujeitos "*normais*", que vivem no "*mesmo mundo*" que os seus pares, recusando o estigma institucional (E28), o que está em consonância com Becker (2009), que defende que o desvio é uma construção social atribuída por outros, e não uma qualidade intrínseca do comportamento;
- os profissionais ecoam essa ideia ao afirmar que "*os jovens têm os mesmos objetivos que qualquer outro jovem*" (E11), reforçando a ideia de igualdade geracional.

Ambos parecem partilhar uma estratégia de neutralização simbólica do estigma, mas diferem na forma como o enfrentam ou compreendem ('convergência teórica').

A instituição como espaço de rotinas e normatividade

Ambos reconhecem que as rotinas institucionais são centrais no quotidiano e que a instituição atua como espaço de normatividade, mas divergem na sua valorização crítica ou normativa ('convergência analítica').

- para os jovens, as rotinas são lidas como parte da normalidade, contribuindo para a organização da vida (E5), em linha com a ideia de rotinização simbólica como modo de construção da normalidade (Schutz, 1979);
- os profissionais apontam que "as instituições domesticam os corpos" e gerem o comportamento pela via de regras e espaços controlados, mecanismo que Foucault (1987) denominou como "tecnologia política do corpo";

"Limbo simbólico": entre a norma e a exceção

Ambos demonstram, de modo mais ou menos consciente, que o acolhimento é vivido como um espaço entre a norma e a exceção, um "*entre-lugar*":

- os jovens afirmam uma identidade "normativa", mas reconhecem as dificuldades específicas da sua trajetória;
- os profissionais admitem que, apesar da semelhança com outros jovens, os acolhidos vivem sem "rede familiar", o que os coloca numa condição de vulnerabilidade e exceção.

Esta tensão remete para um *limbo institucional* (Goffman, 1999), a para um poder disciplinar difuso que, enquanto protege, normaliza e vigia (Foucault, 1987).

Invisibilidade ou negação do contexto institucional

Divergência crítica e divergência simbólica:

- os jovens não verbalizam conflitos com as regras nem sanções explícitas. Essa ausência pode sugerir uma internalização da disciplina (Foucault, 1987), a sua naturalização ou ainda estratégias de resistência simbólica, onde a conformação surge como forma de autoproteção identitária (E5);
- os profissionais, por sua vez, embora reconheçam a existência de normas e rotinas, tendem a minimizar o impacto do acolhimento, considerando que "*a institucionalização não afeta*" a condição juvenil. Tal postura pode funcionar como negação do poder disciplinar, o que, segundo Goffman (1999), contribui para a invisibilidade da "mortificação do eu".

Os jovens reconhecem subtilmente o poder disciplinar pela via das rotinas; os profissionais tendem a desconsiderar esse efeito, encobrindo o papel normativo da instituição ('divergência crítica').

Sentido de pertença vs. invisibilidade estrutural

- os jovens expressam pertença a um universo comum e quotidiano partilhado, reforçando a ideia de "normalidade relacional" vivida nas interações do dia a dia (e.g., sair com o namorado, escolher a refeição). Essa pertença constitui-se como uma forma de resistência simbólica ao estigma, alinhando-se com Schutz (1979) sobre o papel dos contextos primários na construção identitária;
- os profissionais, embora valorizem o discurso da igualdade, demonstram 'cegueira' institucional face às desigualdades estruturais vividas pelos jovens acolhidos, não reconhecendo, os efeitos da rotulagem simbólica. Segundo Becker (2009), o rótulo é muitas vezes reproduzido inconscientemente por quem detém o poder de normalizar;

Os jovens resistem ao estigma a partir da vivência relacional; os profissionais, ao naturalizarem a condição de acolhimento, acabam por reproduzir, sem nomear, a estrutura de desigualdade simbólica ('divergência simbólica').

Quadro: 3.8. Síntese comparativa: Perceção sobre normatividade e desvio

Dimensão	Jovens	Profissionais
Identidade e desvio	Recusam o rótulo de desviantes, afirmam normatividade (Becker, 2009)	Afirmam que os jovens são iguais aos seus pares, mas minimizam o impacto institucional (Goffman, 1999)
Disciplina e regras	Naturalizam as rotinas, não verbalizam as punições (Foucault, 1987)	Reconhecem a disciplina, mas sem crítica explícita ao controlo simbólico
Pertença social	Vivem experiências quotidianas que geram pertença e vínculo (Schutz, 1979)	Ignoram os mecanismos de estigmatização e rotulagem
Norma vs. Exceção	Vivem num "*entre-lugar*": normais, mas com dificuldades	Reconhecem dificuldades, mas negam diferença significativa
Instituição como espaço simbólico	Espaço de construção de identidade e adaptação	Espaço de contenção e regulação, mas com linguagem "normativa"

A comparação dos discursos revela que os jovens resistem ativamente ao estatuto de desviante, enunciando narrativas de continuidade social e pertença. Por outro lado, os profissionais, ao afirmarem que os jovens escolhidos "são iguais aos outros", correm o risco de negar simbolicamente a especificidade e os desafios do acolhimento. Poder-se-á, assim, concluir o caráter de não neutralidade do acolhimento enquanto espaço de proteção, controlo, pertença e resistência.

Compreender essa ambivalência (Becker, 2009; Goffman, 1999; Foucault, 1987; e Schutz, 1979), será essencial para construir práticas educativas e políticas públicas que valorizem os jovens acolhidos não como sujeitos desviantes, mas antes como sujeitos de direitos e portadores de trajetórias plurais.

3.4.12. PERCEÇÕES ACERCA DOS CONCEITOS DE ESTIGMA E ROTULAGEM

Os jovens e os profissionais convergem nos seus discursos em relação à consciência do estigma enquanto construção social e, simultaneamente, à resistência e adaptação simbólica institucional dos jovens, divergindo na vivência subjetiva do estigma e na identidade institucional.

A consciência do estigma como construção social

Convergem nos discursos, de formas distintas, acerca da compreensão de que o desvio não é intrínseco, mas socialmente atribuído, tal como defende Becker (2009):

- os jovens, mesmo não nomeando explicitamente a estigmatização, demonstram estratégias discursivas de resistência simbólica: recusam o rótulo de "diferentes", afirmando-se como sujeitos com rotinas, desejos e desafios comuns (E5, E28);
- os profissionais, por seu lado, reconhecem abertamente o peso simbólico do rótulo associado ao acolhimento: "*Mesmo que não se queira, já vai aí um grande rótulo*..." (E7), validando a tese de Becker (2009) sobre o impacto social da rotulagem;

Ambos confirmam que o acolhimento é interpretado externamente como desvio, embora os jovens o ressignifiquem e os profissionais o denunciem.

O acolhimento como espaço disciplinar

Os jovens e os profissionais reconhecem o caráter normativo das casas de acolhimento, embora o valorizem de forma distinta:

- os jovens identificam as regras como mecanismos de aprendizagem, não necessariamente coercivos: "*as regras são boas*" (E28), "*as regras são adequadas a cada um*" (E25);
- os profissionais referem que o acolhimento opera como *instituição total* (Goffman, 1974), com regras rígidas, rotinas e vigilância;

Os discursos alinham-se ao reconhecerem que o controlo disciplinar se manifesta na organização do tempo, do espaço e das condutas, bem como existe consenso quanto à presença da disciplina estrutural (Foucault, 1987), no entanto, os jovens tendem a legitimá-la, enquanto os profissionais a reconhecem como parte de um sistema de poder normativo.

Resistência e adaptação institucional

Os discursos convergem parcialmente em relação à resistência e à adaptação institucional:

- alguns jovens relatam flexibilidade nas regras e adaptações consoante os perfis individuais (E25), o que indica espaços de autonomia relativa e contestação simbólica, o que Foucault (1987) descreve como micro-resistências dentro de sistemas disciplinares;
- os profissionais relatam estratégias para mitigar o estigma, como não revelar o estatuto de acolhido (E21), tentando neutralizar os efeitos da rotulagem.

Ambos os discursos, em momentos distintos, apontam para a possibilidade de agência e resistência simbólica, mesmo em contextos normativos.

A vivência subjetiva do estigma

- para os jovens, a experiência do acolhimento é ressignificada como espaço de aprendizagem e estrutura: valorizam a disciplina e a rotina como formas de preparação para a vida social, relativizando o controlo institucional (E23, E26, E28);
- já os profissionais descrevem o acolhimento como potencial fator de exclusão social, apontando consequências emocionais do estigma: sentimentos de inferioridade, isolamento e desigualdade (E7, E37);

Enquanto os jovens manifestam narrativas de adaptação e resistência, os profissionais evidenciam um olhar clínico e institucional sobre os efeitos negativos da rotulagem.

Estigma e identidade

- nos discursos dos jovens, há um esforço em afirmar uma identidade normativa e ativa, que resiste ao "self secundário" descrito por Becker (2009), evidenciando agência, resiliência e reinterpretação da vivência institucional;
- os profissionais, em contraste, identificam que os jovens interiorizam parcialmente o estigma, revelando sentimentos de inadequação e desigualdade (E7, E37), aproximando-se da conceção de mortificação do eu de Goffman (1999);

A divergência reside entre uma vivência da identidade como resistência simbólica (jovens) e uma interpretação da identidade como fragilizada pelo estigma (profissionais).

Quadro: 3.9. Síntese comparativa: Perceções sobre estigma e rotulagem

Dimensão	Jovens	Profissionais
Perceção do desvio	Recusam o rótulo, reivindicam normalidade (Becker, 2009)	Reconhecem o rótulo social e tentam mitigar os seus efeitos
Vivência institucional	Percecionam as regras como educativas e flexíveis	Identificam rigidez normativa e efeitos disciplinares (Goffman, 1974)
Impacto do estigma	Resistência simbólica, afirmação de identidade "normal"	Reconhecimento dos efeitos emocionais e sociais do estigma (Becker, 2009)
Função da rotina e disciplina	Instrumento de estrutura e aprendizagem (Foucault, 1987)	Mecanismo de controlo e "domesticação do corpo" (Foucault, 1987)
Estratégias de resistência	Adaptação e ressignificação da experiência	Práticas institucionais de proteção simbólica contra o estigma

A análise comparada revela que o acolhimento residencial é simultaneamente espaço de normatividade e de construção identitária, onde os jovens resistem à rotulagem por meio de narrativas de normalidade, e os profissionais oscilam entre a tentativa de neutralização do estigma e o reconhecimento das suas consequências.

De acordo com Becker (2009), Goffman (1999) e Foucault (1987), podemos afirmar que o desvio é construído relacionalmente, mais do que vivido como tal. O acolhimento, mesmo quando visto como suporte, opera como espaço de vigilância simbólica, e a normalização dos discursos, não elimina as estruturas de poder e requer políticas que reconheçam e combatam o estigma institucional, garantindo não apenas proteção, mas emancipação efetiva dos jovens.

3.4.12. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO OPORTUNIDADE

Os discursos dos jovens e dos profissionais convergem em relação à perceção do acolhimento enquanto espaço de oportunidade, divergindo na forma como se reconhece a diversidade de experiências no acolhimento, a complexidade da vivência e a limitação estrutural.

O acolhimento como espaço de experiências significativas e transformação

Reconhecem que o acolhimento proporciona momentos marcantes, afetos positivos e acesso a vivências estruturantes, muitas vezes vedadas no meio familiar de origem. Os jovens evocam memórias felizes: "*todas [as atividades] foram divertidas*" (E24); "*quando fomos ao Algarve*..." (E26), e descrevem a experiência em acolhimento como um processo de crescimento pessoal: "*veio para aqui sem tampa do poço e saiu com uma tampa*" (E28). Esta leitura alinha-se com Arpini (2003) e Costa, Santos & Vieira (2019), ao apontarem o acolhimento como possibilidade de reconstrução identitária;

- os profissionais confirmam que o acolhimento pode marcar uma rutura positiva com o passado: "*tiveram uma crise, foram acolhidos e conseguiram construir um caminho*" (E21). Destacam ainda o acesso à educação, à saúde, a uma alimentação e experiências estruturantes: "*não teriam acesso a estas atividades no seu meio natural*" (E10), conforme defendido por Perez (2018) e Calheiros *et al.* (2013).

Ambos os grupos percecionam o acolhimento como possibilidade de mudança positiva, acesso a direitos e espaço formativo, embora condicionado por diversos fatores.

Vínculos afetivos como fator crítico de sucesso

Ambos os grupos de entrevistados sublinham a importância das relações afetivas com os profissionais como fator essencial para a vivência positiva no acolhimento.

- os jovens identificam os profissionais da CAR como figuras de referência, acolhedores e constantes: "*aceitaram-me logo outra vez*" (E29). Estes vínculos permitem reconfigurar experiências anteriores de abandono ou negligência, como defendido por Santos (2013) e Rodrigues (2019);
- os profissionais reconhecem que o vínculo emocional é determinante: "*tiveram acompanhamento a vários níveis, algo que não tinham antes"* (E13), dando sentido ao acolhimento como espaço de substituição afetiva.

A qualidade da relação interpessoal entre jovens e cuidadores institucionais é consensualmente reconhecida como alicerce de transformação e inclusão.

O acolhimento como oportunidade e não punição

Rejeitam a ideia do acolhimento como castigo, contrariando o estigma social que muitas vezes acompanha o acolhimento:

- os jovens percecionam o espaço (CAR) como protetor, com rotinas que proporcionam normalidade e afetos;
- para os profissionais o acolhimento deve ser entendido como recomeço e oportunidade: "*não é visto como castigo*" (E2), como defendido por Rodrigues (2013) e Santos (2019).

Ambos os grupos se afastam de uma visão punitiva do acolhimento e defendem a sua função formativa e emancipadora. Apesar do tom positivo, existem divergências.

Idealização do acolhimento vs. complexidade da vivência institucional

- os jovens valorizam as experiências afetivas, as atividades de lazer e o sentimento de pertença: "*voltaram a aceitar-me*" (E29), com menor referência direta às desigualdades estruturais ou às dificuldades após a saída da instituição.
- os profissionais introduzem nuances e cautela: "*nem todos os jovens terão sucesso*" (E1); "*não podemos generalizar*" (E36, refletindo uma perceção mais crítica e consciente da desigualdade de base e da heterogeneidade dos percursos, como apontam Sousa (2016) e Pacheco (2010).

Enquanto os jovens tendem a ressignificar positivamente a sua experiência, os profissionais destacam a complexidade da intervenção e a diversidade de resultados possíveis.

Ideal normativo vs. limitação estrutural

- os jovens focam-se nas vivências, atividades e relações positivas, muitas vezes sem problematizar a ausência de políticas estruturadas para o futuro;
- os profissionais denunciam a falta de normativos claros e programas estruturados de transição: "*há jovens que crescem numa bolha*" (E33), alertando para o risco de dependência institucional e falência na autonomização, conforme destacado por Cordeiro *et al.* (2023) e Perez *et al.* (2018).

Enquanto os jovens tendem a valorizar as oportunidades vividas, os profissionais expressam maior consciência das limitações do sistema. Os profissionais reconhecem que o acolhimento pode gerar dependência e que os resultados positivos dependem de recursos, formação, políticas públicas e continuidade pós-institucional, elementos que foram pouco mencionados pelos jovens.

Quadro: 3.10. Síntese comparativa: Contexto residencial percecionado como oportunidade

Dimensão	Jovens	Profissionais
Perceção geral do acolhimento	Espaço de oportunidades, afeto e crescimento	Oportunidade de mudança, mas com riscos e desigualdade estrutural
Vínculos afetivos	Relações significativas com profissionais da CAR; sentimento de pertença	Profissionais como figuras de referência; os vínculos afetivos são valorizados
Experiências e atividades	Positivas, estruturantes, memoráveis	Instrumentais para compensar carências e ampliar horizontes
Transição para autonomia	Pouco problematizada, vivida com otimismo	Reconhecida como desafio, exigindo estrutura, apoio e programas específicos
Reconhecimento da desigualdade	Pouco explicitado nos discursos	Destacado como condicionante da eficácia do acolhimento
Conceção do acolhimento	Recurso afetivo e oportunidade de normatividade	Espaço de contenção, formação e vigilância

A convergência nos discursos do reconhecimento do acolhimento como um espaço de oportunidades emocionais, sociais e educativas, apresenta, no entanto, dissonâncias: os profissionais adotam uma visão mais crítica, enquanto os jovens tendem a construir narrativas centradas no afeto e nas experiências vividas, minimizando o impacto da ausência de políticas públicas e da fragilidade sistémica. Esta análise reforça a importância de um modelo de acolhimento que consubstancie afetividade, participação ativa, políticas públicas eficazes e acompanhamento pós-acolhimento transformando efetivamente o acolhimento numa plataforma de cidadania e autonomia, sustentada nos contributos de Arpini (2003), Rodrigues (2013), Sousa (2016), Cordeiro *et al.* (2023) e Santos (2019).

3.4.13. CONTEXTO RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO ESPAÇO PROTETIVO

Os discursos dos jovens e dos profissionais convergem na perceção do acolhimento enquanto espaço protetivo, afetivo e ambivalente, divergindo na proteção/suporte *versus* proteção/controlo e quanto a capacitar e conter.

O acolhimento como espaço de apoio e suporte emocional

Reconhecem o valor do acolhimento residencial enquanto espaço protetivo, sobretudo quando comparado às situações de mau-trato e negligência vividas no seio da família de origem:

- os jovens expressam sentir-se protegidos e seguros dentro da instituição: "*Aqui sinto-me completamente protegido*" (E4); "*sei que se fizer [algo], há sempre proteção*" (E23). Esta perceção confirma os estudos de Ferreira (2013) e Carvalho *et al.* (2020) sobre o papel estruturante da proteção institucional;
- os profissionais definem a instituição como "colo" e "retaguarda", assumindo um papel quase parental: "*Temos que agir pelo superior interesse deles…"* (E3). Este entendimento está em linha com a ideia de acolhimento como medida protetiva legal e afetiva;

Ambos valorizam a função protetiva do acolhimento, tanto em termos de segurança emocional, como de estabilidade material.

A importância dos vínculos afetivos

Ambos os discursos destacam a centralidade das relações afetivas no acolhimento como fator protetor e estruturante da identidade dos jovens, pelo que os discursos convergem:

- os jovens evocam experiências marcantes com os profissionais da CAR: "*Quando eu saí, fui para a (…) e a casa ficou toda a chorar...*" (E29). Esta vivência confirma a importância dos vínculos afetivos duradouros, conforme descrito por Santos (2019) e Rodrigues (2013);
- os profissionais, embora reconheçam a necessidade de limites, admitem que o afeto é parte essencial do processo: "*Aqui podem partir, podem chorar, têm sempre alguém que os conforte*" (E33).

Os vínculos interpessoais dentro das CAR são reconhecidos como elementos centrais para a resiliência emocional e o sentimento de pertença.

O paradoxo da proteção

Os discursos refletem a ambivalência do acolhimento, simultaneamente como um espaço de cuidado e também um espaço de controlo÷

- os jovens percecionam a proteção como recurso, mas também como obstáculo à independência;
- os profissionais reconhecem que o acolhimento pode assumir uma função disciplinadora e reguladora, como refere Foucault (1987): "*Eles podem estrebuchar, mas têm sempre suporte*" (E33).

Existe uma compreensão partilhada de que o acolhimento precisa de evoluir de um *modelo tutelar* para um *modelo de capacitação progressiva*.

Proteção como suporte vs. proteção como controlo

Apesar da valorização da proteção, surgem diferenças significativas na forma como os seus efeitos sobre a autonomia são interpretados:

- os jovens reconhecem que o excesso de proteção pode ser uma barreira à autonomia: "*É sempre bom também passarmos um bocado, para também aprendermos sozinhos*" (E25). Esta ambivalência foi destacada por Calheiros *et al.* (2013) e Perez *et al.* (2018) como um desafio à transição bem-sucedida para a vida adulta;
- os profissionais admitem que o acolhimento pode gerar uma dependência prejudicial, descrevendo os jovens como "*crescendo numa bolha*" (E33) ou "*com uma retaguarda demasiado confortável*". Tal como Sousa (2016) e Foucault (1987) alertam, esta proteção pode assumir a forma de uma tecnologia disciplinar, *treinando-os* para obedecer a normas internas, mas despreparando-os para a sociedade.

Enquanto os jovens identificam os limites da proteção na prática da autonomia, os profissionais apontam para o risco da dependência emocional e funcional gerada pela proteção excessiva.

Entre capacitar e conter

A ausência de programas estruturados para a autonomização é mencionada nos dois grupos, mas com nuances distintas:

- os jovens referem a informalidade da preparação para a autonomia: "*Temos reuniões… falam que temos de pagar rendas, procurar casa…*" (E29) e a ausência de um plano progressivo estruturado de capacitação;
- os profissionais referem essa ausência como um défice sistémico: "*Temos falhado redondamente*" (E38), e criticam a falta de regulamentação e de programas como o Umbrella Programme, já referidos por Glynn (2020) e Cordeiro *et al.* (2023).

Enquanto os jovens experienciam a preparação como insuficiente, os profissionais reconhecem a falta de políticas claras e integradas como principal obstáculo à capacitação plena.

Quadro: 3.11. Síntese comparativa: O contexto residencial como espaço protetivo

Dimensão	Jovens	Profissionais
Função protetiva	Percecionam a proteção como segurança e apoio emocional	Consideram a proteção essencial, legitimada pelo "superior interesse"
Limites da proteção	Identificam a proteção como possível obstáculo à autonomia	Reconhecem o risco de dependência emocional e funcional
Vínculos afetivos	Destacam os laços como fonte de pertença e identidade	Valorizam a relação como instrumento de suporte e regulação
Preparação para a autonomia	Sentem falta de estratégias e programas progressivos	Denunciam a inexistência de políticas públicas claras e estruturadas
Acolhimento como ambiguidade	Percecionam o acolhimento entre o afeto e o controlo simbólico	Reconhecem o acolhimento como espaço de cuidado e disciplina (Foucault, 1987)

A análise comparativa revela uma convergência quanto à valorização do acolhimento como espaço de proteção emocional e suporte, mas diverge quanto à sua função emancipadora. Ambos reconhecem o paradoxo da proteção: senão acompanhada de capacitação estruturada, pode limitar em vez de empoderar. Esta perceção de ambivalência do papel da CAR na autonomia dos jovens, reforça a necessidade da existência de programas de transição para a autonomia no acompanhamento pós-acolhimento que assegure uma transição segura (Santos, 2019; Sousa, 2016; e Cordeiro *et al.,* 2023).

3.4.14. CONTEXTO INSTITUCIONAL RESIDENCIAL PERCECIONADO COMO CASA

A análise comparativa dos discursos dos jovens acolhidos e dos profissionais relativamente à perceção da casa de acolhimento como "Casa" evidencia pontos convergentes na valorização simbólica e afetiva do espaço institucional, bem como divergências no modo como esta realidade é compreendida em termos de pertença, identidade e função social. As narrativas analisadas, articuladas com os contributos de Goffman (1974), Arpini (2003), Rodrigues (2013, 2019), Sousa (2016) e Santos (2013, 2019), permitem aprofundar esta reflexão em três dimensões principais: simbolismo do espaço, dinâmicas relacionais e limites institucionais. Os discursos dos jovens e dos profissionais convergem em relação à perceção do acolhimento enquanto espaço afetivo e relacional, divergem na conceção idealizada da instituição como casa, na resistência simbólica e na tensão institucional entre proteção, pertença e controlo.

Apropriação simbólica do espaço como "Casa"

- os jovens referem-se espontaneamente ao local como "casa", o que demonstra apropriação emocional e simbólica do espaço: "referem-se à Casa de Acolhimento como a 'casa'"; "O que faz a nossa casa especial, é quem a habita" (notas de campo);
- os profissionais reconhecem esta apropriação e apoiam-na: "*Porque moras cá. Porque esta é a tua casa*" (E9).

Esta convergência sustenta a ideia de que o acolhimento pode ser experienciado como um lar simbólico, quando estruturado com vínculos afetivos, rotinas partilhadas e espaços personalizados, conforme defendido por Arpini (2003) e Rodrigues (2013).

Vivências relacionais próximas da dinâmica familiar

- os jovens realizam experiências do dia a dia (preparar refeições, conviver, cuidar do espaço) como lógicas de vida familiar "*lancharam no alpendre, a conversar*"; "*ajudei a preparar o almoço*" (notas de campo);
- os profissionais referem-se à CAR como uma "família alargada" e a tentativa de educar "filhos" com base nas suas personalidades (E32).

Ambos valorizam a interação afetiva, a partilha do quotidiano e a participação nas tarefas, que fortalecem o sentimento de pertença e segurança emocional (Santos, 2013; Pimentel *et al.,* 2019).

Flexibilidade e adaptação das rotinas

- os jovens reconhecem a adaptação dos horários às suas necessidades e preferências;
- os profissionais destacam a importância de responder às "especificidades" e "necessidades" de cada jovem (E32).

A diferenciação pedagógica e o modelo organizacional flexível são interpretados positivamente por ambos, alinhando-se com as recomendações de Rodrigues (2019) e Silva *et al.* (2019) para um acolhimento centrado na criança/jovem.

Conceção idealizada vs. crítica da instituição como casa

- os jovens tendem a naturalizar o conceito de "casa", sem problematizar os limites simbólicos ou sociais dessa construção;

- os profissionais reconhecem os limites dessa metáfora: "*é uma casa, mas não substitui a família*", e a coexistência de funções protetivas e normativas (Sousa, 2016; Aguiar *et al.,* 2019).

Enquanto os jovens vivem a CAR como espaço familiar, os profissionais mantêm uma visão mais crítica e analítica, conscientes de que a CAR é simultaneamente apoio e mecanismo de normalização.

Estigma e resistência simbólica

- os jovens evitam referir-se à CAR como "instituição" e preferem "casa", resistindo simbolicamente ao estigma (Goffman, 1999);
- os profissionais apontam explicitamente para a existência de estigma externo: "*Na escola lhes dizem: 'Tu vens de uma instituição' e eles respondem 'Não. Eu estou numa casa'*" (E30).

A resistência ao estigma é comum, mas mais explícita e consciente nos profissionais, que percebem a carga social associada ao acolhimento (Faria *et al.,* 2008; Machado & Gonçalves, 2003).

Tensão institucional: proteção, pertença e controlo

Ambos reconhecem o acolhimento como espaço de proteção e segurança, mas com ambivalências:

- os jovens experienciam pertença, mas não verbalizam com clareza os mecanismos disciplinares;
- os profissionais reconhecem a dualidade entre afeto e controlo, entre proteção e normatividade (Sousa, 2016; Faria *et al.,* 2008).

A dupla função da CAR (afetiva e disciplinadora) é mais evidente nos discursos dos profissionais, enquanto os jovens valorizam mais as dimensões emocionais e quotidianas.

Quadro: 3.12. Síntese comparativa: Perceções acerca do contexto residencial como 'Casa'

Dimensão	Jovens	Profissionais
Apropriação simbólica do espaço	Percecionam a CAR como "casa"; personalizam os espaços	Confirmam essa perceção, incentivam a vivência simbólica da casa
Relações com cuidadores	Relações próximas, lúdicas e afetivas	Valorizam vínculos, referem "família alargada"
Adaptação e flexibilidade	Horários e regras ajustados às rotinas	Estratégia intencional, com base nas especificidades dos jovens
Crítica à lógica institucional	Ausente ou pouco refletida	Reconhecem os limites simbólicos e estruturais do acolhimento
Estigma e resistência simbólica	Recusa da designação "instituição"; afirmação de normatividade	Refletem sobre o estigma e promovem estratégias de proteção simbólica
Ambiguidade do acolhimento	Vivência afetiva; poucas menções à normatividade	Consciência da coexistência entre afeto, disciplina e controlo social

Os discursos demostram que jovens e profissionais partilham uma visão afetiva e acolhedora do acolhimento, valorizando-o como espaço de pertença e oportunidade, mas os profissionais assumem uma posição mais reflexiva, alertando para os limites da metáfora da 'casa', os riscos de menorização simbólica e a função disciplinadora implícita na proteção institucional (Sousa, 2016; Goffman, 1974). À luz dos autores mobilizados, defende-se a necessidade de manter um equilíbrio entre familiaridade e profissionalismo, afetividade e capacitação, para que a 'casa' de acolhimento funcione como espaço de transição positiva, e não de contenção ou reprodução de desigualdades.

3.4.15. PERCEÇÕES SOBRE O CONCEITO DE REPRODUÇÃO SOCIAL

O discurso dos profissionais sobre a juventude acolhida revela uma compreensão ambivalente, oscilando entre a *reprodução social* e o potencial de transformação dos jovens em acolhimento. Muitos identificam um *desequilíbrio identitário* vivido pelos jovens entre a cultura familiar de origem e as experiências da casa de acolhimento, numa lógica de *dualidade simbólica* (Mannheim, 1982).

Esta tensão, frequentemente, conduz ao retorno a padrões disfuncionais, reforçando os mecanismos de socialização primária e a *reprodução de desigualdades*, tal como teorizado por Berger & Luckmann (1999) e Bourdieu (1977).

Ainda assim, os profissionais relatam trajetos de superação e mudança voluntária, nos quais os jovens rejeitam conscientemente os modelos herdados e constroem *alternativas identitárias e sociais.* Esta leitura aproxima-se da perspetiva construtivista da juventude defendida por Pais (1990), Groppo (2015) e Pappámikail (2013), que destacam a capacidade de *agência dos jovens*, especialmente quando suportada por experiências institucionais positivas. A dimensão cultural e identitária também surge como central nas suas narrativas. Os profissionais reconhecem que os jovens *vivem em trânsito entre culturas e pertenças simbólicas*, o que acarreta instabilidade, mas também oportunidade de autorreflexão e transformação (Pais, 2003; Giddens, 2000). Por outro lado, permanece presente uma perceção clássica da juventude como grupo de risco, particularmente no que diz respeito à delinquência e subsidiodependência (Trentin, 2011; Groppo, 2015), ainda que alguns reconheçam que o risco é amplificado pelas desigualdades estruturais (Beck, 1998; Castel, 2005).

Em síntese, os discursos profissionais revelam uma tensão entre uma *visão determinista*, que associa o acolhimento à reprodução de trajetórias vulneráveis, e uma *visão emancipatória,* que entende o acolhimento como uma plataforma para a mudança social e o desenvolvimento da autonomia.

Esta ambiguidade evidencia a importância de promover políticas públicas e práticas institucionais que reconheçam a diversidade biográfica e cultural dos jovens, garantindo apoio continuado, capacitação gradual e mediação simbólica eficaz entre passado e futuro.

3.4.16. Convergências e Divergências nas Perceções entre Jovens e Profissionais

Quadro: 3.13. Convergências e Divergências nas Perceções entre Jovens e Profissionais

Categoria	Convergências	Divergências
Lugar da Família	Família de origem frequentemente falhou; *centralidade simbólica* da futura família; laços afetivos persistentes.	Jovens priorizam formação familiar para identidade/ *reparação emocional*; profissionais priorizam *autonomia instrumenta*l.
Regulamentos Institucionais	*Estruturas normativas rígidas*, rotinas, vigilância; tensão entre *controlo e flexibilidade.*	Jovens não se percecionam como desviantes, reconhecem as *normas como úteis*; profissionais percecionam acolhimento como "*desvio necessário*".
Participação	*Participação mediada por adultos*; tensão entre *retórica e prática* institucional.	Jovens frustrados pela falta de escuta ativa, percecionam a *participação como privilégio*; profissionais *relativizam participação plena*.
Relação Institucional	Centralidade da *dimensão afetiva*; coexistência de *proximidade* e *autoridade hierárquica*.	Jovens *naturalizam normatividade*, não enfatizam vigilância; profissionais percecionam relação *como apoio e controlo*, atuando como avaliadores.
Escola e competências transversais	*Importância da escola* para o futuro e autonomia; valorização *de competências transversais* para a vida adulta.	Jovens *ambivalentes* com escola, não a percecionam acessível; profissionais explicam insucesso com "bagagem social".
Preparação p/ Autonomia	Relevância da preparação para a vida adulta; *valorização de competências práticas* e *apoio emocional*; *informalidade das práticas*.	Jovens percecionam *programas como pontuais/insuficiente*s; profissionais *naturalizam informalidade*, focam em tarefas diárias.
Aspirações Futuras	*Autonomia* como objetivo central; aspirações legítimas e socialmente reconhecidas; família como *âncora simbólica.*	Jovens *expressam emoções* diretamente; profissionais apresentam *leitura normativa*; jovens enfatizam *afetividade*; profissionais valorizam *resultados funcionais*.
Normatividade e Desvio	*Rejeição* do estatuto de desviante; CAR como espaço de normatividade e de rotinas; "*limbo simbólico*".	Jovens *não verbalizam conflitos* com regras; profissionais minimizam impacto do acolhimento; jovens expressam *pertença:* profissional "cegueira *institucional*".
Estigma e Rotulagem	Consciência do estigma como *construto social*; acolhimento como *espaço disciplinar*; *resistência e adaptação*.	Jovens *ressignificam* o acolhimento; profissionais apontam *consequências emocionais* do estigma.
Contexto Protetor	Acolhimento como *proteção* e *apoio emocional*; importância dos *laços afetivos*; *paradoxo da proteção*.	Jovens reconhecem *proteção excessiva* como barreira; profissionais admitem *dependência* ("crescer numa bolha").
Contexto de Oportunidade	Acolhimento como espaço de *experiências significativas*; *laços afetivos* como fator de sucesso; acolhimento como *oportunidade* e não punição.	Jovens *idealizam o acolhimento*, com menos referência a desigualdades; profissionais introduzem nuances críticas sobre *desigualdade e falta de programas*.
Perceção de 'Casa'	*Apropriação simbólica do espaço* como "casa"; *experiências relacionais próximas* da família; *flexibilidade de rotinas*.	Jovens *naturalizam "casa*" sem problematizar limites; profissionais reconhecem limites da metáfora; jovens evitam "instituição", profissionais apontam estigma externo.

CONCLUSÃO

A proteção à infância e juventude em Portugal tem percorrido uma trajetória histórica complexa, caracterizada por uma evolução gradual de uma abordagem centrada predominantemente na família para uma crescente intervenção do Estado. Este percurso culminou na adoção de políticas públicas assentes em um modelo mais participativo e menos judicializado, fortemente influenciado pelas convenções internacionais.

Contudo, apesar dos avanços legislativos e da intenção de desjudicialização e participação, persiste uma lacuna entre as disposições legais e as práticas sociais. Esta discrepância entre o *ideal normativo* e a *realidade vivida* constitui um desafio fundamental à eficácia e ao alinhamento com os direitos da proteção à infância e juventude. Apesar de todas as reformas legislativas, considera-se que estas ainda serão insuficientes na cultura institucional, na formação dos profissionais do sistema de promoção e proteção e na capacitação dos jovens. Esta desarticulação entre a política e a prática torna-se uma lente analítica central para a avaliação crítica do sistema.

O acolhimento, longe de ser um simples dispositivo técnico, revela-se como um campo de forças onde se cruzam políticas públicas, trajetórias familiares, expectativas normativas e sonhos individuais. É nesse multiverso entrecruzado que se formam, se propiciam ou dificultam, projetos de vida dos jovens acolhidos. Da análise das convergências e divergências nas perceções entre jovens em acolhimento e de profissionais, que os acompanham, procurámos compreender como as tensões percolam, ou seja, como as tensões se furtivam, se alinham e ou se desviam dos declarados objetivos nas políticas nacionais de proteção à infância e à juventude.

A análise crítica do acolhimento residencial revela a persistência de dinâmicas institucionais marcadas por elementos de controlo disciplinar e institucionalização simbólica, mesmo após reformas legislativas orientadas para a desjudicialização e a participação (Foucault, 1987; Goffman, 1974; Becker, 2009). Esta tensão entre o ideal normativo e a realidade vivida é amplamente documentada na literatura nacional e internacional (Aguiar, Martins & Rosa, 2019; Sousa, 2016; Rodrigues, 2019), e confirma-se nos dados empíricos desta investigação.

Apesar da separação legal dos sistemas de proteção e justiça e dos esforços de desjudicialização, persistem ainda nas dinâmicas institucionais do acolhimento residencial elementos de uma instituição total e de controlo disciplinar. Pelos jovens a provável naturalização da disciplina, e do lado dos profissionais a perceção consciente sobre o controlo e a rotulagem, são ambas evidências de que a transição do controlo judicial ainda não conseguiu excluir dinâmicas de poder institucionais internas.

Reconhece-se a presença de regras formais, rotinas predefinidas e vigilância contínua, que impõem limitações à liberdade individual e que impactam da identidade dos jovens.

Contudo, esta rigidez coexiste com flexibilidade, onde as regras são adaptadas ou negociadas, indiciando uma agência subjetiva por parte dos jovens e uma mudança mais relacional para as práticas por parte dos profissionais. Sobressaindo, a dimensão afetiva da relação institucional mutuamente valorizada como um elemento estruturante da experiência, com os jovens a descreverem relações próximas e empáticas, reconhecendo ambos a importância dos laços afetivos para o bem-estar e estabilidade, embora conservando uma estrutura hierárquica de autoridade.

Atrevemo-nos a afirmar que decorrida a análise do objeto de investigação, esta aprofunda uma internalização do controlo e deteta uma perceção de participação que se aproxima da ilusão. Apesar do enquadramento político visar um modelo desjudicializado e participativo, os jovens não articulam uma crítica explícita à normatividade institucional, e a disciplina afigura-se naturalizada no quotidiano. Os profissionais, embora conscientes das estruturas de controlo, frequentemente naturalizam estas práticas como sendo inerentes à proteção. Consequentemente, a agência dos jovens é percebida como um privilégio condicional, e não como um direito inerente, o que contraria o pleno desenvolvimento da consciência crítica e impede o envolvimento ativo preconizados de participação plasmados pela CDC. Esta persistente constatação perpetua as relações de poder e tutela, onde existe a forma de participação figurada, mas na verdade a substância genuína e a tomada de decisão partilhada permanecem ausentes. Isto gera um sistema onde os direitos são reconhecidos no discurso, mas não são plenamente realizados prática.

Nesta alegoria, ou simbolismo de boas práticas, a participação com força legal é simulacro, onde os jovens participam, mas não são genuinamente ouvidos, não favorece a capacitação e prejudica a sua autoestima e autonomia.

Esta lacuna representa um ponto de falha crítico, minando o espírito da CDC, podendo até impossibilitar a capacitação dos jovens, incutindo ou ensinando-lhes que a sua agência é condicional, em vez de inerente.

A ênfase nos direitos de participação e proteção da CDC serve como enquadramento crucial para entender o paradigma baseado em direitos na transição para a vida adulta e nos programas de apoio, realizados nas casas de acolhimento. Torna-se bastante evidente a lacuna entre a política baseada em direitos e as práticas institucionais, em que frequentemente se negligencia ou subvaloriza aspetos cruciais de uma participação juvenil genuína. Os dados empíricos demostram que os jovens sentem que a proteção excessiva pode ser uma barreira à autonomia, enquanto o foco dos profissionais na autonomia instrumental sugere uma abordagem funcionalista.

A preparação para a autonomia carece de multifacetadas dimensões, instrumentais, relacionais, emocionais e de formação de identidade, para uma transição bem-sucedida para a vida adulta. Os dados empíricos revelam, de forma clara, a ausência de programas formalizados e estruturados de preparação para a autonomia e de apoio pós-acolhimento, o que compromete o objetivo político de preparar os jovens para uma vida adulta independente.

A análise revela que as Casas de Acolhimento Residencial, no seu papel legítimo e crucial de fornecer segurança, proteção e cuidado, embora necessários para o bem-estar das crianças e jovens em perigo, pode conduzir a um estado de dependência inadequado aos jovens para as complexidades da vida adulta independente. Tal reclama a nossa atenção para desequilíbrios sistémicos onde a proteção excessiva pode encobrir a participação e formas adequadas de capacitação, gerando vulnerabilidade crítica aquando da saída do acolhimento. A tensão entre a necessidade de *segurança* e o imperativo de fomentar a *independência* e a *autonomia* é acentuada pelo défice sistémico de programas estruturados para a autonomia.

O "paradoxo da proteção", o "limbo simbólico" da identidade e a luta por uma participação genuína dos jovens acolhidos, conforme observado na investigação, não são ocorrências isoladas, mas antes reflexos de temas universais na literatura sobre o acolhimento e os seus efeitos a longo prazo no desenvolvimento e na transição para a vida adulta. Isto sugere que o contexto português, embora único na sua evolução política, lida com questões fundamentais comuns aos sistemas de acolhimento em outros países.

A observação e as narrativas dos jovens em acolhimento indicam que estes rejeitam a categorização de “desviantes", pois partilham o mesmo universo social tal qual os seus pares. Reconhece-se, no entanto o acolhimento como "limbo simbólico" entre a norma e a exceção, onde os jovens afirmam uma identidade normativa apesar das dificuldades específicas. Esta compreensão mútua estende-se à apropriação emocional do espaço de acolhimento como ‘casa’, evidenciando uma tentativa de normalização da experiência, apesar do estigma institucional. Entendemos que os esforços dos jovens para afirmar uma identidade normal e ressignificar a CAR como ‘casa’ são atos de resistência, evidenciando a natureza perversa da rotulagem social. Não obstante a intenção benévola de segurança e proteção, constata-se que o ato de colocar jovens no sistema de acolhimento pode constituir um estigma, provavelmente, veiculando um rótulo perverso que no inconsciente perdurará. Isto implica que o sistema, ao acolher e categorizar cria, inadvertidamente, um marcador social que pode ocasionar exclusão e um desafio na identidade das crianças e jovens acolhidos. Segundo Aguiar, Martins & Rosa (2019), a cegueira institucional dos profissionais, quanto às desigualdades estruturais, pode inadvertidamente perpetuar o estigma e contribuir para a reprodução social, apesar da rejeição de desvio. Embora bem-intencionado, o discurso profissional, tem grande efeito em moldar ou limitar a compreensão das experiências e aspirações dos jovens. Porquanto, os profissionais priorizam aspetos instrumentais da autonomia e projetos de vida lineares, e sinalizam desajustamentos nas aspirações mais relacionais, emocionais e fluidas dos jovens, particularmente no que diz respeito à centralidade simbólica da família.

Ao interpretar os desejos dos jovens através de uma lente normativa ou compensatória, os profissionais podem perder oportunidades de capacitar genuinamente os jovens e apoiar os seus percursos de autonomia.

Este ‘olhar profissional’ pode inadvertidamente reforçar os desequilíbrios de poder e limitar o potencial transformador do acolhimento, sugerindo que a análise crítica contínua e a formação profissional são essenciais para alinhar as práticas com as políticas modernas de proteção, baseadas principalmente nos direitos de participação.

A articulação crítica dos resultados empíricos do estudo com o quadro teórico e as políticas públicas de proteção à infância e juventude em Portugal, nesta investigação permitiu-nos firmar três classes de resultados: (i) confirmação; (ii) refutação; (iii) revelação.

(i) A investigação **confirma** as seguintes hipóteses teóricas:

Amplamente reconhecida, a necessidade de intervenção do Estado na proteção da infância e juventude, em contextos marcados por disfunções familiares, sendo validada tanto por jovens como por profissionais do setor. Ambos os grupos identificam as situações de vulnerabilidade social e relacional como fatores determinantes que conduzem ao acolhimento institucional;

A centralidade simbólica da família na trajetória dos jovens manifesta-se de forma consistente nas suas perceções, abrangendo tanto a família de origem, mesmo quando marcada por disfunções, como o desejo projetado de constituir uma família própria no futuro. Relevância igualmente reconhecida pelos profissionais, evidencia a persistência do ideal familiar como referência estruturante nas representações sociais da juventude; a centralidade simbólica da família, mesmo em contextos de rutura, emerge como um eixo estruturante das representações dos jovens, tal como identificado por Alves et al. (2024), Dias, Sequeira & Guadalupe (2016) e corroborado pelos discursos dos jovens entrevistados. Esta dimensão afetiva, embora frequentemente desvalorizada pelas práticas institucionais, revela-se essencial para a construção de identidades resilientes e projetos de vida significativos.

Entre os jovens, a escola é reconhecida como um vetor fundamental na promoção da autonomia individual e na possibilidade de mobilidade social. Contudo, esta valorização contém significativas nuances, particularmente no que respeita ao acesso desigual e às diferentes perceções que os jovens constroem sobre o seu papel emancipador.

A investigação confirma a importância da escola como vetor de mobilidade social e emancipação, ainda que marcada por desigualdades de acesso e perceções ambivalentes (Dayrell, 2013; Bourdieu & Passeron, 1977). A escola é simultaneamente espaço de oportunidade e de reprodução de desigualdades, sendo necessário repensar as suas práticas à luz de uma pedagogia mais inclusiva e culturalmente sensível;

O acolhimento residencial é extensamente validado como um espaço que garante proteção física, oferece também segurança emocional e, ainda, suporte afetivo. Esta dimensão relacional é central na experiência dos jovens acolhidos, contribuindo para a reconstrução de vínculos e para a estabilização subjetiva em contextos de vulnerabilidade;

O enquadramento legislativo português tem evoluído e progressivamente se orientando para um modelo de proteção centrado nos direitos da criança e do jovem, afastando-se da anterior abordagem, predominantemente, judicializada. Esta profunda alteração normativa constitui o alicerce do sistema atual de promoção e proteção, refletindo uma mudança paradigmática nas políticas públicas de proteção à infância e à juventude.

(ii) A investigação **contradiz** as seguintes hipóteses teóricas:

Mesmo com a reorientação política no sentido da desjudicialização e da promoção da participação juvenil, os dados evidenciam uma discrepância entre o discurso normativo e a prática efetiva. A participação dos jovens é percecionada como sendo limitada, apenas mediada por adultos e de natureza simbólica, com a autoridade decisória final a permanecer nas mãos dos profissionais. Esta realidade contraria os princípios consagrados na CDC, que preconiza uma participação genuína, substantiva e centrada na escuta ativa das crianças e jovens. O objetivo institucional de promover a autonomia plena dos jovens em acolhimento é comprometido pela informalidade, fragmentação e insuficiência dos programas de transição para a vida adulta.

Esta lacuna contribui para o que pode ser designado como um “paradoxo da proteção”, em que a própria lógica protetiva do acolhimento tende a gerar dinâmicas de dependência institucional, em vez de fomentar trajetórias emancipatórias e sustentáveis;

O sistema de proteção rejeita explicitamente a rotulagem dos jovens como desviantes, contudo na prática, observa-se que o próprio enquadramento institucional não acautela, contribuindo também para a estigmatização e para a reprodução das desigualdades sociais.

Esta contradição entre a intenção protetiva e os efeitos sociais produzidos é reconhecida tanto pelos jovens como pelos profissionais, que denunciam os impactos simbólicos e estruturais associados à experiência do acolhimento;

A perspetiva dos profissionais tende a privilegiar uma conceção de autonomia de cariz instrumental, frequentemente associada a percursos de vida lineares e normativos, visão que contrasta com as aspirações dos jovens, por estes expressarem projetos de vida mais relacionais e não lineares, nos quais a centralidade emocional da família, mesmo em contextos de rutura, continua a desempenhar um papel estruturante nas suas representações e desejos futuros.

(iii) A investigação permitiu revelar aspetos **inovadores**:

O paradoxo da proteção. A investigação revela que a aplicação de medidas de proteção, como o acolhimento residencial, embora vital, pode tornar-se uma barreira à autonomia dos jovens acolhidos, ao criar uma "bolha protetora" que impede o desenvolvimento de competências essenciais para a vida adulta independente. Os dados empíricos revelam uma lacuna crítica entre os objetivos das políticas e a realidade institucional no que se refere à preparação para a autonomia. A ausência de programas estruturados e formalizados de autonomização, já identificada por Calheiros *et al.* (2013), Pimentel *et al.* (2019) e Perez *et al.* (2018), compromete a transição para a vida adulta e perpetua o paradoxo da proteção: uma lógica protetiva que, ao invés de capacitar, gera dependência institucional;

A naturalização da disciplina. Os jovens ao não se oporem abertamente a regulamentos, rotinas e regras rígidas, tendem a internalizar e a percecionar como parte da normalidade ou como úteis para a coexistência, o que sugere uma forma subtil de controlo institucional. A naturalização da disciplina e a perceção da participação como simbólica, e não substantiva, refletem uma cultura institucional que ainda não incorporou plenamente os princípios da CDC. Esta constatação é reforçada por autores como Malaquias (2018), Valdés (1995) e Holt (1974), que alertam para os riscos de uma participação simbólica que não reconhece as crianças e jovens como sujeitos de direitos;

A “cegueira institucional”. A investigação expôs uma tendência dos profissionais para minimizar o impacto das desigualdades estruturais e do estigma na vida dos jovens, apesar de reconhecerem o estigma externo (Aguiar, Martins & Rosa, 2019).

Isto sugere uma forte desconexão entre a intenção e o impacto real das práticas. Os profissionais, embora bem-intencionados, tendem a interpretar os desejos dos jovens através de uma lente normativa e compensatória, desvalorizando as suas aspirações relacionais e emocionais. Esta tendência reforça os desequilíbrios de poder e limita o potencial transformador do acolhimento, como já apontado por Rodrigues (2019), Cabral (2013) e Simões (2014);

O paradigma judicializado. Após concernentes reformas legislativas de desjudicialização do sistema de proteção, persistem sombras e dinâmicas com características de *instituição total* e controlo perverso, observando-se que as mudanças legais[4] não foram acompanhadas por uma transformação cultural e operacional profunda nas casas de acolhimento;

A propriedade institucional. A transição da propriedade parental para a propriedade institucional sugere que, na ausência de uma plena autonomia, e dada a natureza de controlo das instituições, os jovens podem transitar de uma dependência familiar para uma dependência institucional, onde as suas vidas são fortemente geridas pela instituição, limitando a sua agência.

Contribuições para o sistema de proteção à infância e juventude em Portugal, ou **recomendações** de políticas públicas e práticas institucionais:

- Reforçar os mecanismos de participação: implementar mecanismos robustos e efetivos de participação adequados à idade e genuinamente capacitadores para as crianças e jovens em todas as decisões que afetam as suas vidas, seja na comunidade (e nas várias instituições onde se inserem), seja nas casas de acolhimento como nos processos judiciais e administrativos (Cabral, 2013; Silva, Oliveira & Marques, 2019).

[4] Tal como definido na Portaria n.º 450/2023 de 22 de dezembro, as casas de acolhimento "*devem organizar-se por forma a assegurar o máximo de bem-estar, uma efetiva igualdade de oportunidades, a satisfação integral das necessidades específicas, incluindo o desenvolvimento de competências de autonomia e a efetiva promoção e o exercício dos direitos das crianças e jovens que acolhem*. (…) *As unidades residenciais acolhem, no máximo, 15 crianças ou jovens, conferindo particular atenção à situação de trauma e crise em que aqueles se encontram, de forma a proporcionar uma intervenção capaz de propiciar sentimentos de proteção, segurança e empatia, garantindo a satisfação das necessidades imediatas num clima afetivo, securizante e protetor, devendo designadamente assegurar (…) Um ambiente integralmente reparador, com intencionalidade terapêutica (…) assegurando um ambiente protetor e potenciador de relações de afetividade seguras e promotoras de competências e valores, aproximando-se o mais possível de um contexto familiar.*

Este processo deve ultrapassar a lógica da mera consulta, promovendo práticas de cocriação e tomada de decisão partilhada, em plena consonância com os princípios de participação consagrados na CDC;

- Formalizar programas estruturados de autonomia: desenvolver e implementar programas nacionais, progressivos, padronizados e individualizados de preparação para a autonomia, que se iniciem precocemente e se prolonguem para além da saída do acolhimento (Perez *et al*., 2018; Pimentel *et al*., 2019). Estes programas devem abranger competências instrumentais, bem como competências emocionais, relacionais e sociais, colmatando a ausência de respostas integradas de apoio pós-acolhimento;
- Criar e desenvolver serviços de apoio pós-acolhimento: estabelecer redes formais, estruturadas e adequadamente financiadas de acompanhamento e apoio pós-acolhimento, incluindo programas de mentoria, acesso à habitação, emprego e serviços de saúde mental, para garantir uma transição mais suave e segura para a vida adulta;
- Combater as desigualdades estruturais e o estigma: implementar políticas que combatam ativamente o estigma social associado ao acolhimento residencial desafiando práticas discriminatórias, incluindo uma maior integração dos jovens em acolhimento em atividades comunitárias e contextos educativos regulares, e fornecer apoio direcionado para mitigar os efeitos da rotulagem simbólica;
- Reavaliar o papel da família: desenvolver políticas que reconheçam e apoiem a centralidade simbólica duradoura da família para os jovens em acolhimento, através do desenvolvimento de intervenções terapêuticas para processar o trauma familiar, apoio à capacitação parental e intervenção sistémica na reunificação familiar que priorizem o bem-estar emocional e a agência do jovem;
- Melhorar a formação e supervisão profissional: proporcionar formação contínua e obrigatória aos profissionais de acolhimento residencial (Nunes, 2018; Arizmendi & Almeida, 2019), com foco em cuidados informados sobre o trauma, teorias do desenvolvimento da infância e juventude, liderança e metodologias participativas;

- Mitigar o controlo institucional interno: rever e reformular regulamentos e rotinas institucionais para garantir a flexibilidade e o fomento da autonomia e da agência, em vez da perpetuação da representação de *instituição total*, permitindo a capacitação dos jovens na cocriação e adaptação das regras, quando apropriado.

A presente investigação fornece uma análise aprofundada e multifacetada do fenómeno do acolhimento residencial, todavia ainda sugere outras linhas de investigação:

- Estudos longitudinais para acompanhamento das trajetórias de jovens após a saída do acolhimento residencial, avaliando o impacto a longo prazo da experiência de acolhimento, da preparação para a autonomia e do apoio pós-acolhimento no seu bem-estar, integração social e qualidade de vida.
- Estudos comparativos com outros países para identificar boas práticas em modelos participativos, preparação para a autonomia e redução do estigma no SPP.
- Avaliação do impacto da formação profissional e da eficácia de programas de formação específicos destinados a mudar as perceções e práticas dos profissionais para abordagens baseadas em direitos e centradas nos jovens.
- Investigações e projetos liderados por jovens com experiência de acolhimento, financiados e apoiados, capacitando-os para definir questões de investigação e metodologias, garantindo assim que as suas perspetivas são centrais para a produção de conhecimento e para a alteração de políticas públicas.

Oito breves notas finais:

A presente investigação apresenta algumas limitações inerentes à sua natureza metodológica e ao âmbito empírico delineado.

Em primeiro lugar, por se tratar de um estudo de natureza qualitativa, centrada em entrevistas e observação participante, apesar de privilegiar a profundidade interpretativa, foca-se nas perceções e experiências subjetivas de um grupo específico de jovens e profissionais, pelo que os resultados podem não ser diretamente generalizáveis a todos os contextos de acolhimento residencial em Portugal.

Em segundo lugar, os dados recolhidos baseiam-se nas narrativas e perceções dos participantes, o que, embora crucial para a compreensão da experiência vivida, não reflete a totalidade da realidade social, pois outras perspetivas não foram incluídas no estudo.

Acresce ainda que a participação dos jovens e profissionais foi voluntária, o que pode introduzir um viés de seleção, dado que os discursos recolhidos podem refletir maior predisposição para a reflexão crítica ou para uma maior colaboração com a investigação.

Em terceiro lugar, importa reconhecer que a posição da investigadora no terreno, ainda que reflexivamente assumida, pode ter influenciado as interações e os dados produzidos, pelo reconhecimento dos seus pares, exigindo uma constante atenção aos efeitos da presença e da mediação investigativa no processo de construção do conhecimento.

Em quarto lugar, embora a investigação identifique lacunas significativas entre as políticas sociais e as práticas institucionais, a sua profundidade na explicação das causas subjacentes a estas lacunas pode ser limitada, por ser contextualizada e situada, exigindo estudos complementares.

Em quinto lugar, tratando-se de uma investigação de natureza qualitativa, a ausência de dados quantitativos sobre resultados a longo prazo ou a prevalência de certas experiências, impede uma análise estatística mais abrangente do impacto do acolhimento e das intervenções e não permite extrapolações estatísticas.

Em sexto lugar, embora a investigação tenha proporcionado uma análise aprofundada das perceções sobre o acolhimento residencial, reconhece-se o demarcado alcance e a interpretação dos seus resultados. O reduzido número de jovens que foi possível entrevistar constitui um constrangimento significativo à generalização das conclusões.

Embora a abordagem qualitativa privilegie a profundidade sobre a amplitude, uma amostra limitada pode não capturar a diversidade completa das experiências e perspetivas presentes no universo do acolhimento residencial em Portugal, afetando a representatividade dos resultados.

Em sétimo lugar, os constrangimentos contextuais severos condicionaram o trabalho de terreno, pelas circunstâncias decorrentes das restrições de acesso impostas pelo período pandémico e pós-pandémico. As medidas de saúde pública implementadas durante este tempo limitaram substancialmente a interação presencial e o acesso direto às casas de acolhimento e aos jovens, o que poderá ter influenciado a recetividade posterior das casas de acolhimento à investigação.

Por último, sublinha-se o caráter profundamente comprometido desta investigação, marcado pelo envolvimento prolongado e situado da investigadora, cuja experiência profissional na área da infância e juventude constitui um elemento estruturante do processo investigativo. Esta dupla condição (enquanto investigadora e profissional) não só enriqueceu a análise pela proximidade aos contextos e sujeitos estudados, bem como orientou uma postura ética centrada na escuta ativa, na valorização das vozes dos participantes e na defesa dos seus direitos. Reconhece-se, contudo, que este posicionamento implicado pode ter influenciado, consciente ou inconscientemente, a produção e interpretação dos dados, exigindo uma prática contínua de autorreflexividade crítica, que atravessou todas as etapas da investigação e que se assume como parte integrante da sua legitimidade epistemológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aboim, S. (2003). Evolução das estruturas domésticas. *Sociologia, Problemas e Práticas, 43*, 13-30.

Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Aboim, S., e Wall, K. (2002). Tipos de família em Portugal: interacções, valores, contextos. *Análise Social, 37*, 475-506.

Abrantes, P., e Amândio, S. (2014). *Educação, Sociedade & Culturas, 42*, 7-25.

Aguiar, G., Martins, K. e Rosa, M (2019). Criança, família e acolhimento institucional: entre a norma e a constituição. *Configurações*, pp. 90-104.

Alberto, I. M. (2008). Em C. Machado e R. A. Gonçalves (Org.), *Violência e vítimas de crimes* (Vol. 2). Coimbra: Quarteto Editora.

Alderson, H., Smart, D., Kerridge, Currie, G., Johnson, R., Kaner, E., Lynch, A. Munro, E., Swan, J. e McGovern, R. (2023). Moving from 'what we know works' to 'what we do in practice': An evidence overview of implementation and diffusion of innovation in transition to adulthood for care experienced young people, *Child & Family Social Work*, V. 28, pp. 869-896

Almeida, A. N. (2011). In M. E. Leandro (Org.), *Laços familiares e sociais*. Viseu: PsicoSoma.

Almeida, A. N., André, I., e Almeida, H. N. (1995). *Os Maus-Tratos às Crianças em Portugal – Relatório Final 1ª Fase.* Lisboa: Centro de Estudos Judiciárias.

Almeida, A. N., Guerreiro, M. D., Lobo, C., Torres, A., e Wall, K. (1998). Relações familiares: mudança e diversidade. In J. M. L. Viegas e A. F. Costa (Orgs.), *Portugal que Modernidade?* Oeiras: Celta Editora.

Alves, C. P., Relva, I. C., Costa, M. e Mota, C. P. (2024), Family Support, Resilience, and Life Goals of Young People in Residential Care, *Behavioral Sciences,*14.

Alves, J. A. L. (2012). É preciso salvar os direitos humanos! *Lua Nova, 86*, 51-88.

Alves, N. (2008). *Juventudes e Inserção Profissional*. Lisboa: Educa | Unidade de I&D de Ciências da Educação.

Alves, S. (2007). Filhos da madrugada: percursos adolescentes em lares de infância e juventude**.** Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Amaro, F. (1986). *Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando a mendicidade.* Lisboa: CEJ.

Ariès, P. (1988). *A criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa: Relógio D'Água.

Artamonova, A., Guerreiro, M. Dores e Höjer, Ingrid (2020). Time and contexto shaping the transition from out-of-home care to adulthood in Portugal, *Children and Youth Services Review*, V. 15

Artz, S., Jackson, M. A., Rossiter, K. R., Jones, A. N., Geczy, I., e Porteous, S. (2014). *Internationa Journal of Child, Youth and Family Studies*, 5(4), 493-587.

Azevedo, M. C., e Maia, A. C. (2006). *Maus-Tratos à Criança.* Lisboa: Editores Climepsi.

Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Badinter, E. (1980). *O amor incerto: História do amor maternal do século XVII ao século XX*. Lisboa: Relógio D´Água Editores.

Baker, C., Briheim-Crookall, L. e Selwyn, J. (2022), *The wellbeing of children in care and care leavers - learning from the Bright Spots Programme.* Londres: Research in Practice

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Coimbra: Edições 70.

Baudrillard, J. (1972). *Para uma crítica da Economia Política.* São Paulo: Livraria Martins Fontes.

Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humano.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Beck, U. (1998). *A sociedade de risco: rumo a uma nova modernidade.* Barcelona: Paidós.

Beck, U., Giddens, A., e Lash, S. (1995). *Modernidade reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna.* São Paulo: UNESP.

Becker, H. S. (2009). *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Becker, H. S. (1967). Whose side are we on? *Social Problems, 14*(3), 239–247. http://www.sfu.ca/~palys/Becker1967-WhoseSideAreWeOn.pdf

Berger, P. e Kellner, H. (1964). Casamento e construção da realidade: um exercício na microssociologia do conhecimento. *Diógenes*, 12(46), 1-24.

Berger, P., e Luckmann, T. (1999). *A construção social da realidade.* Lisboa: Dinalivro.

Bernstein, B. (1960). Language and social class: a research note, *British Journal of Sociology*, 11, pp. 271-276.

Blau, G., Caldwell, B., e Lieberman, R. (2014). *Residential Interventions for Children, Adolescents, and Families: A Best Practice Guide.* New York: Routledge.

Bogdan, R., e Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas*. Porto: Porto Editora.

Bourdieu, P. & Passeron, J. C. (1977). Reprodution in Education, Society and Culture. London: Sage Publications.

Boynton-Jarrett, R., Sponholtz, T. R., Rosenberg, L., Palmer, J. R., Bethea, T. N., e Wise, L. A. (2021). Adverse childhood experiences and sleep quality among Black women. *Sleep Medicine, 83*, 260–270.

Bravo, A. e DelValle, J. (2009). Crisis and Review of Residential Child Care: Its Role in Child Protection, *Papeles del Psicólogo*, V. 30 (1), pp. 42-52.

Buehler, C., Orme, J., Post, J. e Patterson, D. (2000). The long-term correlates of family foster care, *Children and Youth Services Review*, Elsevier, pp. 595-625

Cabral, S. (2013). *Infância Institucionalizada: Narrativas das crianças sobre o antes, o durante e o pós-alta hospitalar,* Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Escola Superior de Educação de Lisboa.

Caetano, J. (2016). O papel da liderança no desenvolvimento das políticas educativas. *Educação e Sociedade, 18*(1), 101–115.

Calheiros, M. (2006). *A Construção Social do Mau-Trato e Negligência Parental: do Senso-Comum ao Conhecimento Científico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Calheiros, M. (1996). *Definição, Avaliação e Factores Psico-Sociais do Mau-Trato e Negligência a Crianças na Família,* Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa.

Calheiros, M., Graça, J., Morais, I. e Mendes, R. (2013). Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. In Maria Manuela Calheiros, Margarida Vaz Garrido (org.). *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção (Vol. 3).* Lisboa: Edições Sílabo, pp. 241-292

Calheiros, M. e Monteiro, M. B. (2000). Mau-trato e negligência parental: contributos para a definição social dos conceitos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, 145-176.

Cameron, C., Hollingworth, K., Schoon, I., van Santen, E., Schröer, W., Ristikari, T., Heino, T. e Pekkarinen, E. (2018). Care leavers in early adulthood: How do they fare in Britain, Finland and Germany?, *Children and Youth Service Review*, Vol. 87, pp. 163-172.

Canário, R. (2005). *O que é a escola? Um olhar sociológico.* Porto: Porto Editora.

Canha, J. (2003). *Criança Maltratada. O papel fundamental de referência na sua recuperação. Estudo prospectivo de 5 anos*. Coimbra: Quarteto Editora.

Canha, J. (2008). A criança vítima de violência. In C. Machado e R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes* (Vol. 2). Coimbra: Quarteto Editora.

Cansado, T. (2008). *Institucionalização de crianças e jovens em Portugal continental: o caso das instituições particulares de solidariedade social.* Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Carvalho, J. M. S., Delgado, P., Correia, F., e Alves (2020). Perspetivas de Vida de Crianças e Jovens em Acolhimento Familiar e Residencial. *Sociedad e Infancias*, 133-144.

Carvalho, M. J. L. (2013). *Delinquência Infantil e Juvenil e Justiça em Portugal: Uma questão de olhar(es)?* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Cashmore, J., Paxman, M. e Towsend, M. (2007). The Educational Outcomes of Young People 4-5 Years after Leaving Care: An Australian Perspective. *Adoption & Fostering*, pp. 50-61.

Castel, R. (2005). *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes.

Chapman, D. P., Wheaton, A. G., Anda, R. F., Croft, J. B., Edwards, V. J., Liu, Y., Sturgis, S. L., e Perry, G. S. (2011). Adverse childhood experiences and sleep disturbances in adults. *Sleep Medicine, 12*(8), 773–779.

Coleman, J. S. (1961). *The adolescente society. The social life of the teenagers and its impact on Education.* Nova Iorque: Macmillan Company.

Cordeiro, A. F. P., Antão, J. M. e Gaspar, J. P. M. (2023). High time to develop policy and practice for careleavers: Early beginnings in Portugal, *Revista Iberoamericana para la Investigación y el Desarrollo Educativo*

Costa, P., Santos, R. e Vieira, R. (2019). Experiências de acolhimento residencial e (re)construção identitária dos sujeitos acolhidos. *Configurações*., pp. 53-72.

Courtney, M. E., Piliavin, I., Grogan-Kaylor, A. e Nesmith, A. (2001). Foster youth transitions to adulthood: a longitudinal view of youth leavingcare. *Child Welfare*, pp. 685-717.

Cruz, D., García-Alba, L. e Del Valle, J. (2024). *Helping care leavers develop life skills: A scoping review.*

Currie, J., e Widom, C. (2010). Long-term consequences o fchild abuse and neglect on adult economic well-being. *Child Maltreatment, 15*(2), 111–120. Disponível em:

Cunha, V. (2007). *O Lugar dos Filhos: Ideais, práticas e significados*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Daniel Memorial Institute (2004). Independent Living Skills. https://ilscertification.com/resources/ILSv10%20info%20sheet.pdf

Dayrell, J. (2013). Juventude e escola: Relações e confrontos. In Vieira, M. M., Resende, J. M., Nogueira, M. A., Dayrell, J., Martins, A., e Calha, A. (Orgs.), *Habitar a escola e as suas margens: Geografias plurais em confronto.* Portalegre: IPP-ESE.

Delgado, A. (2003). Infâncias e crianças: O que nós adultos sabemos sobre elas? *Palestra ministrada no curso de extensão Infância e Televisão,* 01-09. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande.

Del Valle, J. F. e Quintanal, J. L. (2006). *Umbrella, habilidades para la vida*. Oviedo: ASAC.

Demartis, L. (2002). *Compêndio de Sociologia.* Lisboa: Edições 70.

Dias, I. (2004). *Violência na Família: Uma Abordagem Sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

Dias, S., Sequeira, J., e Guadalupe, S. (2016). Rede social pessoal de jovens acolhidos em Lares de Infância e Juventude. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social, 2*(1), 25-37.

Dubar, C. (1991). *La Socialisation: Construction dês Identités Sociales e tProfessionnelles*. Paris: Armand Colin.

Dubet, F. (2005). Pour une conceptiondialogique de l'individu: L'individu comme machine à poseret à résoudre des problèmes sociologiques. *Espaces Temps.net*.

Eisenstadt, S. N. (1976). *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva.

Epifânio, R. (2001). Direito de Menores. Coimbra: Almedina.

Faria, S. M., Salgueiro, G., Trigo, L. R., e Alberto, I. M. (2008). As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização. In *Congresso Internacional em Estudos da Criança*. Universidade do Minho, Braga.

Faria, T. P. G. (2018). *O Centro Educativo como Agente de Reinserção Social de Jovens,* Dissertação de Mestrado, Instituto da Educação da Universidade do Minho.

Ferreira, P. M. (1997). Delinquência juvenil, família e escola. *Análise Social*, 913-924.

Ferreira, P. M., e Aboim, S. (2002). Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento. *Análise Social, 37*(163), 411-446.

Flick, U., von Kardorff, E., e Steinke, I. (2004). What is qualitative research? *A companion to qualitative research*, 3-11.

Fonseca, C., e Sá, G. (2011). Famílias e políticas públicas no Brasil. *Horizontes Antropológicos, 35*, 7–23.

Fonte, T. A. (2004). *O impacto das políticas sociais nas estruturas familiares, Tese de Doutoramento.* Instituto de Ciências Sociais, Braga.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: História da violência nas prisões.* Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (2002). *As palavras e as coisas.* São Paulo: Livraria Martins Fontes.

Gaspar, J. P. M. (2014). *Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspectiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados*, Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Coimbra.

Giddens, A. (1992). *Sociologia: Uma breve introdução.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Giddens, A. (2000). *Dualidade da estrutura: Agência e estrutura.* Oeiras: Celta.

Giddens, A. (2001). *As consequências da modernidade.* Oeiras: Celta.

Glynn, A. (2021). Understanding care leavers as youth in society: a theoretical framework for studying the transition out of care. *Children and Youth Services Review* 121.

Goffman, E. (2003). *Manicômios, prisões e conventos.* São Paulo: Editora Perspectiva.

Goffman, E. (2012). *Estigma: Notas sobre a manipulação de identidade deteriorada.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Guerreiro, M. D. (2000). A conciliação entre vida profissional e vida familiar em Portugal. *Seminário Europeu Família e Flexibilidade Laboral*. Madrid: Ministério da Família e dos Assuntos Sociais.

Guerreiro, M. D., Abranches, M. e Pereira, I. (2003). Conciliação entre Vida Familiar e Vida Profissional – Políticas e práticas dos agentes em contexto empresarial. Lisboa, CIES-ISCTE.

Guerreiro, M. D., Lourenço, V. e Pereira, I. (2003). Boas Práticas de Conciliação entre Vida Profissional e Vida Familiar (2003). Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social/ Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Guerreiro, M. D., Torres, A., e Lobo, C. (2007). In M. D. Guerreiro, A. Torres, e L. Capucha (Orgs.). *Quotidiano e Qualidade de Vida*. Oeiras: Celta Editora.

Hall, G. S. (1904). *Adolescence: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion, and education*. Nova Iorque: D. Appleton and Company.

Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, pp. 15-46.

Harrison, N., Dixon, J., Saunders-Ellis, D., Asker, P. e Ward, J. (2023) Careleavers' transition into the labour market in england. Report. Rees Centre Oxford University.

Haran, J. M., e Widom, C. S. (2015). Cumulative childhood risk and adult functioning. *Development and Psychopathology, 27*(3), 927–941.

Jasanoff, S. (2004). *States of knowledge: theco-production os scienceand social order*. Nova Iorque: Routledge.

Jiménez, B. A. (2009). Desarrollo y salud mental en la adolescencia. *Clínica y Salud, 20*, 261-272.

Kerman, B., Wildfire, J. e Barth, R. (2002). Outcomes for Young Adults Who Experienced Foster Care. Elsevier, *Children and Youth Services Review*, pp.319-344

Kempe, C. H., Silverman, F. N., Steele, B. F., Droegemueller, W, e Silver, H. K. (1962). The battered-child syndrome. Journal of the American Medical Association, pp.17-24.

Kihumda, G. (2024). *The Importance of Family Involvement in Residential Care*. Arete Health

Lahire, B. (2005). Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala. *Sociologia Problemas e Práticas*, 49, 11-42.

Lalanda, P. (1998). Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica*. Análise Social*, 33(148), 871-883.

Law, J. (2004). *After Method: Mess in social science research*. Nova Iorque: Routledge.

Leandro, A. (1999). Direito e Direitos: Para um real cumprimento dos Direitos da Criança e da Família. Em J. Gomes-Pedro, *Stress e Violência na Criança e no Jovem.* Lisboa: Faculdade de Medicina/Departamento de Educação Médica.

Leandro, A. G. (1990). Direito e direito dos menores: Síntese da situação em Portugal no domínio civil e no domínio para-penal e penal. *Infância e Juventude, 1*, 9-34.

Leandro, M. E. (2006). Transformações da família na história do Ocidente. *Theologica*, 2.ª Série, 41(1), 51-74.

Leandro, M. E. (2011). *Laços familiares e sociais*. Viseu: PsicoSoma.

Leccardi, C. (2005). Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e o tempo. *Tempo Social, 17*(2).

Leite, J. O. (2010). *A Educação do Corpo de Crianças e Jovens: Um Estudo de Caso no cotidiano de um abrigo,* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Lévi-Strauss, C. (2008). *Raça e História.* Lisboa: Editorial Presença.

Lima, L. F. N. (2010). *Estórias e projetos de vida de adolescentes institucionalizados*, Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra.

Lopes, S. (2017). *Um novo olhar sobre o acolhimento residencial: a realidade das casas de acolhimento no distrito de Santarém,* Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.

López, M., Del Valle, J., Montserrat, C. e Bravo, A. (2011). Factors Affecting Foster Care Breakdown in Spain,*The Spanish Journal of Psychology*, V. 14, pp. 111-122

Machado, C., e Gonçalves, R. A. (2003). *Violência e vítimas de crime*. Coimbra: Quarteto Editora.

Macgregor, A. (2024). Supporting Care Leavers Transitioning to Adulthood: Evidence Review. IMPACT – Improving Adult CareTogether. *Economic and Social Research Council* (ESRC)

Malaquias, J. H. (2018). *Análise de práticas profissionais de conselheiros tutelares: o trabalho com crianças e adolescentes em situação de violação de direitos,* Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Brasília.

Mannheim, K. (1982). O problema sociológico das gerações. In M. Foracchi (Org.), *Mannheim: Coleção Os Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Edições Ática.

Manso, A. (2016). *Condição juvenil e trajetórias de deriva: rotas desviantes em contexto,* Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.

Martins, E. (2006). A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX. *Infância e Juventude*, 93-130.

Martins, P. (1999). Sobre a Convenção dos Direitos da Criança: Da psicologia dos direitos aos direitos da psicologia. *Infância e Juventude, 3*, 61-70.

Martins, P. C. (2004). *Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, modos e espaços,* Tese de Doutoramento, Instituto de Estudos da Criança, Braga.

Mason, J., e Steadman, B. (1996). *The significance of the conceptualization of childhood for promoting children´s contributions to child protection policy*. Sydney: Faculty of Arts and Social Sciences.

Melucci, A. (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação,* 5-14.

Mendes, P. e Moslehuddin, B. (2006). From dependence to interdependence: Towards better outcomes for young people leaving state care. *Child Abuse Review* pp. 110 – 126

Meneses, M., e Vasile, I. (2014). Desafios aos Estudos Pós-Coloniais. *As Epistemologias Sul-Sul,* 06-11.

Meneses, M., e Ribeiro, S. (2024). A criança na violência interparental: um estudo de caso. *European Journal of Social Science Studies*, pp. 72-91.

Morrow, R. A., e Torres, C. A. (1997). *Teoria social e educação: Uma crítica das teorias da reprodução social e cultural*. Porto: Edições Afrontamento.

Mucha, M., e Cruz, P. (2000). Crescer (S)Em Solidão: Estudo sobre o passado, o presente e o futuro de crianças institucionalizadas. *Atas do IV Congresso Português de Sociologia*.

Nery, M. A. (2012). *Jovens em tempos de direitos: Percepções e ambiguidades.* Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.

Oliveira, C. F. M. (2016). *A criança em perigo e os adultos que decidem por ela. Fatores de influência na morosidade processual de crianças e jovens ambiente extrafamiliar temporário*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL

Oliveira, M. S. (2015). *Transmissão intergeracional da violência*. Lisboa: Chiado Editora.

Oliveira, M. S., e Sani, A. I. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, 6*, 162-170.

Oliveira, M. S., e Sani, A. I. (2016). A intergeracionalidade da violência: a realidade no norte e no centro de Portugal. Em L. Nunes, A. Sani, e S. Caridade (Orgs.), *Crime, Justiça e Sociedade - Visões Interdisciplinares*. Porto: CRIAP Edições.

Pacheco, P. (2010). *Lares de infância e juventude: contributos para um modelo de acolhimento e integração social.* Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude — alguns contributos. *Análise Social, 25, 1*05-106.

Pais, J. M. (2003). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Pappámikail, L. (2010). Juventude(s), Autonomia e Sociologia. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX, 395-410.

Pappámikail, L. (2013). *Adolescência e autonomia: negociações familiares e construção de si*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Parsons, T. (1968). A classe como sistema social. In S. Britto (Org.), *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 47-76.

Pecora, P., Williams, J., Kessler, R. C., Downs, C., O'Brien, K., Hiripi, E. andMorello, S. (2003). Assessing the effects of foster care: Early Results From the Casey National Alumni Study.

Pecora, P., Kessler, R., O'Brien, K., White, C., , Hiripi, E., English, D., White, J. e Herrick, M. A. (2006). Educational and employment out comes of adults formely placed in fostercare: results from the Northwest Foster Care Alumni Study*, Children and Youth Services Review*, Elsevier, 1459-1481.

Pedroso, J. (1998). *A reforma do direito de menores: A construção de um direito social?* Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais.

Perez, L., Córdova, V., Montserrat, C. & Sarriera, J. (2018). Transição entre o Acolhimento e a Vida Adulta: Uma Revisão Sistemática sobre Intervenções. Temas em Psicologia (26), pp. 1665-1681.

Perry, B. (2006). Understanding Social Network Disruption: The Case of Youth in Foster Care, *Social Problems*, V. 53, pp. 371-391

Pimentel, F., Lopes, E., Gaspar, F., Antão, J., Conde, J., Gaspar, J. P. e Santos, V. M. (2019) *OUTogether: Promoting Children's Autonomy on Alternative Care*. APDES.

Pingley, T. (2017). *Social Work Master's Clinical Research Papers*. Minnesota: University of St. Thomas.

Poker, T. C. D. (2017). Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: A história de vida de uma pós-abrigada. *Psicologia & Sociedade, 29*.

Popper, K. (1974). *A Lógica da Investigação Científica*. São Paulo: Editora Cultrix

Prata, C. (2013). *Crianças institucionalizadas: Que expetativas? Que futuro?* Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Quintãs, C. (2009). *Era uma vez a instituição onde cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização,* Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.

Quivy, R., e Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rahilly, T. e Hendry, E. (2014). *Promoting the Wellbeing of Children in Care: Messages from Research*. Londres: National Society for the Prevention of Cruelty to Child

Ravi, K. E., e Tonui, B. C. (2020). A Systematic Review of the Child Exposure to Domestic Violence Scale. *British Journal of Social Work*, 101–118.

Ribeiro, A. (2008). *Projeto de promoção de autonomia de crianças e jovens em acolhimento residencial,* Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE, Lisboa.

Rocha, C., e Ferreira, M. (1994). Alguns contributos para a compreensão da construção médico-social da infância em Portugal (1820-1950). *Educação, Sociedades & Culturas, 2*. Porto: Edições Afrontamento.

Rocha, C., Ferreira, M., e Neves, T. (2002). O que as estatísticas nos contam quando as crianças são contadas ou… as crianças nas estatísticas oficiais e a infância como construção social. *Educação, Sociedade & Culturas, 17*. Porto: Edições Afrontamento.

Rodrigues, M. (2017). *Violência doméstica e envolvimento parental na escola: perspetivas de mães e filhos,* Tese de Doutoramento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

Rodrigues, S. (2019). *A qualidade do acolhimento residencial em Portugal: avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados,* Tese de Doutoramento em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.

Rosemberg, F., e Mariano, C. L. S. (2010). A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: Debates e Tensões. *Cadernos de Pesquisa, 40*(141), 693-728.

Samagaio, F. (2016). Considerações sobre a importância da família na socialização: o que dizem as crianças. *Instituto da Sociologia Working Paper*, 3ª série, nº 21.

Sani, A. I., e Caprichoso, D. (2013). Crianças em situação de risco por exposição à violência doméstica. Em M. M. Calheiros e M. V. Garrido (Orgs.). *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigações e intervenção*. Lisboa: Edições Sílabo.

Sani, A. I., e Cardoso, D. (2013). A exposição da criança à violência interparental: uma violência que não é crime. *Revista Julgar Online*, 1-10.

Sani, A., e Caridade, S. (2013). *Violência, agressão e vitimação: práticas para intervenção*. Coimbra: Edições Almedina.

Sani, A. I. (2002). *As crianças e a violência: narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Coimbra: Quarteto Editora.

Sani, A. I., e Carvalho, C. (2018). Violência doméstica e crianças em risco: estudo empírico com autos da polícia portuguesa. *Psicologia Clínica e Cultura - Psicologia, Teorias e Pesquisa*.

Santos, A. (2013). *Relações de vinculação dos jovens institucionalizados com os cuidadores formais,* Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.

Santos, A. M. M. (2016). *O modelo de proteção à infância: Entre a justiça e a comunidade. Lisboa*: Chiado Editora.

Santos, A. M., e Alves, F. (2021). Do reconhecimento dos direitos ao modelo participativo de proteção à infância e juventude em Portugal. Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. *Boletim de Direitos da Criança e do Adolescente*, 15, 2–5.

Santos, M. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco - A experiência passada de institucionalização e o seu significado atual para os sujeitos adultos,* Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra.

Saraceno, C. (1999). *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.

Sarmento, M. J. (2009). Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceptuais. *O Social em Questão*, 21, 15-30.

Sarmento, M. J. (2018). A Sociologia da Infância portuguesa e o seu contributo para o campo dos estudos sociais da infância. *A Contemporânea*, 8(2), 385-405.

Sarmento, M. J., e Pinto, M. (1997). *As Crianças – Contextos e Identidades.*Braga: Instituto de Estudos da Criança.

Sarmento, M. J., e Pinto, M. (1999). *Saberes sobre as criança.* Braga: Instituto de Estudos da Criança.

Sarmento, M. J., Fernandes, N., e Tomás, C. (2017). Figuras da criança na sociologia da infância em Portugal. *Sociedad e Infancias*, 1, 39-59.

Sarmento, M. J., Tomás, C., e Soares, N. F. (2004). Globalização, Educação e (Re)Institucionalização da Infância Contemporânea.*Actas do VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*.

Sarmento, M. J., e Marchi, R. C. (2008). Radicalização da infância na segunda modernidade: Para uma Sociologia da Infância Crítica. *Configurações, 4*.

Schutz, A. (2012). Bases da fenomenologia. In H. Wagner (Org.). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

Segalen, M. (1999). *Sociologia da Família*. Lisboa: Edições Terramar.

Shonkoff, J. P., e Garner, A. S. (2012). The life long effects of early childhood adversity and toxic stress. *Pediatrics, 129*(1), 232–246.

Shorter, E. (1995). *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Edições Terramar.

Silva, A., Oliveira, K. e Marques, C. (2019). Autonomização de jovens em acolhimento residencial: Discursos e significados. Configurações, 14-30.

Silva, F. V. (2006). *Família, Individualização e Experiências da Homossexualidade em Portugal,* Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.

Singly, A. (2010). *Sociologia da Família Contemporânea.* Lisboa: Edições Texto & Grafia.

Sirota, R. (2001). Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar, *Cadernos de Pesquisa*, pp.7-31.

Soares, N. (1997). Direitos da criança: utopia ou realidade? In M. J. Sarmento e M. Pinto (Orgs.). *As crianças: contextos e identidades.* 75-111. Braga: Centro de Estudos da Criança.

Soares, N. F. (2005). Os direitos das crianças nas encruzilhadas da proteção e da participação. *Zero-a-Seis*, 7(12).

Soares, N. F. (2006). *Infância e Direitos: Participação das crianças nos contextos de vida – Representações, Práticas e Poderes,* Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
Sousa, C. (2013). *Um lar, uma família: a voz das instituições que acolhem crianças e jovens,* Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Letras, Porto.

Sposito, M. P. (2002). *Juventude e escolarização*. Brasília: MEC/INEP/Comped.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o Subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Strahl, B., Du Plessis van Breda, A., Mann-Feder, V. e Shröer, W. (2020). A multinational comparison of care-leaving policy and legislation, *Journal of International and Comparative Social Policy,* pp. 1–16

Teixeira, C. (2009). *O Tecer e o Crescer – Fios e Desafios, Construção identitária em crianças institucionalizadas, D*issertação de Mestrado em Ciências do Serviço Social, Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Tomás, C. (2007). Paradigmas, imagens e concepções da infância em sociedades mediatizadas. Media & Jornalismo, (11) 2007, 119-134.

Tomás, C., Fernandes, N., e Sarmento, M. J. (2011). Jogos de imagens e espelhos: um olhar sociológico sobre a infância e as crianças em Portugal. Em V. Müller (Org.), *Crianças dos Países de Língua Portuguesa*. Maringá: Editora da Universidade Estadual do Maringá.

Tomás, C., Trevisan, G., Carvalho, M. J. L., e Fernandes, N. (2021). *Conceitos-chave em Sociologia da Infância: Perspetivas Globais.* Braga: Univesidade do Minho Editora.

Torres, A. (2001). *Sociologia do Casamento: a Família e a Questão Feminina*. Oeiras: Celta Editora.

Torres, A. (2002). *Casamento em Portugal: Uma Análise Sociológica*. Oeiras: Celta Editora.

Torres, A. (2004). *Vida conjugal e trabalho*. Oeiras: Celta Editora.

Torres, A., Mendes, R., e Lapa, T. (2006). Em J. Vala e A. Torres (Orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Trentin, A. (2011). Adolescentes em conflito com a lei e a família: um estudo interdisciplinar. *Congresso Internacional de Ciências Criminais*, II Edição.

Turner, H. A., e Butler, M. J. (2003). Direct and indirect effects of family adversity on adolescente peer victimization. *Journal of Youth and Adolescence, 32*, 89–103.

Vala, J., e Monteiro, M. B. (1993). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Veloso, C. (2014). *Lares de infância e juventude: contributos para a autonomia.* Projeto Final de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco. Viseu: Escola Superior de Educação.

Vilarinho, M. E. (2000). Somos gente! As crianças entre a família, o Estado e a Sociedade. *Fórum Sociológico, 3/4*, 95-112.

Wall, K. (2005). *Famílias em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, K., Guerreiro, M. D., Almeida, A. N., Lalanda, P., André, I. e Vasconcelos, P. (2000). *Relatório final de projecto nacional - Famílias no Portugal Contemporâneo: estruturas, dinâmicas e solidariedade*. Lisboa: CIES-IUL

Wall, K., e Guerreiro, M. D. (2005). A divisão familiar do trabalho. In K. Wall (Org.), *Famílias em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Widom, C. S., e Maxfield, M. G. (2001). An update on the "cycle of violence". Washington, DC: US Department of Justice Office of Justice Programs/National Institute of Justice.

Widom, C. S. (2014). Child abuse, neglect, and adult behavior: Research findings. In Korbin, J. E., e Krugman, R. D. (Eds.). *Handbook of childmaltreatment,* 231–248.

Yaseen, S., Jan, S., e Tabasum, Z. (2020). Impact of Domestic Violence on Children. *Journal of Critical Reviews*, 7(12), 4812-4816.

Yin, R. K. (1994). *Case study: design andmethods*. Sage Publications.

ANEXOS

ANEXO I

Principais diplomas que conduziram ao atual Sistema de Promoção e Proteção

Principais diplomas que conduziram ao atual sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo
(adaptado de Epifânio, 2001)

Ano	Designação	Diploma
1911	Lei de Proteção à Infância (Criação das Tutorias da Infância e da Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças)	Decreto da República de 27 de maio
1919	Inspeção-Geral de Proteção à Infância	Lei n.º 5611 de 10 de maio
1944	Tribunais de Menores (substituem as Tutorias da Infância)	Decreto n.º 33547 de 23 de fevereiro
1962	Organização Tutelar de Menores	Decreto-Lei n.º 44 288 de 20 de abril
1978	Revisão da Organização Tutelar de Menores	Decreto-Lei n.º 314/78 de 27 de outubro
1979	Criação do Instituto de Acolhimento Familiar	Decreto-Lei n.º 288/79 de 13 de agosto
1986	Princípios básicos que devem obedecer os Lares de Acolhimento	Decreto-Lei n.º 2/86 de 02 de janeiro
1990	Ratificação da Convenção sobre os Direitos das Crianças pelo Estado Português	Resolução n.º 20/90 de 12 de setembro
1991	Criação das Comissões de Proteção de Menores	Decreto-Lei n.º 189/91 de 17 de maio
1992	Regime Jurídico do Acolhimento Familiar	Decreto-Lei n.º 190/92 de 03 de setembro
1993	Alterações ao Instituto da Adoção	Decreto-Lei n.º 185/93 de 22 de maio
1995	Lei Orgânica do Instituto de Reinserção Social	Lei n.º 58/95 de 01 de março
1995	Guarda conjunta	Lei n.º 84/95 de 31 de agosto
1996	Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Infantil	Despacho 10 de Setembro
1996	Comissão Nacional dos Direitos da Criança	Despacho 13 de 12 de dezembro
1996	Constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial incumbido de proceder ao diagnóstico da procura/oferta em matéria de apoio à criança e à família, das necessidades existentes e dos programas oferecidos	Despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministérios da Justiça, Educação, Saúde, Emprego e Segurança Social de 11 de dezembro
1997	Criação da Comissão de Reforma da Legislação de Proteção de Crianças e Jovens em Risco	Despacho conjunto dos Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social n.º 524/97 de 18 de abril

1997	Criação do grupo coordenador do Programa Adoção 2000 com o objetivo de facilitar e agilizar o processo de adoção em termos judiciais e administrativos	Despacho conjunto dos Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social de 18 de março
1997	Criação dum processo interministerial e interinstitucional de reforma do sistema de proteção de crianças e jovens em risco	Resolução do Conselho de Ministros n.º 193/97 de 03 de outubro
1997	Criação da Rede Nacional dos Centros de Acolhimento Temporário	Resolução do Conselho de Ministros n.º 193/97 de 03 de outubro
1998	Regulamentação do funcionamento dos Lares de Infância de Juventude	Decreto-Lei n.º 2/98 de 02 de janeiro
1998	Autoriza a intervenção das IPSS nos processos de adoção	Decreto Regulamentar n.º 17/98 de 14 de agosto
1998	Criação da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco	Decreto-Lei n.º 98/98 de 18 de abril
1998	Alterações ao regime jurídico da adoção	Decreto-Lei n.º 120/98 de 08 de maio
1999	Alteração ao Decreto-Lei n.º 314/78 de 27 de outubro	Lei n.º 133/99 de 28 de agosto
1999	Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo	Lei n.º 147/99 de 01 de setembro
1999	Lei Tutelar Educativa (Criação dos Centros Educativos)	Lei n.º 166/99 de 14 de setembro
1999	Transferência das crianças e jovens em risco do sistema de justiça para o de solidariedade	Despacho n.º 3412/99 de 19 de agosto
2000	Programa de Ação para a entrada em vigor do Direito de Menores	Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2000 de 19 de agosto
2001	Entrada em vigor da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Reorganização das CPM em CPCJ	Lei n.º 147/99 de 01 de setembro
2001	Entrada em vigor da Lei Tutelar Educativa – Colocação de jovens dos 12 aos 16 anos em Centros Educativos	Lei n.º 166/99 de 14 de setembro
2003	Alterações ao Código Civil, 1.ª alteração à Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, à OTM e ao Regime Jurídico da Adoção	Lei n.º 31/2003 de 22 de agosto
2007	Criação do Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudança	Despacho n.º 8393/2007 de 10 de março
2008	Regime de Execução das Medidas de Colocação	Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de setembro
2008	Regime de Execução das Medidas em Meio Natural de Vida	Decreto-Lei nº 12/2008 de 17 de janeiro
2008	Altera o Regime Jurídico do Divórcio	Lei n.º 61/2008 de 31 de outubro
2009	Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil	Lei n.º 103/2009de 11 de setembro
2010	Regulamentação do Regime de Execução das Medidas de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo	Decreto-Lei n.º 63/2010 de 9 de junho

2012	Transição do Plano DOM para o Plano SERE+ - Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança Mais	Despacho n.º 9016/2012 de 04 de julho
2015	Regime Geral do Processo Tutelar Cível	Lei n.º 141/2015 de 08 de setembro
2015	1.ª alteração ao Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil	Lei n.º 141/2015 de 08 de setembro
2015	2.ª alteração à LPCJP – Lei n.º 147/99 de 01 de setembro	Lei n.º 142/2015 de 08 de setembro
2015	Regime Jurídico do Processo de Adoção	Lei n.º 143/2015 de 08 de setembro
2017	3.ªalteração à LPCJP – Lei n.º 147/99 de 01 de setembro	Lei n.º 23/2017 de 23 de maio
2017	1.ª alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível	Lei n.º 24/2017 de 24 de maio
2018	4.ª alteração à LPCJP – Lei n.º 147/99 de 01 de setembro	Lei n.º 26/2018 de 05 de julho
2019	Estabelece o Regime de Execução do Acolhimento Familiar, revoga o Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de janeiro	Decreto-Lei n.º 139/2019 de 16 de setembro
2019	Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar	Decreto-Lei n.º 139/2019 de 16 de setembro
2023	Estabelece o regime de organização, funcionamento e instalação das casas de acolhimento para crianças e jovens	Portaria n.º 450/2023 de 22 de dezembro
2024	Define o modelo de comparticipação para a requalificação do sistema de acolhimento residencial	Portaria n.º 95/2024/1, de 11 de março
2025	5.ª alteração à LPCJP – Lei n.º 147/99 de 01 de setembro	Lei nº 37/2025, de 31 de março
	6.ª alteração à LPCJP – Lei n.º 147/99 de 01 de setembro	Lei n.º 39/2025 de 1 de abril
2025	1.ª alteração à Portaria n.º 450/2023, de 22 de dezembro,	Portaria n.º 197/2025 de 21 de abril

(Elaboração própria adaptada de Epifânio, 2001)

ANEXO II

Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO
de acordo com a Declaração de Helsínquia[1] e a Convenção de Oviedo[2]

Leia com atenção a informação e se considerar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, assine, por favor, este documento.

Título do estudo: Regulação ou emancipação? Participação e autonomia em jovens acolhidos no distrito do Porto – Um Estudo de Caso

Enquadramento: Este estudo insere-se no âmbito do projeto de doutoramento de Ana Maria Marques dos Santos na Universidade Aberta, sob a orientação da Prof.ª Doutora Fátima Alves.

Explicação do estudo: Este estudo tem como objetivos: (i) perceber a forma como as jovens percecionam e vivenciam a experiência em acolhimento residencial e quais as suas aspirações pessoais, escolares e profissionais; (ii) perceber a forma como a relação institucional promove o controlo, a disciplina, ou a participação das jovens na vida em comunidade, no seu projeto de vida e na preparação para a autonomia. Será realizada observação participante e entrevistas semidiretivas, a jovens dos 15 aos 18 anos, bem como à equipa técnica e educativa.

Condições e financiamento: A participação é inteiramente voluntária não envolvendo qualquer despesa ou risco, podendo, a qualquer momento, desistir.

Confidencialidade: As informações recolhidas serão usadas unicamente para fins de investigação. Estas serão mantidas estritamente confidenciais, e a eventual divulgação dos resultados em congressos, reuniões e artigos científicos, ou junto de outras instituições interessadas, serão apenas apresentados resultados globais, sem qualquer informação que permita a identificação dos participantes. A fim de garantir a confidencialidade, os dados de identificação serão sujeitos a uma codificação antes de serem guardados. Toda a informação será preservada para assegurar o superior interesse dos jovens e profissionais.

Desde já, agradecemos a colaboração e o tempo dispensado.

Quaisquer dúvidas, questões ou esclarecimentos deverão ser solicitados à autora do estudo, através do seguinte endereço eletrónico: anammsantos10@gmail.com.

Assinatura/s: … … … … … … … … … … … … … ..... … … … … … … … … … … … … …

-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que acima assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade que me são dadas pela investigadora.

Nome: … … … … … … … ..... … … … ..... … … … … … … … … … … … … …

Assinatura: … … … … … … … ..... … … … … … … … … … … … … … … … … … … … Data: …… /…… /……..

[1] http://portal.arsnorte.min-saude.pt/portal/page/portal/ARSNorte/Comiss%C3%A3o%20de%20%C3%89tica/Ficheiros/Declaracao_Helsinquia_2008.pdf

[2] http://dre.pt/pdf1sdip/2001/01/002A00/00140036.pdf

Se não for o próprio a assinar por idade ou incapacidade
(se o menor tiver discernimento deve também assinar em cima, se consentir)

Nome: …

CC N.º: .... Validade ..... /..... /........

Grau de parentesco ou tipo de representação: ....

Assinatura …

Este documento é composto de 2 páginas e feito em duplicado:
uma via para a investigadora, outra para a pessoa que consente

ANEXO III

Guiões de Entrevista

Guião de Entrevista - Jovens
Processos de participação e autonomia de jovens em acolhimento residencial

I. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. Idade
2. Há quanto tempo estás acolhido/a?
3. Estiveste sempre nesta instituição?

II. PERCEÇÕES E RELAÇÕES NA EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO

1. Tens conhecimento da(s) razão do teu acolhimento residencial?

2. Manténs contacto com a tua família? Se sim, com que elementos da família manténs contacto?

3. Concordas com as regras/regulamento e participas na definição de regras e rotinas diárias na CAR?

4. Consideras que és envolvida/participas nas decisões que dizem respeito ao teu projeto de vida presente e futuro?

5. És convocado/a pelas autoridades administrativas ou judiciárias (por ex. CAR, CPCJ, Tribunal) para dar parecer em relação ao teu projeto de vida?

6. Consideras que és/foste envolvida na tomada das decisões mais importantes da tua vida ao longo do acolhimento?

7. Identifica o tipo de relação que estabeleces com a equipa técnica, educativa e outros profissionais da CAR (por ex. Relação de respeito/Relação de medo/receio/Relação de afeto/Relação de amizade, etc)

III. PERCURSO DE VIDA E PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO

2. Consideras importante estudar?

2. Consideras que se deve estudar para poder conseguir um emprego melhor no futuro?

3. Sentes que na CAR é feita a preparação para a tua saída do acolhimento?

4. Tens na CAR pessoas que te ajudam a preparar a saída da instituição?

5. Quais os objetivos pessoais e profissionais que tens para o futuro?

6. Quais consideras que serão as dificuldades que irás encontrar quando saíres da CAR?

7. Encontras-te preparado/a para a vida em sociedade quando saíres da instituição?

8. Queres contar uma experiência (ou várias) significativa e importante que tenhas vivido na CAR?

Guião de Entrevista – Técnicos CAR
Processos de participação e autonomia de jovens em acolhimento residencial

I. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. Profissão
2. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo
3. Anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento institucional

II. PERCEÇÕES E RELAÇÕES NA EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO

1. Concorda com as regras/regulamento e definição de regras e rotinas diárias na CAR?

2. Considera que os/as jovens devem ser envolvidos/participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?

3. Considera que os/as jovens são envolvido/as na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?

4. Identifique o tipo de relação que estabelece com os/as jovens acolhidos (por ex. Relação de respeito/Relação de hierarquia/Relação de afeto/Relação de amizade, etc).

III. PERCURSO DE VIDA E PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO

1. Qual a relação que os/as jovens estabelecem com a escola (valorização, distanciamento)?

2. Considera que uma melhor qualificação académica/profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional dos/as jovens no futuro?

3. Sente que na CAR é feita a preparação para a saída do/as jovens do acolhimento?

4. Quais os objetivos pessoais e profissionais que as jovens possuem para o futuro?

5. Quais considera que serão as dificuldades que os/as jovens irão encontrar quando saírem da CAR?

6. Quer contar alguma experiência que considere significativa e importante que tenha vivido na CAR?

Guião de Entrevista – Técnicos ECMIJ/CPCJ/EMAT
Processos de participação e autonomia de jovens em acolhimento residencial

I. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. Profissão
2. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo
3. Anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento institucional

II. PERCEÇÕES E RELAÇÕES NA EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO

1. Concorda com as regras/regulamento e definição de regras e rotinas diárias na CAR?

2. Considera que os/as jovens devem ser envolvidos/participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?

3. Considera que os/as jovens são envolvido/as na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?

III. PERCURSO DE VIDA E PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO

1. Qual a relação que os/as jovens estabelecem com a escola (valorização, distanciamento)?

2. Considera que uma melhor qualificação académica/profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional dos/as jovens no futuro?

3. Sente que na CAR é feita a preparação para a saída do/as jovens do acolhimento?

4. Quais os objetivos pessoais e profissionais que as jovens possuem para o futuro?

5. Quais considera que serão as dificuldades que os/as jovens irão encontrar quando saírem da CAR?

6. Quer contar alguma experiência que considere significativa e importante que tenha vivido no contacto com crianças e jovens em risco/perigo ou em acolhimento residencial?

ANEXO IV

Transcrições das Entrevistas

E1
Técnico CAR

Eu. Boa tarde. Vou começar por colocar algumas questões mais sociodemográficas: qual a sua profissão?
E1. Assistente social.
Eu. Quanto anos tem de contacto com crianças e jovens em risco/perigo?
E1. 24 anos
Eu. E anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento?
E1. Também 24 anos.

Eu. É evidente que conhece o regulamento da instituição pois trabalha cá há 24 anos, ou seja, trabalha cá desde o anterior sistema de promoção e proteção. Só depois de 2001 é que passamos a ter o sistema atual. Diga-me uma coisa concorda com as regras e o e o regulamento que são estabelecidos aqui na casa de acolhimento?
E1. Sim concordo. Porque tem de haver aqui certas dinâmicas e uma linha do dia a dia, que todos nós temos de saber o que é que estamos aqui a fazer, o que é que nós queremos fazer, os objetivos que temos e, portanto, temos algumas regras que devemos de cumprir e fazer cumprir para que as coisas possam correr bem.

Eu. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar na definição de regras e rotinas diárias na casa de acolhimento?
E1. Sim, considero muito importante, até porque é mais fácil, é um trabalho complicado, mas é mais fácil se os jovens estiverem envolvidos nas dinâmicas do dia a dia, porque se não podemos correr o risco de querer uma coisa e o jovem querer outra, e perdermos aqui muito tempo.
Eu. Eles também participam nestas regras e no regulamento que é definido pela instituição, mas tem algumas que é só a direção que decide?
E1. A direção decide, mas sempre com propostas e com algumas coisas reformulados dos jovens, com intervenção e a participação dos jovens.

Eu. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E1. Acho essencial. Se estamos aqui a falar do projeto de vida de cada um, acho que é essencial que cada um tem o seu contributo. Se não estamos todos aqui a decidir alguma coisa que o jovem possa não estar interessado e possa não querer.

Eu. Considera que os jovens são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?
E1. Hoje em dia sim, são mais envolvidos. Hoje em dia já se leva mais em consideração esse aspeto, claro que é um aspeto que ainda tem muito que que ser trabalhado
Eu. Reconhece que ao longo destas mais de 2 décadas que trabalha com jovens em acolhimento que cada vez mais é dada a oportunidade aos jovens participarem em decisões que são importantes na sua vida?
E1. Sim acho importante, acho fundamental isso.

Eu. Identifique o tipo de relação que estabelece com os jovens acolhidos, dou aqui um exemplo: relação de respeito, relação mais hierárquica, uma relação mais de afeto e até a relação de amizade?
E1. É assim um bocadinho de todas, mas na minha opinião uma relação de respeito e depois uma relação de muita proximidade(...) Se não há relação na dinâmica institucional o que prevalece é uma relação de respeito, mas não é uma relação de respeito baseada no medo, no receio de que haja alguma sanção, seja quando há um incumprimento de uma regra e sabem que vão ser sancionados, considero que é mais pelo respeito do dia a dia, de ganhar esse respeito do jovem, porque sabemos perfeitamente que vai haver um dia em que que as coisas não vão correr bem e às vezes conseguimos o respeito deles não só sancioná-los logo, mas temos uma conversa, uma compreensão.

23 Eu acho que é esse respeito que vamos ganhando. Hoje em dia não há medo, não há uma relação de medo.

24 Eu. Falou agora que quando acontece alguma coisa primeiro o que fazem com um jovem é ter uma conversa, tem uma conversa com o jovem?
E1. Para que ele se justifique. A conversa estabelecida é mais no sentido de ele refletir porque às vezes num momento de tensão nem sempre dá para ter essa conversa, temos que às vezes deixar passar um bocadinho de tempo, deixá-lo acalmar se for preciso, falar com ele só no outro dia… mas o importante, porque numa situação de tensão falar assim a quente, nem ele vai refletir bem e nós, se calhar, vamos ouvir coisas também negativas e não leva a lado nenhum. Portanto é deixar acalmar e depois mais tarde falar no sentido de refletir o porque é que foi assim.… tentar perceber..., mas há sempre abertura para que isto aconteça para as pessoas se justificarem, para apresentarem os seus pontos de vista, tanto os jovens, como os técnicos, só assim é que podemos falar na relação... São estes pequenos momentos como outros, até em momentos de lazer, mas é isto que vai construir aqui uma relação. Eu não tenho de ser o melhor amigo deles, mas tenho de ser alguém que eles saibam que eu estou aqui, a respeitá-los e quero o mesmo deles e que estou aqui para os apoiar em tudo. Mesmo num dia que esteja cansado eles sabem que estou disponível para caso aconteça alguma coisa. Neste trabalho quem levar as coisas muito para o lado pessoal depois não consegue falar mais com estes jovens. Para tentar evitar que as situações de conflito cheguem mesmo a um patamar de falta de respeito, na minha maneira de ver, evitar isso ao máximo para depois poder construir aqui uma relação que seja possível. Num momento de tensão fazer
25 acalmar as coisas baseada no respeito.

26 Eu. Qual considera ser a relação que os jovens estabelecem com a escola, por exemplo coloquei aqui valorizam ou há um distanciamento?
E1. Tudo depende de cada jovem. Há jovens que valorizam e esforçam-se e conseguem chegar longe, há outros que simplesmente não querem a escola, a colocam de lado, a rejeitam, depende de jovem para jovem e do seu próprio percurso. O jovem que já vem com uma trajetória de rejeição ou de distanciamento em relação à escola e ao percurso escolar, se calhar vai-se manter um bocadinho assim. É mais difícil quando chega com absentismo já de alguns anos, retomar a dinâmica da escola, é muito mais complicado, mas acaba por retomar. Eles aqui têm sempre essa oportunidade, qualquer um deles tem sempre a oportunidade de retomar. Agora nem todos vão ter sucesso, nem todos vão conseguir,
27 sabemos que não.

28 Eu. Considera que uma melhor qualificação académica/profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional dos jovens no futuro?
E1. Para mim é fundamental e para mais nos dias de hoje. Às vezes converso com eles e digo que saiu uma publicação para um trabalho qualquer, aparecem logo centenas de pessoas com muito mais qualificações, portanto à partida sem conhecer as pessoas na sua essência quase que aqueles que têm uma escolaridade mais baixa ficam logo à parte. Não é? Mesmo que sejam bons trabalhadores, agora têm que ter uma escolaridade suficiente, um curso de formação suficiente para poder entrar na
29 sociedade e ser um ativo na sociedade não é difícil.

30 Eu. Então considera que a dimensão escolar ou profissionalizante é uma dimensão que tem muita importância nos jovens, mas mais nos jovens institucionalizados ou nos jovens em geral?
E1. Eu acho que mais nos jovens em instituição, porque o jovem não vai estar na instituição toda a vida portanto vai haver um momento que ele vai ter que sair, vai ter que ir embora e se ele pelo menos levar com ele uma certificação pode ser que depois com o passar do tempo as coisas na cabeça dele até já melhoraram, e tem aquela certificação conseguem, se não levar não estou a ver pois um jovem com 23 ou 24 anos a ter uma certificação, não estou a vê-lo a ter trabalho, (…) aqueles trabalhos que a gente sabe que não têm claro certos direitos, precários exatamente, podem-se interessar no primeiro momento, mas depois é algo que eles vão ficar insatisfeitos e que vai condicionar também a sua vida futura, não é?

Eu. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens do acolhimento?

E1. Neste momento estamos a fazer isso. Neste momento temos aqui a oportunidade de um jovem que está nesta instituição com a medida de acolhimento passar por uma casa de pré-autonomia, sem termos essa medida, que não temos a medida, enquanto ele estiver nesta casa vai ter aquela oportunidade de trabalhar certas competências que depois vai ser o dia a dia dele lá fora.

Eu. Digamos que esta situação intermédia entre o acolhimento e a autonomia plena como é que se materializa, como o que é que acontece, seja em termos de espaço, em termos de rotinas?

E1. É diferente do acolhimento, porque são eles que fazem as coisas práticas do dia a dia, são eles que cozinham, são eles que fazem as compras, fazem essa gestão de dinheiro. Pedem os talões com número de contribuinte, apresentam os talões em consonância com o dinheiro que gastaram para as despesas, portanto tem que bater tudo certo. Tratam da limpeza do espaço onde estão, da roupa deles, esse tipo de coisas, eles fazem isso uma vez por semana. Todos os dias é-lhes atribuído um determinado valor e eles têm que fazer a gestão desse valor e comprar a alimentação, depois cozinhar tudo. Tudo isso ainda requer algum e depois há outras coisas que têm que ser trabalhadas: o pagar a renda de uma casa, saberem que têm até aquele dia e isso ainda não fazem aqui, mas pelo menos agora já estão mais próximos da realidade. É um caminho que se vai fazendo.

Eu. E já têm esta "valência" já há quanto tempo? E quantos jovens têm nesta situação?

E1. 7/8 anos. Todos os anos não temos mais de 6, que é a capacidade da casa, é o máximo, são 6 jovens na casa. Têm uma rotina e têm tarefas distribuídas pelos 6. Durante um mês, por exemplo, todos fizeram as tarefas de uma casa, desde as compras, cozinhar, limpar uma casa de banho, uma sala, um corredor, portanto, todos passam por isso durante um mês, todos fazem isso pelo menos uma semana e o treino do dia a dia.

Eu. Digamos que é uma das coisas que fazem para os preparar para a saída do acolhimento, e aqueles que têm como projeto de vida a autonomização?

E1. Para a autonomização há um trabalho mais intensivo com os que irão ter um projeto de vida de autonomização, esse é um trabalho mais intensivo com esses jovens, mas com os outros também já vão fazendo um trabalho de pré-autonomia não tão intenso, mas já vão trabalhando aqui algumas coisas. Antes de passarem para a casa por exemplo, que é um sítio onde estamos agora, em equipa técnica é sempre discutido quem é que poderá passar ou não e tem sempre mais sentido aqueles que têm projeto de vida de autonomia. Também pode ter um jovem que pode ter um projeto de vida de autonomia, mas também os que vão regressar à família também podem, pois se o fizerem já levam as ferramentas.

Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que os jovens possuem para o futuro? E1. Eu vou falar dos meus, dos que trabalho. Exatamente eles são aqueles que estão a aproveitar neste momento esse projeto e passa por terminar a escola, o curso onde estão, seja esta vertente educativa formativa é importante para esses jovens. Estes jovens que já estão em fases finais de cursos de formação, por exemplo no 12º ou 11º ano, ou no segundo ano de um curso qualquer, os que estão a terminar. Todos têm mais de 18 anos, portanto, já todos foi-lhes falado aos 18 anos como é que iria ser e eles quiseram continuar cá, assumiram um compromisso, portanto, é de terminar a escola e tirar a carta de condução, começar a trabalhar.

Eu. Com estes objetivos tiveram muitas situações de jovens que aos 18 anos quiseram sair?

E1. Algumas sim, tivemos algumas porque depois dos 18 anos é muito bonito, traz mais liberdade, mas também traz muita responsabilidade, e traz também a questão do dinheiro e há jovens, por exemplo, que vão amealhando aqui um pé-de-meia e quando chegam aos 18 anos e sabem que têm ali um dinheiro jeitoso, digamos assim, eles quase põem em causa o futuro só para poder ter acesso àquele dinheiro todo, porque naquele momento de loucura e temos jovens que aos 18 anos que sim querem ir. Eu. E depois têm conhecimento da situação dos jovens ou não?

E1. Alguns, alguns depois de algum tempo aqueles que saíram aos 18, aqueles que saem quando têm de sair e eles aparecem e que nos visitam, temos tido um feedback, uns melhores que outros, mas isso é o que acontece como com qualquer outro jovem, não é? É como qualquer jovem.

Eu. Quais considera que serão as dificuldades que os jovens irão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

E1. É assim: um jovem que é a questão do trabalho, por exemplo, porque nada é garantido ainda mesmo que um jovem saia a trabalhar ele não está assim tão certo quanto a isso portanto depois lá fora vai ter muito mais despesas do que tem neste momento e podem, se calhar, o que ganha não chegar para as despesas de pagamento de habitação, não é? Pois essa é uma grande dificuldade se perde nesse rendimento então é mais dramático aí.

Eu. Mas a dificuldade maior que pensa que eles vão encontrar em termos de enquadramento profissional é isso ou o enquadramento profissional que lhes permita ter uma vida efetivamente autónoma?

E1. Sim, tudo depende das qualificações, não é? Se forem profissionais acredito que possam ter alguma evolução e possam em termos financeiros a coisa vai ter que correr bem, agora se não têm essa situação, se por exemplo vão trabalhar para um sítio e depois a capacidade deles às vezes de ser chamado à atenção como é muito baixa "não estou pá, não estou para aturar o meu patrão" e diz logo viro costas e desisto, pois, são essas mesmas dificuldades que eu vejo.

Eu. E agora a ÚLTIMA QUESTÃO: quer contar alguma experiência ou experiências que tenha vivido na CAR e que considere significativas? E situações assim concretas que se recorde e que queira falar destes processos de participação e de autonomia ou pelo contrário?

E1. É assim: eu tenho muitas, mas para mim a maior experiência, e agora está a acontecer muito, porque eu entrei para aqui muito novo a trabalhar, portanto, eu agora para aí uns jovens que fui educador deles com 15 ou 16 anos agora já têm famílias e vêm cá, trazem os filhos, ainda se lembram de mim, às vezes já nem me lembro como é que se chamam e tento disfarçar e eles sabem quem eu sou, isso para mim é a maior satisfação que se pode ter. Tive 3 jovens, por exemplo, que terminaram a escola, o 12º ano, e depois foi-lhes proposto um estágio numa superfície comercial durante 3 meses, onde a contrapartida financeira era o passe e a refeição. No local de trabalho eles andaram 3 meses a trabalhar, a ter um horário laboral de 8 horas por dia e sem estar a receber dinheiro nenhum. Qualquer outro jovem ao fim de 1 dia ou 2 desistia e eles cumpriram, tiveram uma participação excelente, ganharam com isso, ganharam um lugar na empresa, um contrato. Já fizeram mais contratos ainda continuam e têm lugar deles. Vão-se adaptando aos horários e às folgas, a trabalhar aos fins de semana, a ganhar mais ou menos. Estão completamente autónomos, estão em casa deles e a família deles, alguns deles já têm filhos, têm o carro deles. Estas coisas que para nós é normal, para quem os acompanhou com 12,13, 14 anos que não tinham nada é um passo gigante.

Eu. Muito obrigada. Boa tarde.

E1. Boa tarde.

Entrevista 2
Técnico CAR

Eu. Vamos começar por alguns dados mais sociodemográficos: A sua profissão?
E2- Psicólogo.
Eu - Há quantos anos tem contacto com crianças e jovens em risco/perigo?
E2 - Desde 2016, então são 7 anos, com crianças em acolhimento residencial, mas eu digo 2016 pois na altura fiz estágio na CPCJ, eu acompanhava jovens que estavam em acolhimento, (…) no segundo semestre do estágio só estive mais orientado para as questões do acolhimento. Depois é que vim para aqui trabalhar, ou seja, anteriormente já tinha já contacto com crianças e jovens em risco/ perigo e em acolhimento institucional, com medida aplicada.

Eu - Agora vou-lhe fazer questões que são mais ou menos em 2 dimensões que são relativas à experiência do acolhimento dos jovens e aos percursos de vida e autonomização. Tem conhecimento do regulamento da instituição obviamente. Concorda com as regras que são definidas no regulamento?
E2 – Algumas, algumas que precisavam ser reformuladas e nós ao longo dos tempos vamo-nos adaptamos. O que representa um exemplo disso é a questão do COVID, a questão do fumar aqui dentro era proibido, quando eu entrei para aqui e a própria gestão que era feita nós acabamos por não ter nenhum controle. Não fazia sentido o controlo com a questão do COVID, vemos aqui uma potencialidade e até potenciou, conseguimos controlar e gerir melhor por exemplo o consumo do tabaco. Fomos adaptar o regulamento e dávamos 3 cigarros aos jovens (…) acho que é uma mais-valia e no fundo essa adaptação das regras do regulamento é feito a partir então da relação que se vai estabelecendo com os jovens e não uma decisão só da direção, da instituição. Acho que é um bocado isso: nós trabalhamos para eles e temos que observar um bocadinho qual é a necessidade e o que é que temos que colmatar, não é para conseguir suprimir essa necessidade, é isso que temos que ver muito o lado dos jovens, é tentar perceber e equilibrar, o equilíbrio daquilo que é o nosso trabalho, não de uma forma coerciva ou impositiva, senão não colhemos nada.

Eu - Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar na definição de regras e rotinas diárias na casa de acolhimento?
E2 - Por exemplo agora quando entram na instituição nós fazemos uma reunião sobre uma regra. Eles é que definiam as regras muitas vezes, em tudo aquilo que eram as regras gerais, os elementos do grupo iam criando eles já sabiam, Por exemplo fizeram uma regra que não se devem apoiar no peitoril e devem dizer aos mais novos para que não se sentem aí pois podem cair. Eles tinham um quadro em que eles iam escrever, eu dizia-lhes muitas vezes para não escreverem que era proibido, mas antes explicar porquê a quem entrar de novo na instituição, pois basta ler aquilo e é muito mais fácil perceber e compreender as coisas. Eles são envolvidos e participam e até são muitas vezes os mais velhos que fazem chegar a informação. É muito mais fácil do que ser adulto a dizer (…) Tenho a felicidade de ter um jovem mais velho no grupo com competências pessoais que nos vai facilitar um bocado nesse trabalho.
Eu - Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E2 – Por exemplo estou a fazer agora relatórios sociais que falam sobre a perspetiva. Estive a fazer uma reunião para que o jovem vá falando bocadinho daquilo que é a perspetiva dele. O que é que ele conseguiu trabalhar, o que é que falta trabalhar (…) os problemas que ele próprio identifica, não é exatamente uma técnica, ele dá o seu feedback. Eu acho que é importante isto, se calhar tínhamos de direcionar isto ou aquilo, ou o que acho que ele precisa de trabalhar, vamos tentando gerir um bocadinho esta situação e dar espaço aos jovens?
Eu - E faz isso com todos os jovens?

E2 - Neste caso, por exemplo, estou com jovens com mais capacidades ao nível de raciocínio, mas não se consegue com os que têm competências mais limitadas. Já tive jovens com dificuldades cognitivas e não consegui. Às vezes também tento fazer isso e promover isso.

Eu - Considera que os jovens são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do seu acolhimento?

E2 - São escutados sim, sim sempre.

Eu – E mesmo por parte das instituições judiciais ou para-judiciais?

E2 – Para muitos jovens ainda não é um fator limitante e tentamos desmontar. Desmontamos sim. A nossa primeira abordagem é direcionada e que isto (a institucionalização) não é um castigo, é mais uma oportunidade do que um castigo, mas eles têm muita dificuldade falar e de se pronunciar (no tribunal). Acho que na CPCJ é muito mais simples porque não há aquele palco montado (…) é mais fácil. Muitas vezes eles são envolvidos e participam ativamente nessa tomada de decisão, muitas vezes vão dizendo aquilo que nós queremos que eles digam, mas sim, de uma forma geral participam muito.

Eu – Identifique o tipo de relação que estabelece com os jovens acolhidos?

E2 - Relação até de amizade, de proximidade, muitas vezes transferem, os mecanismos de transferências, na minha perceção, muitas vezes, eles fazem associações que eu sou o pai, não é que como se fosse o pai, mas que sou uma representação. Isto ajuda em certos momentos e às vezes é muito pautada por respeito. Posso dizer também uma relação de aceitação incondicional, exatamente como acontece com os pais e isso independentemente do que se passa. (…) eles sabem que têm pessoas para se apoiar em situações mais difíceis e que requerem mais tempo de adaptação. O estabelecer uma relação, que acho que é uma relação afetiva de respeito. Muitas vezes eu desmonto também e deixo de ser doutor (…), acho que é importante. Também falamos de tudo, mas é preciso esta aceitação incondicional, que é mesmo uma relação.

Eu - Qual considera ser a relação que os jovens estabelecem com a escola?

E2 - Estão mais distanciadas, acho que todos desvalorizam, acho que há muitas vezes a transferência mais fácil do contexto que os desafiam e constantemente os põem à prova. Em termos de relação interpessoal, em termos de sucesso académico, eles são constantemente desafiados

Eu - Mas acha que este desafio é um desafio acrescido, um desafio maior porque eles estão institucionalizados ou não?

E2 - Eles já vêm assim normalmente, já trazem com eles uma bagagem, não é decorrente da sua situação. Depois vemos a sensibilidade das escolas e dos professores e dos contextos de muito jovens que, imagino, não se conseguem trabalhar e os rótulos e os estigmas muitas vezes acabam por pôr tudo a perder, daquilo que é o nosso trabalho. Eu tenho uma opinião muito particular relativamente a esta questão, eu acho que isto é estatísticas e que em vez de miúdos que não têm casa, a escola deixa de ser protetora, independentemente das alternativas que possam surgir acho que não faz muito sentido à sociedade, devido aos números estatísticos e acho que os miúdos que são obrigados a andar na escola até aos 18 anos, acabamos por agravar muitos dos comportamentos deles...

Eu - Considera que uma melhor qualificação académica profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional destes jovens no futuro?

E2 - Aquilo que eu tenho ouvido nós temos jovens que nem sequer acaba o 12º ano e conseguem ter aqui uma integração até positiva no mercado de trabalho e conseguem desempenhar um bom trabalho. Mas isto lá está, quanto mais estudos melhores empregos, hoje em dia não é muito bem assim, não é? Os empregos mais precários são os que têm maior oferta em termos de empregabilidade e em termos monetários, por exemplo o carpinteiro. Hoje em dia um carpinteiro, um canalizador, nem se encontra. A verdade é que eu acho que isto é um bocado invertido. (…) nem todos nascemos para estudar, mas eles podem ter outras ferramentas, podem desenvolver outro tipo de competências mais práticas e através da prática, até desenvolver, (...) o perfil profissional, podem ter mais competências (…).

Eu - Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens do acolhimento?

E2 - No projeto de vida sim, nós vamos, nós trabalhamos sempre a questão da saída, ativamos os recursos e os meios que estão disponíveis. Para os jovens que vão para as famílias, ou os projetos de vida dos jovens que saíram e ficaram autónomos, os recursos comunitários disponíveis, o que é que eles podem ativar, a questão da empregabilidade, ao nível escolar, como é que estão ao nível da saída da saúde. O (…) disse que tem já grupos de pré-autonomia, a casa (…) e a casa (…). É isso, ou seja, não é uma resposta que está formalizada, mas é algo que trabalhamos aqui com os jovens e isso é muito importante e transversal a todos os problemas. Neste momento temos projetos de autonomia, todos os grupos aprendem a cozinhar ou a responsabilidade da questão da higiene pessoal, do espaço, eles já vão fazendo isso. Eu por exemplo, tenho jovens que vão sozinhos a consultas de psicologia, os mais novos vamos acompanhando, mas depois gradualmente vamos dando a certa altura, um dia que até marcam consultas. A questão da vacinação que devem controlar "olha temos uma vacina dia x", vamos trabalhando algumas destas questões.

Eu - Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que os jovens possuem para o futuro?

E2 - Objetivos pessoais, eles normalmente a nível pessoal eles não conseguem fazer isto. É um trabalho que lá está, isto (o futuro) assusta-me um bocado porque grande parte deles a nível pessoal é muito vago nos objetivos que eles vão tendo: "quero ter uma casa, quero ter filhos, quero muito", em termos profissionais tem os jovens, por exemplo um jovem que já há muitos anos quer ser militar, quer seguir uma carreira militar, ou então que quer ir para os bombeiros, este tinha muito bem definido. Eles têm muita dificuldade nos objetivos a curto e médio prazo, mas vamos trabalhando quase os objetivos semanais e depois vamos alargando isto (objetivos) para os mensais, vamos muitas vezes criando grelhas de monitorização para perceber o que é que têm que atingir. A família não é sempre envolvida na questão do processo de saída (instituição) e muitas vezes não conseguem projetar e as dificuldades dos próprios não conseguem eles próprios os objetivos.

Eu - Quais considera que serão as dificuldades que os jovens irão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

E2 - É assim eles procuram-nos muitas vezes depois de saírem para questões, apesar de nós os irmos ajudando nestas formalidades. Enquanto eles têm a questão da autonomia, cria algum desconforto, eles estão sozinhos. Muitas vezes procuram-nos para isso. Eu já tive alguns que me vieram trazer 2000 euros para guardar, por exemplo. Dificuldades a nível da saúde, na marcação de consultas, apesar de nós irmos trabalhando isto. Têm alguns ainda que não conseguem ser autónomos nessas questões, a maior parte deles temos até que os encaminhar "Eu queria submeter o papel" para os sítios. Vêm ter comigo para fazer um currículo, nós vamos trabalhando aqui isto, mas não será o suficiente. Se calhar agora fazemos isto numa forma até muito mais intencional e temos um projeto até que desenvolvi padronizado.

Eu - Quer contar alguma experiência que tenha vivido na casa de acolhimento que considere mais significativa.

E2 – Sim. Tive, foi um jovem em "fim de linha", aqui nós conseguimos fazer a diferença neste jovem, pela forma como o recebemos e tratamos da situação. A família estava em ponto de rutura quase. Aqui deu despiste positivo (consumo de substâncias psicotrópicas). Experimentei fazer-lhe algumas perguntas e conseguimos lá uma relação. Ele não tinha praticamente ninguém. Ele sentiu que tinha ali (na instituição) alguém e passou a ter um educador de referência. Já tem 20 anos mas hoje em dia vem cá visitar. É este apoio incondicional em relação ao (…). Enquanto estiver cá algumas frustrações e desafios constantes foram sendo criados.

Eu - Obrigada pela entrevista.

E2 - De nada.

Entrevista 3

Técnico CAR

Eu. Boa tarde. Obrigada por me conceder esta entrevista. Vou começar por fazer algumas perguntas mais sociodemográficas. Qual a sua profissão?

E3. Técnico superior de educação social e sou o Diretor da CAR

Eu. Quanto anos tem de contacto com crianças/jovens em risco/perigo?

E3. Tenho os 9 para 10 aqui, mas já tive outros também em contexto de formação anteriores mais 2 anos – 12 anos.

Eu. E anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento institucional?

E3. 9/10 anos.

Eu. Concorda com as regras/regulamento da casa de acolhimento residencial?

E3. Sim.

Eu. As regras ou o regulamento foram definidas só pela direção ou foram definidas com a participação dos jovens acolhidos?

E3. Os jovens também têm um peso naquilo que são as definições das regras, mas nós também estamos a trabalhar para que cada vez mais eles têm uma maior expressão e mais palavra naquilo que tem a ver com a questão das regras. De facto, ainda houve muitas das regras que nós vamos ter que foram colocadas pela equipa técnica e educativa, pela direção da casa, mas o nosso intuito é que cada vez mais existe um crescimento naquilo que é a expressão e a participação e implicação nos processos de tomada de decisão da casa e o estabelecimento de regras e normas.

Eu. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?

E3. Considero que eles têm esse direito e que isso deve ser em todos os momentos. Deve ser partilhado com eles mesmo nos momentos em que eles têm maior desorganização ou maior desestruturação tem de ser clara a informação sobre aquilo que possam ouvir e ser a sua decisão, portanto seja uma decisão ponderada e informada, portanto a transparência é um dos pilares básicos. Aliás é uma daquelas palavras e conceitos que nós, desde o dia da admissão, é verdade da nossa parte no sentido de que a transparência possa trazer a implicação dele, mas que seja claramente explicado porque se trata da vida dele, de tudo aquilo que seja inerente ao seu processo de onde é que poderá delinear o que poderá acontecer, quais consequências para tudo aquilo que vai surgir e que a gente possa e consiga avaliar com eles dessa forma para que eles tenham isso presente. Eu não vou tomar muitas vezes decisões porque evidentemente aquilo que a gente coloca de alternativas ou de orientação, a decisão deles é que vai prevalecer, portanto a decisão deles tentamos que seja sempre informada e ponderada. Essas decisões ou aquilo que vai sendo proposto que nós vamos recebendo ao longo do processo, ou que possa surgir como alternativas, questões até aquilo que que vai ser estratégia ou definição de projeto de vida pode interferir. Isto é, quando eles são colocados [institucionalizados], até por uma questão de gestão de expectativas, de clarificação das mesmas e de criar de facto uma relação, nesta ótica de transparência, uma confiança, que é através desta e da relação que nós temos com eles que é feita também a nossa intervenção. Portanto se isto não existir, não vai ser possível, não faz sentido, já estamos a condicionar, ao fim e ao cabo, aquilo que vai ser, o que vão ser as escolhas. Por exemplo, os jovens na nossa casa fizeram um percurso que muitas vezes esteve ligado à questão de consumos aditivos, que já tinham aqui experimentações, mas que se tornaram mais regulares e se nós não formos capazes de dar uma resposta mais terapêutica eles entendem que está em cima da mesa a possibilidade de poderem ir para um outro espaço e nós nunca escondemos isto [transferência para outra instituição], no sentido que, desde o primeiro dia, os jovens chegam à nossa casa, o que está em primeiro lugar é o superior interesse da criança, e nós também temos que ter a nossa humildade para percebermos quais são as nossas limitações porque nós temos que pensar no melhor para eles. Portanto se isso é o melhor para eles eventualmente e saírem para um contexto terapêutico, ele vai sempre saber que a porta da nossa casa continua aberta para quando eles vierem depois de já terem passado por esse tipo de processo que possam voltar para cá e começamos a trabalhar de outra forma. Portanto o facto de saírem, de serem transferidos, não é uma, não representa para nós, nem deve representar, uma questão de fraqueza (...), não é de todo.

15 Eu. Considera que os jovens são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?

16 E3. São, das mais importantes como aquelas que muitas vezes fazem parte do dia a dia, mas são estas pequenas coisas que vão alimentando depois o tomar de decisões e o facto de estarem ao longo de todo o processo envolvidos para permitir que tomem muito mais facilmente a noção e consigam tomar mais facilmente as decisões mais corretas em momentos mais decisivos daquilo que são os seus processos e pode ter até ver com a questão da possibilidade de eles regressarem aos seus lares, aos seus contextos de vida mas conseguiram refletir outras, são desafiados a irem pensando sobre isto, sobre os prós e os contras, a questão da informação, da reflexão, de serem capazes de interiorizar, através de algumas orientações de pesar os prós e os contras de tudo aquilo que possa vir a suceder e que tem a ver diretamente com eles e com a vida deles. É um bocadinho nesse sentido.

17 Eu. Identifique o tipo de relação que estabelece com os jovens acolhidos?

18 E3. A relação tem que ser a base e a relação, quando se diz que é uma relação de base é uma relação educativa, mas é uma relação também que, ao fim e ao cabo, por ser educativa tem esta questão do respeito mútuo. Esse é um dos grandes pilares desde o dia da admissão e há 3 palavras que normalmente, tendo em conta a função que desempenho neste momento, estou sempre a dizer nas admissões, eu realizo todas as admissões, e no discurso há aqui 3 palavras que são básicas: uma tem a ver com o esforço e o esforço transparece só para o jovem ter a noção clara que o seu esforço será, ou seja, o melhor que ele consegue. Para nós será tudo, portanto ele só vai ser obrigado no sentido de fazer o melhor possível. Para ele, o melhor possível, vai ser, aquilo que a gente pede é que ele faça esse esforço e que dê o melhor de si mesmo. É a questão da transparência numa ótica de referir de transparência para ambas as partes, portanto, ser claro, ser honesto, isto também vai facilitar os processos de confiança e os processos de estabelecimento de relação ao mesmo tempo e o respeito de todos, que é algo que nem devia ser forçado, porque já faz parte, mas também depois a outra parte que é muitas vezes o respeito, a questão da mutualidade do respeito muitas vezes é mais fácil o adulto pedir respeito, também temos que fazer exatamente, portanto sempre nesta cumplicidade e agir claramente sempre nesta ótica. Daquilo que também é esperado mas também da mesma forma naquela ótica educativa de pontuação das consequências positivas com o comportamento positivo ou das ações positivas com consequências positivas, sobre situações menos positivas, não gosto de dizer negativas mas menos positivas, também nesse sentido e esta questão do estabelecimento da relação também tem muito a ver com isto, que é algo também que vamos enfatizando, muito a questão da presença, do acompanhamento consideramos ser muito importante. É muito importante naquilo que é a minha relação com eles, portanto, trata-se de uma relação de facto, naquilo que podemos encarar como um instrumento ou veículo de intervenção porque é o nosso instrumento básico é através desta relação que a gente estabelece, mas sempre obviamente com aquela distância que tentamos que às vezes não é fácil, mas que tentamos que exista para conseguirmos também a parte educativa no sentido de conseguirmos pontuar de uma maneira, de uma forma eficaz de entendimento. Tem que haver algum distanciamento, tem que haver, no sentido de nós conseguirmos estabelecer uma hierarquia, não uma questão de forças (…) falamos muitas vezes, e estamos aqui nesta mesa, é uma questão dos processos que nós colocamos no processo de negociação e quando a gente se senta numa mesa as duas partes têm que estar em conformidade e qualidade para irem até ao meio para conseguirem chegar a um consenso. Quando esse consenso não é possível nós vamos agir em função, aí sim, nós temos que tomar aqui de facto uma atitude, porque de facto estão à nossa responsabilidade, ao encargo da nossa casa e nós temos que agir pelo superior interesse deles, e muitas vezes não é exatamente aquilo que eles conseguem negociar, o que é a expectativa deles, e, se calhar às vezes, temos que de certa forma colocar um bocadinho a balança a pender para aquilo que é a nossa perceção e quando digo a nossa é a equipa toda, não agimos de uma forma individual, portanto, pensamos aqui em conjunto para um bem maior que é o superior interesse dos jovens.

19 Eu. Vamos à segunda parte da entrevista: Qual considera ser a relação que os jovens estabelecem com a escola?

20 E3. É uma questão muito suscetível e é uma questão que é o único fator que normalmente é comum a todos os jovens, isto porquê, porque as questões que normalmente são os comportamentos, as condutas, os perfis que se revelam ao nível escolar são um espelho de muitas outras situações que acontecem noutros contextos em que os jovens se deslocam, ou seja, em atividades extracurriculares, seja no contexto familiar, ou seja, é um sintoma de indícios de situações ou sintomas como queira chamar, situações que já vão ocorrendo e que foram ocorrendo ao longo da vida deles, e que ali na escola, por uma questão da exposição, por um contexto que acaba por ser privilegiado pelo número de horas que eles de facto permaneçam lá que acabam por criar aqui esta esta dinâmica. Agora eles valorizarem a escola aí vai depender muito. Tal como nós temos aqui limitações, a escola também as tem, portanto, às vezes, a nossa escola está formatada e nós falamos sobre isto várias vezes. A escola está formatada há imensos anos e não houve nada que fosse alterado, a nossa escola continua com o mesmo tempo da escola de há muitos anos. Há pouco tempo atrás receberam aqui uma possibilidade de flexibilização de currículo e de autonomização ao nível daquilo que possa ser a forma como a docência é levada a cabo a parte formativa, mas se nós pensarmos mesmo nas escolas alternativas, chamamos assim aquelas escolas. Por exemplo, têm-se as escolas profissionais ao nível do 12º ano, que a gente diz serem respostas alternativas, mas se formos a ver é exatamente a mesma coisa. Os jovens estão dentro da sala de aulas com o mesmo tempo de aulas ou praticamente o mesmo tempo. Qual é a diferença num curso destes? Aí tem uma vertente mais prática, mas aquela prática é muito pequena, portanto tudo tem uma base teórica e a questão é a forma como essa parte teórica é dada. É verdade que não é exatamente a mesma coisa, pois não tem livros, tem fotocópias, mesmo a avaliação dos objetivos, porque a escola teve todas estas situações de flexibilização curricular e afins, mas ao mesmo tempo teve também a parte dos objetivos que foram acrescentados ao nível do cumprimento de metas curriculares. Acaba por levar exatamente ao mesmo tipo de problemas que existiam antes, é dar imensa matéria no tempo recorde e depois cada pessoa também é avaliada. (…) cada jovem tem um ritmo diferente e é normal que muitos não consigam acompanhar isto [a matéria],

21 Eu. Mas considera que o facto de eles terem esta situação de acolhimento de serem institucionalizados também leva a esse distanciamento relativamente à escola ou não?

22 E3. Como tenho dito muitas vezes, e que pode ferir um bocadinho, na escola que se diz muito inclusiva, muito recetiva, uma escola não é assim. Os miúdos quando chegam têm um processo de um jovem de uma casa de acolhimento, estamos a falar de jovens, estamos a falar do sistema de proteção, nós também pertencemos a ele, não é uma questão de criticar, é uma questão da gente refletir sobre ele [sistema de proteção], e também tem os seus limites e este acaba por ser um deles. Muitas vezes vêm demasiado tarde, os jovens já estão há imenso tempo e está-se a promover imensamente a questão do insucesso escolar, e chega aqui um jovem com 15/16 anos, está ainda no ensino regular onde vai estar a cumprir o quinto/sexto ano de escolaridade, porque ainda não tenho outro veículo que lhe permite ir para um nível superior e nós estamos a colocar um jovem que tinha 16 anos com jovens de 11/12 anos. Só pela questão do desenvolvimento que ele está a sofrer, os próprios jovens em várias faixas, existe ali um desfasamento enorme. Até mesmo as alterações corporais e tudo mais, até a condição física (…), estamos a falar aqui de uma situação que em que a escola não está preparada para estes jovens. Agora quando temos uma alternativa, de facto existem essas alternativas, não são muitas essas alternativas, acabam por, de certa forma, terem um maior acompanhamento técnico e por isso têm maior sucesso escolar porque têm a parte técnica alicerçada. Também, de facto, o currículo é mais adaptado, mais flexível, mas ao mesmo tempo a questão em si, dentro da sala de aula a parte prática acaba mesmo assim por ser menor, a parte teórica acaba por ser muito similar, acaba por ser assim a mesma coisa. Faz a diferença pela questão do apoio e da forma como é feito também o tratamento das crianças e tudo mais (…) porque ali estão disponíveis, as turmas são mais pequenas, portanto, isso também já permite uma maior atenção a cada um dos jovens e ao seu dia a dia, um acompanhamento diferenciado, portanto, isto também tem que ser visto mais do que a parte formal, se calhar não conseguimos sair dela, nem aquela escola que falámos há pouco, não, ao longo destes anos naquilo que é a sua génese, mas a parte pois humana, são os recursos humanos que estão afetos e aí também temos que dizer que a escola não tem estes recursos, aliás há poucos técnicos e docentes (…). Este ano alguns não têm sequer professor, se falha alguém não tem ninguém para substituir. Houve muitos jovens que estiveram imenso tempo sem terem aulas a várias disciplinas, com as greves e por aí fora que houve, não é fácil.

23 Eu - Mas considera que o facto de eles serem, de terem esta condição de institucionalizados que o contexto escolar os rotula, os estigmatiza de alguma forma?

24 E3 - Isso acontece de uma forma natural. Por muito que a gente tente combater estas barreiras e estes preconceitos e estereótipos, nós todos temos e a questão é que os contextos já estão rotulados e os próprios miúdos ao deslocarem-se nesse contexto estão rotulados. Os jovens que saem daqui no primeiro dia para a escola, esses jovens quando saem do portão, quando chegam ao final do dia eu perguntava: "Então como é que correu?" "Quando estava a sair do portão já sabiam", "Mas porque é que dizes isso?" "Eu senti as pessoas a olharem para mim de uma forma diferente. Basta verem a sair que há esta conotação". Um jovem do (…) com um processo, que passou por situações até graves, algumas vezes, apesar de tudo, mas há sempre aquele peso que paira sobre a gente, quer queira quer não, porque a gente continua a lutar e vamos continuar a fazê-lo, mas de facto ainda existe, infelizmente, esse preconceito vai-se mantendo, esta rotulagem vai-se mantendo, este estereótipo, que estão lá são pessoas, são jovens com comportamentos normais (…). Muitas vezes nós temos jovens que infelizmente, ou melhor, os jovens felizmente ou infelizmente não virão para acolhimento, porque há muitos jovens que de facto necessitavam e os jovens que não tiveram essa escolha, nem tiveram oportunidade, eu acredito isto (a institucionalização) como oportunidade e não como um castigo. De facto, não é, e eu dou este exemplo prático: de cada vez que me deslocar à escola no sentido de alguma situação que tinha acontecido com algum jovem, nós tínhamos essa obrigação, éramos quase perentórios, e éramos quase no imediato estávamos na escola. A proximidade que nos encontramos. Eu chegava ao local, estava um jovem que era daqui que era um jovem daqui, que tinha tido acolhimento, e tinha uns 3/4 jovens na mesma situação. Na semana seguinte ou na mesma semana, ia lá, era o mesmo jovem daqui da casa, estava com mais 2 ou 3 mas eram outros e nunca esteve lá nenhum encarregado de educação de nenhum deles. Eu perguntava "Eu só vou entrar dentro da direção quando tiver aqui o pai ou a mãe ou encarregado de educação daqueles jovens, porque eu estou aqui a representar um encarregado de educação". Do outro lado, chegava-se a uma altura, porque o pai não podia vir, o pai estava a trabalhar, o encarregado de educação não era capaz de chegar ao local em tempo útil, portanto estas questões todas também acabam por certa forma trazer esse rótulo (…). A escola tem que ter respostas e fazer às vezes aquilo que é o mais simples e o que até agrada mais aos jovens que é "Ó pá não vens para a escola vais ter uns dias em casa" e é por isso que também nós aqui com a escola, e fomos tendo aqui um trabalho no sentido de ele pode vir, se tiver que vir, agora acontece felizmente muito raramente, mas quando ele vem da escola vamos fazer a nossa parte, vamos supervisionar, mas da escola se é uma consequência tem que ser do mesmo contexto, não é só ouvir porque sim, está a faltar às aulas porque assim não estamos a promover o sucesso escolar dele, mas considero que este este rótulo faz com que eles ainda se "divorciem" mais da escola. Não estou a dizer que eles próprios falem sobre isto abertamente, eles reconhecem isto, depois nós sabemos também que é uma idade, ou que são idades, também de uma injustiça, o que se vê injustiça de outra forma muito particular, muito efusiva e obviamente que os jovens quando veem cair sobre eles o olhar, porque eles, os do acolhimento, sinalizados pela sociedade quando chegam sempre já tem um sinal que a sociedade já falhou. A gente esquece-se muitas vezes que a sociedade é o primeiro pilar de proteção, mas aí já falhámos, portanto, a partir dali aquele jovem está sinalizado por tudo aquilo que possa vir a acontecer de bom ou de mau. (…)

25 Eu. Considera que uma melhor qualificação académica profissional irá conduzir uma melhor integração profissional destes jovens no futuro?

26 E3. Eu acredito sempre que é importante e aconselho tentarem o máximo de informação possível, mas também tenho a noção e vou tendo a questão mesmo prática, que cada vez mais nós necessitamos, daquilo que até há pouco tempo atrás era visto como aquelas profissões de menor valor e o que é menor socialmente, não é menos valorizado, e que hoje em dia vejo que são de facto aquelas que se calhar é preciso apostar mais na parte formativa, Eu acho que se pode ligar uma situação à outra. Antigamente era muito parte prática, os jovens saíam cedo, a escolaridade era só obrigatória até ao 9.º ano, saiam mais cedo da escola e começavam a trabalhar ainda menores, mas adquiriam aqui um know-how que lhes permitia depois conseguirem desenvolver uma profissão numa determinada área e serem uma mais-valia para a sociedade. Também terem uma forma de subsistência, muitas vezes até abastada.

Neste momento a obrigatoriedade até aos 18 anos, independentemente se os jovens sentem que a escola pode ser um veículo ou não. É obrigatória e o jovem acaba por ter de estar a frequentar e muitas vezes acaba por abdicar, porque a sua formação nesse percurso de facto a trabalhar muitas vezes até tem essa intenção, mas não pode fazer porque é complicado legalmente. Os responsáveis têm de assinar documentação e têm de comprovar que também estão de acordo com isto. (...) é tudo muito bonito, tem de estudar, portanto, não podemos ser todos doutores, todos médicos e tudo é importante, portanto a parte prática também é importante, nunca desvalorizando a parte formativa, mas também é uma coisa que eu digo às vezes é o jovem quando chega a parte formativa para mim é importante, mas o mais importante é óbvio, que o ser humano, é a pessoa, portanto, primeiro os valores, primeiro está outras competências, não é? Sem dúvida têm de ser porque um jovem que sai (da instituição) vai organizar mesmo que não consiga concluir a nível formativo, vai perceber, porque se for organizado, vai perceber o mundo lá fora, vai ser mais fácil para ele se tiver mais formação e ele vai procurar e vai ter até outra forma de ir procurar, porque vai ser ele a procurar. Se nós aqui o obrigarmos, eu até posso ir com formação, mas vai andar obrigado e muitas vezes vai perder a outra parte mais humana, ou seja, não vai sair tão estruturado. Se calhar na vida acabava por ter um sucesso maior, ou não, mas depende de cada um.

Eu. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens?

E3. Eu considero que sim. Há também um acompanhamento após a saída, que também continuamos a fazer e continua a ser muito importante. Neste momento que nos encontramos, estamos a trabalhar aqui também num outro instrumento que nos vai permitir fazer aqui uma avaliação mais sistemática e mais regular daquilo que são as aprendizagens. Estamos a construir, a elaborar com a ajuda também dos estagiários que passam também pela nossa casa, que propusemos este desafio este ano, que eles trabalhassem de uma forma como nunca tinham trabalhado na nossa casa, no sentido de trabalhar enquanto equipa multidisciplinar. Então temos como estagiário na área da psicologia e um estagiário do serviço social, foi proposto a ambos que se debruçassem sobre este instrumento, sobre esta proposta de instrumento, sobre o manual. Esse que incluísse um bocadinho, é mais um manual informativo sobre tudo aquilo que possa ser importante para os jovens: como recorrer a coisas que eles muitas vezes saíam e não sabiam como recorrer ao sistema de saúde, que o sistema de saúde é que eles encontram na saída,

Eu. Que tipo de manual da autonomia?

E3. Nunca somos autónomos, portanto mesmo sendo nós mais velhos, nunca gostei da palavra autonomia porque não somos completamente autónomos, mas antes capacitados, é diferente portanto, A capacitação no meu entendimento sim, isto é uma questão muito pessoal, portanto, eu considero que a questão da autonomia, porque abertamente independentemente da idade a gente tem que estar sempre dependente dos outros, uma questão de capacitação, no sentido de que vamos sempre capacitando no sentido de autonomização isso quer dizer que nós não precisamos de ninguém, conseguimos ser autossuficientes, isto não acontece. É só uma questão de português, é uma questão de conceitos e é uma perspetiva.

Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que os jovens têm para o futuro?

E3. Eles cada vez mais, a gente percebe, nós também temos rapazes que têm esta questão desta maturidade vão atingindo cada vez um bocadinho mais tarde, apesar de que os jovens que me chegam também à instituição, de facto já foram vivenciando muitas vezes situações demasiado cedo, que nunca deveriam ter vivenciado e daí advêm aqueles traumas que muitas vezes acabam por ficar, muitas situações que acabam por marcar aquilo que é um percurso de um projeto de vida. Agora eu creio que eles, pelo menos esta questão da decisão que falámos há pouco, desta decisão consciente, ponderada, eu acho que é isso que queria trabalhar como é que eles conseguem definir objetivos. Se conseguem são objetivos a curto médio prazo, a longo prazo é difícil. Mesmo quando saem com 18 anos, mas a curto médio prazo acredito que já são capazes de o fazer e depois a partir daí também tanto prazo é um bocadinho mais difícil. Tentamos que eles facto pelo menos nessa situação sim e depois está ali sempre a velha questão: que tipo de objetivos? É acabar a formação, a carta de condução, tirarem a carta de condução, tirarem a formação e começarem a trabalhar e conseguir adquirir aqui algumas rotinas também de trabalho.

Passa muito aqui por este tipo de objetivos e depois mais passa por estes na questão mais objetiva que eu já vi, há sempre paralelo com a questão de manter uma rede de referência, seja junto à família, seja no seu contexto que nós também consideramos ser muito importante. Aliás é colocado aqui pela direção um grande peso nisto e nós também nesta questão do trabalho com as famílias e na importância do estabelecimento aqui de uma rede em que seja uma rede que muitas vezes não é o ideal, mas que tem aqui uma rede, porque mais do que nós, evidentemente, nós estamos aqui de portas abertas, alguém ali com maior proximidade é sempre importante, que eles tenham em qualquer momento é mais fácil eventualmente recorrer a essa pessoa é sempre mais alguém, é uma rede uma verdadeira rede, não vivemos de facto em ilhas, portanto nós vivemos e cada um acaba por ter que ir à ilha do colega, é um bocadinho neste sentido para evitar também a questão da exclusão social.

33 Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades ao saírem da casa de acolhimento?

34 E3. Muitas vezes, e contra mim falo, contra nós falamos, muitas vezes sobre esta questão refletimos muitas vezes sobre a proteção que eles acabam por ter, é muito neste sentido que estamos a trabalhar neste manual. Por exemplo, vamos com eles, já íamos fazendo isto amiúde, vamos fazendo isto cada vez com maior consistência, mas é porque são os jovens que muitas vezes qualquer coisa que eles vão precisando, se eles não conseguirem fazer a gente dá-lhe essa responsabilidade ou termina a sua responsabilidade ou negociamos com essa responsabilidade, não acontece, mas aquilo acaba por acontecer, portanto para ele se não for ele vai ser alguém a fazer, portanto é neste sentido que esta questão do manual de capacitação é neste sentido, que fazemos acontecer, portanto eles próprios reconhecem, mas às vezes até o horário, então nós acabamos por apoiar e muitos deles vão se ver face a situações em que eles têm que o fazer e se não conseguirem fazer aquele horário eles vão ter que fazer uma gestão, mas vão ter que ser eles a fazer mesmo, porque não vai haver ninguém que vai conseguir fazer isto por eles infelizmente, portanto neste sentido que eu digo que às vezes sinto que existe aqui um bocadinho esta superproteção e depois é um choque quando chegam lá fora. A questão deste manual, este instrumento exatamente neste sentido e é isso que nós temos aprimorado também naquilo que são as nossas práticas ao longo dos últimos anos. Somente incidir muito nesta questão que é a capacitação, ser mais tranquilo, ser menos pesada esta transição, porque de facto é uma transição que custa, porque de facto há uma retaguarda que é forte e depois vão encontrar ali muita facilidade de ser, não por ser uma família mais capaz, mas ali há certas situações e hábitos que foram criando os jovens (…) vamos percebendo que estão connosco 2/3 anos, mas que depois da saída deles, é complicado. Nos primeiros tempos ainda nos procuram para algumas orientações, mas depois começam cada vez mais a afastar-se e a seguir aquilo que é o caminho natural e percurso natural de vida deles.

35 Eu. Quer contar alguma experiência que tenha vivido na CAR e que considere significativa?

36 E3. Podia contar muitas Eu costumo dizer que isto é um trabalho, mas vai muito além do trabalho. Trabalho com pessoas, quando eu trabalho com pessoas nunca é um trabalho por si só, portanto, há aqui situações, obviamente, com alguns jovens e por circunstâncias de vida deles, por aquilo que era um projeto de vida, ou muitas vezes o que algumas vezes infelizmente se esfumou naquilo que era um projeto de vida por indisponibilidade Portanto jovens que saíram e que fizemos acompanhamento e continuamos a fazer no pós, mas que infelizmente as decisões deles no futuro acabaram por ser noutro sentido e nós não conseguimos de qualquer forma qualquer influência, que a gente de facto se tivesse uma relação muito próxima, muito positiva, de referência, mas que não fomos capazes de ser suficientes para contrariar uma decisão, muitas vezes temporária, lá está, ainda com alguma imaturidade e que trouxe aqui consequências para eles muito graves ao nível do que é a vida deles a nível judicial. Muitas das situações e que acabaram por enveredar em situações que nós nunca ponderámos vir a acontecer, mas que temos de viver com elas, não é? Temos de, a partir do momento que a gente tem noção do dever cumprido nesse sentido, ter consciência de que tudo foi feito, sempre no seu interesse, agimos sempre de acordo com aquilo que se considerava ser o melhor, independentemente do problema, por isso é que estamos aqui. As vezes que for necessário vamos chatear, não há problema nenhum estarmos aqui para nos chatearmos... são estas pequenas batalhas, naquilo que é uma guerra, que é a nossa vida, portanto estas batalhas são escolhidas, que não é fácil, são estes os desafios, pois o dia a dia naquilo que é a relação e que vai influenciar muito depois, também vai ter impacto, mostrar que somos humanos,

portanto, as nossas falhas e não somos super-homens, porque ninguém é e eles também perceberem, é o mais importante... a gente consegue passar os valores, mas há muitas situações, chamadas de sucesso também, pois, muitas. Quando eu falo nisto, a maior parte delas são de sucesso, tudo depende da forma como a gente vê e como a gente analisa, temos de conhecer a pessoa, temos de perceber como é que funciona o jovem, como era, qual foi a evolução. Lá está, isto exige presença, movimento, observação, escuta ativa, portanto, se a gente não fizer isto, nós no final não conseguimos ter a ideia do que é que foi feito, se houve evolução, se não houve, mas a mudança está em cada um de nós... vamos tentando potenciar, esse potencial existe sempre, sempre, sempre e vai continuar sempre a existir, independentemente do que as pessoas dizem às famílias. Costumo dizer "Olha lá, uma pessoa de 40/50 anos é muito difícil, mas dá para mudar ali alguma coisa, é muito mais fácil para um jovem". Quando a gente tem aqui estas questões com os pais "A minha mãe não muda pá", "Agora imagina tu com 15 anos, estás aqui e tu não és capaz de mudar uma vírgula. Tens 15 anos e és intransigente, não estás disponível, como é que tu queres que as pessoas como os teus pais que têm 40 ou 50 anos e que viveram sempre daquela maneira consigam mudar? Ao contrário, porque é isso que estás a pedir". Temos de ir tentando também perceber, lá está. Eu acho que o essencial é isto: temos expectativas reais, mostramos que há limites, que há um potencial de base e partir sempre do melhor de cada um. Em princípio acho que partir do melhor de cada um, simultaneamente ao potenciarmos o melhor de cada um, estamos a admitir o que é positivo em cada um deles e é isto.

37 Eu. Muito, muito obrigada.

38 E3. Boa sorte para o seu trabalho.

Entrevista 4
Jovem

Eu – Vou-te fazer um conjunto de perguntas. E tu só respondes se quiseres, está bem. O que não quiseres responder e não te sentires à vontade, dizes "Eu não quero responder", está bem? Tudo o que vai ser aqui gravado, eu depois vou fazer a transcrição, mas em momento algum dá para identificar quem és na entrevista. Está bem? A entrevista vai ser codificada, vai ter um código. Não se consegue perceber quem é, por uma questão de confidencialidade, está bem? Então, quantos anos é que tu tens?
E4 - Tenho 17 anos.

Eu - Há quanto tempo é que estás em acolhimento?
E4 - 10 anos, eu vim com 7 anos, quase com 8 anos.

Eu - Mas vieste para aqui ou já tinhas estado noutra instituição?
E4 - Esta foi a primeira e a única instituição onde estive.

Eu - Tens conhecimento da razão porque foste acolhido?
E4 - Problemas familiares.
Eu – E que tipo de problemas? Queres dizer?
E4 – Problemas com a minha mãe. Por causa da minha mãe, e também por causa do álcool.
Eu – A tua mãe tinha consumos.
E4 – Os meus pais separaram-se, o que significa que a mãe tinha um problema e com a separação não pude ficar nem com o meu pai, nem com a minha mãe.

Eu - Manténs contato com a tua família?
E4 – Mantenho contato com o meu pai ao longo destes 10 anos, tenho sempre mantido contato com o meu pai. E com os meus tios. Aos fins de semana, férias, épocas festivas, sempre.

Eu - Concordas com as regras regulamento e participas na definição de regras e rotinas na casa de acolhimento?
E4 – Participo.
Eu - Consegues me dar um exemplo?
E4 - Temos tarefas. Por exemplo, arrumar a sala de estar. O monitor manda e a gente faz.
Eu - Mas é porque o monitor manda?
E4 - Porque às vezes eu esqueço-me, então tem que ser o monitor a lembrar.
Eu - Mas quem definiu essa regra foi a instituição?
E4 - Foi a instituição.

Eu – Mas tu participas quando por exemplo vocês pensam que há uma regra com a qual vocês não concordam, vocês falam com os monitores e depois as regras são alteradas ou como é que as coisas funcionam só para eu perceber?
E4 - A gente fala com os monitores.
Eu - E depois mudam? Como é que vocês fazem?
E4 - São todos em conjunto que falam. O monitor fala depois com a direção e a partir daquela altura, há uma alteração da regra.
Eu - Como é que se procede?
E4 - É em conjunto, e é negociar sim, é negociado.

Eu - Consideras que és envolvido e participas nas decisões que dizem respeito ao teu projeto de vida presente e futuro?
E4 - Sim.
Eu - Podes concretizar? Que decisões é que tu achas que já foram tomadas e que tu tiveste participação, que tu participaste?

E4 – Foi feita proposta para a casa de autonomia. Sim, foi proposto para um futuro melhor. Perguntaram diretamente e eu disse que sim.

Eu - E porque é que tu achas que é bom tu ires para a casa da autonomia?

E4 - Porque acho que irei ter mais estudos, mais autonomia quando sair da instituição.

Eu - E o que é que pretendes fazer no futuro? Consegues me dizer?

E4 - Arranjar trabalho, ter mais autonomia e responsabilidade.

Eu - És convocado pelas autoridades administrativas ou judiciárias, por exemplo, a instituição, a CPCJ, o Tribunal, não sei se o teu processo está em tribunal. És convocado por estas instituições para dar parecer em relação ao teu projeto de vida?

E4 - Pode explicar melhor?

Eu - Tens um processo, o teu processo está na Comissão, não está no Tribunal, está só na Comissão. Tu sabes quem é a técnica que tem o teu processo? Tu falas com ela ou ela fala contigo? Tu vais à Comissão ou é ela que vem aqui?

E4 - Agora ela vem cá. Quando era mais pequenino ia lá, agora ela vem cá.

Eu – Por iniciativa dela só porque tem que, por exemplo, fazer um relatório, porque já passaram 6 meses ou um ano, ou porque tu também pedes?

E4 – Ela pede para vir cá por causa do relatório.

Eu - Nunca precisaste de falar com ela? Mas e se precisares de falar com ela?

E4 – Telefonava e ela vinha sim, ela vinha falar comigo.

Eu - Ou seja, se tiveres algum problema podes falar com a técnica do teu processo. Muito bem.

Eu - Consideras que és envolvido na tomada de decisões mais importantes da tua vida ao longo do acolhimento?

E4 - Sim. Ao longo destes 10 anos já se passaram muitas coisas.

Eu - E achas que foste sempre ou foste mais ou menos envolvido? Chamaram-me sempre para te informar de alguma decisão e para ouvir a tua opinião? Foram mais as vezes que te pediram opinião ou foram mais as vezes em que deram uma decisão já tomada?

E4 – Foram mais as vezes em que me pediram para dar opinião. Mais vezes do que aquelas em que já tinham uma decisão tomada.

Eu - Identifica o tipo de relação que estabeleces com a equipa técnica, educativa e outros profissionais da instituição? Por exemplo, tu tens uma relação com os educadores e com os técnicos. Uma relação mais de respeito, uma relação de medo ou receio, uma relação de afeto, uma relação de amizade?

E4 - Relação de respeito e amizade.

Eu - Queres especificar? A relação que tens com a tua técnica?

E4 – Com a minha técnica relação de respeito e amizade. Quando estou mal e assim é com ela que eu falo todos os meus problemas. Mas agora se for com um monitor, que não tenho assim tanta confiança, de respeito.

Eu - Ou seja, a tua técnica é uma pessoa significativa para ti aqui na instituição? E esta técnica já te acompanha há muito tempo? Não te acompanha há 10 anos?

E4 - Não, já me acompanha há bastante tempo e sempre que tenho algum problema, sempre que quero falar de alguma coisa, se tenho algum problema, falo com ela.

Eu - E sentes que és ouvido?

E4 – Sim, é isso é.

Eu - Consideras importante estudar?

E4 - Sim, sim.

Eu - Porquê? Porque é que consideras importante?

E4 - Para termos um bom futuro. Se pudermos depois ter um bom trabalho.

Eu - E tu neste momento, o que é que tu estás a estudar só por curiosidade?

E4 - Relações-públicas e marketing.

Eu - Onde é que é?
E4 - É uma escola profissional.
Eu - Consideras que se deve estudar para poder conseguir um emprego melhor no futuro? E o que é que tu pretendes fazer no futuro? Já sabes, já pensaste nisso?
E4 - Tentar arranjar trabalho, começar a trabalhar, arranjar família. Tentar comprar uma casa. Um carro. Viver a vida. Terminar os estudos. Estar a terminar os estudos para poder ir trabalhar e depois conseguir um trabalho. Para ter uma família, casa e um carro.

Eu - Sentes que na casa de acolhimento é feita a preparação para a tua saída do acolhimento?
E4 - Sim sim.
Eu – E de que forma? De que forma é que tu achas que te estão a preparar para sair? Consegues dar exemplos mais concretos? Como é feita esta preparação para tu saíres mais tarde?
E4 – Para arranjar um emprego, uma casa.
Eu - De que forma é que te ajudam para que tu consigas isso?
E4 - Fazer as coisas por mim. Fazer de uma forma autónoma, por exemplo, as tarefas diárias da casa.
Eu - E que que tipo de de tarefas?
E4 - Limpezas, só limpeza e arrumação. Cozinhar, tratar de roupas, arrumar o quarto.
Eu - Compras?
E4 - Compras ainda não fazemos compras, ainda não só quando vou a casa é que costumo ir às compras, sou eu. Quando o meu pai às vezes pede, então eu vou às compras.
Eu - Mas aqui quando tu passares para a casa (…) vais ter que fazer isso, não é? Mas isso vai ser numa fase posterior, certo?

Eu - Tens na casa de acolhimento pessoas que te ajudam a preparar a saída da instituição?
E4 - Sim, os técnicos e os monitores, todos contribuem para uma transição para o exterior, para a sociedade (…).

Eu - Quais os teus objetivos pessoais e profissionais? Tens objetivos para o futuro. Já me disseste, não é?
E4 – Arranjar emprego. Trabalhar num cabeleireiro que é uma área que eu gosto muito.
Eu - E porque é que não estás a fazer formação de cabeleireiro?
E4 - Por causa que já não há vagas, e tivesse que trocar de curso, mas não era a área que eu queria.
Eu - Mas cabeleireiro, a área que tu gostas, é nessa área que tu queres investir, no que te identificas e que queres investir no futuro? Então ainda tens que fazer essa formação, não é?
E4 - Depois mais tarde isso é um objetivo.
Eu - E objetivos mais pessoais?
E4 – Ter a minha própria família, ter uma companheira, arranjar uma companheira para ter uma para uma família (…).

Eu - Quais considera que serão as dificuldades ou as principais dificuldades que irás encontrar quando saíres da instituição?
E4 - Se calhar irei ter algumas quando as que tinha aqui dentro.
Eu - Aqui consideras que tens apoio?
E4 - Muito apoio.
Eu - Consideras que tens muito apoio? Esse facto de teres muito apoio pode ser um entrave para que te tornes mais autónomo quando saíres? Então sentes que és protegido demais?
E4 – Sim sim aqui sinto-me completamente protegido, não é? E isso pode ser no fundo, pode ser uma dificuldade.
Eu - Quando tu saíres da instituição, essa é a principal dificuldade que encontras. E que tipo de apoio é que tu achas que depois já não vais ter e que tens quando saíres da instituição, que tipo de apoio? O mais importante, qual é o apoio mais importante que tu achas que tens aqui na instituição?

E4 - No fundo será o apoio emocional.
Eu - Podes perder sim, é porque tens muito apoio emocional?
E4 – Sim sim.

Eu - Encontras-te preparado para a vida em sociedade quando saíres da instituição?
E4 - Não muito (…) Para sair ainda tenho que ter muita responsabilidade, tenho que ter responsabilidade, autonomia.
Eu - Este apoio emocional como tu disseste, não é que se calhar para ti será o mais importante, mas não as dificuldades que achas que vais encontrar, por exemplo, a nível económico?
E4 - As dificuldades em não ter tanto apoio emocional isso sim.

Eu - Então achas que ainda te falta muito? Que ainda não estás preparado?
E4 - Ainda está muito no início, ainda falta bastante.

Eu - Muito bem, agora a última pergunta. Queres contar uma experiência significativa e importante que tenhas vivido aqui na instituição? Já passaram 10 anos, não é? Já passaste 10 anos aqui? Queres contar alguma experiência, alguma coisa que tenha acontecido? Mais positiva ou menos positiva?
E4 - Não, não tenho, que me lembre. (…)
Eu - Já está, muito obrigada (…). Tudo de bom para ti.

Entrevista 5
Jovem CAR

Eu. Quantos anos tens?
E5. 17 anos
Eu. Há quanto tempo é que estás na instituição?
E5. Desde julho do ano passado (2022)
Eu. Nesta instituição?
E5. Sim
Eu. Já estiveste noutras instituições?
E5. Não é a primeira experiência de acolhimento

Eu. Tens conhecimento da razão porque foste acolhido? Queres me contar ou não?
E5. Posso contar. Abandonei a escola e depois tive alguns processos tutelares educativos e o meu pai também teve uma denúncia de violência doméstica. Então como estava a viver em casa dele fui retirado para aqui.

Eu. E os processos tutelares educativos, posso saber qual era a razão desses processos, o tipo de comportamentos.
E5. Conduzir viaturas sem carta
Eu. Então só desde julho do ano passado é que tu vieste para aqui para a instituição e anteriormente já tinhas, ou tiveste processo de promoção e proteção?
E5. Não, não.

Eu. Agora vou começar a fazer outro tipo de perguntas. Manténs contacto com a tua família biológica? Com a família alargada?
E5. Com o meu pai sim. Com o meu irmão e família alargada.
Eu. Então vais aos fins de semana e nas férias e manténs o contacto, muito bem.

Eu. Concordas com as regras, regulamento e participas na definição das regras e rotinas diárias na instituição de acolhimento?
E5. Sim sim.
Eu. Concordas com as regras. E se há assim uma regra que tu não concordes, o que é que tu podes fazer?
E5. Posso comunicar à minha doutora ou tentar perceber como é que a regra serve, mas aqui não há regras assim que eu ache injustas.
Eu. Mas há esta abertura para que se tu considerares que uma regra não é adequada tens abertura por parte dos técnicos para dizeres?
E5. Sim, se eu não concordo com esta regra e penso que poderia ser de outra forma há sim essa abertura.

Eu. Consideras que és envolvido e participas nas decisões que dizem respeito ao teu projeto de vida presente e futuro? Os técnicos regularmente perguntam ou tu é que perguntas? Queres-me explicar um bocadinho?
E5. Quando entrei aqui eu tive de fazer serviço comunitário e então eu queria ir para os bombeiros. Só que a minha doutora disse que é um bocado complicado porque os bombeiros é ao fim de semana e para tal tinha de passar aqui o fim de semana. Então a minha doutora disse que ia à sexta-feira para uma equipa de resgate, que eu ando agora. Não é bombeiro, mas há uma equipa de resgate.
Eu. Acho isso bastante importante, ou seja, encontrou uma alternativa. tu foste ouvido naquilo que tu pretendias fazer, mas como não foi possível arranjar, encontrou outra alternativa
E5. Tudo foi negociado. Há sempre esta negociação.

Eu. Do tempo que tu estás aqui consideras que és convocado pelas autoridades administrativas ou judiciárias, por ex. CPCJ, tribunal, para dares parecer em relação ao teu projeto de vida?

E5. Não, não, não. Como já disse um tive um processo tutelar educativo, eu ia, não sei como é que se chama?

Eu. Ao Ministério Público?

E5. Era em (...). Ia uma vez por mês fazer uma entrevista, mas isso era no âmbito do processo que eu estou a falar educativo.

Eu. E do processo de promoção e proteção? Conheces a técnica?

E5. Não, não, não tenho contacto porque mudou a técnica da segurança social e não consegui ter contato com o telemóvel, ainda não consegui ainda ter uma conversa.

Eu. Tu não conheces a técnica, nem sabes quem é. E se tiveres um problema?

E5. Eu se tiver um problema, como estou aqui na instituição, não falo com ela, mas com a minha doutora ou com o doutor X (diretor técnico da instituição).

Eu. Identifica o tipo de relação que estabeleces com equipa técnica educativa e os outros profissionais da instituição, por exemplo é uma relação de respeito, uma relação de amizade, uma relação de medo…

E5. Não. De amizade, há bastante profissionalismo na parte deles mas dá para ter uma relação de amizade até mesmo com os monitores que são as pessoas que cuidam de nós diariamente a gente acaba por ter mais ali afinidade do que com o próprio doutor, mas pelo menos eu tenho uma boa amizade com toda a gente.

Eu. É muito curioso o que tu acabaste de dizer: os monitores são aqueles que cuidam de nós diariamente, os técnicos são aqueles que fazem pareceres, relatórios…

E5. É isso é isso.

Eu. O que tu consideras que é uma relação amizade, tu que és um jovem de 17 anos?

E5. Uma relação de amizade é se precisar de desabafar ou se precisar de alguma coisa sei que posso contar com eles.

Eu. Seja em termos funcionais ou mais instrumentais sabes com quem podes contar e em termos emocionais.

Eu. Agora vamos a uma segunda parte da entrevista. Consideras importante estudar? O teu processo, uma das razões que levou ao teu acolhimento foi o facto de estares em situação de abandono escolar. Esse período de abandono escolar foi prolongado ou foi intermitente?

E5. Sim é importante estudar. Eu estive em abandono prolongado, eu acabei por perder 2 anos à vontade a faltar à escola e depois regularmente era chamado a tribunais, à assistente social até que depois vim parar aqui.

Eu. Mas foi difícil quando vieste para cá e depois quando começaste novamente a estudar?

E5. Não foi difícil porque eu realmente tinha aqui o desejava, como você disse há bocado e me perguntou, aqui os técnicos dão conselhos e conseguem ouvir a nossa opinião e tentam-nos ajudar, tanto os técnicos, os doutores. Na minha escola isso não acontecia. Eu já tinha andado a pedir um curso há mais de meio ano e diziam-me que não podia.

Eu. Então tu achas que no contexto escolar tu não tinhas o apoio, o envolvimento ou o interesse dos professores em te apoiar?

E5. Não, pelo contrário. Na altura da pandemia nós tivemos aulas, eu até já queria entrar mais nas aulas online. A minha professora ligou-me e disse porque não assistia. Eu expliquei-lhe que tinha comprado um telemóvel a um amigo meu mas ele esqueceu-se de tirar a conta dele do iPhone e eu então não conseguia instalar na aula e precisava de instalar umas aplicações para fazer videochamada para poder assistir. Ela disse “Então mas tu tens um iPhone e não consegues fazer videochamada?”. Acabei por ter aulas online na escola. Depois acabei por abandonar a escola por causa de uma doutora, assistente social da escola que me achava estranho e alegava que eu tinha uns comportamentos assim meio meio desadequados, sendo que eu não tinha. Então senti-me muito mal e acabei por abandonar a escola.

Eu. Então o facto de tu teres abandonado a escola não foi nem pelos conteúdos da escola nem pelo facto de não gostares de estudar, foram outras coisas, foram profissionais, nomeadamente professores, assistente social, que fizeram com que tivesses essa rejeição?

E5. Se calhar por causa da minha aparência. Como o meu pai não comprava todos os fins de semana roupa. Às vezes eu trazia a roupa assim mais velhinha e assim, ia com a roupa que tinha. Então a minha vida começou a mudar porque eu comecei a crescer e comecei a ajudar a minha família naquilo que podia. O meu avô dava uma notinha para comprar roupa.

Eu. O que é que ias fazer para o teu avô?

E5. O meu avô sempre gostou de agricultura e eu às vezes ia ajudar. Ele já tem 70 anos. Ele também fazia transportes- Ele tinha uma carrinha, então os amigos quando precisavam de uma coisa ele fazia transportes e depois cobrava e eu ajudar o meu avô.

Eu. Consideras importante estudar?

E5. Sim fundamental. Hoje em dia é preciso o 12º ano para qualquer profissão.

Eu. Consideras que se deve estudar para poder conseguir um emprego melhor no futuro ou não? Já estou aqui a condicionar um bocadinho já percebeste… tu achas que quanto mais nós estudarmos melhores empregos teremos ou não?

E5. Eu acho que a oportunidade das pessoas que ganham bolsas de estudo para a faculdade se for uma pessoa sem condições eu acho que essa pessoa deveria investir em uma faculdade para tirar um doutoramento.

Eu. Tu tens essa ambição? Tu queres tirar um curso superior não queres, ou queres tirar um curso mais profissional? Em que área?

E5. Sim quero de mecânica.

Eu. Agora vou já passar para algumas questões mais relacionadas com a questão da autonomia e a preparação para a saída da instituição. Sentes que na instituição é feita a preparação para a tua saída do acolhimento?

E5. Sim. As pessoas vêm para aqui com mais rotinas. Normalmente quando se fala em rotinas é se habituarem a uma vida normal. Neste caso, porque nós aqui somos várias muitas vezes monitorizados, até fazemos testes de despiste de drogas e eu acho que uma pessoa que saia daqui tenha um grande potencial para ter um futuro promissor.

Eu. Está dada a resposta. Eu não diria melhor. Tens na instituição pessoas que te ajudam a preparar a tua saída no futuro? E de que forma é que que te ajudam nesta preparação, consegues especificar?

E5. Sim, sim. Incentivam muito para continuar a estudar antes de sair da instituição, se isso não acontecer já não vou voltar para aqui, vou voltar para outra coisa pior.

Eu. O que é essa coisa pior?

E5. Pode ser uma instituição fechada, por exemplo pode ser um sistema fechado. sim ora

Eu. Em termos de objetivos pessoais e profissionais para o futuro queres me contar que tipo de objetivos é que tu tens?

E5. Muitos, muitos. Ter o meu próprio negócio, a minha própria empresa. Neste caso ter uma oficina de automóveis.

Eu. E em termos pessoais?

E5. Construir uma boa família. Sei que não há famílias perfeitas, mas fazer o possível para ser um bom pai, ser bom marido, bom companheiro, dar algum conforto, não é? Dar o nosso melhor e também batalhar.

Eu. Encontras-te preparado ou achas que te encontras preparado para a vida em sociedade quando saíres da instituição? Ou achas que vais ter dificuldades quando saíres?

E5. Eu penso que a saída seja em breve, mas eu tenho bastante apoio também da minha família. Mas acho que vai correr tudo bem, vai correr tudo bem.

Eu. Então achas que não que vais encontrar dificuldades quando saíres da instituição? Também o teu percurso de institucionalização é muito diferente, por exemplo, de quem eu estive a entrevistar antes de ti, tu tens um percurso curto.

74 E5. Se calhar as dificuldades são as dificuldades que acho normais que nós encontramos na vida lá fora. Toda a gente encontra dificuldades. É a forma como nós encaramos as dificuldades, portanto é resolver os problemas ao máximo e não deixar pequenos problemas agora que podem ser grandes no futuro. É ter uma conduta normal, exemplar. Uma conduta normal.

75 Eu. Uma última pergunta: queres contar um momento significativo ou momentos.

76 E5. Os passeios isso é o mais significante. O tempo que tenho estado aqui na instituição as que se faz com os internos. Eu não faço muitas amizades com jovens aqui da instituição, é porque não falo, sou mais reservado. Porque nós também acabamos por só nos cruzar à noite e uns acabam de jantar e vão para a cama, que é o meu caso. Os outros ainda ficam ali um bocado na sala e assim, eu acabo por ser mais reservado, mas a relação com os monitores e com as doutoras também é significante.

77 Eu. É tudo. Muito bem, muito obrigada! Foi um prazer, um gosto te conhecer.

Entrevista 6
Jovem CAR

Eu. Boa tarde. Quantos anos tens?
E6. 17 anos.
Eu. Há quanto tempo estás nesta instituição?
E6. Vai fazer 2 anos em novembro (2022)
Eu. Mas só estiveste nesta instituição ou já estiveste em outra?
E6. Esta foi a única instituição.

Eu. Diz-me uma coisa: sabes a razão porque foste acolhido?
E6. Sim, foi mais por causa de problemas familiares que estavam a afetar o meu percurso escolar. Problemas na família que existiam que estavam a afetar, eram discussões muitas vezes e a maior parte das vezes era sempre à noite quando a minha família chegava a casa e começavam sempre a discutir. Eu na altura morava ao pé da praia (…) e eu saía de casa revoltado e ia para a praia à noite. Ficava acordado toda a noite a pensar o que ia fazer e depois quando ia ver já era de manhã e eu cheio de sono. Esperava que toda a gente saísse de casa para ir dormir um pouco e isso era sempre repetitivo. Faltava sempre às aulas e acabei, claro, por não conseguir descansar.

Eu. Manténs contato com a tua família?
E6. Sim, com a minha mãe não falo muito porque foi mais por causa dela e do ex-companheiro dela que acontecia isso. Então eu não falo muito com ela, mas de vez em quando ligo para saber se está tudo. Mas vou passar os fins de semana e férias com o meu pai.

Eu. Concordas com as regras, regulamento e participas na definição dessas regras e rotinas na instituição?
E6. Eu no início eu cheguei aqui e eu, antes de vir para aqui, pensei bem: aquilo vai ser um pouco, como é que eu hei de dizer, rígido, mas depois cheguei aqui e os técnicos são super amigáveis. Eu lembro-me da primeira vez que eu cheguei aqui foi o doutor (…) que me recebeu (diretor técnico) e o meu técnico, doutor (…), receberam-me e foram super super amigáveis. Eu cheguei depois ao setor e os educadores super amigáveis. Depois eles foram explicando as coisas e eu depois passado algum tempo já fazia as coisas sozinho, os educadores já não precisavam dizer nada, eu já sabia o que fazer.

Eu. Mas concordas com o regulamento, com as regras que são impostas? Diz-me uma coisa vamos supor que há uma regra que tu não concordas. O que é que tu fazes?
E6. Eu faço: eu chego ao pé de um dos educadores e até mesmo ao pé do meu técnico e digo que não estou de acordo com aquela regra e justifico porque é que não gosto, porque é que não concordo com aquela regra. Depois eles param e quando há ali uma coisinha, uma negociação para chegarmos a um meio-termo. Às vezes é isso, outras vezes os técnicos e os educadores dizem que não podem fazer nada, mas há sempre uma explicação. Agora que você (técnico ou educador) me explicou eu entendo, mas há esta abertura para questionar as regras.
Eu. Como tu estavas a dizer quando para cá vieste pensavas que era tudo muito rígido e que seria quase um regime militar. Era essa a representação que tu tinhas da instituição e que facilmente se desmontou.
E6. Por causa de um amigo meu que estava num colégio fechado e lá ele não podia dizer nada aos educadores senão ficava logo de castigo. Depois eu ultimamente tenho falado com ele, acabou por sair de lá. Mas foi mesmo antes de eu vir para cá que ele me explicou que foi a experiência dele na instituição. Só que depois eu cheguei aqui e que quando lhe contei ele disse assim: “Quem me dera ter ido para aí”

Eu. Consideras que és envolvido e participas nas decisões que dizem respeito ao teu projeto de vida presente e futuro?

E6. Sim, porque o meu técnico sempre que há alguma coisa que me envolve chega ao pé de mim, fala comigo. Por exemplo, agora eu vou começar a trabalhar em part-time num restaurante. O meu técnico perguntou se eu queria. Eu disse: "Doutor eu quero ir porque isso vai me fazer bem e vai me ajudar no futuro". Eu vou começar esta semana. Sempre que o meu técnico tem alguma coisa sobre mim, ele vem falar comigo.

Eu. És convocado pelas autoridades administrativas ou judiciárias, por exemplo a CPCJ, o tribunal para dar parecer em relação ao teu projeto de vida? Tens processo na CPCJ ou no Tribunal?

E6. Não, não. Tenho processo no tribunal e só falo com a técnica que está com o meu processo quando ela tem que apresentar relatórios.

Eu. Identifica qual o tipo de relação que estabeleces com a equipa técnica, educativa e outros profissionais da instituição, por exemplo de respeito, de medo, de amizade, de afeto?

E6. Por exemplo, com a equipa educativa e técnica eu tenho uma relação de amizade, e não é só com a minha equipa educativa, mas com todas as equipas educativas aqui da instituição. Aqui eu tenho amizade com todos, claro que não é só com a equipa, também tenho uma amizade ali com as pessoas que trabalham na cozinha. Às vezes passo lá e cumprimento toda a gente, já me conhecem. A minha relação com as pessoas aqui é boa.

Eu. Então vamos agora para a segunda parte da entrevista. Consideras importante estudar? E6. Sim considero, porque ultimamente eu tenho visto muitos amigos meus que já pararam de estudar há algum tempo e sempre que eles vão para uma entrevista de emprego perguntam se eles têm o 9.º ou 12º, e normalmente os meus amigos só têm o 9.º. Os patrões vão tentar dar ali dá uma chance, mas é sempre com um pé atrás, por causa que se eles tivessem o 12º já tinham mesmo a certeza que já tinham alguma escolaridade boa, e já podiam confiar mais nas pessoas. Eu considero importante os estudos.

Eu. Consideras que se deve estudar para poder conseguir um emprego melhor no futuro? E6. Sim. Se os meus amigos que vão a uma entrevista só têm o 9.º ano, se tivessem o 12º possivelmente tinham mais oportunidades de emprego, caso tivessem mais escolaridade.

Eu. O que é que estás a estudar? Gostas da área?

E6. Operações turísticas. Não é a minha área, eu gosto mais da área militar, é já uma coisa de família porque a maior parte da minha família é militar. O meu pai, o meu avô, os meus tios, praticamente toda a gente da minha família era militar. Como eu já vou fazer os 18 anos, eu estava a pensar em sair agora, ficar com o 10.º ano e ia prestar as provas para o exército. Se eu conseguisse entrar, eu estava a pensar em fazer lá o 12.º porque eles dão oportunidade de fazer. Não exigem o 12º, o mínimo é o 9.º ano.

Eu. Sentes que na instituição é feita a preparação para a tua saída?

E6. Sinto por que eu já falei com o doutor várias vezes e nós temos que mudar ainda algumas coisas para me preparar quando eu sair daqui. Então sim, já me vão preparando para fora. Na instituição as pessoas ajudam, a equipa educativa e os técnicos também às vezes vão dando dicas, coisas mais estruturadas é tipo por exemplo a renda da casa, isso que é muito importante.

Eu. Quais são os teus objetivos pessoais e profissionais para o futuro?

E6. Agora eu estou a fazer o curso para bombeiro aqui (…) e só para o ano é que eu vou ser bombeiro de 3.ª se tudo correr bem. Se não correr bem e se não conseguir eu estou a pensar em ir para o exército. Em termos pessoais eu estou a pensar em ir viver com o meu pai, por causa que ele já não está muito bem, então estou a pensar em ir e viver com o meu pai, tomar conta dele e ajudá-lo em casa com as contas e tudo o resto.

Eu. Achas que te encontras preparado para a vida em sociedade quando saíres da instituição?

E6. Eu antes de morar com a família do meu pai e como é tudo militar. Eu desde pequeno já fui tendo algumas regras, já fui ensinado de uma certa maneira e, por exemplo ainda hoje eu estive com um tio meu. Está aqui no quartel (…) está lá no quartel destacado e na hora de almoço veio ter comigo e fomos lá almoçar os 2 juntos. Perguntou-me como é que eu estava e eu disse que estava tudo bem. Daqui a um tempo também já estou a pensar em ir embora tipo quando estiver mais estável a minha situação. Quando estiver mais estável de responsabilidade, eu acho que preciso de aprender a ser mais responsável, preciso de mais exemplos tipo a minha equipa educativa e técnica já mostram e dão como exemplo a responsabilidade, mas eu quero outros exemplos outros pontos de vista. Ainda há algum trabalho a fazer sim. Quando sair tipo dificuldade de organizar assim a vida, vou ter um trabalho, mas depois também vou ter que tomar conta do meu pai e ter aquele receio de ficar sobrecarregado. Tenho andado a pensar ultimamente, mas não vou ficar sobrecarregado por causa do meu pai, ele ainda está mais ou menos e ainda toma conta de si mesmo. Provavelmente vou ter dificuldades em termos financeiros e emocionais. Emocionais por causa de um amigo meu que acabou por falecer num acidente de carro. Eu estava com ele, ele já era maior de idade, já tinha a carta de condução, eu estava no lugar do passageiro e tivemos um acidente. Ele acabou por falecer e eu acabei por ficar com lesões leves, mas ainda assim fui hospitalizado e quando me contaram que ele tinha falecido eu fiquei mal, comecei a ficar depressivo e comecei a ter pensamentos não muito bons, mas nunca me tentei matar, nada disso, porque por acaso eu nunca me tentei matar, por causa do meu pai e do resto da minha família.

E6. Queres me contar alguma experiência significativa e importante que tenhas vivido aqui na instituição?

E6. Por acaso estou a lembrar de repente, há algum tempo atrás por aí há 2/3 meses houve um jovem que estava aqui, foi mais violento para um monitor. O jovem tentou agredir um monitor, o monitor defendeu-se só que o jovem não parava de tentar bater no monitor, então o monitor foi fez um pouco mais de esforço, então eu fui, pois estava presente, e ajudei o monitor a segurá-lo e a acalmá-lo. Uma situação assim um bocadinho mais positiva, por exemplo no verão, a equipa técnica e a equipa educativa nós organizamos ali, no campo de vólei, um joguinho no verão. Passou-se bem e nós com a equipa educativa tínhamos ganho, mas a equipa técnica, os técnicos não assumiram que perderam.

Eu. Muito obrigada pela tua disponibilidade, obrigada e tudo de bom

Entrevista 7
CPCJ

Eu. Boa tarde. Em primeiro lugar gostaria de agradecer por me conceder esta entrevista. Já lhe expliquei quais são os objetivos do estudo e já me prestou consentimento. Por isso, vamos dar então início. Profissão?

E7. Sou psicóloga.

Eu. Quantos anos é que tem de trabalho de contacto com crianças e jovens em perigo?

E7. 25 anos.

Eu. E quantos anos é que tem de contacto com crianças e jovens em acolhimento?

E7. Em acolhimento, bem, eu não sei como é que vou separar isto. Em acolhimento nos últimos 18 anos. O meu trabalho tem sido com crianças e jovens em risco nas várias respostas.

Eu. Ou seja, 25 com crianças e jovens em risco e perigo e com medidas de acolhimento 18 anos. Então tem contacto com instituições. Tem conhecimento e concorda com as regras e regulamentos das casas de acolhimento?

E7. Bem o contacto das técnicas da CPCJ com os centros de acolhimento não é muito grande, até porque a segurança social tem uma equipa que faz a gestão das vagas. É ela [segurança socia] que faz toda a escolha e contacto e depois, quando a vaga já está efetivada nós levamos a criança até lá.

Eu. E quando faziam esses contactos, conheciam o funcionamento das instituições, as suas regras?

E7. Sim, uma grande parte. Aquelas que por área geográfica conheço.

Eu. Então conhece, e concorda? Concorda as regras e o regulamento das instituições de acolhimento? Concorda com essas regras e regulamentos?

E7. Conheço algumas instituições, mas é como tudo, como as empresas: existem algumas com uma gestão mais rígida outras mais aleatórias, outras com regras tão disciplinares… vai variando muito e concordando ou não, era a resposta que tinha, mas muitas vezes falávamos. Eu sempre fui muito pelo diálogo, sempre conversava muito. Mas não fazia mudar as regras das instituições que achava que não estavam muito adequadas.

Eu. Então considera que algumas instituições têm regras e regulamentos que já serão um pouco desajustadas ao nosso tempo, ao nosso sistema de promoção e proteção. Muito bem.

Eu. Considera que os jovens são ou deveriam ser envolvidos nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?

E7. Depende da maturidade do jovem. Nem é uma questão de idade cronológica. Como existem jovens com 14 anos com maturidade e existem outros que aos 16 não tem nenhuma. Eu acho que é preciso conhecer a sua história para saber se ele tem alguma capacidade de sugerir, de decidir coisas em relação ao seu futuro. Eu acho que isso tem muito a ver com a maturidade do próprio jovem.

Eu. E considera que os jovens são ou deveriam ser envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?

E7. Com certeza, sempre que possível. É deles que estamos a falar, eles devem saber o que se passa e porque é que nós às vezes tomamos certos caminhos.

Eu. E isso aí, independentemente da maturidade, da tal maturidade que falou na resposta anterior?

E7. Não tem a ver com a maturidade, é a técnica que tem de adaptar a sua linguagem para a capacidade de compreensão do jovem. Nós é que temos de nos adaptar. Eu acho que com mais ou menos palavras, temos de envolver o jovem e explicar.

Eu. Ou seja, eles devem ter conhecimento porque é que têm um processo, que decisões é que vão ser tomadas? Possíveis alternativas? Da mesma forma como se fala com os representantes legais, os pais, os cuidadores, as crianças e os jovens devem ser ouvidos?

E7. É assim mesmo, sim, sim.

Eu. E pensa que são envolvidos?

E7. Pouco, pouco. Muitas vezes não é por mal, é por falta de tempo. Infelizmente nós corremos muito.

Todos os técnicos da área social correm muito contra o tempo e têm que dar resposta, concretizar situações e às vezes não existe aquele tempo que idealmente gostariam de ter com a criança ou com a situação. Não é, eu acho.

Eu. Então considera que eles são pouco envolvidos. E se são pouco envolvidos é porque são pouco ouvidos.

E7. Sim, sim, são pouco ouvidos e isso por falta de tempo. Acentuadamente por falta de tempo, porque quando se tem um caso hoje tendo aquele jovem, amanhã já tem outros, aparece outro e aquele é urgente também. Então aquele que ontem era muito urgente já deixou de ser porque vai entrar outro como prioridade, então essa é a falta de tempo a que eu me refiro. São às situações que às vezes temos na mão, situações que têm que andar para frente e já não se pode olhar muito para trás. É lamentável, mas eu acho que acontece com a maioria das técnicas.

Eu. Vou entrar agora na segunda parte das questões que eu que eu pretendo fazer. Como considera ser a relação que os jovens estabelecem com escola? Por exemplo, valorização, acha que valorizam ou que há algum distanciamento?

E7. Sim. O jovem institucionalizado sempre tem um perfil diferente do jovem que está inserido na sua família biológica normal, mesmo que não se queira, já vai aí um grande rótulo que o próprio jovem sabe que carrega, então ele não se sente tão à vontade quanto o jovem que está na sua família, que tem o seu pai e a sua mãe. Eles se sentem muito desamparados. É o que eu acho, então não se sente em condições de igualdade com outros jovens.

Eu. Já respondeu a uma parte da questão que eu queria, mas pensa que esse estigma leva a que eles desvalorizem a escola, que invistam na escola para fugirem desse rótulo? O que é que considera do contacto que tem ainda?

E7. Depende também muito da natureza de cada um desses jovens, porque há aqueles que tiveram um passado muito difícil, mas que conseguem ultrapassar e que toda a ajuda que eles sentem que têm à volta, eles conseguem extrair o melhor, conseguem ultrapassar. Mas dificilmente vão-se libertar de traumas e de situações que vivenciaram, então acho que é uma questão que depende muito dos jovens e nem sempre do trabalho externo que está sendo executado à sua volta. Mas depende de cada um e das suas características.

Eu. Então considera que esse rótulo é, como é que eu hei de dizer não é um rótulo que lhe foi atribuído, por exemplo, na escola, pelos professores, pela escola, mas é ele próprio que o sente muito vezes.

E7. O jovem tem dificuldade em lidar com aquilo, ultrapassar, ele vai sentir-se sempre diferente. Ele sabe que é um jovem institucionalizado, que não é como os outros meninos, rapazes. Eu acho que é preciso ser um jovem com uma cabeça boa, é assim que se diz? Com uma cabeça boa para conseguir ultrapassar isso.

Eu. Muito bem, considera que uma melhor qualificação académica profissional e irá levar a que os jovens tenham um melhor emprego no futuro?

E7. Com certeza. Nós temos que apostar que os jovens que estão melhor preparados academicamente terão mais oportunidades de sucesso do que aqueles que não têm preparo, não é? E é nisso que apostamos também quando queremos motivar um jovem, e dizer-lhe que a concorrência é grande. Ele precisa se sentir preparado, logicamente que os melhor preparados têm mais possibilidades de obter mais sucesso.

Eu. Sente que nas casas de acolhimento é feita a preparação da saída dos jovens?

E7. Não sei, não sei como acontece exatamente. Teoricamente, isso está implicado no projeto: preparar o jovem para a sua saída também. Agora, na prática, não sei como é que aquilo acaba por se concretizar, porque depende muito também da barreira que o próprio jovem coloca. Se ele estiver recetivo ele aceita as orientações e tal, se ele estiver mortinho para sair dali ele quer sair dali. Já não está preocupado com as orientações e já não via a hora de ir para a sua suposta liberdade.

Eu. Muito bem. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais dos jovens institucionalizados? Objetivos pessoais e profissionais para o futuro?

E7. É assim, temos de acreditar e ter esperança de que alguns destes jovens têm vontade de investir no

futuro, que querem esquecer tudo o que está para trás e que querem ter vontade realmente de se preparar para o mercado e para a vida que aí vem, não é? As expectativas têm de existir. Se não acreditarmos nisso, também é mau. Não estamos a fazer nada, não é? É porque não estamos a fazer um bom trabalho.

Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades ou obstáculos que os jovens institucionalizados irão encontrar quando saírem da instituição?

E7. Não sei... Ao sair da instituição, se ele estiver preparado, vamos colocar em situações mais ou menos em pé de igualdade. É um jovem que tem um bom percurso escolar académico, que esteja bem integrado consigo próprio, com os seus problemas interiores. Claro que está nas mesmas condições que outro jovem qualquer, não é? Ele pode, não sei se o fator sorte é uma coisa que atinge a todos nós, há pessoas que têm sorte na vida, que saem para o mercado de trabalho e que conseguem logo uma colocação e outros não. Eu acho que não vejo muita diferença entre o institucionalizado e outro jovem, não vou chamar normal, não é essa palavra que eu quero usar, mas… que está em meio natural de vida, mas todos têm na altura dúvidas, ambos partiram da mesma rampa de lançamento.

Eu. Então, considera que estes jovens são jovens que não vão encontrar dificuldades ou melhor dizendo, vão encontrar as mesmas dificuldades do que qualquer jovem, não é?

E7. As mesmas facilidades, se forem preparados, tanto um quanto outro vão partir no mesmo ponto.

Eu. E agora a última questão. Quer contar alguma experiência significativa ou importante que já teve com crianças e jovens institucionalizados? Esta é uma resposta totalmente livre.

E7. Aqui eu vejo como maior obstáculo é que perdemos o contacto com os jovens. O nosso trabalho vai até um determinado ponto e depois já voltou ao seu rumo e nós temos outras situações e dificilmente sabemos o que é que foi feito daquela vida que um dia acompanhou. Será que foi para fora do país, foi morar com alguém, não mora. Ela segue o seu rumo… então não me lembro assim. Ainda recentemente, uma colega de uma equipa com quem eu trabalhei foi visitar uma família de acolhimento e o menino pediu para entregar um retrato dele. Foi há 15 anos atrás, porque eu era a técnica que ele lembrava o carinho que eu tinha com ele, eu falava muito meiguinho e ele nunca mais me esqueceu. Então ele mandou a fotografia. O X pediu para entregar à doutora X. Então é isso que nós procuramos, mas é claro que perdemos o fio da meada, não é?

Eu. Mas o que sentiu ao receber essa fotografia dessa criança e que agora já é um adulto? Qual é o sentimento que tem?

E7. É de dever cumprido. É uma sensação de orgulho muito grande porque pensamos assim: um dia esse jovem foi marcado por uma coisa que nem eu dei conta. Não pensei que seria tão importante para ele depois de tantos anos ele ainda se lembra de mim. Isso sabe bem, achamos que é porque fizemos um bom trabalho com aquele.

Eu. Já terminei, muito obrigada.

E7. Foi muito bom e espero que estas propostas tenham ajudado em alguma coisa.

Eu. Muito obrigada. Boa tarde. Boa tarde.

Entrevista 8

CPCJ

Eu. Boa tarde. Primeiro, queria agradecer-lhe por ter acedido dar-me esta entrevista. Eu vou-lhe fazer questões que estão divididas em 2 grupos. Para já vou fazer algumas questões mais de dados sociodemográficos: a profissão, por favor?

E8. A minha profissão, eu sou assistente social.

Eu. Quantos anos de contacto têm com crianças e jovens em risco/perigo?

E8. Em risco e perigo uns 10 anos.

Eu. E de contacto com crianças e jovens em acolhimento institucional?

E8. É o mesmo.

Eu. Então agora vou, como tem contacto com crianças e jovens institucionalizados, a primeira questão: concorda com as regras e regulamentos das casas de acolhimento residencial?

E8. Sim, concordo, embora haja muitas coisas ainda a melhorar, no geral, concordo com o que está determinado.

Eu. E das casas de acolhimento que conhece e que trabalhou, concorda?

E8. Das casas de acolhimento que trabalhei também sim.

Eu. E o regulamento era definido pela direção, pelos técnicos ou pelos jovens acolhidos?

E8. A direção... era sobretudo, o regulamento era sobretudo definido entre a direção e com o envolvimento dos técnicos. Não era muito tida em conta, quer dizer, embora se escutasse, não eram muito consideradas as sugestões dadas pelos jovens, eram mais os técnicos e a direção que definiam o funcionamento e o regulamento, ou seja, todas as regras, rotinas, comportamentos que eles podiam assumir e que depois poderiam ter consequências, tudo era definido pela instituição.

Eu. Considera que as crianças e jovens institucionalizados devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?

E8. Considero que se as crianças e se os jovens tiverem maturidade suficiente para poderem participar, porque sabemos que nem todos... que sejam também definidas algumas faixas etárias, porque uma criança pequena não tem conhecimento, portanto, não tem sequer maturidade, para poder participar numa coisa desta natureza. Se tiverem maturidade suficiente, julgo que é sempre importante auscultar a opinião e ter em atenção as ideias, as sugestões que eles podem dar, tem que ser considerada, tem que ser estudada e tem que ser aprofundada. Sim, com certeza, também se tenha que ter em atenção a opinião que eles emanam e as suas sugestões, com toda a certeza.

Eu. Considera que as crianças e jovens institucionalizados são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?

E8. A grande maioria não, na grande maioria não, por vários motivos: ou porque não têm maturidade, ou porque as direções também não têm isso em consideração, enfim... por uma panóplia de várias situações. Julgo que, neste momento, ainda não há abertura suficiente para se ter em atenção ou se dar mais importância ou relevância à posição das crianças, dos jovens que estão institucionalizadas. Quer queiramos, quer não, as direções emanam as decisões, impõe, no fundo, acabam por impor aquilo que consideram que é o mais importante para a generalidade dos jovens e não consideram muito a opinião de quem vive dentro da instituição. Acho que ainda temos um longo caminho a percorrer, nesse âmbito.

Eu. Muito bem. Então agora já vou entrar na segunda parte das questões: como considera ser a relação que os jovens institucionalizados estabelecem com a escola? Valorizam a escola, algum distanciamento?

20 E8. Eu penso, na grande maioria, há um grande distanciamento da escola, ainda tem que ser muito trabalhado a importância da escola nas suas vidas. Se bem que eu acho que as equipas técnicas têm feito um bom trabalho nesse sentido, no sentido de envolver cada vez mais os jovens e de lhes explicarem a importância do contexto escolar na sua vida e na definição do seu projeto de vida, contudo os próprios jovens não se identificam muito, ou porque não gostam das matérias, ou porque não estão nos cursos que são aqueles os mais adequados às suas necessidades. Portanto, eu julgo que aí também temos que percorrer um grande caminho até que haja uma envolvência. É claro que também há um bocadinho de tudo, portanto, os jovens que realmente encontram na escola também uma saída para os problemas que têm aqui dentro e que estão identificados, até pela própria família, há outros que veem a escola como algo impositivo, com o qual não se identificam e que acaba por ser para eles também mais uma forma de cumprirem regras, com as quais eles não concordam.

21 Eu. Considera que uma melhor qualificação académica profissional irá levar a uma melhor integração profissional dos jovens institucionalizados no futuro?

22 E8. Sim, com toda a certeza, é preciso é que haja algum envolvimento com o projeto de vida de cada um deles e que as coisas não sejam impostas. Tem que ser assim: tem que ser da maneira que os técnicos, as pessoas, o que as direções entendem que é o melhor, portanto acho que aqui é importantíssimo ouvir, auscultar, e como os jovens vão definir o seu projeto de vida. Eu acho que é extremamente importante. Explicando-lhes a importância da escola, a importância que a formação académica tem na vida deles. Sem essa formação também não vão conseguir almejar projetos de vida muito diferenciados, portanto, a formação académica faz todo sentido. Muitos deles não estão motivados, por variadíssimos motivos, e acho que é importante também fazer todo esse trabalho explicativo de envolvimento. É, realmente, a vida académica faz todo sentido, pronto, acho que tem que ser um bocadinho por aí.

23 Eu. Sente que na casa das casas de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens do acolhimento?

24 E8. Ainda tem muito que se caminhar nesse sentido, embora já haja algumas casas de acolhimento com aquelas modalidades de apartamentos de autonomia. Já há algumas que optam, mas eu acho que ainda tem de ser feito... ainda tem que ser então um caminho a percorrer, ainda não são feitas como deveriam ser. Acho que ainda há aqui um desfasamento muito grande naquilo que é a instituição e depois o mundo da realidade e a passagem de uma vertente para outra vertente, ainda se está a fazer esse percurso, na minha ótica... Na minha ótica, essa preparação devia ter sempre... com algum envolvimento de técnicos que pudessem preparar minimamente os jovens de forma gradual para o que é a vida do quotidiano, não é? A integração no mundo profissional e, não podemos esquecer, que muitos destes jovens têm também ali alguns problemas do foro emocional, do foro psicológico, não estão devidamente preparados e, portanto, um acompanhamento com um tutor, sei lá, com alguém que tivesse uma preparação mínima, podia fazer todo sentido, para que eles não caíssem de paraquedas, passo a expressão, no mundo quotidiano, no mundo, pronto, na vida, é isso. Ainda não é muito a preparação ainda não é muito bem feita e tanto que alguns deles, cujas referências, sobretudo parentais, são referências não muito adequadas, acabam por enveredar muito por aquilo que são as referências, que eles têm da família. Se houvesse aqui um trabalho feito por alguém que, se calhar, poderíamos mudar um pouco essa essa realidade, não é? Essa figura de tutor acho que sim, que podia
ser bastante importante.

25 Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que os jovens institucionalizados possuem para o futuro?

26 E8. Os objetivos pessoais e profissionais eu julgo que é assim: os jovens que estão institucionalizados, a grande maioria deles quer libertar-se um pouco da questão institucional, das regras institucionais, portanto, alcançar um pouco a sua liberdade, sem atender muito ao que vai encontrar. Há muitas regras na instituição que devem ser cumpridas, há muitas, há, enfim, a instituição impõe muitas coisas feitas à

maneira da própria instituição e julgo que os jovens aqui o primeiro passo é libertarem-se de tudo isto e libertarem-se, às vezes, pode ser perigoso, porque podem cair numa realidade que não é uma realidade que eles idealizaram e, portanto, acho que este passo é um passo, como aquelas chamadas saídas intempestivas, não é? Intempestivas, em que eles não estão minimamente preparados, só querem ter liberdade, não é? Querem-se libertar de todas essas regras, querem ser um pouco senhor dos seus narizes. Não podemos esquecer que, numa grande maioria deles, são jovens numa das faixas etárias em que estão a sair de uma adolescência, ainda bastante irreverentes e se não houver esta preparação mínima, as coisas podem correr menos bem e, portanto, eu acho que a saída deles acaba por ser sempre mais numa vertente da libertação das regras às quais estão subjugados, do que propriamente de enfrentar uma vida com tudo aquilo que ela traz. Daí eu considerar que era importante haver alguém aqui que ajudasse a fazer esta passagem, para os jovens saberem o que é que encontram do outro lado, sem haver esta vertente de base, de suporte, enfim, que é a própria instituição. Acho que poderia ser um bocadinho por aí.

27 Eu. Mas então considera que eles não têm grandes objetivos pessoais ou profissionais?

28 E8. Quando saem das instituições, eu penso que, na grande maioria, não tem, portanto, eles estão no fundo um bocadinho obrigados a estar naquela realidade, não é? Alguém os obrigou, entre aspas, a integrar aquela realidade e o objetivo principal é libertarem se e deixarem de ter que ter aquelas regras às quais eles estão habituados. Portanto, objetivos, salvo raras exceções, lá está, aqueles que têm objetivos estão ligados sobretudo à parte académica, aí podem ter sim objetivos: fazer o curso. Portanto, valorizarem-se, encontrar ferramentas que lhes deem algumas capacidades e algumas competências, sobretudo profissionais. Agora aqueles que não têm esse objetivo, as coisas ficam muito difíceis, muito complicadas.

29 Eu. Quais considera que serão as dificuldades que os jovens irão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

30 E8. Ora bem, eu acho que há muitas dificuldades, que é um desafio para eles, não é? Portanto, depois desta, que eu considero, desta libertação eles vão-se confrontar com uma realidade dura, com uma realidade bastante complexa e há várias dificuldades que eles vão encontrar, nomeadamente a integração profissional, se não estiverem já minimamente as coisas preparadas, a integração profissional vai ser complicada. A integração também, neste momento, habitacional, as habitações estão, para jovens que saem de uma estrutura com tudo de base, as dificuldades são imensas e as dificuldades mesmo de eles ficarem devidamente enquadrados... eu acho que há um conjunto de fatores que não são facilitadores para esta transição de uma realidade para outra e se os jovens não tiverem estrutura, podem-se perder muitos deles. Eu acho que acabam mesmo por se perder...

31 Eu. Agora a última questão: quer contar alguma experiência que considere significativa no contacto que mantém com crianças e jovens institucionalizados?

32 E8. Posso partilhar algumas experiências, quer positivas, quer negativas, com crianças e jovens. Uma criança que entrou numa instituição ainda de forma muito precoce, entrou desde muito pequenina, fez todo um percurso institucional, obrigado as regras e normas e acabou por sair da instituição. Nunca se envolveu na vertente académica, portanto, sempre entendeu a escola como algo imposto, nunca viu na escola uma possibilidade de se capacitar para a vida. Quando saiu da instituição voltou à família e voltou a replicar os comportamentos da família, nomeadamente, comportamentos ligados ao tráfico de droga e, portanto, acabou por não ser, apesar de todo o esforço feito com este jovem, acabou por se perder aqui um bocadinho todo o trabalho que foi feito durante anos. Portanto, acho essa situação lamentável, no fundo, acabamos por questionar aqui o que é que a instituição esteve a fazer este tempo todo na vida deste jovem, não é? Por outro lado, temos aqueles jovens que têm uma outra estrutura, investem na preparação académica. Também passaram vários anos institucionalizados, mas porque viram que realmente a escola podia fazer a diferença, conseguiram fazer um curso superior e neste momento são pessoas normais, integradas com o seu trabalho, com a sua família e que, no fundo, aqui a instituição

acabou por cumprir o seu papel. No fundo, são os 2 caminhos, não é? Portanto, tem que se estar com uma atenção muito grande em cada situação, cada situação é uma situação, uns tem maiores fragilidades, outros menores fragilidades. A verdade é que se a instituição não estiver muito atenta ou temos um caminho ou temos o outro, portanto, compete muito à instituição definir aqui, ou pelo menos, envolver-se no caminho que é o mais adequado para cada um deles, que será sempre do sucesso, como é óbvio, portanto há ainda muita coisa que tem que ser trabalhada e melhorada.

33 Eu. Muito bem, obrigada, muito obrigada por ter feita esta entrevista.

34 E8. Obrigada, eu é que agradeço.

Entrevista 09
Técnico CAR

Eu. Em primeiro lugar queria agradecer por me conceder esta entrevista. Vou começar por lhe perguntar alguns dados mais sociodemográficos. A profissão?
E09. Assistente social.
Eu. Quantos anos de contato com crianças e jovens em risco/perigo?
E09. No total, eu os primeiros anos trabalhei mais na área comunitária, mas também tinha com crianças, claro. No fundo quando acabei o curso em 1997, então há 26 anos.
Eu. E anos de contacto com crianças em acolhimento?
E09. Desde 2004 [20 anos]

Eu. Eu agora vou fazer questões que estão divididas em 2 grupos: a primeira. Concorda com as regras e regulamentos das casas de acolhimento?
E09. Sim, de uma forma geral sim. Assim de repente digo que sim.

Eu. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar na definição de regras e rotinas na casa de acolhimento?
E09. Sim, o mais possível. É óbvio que tem de haver uma linha orientadora, não é? Os adultos como autoridade têm de saber definir, mas o mais possível envolver as crianças nisso e para elas também perceberem. Acabam por concordar com as regras, e é isso que acontece no dia a dia. Na casa (…) com os que são mais velhos torna-se mais necessário falar com eles. Temos algumas reuniões de jovens que servem para isso, não é? Havia um instrumento de avaliação e é nesses critérios que eles percebem o porquê do adulto ter dado aquela avaliação. Portanto, sim. Eles nessas reuniões de jovens, são reuniões semanais, dependendo das situações, mas com os mais velhos são sempre semanais. Onde se discute algumas ocorrências gerais da casa, não casos específicos. Também onde se procura que eles deem sugestões, novidades. Todas as dinâmicas sempre semanalmente. Com os mais pequenos não se consegue semanalmente, pois tem terapias e consultas e é um bocadinho mais difícil, mas há essa prática. Ainda por cima na semana passada, já a antecipar as férias do verão, eles reuniram, já fizeram uma caixinha com sugestões de atividades. Pronto, procuramos também sempre envolvê-los. Isso é o mais importante, até nas pequenas coisas. Às vezes falam das questões das tarefas domésticas que eles são envolvidos e têm uma tabela. Às vezes ficam muito chateados, “Mas porque é que eu tenho que arrumar a cozinha?” “Porque moras cá, não é? Porque esta é a tua casa”. Eles também sentem esta pertença, em muitas coisas não como uma imposição, mas como pertença “Esta é a minha casa onde eu estou hoje, onde eu vivo, não é?

Eu. Já me está a responder a esta terceira questão: considera que os jovens devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E09. O mais possível, mesmo nas crianças mais novas nós temos essa prática consoante o entendimento delas, não é? Muitas vezes alguns deles até já são ouvidos em Tribunal e devem ter esta noção desde logo, desde o acolhimento, porque a maior parte deles vem com a ideia que se portou mal. Então tem de se desmistificar, não é? Esse é o primeiro trabalho que temos com alguns deles e que demora muito tempo. Nem sempre os pais ajudam, temos que envolver os pais nisto, não é? Porque há sempre a ideia que algo correu mal, não é? Foi a mãe, ou outra pessoa responsável, mas eles têm de estar a par de tudo. Há aqui situações, por exemplo, temos de estar a aguardar uma decisão, não vale a pena estar aqui a massacrar quando a decisão já está, já foi decidido. Muitas vezes em contexto terapêutico, porque eles nesse contexto muitas vezes falam da vida deles, que é normal, claro? Nestas casas ainda é mais normal, porque esta é a realidade deles e, portanto, eles acabam por pôr muitas dúvidas. Exatamente, essas coisas são muito discutidas mesmo. Eu acho que nos mais velhos, pronto, seria mesmo, que tinha mesmo de ser, mas nos mais pequeninos, também há muito essa prática da vida deles.

Eu. Considera que os jovens são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?

16 E09. Em termos de dinâmica de casa, sim. Em termos de tribunais, não. Na instituição eu acho que sim, porque se procura fazer isso, embora se calhar há momentos, que até por alguma incompatibilidade ou até por diferença de opiniões principalmente nos adolescentes, não é? Há fases que eles querem fazer outras coisas, com as quais não concordamos, tirando essas quezílias aqui, em segundos passam a coisas mais graves, que não podemos admitir nem concordar. De uma maneira geral procurarmos que eles participem nas decisões, sobretudo também por uma questão de autonomia deles, para se prepararem para o futuro lá fora, não é? Fora da instituição e no fundo antecipar as consequências daquilo que fazemos, também acontece com os nossos filhos. Não vamos tomar as decisões por eles. Eles têm que perceber onde estão exatamente. Perceber que os comportamentos têm uma consequência, não é? Exatamente, quando há uma consequência positiva ou negativa, não é? Quando é mais favorável ou menos favorável.

17 Eu. Identifique o tipo de relação que estabelece com os jovens, por exemplo uma relação de respeito, uma relação de afeto?

18 E09. Com os mais pequeninos eu tenho uma função diferente, não é? Porque eu na casa (…) cheguei a ser diretora, portanto havia aqui uma relação de respeito, não é? Pela questão da autoridade, mas sempre pautada pelo afeto, porque eu não consigo ver as coisas de outra forma. Acho que não é possível, não é? Se calhar com os mais pequenos, é mais o afeto, embora com algumas questões com as famílias às vezes eu sou assim um bocadinho mais assertiva, mas sobretudo tem que o ser, não é? A gente diz que tem de haver aquele equilíbrio entre as regras e o afeto, não é?

19 Eu. Agora vou entrar na segunda parte das questões: qual considera ser a relação que os jovens estabelecem com a escola, valorizam a escola, tem algum distanciamento?

20 E09. Os jovens... é umas das coisas mais difíceis. Não valorizam, porque já perderam... aquilo que eu sinto, o comboio há muito tempo. Portanto, eles já não se sentiam bem na escola, já tinham essa relação antes de estarem institucionalizados, não é? Esta relação já acontecia, já havia quando os acolhemos, já havia de uma maneira geral. É certo que de uma maneira geral eram já jovens com pouca escolaridade e que depois de várias retenções, com problemas de comportamento sérios e que depois já não havia grandes respostas, porque estes meninos no ensino regular, um menino com 15/16 anos com este tipo de comportamento vai chamar a atenção pela parte que ele é capaz de fazer, para eles é muito fácil. O que domina agora, por exemplo, os cursos de formação e assim, penso que agora já é mais fácil porque alguns têm o sexto ano e não havia qualquer resposta e era importante encontrar algumas respostas assim diferentes, onde eles sentissem melhor e na altura apareceu aquela escola em (…), a escola de segunda oportunidade que foi assim uma lufada de ar fresco naquela altura. Pronto, alguns que ainda iam para o curso de formação, mas de uma maneira geral a relação com a escola é claramente tensa, uma relação tensa. Facilmente eram suspensos, não? Pronto "Tem que ser suspenso", mas vamos imaginar, está há 3 dias em casa [na instituição], para ele são umas férias, a melhor coisa que lhes podem fazer é marcar trabalhos para ele, nós estarmos aqui, vamos ajudar, eles fazem trabalhos, temos que procurar que aquilo seja como uma consequência, está aqui mas não está de férias, não é? Mas normalmente era logo a suspensão.

21 Eu. Considera que uma melhor qualificação académica/profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional dos jovens no futuro?

22 E09. De uma maneira geral, eu acho que sim. Acho que sim, porque é assim, muitos deles, aqueles que se conseguiram encaminhar, foi tudo sobretudo para profissões mais práticas, não é? Pronto hoje em dia são mais valorizadas, têm rendimentos melhores, não é? Às vezes até nem estão assim tão mal, mas é verdade que se calhar não têm grandes aspirações, que se sujeitam… não é pela escola que eles vão ter assim grandes qualificações, não é? Já eu acho que mais recentemente já há algumas situações de meninos com cursos profissionais que já conseguiram, mas lá está, são tudo sobretudo por ser mais práticas e assim. São muito necessárias, não é?

23 Eu. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens do acolhimento?

E09. Na casa (…) sim, embora o encaminhamento dos mais velhos é muito particular, não é? Aquela questão dos 18 anos, que eles poderiam sair claro, portanto aí a preparação já era muito muito limitada, não é? Mesmo que nós achássemos que não estavam preparados… e depois há muitas situações que de facto não achamos que eles não tinham resposta adequada. Agora já há apartamentos para a autonomia, mas na altura ainda estavam a começar. Mas há ali uma franja de jovens que já na escola não tem essa capacidade de ser autónomos, a família não é resposta, mas no fundo é para lá que eles acabam por ir. Aquilo que se tentava trabalhar era a família que eles tinham, portanto, a família real, não é a família idealizada, a família que tinham porque muitas vezes sem saber, sem acharmos que seria a resposta ideal, era a única resposta. Agora já com os apartamentos de autonomia acho que depois para autonomia de vida mesmo, alugar um quarto e assim, mas isso é para os miúdos que têm capacidade, nem todos têm, não só por estas questões intelectuais e assim, mas até pela idade, não é? Que condições têm estes jovens que tiveram um percurso tão acidental e que temos que os obrigar a ser autónomos muito mais cedo?

Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que os jovens possuem para o futuro?
E09. Estes jovens em concreto não são muito diferentes dos outros, não é? São jovens, acho que eles aspiram, eles no fundo aspiram as mesmas aspirações, embora por vezes, muitas vezes acham, que se calhar, até porque já tiveram um percurso tão atribulado, acham que nada lhes vai correr bem. Eles próprios já sabotam um bocadinho o seu sucesso, não é? Porque muitos já nem experimentam, já não tentam, porque não se acham capazes, ou seja, como não tem eles próprios se auto rotulavam como institucionalizados e como incapazes de ter aspirações como qualquer outro jovem. Não só pela questão da institucionalização, porque já lhes aconteceu tanta coisa má, não é? Já tanta gente falhou na vida deles, já não estarem, no fundo, integrados neste sistema, não é? A família já falhou, têm que estar na instituição. Está aqui uma condição, uma condição que os leva a que não tenham muitas expectativas positivas, mas para mim são jovens como outro jovem. Temos que os motivar e ver aquilo que eles têm de melhor dentro deles, porque todos têm. Muitos sabem desenhar muito bem, têm todos qualidades e é tentar ver o melhor deles e ir por aí. Há muitas situações de sucesso, não é?

Eu. Quais considera que serão as dificuldades que os jovens irão encontrar quando saírem da casa?
E09. Depende, não é? Não sei se isso agora tem andado diferente, mas acho que eles também ficavam muito sozinhos. Acho que agora já há mais acompanhamento, já está mais estruturado, mas achava que ficavam assim um bocadinho mais p´ra lá. Já não tenho tanto essa noção, mas acho que essa parte é importante, porque ele, não é? De um dia para o outro que ficam preparados. Pelo menos aqui tem algum suporte, eles até acabam por nos vir visitar, ouvir um jogo de futebol, ou assim. De alguma forma continua a haver contacto, mais informal, não é? Mas eu acho que é uma das questões, é mesmo eles terem sempre aqui alguma rede, continuarem a ter alguma rede, como nós vemos aqui nas famílias. Um dos principais problemas é eles não terem ninguém, estarem isolados, não terem nenhum vizinho, alguém que se tiver numa situação de aflição que recorram. Acho que a casa pode funcionar como uma rede, acho que é uma coisa importante, mas isso deve ser estruturado, regulamentado mesmo.

Eu. Quer contar alguma experiência que tenha vivido na casa de acolhimento que considere significativa, deve ter muitas?
E09. No fundo acho que é um trabalho muito difícil, o dia a dia, a dinâmica numa casa de jovens é extraordinária. Só gostando é que se aguenta um trabalho como este, mas depois também é muito, muito gratificante, não é? Nas pequenas coisas que nós vemos nos miúdos, nas pequenas, nas mais pequenas coisas. Não podemos esperar aqui milagres, não é? Mas dentro daquilo que eles já passaram nós vermos que eles já conseguem dizer "Obrigado" ou cumprimentar quando chegam. Sei lá, pequenas coisas, até de educação e assim. Eu acho que é muito bom saber que o que se está a fazer, que nós, no fundo, somos modelos para eles, somos um exemplo, temos essa responsabilidade, não é? Nem sempre somos o melhor, mas nós temos essa obrigação e eu acho que é, aquilo que eu dizia sempre, mesmo a equipa é assim mais esperava que vale a pena, já fizemos isto e aquilo, mas alguma coisa fica e muitas vezes só víamos muito mais tarde o resultado daquilo que foi a sementinha que ficou lá, não é? Mas eu acredito mesmo nisso: alguma coisa acontece também com os filhos biológicos, não é? Quantas vezes a falar a mesma coisa e depois, mais à frene, a diferença não é assim tão grande.

Eu acho que a diferença não é assim tão grande. É claro que as condições para eles são difíceis, no entanto, os adultos não estão condicionantes, mas tentamos, ao mesmo tempo, também para proporcionarmos outras coisas que eles se calhar não teriam oportunidade de experimentar se estivessem na família. Fazer aqui as terapias todas, as consultas todas, divertirem-se e fazerem coisas diferentes, estarem ocupados, para tentar pensar o menos possível na situação deles. Claro que pensam sempre, que a gente sabe, não é? A cabecinha deles está sempre longe, essa é uma das coisas também que não relacionei com a escola. Na maior parte das vezes não se conseguem concentrar, mesmo que tenham capacidade, porque estão sempre a pensar o que vai ser a vida deles, quando é que vão sair. Há aqui uma pressão adicional que, se calhar, uma criança que está numa família, se estiver bem, se estiver estável claro, não é? Claro que se essas coisas estiverem a correr bem e sabe que tem uma casa para onde ir e que tem pais que a apoiam e não independentemente das adversidades que acontecerem, sabem que estão de passagem, independentemente, até pode correr tudo muito bem, mas a passagem, é uma condição de passagem "Sabes que não ficas aqui toda a vida. Tu vais embora, como todos vão embora, ninguém fica aqui". À partida é uma coisa boa, não é? Mas, pronto, é uma preocupação, sim, claro que é. Está sempre lá e condiciona muito a escola, está sempre latente... está lá sempre alguma coisa...

Eu. Muito obrigada, obrigadíssima, por ter colaborado.

E9. Não sei se há mais alguma coisa que possa ajudar?

Eu. Não, está tudo. Esta era a última questão. Boa tarde.

Entrevista 10
Técnico CAR

Eu. Boa tarde. Obrigada por me ter concedido esta entrevista. Vou-lhe fazer inicialmente algumas perguntas sociodemográficas. Qual a sua profissão?
E10. Assistente social.
Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo?
E10. 26 anos.
Eu. E anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento?
E10. 19.

Eu. Concorda com as regras e regulamento das casas de acolhimento?
E10. Depende de cada casa de acolhimento. Cada casa tem o seu regulamento... depende… mas concordo com muitas regras e regulamento da casa.

Eu. Segunda questão: considera que os jovens devem ser envolvidos e participar na definição de regras e rotinas diárias na casa de acolhimento?
E10. Completamente, completamente, sejam jovens, sejam crianças com uma idade abaixo dos 15 anos. Eu acho que todas as crianças, mesmo nas casas de acolhimento existentes dos zero aos 6 anos, essas crianças de baixa idade, de tenra idade, têm direito a participar, a escolher o quarto onde vão dormir, a escolher a decoração do seu quarto, a escolher as roupas, ter a possibilidade. Quando precisam… a escolher as suas próprias roupas. Em muitas casas de acolhimento até levam as crianças e jovens para fazer as compras e elas têm esse direito em escolher. É fundamental a participação das crianças e jovens. As suas próprias escolhas, também na própria gestão das rotinas da casa [de acolhimento].

Eu. Muito bem. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E10. Completamente. Nunca pode ser traçado um projeto vida sem ouvirmos uma criança, um jovem… temos como objetivo o supremo interesse da criança, não podemos estar aqui a tratar um projeto de vida sem escutar a criança.

Eu. Considera que os jovens são envolvidos na tomada da decisão?
E10. Depende das instituições de acolhimento… eu sei que trabalho sempre com essa preocupação... o envolvimento das crianças e jovens na definição do seu projeto de vida. Por vezes pode haver também aqui alguns desacordos em que uma equipa técnica de uma casa de acolhimento, entre uma técnica da EMAT e até o próprio tribunal, na própria definição do projeto de vida e que não vai de encontro ao desejo da criança e do jovem.

Eu. OK. Identifique o tipo de relação que estabelece com os jovens acolhidos, por exemplo, uma relação de respeito, uma relação de afeto, uma relação de amizade?
E10. Uma relação de respeito, de afeto... e a proximidade é muito importante, nós estarmos sempre próximos das crianças e jovens e estarmos sempre disponíveis para quando eles querem falar connosco, a desabafar, porque nós temos que, no nosso dia a dia aqui [na casa de acolhimento], os técnicos, temos que criar esta relação com a proximidade com os jovens, mas porque nós não somos cuidadores… de certa forma somos cuidadores, mas a nível de, por exemplo, das entidades, eles também têm tendência a se aproximar mais de nós… mas eles também têm muita a noção que quando é algo ligado ao futuro deles, eles sabem que é com os técnicos, que devem falar com os técnicos. Nós temos que dar essa abertura, criarmos essa possibilidade de forma que seja mais fácil eles se aproximarem de nós.

Eu tive uma situação, o miúdo era mesmo muito engraçado, queria um projeto de vida… Ele, inicialmente, ele queria… sempre falava na mãe, mas a mãe faltava muito às visitas [na casa de acolhimento]. Às vezes passava meses sem aparecer, e ele chegou uma altura que veio ter comigo e disse: "Olha, eu quero uma família nova. Eu preciso de uma família nova. Eu quero ter uma família nova." "É isso que tu queres?", "É isso que eu preciso." "Então vamos trabalhar para isso", mas depois ao nível do processo judicial gerir todas esta demoras... É que ele se mostrava ansioso, mas sentia confiança em mim, ele vinha ter comigo e perguntava como é que estava o processo. Já havia aqui um envolvimento e participação nas decisões, não é?

Eu. Muito bem. Então agora a segunda parte das questões, qual considera ser a relação que os jovens, estes jovens, estabelecem com a escola, valorizam a escola, têm uma relação mais de distanciamento?
E10. Sinceramente, acho que também tem muito a ver com a personalidade de cada jovem, de cada criança… vou falar da realidade do primeiro ciclo. Nessa realidade havia proximidade. Era uma valorização da escola com as crianças e as próprias crianças sentiam-se bem integradas... no primeiro ciclo não sentiam o estigma de crianças institucionalizadas em nenhum momento... e até em contextos diferentes. Sim, não sentiam, sentiam-se muito bem.

Eu. Considera que uma melhor qualificação académica/profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional de jovens no futuro?
E10. Completamente. Hoje em dia para se conseguir aqui algo bem-sucedido, não é? Temos que apostar sempre na escolaridade, independentemente de estar institucionalizado ou não.... Completamente... Hoje em dia há aqui muitas situações para se conseguir aumentar a escolaridade, desde o processo de RVCC e há muitas outras respostas para apoiar, quer estes jovens, tanto estes jovens, como qualquer outro qualquer. Eu acho que sim, basta conhecermos bem os recursos na comunidade.

Eu. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens do acolhimento?
E10. Sim, completamente. Todas as crianças são preparadas... quer seja para a reunificação familiar. É assim: iniciamos sempre de uma forma gradual, começando por passar um fim de semana com os pais, tentando sempre no fim de cada semana perceber como é que correu o fim de semana da criança no agregado, quer na reunificação familiar, quer na entrega a outro familiar. Então, quando é adoção, às vezes as transições para a família poderiam ser um bocadinho maiores, antes de conhecerem a família dos candidatos, não é? Eles começam logo por conhecer através de um álbum de fotografias, em que se mostra o meio, a casa da família, são fotografias, não é? E é importante toda esta questão... são bem preparados para sair, sim.

Eu. Quais considera que são os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm para o futuro?
E10. Acho que depende muito da idade que a criança foi acolhida, depende da idade em que saiu do seu agregado familiar, das suas vivências familiares, não é? E sociais. Nas casas de acolhimento… trabalhamos sempre essa questão da valorização no domínio dos estudos, não é? Valorizamos aqui novas experiências que os façam abrir o mundo, não é? É preciso. Não pode ser rígido, não pode ser nada rígido e depende mesmo da idade em que foi o acolhimento, não é? Se for um bebé é diferente do que ser acolhido aos 15 anos, não é? Aos 17. Os 3 primeiros anos de vida são cruciais para um desenvolvimento saudável para a criança. Os 3 primeiros anos de vida. Se for aos 7/8 anos, é natural que houve aqui experiências adversas na infância, não é? Os 3 primeiros anos de vida serão cruciais para o desenvolvimento daquele jovem e as aspirações que ele também vai ter no futuro.

Eu. Quais serão as principais dificuldades que estes jovens irão encontrar quando saírem da casa de acolhimento? Acha que estes jovens vão enfrentar mais dificuldades do que qualquer outro jovem que está em meio natural de vida ou têm dificuldades acrescidas?

28 E10. Eu acho que não... O jovem quando sai daqui [da casa de acolhimento], não sai com um rótulo na testa a dizer “Eu fui acolhido”. Mas se um jovem tem força de vontade em aumentar a sua escolaridade, a procurar ativamente para se incluir, a criar redes de suporte saudáveis, então consegue... como qualquer outro jovem tem... completamente... ou seja, não é o facto de ser ou ter sido institucionalizado, não vai no fundo ter mais vulnerabilidades do que qualquer outro jovem, não.

29 Eu. Muito bem. E agora, por último, já me contou uma história há pouco, mas quer contar alguma experiência que tenha vivido na casa de acolhimento e que considere significativa?

30 E10. Pode ser... de um jovem, uma situação real. Esta situação vai ao encontro da penúltima pergunta. É um jovem que esteve em acolhimento. Era um jovem que tinha mais 3 irmãos. Foram todos acolhidos… ele esteve aqui com os 3 irmãos, no entanto, os outros depois foram dados para adoção, ele ficou com um irmão… Isto tem muito a ver mesmo com a força de vontade de cada jovem…. Foi transferido para uma outra casa de acolhimento e esteve lá até aos 21 anos. Entretanto, ele conheceu uma pessoa que era voluntária na casa de acolhimento e que começou a ser a sua família de afeto. Ele passava o fim de semana com essa família de afeto. É um jovem que tirou um curso superior. Está neste momento a tirar mestrado, está a trabalhar e que tem um futuro risonho à sua frente… por isso, pronto, é um jovem que esteve em acolhimento até os seus 21 anos. Acho que é uma situação de sucesso.

31 Eu. Muito bem, muito obrigada. Se eu precisar, depois volto a contactá-la.

32 E10. Claro. Boa tarde e boa sorte.

Entrevista 11

GNR

Eu. Boa tarde. Em primeiro lugar gostaria de lhe agradecer por ter me conceder entrevista. Eu vou começar por algumas questões assim mais sociodemográficas e depois a entrevista vai-se centrar em 2 conjuntos de questões principais. A sua profissão?

E11. Militar da GNR.

Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em risco?

E11. Atualmente 20 anos.

Eu. E anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento institucional?

E11. O mesmo tempo.

Eu. Se tem contacto com crianças, tem contacto com casas de acolhimento institucional no distrito do Porto. Concorda com as regras e regulamentos das casas de acolhimento, daquilo que tem conhecimento?

E11. Em termos de regras de funcionamento e de aplicação aos próprios jovens, sim concordo. Há determinadas restrições para eles também funcionarem em comunidade.

Eu. Considera que as crianças e jovens institucionalizados devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?

E11. As crianças… devem ser dadas oportunidades e apresentadas várias soluções para o projeto de vida: desde o projeto escolar inicial como depois na fase seguinte após os 18 anos, para a autonomia deles, para a vida normal que todos nós temos antes de enfrentarmos… uma profissão… eles têm de ter um prisma daquilo que querem fazer, daquilo que mais gostam de fazer. Tem de ser dado a conhecer essas hipóteses, eles devem ser envolvidos, os técnicos devem questionar os jovens e ao questionarem estes jovens… as regras e regulamentos vão de encontro à participação e envolvimento dos jovens nas decisões, porque, das casas de acolhimento que eu conheço, que são algumas, existem reuniões semanais com jovens, nomeadamente para relatarem ou falarem sobre o que aconteceu de mal na semana anterior, elogiar aquilo que correu bem e apresentar-lhes determinadas situações que eles podem melhorar e que podem levar a um melhor funcionamento entre eles próprios, dentro da comunidade que estão inseridos, entre os jovens que estão institucionalizados e que partilham o mesmo espaço e as mesmas rotinas. Seja a comunidade escolar, a comunidade civil que está à volta da casa, seja em termos de regras.

Eu. Considera que as crianças e os jovens institucionalizados são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do ano do acolhimento?

E11. Esta é uma pergunta difícil [silêncio]. A maior parte… vamos ter de dividir isto por fases: há decisões que eles devem ser envolvidos e são envolvidos, e há outras decisões que, por norma, eles não são envolvidos, nomeadamente as decisões dos tribunais. Apesar de os ouvirem, por norma, por regra, o relatório da EMAT, da assistente social ou psicólogo da casa de acolhimento, às vezes os relatórios poderão levar a uma decisão contrária àquilo que a criança ou jovem que está acolhido quer. Por isso é uma questão: eles devem participar, mas há momentos que a participação não lhes vai trazer nenhum benefício, ou seja, a tomada de decisão de participar em determinada decisão por parte deles não vai trazer nenhum benefício, mas sim um prejuízo, por isso, por vezes, devem ter conhecimento dessa decisão, mas não envolvidos diretamente… o poder judicial, quando estamos num patamar de poder já judicial, os processos em tribunal, a participação e a opinião dos jovens é menos tida em conta, do que se estivermos num patamar, por exemplo, mais abaixo, se um processo estiver na CPCJ. A ideia que eu tenho será essa. Existem várias situações que as crianças, em termos de processos, já há um entendimento e uma decisão da própria CPCJ e dos técnicos da casa de acolhimento que levam num determinado sentido… quando é um processo penal… passa-se de uma forma diferente e a criança não é tão envolvida nessa decisão, fica restringida ali um bocado, entre aspas, os seus direitos.

Eu. Muito bem. Vamos passar a uma segunda parte das questões. Como considera ser a relação que os jovens institucionalizados estabelecem com a escola: valorizam ou há um distanciamento?

E11. Temos de tudo. Depende dos jovens que são acolhidos. Depende do problema que levou ao jovem ser acolhido: se foi um problema no âmbito judicial ou criminal, se foi um problema relacionado por uma situação no meio familiar ou de algum abuso que sofreram, e depois tendo em conta o problema que levou ao acolhimento… a minha experiência diz-me que os jovens que foram tirados às famílias por motivos de violência ou de abuso têm, numa primeira fase, dificuldade em inserir-se na escola, mas depois vão-se inserindo, vão-se ligando à comunidade escolar. Os jovens que vêm de situações relacionadas com a criminalidade, por norma, têm tendência a não se ligar muito à escola e até ser, por vezes, um foco de desestabilização no seio daquela comunidade escolar, porque não se querem inserir em termos de regras. Um jovem que trafica… por norma não se vai querer ligar à comunidade e vai-se juntar àquele pequeno grupo que já existe na escola ligada a esse tipo de ilícitos… dependendo da sua condição se for vítima o motivo da institucionalização, se for uma criança ou jovem acolhido enquanto uma vítima de negligência, de vivência à exposição a violência doméstica, ou outro comportamento parte dos pais e cuidadores, terá, segundo a minha experiência, mais apetência para… enquanto que se for acolhido porque já ele próprio, jovem, assume comportamentos desviantes já vai ser mais difícil. Cria, inclusive, mais alguns problemas nessa comunidade, onde vai ser inserido.

Eu. Considera que uma melhor qualificação académica/profissional irá levar a uma melhor integração profissional dos jovens institucionalizados no futuro?

E11. Quanto melhor for a formação académica, melhor estará esse jovem com condições de integrar a sociedade. Apesar de achar que a experiência, aquela pessoal, que ele vai desenvolver durante o acolhimento também vai fazer para se inserir, ou seja, não só a parte académica é importante, é extremamente importante mas vai-lhe dar ferramentas para ele ter uma profissão, para exercer a sua atividade profissional, mas também a experiência dele enquanto jovem que foi acolhido, aquilo que ele tira de bom e de mal desse acolhimento, vai fazer com que ele se integre também na própria sociedade.

Eu. Sente que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens do acolhimento?

E11. Das casas [de acolhimento] que eu conheço, sim são feitas. Feitas de forma gradual: os jovens a partir dos 16 anos, portanto, naquela fase próxima de chegar aos 18, nesses 2 anos há uma preparação em termos de projeto saída. Conhecer saídas que têm profissionais, académicas, e eles incutiram um bocado a gestão monetária, porque as contas vão ser geridas por eles, não é? Porque quando chegarem à fase de autonomia tenham, mais ou menos, uma ideia do que é que têm de fazer cá fora.

Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que os jovens institucionalizados possuem para o futuro?

E11. Os jovens institucionalizados têm objetivos como qualquer outro jovem. Os pessoais, daquilo que as conversas que eu tenho com alguns deles, conseguirem ter uma família que funcione, geralmente quando são vítimas nas famílias. O objetivo deles é fazer com que tenham uma família que funcione, para não passarem ou não fazerem os seus descendentes passar pela mesma situação. Em termos profissionais: a tentarem obter, por norma, a maior parte deles a ter um melhor circuito profissional que os progenitores das famílias de onde eles vieram. Têm uma forma, entre aspas, de saírem um bocadinho daquela fase de subsidiodependência… Não são muito diferentes dos outros jovens… são mais carentes no aspeto afetivo, é mais difícil conseguirmos um abraço de um jovem institucionalizado do que do nosso filho… estão a ser socializados, mas os objetivos, os pensamentos e as ações são exatamente iguais, não é esta condição de ser institucionalizado que vai limitar os objetivos de ser jovem e se inspirar.

Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades que os jovens irão encontrar quando saírem da instituição?

E11. Depende dos jovens. A primeira fase dessa saída terá a ver com o facto de eles conseguirem viver na comunidade, ou seja, eles estão inseridos numa comunidade que os protege, não é? A casa de acolhimento protege e a autonomia ou o sair da casa de acolhimento, mas vão ter de se inserir na

sociedade… não é fácil… que pode trazer inclusive alguns dissabores, porque nós temos tendência, às vezes, a tratar mal as pessoas, nós, a sociedade temos tendência a marcar as pessoas que vêm de uma realidade diferente da nossa, temos tendência também a marcar. Há de alguma forma um estigma discriminatório por parte da nossa sociedade que faz em relação às situações de acolhimento, não é? Está a mudar, mas ainda existe, ainda se sente um bocadinho esse estigma das crianças que vêm… dos jovens que vêm acolhimento…

25 Eu. Considera que é uma dificuldade, como qualquer outro jovem, a entrada no mercado de trabalho?

26 E11. Sim, o trabalho é uma dificuldade de todos nós. Vão ter em termos do funcionamento da comunidade cá fora, acho que vão ter uma certa dificuldade. E então em termos emocionais e isso, quer dizer não é que têm medo, mas até mesmo sinais de encarar uma nova realidade. Eles estão num sítio protegidos, e vão ser, entre aspas, vão ser recebidos na sociedade e vão ter essa dificuldade, os estigmas que as pessoas vão apontar, o facto de eles virem de um sítio onde eram protegidos e já vão deixar de ter essa proteção. É isso aí, será a maior dificuldade deles… vão sair de um sítio onde quando tinham algum problema tinham sempre alguém, não é? Alguém os ouvia, podiam lhes dar a solução aos problemas. Não há soluções óbvias, nem soluções fáceis, mas havia este apoio emocional, não é? Enquanto alguns, os que forem para a autonomia completamente sozinhos, vão sentir essa falta, aquele ombro amigo que havia em qualquer altura, não é? Costuma-se dizer que os outros saem de casa dos pais, mas podem sempre recorrer aos pais, eles não têm, podem sempre voltar para ir visitar a casa [de acolhimento], mas não é a mesma coisa.

27 Eu. Muito bem. Agora é a última questão: quer contar alguma experiência ou experiências que considere significativas no contacto com crianças ou jovens institucionalizados? Deve ter imensas histórias…

28 E11. Imensas histórias reais. Eu vou contar uma pequena: eu tive, no âmbito das minhas funções, que ir a uma casa de acolhimento, porque havia uma suspeita de uma jovem na casa [de acolhimento] estar a fazer a guarda de produtos estupefacientes. Fui fazer uma avaliação à situação, foi feita uma revista sumária ao quarto da jovem, e passados 2 anos essa jovem, é quase como se fosse da minha família, inicialmente cheia de contradições… mas ao longo desse tempo fomos desenvolvendo uma relação de amizade, somos amigos, está muitas vezes em minha casa connosco, com a família, várias vezes por mês e por dias… e apenas a conhecemos do acolhimento… e não a adotamos porque ela terá brevemente 18 anos e quer seguir a vida dela… mas é uma situação que conheci e começou pelo trabalho e depois foi-se desenvolvendo uma relação de amizade com uma jovem que foi abandonada tinha 3 anos, o pai foi preso, a mãe numa situação que não queria saber da filha, os avós não podiam tomar conta e ela foi acolhida. Então está lá há 17 anos, vai fazer 17 anos… essa pequena história…

29 Eu. Muito bem. Muito obrigada.

Entrevista 12

Técnica EMAT

Eu. Muito boa tarde. Muito obrigada, em primeiro lugar, me por conceder esta entrevista. Podemos começar? A sua profissão?

E12. Técnica superior da segurança social, psicóloga.

Eu. Muito bem. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo?

E12. 30, mais de 30 anos.

Eu. E anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento residencial?

E12. Em acolhimento residencial... poucos anos... mas, se calhar, em todos os anos em que eu trabalhei, embora não tenha sido tão frequente... em sede de acolhimento residencial, era mais espaçado, situações mais pontuais.

Eu. Significa que tem contacto com casas de acolhimento? E do contacto que tem, concorda com as regras e regulamentos das casas de acolhimento?

E12. Do conhecimento que tenho... do contacto que tenho com casas de acolhimento, de uma maneira geral, embora eu acho que as casas as casas de acolhimento, pronto, eles também não podem fazer grande coisa, porque são poucos para as crianças a necessitar de apoio no acolhimento que são muitas. Portanto, eles também, de alguma forma, têm regras rígidas, mas há alguns aspetos que poderiam ser melhorados, nomeadamente, o contacto com as famílias, as equipas serem mais mediadoras. O que se sente é que os pais têm alguma tristeza também na forma como são tratados nas instituições, porque parece que é tudo muito frio, muito distante. Mesmo com as crianças, o que nós nos apercebemos é que as crianças por muito miserável que seja a situação das famílias em que eles estão inseridos, as famílias naturais, eles acabam por querer sempre voltar às famílias. Não há um desprendimento nenhum, não há "Aqui tenho mais condições, aqui tenho horas para deitar, aqui tenho regras", mas eles acabam por querer sempre voltar àquele meio que as colocava em risco. Isto é um fenómeno que deveria ser estudado, isto é a minha opinião, acho que devia ser estudado, porque isto acontece na maioria dos casos.

Eu. Mas acha que devia ser feito um trabalho de mais proximidade com as próprias famílias biológicas?

E12. Acho que sim, acho que devia ser um trabalho também com as suas regras e os seus regulamentos, não é? Só permitir em determinados horários ou só com decisão judicial "visitas à família ou na instituição", devia de haver mais abertura.

Eu. Muito bem. Considera que as crianças e jovens institucionalizados devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?

E12. Eu acho que sim, depende da idade, tendo em conta a maturidade das crianças, eu acho que elas devem ser sempre ouvidas. É evidente que elas não vão tomar as decisões, alguém as vai tomar por ela, mas ter em conta, em consideração a opinião delas, o que é que elas acham da vida que tiveram e da vida que têm, desde que devidamente assessorados por alguém. Neste momento, quando eles são ouvidos em tribunal, há sempre um assessor técnico com eles, agora o que é preciso é que o trabalho que é feito com a criança antes dela ser ouvida pelo Tribunal, tem que levar mais em conta... não é uma consulta, tem que ter uma hora, não tem que ter 50 minutos, mas tem que ter um tempo suficientemente largo para que o técnico perceba os medos que a criança tem, para depois poder ajudá-lo em contexto judicial e ele dizer aquilo que ele acha. Se o técnico estiver disposto e não estiver pressionado com o tempo, eles falam connosco de coisas que, se calhar, eles nunca tinham falado e depois lá dentro junto ao tribunal, junto dos magistrados, eles fazem de uma maneira muito natural. Isto já aconteceu comigo várias vezes.

15 Eu. Muito bem. Considera que as crianças e jovens institucionalizados são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?

16 E12. Eu não tenho a certeza... não tenho muita a certeza, porque depois a minha experiência pessoal não vai tão longe... não tenho a certeza se de facto eles são ouvidos ou não... eles têm, se é que eu percebi bem a pergunta, de irem para a instituição ou de não irem, é isso? Eu não tenho a certeza, mas parece-me que não. O que eu acho, mas não tenho a certeza, não tenho assim tanto contacto para perceber ao longo da institucionalização se os miúdos são envolvidos na tomada de decisão acerca das vidas deles... não tenho experiência suficiente que me permita responder com segurança, não tenho...

17 Eu. Vamos entrar já na segunda parte da entrevista. Como considera ser a relação que os jovens institucionalizados estabelecem com a escola? valorizam a escola?

18 E12. Eu acho que, da experiência que eu tenho, eles têm uma boa relação com a escola. Não sei se depois em termos de desempenho escolar, se corresponde, mas isso não é uma característica só dos jovens que estão institucionalizados e é uma característica geral de qualquer jovem. Esta condição de institucionalizada não é causa-efeito, não é pelo facto de eles estarem institucionalizados que são menos empenhados ou mais empenhados, é um fator comum aos miúdos que frequentam a escola. Aqueles que têm acompanhamento e que têm vontade, sim senhor, mas isso é comum a todos, não é? Uma condição de ser jovem, não é? De ser adolescente, fugir às regras...

19 Eu. Considera que uma melhor qualificação académica profissional irá levar a uma melhor integração profissional dos jovens institucionalizados no futuro?

20 E12. Acho que sim, mas também lá está, não é uma condição só deles, o facto de terem estado institucionalizados não os beneficiam mais ou prejudica em nada. Eu acho que se eles tiverem bons desempenhos, se tiverem boas competências para o trabalho, terão as mesmas oportunidades que outro jovem qualquer que nunca esteve institucionalizado. Segundo, depois em matéria de competências, aí é que se vai ver como é, ou seja, a integração e as dificuldades na entrada do mercado de trabalho são as condições, são iguais às outras pessoas. Aliás, ainda ontem vi uma reportagem que de facto o incentivo para estudar e fazer um curso, fazer mestrado, licenciatura, cada vez é menos apetecível, porque a diferença salarial entre um jovem que tem o 12º ano e um jovem que fez um mestrado, no mínimo que agora é, a diferença salarial é cada vez mais curta, portanto muitos deles, quer estejam institucionalizados, quer não estejam, irão perguntar a eles próprios se vale a pena um empenhamento de tantos anos, um esforço tão grande para depois não serem compensados, mas isto é assim: uma opinião muito pessoal e com todo o respeito para um jardineiro ou para um operário fabril, com todo o respeito, que são necessários, uma pessoa com um mestrado, uma licenciatura tem uma arma muito mais forte para se integrar socialmente e ser muito bem sucedido, do que alguém que tem menos qualificação. Isto continua a aplicar-se a qualquer jovem que não esteja institucionalizado, não tem nada a ver, não é essa a condição que lhe vai dar mais vulnerabilidade ou não. Acho que no momento da integração laboral isso não vai pesar nada, vai pesar, pois, são as competências que têm para exercer a função, as competências profissionais, académicas e pessoais, claro.

21 Eu. Sente que nas casas de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens do acolhimento?

22 E12. Também tenho algumas dúvidas, mas lá está, não tenho experiência suficiente para poder responder a isso, mas tenho algumas dúvidas... acho que devia haver ali mais naqueles anos que se aproximam da saída, eles deviam estar mais acompanhados e perceber como é o mundo cá fora e começar a fazer as coisas cá fora, na realidade, não é? Saírem pontualmente... ter quase que uma pré-autonomia para a vida, para as coisas, porque, pois, é um jovem que vem, onde esteve ali num ambiente protetor, protegido e que foi para o mundo. Isto faz-me lembrar as primeiras vezes quando eu era miúda e que ia ao Porto e que chegava ali à Praça da Liberdade e ficava a olhar perdida. Para mim tudo parecia enorme. Eu acho que deve ser a sensação que eles têm quando saem da instituição, é um bocado a minha quando eu era muito pequena e chegava ali à Praça da Liberdade "E agora para que lado é que eu viro?"

23 Eu. Muito bem. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que os jovens institucionalizados possuem para o futuro?

24 E12. Pergunta difícil... como qualquer outro jovem, eu acho que eles têm os mesmos objetivos, os mesmos sonhos, as mesmas aspirações... essa condição de institucionalizado não é uma condição que, só se ele quiser, só se ele depois tiver ali a nível psicológico algumas coisas que interfiram, mas isto se for resolvido, ele é um jovem, também acontece com os outros que estão em meio natural de vida, não é? Não é uma condição má, nem boa, é uma condição... eu acho que está respondido, porque são os objetivos pessoais e profissionais como qualquer outro jovem: constituir família, ter um emprego, ter um carro, tirar a carta, não é? Comprar um carro... mas não sei se passa pela família, mas pode passar por viver junto, uma vida, um percurso de vida mais ou menos gratificante como todos nós desejamos... uma vida normal.

25 Eu. Muito bem. Quais considera que serão as dificuldades que os jovens irão encontrar quando saírem das casas de acolhimento?

26 E12. Eu acho que se podem sentir um bocado perdidos. Acho que eles não deviam ser deixados, como já disse, devia de haver um período máximo de pré-época, de pré-autonomia, autonomia e depois então saída. É uma condição muito importante, porque, isto é, como qualquer pai e qualquer mãe, vai dar asas aos filhos, para eles depois caminharem, claro que isto é feito numa família ao longo do tempo, se a família for estruturada naturalmente. estas crianças que foram institucionalizadas é porque as famílias não seriam estruturadas, mas dentro da instituição devia ser feito ao longo do tempo um caminho que os levasse quando tiverem que deixar a instituição a autonomia está preparada para estar feita. Isto é uma construção, como se faz na família exatamente a mesma coisa.

27 Eu. Então considera que terão as mesmas dificuldades que qualquer outro jovem ou têm dificuldades acrescidas do que um jovem que está numa família com o apoio dos pais que sabe que pode sempre regressar quando tem algum problema?

28 E12. Eu acho que eles poderão ter dificuldades acrescidas... não sei... como é que funciona a instituição? Se eles podem recorrer mais tarde e conversar com os técnicos ou ter apoio de uma forma só informal? Só informal... a resposta pós-acolhimento não existe. Estamos a falar, por exemplo, daqueles jovens que saem da instituição e o seu projeto de vida, seja autonomia seja reunificação familiar, a partir do momento que eles vêm para o mundo, depois só há um contacto que é mais informal, não há uma resposta institucionalizada, regulamentada, não é? Eu acho que eles aí poderão ter de facto dificuldades acrescidas relativamente à maioria dos jovens, porque a maioria dos jovens encontram sempre ali um porto seguro, que é a casa dos pais, que é a casa dos familiares, alguém que depois, em caso de dificuldade, está ali, claro, que estes terão um suporte psicológico que os aguenta, também os amigos, depois a sua rede... essa rede é muito importante, essa rede de suporte pode substituir-se à família...

29 Eu. Muito bem, e agora vamos à última questão: quer contar alguma experiência que considere significativa no contacto que mantem ou manteve com crianças e jovens institucionalizados?

30 E12. Não tenho assim muitas experiências com jovens institucionalizados... que tenham estado institucionalizados? Não tenho assim muita experiência. Posso falar de um caso de uma menina, que passou pela instituição, porque acabou por manter um relacionamento amoroso com o companheiro da mãe. Depois ela decidiu sair de casa, ir viver com ele e, entretanto, foi sinalizada, porque era menor, mas saiu da instituição e foi viver, passou a ser o companheiro dela. Teve em acompanhamento com medida de autonomia como era menor. Foi a tribunal e ele também foi a tribunal para saber se ela tinha sido coagida a ir viver com ele, se tinha havido ali abuso sexual ou não, o que é que tinha acontecido e a miúda foi de facto espetacular, de uma firmeza junto do Tribunal que me impressionou, ela disse que não tinha sido coagida a nada, tudo tinha sido feito de acordo com a vontade dela e que a vontade dela continuava a ser de querer viver com aquele com quem de facto ficou a viver e de quem veio a ter posteriormente uma criança.

Depois, eu soube, anos mais tarde, que depois a relação acabou por terminar, mas ainda durou até ela atingir a maioridade e já crescida, portanto foi uma relação duradoura do tempo. Só o que o que aconteceu ali foi que depois ela era de facto muito jovem e o senhor era de facto já com uma mentalidade muito retrógrada em relação a ela e, portanto, depois começou a haver ali incompatibilidades, porque depois tinha conversas com ela extra acompanhamento depois que cessou o acompanhamento, mas ela procurava-me, de vez em quando, e tínhamos algumas conversas e eu comecei a perceber que de facto havia ali incompatibilidades. Por este motivo, já era um senhor, claro, que queria a sua estabilidade, queria estar em casa, queria estar mais tranquilo. Ela era uma menina, ainda era jovem apesar de ser muitíssimo responsável, tinha uma criança linda, um miúdo muitíssimo bem tratado. Eu sei que depois a relação acabou, mas, entretanto, eu também saí daquele serviço, vim para outro, e, portanto, não sei depois o que é que aconteceu, mas foi daqueles casos de facto a jovem era espetacular, tinha uma maturidade que não era para aquela idade, de acordo com a idade cronológica, ali estava muito abaixo da idade mental, era de facto espetacular e que me marcou.

Eu. Muito bem, já terminamos, muito obrigada.

E12. Então até a próxima doutora Ana, foi um gosto.

Entrevista 13
Técnico CAR

Eu. Boa tarde. Em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer por me conceder esta entrevista. Como lhe expliquei esta entrevista, tem 2 conjuntos de questões, o primeiro conjunto de questões refere-se às perceções e relações na experiência de acolhimento dos jovens e a segunda é relativo aos percursos de vida e processo de autonomização. Ora, muito bem profissão?

E13. Sou psicóloga.

Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo?

E13. 14 anos.

Eu. Muito bem. E anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento residencial?

E13. É o mesmo tempo.

Eu. Como trabalha com crianças e jovens em acolhimento conhece o regulamento da casa de acolhimento?

E13. Obviamente que sim.

Eu. Concorda com as regras e regulamento da casa de acolhimento? Se sim, de que forma é que se materializa essa sua concordância?

E13. Ao longo dos anos, elas têm vindo a ser adaptadas, portanto, nós vamos discutindo alguns pontos e sempre tentando a aperfeiçoar, sempre a pensar no bem-estar das crianças e jovens que apoiamos. Portanto, isto vai tendo aqui algumas adaptações, e essas adaptações são feitas pela direção, pela equipa técnica, pelas crianças e jovens. Por norma é feita pelo conjunto todo, porque a instituição tenta funcionar como um todo, então são ouvidas as várias partes. Claro que depois a decisão passará pela direção, mas todos são auscultados, sim.

Eu. Então, considera que os jovens devem ser envolvidos e participar na definição de regras e rotinas diárias na CAR?

E13. Maioritariamente assumimos isto como um ponto importante no processo da integração da criança e do jovem. Claro que há sempre situações em que a direção vai tomando a sua posição, mas com a consciência que realmente é importante ouvir as crianças e os jovens e o bem-estar deles. Sempre nesta base, sempre nesta base.

Eu. Considera que os jovens são envolvidos na tomada das decisões mais importantes na sua vida ao longo do acolhimento?

E13. Sim, maioritariamente sim. Sim, eles realmente têm aqui um papel também fulcral e acho que as equipas também estão sensibilizadas para esse efeito, não é? Para esse fim, ouvi-los cada vez mais e tentar com que participem cada vez mais neste processo, no processo de acolhimento e que se sintam em casa. É isso basicamente que se pretende: é que eles sintam a instituição como uma casa.

Eu. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?

E13. Nós tentamos e primamos por isso, por ouvir o que eles têm a dizer acerca do seu projeto de vida, claro que dependendo da situação. Depois, a decisão vai passar pela equipa técnica e pela direção da instituição, como é óbvio, mas a criança e o jovem sim, são ouvidos. Nós temos consciência daquilo que eles pretendem para o seu projeto vida, se é o mais indicado ou não, isso depois a questão é diferente. Eles participam, por exemplo, em decisões que são tomadas pelas comissões, pelos tribunais... os jovens... também tentamos que eles que eles sejam ouvidos e que participem, dependendo da situação, não é? Há situações em que isto não é possível. Há algumas limitações, não é? Limitações por parte dos jovens, limitações por parte do sistema.... também existe limitações por parte do sistema, mas as questões que eu estou aqui a falar realmente é mais de limitações por parte do jovem, não é? Quando eles não conseguem realmente ter aqui uma perceção da situação ou até mesmo limitações em termos cognitivos e não conseguem a nível cognitivo, capacidade de expressar aquilo que sentem, o que pensam, o que querem acerca do futuro deles.

19 Eu. Identifique o tipo de relação que estabelece com os jovens acolhidos, por exemplo, uma relação de respeito, uma relação mais hierárquica, uma relação de afeto, de amizade?

20 E13. Como é que que identifico? Respeito acima de tudo e eles sabem exatamente o papel de cada técnico e de cada pessoa. Agora tentamos também estabelecer aqui com eles uma relação afetiva, porque eles precisam, não é? Há esta ligação afetiva, o carinho, o manifestar algum interesse pela vida deles também, o acompanhamento, portanto... é importante no progresso deles, portanto, nós tentamos manter sempre aqui uma relação afetuosa, sim, mas com limites, como uma relação educativa familiar normal... também é normal, mas dentro dos padrões. É claro que nunca é uma família e eles têm a família deles, como é óbvio, mas nós tentamos assemelhar ou tentar-nos aproximar o máximo que conseguimos à família deles e na maior parte das situações eles entendem isto como a sua família e como alguém que eles têm que lhes criam uma vinculação segura, um porto de abrigo.

21 Eu. Muito bem. Já estamos a entrar na segunda parte. Qual considera ser a relação que os estes jovens estabelecem com a escola? Valorizam a escola? Estão mais divorciados, mais distanciados? Qual é na sua experiência?

22 E13. Na minha experiência, na maior parte das vezes, eles estão mais afastados da escola, porque são situações em que a nível escolar não é valorizado, não é? E quando eles chegam à instituição... enquanto eles não foram institucionalizados, a relação já não era assim, eles já não valorizavam, não valoriza a família, e, portanto, isto acaba por ser um trabalho mais difícil para eles perceberem que realmente a escola é importante no seu processo de vida, no seu desenvolvimento. Este é um trabalho que realmente é muito difícil de fazer com eles em idades... quando eles são integrados em idades mais tenras, em tenra idade realmente já se nota uma diferença considerável. Sim, nota-se... na minha experiência maioritariamente eles têm este afastamento a nível escolar, não valorizam, não gostam. Mas, é claro, este distanciamento não decorre da sua situação de institucionalizado é algo que é anterior. Foi algo que não foi valorizado para eles, não é importante, ponto, não é importante ir à escola, porque antes também já não iam, já não faziam e, portanto, não havia aqui... não tinham isto instituído, não era uma regra básica para eles ir ou não ir à escola não era importante, era normal.

23 Eu. Considera que uma melhor qualificação académica/profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional destes jovens no futuro?

24 E13. Sim, das experiências que nós temos e quando eles conseguem percecionar a escola como algo que é importante para a vida deles, eles conseguem ter... a nível de sucesso académico é maior, conseguem ter um emprego mais facilmente, conseguem ter uma estabilidade também diferente, mas isto é um processo que demora o seu tempo. Não se pode dizer que na maior parte das situações, não... depende, há situações e situações. Há jovens que realmente não estão, como nunca tiveram este estímulo, então acabam por não saber as capacidades que têm a este nível e quando elas são estimuladas, eles percebem que realmente conseguem ter aqui algum sucesso. Há outras situações que não, que realmente isto é muito difícil de reverter a situação e porque não há motivação... e depois há aquelas situações em que realmente eles também têm algumas dificuldades em termos cognitivos. Eles também não foram estimulados numa parte da infância deles, que é bastante importante e, portanto, vai condicionar o futuro? Claro que sim. Não quer dizer que a nível prático, estas crianças não têm sucesso, porque muitas delas, aquilo que se verifica é que chegam a uma parte prática, a uma área mais prática e eles conseguem superar sim. E o aquilo que que disse há pouco esta condição de ser institucionalizado, então até poderá potenciar competências que, se eles tivessem em meio natural de vida, não iriam ser nem valorizadas nem possivelmente retirarmos o que eles de melhor podem adquirir... Eles não conseguem, não conseguem porque são jovens institucionalizados, mas potenciar algo que se estivessem no meio natural de vida... porque muitos destes jovens não têm acesso a... Há algumas condições que a instituição lhes pode proporcionar e muitas vezes o facto de serem expostos a este tipo de situação, ou de projetos, ou de atividades, sejam elas lúdicas ou não, potencia efetivamente aqui outro tipo de capacidades, sim. É muito importante para o decorrer da vida deles, claro, para uma melhor integração, não é? A nível social, a nível profissional.

Eu. Considera que na CAR é feita a preparação para a saída dos jovens do acolhimento?

E13. Ao longo destes anos, nós temos vindo a trabalhar com esse sentido, porque verificamos que realmente isto é importante, porque não existe, no nosso entender, a meu ver, não existe... Nós temos limitações... não há uma idade em que isto tem que acontecer, que não deveria de acontecer, porque cada um tem o seu timing, agora tentamos trabalhar nesse sentido que quando eles saem da instituição, estejam melhor preparados para a vida, para o futuro, para aquilo que vão encontrar... Mas eles têm timings diferentes, não é? E cada situação é uma situação e ao longo destes anos temos vindo a trabalhar mais nesse sentido, não é? Para se sentirem mais confortáveis e com uma estabilidade também maior. É óbvio que a instituição não desaparece, está lá sempre como suporte. E tentamos que... tal como uma família, foi isso que eu no início da entrevista também tentei dizer, não é? Apesar de ser uma instituição de acolhimento de crianças e jovens, mas no momento da saída nós continuamos, nós estamos lá, vamos apoiá-los sempre em tudo aquilo que eles precisarem. Claro que com outro tipo de vertente, porque efetivamente eles não estão lá, mas sempre que precisarem, nós estamos.

Eu. Mas têm algum plano, algum modelo definido para esta preparação para a autonomia ou não?

E13. Não há nada que seja formalizado. Existem requisitos que são cumpridos, claro que sim, vamos cumprindo aqui alguns requisitos, no entanto, adaptados a cada situação. Também tem a ver com a maturidade de cada criança e de cada jovem ou neste caso de cada jovem. Trabalhamos em função disso: há uns que precisam, portanto, de outro tipo de competências, outro tipo de estímulo e outros nem tanto. Outros já conseguem ter aqui uma maior preparação, uma maior maturidade para aquilo que vão encontrar fora da instituição.

Eu. Muito bem. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens possuem para o futuro?

E13. Pessoais... então... perceberem aqui alguma maturidade, algumas competências sociais, que isto é importante, o relacionamento com os outros, saber interagir com as outras pessoas, que muitas vezes eles têm alguma dificuldade em expor os seus sentimentos, as suas emoções e isto por vezes bloqueia a nível pessoal, realmente. Mas a este nível profissional, aqui algumas competências a trabalhar com eles, algumas competências práticas.

Eu. A questão é: quais são os objetivos que estes jovens têm a nível pessoal e a nível profissional de curto, médio e longo prazo?

E13. Às vezes é difícil que eles nos digam o que defino por um projeto a longo prazo. Normalmente é mais a curto prazo, naquele momento, então nós vamos trabalhando com eles o dia a dia ou aquele momento e tentando projetar no futuro também o progresso deles, mas dificilmente conseguimos a longo prazo. Sim, eles têm objetivos, mas muito mais a curto prazo, no imediato.

Eu. E quais são esses objetivos? O que é que eles verbalizam da sua experiência? O que é que eles pretendem adquirir?

E13. A maior parte destes jovens é o regressar à família, o estar com a família e depois logo se vê... pronto, não é a autonomia, é o regressar à família biológica e depois então pensam no restante: ter um emprego, ajudar a família, mas é tudo muito centrado na família... ter um emprego para ajudar a família, ou seja, para que eles contribuam para uma mudança na sua família, na maior parte das vezes a aspiração é essa: "Eu vou estar junto deles. Eu vou tentar ajudar a minha família"... é o regressar à família.

Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades que os jovens irão encontrar quando saírem da CAR?

E13. Dificuldades... as dificuldades a nível de emprego, porque muitas vezes eles, quando não têm este suporte, ou quando não tem esta estabilidade ou maturidade para, têm estas dificuldades ou mesmo na família, porque muitas vezes eles idealizam que vão fazer parte da mudança, mas a família não quer mudar e, portanto, isto é uma dificuldade. O que é que eles encontram? O objetivo deles é regressar à família e que haja aqui uma mudança a nível familiar ou que pelo menos haja uma continuidade do trabalho que tem vindo a ser feito com a instituição e isto não acontece.

Na maior parte das vezes não, e depois de todo o trabalho que é feito, é deitado um pouco por terra abaixo, embora há muitos casos de sucesso... claro que sim, e que eles conseguem sair desta situação... mas a principal dificuldade que encontram, os que voltam para a reunificação familiar, eles têm uma perspetiva idealizada de que as coisas vão mudar, não é? Mas a mudança recai também sobre eles, se bem que há outras situações que o facto da idade também, eles ainda não têm maturidade suficiente para, e o facto de sair tão precocemente, a meu ver, porque eles já têm idade para sair como é óbvio da instituição e o que é permitido por lei (limite 25 anos), porque depois há este tipo de lacunas, não é?

Eles têm que sair obrigatoriamente, mas não têm maturidade para, claro, isto é uma grande dificuldade... Por isso temos aqui uma série de anos que... estes jovens já perderam inicialmente nos primeiros anos da sua vida, já perderam aqui alguns anos, que ainda estão a ser recuperados, portanto, há muitas situações em que vão fazer muita diferença porque... às vezes com 25 anos eu acho que já tenho maturidade para tomar decisões. Às vezes com 30 não têm, o que fará com 25. Exatamente, é uma das grandes dificuldades que encontramos.

37 Eu. Muito bem. E agora a última questão? Quer contar alguma experiência que tenha vivido na CAR que considere assim mais significativa? Deve ter muitas.

38 E13. São várias... Então, são várias, umas positivas, outras nem tanto, como é óbvio, todas eles com progressos diferentes e com situações de vida também diferentes. Mas aquela que me terá marcado a assim mais foi uma situação de criança que entrou para a instituição, que veio para cá com 5 anos de idade. Tinha uma família bastante complicada e, entretanto, no progresso todo que teve com a instituição, conseguiu perceber o quão importante era estar ali e ter o acompanhamento que tinha, porque teve acompanhamento a vários níveis... a nível de escolar também conseguiu ultrapassar algumas dificuldades, porque nunca tinha ido à escola, nunca tinha estado integrado em equipamento escolar e isso também notou-se uma clara evolução e ela sempre com muita força de vontade. Embora a família estivesse sempre em primeiro lugar e mantivesse sempre os contactos com a família, porque era muito importante para ela. Foi uma criança que cresceu na instituição feliz. Nunca quis regressar à família, porque sabia que na instituição tinha aquilo que não ia encontrar na família, embora na família encontrasse aquilo que nem sempre tinha na instituição, não é? Que era o amor da família e isso ninguém lhe pode colmatar, mas ninguém pode tirar, não é? Neste caso isso foi sempre muito importante, tentarmos manter ao máximo e fazer a ponte entre a situação toda. Hoje em dia é uma pessoa que trabalha na área que escolheu. Ela está na parte da gestão da ( ) muito bem-conceituada na área do marketing e da gestão. E é fantástico perceber que realmente podemos fazer a diferença na vida destas crianças, não é? E teve um percurso muito complicado até aos 5 anos, mesmo muito difícil, e conseguiu ultrapassar. Claro que com muito trabalho, com muitos avanços e muitos recuos, não é? Regrediu em alguns momentos, mas conseguiu perceber. Hoje em dia realmente conseguimos perceber qual é o nosso papel, que faz a diferença na vida deles Havia muitas outras para contar, mas assim de repente lembrei-me dessa que foi uma situação que me marcou, marcou pela idade, marcou pelo histórico de vida que ela trazia que era muito complicada e que à partida iria ser difícil de ultrapassar, com já marcas bastante profundas Realmente foi uma situação que conseguimos reverter e claro que deixa sempre marcas, vai marcar sempre em alguns momentos, vai relembrar como é óbvio, mas conseguimos perceber facilmente que, com muito trabalho, com muita insistência, estas crianças e estes jovens podem ter sucesso. Devem ter um percurso diferente, sim.

39 Eu. Muito obrigada, muito obrigada. Obrigadíssima.

40 E13. Espero que tenha respondido ao que pretendia.

Entrevista 14
GNR

Eu. Boa tarde. Vou começar a entrevista por alguns dados mais sociodemográficos: A sua profissão?
E14. Sou GNR. Trabalho na Guarda Nacional Republicana, sou chefe do serviço da secção de policiamento comunitário e prevenção criminal militar.
Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo?
E14. Tive alguns anos enquanto comandante de posto e agora na secção de policiamento comunitário também temos contacto com a crianças e jovens em risco. No total… é assim: de comando são 9 anos… tenho 28 de serviço, ou seja, diretamente muito provavelmente os 9 anos do comando, mas indiretamente acho que na carreira de todos os 28 anos, não é?
Eu. E anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento?
E14. Esses mais enquanto comandante… não sei… os mesmos, não é? Porque, pois, enquanto operacional também contactamos com crianças institucionalizadas e as que estão também em situações de risco, mas que ainda estão em família e outras situações.

Eu. Muito bem. Então agora vou-lhe colocar 2 conjuntos de questões: o primeiro conjunto é relativo a perceções relativas à experiência de acolhimento e o segundo conjunto é, mais concretamente, do percurso de vida em processo de autonomização das crianças e jovens. Tem contacto com casas de acolhimento, tal como já me disse, concorda com as regras e regulamentos das casas de acolhimento?
E14. A experiência que tenho e por aquilo que eu oiço e vejo, eu acho que as crianças institucionalizadas, enquanto institucionalizadas julgo que não há um investimento muito grande, por parte de instituições, até o próprio Estado, em criar autonomia, quer seja para em termos de profissões, em termos de residência para essas crianças que estão sinalizadas. Não têm qualquer tipo de apoio fora da instituição, ou seja, as regras e regulamentos circunscrevem se muito ao período da institucionalização e não à pós[institucionalização], com preparação para a vida fora, mas das regras e regulamentos que conheço concordo sim. De uma forma geral, concordo com as regras e relativamente às visitas, mesmo as crianças que estão institucionalizadas são permitidas a reaproximação das famílias, não cortam definitivamente os laços, até porque, se calhar, algumas até era melhor, se calhar, para a criança, contudo as instituições acho que apostam muito nisso ainda, ou seja, o conseguir trabalhar a família e a criança, fazer com que a criança ou jovem ainda contactem com a família no sentido de poder ainda vir a ser família e a criança regressar ao lar. Muitas destas crianças e jovens o seu projeto de vida até é a reunificação familiar e isso é tão importante, não cortar os laços com a família.

Eu. Considera que as crianças e jovens institucionalizados devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente?
E14. Acho que sim. Eu acho que sim. Julgo não estar enganada… as crianças a partir dos 12 anos, a lei já obriga, não é? Mas podemos ouvi-las antes dos 12 anos, mas a partir dos 12 anos elas têm de ser sempre ouvidas. Eu acho que esses 12 anos deviam antecipar, eu acho que a partir das 8 acho que a criança já tem muito bem definido aquilo que que quer, já tem consciência do que é o certo ou errado, o bom e o mau. Até antes dos 12 anos, que é o que está estipulado pela lei, a partir das 8 deveriam ser envolvidas e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de sua vida presente e futuro, até porque se trabalha tanto nas liberdades e garantias das crianças.

Eu. E considera que as crianças e jovens institucionalizados são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?
E14. Eu acho que enquanto crianças se calhar não muito, mas os jovens têm mais liberdade e já os escutam mais. Mas eu acho que há tomadas de decisões que as crianças não são tidas nem achadas, mas é essa a perceção que tenho. Nas decisões relativas à sua vida elas juridicamente são envolvidas, mas muitas das vezes não são ouvidas, são envolvidas juridicamente porque é obrigatório, mas não são ouvidas verdadeiramente.
Eu. Já estamos na segunda parte. Como considera ser a relação que os jovens institucionalizados estabelecem com a escola, têm mais uma relação de distanciamento?

16 E14. É assim: não é uma relação muito diferente do que os outros jovens que não estão institucionalizados, mas isso tem a ver com organização e as regras que estão instituídas relativamente à institucionalização, ou seja, quer dizer se ficam ou não na área de residência… muitas das vezes o abandono escolar… eu tenho verificado e temos aqui alguns casos. Por exemplo uma criança que é daqui (…) e está colocada em (…) foge constantemente da escola em (…) junto da instituição e então está sempre a fugir para (…). Já foi informado o tribunal diversas vezes dessas fugas constantes, e o que é certo é que já vem para aqui há 1 ano. Não há consideração nenhuma relativamente a esta situação, porque já solicitamos para reverem o processo e tentar experimentar colocar essa criança aqui numa instituição perto da família biológica. Não sei se a lógica… se a família biológica é daqui… eu sei que existem determinadas regras e, se calhar, uma delas é não ficar institucionalizados na área da residência, mas cada caso é um caso. Eu acho que tem de ser visto individualmente. Nesta situação, que estou a dar como exemplo, esta criança sente-se desenraizada no outro lado, até porque é o que ele nos diz: "Eu não quero estar em (…), eu quero vir para aqui." Mas…. É muito subjetivo… não há muito isso de ser institucionalizado e veem de uma forma a escola, porque eu conheço já casos de sucessos escolares de miúdos institucionalizados e também de insucessos, mas também de crianças que estão numa situação normalíssima juntamente com as famílias. Eu acho que isso depende de muitos fatores, não é? O facto de estar institucionalizado não vai ditar se ele é bom ou mau aluno, se ele vê a escola de uma forma ou de outra… a condição de institucionalizados acho que não será um fator principal para esta relação com a escola… tem que ver com o processo educativo… é exatamente igual como qualquer outro jovem com dificuldades… por vezes estamos aqui a falar de emoções e se as crianças estão institucionalizadas é porque alguma coisa se passa no seio familiar, e por vezes, mediante os acontecimentos, essas crianças, os jovens vão estar emocionalmente alterados, devido a essas mesmas circunstâncias, mas eu julgo que isso também acontece no seio dos contextos familiares das crianças que não estão institucionalizadas. Estamos a falar aqui em todos os estratos sociais que acontecem, por exemplo, violência doméstica, e as crianças não estão institucionalizadas, mas estão a viver situações, por vezes, graves, que são graves, conflituosas, violentas.

17 Eu. Considera que uma melhor qualificação académica/profissional irá levar a uma melhor integração profissional dos jovens institucionalizados?

18 E14. Eu julgo que sim. Cada vez mais. Às vezes eu costumo dizer que não é o grau académico, eu acho que, isto é a minha opinião vale o que vale, eu também sou mãe e tenho 2 filhos e nos dias que correm, até porque estão a surgir novas profissões. Hoje em dia ter um curso técnico profissional, se não tiver uma licenciatura, mas ter um bom curso técnico profissional é muito bom. Ainda hoje vi que estamos com um défice de trabalhadores… isto é só um exemplo que eu vi hoje. Considero que isto é transversal a qualquer jovem, novamente esta questão da institucionalização… acho que uma licenciatura não prepara tanto como um curso profissional. Eu acho que preparar qualquer jovem a ter uma profissão… independentemente da sua condição de institucionalizado, por vezes as pessoas podem pensar que as crianças institucionalizadas vêm com rótulos. Não são rótulos… são crianças como as outras independentemente da institucionalização. Ter um curso técnico profissional ou ter uma licenciatura, uma criança normal tem de ser vista dessa forma… se for institucionalizada não tem nada a ver. Se calhar, às vezes até era um fator a ter em consideração, até muito mais valioso, porque, se calhar, infelizmente nos dias que correm acho que exigem muito mais às crianças e jovens institucionalizados do que exigem a uma criança e jovem…, mas isso é uma mentalidade que vai começando a mudar, começando pelas instituições de ensino ao não rotular as crianças da instituição, depois até as próprias que são um bocadinho melindradas e isso pode afetá-los. Quer dizer, já não chega o problema deles e isso vai afetá-los mais psicologicamente, julgo eu. Se calhar, às vezes circunstâncias como estas também originam abandono e desistência escolar… pela experiência que tenho apercebo-me que existe um ou outro caso [rotulagem], é isso que acontece, é exigido mais a uma criança ou jovem que está institucionalizado do que se estivesse em meio natural. Até porque se reparar, se a criança disser que está institucionalizada as perguntas vão crescer, as perguntas são mais, mas isto é o que as entidades fazem assim um bocadinho, ficam de pé atrás, enquanto uma família supostamente normal, funcional não vão se calhar, bombardear com certos obstáculos, certas questões. Eu acho isso, na minha experiência e verifiquei, mas também isso tem tendência a acabar, porque eu acho que graça a algumas instituições, podemos

falar aqui da (…) e da doutora (…), que é fantástica, nisso ela é uma das pessoas também que defende muito a casa familiar [casa de acolhimento residencial] … as instituições também elas também já estão mudando as designações das instituições para mudar os paradigmas, também os estereótipos que se foram criando em relação em torno das instituições. Pronto, falar nisto como uma lição de vida, aquela criança que foi institucionalizada e porque se porta muito mal, é um terror e os pais já não conseguem fazer nada dela, isto está completamente mudado… quando há algum problema temos que estar atentos, "acender uma luzinha", não é? Um alerta naquela criança.

Eu. Sente que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens em acolhimento?

19 E14. Como disse há pouco, eu acho que ainda há muito trabalho a fazer. Não digo que no geral, mas
20 graças a Deus, as instituições que eu tive o prazer de conhecer, algumas são geridas como se fossem realmente a casa delas. Elas [crianças e jovens acolhidos] não se vão sentir institucionalizadas, mas sim num lar. Por isso esta questão é um bocadinho um pau de 2 bicos. Isto tem muito a ver com a instituição, depende das instituições, mas da experiência que tenho penso que ainda há muito trabalho a fazer nesse sentido, ou seja, as pessoas que trabalham nas instituições não levarem aquilo como se fosse uma fábrica, passo a expressão, um mero emprego, chegar ali, tomar conta das crianças, dar o almoço, o pequeno-almoço, prepará-los para a escola e recebê-las, quem fica à noite a tomar conta delas…

Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que os jovens institucionalizados possuem
21 para o futuro?
E14. Os jovens institucionalizados… quais são os objetivos deles? Não são objetivos que são diferentes
22 de qualquer jovem... são objetivos e eu acho que são idênticos. Eu já tive o prazer de conhecer algumas instituições e falar com jovens e crianças e alguns deles é como se fossem os meus filhos: falam neste sonho, naquele... eu acho que, racionalmente, os objetivos, os sonhos, acho que tudo é comum, são crianças, são jovens, é comum a qualquer outro jovem. Tirar um curso, ter uma profissão, ter uma casa, ter uma família e tirar a carta de condução, exatamente igual a qualquer outro jovem..., mas isto é muito subjetivo, porque vai muito do caso que levou a criança a ser institucionalizada, mas eu conheci crianças que queriam só um lar, mas estamos a falar de jovens adolescentes, já pensam de outra forma, já têm outros objetivos, já estão noutro patamar, a longo e médio prazo "O que é que eu quero fazer da minha vida. O que eu quero dá-me garantia em termos de estabilidade económica?"... no mercado de trabalho podem fazer aquilo que gostam, de fazer de auxiliar... eu acho que uma criança mais nova pode e não sei, se calhar, podem lá chegar também... não sou especializada nessa matéria, mas eu acho que as crianças enquanto mais pequenas precisam de mais afeto, pensam mais no afeto, no carinho, em ter uma família e eu acho... é isto o que eu penso e foi isso que eu entendi ao longo dos anos de estou em contacto, dos anos que tenho com o contacto crianças e jovens.

Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades que os jovens irão encontrar quando saírem da
23 casa?
E14. No início é a dificuldade que eles têm… as dificuldades… faz 18 anos tem de sair… "Agora o que é
24 que eu faço?". Eu acho que falta mecanismos, falta um acompanhamento depois, pelo menos durante um período. Nós aqui na instituição [GNR] temos um período para determinados cursos. Temos um militar e temos um período probatório em que tem todo o acompanhamento e de um momento para o outro sempre que precisarem de ajuda está ali. Claro podem a todo o momento desistir… depende do curso, de apenas 6 meses, um ano e pode ser até 2 anos. Eu acho que esses jovens ainda não são adultos, não é? Deviam ter esse período, ou seja, até conseguirem se estabilizar, quer profissionalmente, quer em termos de estrutura, ou seja, conseguir uma casa, sobre várias dimensões, não é? A nível financeiro, nível profissional, a nível afetivo também, pois porque há alguns que as únicas figuras de referência que têm são na instituição… também tenho essa experiência, muitos acabam por não se dar bem, eu digo, passo a expressão, eu digo sempre "Cá fora, é na sociedade, no mundo em sociedade que estamos" e acabam sempre por regressar à instituição a pedir ajuda e depois não temos um mecanismo legal, não temos uma estrutura orgânica e eles não se podem queixar, porque a legislação não permite, não permite que a instituição os apoie, ou seja, não os aceitam de novo. E esse jovem não tem quem o ajude novamente a lançar-se outra vez, dar-lhe apoio.

Deveríamos ter aqui ou uma alteração legislativa relativamente a este sistema ou uma legislação específica partir dos 18, para após o términus da institucionalização, "Agora vai menino, vai à tua vida, desenrasca-te", isto não pode ser porque se o Estado ajudou aquela criança, aquele jovem, e agora é adulto, tem de o ajudar, tem de o que acompanhar, tipo período probatório, chamem-lhe outra coisa… e que o ajuda nessa integração e não lhe vira as costas, porque se numa primeira fase, se calhar, a instituição até o conseguiu aproveitar, salvar, esse período até aos 18 anos, mas depois os 18 anos, entra numa sociedade injusta e cruel, não é? Pois podem enveredar por outros caminhos, que os outros que têm uma família… uma criança, um jovem que se torna adulto no seio familiar que depois não consegue, tem o apoio dos pais, porque é que uma criança institucionalizada se não se dá cá fora, porque não há de ter o apoio da instituição que supostamente foi a família dele durante anos? Falta qualquer coisa aí para ajudar a integrar, para apoiar estes jovens na sociedade.

25 Eu. Muito bem e agora a última questão: quer contar alguma experiência ou experiências que considere significativas no contacto que mantém ou manteve com crianças ou jovens institucionalizados? Pode responder livremente…

26 E14. São várias… as crianças com as quais contactei. Umas tristes e outras nem por isso… aquelas que estavam em famílias desestruturadas, a situação social e socioeconómica não era muito boa, era muito baixa [situação socioeconómica], eu acabava por ter um bocadinho de pena dessas crianças, porque por muito que elas quisessem continuar nas famílias, as famílias não os conseguiam ter. Temos outros jovens… outras situações, em concreto, em que a institucionalização tornou-se uma oportunidade, uma oportunidade para essas crianças. Eu posso lhe dar um exemplo que me marcou: foi uma criança que nós fomos buscar, não vou dizer onde, uma criança que fomos buscar, estamos a falar de uma criança, não, um jovem com 13 anos, que fomos buscar, já consumia estupefacientes. Fomos buscá-la a casa, a uma habitação social, cuja família auferia o rendimento de reinserção social [RSI – Rendimento Social de Inserção] e nós fomos lá buscá-la a casa. Aquela criança estava, aquele jovem que trazíamos estava a dormir no sofá. Tinha fugido da instituição, estava a dormir no sofá vestido, tinha andado na noite e fomos buscá-lo ali para ir para a instituição. Ele foi ao frigorífico e não tinha nada para comer e aquilo… e então recorda-me que o trouxemos para o posto [da GNR] connosco e ele pelo caminho… eu emociono-me sempre, bastante… [vários segundos de pausa dado a entrevistada estar visivelmente emocionada]… e então essa criança vem connosco, o frigorífico [de casa]estava vazio, acabamos por ser nós a dar-lhe o pequeno almoço e levá-lo. Acabou por nos confidenciar pelo caminho, que a única coisa que ele via aqui em casa eram os amigos. Procurava conforto em casa, mas já não via isso e que por um lado até não se importava de ir para a instituição. Faltava tudo, muitas vezes passava fome. Esta situação foi uma das situações que me marcou e que posso dizer que não foi a única, daí eu entender que falta aqui muito trabalho parte da segurança social, das técnicas que acompanham estas crianças, estas famílias. Há aqui trabalho a fazer.

27 Eu. Muito bem. Muito obrigada e obrigada pelo seu trabalho.

28 E14. Obrigada, eu, boa tarde.

Entrevista 15

GNR

Eu. Boa tarde. Obrigada por conceder esta entrevista. Vou começar por fazer algumas questões mais sociodemográficas. Profissão?

E15. GNR [militar da Guarda Nacional Republicana na secção de prevenção criminal.

Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo?

E15. Diretamente há 10 anos.

Eu. E anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento residencial?

E15. Há 10 anos também, desde que estou nesta secção, mas anteriormente não tinha tanto contacto com crianças e jovens. Embora tivesse estado em (…) desde 2001/2002, portanto, então já tenho mais de 20 anos de contacto, só que era menor, agora é maior.

Eu. Então tem contacto com casas de acolhimento?

E15. Sim, tenho contacto.

Eu. E do contacto e da experiência que tem com as casas de acolhimento, concorda com as regras e regulamentos?

E15. Concordo. Eu vou falar das 2 [casas de acolhimento residencial] que conheço melhor, que neste caso não é preciso dizer nomes, não interessa…. são 2 coisas diferentes, fazem a mesma coisa, mas são 2 coisas diferentes. Para mim uma é uma instituição e a outra é uma família, uma casa e uma casa onde vivem todos: ambos os sexos, todas as idades, desde os mais pequenos aos maiores. Mesmo depois de sair ainda continuam a ser apoiados e é uma família. Também são em menor número, aqui [na outra casa de acolhimento] é em maior número, mais regime, é mais institucional, embora também haja, digamos, todo o apoio, acho que está tudo dentro dos parâmetros, mas é mais formal, entre um e outro, embora façam as mesmas coisas [acolhimento residencial], trabalham de maneiras diferentes, são intervenções diferentes, não é? Aqui [na casa de acolhimento] também recebem, digamos, outro tipo de crianças, que não são as que recebem lá em baixo. Quando recebem lá em baixo [na casa de acolhimento] também não sabem muito bem como é que vão lidar. Lá em baixo recebem crianças com problemas familiares, já aqui é com problemas em termos de delinquência, e acaba por ser, digamos, um regime, tem que ser um regime diferente também. Também, digamos, aceito isso, eu aceito, não tenho nada que discordar, claro que na realidade existe tudo, mas gosto mais do outro lugar [casa de acolhimento], porque é uma família, para mim é uma instituição, mas o ambiente e as vivências que é como uma família.

Eu. Considera que as crianças e jovens institucionalizados devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?

E15. Depende, acho que devem participar se não for por delinquência… não sei… é uma pergunta difícil para fazer um juízo da experiência que tenho, porque vamos ver uma coisa: eles poderiam participar, mas, se calhar, não ia ao encontro daquilo que lhes vai ser pedido, porque se eles estão ali [na casa de acolhimento] por um motivo ou por vários motivos… se no meu entender, se foi por uma questão de ambiente familiar, eu acho que eles deviam participar, saber que o é melhor para eles… e também deveriam participar, mas se foram retirados e vieram por questões criminais, aí já não têm que ter esse direito, porque, digamos, não podemos aceitar, digamos, uma opinião de alguém que não queira entrar uma sociedade, que não quer… essa é a minha opinião.

Eu. Agora vou-lhe fazer a pergunta ao contrário: considera que as crianças e jovens institucionalizados são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?

E15. Eu penso que sim, tenho ideia que sim. Perguntam, também algumas das propostas ou decisões deles, pelo contacto que tenho com estas instituições, considero que eles são envolvidos. Agora vamos a uma segunda parte: também acho que eles terem um sentido de responsabilidade, digamos, a decisão também ser deles, um bocadinho deles, é partilhada, não é? Assim passa a ser uma decisão partilhada, sim, não é só institucional não é só institucional.

17 Eu. Agora, a segunda parte das questões: como considera ser a relação que os jovens institucionalizados estabelecem com a escola pública? Valorizam a escola? Estão mais divorciados, mais distanciados da escola?

18 E15. Depende. Voltamos à primeira parte: a instituição naquela parte que é familiar, eu acho que eles aceitam mais, também estão mais integrados, ficam melhor integrado do que os outros, que aceitam menos, mas também depende do motivo que foram lá parar a uma instituição, por motivos de absentismo nunca vão, digamos, claro está a relação já não boa anteriormente à institucionalização e dificilmente, pois isto estamos a falar em registos abertos, não é?

19 Eu. Considera que uma melhor qualificação académica/profissional irá levar uma melhor integração profissional dos jovens e instituições institucionalizados no futuro?

20 E15. Deveria, mas aqueles que estão contrariados, vamos falar do caso do absentismo escolar, se não forem acompanhados, no meu entender, numa vertente profissional a escola □o ensino regular] é para esquecer. Tem que ser mesmo uma vertente profissional, prática, a escola é para esquecer, exatamente isso não lhes diz nada, porque já tiveram oportunidade antes de serem institucionalizados e não concretizaram nada, portanto, se calhar, uma vertente profissional, prática para os integrar, senão não vale a pena para ser sempre a bater na mesma tecla, insistir na mesma tecla… mas isso não tem a ver com as crianças jovens institucionalizadas, no geral de qualquer criança. Há crianças que faltam à escola ou que não têm tanto aproveitamento, porque estão deslocadas, não é? Não se identificam com este método. Eu costumo dar um exemplo: uma pessoa que queira ir para carpinteiro não precisa de português. Claro que precisa sempre que é a língua materna, mas não vai precisar da melhor nota, porque não vai para a universidade. Não vai precisar de inglês ou de francês… mas no ensino regular obrigam-nos a ter notas a isso, portanto, o trabalho deles, ou digamos, as capacidades deles são manuais e de trabalho. Eu vou falar um bocadinho de mim: eu também não gostava muito da escola, embora, pronto, estava lá e tinha capacidades, só que as minhas capacidades são mais manuais, eu gosto de fazer, eu gosto de construir e tive uma possibilidade de, na altura era o sexto ano de escolaridade obrigatória, aos 15 anos fui trabalhar e hoje obrigam-nos a estar até aos 18 anos. Aos 18 anos já têm muitos vícios, já não querem começar a trabalhar, porque já estiveram muito tempo na escola sem fazer nada, não aprenderam nada, porque não os encaminham, se calhar, para o sítio certo. Essas pessoas são especiais… acabam por ser especiais, não têm nenhum problema, não estão enquadrados com um sistema… nenhum sistema… neste sistema, não é?

21 Eu. Sente que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens? Acha que quando eles saem da instituição estão preparados para uma vida em sociedade?

22 E15. Das que conheço, estão preparados se aceitarem isso, quer aqui, quer lá em baixo. Aqui até têm, digamos, aquelas casas que eles chamam de pré-autonomia… portanto, saem preparados, ou seja, os que querem, porque aqueles que não aceitam nunca vão ser preparados, porque não aceitam… das que conheço que é um ambiente mais protegido… sim, estão preparados e têm sempre o apoio mesmo depois de abandonar a instituição. Se tiverem alguma dificuldade, dão-lhes apoio, orientação informal, não é? Feito de forma informal, porque não há legislação, não há um regulamento específico.

23 Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm? Considera que estes jovens têm objetivos pessoais e profissionais diferentes de qualquer jovem?

24 E15. Não, acabam por ser pessoas “normais”, têm que ser, digamos orientados nesse sentido, tal como nós educamos os nossos filhos em casa e queremos dar formação, além da educação. Para a educação estamos nós em casa e depois a formação é na escola. Se eles forem encaminhados para isso e se aceitarem, se estiverem predispostos a isso, sim, conseguem atingir objetivos como qualquer outro jovem, não é? Ter um emprego, constituir uma família, alguns tirar um curso… acho que esses objetivos que os jovens têm que têm todos os jovens… depende, não é? Depende, uns agarram a oportunidade, outros não querem saber de oportunidade, não veem isso como uma oportunidade, a institucionalização como oportunidade, pode ser uma oportunidade, não é? Nomeadamente para uma integração profissional e social...

Eu. Muito bem. Quais considera que serão as dificuldades que estes jovens irão encontrar quando saírem?

E15. Digamos "vou arranjar um emprego", mas o emprego que arranja é suficiente para sobreviver sozinho? O mesmo com ter uma casa, poder alimentar o básico, pagar as contas, não é? Atualmente para qualquer jovem sozinho fazer isso… para qualquer um dos 2, é exatamente o mesmo… é claro que para uma pessoa que não tem apoio familiar… eles provavelmente não terão… o máximo que podem ficar □na casa de acolhimento] é até aos 25 e se ainda estiverem a estudar… caso contrário já não podem permanecer na instituição… estamos a falar de um jovem que está numa instituição e que até queira ser carpinteiro, e que até pode ser muito bom carpinteiro, não é? Vai ter que abandonar… sem, se calhar, recursos económicos para se poder auto-sustentar, só porque não quis ter um curso superior, porque até, se calhar, não lhe diz nada ter um curso superior, mas ter uma profissão. Hoje em dia as pessoas no início de carreira são exploradas, no meu entender, não é? Com o ordenado mínimo para começar não vai pagar uma habitação, vai pagar um quarto alugado, e tudo o resto… ou seja, a dificuldade que vai encontrar é a dificuldade que os outros jovens encontram, só que os outros jovens têm uma retaguarda, não é? Uma retaguarda familiar que os pode apoiar e muitos destes não o têm, não é?

Eu. Muito bem. A última questão: quer contar alguma experiência que considere significativa no contacto que mantém ou manteve com crianças e jovens institucionalizados?

E15. De repente não tenho nenhuma… são várias, mas são breves, são curtas. De lá de baixo □casa de acolhimento] tive agora recentemente no Natal. Fui com uns jovens de 17/18 anos… fui com eles ao cinema. Fomos passear, ao cinema, almoçamos. Todos têm objetivos de vida, sabem o que querem perfeitamente: querem estudar, estão alguns já com 18 anos inclusive, já têm um part-time, já têm uma ligação com o mundo do trabalho, mas querem seguir, querem continuar a estudar… portanto… estavam, digamos, cientes daquilo que queriam, os objetivos estavam definidos. Noutras situações, pronto, acabam por não saber muito bem como lidar com a situação e acabam por ser encaminhados… é uma situação mista, não é? Mas há outros que não têm qualquer objetivo, nem querem um objetivo já, estão, se calhar, tão agarrados àquilo à situação de onde vinham, porque não querem sequer mudar. São esses que causam os distúrbios, são esses que causam os problemas, desestabilizam, digamos, tudo o resto. Recentemente, foi um de 13 anos que todos os dias fugia da instituição na zona do (…) para vir para aqui, para a escola. Todos os dias era apanhado e, portanto, ele fugia. Vinha no metro sem pagar, depois vinha de (…) a pé para aqui e depois nós aqui, já sabíamos qual era a situação, ou nós ou a instituição vinha cá buscá-lo, portanto, ele já ia de boleia… fazia o que queria… absentismo escolar todos os dias, porque mesmo na instituição nunca foi, digamos, à escola e vinha para aqui todos os dias. Há aqui alguma coisa que está a falhar: não é só a instituição… a instituição não o pode amarrar… não pode fazer nada… não tem de seguir as regras… aquela situação de institucionalização é que falhou, falhou redondamente, se calhar, devia ter ido para um sítio mais longe, para não ter que vir para cá… mas com 13 anos já tinha outra forma de pensar… não tinha apoio familiar, não tinha apoio institucional… aqui há algo que falhou.

Eu. Muito, muito obrigada.

E15. De nada. Boa tarde.

Entrevista 16
Técnico EMAT

Eu. Vou começar por lhe fazer algumas questões mais sociodemográficas. Profissão?
E16. Psicólogo.
Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo?
E16. Ora... desde o estágio académico... só fazendo contas... 2002/2003. 20 anos
Eu. E anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento?
E16. Menos um bocadinho, foi mais ou menos para aí em 2010 que tive assim um contacto mais direto com o acolhimento residencial, 13 anos.

Eu. Muito bem. Tem contacto com casas de acolhimento, por isso concorda com as regras e regulamentos das casas de acolhimento? Da sua experiência, do contacto que tem?
E16. Os regulamentos internos das casas de acolhimento a legislação... acho que esta nova legislação de 2019 trouxe aqui algo, não foi tão longe como eu gostaria que fosse, mas trouxe aqui algumas inovações, ou seja, esperamos desde 1999 até 2019, esperamos estes anos todos para esta regulamentação, ou seja, no nosso país é tudo muito muito lento e com base nisso nesta este regulamentação 2019, dizia que tinha que sair durante os próximos 90 dias, uma portaria extra sobre a composição, organização dos espaços das casas de acolhimento, que continuamos a aguardar, já lá vão uns 90 dias há muito tempo. Portanto, acho que ainda precisamos de ir mais além, porque é aquilo que estamos a fazer de parte das instituições, das casas de acolhimento, eu acho que elas estão a fazer as reformas à medida que lhes vão sendo pedidas, com o esforço que lhes é devido, mas acho que não é propriamente da responsabilidade das casas de acolhimento. De facto, os regulamentos, os procedimentos e os normativos, muitas vezes, são mais densos do que deviam.

Eu. Considera que as crianças e jovens institucionalizados devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E16. Sim, totalmente, isso é um direito consagrado na Convenção dos direitos da criança, que é o direito à participação, não é? Portanto, a criança tem direito a participar em tudo que diretamente lhe diz respeito. De uma perspetiva geral, portanto, a criança devia participar nas decisões da sua escola, devia de participar nas decisões do acompanhamento médico, deve participar nas questões da sua comunidade, das suas autarquias, e muito mais. As crianças devem participar nas casas de acolhimento, porque estão numa situação de ser protegidas e por algum motivo foram afastadas do seu contexto natural de vida e, portanto, ainda mais rigor devemos de ter, mas elas devem sempre participar, serem envolvidas e darem a sua opinião.

Eu. A pergunta ao contrário: considera que as crianças e jovens institucionalizados são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?
E16. Sim e não. Portanto, acho que de facto há muito boas práticas a serem aplicadas nos acolhimentos de grande qualidade, isso é um dos requisitos que tem estado em cima da mesa e que estão fazendo sentir que estamos a evoluir favoravelmente nesse processo. Há casas de acolhimento que já o fazem de forma muito consolidada, há outras casas de acolhimento que ainda precisam de melhorar e rever os seus procedimentos, para garantir que as crianças efetivamente participem nos seus processos. Nas outras entidades, acho que não, não acautelam tanto esta perspetiva, nomeadamente, os tribunais, não é? Sem ser as casas de acolhimento, todas as outras entidades ou instituições deste sistema, mesmo a própria comunidade, mesmo as entidades com competência em matéria de infância e Juventude, acho que, muitas vezes, a criança não tem opinião e não tem que dar a opinião, os adultos é que decidem, é que sabem, porque não tem competência ainda para dar estas decisões, que eu acho que não. Portanto, as crianças devem ser sempre envolvidas. O facto de participarem e serem envolvidas, não quer dizer que a gente vai fazer aquilo que elas dizem. A criança pode participar no seu projeto de vida e pode

dizer “Eu quero ir para casa”, e certamente nós temos é que trabalhar para que ela possa regressar a casa. Se calhar, se lhe perguntássemos quando é que ela queria ir para casa, era hoje, não é? Mas temos de ouvi-las, perceber porque é que quer regressar para casa, mas tentar envolvê-lo para essa criança perceber o que é que é preciso fazer para que essa questão possa voltar para casa e para que perceba que, se calhar, há decisões que envolve outros e coisas que nós não podemos controlar, porque se há coisa que nós não podemos controlar é os pensamentos, atitudes e ações dos outros, não é? Podemos é aceitar ou não aceitar, mas isso é um trabalho que nos compete fazer. Os tribunais, eu acho que até pela sua própria orgânica, que é muitas vezes tomar decisões contra, enfim, a opinião dos outros, sobretudo dos arguidos, é uma questão mais criminal, digamos assim, acho que deveriam ter mais cuidado e sobretudo aprender formas de como ouvir as crianças, porque eles às vezes até fazem esse esforço de tentar ouvir as crianças, mas não fazem da forma mais apropriada, nem nos momentos mais apropriados há aqui a questão às vezes da participação da criança... sinto com alguma questão é quando se criam expectativas irrealistas às crianças e aos jovens. Muitas vezes se diz “Ficas na casa de acolhimento durante 6 meses. Se tu te portares bem, depois vais para casa”, portanto, tem muito este discurso e a criança, de facto, até fez um esforço para se portar bem na casa de acolhimento e chegou aos 6 meses e a gente diz “Não vais nada para casa, porque ainda não estão reunidas as condições”, mas as condições que não são imputáveis à criança, porque ela fez aquilo que era suposto fazer: foi à escola, portou-se bem, mas nunca podemos fazer este tipo de promessas às crianças, porque são coisas que não dependem só dela. Ela tem que se portar bem, mas os pais também têm que mudar, o contexto familiar também, tem que haver outro tipo de mudanças, não é só a mudança da própria. Eu percebo que é mais fácil dizer a uma criança que é só 6 meses e só 3 meses e assinam o acordo, porque isto é só por um curto período de tempo. O problema é que efetivamente estamos até a dar tiros nos pés e estamos a trabalhar contra nós, porque aquilo que nós estamos a reforçar nas crianças é que os adultos não são de confiança, tal como os pais não foram, porque eles tiveram que ir para uma casa de acolhimento, os outros adultos também não são de confiança, porque até me prometem coisas que depois não cumprem. Portanto, eu acho que é mais honesto, mais correto, mais ético, mais deontológico dizer às crianças que a medida é de 6 meses, mas a seguir nós vamos reavaliar e às vezes sabemos perfeitamente que não é em 6 meses que ele faz coisas, que não vale a pena estar a dizer à criança que é por 6 meses para 3 meses às vezes para aceitar, para ele não, enfim, não ter uma crise à nossa frente, porque é mais fácil dar este tipo de notícias. O que nós vamos fazer é ensinar a estas crianças que os adultos não são coerentes e fazem promessas que não cumprem...

15 Eu. Muito bem. Vamos passar agora para uma segunda parte: como considera ser a relação que os jovens institucionalizados estabelecem com a escola? Valorizam? Há um divórcio, um distanciamento? É o mesmo como qualquer outro jovem?

16 E16. Temos todos os casos, não é? Cada caso, depende de caso para caso, mas, efetivamente, numa grande maioria, há uma certa dificuldade de integração da criança nas escolas, não é? Muito também fruto da perceção que estes jovens têm da escola, não é? Portanto, acredito que jovens que já mudaram de escolas repetidamente, que os próprios pais não valorizaram a escola, portanto, que não lhes dão condições para estudar, o facto de os jovens também às vezes entrar nas escolas e não conseguirem adquirir os conhecimentos do ritmo que a escola às vezes exige, não é? Às vezes vai levar também a alguns sentimentos de alguma incapacidade, de baixa eficácia, de dificuldades que depois as crianças também terão dificuldades em ir para um sítio onde não se sentem bem, nem confortáveis, não é? Se nós formos para um café regularmente em que as pessoas não são simpáticas connosco ou nós não nos sentimos bem naquele espaço, possivelmente vamos deixar de lá ir, claro. Não vamos voltar, vamos procurar outro sítio qualquer. Eu acho que as crianças e estes jovens queriam é que depois, quando regressam à escola, muitas vezes vão para turmas de anos inferiores, os outros são mais novos, sentem-se sempre de alguma forma inferiorizados, sentem que não são capazes, que sabem menos que os

outros. Há sempre comparações que se fazem e nos levam a isso. Por outro lado, da parte da escola eu já tive experiências boas e menos boas, não é? As boas é que de facto até há uma certa cultura escolar de toda a comunidade que percebe que é uma criança que precisa de maior atenção, não sem julgamentos, nem sem discriminação, se calhar, até uma discriminação positiva e faz sentido, ou seja, que lhes dão aqui um maior suporte. Como também já tive escolas que, efetivamente, perante jovens, sobretudo aqueles que, por causa destes processos traumáticos, por causa de toda a sua experiência de vida que o trouxe até aqui, enfim, tem um comportamento um pouco mais disruptivos, mais disfuncionais e que acabam por ser visto pela escola como um peso ou com algo extra que não querem lidar, ou que não querem estar. Portanto já tive das 2 experiências, do que é bom e do que é menos bom... mas esta condição de institucionalizado é um fator predominante para esta boa ou má relação com a escola... nós todos temos alguns preconceitos sobre o que era uma criança em acolhimento residencial e já sabemos que os preconceitos muitas vezes levam à discriminação. Preconceitos são crenças erradas que nós queremos generalizar, e, portanto, uma criança que está institucionalizada numa casa de acolhimento é porque é rebelde, é porque é mal-educada, é porque é isto e aquilo e o nosso cérebro muitas vezes faz as generalizações por si, não é? Ou também, é uma criança pobre, não tem o que vestir. Eventualmente pode não ser o processo que nós temos, mas já tive boas experiências, mas está sempre presente, estão sempre presentes estas representações, estes estereótipos que são negativos, mas que estão sempre presentes, nomeadamente neste contexto.

17 Eu. Agora aqui esta questão é assim um bocado enviesada: considera que uma melhor qualificação académica e profissional irá levar a uma melhor integração profissional destes jovens?

18 E16. Sim, sem dúvida, não é? Infelizmente o que eu acho das entidades com competência em matéria de infância Juventude e dos profissionais é que muitas vezes sabem a parte técnica que lhes diz respeito e muito bem, mas depois falta-lhe esta componente extra, nomeadamente no âmbito dos direitos das crianças, que é essencial, não é? Portanto, uma enfermeira que vai trabalhar para um centro de saúde tem obrigatoriamente que ter formação em proteção e direitos das crianças, como tem que saber avaliar, fazer um diagnóstico prévio, ainda que não seja um diagnóstico permitido para acautelar quem trabalha nas creches, quem trabalha nas escolas, quem trabalha em todas as entidades com competência em matéria de infância e juventude, devia ter um currículo, uma disciplina que as capacitasse de forma mais consubstanciada sobre os direitos das crianças e não só de uma forma amadora, ou porque a pessoa tem muita pena daquelas criancinhas, não é? Estes paradigmas que ainda vão subsistindo...

19 Eu. Vamos a uma parte que é muito importante: Sente que nas casas de acolhimento, ou nas casas de acolhimento que conhece e que tem contacto, é feita a preparação para a saída dos jovens do acolhimento?

20 E16. Algumas vão fazendo, mas ainda é uma coisa que merece muito mais investimento no futuro, que é a preparação das crianças para a autonomia de vida e aqui também não só colocando o dedo nas casas de acolhimento e também colocar o dedo nas entidades que regulam esta matéria, porque efetivamente os apartamentos de autonomia que existem, não são propriamente bem acompanhados, e, portanto, traz aqui grande revés. Muitas vezes, claro que os jovens às vezes aos 18 anos querem é sair da casa de acolhimento e, portanto, porque querem o seu sentido de liberdade e a lei permite-lhes isso: que a partir dos 18 anos possam autonomamente sair, mesmo que todos digam que ele não está preparado para sair, portanto se assim é, temos que ser nós profissionais e adultos a prever que quando chegar aos 18 anos, ele não quer continuar connosco e, portanto, temos que ser nós a prepará-lo o melhor possível, para que ele possa sair. Felizmente agora uma alteração à lei que permite a reversão da medida, não é? Portanto, os jovens podem sair aos 18 anos, porque não querem e o processo termina, mas depois se se arrependem pode-se reabrir o processo, no passado não era assim. Ainda bem, porque às vezes os jovens quando saem da casa de acolhimento e depois se deparam com a realidade cá fora é que percebem que a decisão que tomaram não foi a mais ajustada.

Ainda bem que a lei mudou... mas não consigo perceber como é que de 37 ou 38% que habitualmente, os dados CASA [Caracterização Anual do Sistema de Acolhimento] nos dizem, jovens que passam e cujo projeto vida é autonomia de vida, depois vamos ver os números e percebermos que só pelos 17% é que efetivamente vão para autonomia de vida e depois desses 7% é que cerca de um e meio por cento é que teve a oportunidade de passar por um apartamento de autonomia. Se nós pensarmos nos jovens, entre aspas, mais normativos, ou com uma vida mais normativa, duvido que saia aos 18 anos de casa, não é? Duvido que saia de uma forma tão intempestiva de casa, como os nossos jovens aqui, claro, portanto, acho que estes jovens precisavam de uma transição mais calma, mais gradual e que eles pudessem sair das casas de acolhimento, pudessem passar para o departamento de justiça, supervisão de autonomia de vida, de autonomização com supervisão, que os ajudasse a resolver determinadas crises, resolver alguns problemas e tivessem aqui um maior contacto com a realidade, mais gradual, infelizmente não temos esses recursos ainda, mas sim já vão aparecendo algumas experiências, não é? Efetivamente, habitualmente é sempre um bocadinho mais lento do que aquilo que nós gostaríamos, mas já há aqui uma luz ao fundo do túnel.

Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que têm estes jovens?

E16. Como todos os jovens, e nós também por lá já passamos, e as teorias também nos dizem isso, não é? Por exemplo, a moratória psicossocial de Erik Erikson, que o processo de experimentação, da nossa construção da identidade, que nestas fases vai dos 18 aos 20 anos, ainda não sabemos muito bem quem somos, nem o que queremos saber, portanto, às vezes nós ouvimos: "Este jovem não sabe o que quer. Hoje quer ser mecânico, amanhã quer ser padeiro", pois, se calhar, ainda está a descobrir o que é, não acho que seja mau, até é importante que ele procure e veja quais são as possibilidades que existem, mas com esta idade acho difícil eles terem objetivos daquilo que querem ser no futuro, seja em relação à profissão, seja em relação a continuar os estudos, seja em relação aos seus amigos, seja em relação aos seus interesses, seja em relação às áreas todas, porque é um processo que ainda está em construção. Efetivamente, da mesma forma como qualquer outro jovem. Qual é a diferença da construção da identidade? Não é igual para todos, todos nós somos diferentes e temos o nosso lugar. Há quem passa a adolescência de forma mais pacífica, há quem passe mais rebelde, há quem descubra o que quer ser mais rápido do que outros, mas a única diferença que existe entre estes jovens é que enquanto uns têm tempo e têm um contexto para tomar estas decisões e para se descobrir, e, portanto, se não sair de casa este mês, vai para o próximo mês, ou daqui a 1 ano ou até daqui a 10 anos. Estes jovens, muitas vezes, ou porque querem de facto libertar-se também do sistema, ou porque às vezes também no sistema acabam por ser empurrados para fora do sistema... eles ainda não sabem quem são, com um suporte familiar e social muitas vezes um suporte muito disfuncional, e nós às vezes até podemos fazer um bom trabalho durante 3 ou 4 anos, enquanto este jovem esteve na nossa casa de acolhimento, o jovem quer sair e tem esse direito e depois vai todo o investimento que tivemos vai-se perder, porque facilmente ele é embrulhado outra vez na disfuncionalidade do seu contexto. Acabámos por perder tudo aquilo que investimos neste jovem...

Eu. Vamos já para a próxima questão: quais considera que serão as dificuldades, ou as principais dificuldades, que estes jovens vão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

E16. É esta falta de retaguarda, de apoio, eu acho que há 3 grandes áreas na autonomia de vida: que é as competências instrumentais da vida diária, as competências mais pessoais e sociais dos jovens e depois há as competências do seu suporte familiar e social. Eu acho que nós investimos muito nas competências instrumentais, que é saber gerir a casa, saber limpar, saber ir ao médico, saber ir ao Banco, fazer poupanças, gerir dinheiro, portanto, muito nesta base. Eu acho que a maior dificuldade destes miúdos é de facto as dificuldades pessoais e até relacionais e depois o suporte pessoal e relacional, porque são miúdos que vêm com dificuldades muitas vezes em confiar no outro, com dificuldades relacionais pelas perdas e pelos traumas que tiveram, portanto, as soft skills aqui, gostar de si mesmo,

de auto-estima, de saber resolver conflitos, de competências pessoais e sociais de relacionamento com os outros e que precisam de grande investimento e que demoram muito mais a aprender do que as outras mais instrumentais e depois é o suporte familiar e social destes jovens. Enquanto nós, os outros jovens que decidem sair de casa dos pais, mas têm a possibilidade, mas podem sempre voltar, enquanto estes não podem voltar. Têm sempre estes pais ou esta família alargada ou nuclear que lhes vai dando alguma orientação... há aqui algum suporte, não é? Estes jovens do acolhimento residencial, muitas vezes, para além deles próprios, também têm aqui algumas dificuldades emocionais, sociais, pessoais, para ainda aprenderem. Tiveram essa oportunidade, pois quando estavam numa situação de crise, em situações mais difíceis, vão ter este este suporte, este colo, esta ajuda que às vezes até podem dar conselhos menos bons e levá-los a tomar decisões menos corretas.

25 Eu. E agora a última questão: quer contar alguma experiência que considere significativa com crianças e jovens institucionalizados?

26 E16. Tenho várias... talvez uma que me lembro de uma jovem que saiu do acolhimento residencial e foi para a autonomia de vida. Eu até achava que ela tinha aqui algumas competências e depois deparamo-nos com 2 grandes dificuldades: primeiro, uma jovem praticamente nem tinha visitas na casa de acolhimento, depois quando têm uma bolsa, uma prestação social que podem receber. Na altura até pagávamos o valor total, atualmente a segurança social só paga 50% dessa bolsa, que é outra coisa que não faz muito sentido, mas essa jovem, pronto, vivia no seu apartamento próprio e tinha as competências instrumentais todas. De repente, a irmã e o pai começaram a aproximar-se desta jovem, não é? Foi preciso também explicar-lhe que podia obviamente manter os seus contactos com a sua família, que eram tão importantes, mas tinha que ter esta capacidade de se relacionar com eles, mas não se embrulhar outra vez nos problemas do pai, nem da mãe, nem da irmã. Também, claro que se percebe que muitas vezes estas pessoas têm relações instrumentais, ou seja, só se relacionam com os outros quando há um benefício financeiro ou outro que lhes seja vantajoso. Portanto, foi este trabalho que foi preciso fazer com a jovem. Pois também me lembro que ela queria um telemóvel novo e eu aconselhei a não comprar o telemóvel, mas deixei-a comprar. Disse-lhe "Vais comprar um telemóvel e vais chegar a meio do mês e não vais ter dinheiro para a tua sobrevivência". Foi um processo pedagógico, não é? Enfim, ela comprou o telemóvel novo e chegou ao meio do mês e não tinha dinheiro para o resto do mês, portanto, eu aproveitei esse espaço para com ela percebermos que tinha que fazer uma outra gestão, outra gestão da aprendizagem. Felizmente esta jovem teve a oportunidade de passar por este processo de acompanhamento da autonomia... aqueles que muitas vezes saem das casas de acolhimento e depois não têm este acompanhamento pós, acredito que seja de facto muito violento e por isso é que depois a sua vida acaba por não ter um percurso muito embrulhado, muito desfavorável, porque se embrulham em várias coisas...

27 Eu. Muito bem. Muito, muito obrigada.

Entrevista 17
Técnico CPCJ

Eu. Boa tarde. Muito obrigada por me conceder esta entrevista. Vou começar por lhe perguntar qual é a sua profissão?
E17. Psicólogo numa comissão de proteção de crianças e jovens.
Eu. Qual é a sua função na Comissão?
E11. Presidente da CPCJ e também gerir processos de promoção e proteção.
Eu. Quantos anos tem de contato com crianças e jovens em risco/perigo?
E17. Ora deixe-me cá ver... sete.
Eu. Desde que está na CPCJ?
E17. Sim, antes não tinha contacto... em funções anteriores nunca tive contacto com crianças e jovens em perigo.
Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento? Suponho que o mesmo tempo?
E17. 7 anos.

Eu. Muito bem. Então agora eu vou fazer 2 conjuntos de questões: o primeiro conjunto refere-se a perceções relativas à experiência de acolhimento. Pressuponho que tem contato com casas de acolhimento. Concorda com as regras regulamentos das casas de acolhimento? Vai falar sempre sobre a sua perspetiva, sobre a sua experiência.
E17. Pronto, não posso dar uma resposta objetiva a essa questão porque não conheço os regulamentos de todas as casas de acolhimento, porque cada casa tem os seus regulamentos internos, mas teoricamente concordarei com os regulamentos que eles têm, porque têm que cumprir os requisitos legais, não é? Principalmente proteger as crianças e jovens que são acolhidas nessas instituições, ou seja, relativamente às regras e regulamentos que são decididos pelas direções das casas não tenho nenhum conhecimento assim mais profundo, mas os regulamentos não podem ser contrários à lei, portanto, e como é o que está estipulado pela lei, concordo.

Eu. Considera que as crianças/jovens institucionalizados devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E17. Concordo, principalmente quando têm já, como está previsto na lei, têm mais de 12 anos, também têm que dar o consentimento para a intervenção da Comissão, no tribunal não, mas estando numa instituição em qualquer idade devem ser ouvidos, não é? Em qualquer idade... e depois a partir de uma certa altura em que o jovem está a atingir a maturidade de poder decidir, saber o que é melhor para ele, sim, devem participar. A instituição deve promover essas participações.

Eu. Agora vou-lhe fazer a pergunta ao contrário: considera que as crianças/jovens em instituições são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?
E17. Depende da instituição: há instituições que promovem essa participação, outras que não promovem e outras que não promovem nem deixam de promover, porque simplesmente os jovens andam na instituição até fazerem os 18 anos e não os questionam.
Eu. Para além das instituições de acolhimento, considera que as outras instituições, quer as entidades de primeira linha, quer as CPCJ, quer os tribunais, envolvem as crianças nas decisões relativas ao seu projeto de vida?
E17. Penso que não, porque deixam isso para os técnicos da instituição e para os técnicos que estão com as crianças todos os dias... e estes é que devem fazer um projeto de vida em conjunto com as crianças para eles e até com os pais, se for possível, ou com outros familiares, para quando eles fizerem 18 anos, haver um caminho a seguir: seja na instituição ou não, há muito trabalho...

Eu. Vamos entrar na segunda parte das questões. Qual considera ser a relação que os jovens institucionalizados estabelecem com a escola?

E17. Os jovens institucionalizados estabelecem com a escola, na minha perspetiva, em princípio uma relação de mais compromisso, do que quando não estavam na instituição, mas isto é em princípio, nem sempre é assim, mas aí depende também dos técnicos da instituição se envolverem, não é? No processo de promoção e proteção que estará a decorrer no tribunal ou na CPCJ, mas penso que os jovens institucionalizados dão mais valor à escola do que quando não estavam numa instituição. Há regras, em princípio, não é? Que se eles não cumprirem vão ter sanções e esse é o objetivo dos técnicos que trabalham com esses jovens, é realmente através de sanções ou de reforços positivos, fazerem com que os jovens valorizem mais a escola e penso que, não digo em todos, mas em muitos casos isso acontece, ou seja, o jovem estabelece uma relação mais saudável com a escola do que antes de ir para a instituição ou se estivessem em meio natural de vida. Considero que esta condição de institucionalizado se torna uma oportunidade para ter um melhor percurso educativo, do que se estivesse em meio natural de vida. Por várias razões: por vezes são os pais que não promovem essas condições e eles não valorizam a escola e por outras vezes, aliado a isso, o próprio jovem a partir dos 13/14/15 anos também começa a não valorizar a escola e indo para a instituição é uma oportunidade que ele tem para começar a valorizar o seu percurso escolar. Muitas vezes isso acontece, a institucionalização, a condição de institucionalizado como oportunidade e não como um castigo.

Eu. Muito bem. Considera que uma melhor qualificação académica/profissional irá levar a uma melhor integração profissional destes jovens no futuro?

E17. Sim, considero. Na sequência daquilo que disse anteriormente, o nosso sistema de ensino com a escolaridade obrigatória até ao 12º ano, já para prever essas situações. Nem mesmo os jovens que estão na instituição, que podem chegar um pouco mais tarde e podem chegar aos 18 anos sem o 12º, sem a escolaridade obrigatória, mas na instituição têm a possibilidade de não ter que ir trabalhar logo e poder fazer a escolaridade obrigatória e depois tirar uma licenciatura ou até um mestrado. A instituição poderá ser uma oportunidade para uma melhor qualificação...

Eu. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens do acolhimento?

E17. Pois... aí vem ao encontro do que eu disse já anteriormente, depende da casa. Há casas que fazem esse processo, há casas que não fazem, mas que fazem os jovens aos 18 anos? Se têm um projeto de vida definido, que pode depois ser ou não cumprido, depende das circunstâncias de vida e há casas onde chegam aos 18 anos e não há projeto nenhum. Depende... não consigo dar uma resposta objetiva... da experiência que tenho, considero que há instituições que fazem esta preparação, este trabalho de preparação e que há outras que não, que não o fazem.

Eu. Muito bem. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens institucionalizados têm?

E17. Os objetivos... na maioria os objetivos podem ser... na maioria dos casos dos jovens têm o objetivo de começar a trabalhar e de ter uma autonomia em relação à instituição e aos pais, não é? Porque a família que existe... há objetivos pessoais... eu penso que nem eles próprios sabem bem, não é? Querem trabalhar e depois estarem autonomizados e seguir a vida deles. Em relação a essa questão da preparação para a vida... também tem a ver com isso, a casa de acolhimento fez esse projeto com ele, ele vai ter uma perspetiva, se não fez, não vai ter nenhuma ou um bocado enviesada da realidade. Em relação às casas que fazem ou não esse projeto também queria acrescentar que por vezes não fazem porque não têm técnicos suficientes para as crianças que estão lá. É mais uma experiência que eu tenho: é mais comum ver esses projetos feitos em casas de acolhimento que têm um rácio de crianças na instituição para o número de técnicos poderem... um técnico com um rácio adequado para poder fazer esse projeto com cada uma das crianças que acompanha... nas casas com muitas crianças para os técnicos que existem, esse projeto que os técnicos não conseguem fazer.

Eu. Considera que estes jovens têm objetivos que são diferentes dos outros jovens que não estão na instituição, têm objetivos diferentes?

E17. São jovens normais... como um jovem que está numa família... muitos jovens têm essa pretensão de se autonomizar e querer ir trabalhar, claro que há mais jovens que estão nas famílias que também querem ir para a universidade e se formos a uma instituição esse número vai ser menor... mas isso deve-se às vulnerabilidades que estes jovens possam ter: a falta de retaguarda, depende do contexto familiar de onde vem, porque se for um jovem filho de pais que também não estudaram, têm poucas habilitações, ele não vai valorizar, não é? Também há jovens que são filhos de pais com poucas habilitações, mas há jovens que são filhos de pais com habilitações superiores e na instituição também haverá poucos, mas se fizermos um estudo sobre isso, até era interessante, podemos constatar que existem poucos comparado com os outros...

Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades que estes jovens irão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

E17. Quando saírem de lá, se tiverem um projeto de vida definido, vão encontrar muitas dificuldades, porque vão sair com um projeto idealizado, não é? E já a operacionalidade, a realidade... vão sentir bastantes dificuldades na integração na família ou para onde irão, não é? Porque eles não podem e no meio laboral também, vão tentar procurar emprego sem habilitações, sem nada que os promova profissionalmente e vão encontrar bastantes dificuldades e podem-se até envolver no percurso que muitos levavam quando foram para essas casas: delinquência juvenil. As 2 principais dificuldades então que encontro é a nível das relações sociais, não é? Das relações de apoio, das relações sociais de apoio e ao nível profissional. São estas as 2 principais, porque se os jovens voltarem às relações que tinham antes de ir para a casa de acolhimento, que muitas vezes eram a delinquência, não é? Os outros miúdos que não foram para a instituição, mas também assumem comportamentos desviantes, claro que vão encontrar dificuldades a nível profissional ou nem vão tentar encontrar emprego ou um trabalho...

Eu. Agora a última questão: quer contar alguma experiência que considere assim mais significativa no contacto que já teve com crianças/jovens institucionalizados?

E17. Há várias, pronto, que já aconteceram, mas posso falar de um jovem que que veio aqui à comissão já por volta das 5 da tarde, a dizer que não queria voltar para casa, porque o jovem andava até no 12º ano no curso de informática, era bom aluno e vivia com a mãe e com o padrasto e o pai estava em França. Ele veio aqui, disse que não ia voltar para casa, mostrou algumas fotografias da residência, realmente estava com pouca higiene. Fomos lá com ele a casa, o homem [padrasto] e a mãe não estavam, mas nós ligamos e eles foram lá ter connosco. Estavam a trabalhar mais para o norte, não me recordo onde. Vieram para cá, acabaram por não dar consentimento e a criança, o jovem, pois já tinha 16 a fazer 17 anos, foi institucionalizado na mesma, não é? Ele também recusava ir para casa, a mãe estava grávida do companheiro e tinha outra filha do companheiro e deu a entender que também estavam a pôr este jovem um bocado de parte. Além da casa, que realmente não tinha assim higiene, que deveria ter, mas acima de tudo, não estavam a dar atenção a esta criança, portanto ele queria viver com os avós, que viviam em (...) e ele quase nem relação tinha com os avós. Depois a instituição terá feito esse trabalho para ele realmente ter ido viver com os avós... E ele acabou por dormir ali na esquadra nessa noite, na esquadra aqui (...) porque a instituição que nós arranjamos foi através da emergência social e era em (...) e não fazia sentido ele estar a ir um dia para (...) quando no dia seguinte ele podia ir aqui para uma instituição perto... e acabou por ir para (...)... já não soube o que lhe aconteceu, quer dizer, passados 2 meses ou 3 meses ele ainda estava na instituição, porque a instituição estava a fazer esse trabalho com os avós de ele começar a ir lá aos fins de semana, para ele viver para lá, mas também para ele acabar aqui o percurso formativo que estava quase a terminar o 12º. Pronto, esta é uma das experiências que eu me lembrei agora... foi o próprio jovem que nos procurou, ou seja, ele tomou uma decisão relativamente à sua própria vida, não é? Não foi nenhuma instituição, não foram os técnicos, não foram outros adultos, foi ele próprio. O pai vivia em (...), ainda falámos com o pai nesse dia, o pai também não se opôs a ele sair de casa e.... pronto mas também percebeu a situação do filho e, pronto, ele foi para a instituição, foi acolhido.

Eu. Muito obrigada. Boa tarde.

E17. Boa tarde e bom trabalho.

Entrevista 18
Técnico CPCJ

Eu. Boa tarde. Em primeiro lugar queria agradecer-lhe por me conceder esta entrevista. A sua profissão?
E18. Professora.
Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em risco?
E18. Por ser professora, todos os anos tenho contacto com esse tipo de criança... por isso há mais de 25 anos que dou aulas... a formar crianças e jovens.
Eu. E anos de contacto com crianças e jovens institucionalizados?
E18. Em 2009 estive na CPCJ e aí com um contacto mais direto com crianças e jovens em acolhimento residencial, porque às vezes os diretores de turma são quem mais contacta... a contar com as crianças institucionalizadas. Tenho o privilégio de poder dar aulas a turmas em que não existem tanto. O tempo da Comissão [CPCJ], da altura da comissão aí sim tinha mais esse contacto, esse contacto, que foi durante 4 anos, é esse o período em que mais contactei, em que tive mais conhecimento.

Eu. Muito bem. Então pelo contacto que teve/tem com casas de acolhimento residencial, da sua experiência, é sempre baseado na sua experiência, do conhecimento que tem, concorda com as regras e regulamentos das casas de acolhimento?
E18. Penso que cada casa [de acolhimento] terá as suas regras. Vou ser sincera, não conheço ao pormenor esses regulamentos para poder ter alguma consideração, até porque dentro da minha área geográfica é só uma em particular, que havia um contacto maior. Não posso, não consigo mesmo exprimir alguma ideia... da legislação, do que está estipulado na legislação, eu acho que é como qualquer lei, não é? Deve haver coisas acertadas em prol, a favor das crianças, outras que devem ser absurdas, mas como qualquer lei, até as do trânsito podem ter essas aberrações. Eu acredito que quem faça as leis, as faça com a melhor das intenções e sempre em prol do bem maior da criança. Agora se elas às vezes são cumpridas rigorosamente, por exemplo, a questão da privacidade das crianças, as crianças terem direito a uma pequena bolsa mensal para poderem comprar o que quiserem, a terem contactos com a família e com o exterior, tudo isso está elencado na lei, até às vezes, a relação que a própria instituição tem com a escola, às vezes nem sempre é a mais saudável, mas lá está, eu acho que cada instituição é própria a fazer as suas regras. Posso estar aqui a ser injusta se generalizar tudo, se generalizar...

Eu. Muito bem. Considera que as crianças e jovens institucionalizados devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E18. É evidente que depende da idade da criança, como é lógico, mas é evidente. O facto de estar institucionalizada não quer dizer que não tenha opinião, é o futuro delas que está em jogo, elas são a razão de escolher o próprio futuro, não é? De facto, não é como se fosse a mãe e o pai a dar alguma diretiva para a vida da criança? É evidente que a criança tem que estar, tem que participar na decisão, claro.

Eu. Agora vou-lhe fazer a pergunta ao contrário: considera que as crianças e jovens são envolvidos na tomada das decisões mais importantes na sua vida ao longo do acolhimento?
E18. Lá está, também não sei, eu acho que também pode depender da criança. Há crianças que já mostram uma maturidade muito grande, que já mostram uma ideia muito segura do que querem, outras, se calhar, nem por isso, é preciso mais um conselho e o que disserem pode ser mais relativizado. É como se fosse um filho: pode haver um filho que que diga um disparate e não vai ser esse o projeto de vida... o pai ou a mãe poderem dizer, comentar, não é? Não é obrigá-lo a fazer alguma coisa, mas mostrar-lhes os prós e os contras do seu projeto de vida... exatamente... ou seja a participação das crianças e dos jovens não deve estar condicionada ao facto de eles terem esta condição de institucionalizados... não, de maneira nenhuma. Como eu disse, é como na família: as crianças também participam e depois os adultos decidem... a partir de determinada idade os pais estão na retaguarda, nunca os abandonam... é como na instituição... também é assim: se for preciso aprenderem dando algumas "cabeçadas", também acho que fazer... não a superproteção, para mim também é muito mau, não é? Por isso, assim aprende-se com "cabeçadas" e aprende-se com os fracassos, por isso acho a que instituição, lá está, faz o papel aqui de pais: ampara, está na retaguarda, pode aconselhar, mas não, decidir um projeto de vida.

15 Eu. Muito bem. Como considera ser a relação que os jovens institucionalizados estabelecem com a escola?

16 E18. Eu acho que são sempre um bocadinho marginalizados... os miúdos são muito cruéis com eles... os próprios pares. Este ano em particular. tinha uma aluna institucionalizada, teve azar na turma que estava, sempre muito sozinha, muito à parte, os pares não se sentiam confortáveis. Se calhar, noutra turma poderia ter tido mais sorte, aquela miúda teve azar, mas acho que havia de haver um cuidado a fazer-se as turmas para e l e s já são tão prejudicados em não poderem ter no final do dia uma mãe e um pai e ainda mais ser excluídos... por isso é mau, mas por parte dos pares, não por parte dos docentes, acho que, até certo ponto, eu aposto que temos outro carinho, outra maneira de ver os miúdos... vou-lhe chamar "uma atenção, uma compreensão positiva" por ser uma criança institucionalizada... a relação que eles estabelecem com a escola... valorizam a escola, sim eu acho que cada criança é mesmo uma criança única, temos muitos que têm uma família "normal" e que não ligam nada à escola, às vezes até temos o caso de 2 irmãos: um é superestudioso, responsável, "direitinho" e o outro até é um "baldas", portanto, este ano que a memória está mais fresquinha, a aluna [institucionalizada] era muito interessada. Numa altura que não tinha o caderno de atividades, por isso eu arranjei as folhas e uma pasta... achei isso estranho a instituição não ter 5 ou 6 euros para comprar um caderno de atividades, mas, pronto, eu arranjei-lhe as folhas para trabalhar, ela aplicada. Houve uma altura em que dei a sugestão de um trabalho. Ela, por autonomia própria, e com a ajuda de pessoas da instituição, lá me trouxe esse trabalho... portanto s e calhar em termos até de educação, estão mais bem protegidos do que muitos outros nas suas famílias, ou seja, esta condição de institucionalizado até se pode tornar como um fator positivo e de proteção, para a relação que eles estabelecem com a escola acho que sim, até porque, lá está, na instituição é evidente que as pessoas que lá estão, dão valor ao ensino, dão valor à educação, do valor da escola, uma coisa que, infelizmente, em muitas famílias isso não acontece, por isso se eles estivessem em meio natural de vida, a relação com a escola podia ser diferente.

17 Eu. Muito bem. Considera que uma melhor qualificação académica/profissional irá levar a uma melhor integração profissional destes jovens no futuro?

18 E18. Como em qualquer outro miúdo.... qualquer formação adicional que se tenha, qualquer cultura que se tenha... é sempre uma mais-valia. Mais uma vez, não é esta condição [de institucionalizado], de maneira nenhuma, não é?

19 Eu. Considera que nas casas de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens?

20 E18. Eu penso que sim. Eu penso que sim... até porque muitas vezes, porque eu como percebi, as crianças trabalham mais na divisão de tarefas, têm uma parte de responsabilidade dos seus materiais, das suas roupas, porque, muitas vezes, em casa não têm e muitas vezes eu noto, cada vez mais, as crianças estão um "poço" de mimo, um "poço" de inutilidade. Penso que estas crianças, um dia que tenham de viver sozinhas, estão muito mais autónomas e muito mais competentes. Acho que nas instituições se ganha nesse aspeto formal mais para a vida, para o dia a dia...

21 Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm para o futuro?

22 E18. Mais uma vez, cada um pensa da sua maneira: acho que tanto podem ter altas expectativas, às vezes, até coitadinhos, lembro-me de alguns que sonhavam com profissões bem altas e que realmente dificilmente eles podem conseguir, porque a nível intelectual e, se calhar, até por uma questão genética, não é? Eu lembro-me, já há muitos anos, tive um [aluno] com síndrome alcoólico fetal, ele nunca poderia vir a ser um grande engenheiro, outra coisa qualquer mas é assim: as expectativas acho que se vão criando e... como disse há vários caminhos para delinear um futuro. Eu acho até muito mais importante os professores que apanham pela frente durante os 12 anos de escolaridade que têm, acho que isso influencia muito mais um percurso de vida do que a própria instituição... as 2 instituições mais importantes para estes jovens são realmente as casas de acolhimento e a escola e se houver um trabalho colaborativo... que que estes jovens não é esta condição de institucionalização que vai condicionar, às vezes até vai proporcionar outras oportunidades que não teriam, sem dúvida...

Peço desculpa... uma curiosidade: no ano passado, um aluno de uma família com poucas possibilidades e já no último dia de aula estávamos a perguntar onde é que cada um ia de férias e ele com os olhinhos a brilhar disse-me que ia ao shopping. Era isto… até arrepia… era o grande dia de ir ao shopping. Estamos a falar de uma escola que é no centro de (...) e que até se pode ir ao shopping a pé. Provavelmente uma criança de uma instituição tem possibilidade de ir a parques temáticos, a viagens, até a Lisboa... quer dizer que acabam até por ter mais oportunidades que muitas outras crianças que estão nas suas famílias biológicas.

23 Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades que estes jovens irão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

24 E18. Infelizmente, se calhar, na sociedade que nós temos, como é que eu vou dizer isto, são sempre postos de parte. Uma criança que se soubesse que veio de uma família de acolhimento, que esteve institucionalizado, quase que sempre é conotado como marginal, não é? E às vezes não se pensa no porquê que ele esteve na família de acolhimento. Eu acho que as maiores dificuldades que têm são dificuldades... como disse... de estigma da sociedade, de preconceitos. É evidente que eu muitas vezes, mal ou bem comparado, no início dos anos letivos temos sempre reuniões com os diretores de turma, com as professoras do 1.º ciclo, para darmos, às vezes, um bocadinho como é o perfil do aluno. Se essas reuniões, às vezes, são boas, porque vamos conhecendo um bocadinho o aluno, por outro lado, também já escutei... eu já tive apontamentos que fiz que era muito bom, era um excelente aluno e acabou por não ser e vice-versa, que era muito irrequieto e não sei quê, e, afinal, era um "doce" de menino, por isso a sociedade "carimba" as pessoas antes de as conhecer. Isso é realmente um defeito enorme, temos que combater aqui dentro [na escola], que não é de um dia para o outro que se mudam mentalidades, que demoram anos, mas esperemos que um dia sejamos todos iguais e possamos todos ter as mesmas possibilidades, vínhamos de onde viermos.

25 Eu. Muito bem. É a última questão: quer contar alguma experiência que considere significativa no contacto que mantém com crianças e jovens institucionalizados?

26 E18. Eu fui contando, não é? Acho que fui contando essas experiências que tenho tido... alguma marcante... esta última desta miúda, que ainda por cima soube que estava institucionalizada e tinha vindo de uma família de acolhimento. A família de acolhimento acho que não a queria... outra coisa: se por um lado era importante todo o conselho de turma saber algumas coisas, até para compreender melhor as situações, valorizar umas em detrimento de outras, achei que muitas vezes o diretor de turma não contava as coisas... também é evidente que percebo a privacidade, percebo que agora, com o RGPD, os direitos de preservação dos direitos ou da privacidade, compreendo isso. Às vezes os professores, também somos humanos, não somos todos iguais, se pode haver um, se calhar, até que tem mais cuidado pelo facto do aluno ser institucionalizado, pode haver outro que para ele é indiferente, mas eu acho importante sabermos algumas coisas, vamos compreender melhor... mas... tive muita pena dessa miúda e às vezes tinha o cuidado, quando todos iam embora, como disse já há bocadinho ela tinha poucos amigos, ficava sempre no final da aula, ficávamos sempre as 2 a conversar um bocadinho, mostrava-me alguns desenhos, eu fazia muito reforço positivo, porque era a única maneira, que eu acho, que ela tinha algum consolo e acabávamos sempre com um abracinho... é o que se pode fazer.

27 Eu. Muito bem. Muito, muito obrigada.

28 E18. De nada.

Entrevista 19
Técnico de projeto

Eu. Boa tarde. Muito obrigada por me conceder esta entrevista. A sua profissão?
E19. Psicóloga.
Eu. Há quantos anos tem contacto com crianças e jovens em risco?
E19. Desde 2004.
Eu. E anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento?
E19. Então… mais ou menos desde que iniciei a minha atividade, não é?

Eu. Sei que é elemento de uma comissão de proteção, de uma CPCJ no distrito do Porto… Então eu vou-lhe fazer 2 conjuntos de questões. Vamos à primeira parte: tem contacto com crianças e jovens em acolhimento, por isso se tem contacto eu gostaria de saber se concorda com as regras e regulamentos das casas de acolhimento?
E19. Com a experiência que tenho, do conhecimento que tenho, concordo com algumas, não é? Outras acho que já deviam ser atualizadas à nossa época, não é? Parece-me que ainda são muito específicas de tempos antigos, não é? Não houve evolução… por exemplo, claro que depois cada casa □de acolhimento] é um caso, não é? E obedece a uma análise também particular, mas por exemplo: o uso do telemóvel, as tarefas domésticas, a rigidez, sei lá… Por exemplo, estou-me a lembrar de uma situação mais recente: a questão até das roupas da lavandaria, é muito ainda autoritário, não é? Uma coisa imposta, que não é em nada o que é uma família, aquilo que nós vivemos, pronto, no lar, na habitação das famílias, e criam distanciamento. Até por exemplo a questão da alimentação, também sei que nem todas as instituições funcionam da mesma maneira e há aquelas que já são muito mais flexíveis, mas aqueles horários rígidos de comer e fora disso não há comida; a questão do uso do telemóvel, pronto, sei lá, não me está a ocorrer mais nenhum… mas, por exemplo, essa questão do vestuário, as crianças não terem a sua própria roupa, por exemplo algumas têm e até se adquire roupas, que é uma evolução: comprar roupa que eles gostem, mas, por exemplo, a questão de ter aquela formalidade da lavandaria, da etiquetagem, de terem elas que, às vezes, até apoiar nesse processo. Portanto, eu percebo que isso é organização, não é? Mas é demasiado imposto, pronto, não é? Eu até me estava a lembrar, por exemplo, as regras de televisão, por exemplo, em algumas □casas de acolhimento] lá está… até há horários específicos em que podem ver televisão. Eu acho que é demais, não é? A televisão podia ser vista, pelo menos, alguns canais, pronto, não é estar uma tarde inteira e não poder ver televisão, por exemplo.

Eu. Considera que as crianças e os jovens institucionalizados devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E19. Ora bem isso tem que ver com a idade, não é? Temos a noção que se falarmos de um adolescente de 16 não é a mesma coisa que falar de uma criança de 8, não é? Do meu ponto de vista, quanto maior for a idade, maior a participação no seu projeto de vida. Pronto, pelo menos ouvir e fazê-lo sentir parte dessa decisão, desse projeto, mesmo que aquilo que sejam as intenções deles não sejam consideradas as mais adequadas, é uma oportunidade para ouvir o que está no pensamento deles, portanto, a decisão de fazê-los acreditar de que o caminho, no fundo, não pode ser aquele; explicar as razões, portanto, é dizer que eles é que vão escolher o projeto vida e isso tem de ser feito em conjunto, numa lógica de eles compreenderem as razões, não é? Poderão aceitar melhor e estar mais motivados realmente para que alcancem esse objetivo… a questão do projeto de vida, não é? Vão estar mais implicados, que sejam ativos desta decisão…

Eu. Agora vou-lhe fazer a pergunta ao contrário: considera que as crianças e jovens institucionalizados são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?
E19. Nem sempre, acho que nem sempre e quando são, se calhar, é mais da sensibilidade dos técnicos, que possam estar envolvidos, portanto não é uma regra. De vez em quando são, talvez por essa sensibilidade que possa acontecer nas pessoas que estão a trabalhar com aquele processo, não é? Não é uma prática que seja comum, por vezes até acontece, mas não é tantas vezes quanto deviam ser.

15 Eu. Muito bem. Já estamos na segunda parte das questões. Como considera ser a relação que os jovens institucionalizados estabelecem com a escola?

16 E19. Pronto, é outro tema que e eu acho, portanto… não é a relação deles com a escola… até pode ser diferente, mas mais diferente é a relação da instituição para com a escola. Lá está, não representa sequer uma relação mais semelhante à família, não é? É mais distante… muitas vezes são mesmo marginalizados e isso nota-se mesmo que são institucionalizados, porque ou vão sozinhos ou vão a pé □para a escola]. Portanto, é como se estivessem quase entregues a eles mesmo e se representassem a si próprios na escola… Com a escola… da experiência que tenho… muitos já são retirados, porque também têm, já apresentam alguns problemas na escola… Na escola são alunos como os outros, pronto, obviamente se eles tiverem problemas de comportamento prévio, anteriores, vão manter, mas pronto também não sinto que eles tenham privilégios ou alguma atenção diferente por serem institucionalizados. Podiam ter, não é? Ajustados, não é? Obviamente a retaguarda deles é diferente… e lá está já são rotulados, por serem institucionalizados, não é? Se forem bons alunos… mas realmente se fizerem uma asneira, não é? Acho que é mais enfatizada, exatamente, por essa condição de institucionalizado, não é? Portanto, acho que a postura da escola é diferente por eles serem institucionalizados.

17 Eu. Esta questão é assim um bocadinho enviesada: considera que uma melhor qualificação académica/ profissional irá levar a uma melhor integração profissional destes jovens?

18 E19. Considero que sim. Se eles frequentarem mais tempo a escola, não é? Se tiverem um percurso, quanto maior for o percurso académico, em termos até das qualificações, vai abrir maiores... mais portas para o mercado de trabalho. Ora, à partida, vai favorecer a condição deles em termos de integração socioprofissional… mas isso acontece também com os outros jovens, é para toda a gente. Não é por serem □institucionalizados], agora é o contrário: partindo do pressuposto que eles não teriam, não terão retaguarda familiar, eles vão ter que considerar, não é? Vão contar com eles próprios, não é? Isso é uma agravante, não é? Portanto, sei lá, uma pessoa desempregada se tiver os pais e que vive desempregado, se não tiver ninguém, não é? É mais complicado, portanto, nessa questão, que não tem propriamente a ver com o ensino, mas que favorecerá uma condição socioeconómica melhor, para quem não tem retaguarda, se calhar, no caso deles, mas isso é igual para todos… eles é que estão, pronto, numa situação de menor, de mais, claro, vulnerável…mais vulneráveis.

19 Eu. Muito bem. Sente que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens, partindo sempre das suas experiências»?

20 E19. Eu acho que, em alguns sítios, sim, mas talvez a maioria não, principalmente quanto maior for a instituição, não é? Se calhar, há menor preparação, ou não é feita. Da minha experiência assim, eu acho que não é muito bem feita.

21 Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm para o futuro?

22 E19. Sei lá, depende muito das crianças… depende… dos que conheço e passaram por mim, alguns que de lá saíram □da casa de acolhimento], foram logo requerer o RSI □Rendimento Social de Inserção]. Por exemplo, eu já conheci outras situações em que até seguiram para a faculdade, não é? Não há aí, sinceramente, não encontro uma regra.

23 Eu. Mas da sua experiência profissional, qual acha que são os objetivos destes jovens? São objetivos como têm qualquer outro jovem ou são diferentes? Esta condição □de institucionalização] vai influenciar mais as aspirações do que eles podem fazer no futuro? Por exemplo, acha que eles têm como objetivo ter uma casa, ter uma família, ter um emprego?

24 E19. Alguns sim. Conheço alguns que sim, mas, na maioria, se calhar, não, eu acho que, lá está, tem muito a ver com os anos, a quantidade de anos que estiveram institucionalizados também, não é? O tipo de influência que tem a família, não é? As origens, tem muito a ver, eu acho que tem muito a ver com isso. Infelizmente, a tendência é reproduzir um pouco aquilo que já foi, portanto, se calhar, eles nãotêm assim muitas aspirações, pronto, e os que não têm, por exemplo contacto com a família, e que o projeto de vida será mais autonomização, nesses, lá está, também se pensa na autonomização quando já se percebe que são, não é?

Jovens mais, pronto, lá está, mais autónomos, com um projeto de vida diferente, que visa precisamente a autonomia, portanto, nesses é completamente diferente e esses serão aqueles que têm as competências, não é? E objetivos de vida, pronto, mais adaptáveis, mais inclusivos, não é?

Eu. Quais considera que serão as dificuldades que os jovens irão encontrar quando saírem da instituição?
E19. A habitação, não é? Onde ficar, não é? Se saem com um emprego ou não. Aí os obstáculos são muitos, não é? Se não foram preparados antes… portanto, lá está, a habitação, a sua subsistência, a própria retaguarda, não é? Muitos ficam completamente sozinhos e a quem é que vão procurar ajuda? Portanto, acho, a não ser que já se tenha, lá está, trabalhado para que isso seja bastante… lá está, vão encontrar muitos obstáculos.

Eu. Muito bem. Agora a última a última questão: quer contar alguma experiência que considere significativa no contacto que mantém ou manteve com crianças e jovens institucionalizados?
E19. Pode ser de algum □jovem acolhido], que tenha saído ou que ainda não tenha?
Eu. Pode ser qualquer um. É uma resposta livre, responde como quiser.
E19. Pronto, por exemplo, estou-me a lembrar de uma situação agora… houve uma menina… temos aqui uma miúda que foi retirada quando nasceu, porque os pais eram toxicodependentes e foi entregue a uma família idónea, que praticamente assumiu, que seria uma adoção, e que na verdade não aconteceu. Depois a mãe conseguiu recuperar-se. Esteve 8 anos "em luta" □processo judicial] para conseguir ter a menina. Esta mãe não conseguia ter uma vida com qualidade com os filhos. Entretanto esta criança teve sempre aqui a questão de ter 2 famílias. Era muito complicado, ela própria, mais irreverente do que os irmãos. Nós percebemos, num campo de férias, que ela se automutilava. Percebemos que a relação com a mãe, com o pai, com os irmãos estava muito complicada. Ela já faltava à escola, a mãe trabalhava à noite, o que não permitia também que acompanhasse ali uma série de questões a nível escolar. Perceberam todos □técnicos e nomeadamente a CPCJ], que a situação realmente estava muito, muito complicada. Mãe e filha estavam mesmo numa rutura muito grande, há muito tempo em termos de relação. Então aquilo que se pensou foi a institucionalização e que talvez fosse melhor. A menina não queria, mas de facto, foi um choque muito grande para ela. Lá está, a instituição com regras muito apertadas: os telemóveis, essa questão do vestuário, ou até os momentos em que estão na sala de convívio. Portanto, aquilo é tudo menos a ideia de que elas têm de uma casa e foi o que foi muito difícil… ela assumir aquilo como a sua própria casa, mas a partir do momento, eu acredito que ainda seja um problema para ela… uma das vantagens que trouxe a institucionalização foi o acompanhamento técnico, não é? Diário, digamos assim, ela conseguiu criar, portanto, toda aquela ajuda que ela precisava para gerir ali a questão ansiedade. Ela conseguiu ter quase que diariamente, ou mesmo diariamente, com a equipa técnica da instituição e curiosamente esse acompanhamento permitiu que ela cumprisse. Mantiveram-na na mesma escola, ela tem tido sucesso escolar… Estive com ela recentemente e terminou agora o nono □9.º ano de escolaridade], depois de algumas reprovações. Lá está, conseguiram trabalhar o projeto de vida com ela, no sentido de seguir o secundário, encontrar uma área que ela gosta, portanto, aqui neste caso, pareceu-me que o trabalho técnico, não é? Esta possibilidade de trabalho constante, trouxe a harmonia que esta criança precisava para ter um projeto de vida que passe pelos estudos, por trabalhar onde quiser. Portanto, acho que uma boa instituição é uma oportunidade de mudança, sim, e, principalmente, de acompanhamento, não é? De mudança… lá está, ela já tinha reprovado 2 ou 3 vezes e já conseguiu criar objetivos, no sentido de continuar os estudos e depois vir a trabalhar, não é? Pronto, isto é uma situação muito recente.
Eu. Muito obrigada:
E19. Se precisar de mais alguma coisa, estarei disponível. Bom trabalho.

Entrevista 20
ECMIJ

Eu. Boa tarde.
Muito boa tarde. Muito obrigada por me conceder esta entrevista. A sua profissão?
E20. Psicóloga escolar.
Eu. Quantos anos tem de contacto tem com crianças e jovens em risco/perigo?
E20. Se calhar desde que terminei a licenciatura em 2005. Comecei a trabalhar nessa altura, portanto, desde aí.
Eu. E contacto com crianças e jovens em acolhimento? É o mesmo período?
E20. Não. Deixe-me pensar... quando vim para a escola, se calhar a partir de 2010, talvez, porque inicialmente... com jovens em acolhimento, portanto, desde, 2010, mais ou menos com contacto direto na gestão dos casos, ao nível mais educacional, porque eu trabalho, desde que vim para as escolas, muito com educação especial, com a educação inclusiva, e, portanto, acaba por ser uma lógica mais indireta.

Eu. Muito bem. Eu vou fazer-lhe 2 conjuntos de questões: Tem contacto com casas de acolhimento? E do contacto que tem, quero que fale sempre da sua experiência, concorda com as regras e os regulamentos das casas de acolhimento?
E20. Não sei se conheço o suficiente... mas do que conheço... depende também de cada casa. Cada casa terá as suas próprias regras e irá ajustar à realidade que tem, do conjunto de miúdos que tem. Parece-me que faz todo sentido... pelo que eu conheço, não é? Mas pelo que eu conheço, as regras são adaptadas ao público... às faixas etárias, pronto, e mesmo as questões mais problemáticas dos próprios miúdos, adaptam as regras, e, pelo conhecimento que tenho, também são ajustadas de alguma forma às idades.

Eu. Considera que as crianças e jovens institucionalizados devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E20. Claro que sim, como qualquer jovem, não é? Como qualquer miúdo, em acolhimento ou não, deve participar nas negras, porque o que é imposto nem sempre corre bem. Na hora, mais cedo ou mais tarde, não vai correr muito bem... neste caso, claro que sim. Uma vez ouvi uma colega, que está a trabalhar numa casa, dizer qualquer coisa como: "Nós tentamos que seja o mais parecido com uma dinâmica familiar, não é?" Pronto, a instituição tem mais peso e ser mais casa e menos instituição". Portanto, tentar aproximar as regras e o funcionamento aos miúdos.

Eu. Agora a questão ao contrário: considera que as crianças e os jovens institucionalizados são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?
E20. A opinião sincera... também depende um bocadinho da faixa etária, do conhecimento, da maturidade, vá, que eles possam ter em determinada decisão. Lá está, mais uma vez, numa casa "normal", pronto em meio natural de vida, nem sempre nós podemos negociar tudo e ter tudo em conta, porque efetivamente a experiência de cada um é diferente, depende um bocado da situação e dos miúdos. Agora não sei dizer, efetivamente, como é que funciona... sabe teoricamente é como acontece em meio natural de vida, não é? Cada caso é um caso, não é? Temos que... faz sentido auscultar, não é? Mas também temos que perceber, até que ponto, que aquela criança, aquele jovem, aquela situação que está a ser posta em causa, se, efetivamente, tem ferramentas para poder decidir da melhor forma, não é? Portanto, se tem ferramentas cognitivas...temos aqui contacto com alguns jovens. Não é uma questão de maturidade, é mesmo até questões... agora fala-se da inimputabilidade... jovens que nós só conseguimos auscultar e observar com muita atenção os sinais, que nos estão a dar, porque em termos de linguagem, em termos cognitivos, a perceção... nem sequer a maturidade, é mesmo, claro, a limitação, não conseguir tomar uma decisão. Claro que têm que ter um apoio com quem está com eles.

Eu. Muito bem. Já vamos entrar na segunda parte das questões: como considera ser a relação que os jovens institucionalizados estabelecem com a escola? É igual aos outros?

E20. Depende... depende um bocadinho dos miúdos. Nós aqui temos... a experiência que eu tenho, já nos aconteceu ter miúdos com um envolvimento escolar alto e outros que, por acaso, estão numa casa de acolhimento... mas é como os outros miúdos. Não tenho nenhum estudo que diga "Estes são mais envolvidos", não é? Talvez temos de fazer, no futuro, um estudo comparativo.

Eu. Poderá ser uma recomendação, não é? Para o futuro.

E20. Exatamente, um estudo. Eu não tenho, portanto, daquilo que eu vejo, nem noto nem mais, nem menos, temos de tudo, claro. Temos de tudo: temos crianças institucionalizadas que valorizam a escola, como temos as que não valorizam e as que estão em meio natural de vida também acontece o contrário, não é? É igual, tal e qual.

Eu. Muito bem. Considera que, esta é uma pergunta assim um bocadinho enviesada, considera que uma melhor qualificação académica/profissional irá levar a uma melhor integração profissional destes jovens institucionalizados no futuro?

E20. Claro, bem... mais uma vez, para todos nós, não é? Para qualquer um, para qualquer pessoa, quanto mais qualificações, melhor que seja no que for. Nós estamos aqui com os miúdos no 9.º ano e eles dizem-nos que não gostam da escola, que não sabem... mas quanto mais pensamento divergente eles tiverem, porque a escola faz apelo a vários tipos, a várias formas de resolver os problemas. Eu ia dizer inteligências, mas não é inteligências, mas formas diferentes de resolver os problemas. Portanto, quanto mais nós estudarmos, mais capacidade temos de resolver os problemas. Portanto, é para qualquer um, para qualquer um. Não é esta condição de institucionalizado que vai levar a que tenham que ter mais qualificações, isto é para qualquer um, não é? Qualquer jovem...

Eu. Sente que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens?

E20. Não é fácil, eu vejo de fora, não é? Nunca trabalhei assim diretamente, e, muito menos, dentro de uma casa de acolhimento, mas não é muito fácil, porque muitas vezes há também o apelo das famílias, não é? Portanto, há um trabalho aqui que tem que ser feito em várias frentes e que não é muito fácil de fazer, porque há um tempo que os jovens estão na casa de acolhimento e outro com a família, portanto, às vezes há aqui uma questão muito difícil de se conseguir trabalhar, estas questões... há sempre este apelo à família... é o que eu vejo, não é? Pronto, é difícil, é muito difícil para os miúdos, também porque, agora lá está, nós ainda usamos em situações, usamos o termo casa e se usamos o termo instituição, o peso que isto transmite para quem lá está e os preconceitos que as outras pessoas também têm em relação a esta condição de institucionalizados, de internados, não é? E nós estamos aqui... já se avançou muito e mudaram o nome... mas também temos que mudar depois a conceção que as pessoas têm desta medida □de acolhimento residencial], destes sítios, desta medida institucionalização.

Eu. Mas considera que, por exemplo em contexto escolar, que é o seu contexto que me interessa, neste momento os professores, por exemplo têm esta representação negativa do acolhimento?

E20. Da instituição não necessariamente, porque também, claro está, as pessoas [os professores] acabam por ter um jovem ou outro, não têm, propriamente, um contacto assim que permita... nem tudo é muito mau ou nem tudo é muito bom... e lidam com aquele jovem em particular, portanto, a resposta, enquanto aluno sim, e a resposta mais direta, pronto, e quando muito podem ter a representação se funciona bem ou mal... não, não sei, acho que não tem propriamente essa perceção mais comum. Acho que, se calhar, até tem mais... vou usar a palavra, pronto, fica mais feia, mas é uma perceção, não é? Tem a perceção de que as pessoas têm, criam as suas, os seus preconceitos, as suas expectativas, até de acordo com a comunicação social. Lá está, não é tanto propriamente aquele contacto direto com uma determinada realidade, não é? É um jovem que, por acaso até está, pronto, e acabam por depois generalizar com o que ouvem mais na comunicação social do que propriamente daquele contacto mais diário, não é? É uma perceção que eu tenho.

Eu. Muito bem, muito bem. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm para o futuro?

E20. Nós aqui só acompanhamos os miúdos até ao 9.º ano e, portanto, acabamos por não ter ainda uma perceção propriamente consistente das expectativas que eles têm, porque lá está, eles são ainda jovens e não notamos assim grande diferença nas perceções que os outros também têm. São muitas vezes pouco trabalhadas, não direi imaturas, mas pouco trabalhadas. Eles muitas vezes aqui têm pouca perceção do que é o sistema de ensino, embora nós tentamos trabalhar, portanto, e aqui há uma questão muito da cultura escolar. Trabalhamos muito não só na orientação educacional, no 9.º ano, até também já tentamos alargar um bocadinho mais, para eles sentirem maior segurança na decisão que vão tomar para o 10.º ano. Mas eles depois, quando saem daqui, têm 3 anos para tomar uma decisão diferente, não é? Não é que já não a façam de alguma forma, pronto, e muitas vezes tem a ver com a escolha de um percurso mais profissional ou profissionalizante. É um percurso. Mas depois até ao superior, mas depois tem que ser muito mais trabalhado, com outra maturidade, mas isso acontece com qualquer jovem... não é, mais uma vez, não é esta condição... pois deve depender. Lá está, nas casas de acolhimento que nós verificamos é que ele já tem alguma algum trabalho feito. Porquê? Porque estão em contacto com outros miúdos que já passaram por esse processo, não é? Lá está, no caso deles terem irmãos mais velhos... Já têm alguma perceção do que é e do que existe, pelo menos podem não ter aquela a perceção do que é que é bom para mim ou do que é que eu quero, ou quero porque isto e por aquilo e, portanto, não são esses os motivos mais interessantes para ser uma escolha. Mas já têm alguma perceção das diferenças que existem nas várias ofertas que eles depois poderão ter. É isso, sim, está a ser uma vantagem, mas porque são miúdos, têm contacto com outros mais velhos que já fizeram essa essa escolha.

Eu. Muito bem. Quais considera que serão as principais dificuldades que os jovens irão encontrar quando saírem da instituição da Casa? São dificuldades, como qualquer outro jovem, são dificuldades acrescidas?

E20. Pois não sei muito bem. Não sei muito bem. Porque lá está, eles têm muitas vezes a tal validade daquela Casa que os acolheu... eu não queria usar o termo acolheu, porque queria generalizar um bocadinho mais, aquela casa onde eles viveram, onde estiveram, é que, no fundo, indicou certos caminhos. Depois têm, por outro lado, a pressão, muitas vezes familiar que tem outra cultura, não é? Pronto aqui assim, uma cultura no sentido mais restrito do termo e, às vezes, a questão até emocional, que se traz de ter estado numa instituição. Falávamos há bocado, não é? De ainda haver aqui algum tipo de preconceito da instituição, que não é vista como casa propriamente. Não sei até que ponto é que eles não têm que gerir as expectativas de um lado e do outro. Eles próprios, às vezes, pode ser essa a dificuldade, é esta dualidade: "Vou sair daqui, porque isto não é para mim. Eu não me reconheço neste âmbito", mas depois, se calhar, vão para a família e também não se reconhecem, porque a cultura com que conviveram nos últimos anos é diferente, não sei, é assim, isto é uma questão cultural. Nós também não temos esse contacto aqui muito próximo. Temos os miúdos até ao 9.º ano e depois ainda há muito caminho a percorrer e normalmente eles saem daqui... podem ter uma ou outra retenção, portanto, estão muito perto dos 18, mas também sei que agora o apoio é dado mais tempo... pode ser bom e ajudá-los ali a escolher a ir para outro lado, a decisão. Portanto, é um bocadinho mais de maturidade, pode ser bom. Algumas ao nível emocional, se calhar.

Eu. Agora a última questão: Quer contar alguma experiência que considere significativa no contacto que mantém ou manteve com crianças e jovens institucionalizados?

E20. Não sei... há alguns que nos tocam particularmente e lembro-me de alguns, lembro-me de alguns... que eu olhava para eles e pensava "Caramba, o que é que eles estão a fazer ali [na casa de acolhimento]? São miúdos tão porreiros, são bonitos, apelativos, inteligentes." Lá está, colocam-se estas questões... apelativos, num bom sentido. Enfim, mas como se cria uma boa relação com os outros? Porque é que não estão na família? Porquê, não é? Fico a pensar um bocadinho nisto e no sofrimento que eles poderão ter... lá está... Eu estava a falar... Para terem estes vários mundos à volta deles e os preconceitos... lá está,

mais uma vez, a comunicação social, as redes sociais, que, desculpem-me o termo, faz com que impeça o crescimento destes miúdos. E o que às vezes fico a pensar: "Porque é que estes não estão no meio natural de vida? Porque é que tiveram que ir para uma instituição?". Mas o problema possivelmente não está, não está neles declaradamente, não está, não é? E a maior parte das vezes, nunca está. Eles são jovens sem formação e nós é que somos adultos, nós é que temos a responsabilidade, portanto, nunca está, nunca está, não é?

Eu. Muito bem, muito obrigada.

E20. Muito obrigada e boa tarde.

Entrevista 21
ECMIJ

Eu. Muito boa tarde, obrigada. Em primeiro lugar, a qual é a sua profissão, por favor?
E21. Psicóloga num agrupamento de escolas... psicóloga escolar [silêncio] clínica. Mas depois fiz um mestrado em psicologia escolar.
Eu. Ok. Psicóloga clínica, mas também escolar. Muito bem. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo?
E21. Há 20 anos.
Eu. E anos de contacto com crianças em acolhimento residencial?
E21. Não tive diretamente. Já fiz parte de uma Comissão de proteção, numa comissão restrita, mas por pertencer à Assembleia Municipal e ter tido a função de elemento designado pela Assembleia Municipal.
Eu. Ou seja, o conhecimento que tem não é de um contacto direto. E no seu agrupamento de escolas não têm crianças institucionalizadas?
E21. Neste momento não temos, mas já tivemos.
Eu. Mas já tiveram. E teve contacto com o sistema de promoção porque fez parte de uma Comissão. Restrita, muito bem.

Eu. Ora, então agora vou fazer 2 conjuntos de questões, está bem? Do contacto que teve com casas de acolhimento. concorda com as regras/regulamentos da casa?
E21. Se calhar, tive uma experiência positiva, porque as 4 crianças que nós cá tivemos e que estavam institucionalizadas, até funcionou bem. Do contacto e da noção que vou tendo de outras situações, não corre assim tão bem. Às vezes há experiências negativas, inclusive. Nos primeiros anos, quando vim para o grupamento, tínhamos uma casa de acolhimento aqui perto, que foi na altura fechada, todas as crianças foram novamente realojadas e foi uma situação complicada e essa funcionava muito mal... Por exemplo, havia ali regras muito específicas em relação à privacidade das crianças, da sua individualidade, até da sua autonomia. A roupa deixa de ser minha, as refeições, por exemplo... não havia um lugar específico na mesa, podia haver lugares predefinidos, onde é que eles almoçavam e jantavam. Não, era quem chegasse primeiro, sentava... depois esta questão da relação com os cuidadores, em que alguns cuidadores até criavam uma relação excessivamente próxima, levavam algumas crianças para casa e depois, no contexto da instituição, essas crianças tinham uma relação emocional diferente com aquele cuidador e ele para com as outras crianças. Era injusto... já ultrapassava, no meu ponto de vista, aqui um pouco de uma relação meramente profissional... é importante essa parte emocional e a ligação... mas com alguns limites, porque depois o bem-estar emocional da criança fica em causa, não é? Não vai ser a futura família daquela criança... em termos de funcionamento... são regras muito mais, regras de internato, de condições... de asilo, de institucionalizado, não é? Por isso é que houve uma alteração da lei e ainda bem. O acolhimento residencial para ser o mais próximo de um ambiente familiar.

Eu. Muito bem, considera que as crianças/jovens institucionalizados devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E21. Sim, sim. O ano passado, por acaso, tive a possibilidade de uma experiência num contexto Erasmus em relação às práticas restaurativas. E o nosso formador tinha sido coordenador na Inglaterra de uma instituição e ele dizia isso: quando ele começou a implementar as práticas restaurativas e pedia opinião, envolvia aquele jovem naquilo que era a tomada de decisão, até mesmo na discussão de uma medida que tivesse tomado por um mau comportamento ou por um comportamento mais agressivo, a postura era completamente diferente e isto, às vezes, não é tido em conta. Mesmo a vontade, mesmo a evolução, que, às vezes, os miúdos fazem lá dentro e que muitas vezes acontece. Eu tive essa experiência dos que evoluíram e que houve uma correção, até em termos de comportamentos e melhorias do contexto familiar.

Também, cá fora, chega um ponto em que o próprio jovem quer voltar à família e, o que eu sinto, é que deveria ser a instituição até a fazer essa articulação com o Tribunal e pedir que este jovem está pronto para voltar para a sua família e a família está pronto para o receber. Não deixar esperar pelos timings que o Tribunal definiu [revisão da medida de acolhimento residencial] e fica ali um jovem, muitas vezes, até perder a motivação para voltar para a sua família e, às vezes, depois a desistir daquilo que seria o futuro dele, de poder voltar para a família, porque não há envolvimento do próprio jovem com esta decisão, porque numa criança, às vezes, é diferente, não é? Mesmo assim, eu acho que deve ser ouvida a sua opinião, mas ali, por volta dos 12/13 anos, os jovens já conseguem ter a noção, já conseguem colaborar e participar. Não faz sentido ser ouvido legalmente a partir dos 12, não é? Têm de ser ouvidos e têm que dar mesmo a sua opinião relativamente às decisões.

16 Eu. Muito bem. Considera, agora a pergunta ao contrário, considera que as crianças e jovens institucionalizados são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?

17 E21. Isso não, isso não. Mesmo nas situações em que até correram bem, que nós tivemos cá na escola, eles queixavam-se mesmo disso, que às vezes, coisas tão simples como falarem com o seu técnico... de partilharem coisas... às vezes era o que eles sentiam... o que estavam a sentir na relação com os colegas ou na relação com outro cuidador da casa... e que o técnico ia partilhar com os outros... E as crianças sentiam, então, "Mas onde está aqui a confidencialidade?", onde está a confiança, não é? Sim, e, muitas vezes, recorriam aqui ao técnico da escola e relatavam isso e diziam: "Eu aqui sei que não vais contar a ninguém e sinto-me seguro. Ali eu não posso dar a minha opinião. Eu não posso dizer nada, porque toda a gente vai saber tudo da minha vida. "Acho que é outra coisa que falha muito, que é realmente esse cuidado, porque apesar de estarmos em contexto institucional, continua a haver um código ético e deontológico a cumprir e os técnicos não o cumprem. Pelo menos do contacto que eu tenho tido, da minha experiência...

18 Eu. Muito bem. Já vamos entrar na segunda parte. E como considera ser a relação que os jovens institucionalizados estabelecem com a escola?

19 E21. Eu já tive as 2 situações: já tive alunos que eram nossos, que foram institucionalizados e pediram para continuar cá e continuar a fazer parte da escola mesmo. Alguns, que foram um bocadinho para mais longe, havia esse cuidado de os trazerem de transporte para eles continuarem connosco. Acho que eles perceberam que a escola era aqui, se calhar, um dos portos seguros deles e recorriam à escola nesse sentido. E aconteceu-me receber alunos de fora, que depois me davam feedback de que esta escola, efetivamente, se preocupava. Isso também tem a ver um bocadinho com a nossa forma de estar e de trabalhar. Por exemplo, nós recebemos um aluno que vinha com um historial em termos daquilo que tinha acontecido numa escola e que aquilo que levou à institucionalização não foi só o contexto familiar, mas também aquilo que aconteceu na escola e situações graves, com procedimentos disciplinares graves na escola. E que eu simplesmente disse: "Este processo fica aqui no meu gabinete. Não é um processo para ser consultado pelo diretor de turma e só vamos dizer que esta criança precisa muito do nosso apoio, do nosso carinho e da nossa atenção, da nossa compreensão. Eu nunca tive nem 5% do que estava escrito naquele processo: com situações de atirar cadeiras, mesas a professores, de puxar de navalhas e que nós nunca sentimos isso. As pessoas diziam-me: "Ele é meiguinho, ele é fantástico, ele é incrível", ou seja, a forma como a escola também recebe o aluno, faz com que o aluno também valorize a escola, que sinta que realmente é um porto de abrigo. Eu acho que a escola tem que ser essa lufada de ar fresco para um jovem que está institucionalizado ou para uma criança que está em casa, ou seja, nessa situação em concreto, o facto desta criança ser institucionalizada já lhe trazia uma carga, uma bagagem que poderia ter comprometido todo o trabalho com ela, a nossa intervenção... mas pelo bom trabalho que fizemos, não nos deixamos, no fundo, contaminar. Esse é um cuidado que nós temos, é uma prática da escola há alguns anos, desde que eu estou cá, de analisarmos aquilo que vem no processo antes de um docente ter acesso ao processo e passou a ser um cuidado nosso, não colocar toda a informação no processo.

Neste momento, um pedido de informação para a Comissão, ou um pedido de informação que segue para o Tribunal, não vai para o processo individual do aluno, porque é um processo individual do aluno. É um processo pedagógico, não tem que estar lá essa informação, não é? Não é um processo nem social nem judicial, não é? Agora fica no processo psicológico, lá está, e há um cuidado. Eu faço anualmente uma listagem para nós termos um rasto e percebermos, não é? Porque podemos nos esquecer e mesmo assim.... mas temos esse cuidado. E a maior parte da informação até está informatizada, não está em formato de papel. É um bocadinho como a informação que vai para as atas, termos esse cuidado de não tem que aparecer na ata que eles estão sinalizados, não tem que aparecer nada... Que a criança faz uma terapêutica medicamentosa e que melhorou em muito o seu sucesso académico. Sim, pode ficar que faz terapêutica medicamentosa, ninguém tem nada a ver se é um antipsicótico, se é um antiepilético, se é um antidepressivo... considerando a criança enquanto aluno, enquanto elemento que também tem direito à sua privacidade...

20 Eu. Sim. Muito bem, mas considera, agora que estamos a falar desta questão da rotulagem, considera, da experiência, é sempre baseado na experiência que tem, que no contexto onde está e onde trabalha, considera que os professores, de alguma forma rotulam as crianças pelo facto delas estarem institucionalizadas?

21 E21. Aqui nesta questão não, aqui nesta escola não, mas já passei por uma escola que isso era confuso e que isso era estranho. Achavam sempre que se estava institucionalizado, não associavam que, se calhar, o contexto familiar não era o melhor e que estavam protegidos, associavam muito é porque se portou muito mal, qualquer coisa horrível e viam depois a instituição como uma punição... mas neste agrupamento não, até porque as experiências têm sido positivas. Isso fez com que a visão das pessoas fosse diferente e até o cuidado muitas vezes de proteger. Muitas vezes nós temos que dar essa indicação ao diretor de turma, até porque depois a família articula diretamente, mas a informação não vai ser partilhada com o resto do Conselho [de Turma], mesmo com as pessoas da escola. Às vezes, se é no primeiro ciclo, o titular sabe, mas o resto da escola não sabe.

22 Eu. Muito bem. Agora, esta é uma questão assim um bocadinho enviesada: considera que uma melhor qualificação académica e profissional irá levar uma melhor integração profissional destes jovens no futuro?

23 E21. Os jovens institucionalizados, não é? Eu acho que sim, que a formação, não precisa de ter formação superior, que às vezes insiste nisso, eu acho que tem que ir de encontro àquilo que é o perfil de cada um deles e acho que é muito importante procurar isso. Eu lembro-me perfeitamente de nós termos aqui um jovem e que eu sentia que ele estava melhor connosco, porque estava protegido, mas que eu sentia que nós já não conseguíamos dar aquilo que ele precisava. Quando ponderei um ensino profissionalizante para ele, e foi no momento em que estava em cima da mesa ou ele sair da instituição ou voltar à família. Por um lado, eu achava que era importante, mas, por outro lado, achava que não ia correr tão bem. Achávamos que ia correr... então eu tentei arranjar uma escola profissional onde ele pudesse residir e em que ele só viesse ao fim de semana para casa e as coisas funcionavam muito bem e ele conseguiu se organizar. Aos 18 anos, terminou a formação profissionalizante e depois já não estava tão dependente da família e foi muito mais fácil para ele e para a família, porque eu acho que a própria família também não estava preparada para o receber. Eu acho que os técnicos da escola e, se calhar, foi um bocadinho o que me levou a fugir da clínica, depois nós conseguimos ter uma forma de atuação mais abrangente e muito mais eclética na escola, porque só no contexto do gabinete ou da justiça, porque só vemos aquele contexto, nós na escola, acabamos por articular com todos e vemos o jovem, a criança como um todo e é muito mais fácil articularmos com as entidades externas, com a família, com a escola, todos juntos, o trabalho é completamente diferente. Se houver alguém a fazer essa mediação e esse não é um trabalho que seja só individual, não faz sentido, não funciona. Nós vemos que isso não funciona, e, se calhar, isso foi o que me levou a continuar no contexto escolar. Conseguimos fazer isso.

Eu. Mas considera que esta condição de institucionalizado vai condicionar ou vai levar a que estas crianças tenham que ter uma formação mais profissionaliza?

E21. Para melhor se integrarem no futuro... é como acontece com qualquer jovem. Eu acho que isso tem sido um trabalho que tem vindo a melhorar. A maioria deles faz o ensino profissionalizante, porque isso é o seu perfil ou até faz um secundário normal. O ensino profissionalizante e até depois continua para o superior. Eu já me cruzei com jovens que acabaram por fazer a formação superior e eram jovens institucionalizados, mas não é essa condição, passando pelo acolhimento, não é uma condição que é condicionadora. Eu ouvi dizer que nalgumas situações é, agora, da experiência, do contacto que eu tenho tido, não tem sido isso, mas, se calhar, porque temos trabalhado de uma forma a tentar colmatar isso e não ir por esse caminho. Mas eu acho que antigamente era muito mais do que agora. Acho que se tem evoluído a esse nível. E o facto da escolaridade obrigatória também ter aumentado para os 18 anos, fez com que houvesse aqui uma mudança a esse nível neste paradigma, porque antigamente, depois de estarem institucionalizados, começavam a trabalhar, era uma forma de ser na instituição e era mais fácil.

Eu. Muito bem. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens? E21. Se calhar não da melhor forma. Depende muito, não é? Pronto, eu posso partilhar uma experiência que tenho. Eu trabalho numa zona e resido noutra. Onde eu resido nós temos lá uma casa de acolhimento e o funcionamento é efetivamente a preparação para a saída. Até ajudam a encontrar um local para onde vão mudar, ajudar a equipar com [mobiliar e equipar a cada]. Uma coisa tão simples, às vezes, como um edredão bonito para pôr na cama e que faz com que aquela jovem não se sinta tão desamparado, não é? E que se consiga fazer esta mudança, mas sei que na maioria das instituições isto não acontece. Não há este trabalho tão específico. As mais pequeninas [casas de acolhimento]ʊ, sim. As maiores ou com muitos crianças e jovens não conseguem. É, eu tenho conhecimento de duas, que trabalham mais com os jovens, não tanto com crianças e conseguem fazer isto. É um trabalho fantástico, excelente. Agora é a minha experiência, OK? Essas 2 funcionam muito bem. São instituições que têm, no fundo, têm poucos jovens e, neste caso e como têm poucos jovens, investem muito e há um trabalho dos profissionais e da equipa que faz com que haja uma saída mais segura. Sim, é isso, recorre-se até à sociedade para ajudar na formação desses jovens. Acabam por inscrevê-los nos escuteiros... começam a fazer parte da comunidade e começam a fazer esse salto. Ter uma rede de contactos na própria comunidade e de apoio, uma rede de apoio.

Eu. Muito bem. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm para o futuro?

E21. Pessoais e profissionais... Eu acho que depende muito do trabalho que foi feito com aquele jovem. Se foi um trabalho bem feito, aquele jovem tem o objetivo de ter uma vida diferente daquela que tinha sido a sua vida inicial e que o levou à institucionalização. Se esse trabalho não for feito, muitas vezes é voltar àquilo que tinha antes, repetir aquilo que foi o seu contexto sociofamiliar de origem... é por isso que eu acho que cada vez mais os técnicos que trabalham nestes contextos precisam de ser técnicos com amor à camisola, porque senão ir ali fazer por fazer um trabalhinho das 9 às 5 não faz, não dá mudança. Não vai provocar mudança, por isso eu costumo dizer que é preciso também ter sorte, onde é que vão parar estes jovens. Se forem para uma instituição que efetivamente investe neles e tem lá um técnico que está lá com o objetivo de melhorar a vida deles, eles definem objetivos de vida e objetivos pessoais. Se isso não acontecer, pronto, é mais difícil.

Eu. Então, considera que a Instituição poderá ser potenciadora de mudanças e objetivos do que se estivessem nas famílias biológicas...?

E21. Pode promover neles até a autoconfiança, a auto-estima, que depois os leva a alavancar e a mudar aquilo que é a sua forma de estar na vida, claro.

32 Eu. Muito bem. Quais considera que serão as dificuldades que estes jovens vão encontrar quando saírem da instituição?

33 E21. Numa fase inicial, eu acho que a maioria deles devem estar preparados para não dizer que estiveram numa Instituição, acho que isso é muito importante, porque a sociedade, a comunidade ainda vê com olhos negativos, é um bocadinho como a reabilitação de um preso, não é? Só porque esteve preso. E aqui é igual, serem generalizados, porque ainda há muito este formato de castigo. Quem está lá, porque não é porque a vida da minha família não deu para mais e isto foi uma segunda oportunidade que me foi dada, por isso depende muito da idade... aquilo [casa de acolhimento] é uma oportunidade, é uma oportunidade. Mas este este rótulo é muito difícil das pessoas, no fundo, se livrarem dele, numa fase inicial. Se eles não tiverem sido trabalhados para ter aqui uma estrutura emocional e pessoal boa, podem pôr tudo a perder, seja em termos emocionais.

34 Eu. Considera que essa será a maior dificuldade que eles vão encontrar se não tiverem uma boa rede de apoio?

35 E21. Sim, sim a quem recorrer, como fazer..., não é? Eu lembro-lhes muitas vezes, ao falar com os nossos jovens: "Calma, isto [a casa de acolhimento] é só para tu te organizares, para a tua família se organizar. Tens que provar que isto valeu a pena. Tu tens que mostrar que tu vais ser mais organizado. Tu vais trabalhar, tu vais cumprir as regras" e eles vão perceber que aquilo é efetivamente uma segunda oportunidade e não visto como um castigo. Se eles virem como um castigo, vão para lá do contra e não vai funcionar, isso não vai ter o efeito que se quer.

36 Eu. Mas considera que eles vão, para além destas dificuldades, que são mais emocionais, digamos assim, considera que eles vão ter mais dificuldades, dificuldades acrescidas do que qualquer outro jovem para se autonomizarem?

37 E21. Eu acho que não, porque a maioria deles acaba por fazer a mesma formação ou profissionalizante ou superior e acabam por ter na maioria das instituições, pelo menos as que eu conheço, este cuidado de tentar orientá-los numa fase inicial, até para a questão da autonomia e depois as coisas são as dificuldades que qualquer jovem, neste momento encontra, não é? Torna-se mais difícil... porque a maioria dos jovens hoje em dia sai de casa dos pais muito mais tarde, porque está a ser difícil... e este jovem aos 18 anos, tem que sair. Pois claro, no máximo até aos 25 se estiverem a fazer um percurso formativo, porque se não, têm que sair exatamente por isso. A dificuldade pelo facto de sair mais precocemente... são confrontados com situações que os outros enfrentam com 30, e se o contexto familiar ou mesmo a família alargada não puder fazer este suporte... difícil só nesse sentido, mas são as dificuldades que os outros jovens também têm.

38 Eu. Muito bem. E vamos para a última, última questão: Quer contar alguma experiência que considere significativa no contacto que mantém ou manteve com crianças e jovens institucionalizados?

39 E21. Acabei por ir falando de algumas experiências aqui pelo caminho, não é? Mas há uma experiência e uma situação que, se calhar, acabou por me marcar mais. Nós tivemos cá uma situação de um jovem que tinha sido institucionalizado na altura, se calhar, com uns 2 aninhos, sim, ele e as irmãs tinham sido retirados aos pais numa situação difícil, de consumo dos pais e de desorganização numa fase difícil da vida deles e que o pai, mesmo desorganizado quando levaram os filhos, conseguiu pedir ajuda a uma irmã e essa irmã acolheu os irmãos e foi buscá-los à instituição e trouxe-os. Este mais pequenito, mais tarde, acabou por ir novamente para uma instituição. As irmãs não precisarem. As coisas foram correndo e ele chegou ali um ponto, porque a família alargada desta tia a pressionou... chegou a estar no seu limite, já não conseguia gerir aquilo, que eram as adversidades que vieram com a juventude dele... O reconhecimento e a noção dele ao dizer: "Mas esta tia deu tudo por mim e agora desistiu de mim. Eu vou-lhe provar que eu consigo. Eu só vou estar aqui um ano, tu vais-me ajudar, eu vou conseguir." Isso foi incrível, a força de vontade dele, muito baseada naquilo que foram as vivências dele.

Ele não tinha noção antes, tinha uma memória que lhe foi relatada, aquilo que foi a vivência até serem institucionalizados e depois levado para esta tia, mas tinha depois memórias muito positivas e que percebeu que ao voltar para a instituição, perdeu tudo, não é? E investiu e até acabou por ir buscá-lo novamente e trazê-lo para casa. Eu acho que essa foi daquelas histórias que um jovem, se quiser, uma criança, se quiser, também consegue fazer muito por si próprio. Às vezes nós temos muito esta noção de que o ambiente é que os molda, mas em algumas situações... mas tudo o que é personalidade... e eles próprios também conseguem muito.

Eu. Muito bem, muito obrigado, muito obrigada.

E21. Obrigada.

Entrevista 22
Técnico CAR

Eu. Como lhe expliquei o tema é percursos de participação e autonomia em crianças e jovens acolhidos. A sua profissão?
E22. Assistente social.
Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo e com crianças e jovens em acolhimento??
E22. 12 anos.

Eu. Tem contacto, já que trabalha numa instituição de acolhimento como assistente social. Concorda com as regras regulamento da casa de acolhimento? Se concorda, quer especificar porque concorda?
E22. Concordo. As regras foram alteradas relativamente há bem pouco tempo, atendendo também às jovens que íamos acolhendo. Apareceram jovens com outras necessidades, o regulamento está em constante atualização e acho que isso é muito importante. Há uma reunião de equipa e estamos disponíveis para debater e alterar essas regras. Isto é ser um regulamento dinâmico. Acho que é muito positivo porque nos conseguimos adaptar às realidades que nos vão surgindo.

Eu. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar na definição de regras e rotinas diárias na casa de acolhimento?
E22. É sempre uma mais-valia. No nosso caso em particular, existe uma reunião mensal, que ocorre à quarta-feira, onde elas próprias também podem propor alterações de regras, também podem falar um bocadinho do que consideram ser mais necessário para as dinâmicas do dia a dia, como é que gostariam também de ver os espaços até de organizados de outra maneira. Estabelecemos também com elas alguns planos de tarefas, serem elas a estarem disponíveis e aí consideramos que é importante serem elas, também é uma parte mais participativa nelas e elas proporem, participarem ativamente dessa na definição, não é? Definir regras, através dessas propostas. Depois há uma votação e depois isso é levado à consideração da direção para a mudança. Elas têm coisas que não serão atendidas, mas aí também há logo a franqueza de dizer que têm de moderar, que não poderá ser dessa forma, mas todas as propostas são debatidas, são votadas e chegam sempre à direção, de modo a conseguirmos alterar e depois são alteradas.

Eu. Considera que os jovens são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?
E22. Sim, isso está previsto no relatório de acompanhamento à medida, é onde elas vão dar o seu parecer, onde elas também têm oportunidade para nos dizer o que querem para o seu projeto de vida, elas conseguem dar… a opinião é sempre tida em conta nos nossos relatórios de acompanhamento da execução das medidas. E noutras instituições, como por exemplo o tribunal ou a comissão □CPCJ], eu penso que sim, porque esse relatório é também partilhado com a colega da EMAT □equipa técnica da segurança social de assessoria aos tribunais] ou com a colega da CPCJ, e elas têm de ter em conta o que está lá escrito. Claro que já aconteceu haver pareceres diferentes: a casa defender um projeto de vida e a outra parte entender que de todo deveria ser assim, mas também isso verifica-se que houve uma leitura atenta do relatório, que também houve essa decisão porque entenderam que não tem de ser igual à nossa. Lá está, quem está de fora, um técnico da CPC ou um técnico da EMAT, têm sempre uma leitura diferente de nós que estamos mais próximos daquela criança ou daquele jovem. Agora eu acho que há sempre uma leitura atenta do relatório e já aconteceu situações em haver alguma discordância, por isso tiveram de o ler de certeza.

Eu. Falou na relação…. Identifique o tipo de relação que estabelece com os jovens acolhidos?
E22. Considero que nestes anos, na maioria da gestão de casos que fiz, consegui estabelecer uma relação próxima. Claro que é difícil porque há jovens que vem de contextos muito desorganizados e criam desconfiança e é difícil chegar a eles, mas nunca se deve desistir, não é? Deve-se perceber quando é o momento “Não queres falar, mas estou aqui quando quiseres”. Uma relação de confiança é muito importante, conseguirmos estabelecer e o jovem falar quando ele achar que deve falar, não é?

Não pressionar, porque eu acho que quando são acolhidos já é tudo tão diferente, e há situações em que a jovem vive numa casa só com a mãe ou só com o pai e aqui vai partilhar um contexto com mais jovens. A dinâmica vai ser completamente diferente.

Eu. Vamos para uma segunda parte da entrevista. Qual considera ser a relação que os jovens estabelecem com a escola?

E22. Penso que hoje em dia a relação está um bocadinho deteriorada, porque apesar dos professores saberem que são jovens que vivem em contexto residencial por vezes não há a sensibilidade esperava para isso. Eu percebo que os profissionais, a classe profissional docente está um bocadinho cansada e saturada, mas nós temos de perceber este jovem que nós temos à nossa frente, não é? Tentar entender que teve aquela atitude por algum motivo, porque é daquela forma que ele sabe resolver os problemas. Acho que aí falta-nos aqui, se calhar, por parte da comunidade escolar, alguma sensibilização, porque ainda se consegue perceber que um ou outro professor até está disponível para ouvir, para aceitar, para tolerar, mas a maioria, eu acho que não, fruto do cansaço, eu sei, que as turmas às vezes são muito grandes, e eles não conseguem, mas acho que falta muito isso.

Eu. O que me está a dizer é que considera que estes jovens, o facto de terem uma condição de acolhimento, são tratados de forma diferente?

E22. Não são tratados pelos professores de forma diferente, não é isso, é na resolução de um conflito podiam ser um bocadinho mais tolerantes, atendendo à institucionalização e à fragilidade e ao contexto que eles vêm, porque às vezes se opta muito por "portou-se mal, vai para casa uns dias", mas isso não resolve o problema, não é? Acho que quando há uma situação de algum conflito, de algum processo disciplinar, que tem que ser resolvido internamente. Acho que a suspensão não resolve, mas isso é em relação a um jovem que esteja institucionalizado como aos outros, não é? Ou seja, esta postura de não se ter em conta que uma criança reagiu de determinada forma, porque tem traumas, tem uma bagagem, o que tem acontecido e o que aconteceu para ele reagir desta forma. É estarmos atento ao aluno que temos, ao aluno exatamente enquanto pessoa e não nesta condição específica [institucionalizado].

Eu. Mas relativamente aos jovens qual é a relação que os jovens têm com a escola, sob a sua perceção, sobre a sua perspetiva? São jovens que valorizam a escola, consideram que se deve estudar?

E22. Há alguns. Acompanhei situações que até houve candidaturas ao ensino superior, há outros que têm uma relação muito má com a escola, de não reconhecimento, de não valorização até do esforço que fazem. E até há aquela questão de alguém que falou mais alto, ou alguém que disse uma piada, "foi aquele", não é? "Sou sempre eu, sou sempre eu", mas há um bocadinho de tudo. Hoje em dia eu acho que temos alguns jovens que, apesar de viverem em instituições que concorrem ao ensino superior e valorizam a escola e querem um futuro diferente.

Eu. Esta é uma pergunta assim um bocadinho enviesada: Considera que uma melhor qualificação académica e profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional destes jovens no futuro?

E22. Eu acho que hoje em dia depende um bocadinho da área. Lá está eu tive jovens que foram para a área do turismo e que sabemos que se calhar aí o mercado está muito virado para isso, aí poderão ter maior possibilidade de terem sucesso profissional, uma carreira em outras áreas que o país não investe tanto, eles também podem ficar desmotivados. Mas isso acontece com os outros jovens, não é?

Eu. Muito bem. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens? E22. Fazemos sempre um follow-up, não é? Algum acompanhamento. Uma vez ou outra por semana vão lá a casa, percebermos que no início recorrem muito… mas antes de saírem é feita uma preparação… um exemplo prático: "Ai, dói-me a barriga", "Vais ao centro de saúde marcar consulta", "Mas como é que eu faço?", "Vais lá, diz o teu nome, diz que te dói a barriga e que estás lá para uma consulta aberta": "Precisava de ligar ao diretor de turma para dar um recado", "Sim, pega no telefone, diz boa tarde professor, olhe eu entreguei o trabalho por e-mail e queria saber se o recebeu". Fazemos um bocadinho esta prática, no sentido de… até redigir um e-mail: "Então tens que dizer boa tarde ou boa noite, a vírgula, o nome do professor". Operacionalizamos muito na prática, digamos assim, porque no fundo há aqui sempre, do meu ponto de vista, alguma superproteção, porque não são capazes de ligar quando estão doentes e nós vamos ao centro de saúde marcar consulta.

Por exemplo, ela até tem 16 anos, vai marcar consulta, iniciou as relações sexuais, até teve a confiança e partilhou connosco, os técnicos, da história e nós. “Agora vais ali ao enfermeiro e marca planeamento familiar. Ou vais a uma consulta aberta que tens na maternidade, de apoio aos jovens. É uma consulta anónima, vais sozinha, ninguém sabe, eles põem o Implanon [anticoncecional] se achares que é a melhor forma”. Nós tentamos com que haja percurso. Já nos aconteceu orientarmos os jovens para irem ao serviço de finanças, até já é uma jovem que tem 18 anos e que até iniciou trabalho e precisava de ir lá e lá questionar. “Vai marcar atendimento no sítio e àquela hora vai”. Não temos um programa, mas as coisas vão surgindo e vamos apoiando com algumas etapas que se tem de fazer, também há sempre reajuste, neste caso específico, a casa de acolhimento tem um apartamento de autonomização, onde tem 3 quartos onde elas estão sozinhas. Elas têm de comparticipar um x do valor da sua mesada para pagamento da renda e vêm pagar a renda tudo direitinho, pois elas é que têm que fazer a gestão de tudo, não é? A gestão do espaço, a definição de tarefas, quem é que limpa o quê, qual é a prateleira do frigorífico, uma é quem cozinha, se acharem que uma cozinha para todas elas. Elas é que definiram as regras e fazem isso de forma… claro que às vezes há problemas, não é? Porque queixam-se que uma que não limpou naquela semana, e nós vamos gerindo isso.

Eu. A partir de que idade?

E22. É assim: é só depois dos 18 que elas vão para o apartamento por norma, mas sabe-se que na lei a partir dos 15 anos elas já se podem autonomizar.

Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm?

E22. Primeiro, eu acho que a resiliência e o facto de eles serem resilientes poderá ajudar muito na inserção laboral e elas conseguirem, neste caso elas, porque eu trabalhei só com meninas, perspetivar. Eu tentava sempre dizer uma coisa: “Eu sei que não gostam de estar na casa de acolhimento. Eu sei que não é isto que queriam, mas pelo menos levem daqui o que esta casa melhor vos pode dar, que é os acessos". Às vezes conseguimos… nós tínhamos algumas pessoas que conheciam a casa e que as ajudavam. Havia uma Senhora que tinha um café ali (…), ainda o tem, que às vezes quando precisava de alguém para fazer uns pequenos trabalhos nos ligavam “Vocês têm alguma menina responsável que queira vir?” e conseguimos isso. Mas também na gelataria (…) às vezes só para fazer os fins de semana. Acho que seria esse contacto privilegiado que as apoia, as coisas boas, não é? Até conseguem aceder a alguma coisa com essa rede de contactos. Se calhar um jovem na família normal iria preencher uma fichinha de proposta de emprego, iria ficar sujeito a uma seleção, a uma entrevista e no caso delas têm um acesso mais privilegiado, porque as pessoas estão mais atentas, mais disponíveis e também tem aquela questão da responsabilidade social da empresa, das pessoas quererem fazer o bem por outra pessoa. Eu acho que isso poderá abrir algum caminho. É elas conseguirem tirar o que de melhor a casa [de acolhimento] tem.

Eu. Mas qual é que acha que são os objetivos que estas jovens têm?

E22. São os objetivos como outro jovem normal tem: eu acho que têm sonhos iguais ao de qualquer outro jovem. Eu acho que gostariam que a sua família se organizasse e que eles pudessem regressar em pleno. Sei que às vezes é irreal, não se consegue, porque nós não mudamos as pessoas e a família é o que é e será sempre a família delas, mas é uma família idealizada. A aceitação de que a minha mãe é desta forma, que o pai é desta forma, é um bom começo para ela se poder libertar e iniciar um percurso mais positivo. Para elas perceberem “Olha eu não quero ir por este caminho”. Eu há uns anos acompanhei uma jovem que a mãe dela faleceu, a mãe tinha uma doença degenerativa e o pai era bombeiro voluntário. O senhor teve um acidente em trabalho e ficou dependente. Essa jovem quando atingiu a maioridade, ela tinha uns padrinhos no Luxemburgo, que vinham nas férias da escola, nas férias de Natal, nas férias da Páscoa, mas depois quando ela começou a crescer nós íamos ao aeroporto, entregávamos à hospedeira. Há um momento da vida dela em que ela… termina o 12º ano e não perspetiva o ensino superior e o padrinho, até como forma de reconhecimento do esforço dela, até lhe ofereceu a carta [de condução]. A miúda tirou a carta e a certa altura os padrinhos disseram “Queres vir viver connosco para o Luxemburgo?”. O que é que aconteceu? Ela viveu ali por momentos uma dualidade “Eu vou para o Luxemburgo, mas eu tenho um pai dependente e tenho irmãos toxicodependentes”.

E nós pesamos na balança que foi: "O teu pai precisa de cuidados, mas és tu que vais deixar de exercer a tua atividade profissional e vais ser cuidadora a tempo inteiro ou vais aproveitar uma oportunidade de ir para fora com uns padrinhos com uma vida estável que te podem proporcionar alguma coisa e tu própria estabelecer os contactos? Imagina um serviço de apoio domiciliário que até vai lá apoiar o teu pai, faz a higiene e até dispões de algum dinheiro do teu salário e apoias. Tu vais para lá, tu vais cozinhar, vais tratar de uma pessoa dependente e vais ter aquela problemática toda associada aos teus irmãos". Uma vez ela veio do Luxemburgo de férias e disse-me "Você quase que me pôs da porta para fora", eu disse: "Eu não te pus da porta para fora. Nós pusemo-nos a pensar e a pesar numa balança o que é que era melhor para ti, porque eu acho que isto é importante, porque não deixas de ajudar o teu pai, se lhe conseguires assegurar a prestação de um serviço que vai melhorar o dia a dia dele". Mas ela não entendeu, só depois é que conseguiu fazer esse raciocínio, porque é uma miúda que apanha o avião, chega ao aeroporto, aluga um carro e aparece-nos de visita, sinto que há um agradecimento por ter havido este momento de pararmos e pensarmos e pesarmos na balança o que é que era melhor para ela. Claro que a decisão foi dela, mas se conseguimos com ela ver aqui 2 caminhos: ficar com o pai dependente, uma miúda nova com 20 anos, com irmãos toxicodependentes, um ambiente muito desorganizado, ela tem um futuro, se agilizar no sentido de o pai ir para um lar e ir para o Luxemburgo e construir uma vida melhor, porque tinha ali uma estabilidade, tinha ali uma segurança, isso é uma opção.

31 Eu. Quais considera que serão as dificuldades que estes jovens irão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

32 E22. Acho que é uma dificuldade que, agora cada vez mais os nossos jovens saem mais tarde dos seus agregados, o emprego, a estabilidade económica e os preços no mercado de arrendamento, o preço que estão as casas ou até para elas conseguirem um empréstimo. Acho que são as dificuldades iguais aos nossos jovens do dia a dia que estão nas suas famílias. Como é que estes jovens, com as dificuldades que têm, as vulnerabilidades que têm, o que eu sinto é que há um cansaço por parte dos nossos jovens. Entrar nestas estruturas e com os 18 anos têm um ato irrefletido e querem sair. Eu acho que havíamos de parar todos e pensar que havia de haver um timing, porque eu já tive uma situação: um jovem que quis sair, o processo foi arquivado, entretanto, era um processo do Tribunal de (…), o senhor procurador foi muito simpático, ouviu-me, fomos lá, mas disse-me: "Doutora não posso fazer nada, porque o processo foi arquivado". Eu acho que havia de haver um timing, nem que fossem 6 meses ou um ano, que o processo ficava suspenso e se as coisas não corressem bem, porque há jovens que vão iludidos em alguma coisa e quando regressam nós já não podemos acolher.

33 Eu. Então vou-lhe dizer que saiu uma alteração à lei de proteção[1] e o processo pode ser reaberto.

34 E22. Ainda bem. Pelo menos já houve esta alteração, porque eu percebo a saturação, estão cansados das regras, estão cansados daquele registo e depois… por exemplo as casas de acolhimento com 30, podem ter até 30 jovens, é muito complicado. Eu acho que deviam ser sempre estruturas mais pequenas. Eu sinto que se eu tiver um processo, eu faço a gestão de 10/15 processos de jovens, mas se tiver uma que é mais problemática, que há mais conflito na escola, eu vou estar muito mais atenta a essa do que a outra que não me dá nenhum problema, que não sou chamada à escola. Às vezes sinto que estou a defraudar também a atenção para com aquela jovem. Claro que esta dá mais trabalho, porque eu chego e liga o diretor de turma a dizer que a tenho de a ir buscar, porque aconteceu isto, porque aconteceu aquilo. Então vou com ela, vou buscá-la, estou aqui a conversar com ela… eu acho que se forem estruturas mais pequenas, acho que as equipas conseguem fazer um trabalho melhor, porque eu acho que nas estruturas que são grandes andamos tipo bombeiros a apagar fogos e às vezes descuramos um bocadinho daquelas que não dão problemas e que também necessitam de ser valorizadas.

35 Eu. A última questão. Já contou, mas quer contar alguma experiência que tenha vivido na casa de acolhimento que considera significativa?

36 E22. Tenho algumas… tenho uma que posso partilhar: o Natal é sempre um dia muito complicado, não é? Há os jovens que não vão por decisão do tribunal ou não vão por opção própria. Há uns anos nós tivemos cá uma fratria de 3 irmãs de (…), que decidiram não ir no Natal a casa. Eram 2 gémeas… na tarde no dia 24 pediram-me para ligar à mãe. Eu estava sozinha no gabinete técnico.

Elas ligaram à mãe. Entretanto, começam a chorar muito, a chamada desliga-se e pergunto o que é que aconteceu. Como havia uma relação muito próxima, eram miúdas muito afáveis, agarraram-se a mim em abraços a dizer: "A minha mãe diz que se vai deitar à linha de comboio". Eu puxei a cabeça assim para cima, era para uma lágrima também não me cair pelo rosto abaixo. Então eu disse o seguinte: "Vai chamar a (…) para ficar convosco na sala e eu vou lá perceber o que é que está a acontecer". Eu disse assim umas asneiras, porque fiquei completamente irritada. Como é que é possível alguém dizer isto às miúdas? Contactei a GNR e eles foram lá a casa. Quando saíram de lá, disseram: "Olhe, ela [a mãe das meninas] está em casa agora sentada a ver televisão". Marcou-me imenso. Outra situação que me marcou: estamos a falar de uma menina com 16 anos que pede para ser institucionalizada. Tinha sido adotada por um casal. Pessoas com algumas possibilidades económicas. Ela foi adotada e mais 2 irmãos, mas a relação desta jovem, em particular com a mãe adotiva, foi sempre de conflito. Neste caso em particular estamos a falar de uma jovem que na sua família de origem passou por um episódio traumático. A irmã tinha sido assassinada em (…) naquele episódio que se deve lembrar (…). Não vale a pena… Esta jovem vai crescendo, mas com aquela ânsia de querer perceber o que é que aconteceu… só que esta mãe adotiva não conseguiu perceber a filha que tinha à frente. Foi um processo muito trabalhoso e sei que na altura houve possibilidade de eles serem acompanhados por uma equipa de assessoria às adoções da faculdade de psicologia, mas ela □mãe adotiva] nunca aceitou ir a consultas. Entretanto, nós retomamos essas consultas com a jovem… ela fazia as coisas para perceber o passado e porque é que fizeram aquilo à irmã e nunca foi compreendida por parte dos pais adotivos. Estamos a falar de uma jovem que tem uma casa de férias com piscina em (…) e ela recusava sair, ir ao fim de semana. Tentamos mediar muito esta relação, porque achava [a mãe adotiva] sempre que esta jovem era mal-educada, era rude. Tinha um registo muito diferente da irmã, que se manteve lá em casa… por exemplo não compreendia porque é que o irmão mais novo nunca lhe tinha sido explicado que eles não eram pais biológico. Foi uma situação que nós com o casal, a equipa falou com eles e demos a nossa opinião que mais tarde ou mais cedo deveriam falar com este filho e perceber que eles são adotados… houve muita incompreensão por parte desta mãe adotiva por esta miúda… e esta miúda fez os 18 anos connosco. Vai para um apartamento da autonomia, termina o 12º ano e hoje vive com o namorado. Tem sempre uma vida à margem desta família, isto é, vai de visita. Isto toca-me um bocado, porque é amorosa, porque foi um processo onde está muita desconfiança, no início muita revolta, muitas vezes recusar-se a ir à escola. Eu lembro-me uma vez de manhã, nós temos uma consulta de pedopsiquiatria (…) e eu cheguei e ela está enfiada na cama e diz-me que não vai… só disse assim: "Levantei-me cedo para ir contigo e deixei de levar a minha filha à escola porque sabia que tinhas este compromisso". A partir desse momento esta miúda nunca se atrasou a ir a uma consulta comigo. Ainda hoje é alguém que eu mantenho contacto, é alguém que envia mensagens, que pede um conselho. É alguém que me entristece… não conseguiram perceber-se mutuamente. Eu acho que esta mãe depositou nesta menina, se calhar, muitas expectativas… mais uma vez é uma filha idealizada… e ainda por cima são daqueles meninos de aparência: o cabelo loirinho, olho claro, bonitos. Há uma semelhança dela com o pai adotivo em termos de aspeto físico, parecem mesmo filhos… há muito boas coisas que esta jovem podia ter, se calhar, faltou muitas vezes sentar com ela e perceber o porquê que ela agia daquela maneira e tentar ouvi-la… Hoje ela conseguiu um trabalho, terminou o 12º ano e leva a sua vida. Vai visitar a casa destes pais adotivos… acho que falhamos: o Estado, nós falhamos, todos nós falhamos, falharam aquelas pessoas enquanto seres humanos. Quando há um processo de adoção os pais são aconselhados a ir a estas consultas, a haver este acompanhamento e, se calhar, acham que está tudo bem… se calhar não desistir das pessoas. Eu percebo que há imensos processos e que nós não conseguimos atender a todos. Falhamos enquanto Estado na falta de investimento nas pessoas… A gente vive num primeiro momento o enamoramento, é sempre muito bonito, são meus filhos, não preciso de ajuda de ninguém, sou uma pessoa integrada na sociedade, tenho um bom emprego, o meu marido é advogado num escritório conceituado, a gente não precisa de nada. Nós podemos não ter o perfil adequado para as características daquela jovem. É preciso perceber que eles adotam 3 crianças, que perderam uma irmã em circunstâncias muito más. Ela vai à Internet e lia coisas muito graves, chocantes… eu acho que tem de haver aqui uma compreensão diferente… nós temos de estar mais atentos e lá está havia de haver mais recursos humanos… para acompanhar estas famílias… olhe são meninos muito frágeis, são meninos com muitos traumas...

37 Eu. Muito obrigada.

Entrevista 23
Jovem CAR – 17 anos

Eu. Há quanto tempo é que estás acolhida ou há quanto tempo é que estás com medida de institucionalização?
E23. Há 11 anos.
Eu. Foi sempre na mesma instituição que foste acolhida.

Eu. Tens conhecimento, porque é que foste institucionalizada?
E23. Mais ou menos. Eu estava a morar com a minha mãe e com a minha avó materna. Entretanto, a minha mãe saiu de casa sem dizer nada e fiquei eu e mais 2 irmãos. Os meus avós começaram a ter algumas dificuldades por causa da escola e assim. São os 2 reformados, e não tinham rendimentos para conseguir pagar tudo. E pronto, depois a minha avó informou-se e pediu uma ajuda e pronto foi assim. Fui acolhida eu e os meus irmãos. Eles vieram para cá os 2 e entretanto, já saíram.

Eu. E tu manténs contacto com a tua família biológica?
E23. Com algumas pessoas, nomeadamente com os meus avós, com o meu irmão do meio e com a minha sobrinha.

Eu. Concordas com as regras e regulamento da instituição. Se sim, podes especificar porque é que concordas?
E23. Eu acho que é fundamental ter algumas regras também, porque um dia vamos sair daqui, não é? E é preciso ter uma base para depois saber viver em sociedade.
Eu. E tu participas na definição destas regras da instituição ou a definição de regras é só feita pelos técnicos, pela diretora, pela direção da instituição?
E23. Só pelos técnicos.
Eu. Só pelos técnicos. E vamos supor que há uma regra do regulamento que tu não concordas. Tu podes expor a tua opinião e tentar que essa regra seja alterada.
E23. Sim, há sempre abertura para isso. Há sempre aquela disponibilidade e falar ajuda sempre.
Eu. Consideras que és envolvida e participas nas decisões que dizem respeito ao teu projeto de vida presente e futuro? Se sim podes concretizar?
E23. Sempre. Agora não fazemos tanto isso, mas nós temos um grupo que é o de pré-autonomia e o de autonomia. Eu já estou incluída no de autonomia e aí nós nesses grupos trabalhamos sobre algumas das nossas dificuldades, dos nossos medos. E pronto, falamos um bocado sobre o futuro, o que é que eu quero fazer quando terminar o secundário.
Eu. Qual é a periodicidade dos grupos? É uma vez por semana, uma vez por mês?
E23. Quando temos disponibilidade, por causa das aulas e assim. Das horas que chegamos a casa da escola, depois se temos alguma atividade extraescolar. Depende muito também do meu horário. As atividades extracurriculares que tenho são karaté e estou a tirar um curso de bombeiro.

Eu. És convocada pelas autoridades administrativas ou judiciárias, por exemplo, na instituição de acolhimento, és chamada a intervir quando há alguma decisão a tomar, ou pela CPCJ, pelo Tribunal para dar parecer em relação ao projeto de vida. O teu processo está em tribunal ou na CPCJ?
E23. O meu processo está no Tribunal e tenho uma técnica que acompanha o meu processo. Tenho contato com essa técnica sempre que há uma revisão da medida. Se achar necessário ter que falar com a técnica, há sempre essa disponibilidade e ela tem abertura.

Eu. Consideras que és envolvida na tomada das decisões mais importantes da tua vida ao longo do acolhimento?
E23. Eu vim para aqui muito nova, com 6 anos e não tinha muita opção até aos meus 12/13 anos. Não é que eu tivesse muito sobre muita opção de escolha. Mas depois também comecei a aperceber-me de algumas coisas e assim. Pronto, estou a crescer e a desenvolver e digamos que sim. A partir dos 12/13 anos senti que fui sendo envolvida nas decisões da minha vida.

Eu. Agora vamos para outro tipo de questões. Consideradas importante estudar? Se sim, porquê?

E23. Eu acho que a escola é uma parte importante porque me ajuda a desenvolver várias coisas, não só ao nível profissional. Em mim mesmo. A forma de falar com as pessoas, a escola permite não ter só competências académicas ou profissionais, mas também competências sociais.

Eu. Consideras que uma melhor qualificação académica, ou seja, consideras que se estudares mais, vais ter um emprego melhor no futuro?

E23. Sinceramente, não. Da forma como está o mercado de trabalho acho que não.

Eu. Sentes que na instituição é feita a preparação para a tua saída? Se sim, de que forma? Mas como é feita esta preparação?

E23. Eu estou agora a terminar o secundário. Pronto se quiser continuar a estudar, se quiser ir para a faculdade e assim acaba por atrasar um bocado mais. Isso porque posso continuar aqui, ir para a faculdade, então é um bocado um atraso. Acaba por atrasar mais o processo de sair daqui, não se fala tanto sobre isso, porque tenho mais uns aninhos.

Eu. Tens na instituição pessoas que te ajudam a preparar a saída da instituição?

E23. A preparar a saída, sim. É mais à base da conversa, eu falo sobre os meus medos, os meus receios e eu sei que se algum dia sair daqui e precisar de alguma coisa, tenho sempre aqui um apoio que basta uma mensagem, uma chamada e tenho a porta aberta. Tenho agora que aproveitar as pessoas que me podem ajudar.

Eu. Qual é a relação que estabeleces com a equipa técnica, educativa e os outros profissionais da instituição? Uma relação de, por exemplo, de respeito, uma relação de medo de medo ou de receio, uma relação de afeto de amizade.

E23. Eu acho que, em geral, é uma relação respeito. Porque muitas pessoas dizem “não sei quê, eu tenho que separar o profissional do pessoal”, mas acaba por ser um bocado difícil porque estão a lidar com pessoas e é impossível não envolver sentimentos, é impossível. É e por isso mesmo que eu digo, quando uma pessoa sai daqui o afeto é que conta, porque se eu precisar, vão-me apoiar. É aí que está o afeto.

Eu. Quais são os objetivos pessoais e profissionais que tens para o teu futuro?

E23. É assim: estou a tirar o curso técnico de apoio psicossocial. Eu quero ir para a faculdade, mas também se não conseguir por algum motivo, não sei, eu tenho pensado muito em alistar-me na tropa. Uma carreira militar, quem sabe? Os objetivos mais profissionais. Eu acho que primeiro tenho que me focar mais nos profissionais, porque se não tiver um emprego estável, acho que não dá que não consigo concretizar depois os outros sonhos ou objetivos.

Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades que irás encontrar quando saíres da instituição?

E23. Eu aqui sinto que tenho muita, muita proteção. Não me preocupo tanto assim, se eu não posso fazer certas coisas, mas eu sei que se fizer enquanto aqui estou, há sempre proteção. Ter que me desenrascar sozinha, pois tenho sempre alguém. Acontece qualquer coisa e sei que tenho sempre apoio para a resolução de um problema qualquer, não é? E é essa a dificuldade que sinto, essa dificuldade de não ter este apoio é um apoio muito mais emocional. Não é um apoio material, mas é um apoio emocional e é isso que tenho mais receio. Não ter um emprego que dê para pagar as despesas, isso também me preocupa, mas este apoio emocional é o que preocupa mais, porque acha que sou protegida aqui. Acho que estou preparada para a vida em sociedade. Não há muito mais que se possa fazer, não é? Quando tiver que ser, será.

38 Eu. Por último, queres contar uma experiência significativa e importante que tenhas vivido aqui na instituição? Esta é uma pergunta completamente livre. Com 11 anos de acolhimento deves ter imensas histórias, ou situações que te marcaram positiva ou negativamente, não sei.

39 E23. Sei lá... Nós tínhamos aqui uma monitora da equipa educativa. Era a (...). Ela faleceu com cancro e era uma pessoa significativa para mim. Foi uma pessoa que não esteve cá muito tempo, mas que tivemos aquela empatia. Chateava-nos muito, assim discussões que passavam sempre, por que é como tem que ser. E quando ela faleceu foi um processo difícil. Eu fiquei muito mal. Porque lá está, chegava a Casa e tinha alguém com quem sabia que podia contar, não é? E pronto foi difícil. Mas é como eu disse, as pessoas que aqui trabalham sempre me apoiaram. Ela foi uma pessoa que me marcou.

40 Eu. Muito obrigada pela entrevista. Mais uma vez refiro que em nenhum momento vai ser identificado qualquer elemento que leva a concluir que foste tu que deste esta entrevista. Muito obrigada.

Entrevista 24
Jovem CAR – 15 anos

Eu. Há quanto tempo é que estás acolhido?
E24. Mais ou menos 10 anos que eu vim para aqui e esta foi a única instituição (…).

Eu. Tens conhecimento porque é que foste acolhido?
E24. Mais ou menos mais. Não sei muito bem, mas acho que foi por causa das condições em casa. Eu não me lembro muito porque era pequenino.

Eu. Manténs contacto com a tua família? Se sim, com quem?
E24. Sim, com os meus irmãos e com o meu pai. Os meus irmãos mais velhos também estiveram na instituição, mas já saíram. Ainda tenho aqui um irmão.

Eu. Concordas com as regras e o regulamento tem instituição? Se sim, porquê?
E24. Sim concordo, porque eu acho que mesmo nas casas normais há sempre regras. Faz parte haver regras em qualquer espaço, quer seja numa casa de acolhimento quer seja numa casa normal de uma família normal.

Eu. Participas na definição de algumas das regras da casa? E se houver alguma regra que tu não concordes, tu tens a abertura por parte dos técnicos e da direção da casa para tu apresentares uma proposta e ser alterada?
E24. Sim às vezes, mas há abertura na instituição para apresentar outras.
Eu. Consideras que és envolvido e participas nas decisões que dizem respeito ao teu projeto de vida presente e futuro?
E24. Sim, sim. Faz de conta, na decisão de ir para a escola nova foi uma escolha própria. Não fui influenciado por ninguém. Eu gosto o que vou seguir. Fui eu que escolhi a escola, ou neste caso o curso. Não foi uma decisão dos técnicos foi mesmo uma decisão minha.

Eu. És convocado pelas autoridades administrativas ou judiciárias, por exemplo a CPCJ, não sei se o processo está na CPCJ ou se já está em tribunal, para dares a tua opinião acerca do teu projeto de vida?
E24. Na CPCJ. Muito poucas, pouquíssimas vezes. A minha técnica está sempre a mudar por isso não tenho uma relação muito próxima com quem acompanha o meu processo. Tenho uma relação mais próxima com a equipa técnica daqui, a equipa educativa e com estas pessoas sou envolvido e ouvido.

Eu. Identifica o tipo de relação que estabeleces com a equipa técnica educativa e ou outros profissionais da casa de acolhimento?
E24. Não posso dizer amizade porque aqui não há amizades e mais profissionalização da parte delas, mas há sempre uma ligação que é sempre muito aconchegante. Pelo menos eu falo por mim. É uma relação aconchegante e familiar.

Eu. Vamos agora passar para uma segunda parte. Consideras importante estudar?
E24. Sim, sim. Porque evoluímos sempre a estudar e faz parte. Temos que manter o nosso estudo, temos que ser uma pessoa com pelo menos o básico. Não estou a dizer ir para a faculdade, mas o estudo é sempre essencial.
Eu. Mas achas que se estudares mais possibilidade tens de conseguir um emprego melhor no futuro? Isto é assim um bocadinho enviesado, estou a conduzir um bocado…
E24. Sim, sim.

Eu. Na casa de acolhimento é feita a preparação para a tua saída, de que forma?

E24. Ganhamos outra autonomia, começamos a treinar a gerir dinheiro, a fazer algumas compras, treinamos coisas básicas como passar ferro e outras coisas para conseguirmos estar mais preparados. Cozinhar também, a tratar de roupas, fazer limpeza da casa e dos quartos. A gerir o dinheiro claro, mas o que ajuda e nos faz preparar para o futuro claro.

Eu. Há uma orientação para que vocês se preparem para a saída. Já me deste a resposta a esta pergunta. Tens na casa de acolhimento pessoas que te ajudam a preparar a saída da instituição?

E24. Sim

Eu. Quais são os teus objetivos pessoais e profissionais que tens para o futuro?

E24. O meu objetivo é ter a minha casa, a minha família, acabar os estudos. Como eu não quero ir para a faculdade, acabo o meu curso profissional de marketing digital e publicidade e irei à procura de um trabalho.

Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades que vais encontrar quando saíres da casa de acolhimento?

E24. Eu acho que vou sentir muita falta do aconchego, falta de carinho, porque isso faz sempre falta. Mas eu acho que não será assim grande dificuldade, porque saímos daqui muito preparados.

Eu. Acabaste de me dar a resposta: encontraste preparado para a vida em sociedade quando saíres da instituição para teres uma vida uma vida autónoma?

E24. (…) não será assim grande dificuldade, porque saímos daqui muito preparados.

Eu. Agora a última questão: queres contar uma experiência significativa e importante que tenhas vivido aqui na instituição?

E24. Eu acho que todos os momentos, tanto como saídas e como atividades que tivemos cá em casa foram todas divertidas, então não tenho assim nenhuma específica.

Eu. Não tens nenhuma específica, nenhuma que te tenha marcado assim positivamente?

E24. No geral todas marcaram positivamente.

Eu. Muito obrigada. Já terminamos.

Entrevista 25
Jovem CAR – 16 anos

Eu. Há quantos anos é que tu estás aqui na Instituição?
E25. Há 3 anos.

Eu. E sabes o motivo? Porque é que vieste para a instituição, se não quiseres dizer, não digas, sabes qual é?
E25. Os meus tios maltratavam-me.

Eu. E tu manténs contacto com a tua família?
E25. Às vezes ligo.
Eu. Só contato telefónico. Mas mais concretamente com esses tios ou com pai com mãe?
E25. Com os meus tios.
Eu. Com os teus tios manténs só contato telefónico, não vais visitar, ficas sempre aqui na casa.

Eu. Concordas com as regras e o regulamento da instituição da casa? Podes me dar assim um exemplo, porque é que concordas, exemplos de regras que tu concordes?
E25. Sim, sim. Por exemplo, há uma regra do banho que os rapazes têm que ir às 6:30 e as raparigas às 7. Eu concordo com essa regra, porque acho que os rapazes têm que ter a sua intimidade e as raparigas também. E depois jantamos todos às 7 e meia. Acho que é uma regra simples, por isso, concordo, claro.
Eu. Outro tipo de regras como as saídas e as entradas?
E25. Sim, são adequadas a cada um.
Eu. Ou seja, há regras que são mais gerais e há regras que são específicas para cada um. Ou seja, de acordo com o quê? Com o que tens que fazer?
E25. Com a confiança que elas têm connosco.

Eu. Consideras que as decisões que dizem respeito ao teu projeto de vida que tu és envolvida nessas decisões? Se sim, podes especificar?
E25. Sim. Por exemplo, elas ajudam em termos da escola e assim, o meu curso e ajudam-me a gerir o dinheiro que eu tenho também. Elas vêm sempre dizer-me que se calhar é melhor fazer assim desta maneira, para me deixarem poupar.
Eu. Mas já te apresentam uma decisão tomada ou pedem a tua opinião e depois toma-se uma decisão em conjunto?
E25. Sim elas perguntam-me o que eu não acho, que é melhor assim. E depois eu concordo sempre porque acho que é sempre melhor, porque elas também têm mais experiência e eu depois posso me arrepender.
Eu. Dizer que têm mais experiência de vida ou têm mais experiência a nível profissional? Qual dos aspetos é que privilegias?
E25. Mais experiência de vida.

Eu. Tu és convocada pelas entidades, autoridades administrativas ou judiciárias, por exemplo o tribunal, a CPCJ? Onde é que está o teu processo está a decorrer no tribunal ou na CPCJ?
E25. Está na CPCJ.
Eu. Está na CPCJ. Tu és convocada para ir à CPCJ e dar a opinião sobre o teu projeto de vida?
E25. Já não. Há muito tempo que já não me ouvem.
Eu. Ou seja, no início do processo ou no início quando foste acolhida, eras mais chamada e agora não és chamada, porquê?
E25. Não sei, não.
Eu. Sabes quem é a técnica do teu processo, não sabes? Ou seja, em termos técnicos, tens que te apoiar e nas pessoas daqui da casa, porque da CPCJ não sabes das decisões, tu só podes dizer aos técnicos da casa [de acolhimento]?
E25. Sim, sim

Eu. Consideras que és envolvida na tomada das decisões mais importantes da tua vida ao longo do acolhimento? Durante estes 3 anos que cá estás? Foste envolvida, perguntaram a tua opinião?
E25. Sim, sim, nomeadamente a nível escolar.
Eu. Estás a frequentar um curso, um curso profissional? E foi da tua escolha?
E25. Sim por decisão, foi da minha escolha.

Eu. Agora vamos passar para uma segunda parte. Consideras que é importante estudar?
E25. Claro que é. Acho que aprendemos um bocadinho de tudo. É sempre bom porque depois vamos andar sempre um bocado e percebemos o que é o nosso mundo. Aprendemos um bocadinho de tudo. A escola não é só aprendermos conteúdos, é aprender a ser pessoa.
Eu. Consideras que uma melhor qualificação académica e profissional vai conduzir ou vai levar a que tenhas um emprego melhor? Ou não, achas que agora os tempos estão difíceis e independentemente do que nós estudarmos e do que nós nos empenhamos?
E25. Nós no curso profissional aprendermos sobre a nossa área, mas acho que agora como temos formações e tudo. Acho que não sei, acho que vai de cada um mesmo.
Eu. Vai vai de cada de cada um, não é o facto de termos muitos cursos que vamos ter um emprego melhor, não é? Não é isso, há outras coisas às outras, a outras coisas que influenciam e tais como?
E25. Sim, é mais a motivação gostar daquilo que se faz.

Eu. Sentes que na casa de acolhimento é feita a tua preparação para a tua saída futura? E se sim, de que forma é que é feita esta preparação? Consegues me dar exemplos?
E25. Por exemplo, a nível económico, elas estão a ajudar-me a ter algum dinheiro para quando sair, se precisar de um carro ou se precisar de pagar a carta e assim. Sempre houve uma preparação, elas me disseram que um dia eu vou ter que sair e que o mundo lá fora é diferente.
Eu. Tu achas que o mundo lá fora é diferente?
E25. Sim, sim.
Eu. O que é que é diferente no mundo lá fora daqui da casa?
E25. Porque aqui há sempre uma proteção da casa e quando nós saímos aqui, vamos ser nós, vai ser estarmos, estarmos por nossa conta.
Eu. Exato e tu aqui sabes que se tens algum problema, tens sempre alguém, não é? Para além de teres um espaço físico. Com condições de conforto. Tens alguém para te apoiar? Esta é esta proteção que tu identificas, mas achas que é feita a preparação para a saída.

Eu. Quais são os teus objetivos pessoais e profissionais para o futuro? Sim, quando fores adulta e tiveres depois sair, estás por tua conta, não é? Mas o que é que tu ambicionas? O que é que tu gostarias de ter de fazer de ser?
E25. Neste momento eu quero primeiro, quero ter o meu trabalho. Quero seguir a área de estética, quero o curso que eu tô. Quero ter o meu trabalho. Depois, um dia se puder ter uma casa.
Eu. Isso é a nível profissional. Terminares o teu curso para depois teres um emprego e a nível pessoal que ambicionas? Eu sei que tu já namoras há muito tempo. Ambicionas ter uma família, casar, ter uma família ou não casar ou viver?
E25. Que acho que ter uma família não é um dos meus objetivos, é mesmo ter um companheiro para a vida.
Eu. Ter um companheiro para a vida, não uma família?
E25. Não sei, acho. Eu adoro crianças, mas não sei se vai ser uma coisa que queira.

Eu. Quais consideras que serão os principais as principais dificuldades que vais encontrar quando saíres da casa?
E25. Saber gerir tudo, o dinheiro, a casa, os horários.
Eu. Qual é a dificuldade que eu acho que vais sentir? Tu disseste há pouco.
E25. Acho que sou protegida, mas acho que é sempre bom também passarmos um bocado, para também aprendermos sozinhos.

59 Eu. Isso faz parte do crescimento, não é? Mas achas que isso vai ser assim, algo que te vais defrontar logo à partida quando tiveres que sair, independentemente de poderes vir cá?
60 E25. Eu sei que a porta está sempre aberta, mas é diferente, porque depois já vou depender é de mim.
61 Eu. Encontras-te, achas que te encontras preparada para a vida em sociedade quando saíres da casa?
62 E25. Mais ou menos, ainda é cedo. Ainda tenho que trabalhar.
63 Eu. Ainda tens de trabalhar em termos pessoais?
64 E25. Sim também.

65 Eu. E agora, por último, queres me contar alguma experiência significativa, mais significativa e importante? Alguma coisa que tenha que tenha marcado pela positiva ou que não tenha sido tão positiva?
66 E25. Quando cá cheguei não foi muito fácil a minha chegada porque foi um bocadinho atribulada. Era uma coisa nova, eu nunca estado cá antes, aí foi um bocado difícil porque demorei um bocado a estabilizar na casa. Mas mesmo assim elas conseguiram trabalhar comigo e foi uma luta para conseguirem que eu ficasse estável. Mas eu aprendi muito aqui dentro, cresci muito, a maturidade por isso.. Eu... estava com outras crianças e jovens que não conhecia, que não sabia como elas eram.
67 Eu. O que é que sentias? Revolta? Qual era o sentimento principal?
68 E25. Tristeza, revolta. Tristeza porque por um lado, eu não estava bem em casa, mas por outro estava num mundo completamente diferente do que estava antes. Então foi uma mudança assim radical.
69 Eu. Do que é que sentias mais falta?
70 E25. Dos momentos em família mesmo, porque, claro esta casa é uma família para mim, mas há sempre aquela coisa de estar com a família e de sair, e assim. E aqui é diferente.
71 Eu. Aqui é uma família grande. Mas sentias falta de estar com a família, ou seja, a parte positiva e feliz?
72 E25. Sim, principalmente isso.
73 Eu. Mas não é isso que ambicionas para ti?
74 E25. Não.
75 Eu. Muito obrigada.

Entrevista 26
Jovem CAR – 16 anos

Eu. Há quanto tempo é que estás acolhido? E foi sempre nesta casa?
E26. Quase 5 anos e sempre estive nesta instituição. Vim com 11 anos.

Eu. Sabes o motivo porque é que vieste para cá? Queres-me dizer ou não?
E26. Sei, mas não quero dizer.

Eu. Manténs contacto com a tua família? Se sim, com quem?
E26. Sim mantenho contacto com a minha mãe, com o meu pai, com todos, e com os meus irmãos.
Eu. Os teus irmãos estão acolhidos?
E26. Não, estão com o pai e a mãe.

Eu. Concordas com as regras e o regulamento desta casa? Se si, porque é que concordas?
E26. Sim, concordo, porque senão eram só asneiras e se não houvesse regras era uma tragédia: ninguém se respeitava, estava tudo desarrumado.
Eu. Mas há alturas, por exemplo tu agora não foste almoçar com o grupo porque te deitaste tarde, ou seja, há regras que são mais adaptadas a cada uma das situações?
E26. Como me deitei tarde não precisava de almoçar, não tinha fome e não havia horas para levantar.
Eu. Mas tens outras regras que tu concordas?
E26. Tem que haver respeito uns pelos outros.

Eu. Consideras que és envolvido nas decisões que dizem respeito ao teu projeto de vida, perguntam a tua opinião, perguntam qual é a escola que tu queres ir, qual é o curso que tu queres ir?
E26. Sim perguntam. As coisas que são mais importantes na minha vida acho que perguntam sim.
Eu. O teu processo está no tribunal ou na CPCJ? Tu és chamado para ir lá ir? Conheces a técnica que acompanha o processo?
E26. Está na CPCJ. Às vezes. Conheço a técnica que tem o meu processo na CPCJ e se precisar de falar com ela, falo aqui com a equipa daqui. Às vezes. Na última vez eu tive que escrever uma carta para ela.
Eu. Consideras que és envolvido nas decisões mais importantes da tua vida desde que estás aqui na instituição?
E26. Sim como já disse há pouco.

Eu. Achas que é importante estudar? Se sim, porquê?
E26. Nós não somos nada se nós não estudarmos.
Eu. Mas achas que podemos ter um emprego melhor ou há circunstâncias que às vezes nós temos um bom curso e às vezes não encontramos um bom emprego, é o facto de estudarmos mais, o que é que tu achas?
E26. Depende do esforço da pessoa, depende muito da pessoa, se ela se empenhar e esforçar.

Eu. Sentes que aqui na casa é feita a tua preparação para a saída? Se sim, de que forma?
E26. Às vezes com projetos. Os projetos dos grupos de pré autonomia e de autonomia. É tipo um projeto para nos preparar quando formos para fora. O meu grupo é o projeto pré autonomia, o projeto de autonomia é para os mais velhos. São aqueles que já estão mais próximo da saída. Neste projeto de pré autonomia conversamos acerca do dinheiro, como gerir o dinheiro e de outras coisas.

Eu. Tens aqui na instituição pessoas que te ajudam a preparar a tua saída?
E26. Sim tenho.

Eu. Quais são os teus objetivos, as tuas ambições para o futuro, podes-me dizer?

E26. Ser um dos melhores cozinheiros do mundo. Ter uma família em condições e ser feliz. Ser feliz é realizar os meus sonhos e conseguir ter a minha família e ajudar os que precisam.

Eu. Quais consideras que serão as principais dificuldades que tu vais encontrar quando saíres da casa?

E26. Não pensei muito. Não quero pensar. Prefiro pensar no tempo presente e pensar nas coisas positivas.

Eu. Achas que te encontras preparado para quando saíres?

E26. Sim. Não quero pensar que as coisas vão correr mal, é só coisas positivas.

Eu. Já estamos na última pergunta. Queres-me contar alguma experiência assim que te tenha marcado mais aqui na casa durante o tempo que cá estás?

E26. Por exemplo o que marcou aqui foi quando parti o dente. A partir daí nunca mais quis jogar escondido. A gente foi jogar às escondidas na casa e estava tudo escuro. Bati com a boca numa esquina da porta.

Eu. Mas não tens assim nenhuma situação, nem quando chegaste, que queiras contar?

E26. Só me quero lembrar das coisas mais engraçadas e positivas que já passei na casa. Quando fomos ao Algarve, lá tinha uma piscina, um campo de futebol. Fomos todos para a praias. Quando fomos ao parque aquático que tinha trampolins. Quando íamos para o parque de diversões. Quando íamos para (…) aquela casa no verão. São momentos que me marcam pela positiva e que quero recordar.

Eu. Muito bem, muito obrigada, já terminamos, obrigada.

Entrevista 27
Técnico CAR

Eu. Boa tarde. Vou-lhe fazer uma entrevista. Profissão?
E27. Equipa educativa. Perfeita.
Eu. Educadora ou perfeita. Muito bem. Há quantos anos é que tem de contacto com crianças e jovens em risco/perigo?
E27. Vai fazer 2 anos.
Eu. E com crianças em acolhimento?
E27. São também dois anos.

Eu. Concorda com as regras e o regulamento da Casa de acolhimento. Se sim, porque é que concorda, pode-me concretizar?
E27. Está bem... Mas como assim? As regras em geral que nós temos com eles?
Eu. Sim as regras em geral, ou então depois a adaptação das regras em particular.
E27. Acho que as regras aqui em casa são sempre importantes, porque isso vai, vai fazê-los ver a vida lá fora de outra maneira, porque se não tiver regras, eles nunca vão perceber lá fora como é que as coisas funcionam. E acho que é por isso que eu acho importante que eles veem no futuro lá fora.

Eu. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar na definição das regras e rotinas na casa de acolhimento?
E27. Não sei.

Eu. Considera que eles devem ser envolvidos e participar?
E27. Que eles aprendem sempre um pouco mais com isso. E lá está, existem regras lá fora e eles podem conhecer.

Eu. Considera que eles são envolvidos e participam nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E27. Sim, sim, sim. Eu não estou com eles muito dessa parte, mas aquilo que eu vejo e ouço deles, sim. Elas [as técnicas] tentam o máximo. Fazem aquilo que eles querem a nível lá fora [da instituição], o projeto deles, sim.

Eu. Considera que eles são envolvidos na tomada das decisões? Uma questão é se devem ser envolvidos a outra é se são envolvidos.
E27. São envolvidos são, são sempre em tudo, sempre. Eles têm consultas individuais com elas [as técnicas da instituição], sobre isso. São sempre envolvidos.

Eu. Identifique o tipo de relação que estabelece com os jovens.
E27. A relação que eu tenho com eles é mesmo de educadora. Estou aqui sempre para ajudá-los a crescer e a fazer ou ver o mundo lá fora, que é diferente e tentar que eles melhorem sempre a cada dia.
Eu. Mas é uma relação, como é que podemos identificar? Se é uma relação de respeito, se é uma relação até de amizade?
E27. É isso, de respeito.
Eu. Uma relação de afeto, de proximidade…
E27. Acho que é um bocado de respeito e um bocadinho de afeto. É dos dois. Há ali um equilíbrio. Nós não podemos dizer que não temos afeto, vamos ter sempre afeto. Respeito sempre, não podemos dizer que não.

Eu. Qual considera ser a relação que os jovens estabelecem com a escola?

E27. Depende, alguns querem outros não querem. Depende, por exemplo, num ano você vê para aí só 2 a estudar. O resto não estuda ... Muitos não querem saber, são poucos os que querem saber.

Eu. São poucos os que querem saber. Então não investem, não têm motivação?

E27. Se houver sim. Sim, sim, são poucos os que vão para a faculdade, o resto não.

Eu. Ou seja, não têm grandes ambições em termos de escola?

E27. Não, não têm.

Eu. Mas considera que essa falta de ambição se deve à vida anterior ao acolhimento ou se deve a características pessoais? Qual é a sua opinião?

E27. Eu acho que se deve a características pessoais ...as características pessoais que têm, pode ser. Acho que sim, porque há, por exemplo, certos jovens que já estiveram aqui nem sempre tiveram professores adequados para eles e esta escola não é a melhor para eles, então isso também diz muito. Mas os que frequentam, por exemplo, cursos profissionais esses são um pouco mais atinados, agora os mais novos que andam nestas escolas, não.

Eu. Os mais velhinhos, digamos que a partir dos 15/16 anos que já estão em cursos profissionais como é? Como é que considera que é a relação que eles têm com a escola?

E27. Sim, são mais motivados. É mais ou menos, mas os mais velhos vão sempre direito, não faltam.

Eu. Mas não faltam porque depois têm sanções…

E27. Não, eu acho que não, não faltam. Estão mesmo porque querem, porque têm aquela responsabilidade. Chega aquela altura da vida em que eles, porque eles já estão a começar a aprender ao que realmente dão valor.

Eu. Considera que uma melhor qualificação académica e profissional irá conduzir a uma melhor integração destes jovens no futuro?

E27. Hã, sim, claro, sempre. Quanto mais estudos tivermos, melhores empregos vamos ter.

Eu. Mas tanto estes jovens como qualquer outro jovem?

E27. Com qualquer um, com qualquer um em geral.

Eu. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens? Sim, sim e de que forma pode exemplificar?

E27. No geral. Sim. Ao nível do dinheiro, ao nível da culinária, ajudá-los a fazer as suas comidas, aprender a cozinhar e no cuidado também das roupas. Eles tratam da roupa, passar a ferro, tudo. Tarefas domésticas e também ao nível do banco, a gerirem o seu dinheiro.

Eu. Mas são tudo tarefas que são do dia a dia a dia, não é?

E27. Sim, o contacto, por exemplo, com os serviços, com o Banco, lá está, e isso também ajuda.

Eu. E o Centro de Saúde, a Segurança Social…

E27. Tudo isso, tudo isso é feito, é feito com eles, mas mais com a equipa técnica.

Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais destes jovens? Quais os objetivos que eles têm? O que é que eles aspiram para o futuro?

E27. É assim, o que eles esperam é ter a sua própria casa, ter a sua própria família e ter um emprego que eles realmente gostam. Pelo menos ter algo que lhes sustente a vida.

Eu. E em termos, por exemplo, em termos pessoais?

E27. O que tenho verificado é que todos querem ter a sua família, em termos pessoais, ter uma casa, casar ou ter um namorado.

Eu. Eles aspiram sempre a ter quase uma família melhor do que aquela de onde eles provêm?

Eu. Basicamente, basicamente é isso. E em termos profissionais, ter um emprego que os consiga sustentar a vida, ter um carro.

Eu. Mesmo que não gostem do que fazem?

E27. Sustentar a vida, por exemplo, nem sempre trabalhamos onde gostamos, não é?

Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades que eles vão encontrar quando saírem da casa?

E27. Eu, sinceramente, acho que, por exemplo, a nível de casa e ainda um pouco de culinária e um pouco a arrumação que eles têm das suas roupas. No banco isso eles safam-se, se bem que eu tenho reparado. Mas agora, por exemplo, eles ainda precisam de uma pessoa para acordar, falamos de meninos de 18 anos ou 17. Eu acho que é mais isso. E também consultas, de marcar consultas. Eu acho que eles ainda vão ter um bocadinho dificuldade nisso, porque nisso eles ainda não fazem sozinhos. Nem acordar fazem, é preciso estar sempre lá uma pessoa. (…) Cozinhar eles safam-se sim.

Eu. Nestas questões mais da gestão do dia a dia, eles já vão estando preparados, mas acha que eles vão ter dificuldade em terem alguém que lhes transmita a responsabilidade de ter de se levantar cedo?

E27. Sim, sim. "Olha vamos levantar para ir para o trabalho. Olha, não te esqueças de marcar a consulta ou ires à consulta", não estar à espera que ninguém os leve ou que sejam outras pessoas a marcar as consultas.

Eu. Então acha que eles estão um bocadinho, se calhar, dependentes?

E27. Sim. Porque eu acho que eles ainda não marcam as suas consultas e há coisas fáceis que com a idade deles, já podem fazer isso. Já podem ir fazendo. Por exemplo, apanhar a camioneta para ir a uma consulta sozinho. Saber falar com o médico, saber dizer aquilo que tem, sem estar uma outra pessoa a dizer, sem estar uma pessoa para dizer se está bem ou mal. Eu acho que não estão bem preparados.

Eu. E outro tipo de dificuldades. Qual é outro tipo de dificuldades como qualquer outro jovem que saia de casa dos seus pais? Qual é que considera as dificuldades que estes jovens vão encontrar?

E27. Eu acho que é também a gerir o dinheiro. Porque eles aqui estão habituados, por exemplo, não pagam água, nem luz e mal têm dinheiro, isto é uma coisa normal e em geral nos jovens "Ai, eu quero comprar um chocolate" e depois eles, quando tiverem o seu ordenado, não vão saber bem dividir o seu dinheiro. Eu acho que é essa a maior dificuldade: a gestão do dinheiro. Acho que depois vão ter que pagar luz…

Eu. A gestão. Ou ter de pagar a renda?

E27. Exato, a água e tudo. E fazer a despesa.

Eu. Claro, exatamente, comprar alimentação para depois cozinhar. Mas acho que já vão saber que aquele dinheiro não é para comer um doce, "Vou ao McDonald's". Acho que é mais essa parte que é gerir o dinheiro.

Eu. Como toda a gente, não é?

E27. Quando se tornam mais ou menos autónomos, têm de fazer essa gestão.

Eu. Dos 2 anos que está aqui, quer-me contar alguma experiência assim mais significativa que lhe tenha tocado mais?

E27. Tive aqui uma situação muito chata. Que, infelizmente, nisso não se pode fazer nada. Eu estava com os jovens na cozinha e o X, que nós temos aqui era mais problemático do é que agora. Agora ele está muito mais calmo. Eu estava sozinha, porque ao fim de semana é uma pessoa de manhã e outra pessoa de tarde. E na altura estava com o Y. Ele era muito agarrado ao Y. E o Y estava comigo. E nós estávamos, por exemplo, eles estavam a dizer "Quem se porta mal, vai para uma instituição", uma instituição daquelas fechadas. Porque o X já estava a querer portar-se mal, mas isso era para meter medo ao X. Eles são assim, gostam muito de às vezes picar uns com os outros. (…) O X começou-se a "passar-se". Eu estava na cozinha a cozinhar, que era para fazer o jantar. E ele vem do refeitório e começa a atirar-me facas e a apontar facas. (…) Foi esse o momento que me deixou mais em baixo e mais desconfortável ao nível de trabalho, porque sei que não se pode fazer nada. (…) Então vocês chegam ao seu trabalho e pensam que não se pode atirar com uma cadeira, que não vai acontecer nada, só quando você estiver deitada na cama do hospital, mesmo ali é que se pode fazer alguma coisa. Acho que foi esse o momento. De resto, é o dia a dia.

Eu. E algo assim de positivo que recorda?

E27. São todos os dias: os dias que eu chego e eles estão felizes, e eu chego lá e dão-me logo um abraço, estamos todos em comunidade a jogar cartas. Andam sempre atrás de nós, por exemplo, a fazer atividades e chamam-nos para as atividades deles, o mais positivo é estarmos sempre bem, e eles estarem bem, sim, é o mais importante.

Eu. Muito bem. Muito obrigada pela sua partilha. Obrigada.

Entrevista 28
Jovem CAR – 18 anos

Eu. Há quanto tempo estás acolhido?
E28. Foi em 2013, há 10 anos.

Eu. Manténs contacto com a tua família? Se sim com quem?
E28. Com os meus irmãos da parte de pai, com todos, e com o meu pai também.

Eu. Concordas com as regras e o regulamento da instituição?
E28. Sim concordo. Acho que são bons e são bem organizados. Em termos de organização sinto que a casa é muito boa e é bom para as pessoas que quiserem. Penso que aqui as pessoas conseguem aprender algo e saber o que querem, a traçar objetivos.
Eu. Achas então que o regulamento e as regras que são impostas pela instituição estão bem?
E28. Acho que assim consigo avançar para o futuro.

Eu. Consideras que foste envolvido e que participas nas decisões que dizem respeito à tua vida presente e futura? Se sim, podes-me dar exemplos?
E28. Sim bastante. Por exemplo quando entrei na escola, eu não tinha como objetivo tirar o 12.º ano e eu estava a sentir muitas dificuldades. Até que tentei procurar ajuda aqui na instituição e senti-me confortável, porque talvez se não tivesse o apoio delas seria um desestimulo, um desinvestimento escolar. Então com o apoio delas até comecei a ter gosto por trabalhar com crianças e até estou a terminar o curso técnico de ação educativa.

Eu. Consideras que foste envolvido na tomada das decisões mais importantes ao longo do teu acolhimento?
E28. Sim sempre, quer em relação a questões educativas quer em relação a questões mais pessoais. Sem dúvida alguma, é mesmo afirmativo, porque lá está quando digo que estão a trabalhar com crianças não estão a trabalhar com objetos, porque nós somos seres humanos e o trabalho é preciso amor para estar nesta área. Se estamos aqui contra a vontade não dá para fazer um trabalho. Por exemplo as pessoas olham para mim e dizem assim “O X veio para aqui sem tampa do poço e saiu com uma tampa, com um amparo e traçou objetivos”. Isso é um orgulho, dizerem assim “Olha valeu a pena”.

Eu. Identifica o tipo de relação que estabeleces com a equipa técnica, educativa e os profissionais daqui da casa?
E28. É uma relação familiar, é verdade. Não podemos dizer que é o trabalho das pessoas só, aqui vive-se como uma família. Não é as pessoas dizerem para ficar bonito na imagem, sentes que é uma casa. Uma casa de uma família grande é isso que é. Os profissionais não são meros profissionais, é tudo, a equipa educativa e os auxiliares e a cozinheira. Tudo e todos é uma relação familiar.

Eu. Consideras importante estudar?
E28. Até um determinado ponto eu dizia que não me sentia capaz, queria só fazer o 9.º ano, porque tinha muito receio da escola. Eu tenho medo de dar um passo em falso e isso é o que eu nunca quero dar na vida: um passo em falso. Quero dar um passo com sentido. E então tive medo. Até ao 9.º ano estava um bocado numa “bolha” e no 10.º ano as coisas são diferentes e isso faz com que as pessoas cresçam, saiam do meio ambiente normal, digamos assim para enfrentar outro mundo, outra realidade e daí vem a maturidade e o crescimento das pessoas.

Eu. Consideras que uma melhor qualificação académica profissional irá conduzir a um melhor emprego no futuro?

E28. Sim sem dúvida alguma. Eu neste momento estou no 12.º e não digo que não à faculdade, mas mais tarde posso dizer que sim. Nunca disse "Nunca vou para a faculdade", mais tarde daqui a um ano ou 2, depende. Conforme a minha vida, se estiver, se me sentir preparado vou arriscar e vou tirar o curso.

Eu. Sentes que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída, para o mundo lá fora?

E28. Eles neste momento, a partir dos 18 anos, é que começamos a falar sobre os assuntos da vida e assim. Agora quero fazer as coisas com calma, não há pressão para que nós quando atingimos a maioridade. Por exemplo há instituições que dizem assim "Tens 18 anos e estás fora daqui". Eu sinto que há um trabalho a fazer para que no futuro arranje ferramentas e estratégias para que tenha uma boa vida. Uma pessoa que fica sozinha, não tem pais, não tem ligação, vai para o meio da rua e dizem assim entre aspas "É mais uma pessoa no mundo a precisar de ajuda". Nos grupos de autonomia, o grupo dos mais velhos falamos sobre como gerir uma conta de luz, uma conta do Banco, como gerir dinheiro, como mexer com dinheiro, como alugar uma casa. Por exemplo como poupar dinheiro: saber se eu recebo 300 euros não vou gastar 300 euros, vou tentar arrecadar e juntar para o que possa ser preciso para outras situações mais tarde, uma coisa urgente pode acontecer e olha vou buscar aquela bolsinha de dinheiro. É assim. E para além disso, aprendemos a viver em sociedade, a aceitarmos o outro e a confiarmos em nós. Amanhã nós temos que aceitar o outro com as diferenças que ele tem, porque no mundo lá fora é isso. Na realidade nós vamos para o mundo do trabalho não vamos dizer: "Não gosto daquele", coisas dessas, porque não fazem sentido e lidar é a palavra nesse caso. Há muitas coisas que não nos vão agradar é claro. Eu estou em contexto de estágio e há coisas que gosto menos e isso faz parte do mundo do trabalho. Faz parte da vida e são pequenos pormenores, se fossemos todos iguais não estávamos aqui talvez.

Eu. Quais são os teus objetivos pessoais e profissionais para o futuro, que é que tu ambicionas em termos de profissão?

E28. Eu vou terminar a escola. Gosto de crianças, gosto de ser palhaço com elas. Gosto da área das crianças, tem a ver comigo e só não arrisco mesmo, porque eu quero beber um pouco do outro lado da vida. Ver outras áreas, conhecer outro tipo de terreno. Depois em termos pessoais tenho a minha namorada, quero construir uma família normal, uma família enorme, quero ser feliz. Por exemplo, orgulhar-me de ter um filho e dizer-lhe que o que eu passei ele não vai passar. Eu quero que o meu filho cresça num ambiente bom, agradável, que saiba que o pai dele lutou para ter as coisas tem. Numa instituição não é tudo de mão beijada como as pessoas pensam e quero que o meu filho sinta um bocado da vida e do esforço dos pais. Às vezes vale a pena e mais tarde o meu filho vai poder vir a ser pai também e quero que ele transmita um pouco das histórias que o seu pai lhe contou. Isso faz parte um pouco do que é ser feliz e procurar a felicidade a cada passo. Ficar orgulhoso de ter uma coisa minha, se for uma coisa minha eu vou dizer "Sim valeu a pena, é uma conquista". Poder dizer que é minha e isso faz bem. A felicidade é mesmo isso: é valorizar cada detalhe da vida e aproveitar ao máximo cada detalhe da vida.

Eu. Quais consideras que serão as principais dificuldades que vais encontrar quando deixares definitivamente a casa?

E28. Sentir-me um pouco sozinho, porque lá está, estávamos habituados a lidar com rapazes e raparigas, gritos, berros, fazer grupos de cozinha, a fazer reuniões. Agora dizemos que é um bocado chato, mas talvez nesse momento não vai ser assim. Vai ser um pouco de solidão e vai ser uma maneira que eu vou ter que trabalhar para lidar. Por exemplo estar sozinho com a minha namorada. Vai ser uma saudade. Acho que é mesmo o apoio a nível psicológico emocional que vou sentir falta.

Eu. Encontras-te preparado para a vida em sociedade quando saíres da instituição?

E28. Acho esta pergunta bem-mandada, porque eu sou uma pessoa que adora muito falar.

Eu gosto de contar histórias, gosto de contar aos amigos a minha vida, a minha história. Eu passei, eu vivenciei e ao transmitir isso para as pessoas faço muitas amizades então eu sinto que tenho muitas amizades. Tenho muitas pessoas que gostam de mim. Ainda agora na escola meti uma sala toda a chorar. Isso não é de louvar, mas é também para as pessoas pensarem que houve um recomeço. A minha vida há 10 anos começou do zero. Eu sinto que a minha vida parou e recomeçou e isso faz com que a sociedade e as pessoas olhem para mim de outra maneira. Não é dizer que têm pena, não isso nunca exigi de ninguém. Não é ter pena. Isso faz com que eu me sinta bem com as pessoas. Eu faço amizade (…) cada coisa a seu tempo e fazer amizades e aproveitar a vida.

29 Eu. A última pergunta para terminar. Queres contar alguma experiência que te tenha marcado mais aqui ao longo destes 10 anos?

30 E28. Experiências tenho tanta coisa... Assim a mais marcante foi quando eu comecei a tirar a carta de condução, porque não havia aqui ninguém que tinha pensado em tirar a carta de condução e achei que isso era uma coisa fundamental, porque os outros veem as tuas conquistas. Eles também vão querer e vão ambicionar. Vão dizer "Também quero tirar a carta de condução". Acho que era uma coisa que para eles podia ser necessário ainda mais por estarem numa casa, numa instituição. É possível que as pessoas pensem que estão numa situação que é possível e são os coitadinhos e não têm nada. As coisas não são assim. Então isso faz com que as pessoas veem que há uma evolução, um trabalho, há um bem-estar e isso faz com que as pessoas tenham um caminho e tracem objetivos. Isto porque as pessoas lá fora também traçam objetivos. Nós somos reais, nós estamos aqui, estamos no mesmo mundo, sendo assim isso faz com que essa experiência de tirar a carta de condução me marcou, porque eu vejo muitas pessoas a virem ter comigo e a dizer "Olha o X também quer tirar a carta condução". É um bocado dar voz ao silêncio. (…) Se eu tivesse que trabalhar numa coisa dessa trabalhava. É mesmo gostar, acho que isso é uma experiência muito positiva. Se tivessem que passar uma semana comigo eu não me importava de passar, porque iam abrir um bocado os olhos e iam perceber o que é a vida.

31 Eu. Muito obrigada.

32 E28. De nada, já tem aí pano para mangas!

Entrevista 29
Jovem CAR – 18 anos

Eu. Há quantos anos é que estás acolhido nesta casa, ou se já tiveste outro acolhimento anterior?
E29. Com 12 anos deixei esta casa e fui para a Suíça e depois voltei. Estou aqui há mais ou menos 15 anos.

Eu. Manténs contacto com a tua família?
E29. Não, não tenho nenhuma família.

Eu. Concordas com as regras e o regulamento da instituição? Se sim, podes-me dar exemplos desta tua concordância?
E29. Sei lá, eu já estou habituado, eu cresci aqui, já estou habituado às regras. Estou aqui desde que tinha um ano e meio, não tenho nada que não concorde.

Eu. Consideras que és envolvido e participas nas decisões que dizem respeito ao teu projeto de vida presente e futuro?
E29. Sei lá, desde que fiz os 18 anos sim, mas antes disso fui envolvido em tudo, mesmo quando decidi sair e fui viver com uma família de acolhimento.

Eu. És chamado para dar também a tua opinião pelas autoridades administrativas ou judiciárias? Onde está o teu processo no tribunal ou está na CPCJ?
E29. O meu processo está no tribunal, mas não sou chamado nem conheço a técnica que acompanha o meu processo, não sei quem é.
Eu. Significa que se tu precisares de alguma coisa não sabes a quem é que tens que contactar, só contactas e és envolvido pelos técnicos daqui da casa?
E29. Sim, só posso falar com os técnicos da casa.

Eu. Consideras que foste envolvido na tomada das decisões mais importantes da tua vida aqui durante o período de acolhimento?
E29. Sim, sim. As decisões que foram tomadas perguntaram-me se eu concordava.

Eu. Identifica o tipo de relação que estabeleces com a equipa técnica educativa e os profissionais daqui da casa.
E29. É uma relação de família, pois estou cá desde um ano e meio, praticamente desde que nasci, por isso conheço todos, desde a lavandaria, a cozinheira, todas as pessoas. É uma relação de família, duma grande família, duma enorme família.

Eu. Agora vou-te questionar outros aspetos. Consideras importante estudar?
E29. Não sou muito de estudar, sou mais do trabalho.
Eu. E qual é a relação que tu tens com a escola?
E29. A relação é o básico. Tenho mais vontade para trabalhar. Não quero continuar a estudar.
Eu. Consideras que uma melhor qualificação académica conduz a termos um emprego melhor ou não?
E29. Eu espero que sim.
Eu. Mas não queres prosseguir os estudos?
E29. Não, não. Mas quero ter um bom emprego dentro da minha área (restauração).
Eu. Mas queres fazer formação mais específica para teres um emprego melhor ou não?
E29. Não sei. Ainda é cedo.

Eu. Sentes que na casa é feita a preparação para a tua saída? De que forma?
E29. Neste momento não.
Eu. Para saíres?
E29. Eu acredito que quando sair vai ser algo muito diferente, porque 15 anos aqui na casa mais não sei quantos anos vou ainda viver, vai ser muito importante. Acredito que vai ser uma despedida muito importante, mas estão cá para me apoiar quando sair.

Eu. E de que forma é que te apoiam?
E29. Temos tipo umas reuniões, umas discussões em que se fala que quando sairmos daqui temos de começar a pagar rendas, as questões do banco, a dosear o dinheiro e a não gastar assim tanto, a gerir o dinheiro, a procurar casa, carro, essas coisas.

Eu. Sentes que aqui na casa é feita a tua preparação para a saída?
E29. Agora, agora não, mas no momento sim.

Eu. Quais são os teus objetivos, as tuas aspirações pessoais e profissionais para o futuro, o que é que tu ambicionas, o que é que tu queres para o futuro?
E29. Trabalhar e viver cada vez melhor. Sei lá, ter casa, família, o normal. Ter uma família, ter uma casa e ter um emprego, mas depois manter o contacto aqui com esta família.

Eu. Quais consideras que serão as principais dificuldades que vais encontrar quando saíres daqui?
E29. A questão de viver sozinho e fazer as coisas sozinho, pagar rendas e essas coisas, viver sozinho depois de ter vivido não sei quantos anos, toda a vida numa casa cheia de gente.
Eu. O viver sozinho é algo que te assusta?
E29. Um pouco, acho que me assusta mais a questão de estar sozinho do que a questão financeira.

Eu. Encontras-te preparado para a vida em sociedade quando saíres daqui da instituição?
E29. Meio meio. Não sei o que é que há na frente é isso um bocadinho de receio.

Eu. Queres-me contar alguma experiência que tenha sido assim mais marcante aqui na instituição ao longo destes 15 anos?
E29. Desde que eu estou aqui que cada momento que eu tenho é sempre marcante. Eu estou aqui e cada coisa me marca sempre, mas sei lá… Uma coisa marcante foi quando eu saí, fui para a Suíça e a casa (as crianças e jovens e pessoal da instituição) ficou toda a chorar. É claro que até eu chorei e quando eu pedi voltar para cá, eles aceitaram-me logo outra vez. Isso para mim foi muito bom, senti que a porta não estava fechada e que nunca vai estar fechada.
Eu. Muito obrigada. Está feito!

Entrevista 30
Técnico CAR

Eu. Boa tarde. Obrigada por me conceder esta entrevista. Vamos começar. Qual a sua profissão?
E30. Sou auxiliar da equipa educativa na Casa.
Eu. Quantos anos de contacto tem com crianças e jovens em risco/perigo?
E30. Este é o terceiro ano.
Eu. E anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento?
E30. São os 3 anos.

Eu. Agora vou-lhe fazer 2 conjuntos de questões relacionadas com a instituição e relacionadas também com as crianças e jovens que estão aqui na instituição, mas são coisas genéricas. O que não quiser responder não responde, as respostas são livres, mas ia-lhe pedir que fosse o mais sincera possível. Concorda com as regras e regulamento da casa de acolhimento? E porquê?
E30. Concordo com quase todas as regras, porque acho que em qualquer sítio tem de haver regras, não é? Principalmente com os miúdos, porque eles têm de ter regras. Claro que não somos exigentes ao ponto que a regra tem de ser cumprida, mas acho que para o futuro deles faz todo o sentido haver regras.
Eu. Mas considera que algumas regras são demasiado rígidas ou que há adaptação das regras consoante as crianças e os jovens?
E30. Do meu ponto de vista eu acho que há certas regras, vou dar um exemplo: quando regressam das aulas têm logo de tomar banho. Eu acho que facilitava um pouco, quando eles chegassem relaxavam assim um bocadinho e depois aí então iam tomar banho, se não fosse antes do jantar seria após jantar. Mas eles têm esta regra e eles também não se opõem a isso e fazem as coisas direitinhas, cumprem.

Eu. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar na definição das regras na casa de acolhimento?
E30. Concordo, porque acho que é uma mais-valia para eles até porque quando depois chegam novos ao acolhimento eles vão passando as coisas para os outros e também já se vão integrando mais facilmente no ambiente da casa.
Eu. Mas vamos supor que há uma regra no regulamento que os jovens não concordam?
E30. Eles têm a possibilidade de apresentar o argumento para que aquela regra seja alterada. Sempre que eles não concordam, por exemplo, impõe-se a regra que tem de ser cumprida, mas se eles virem que depois na prática aquilo não está a funcionar, ao nível do grupo eles mesmo participam-nos, falam connosco e dizem que podia ser de outra forma, porque fulano não está muito bem integrado, ou não fez aquele trabalho como deveria. Então aí depois há uma reunião, faz-se uma reunião comunitária, que há várias reuniões aqui semanalmente, em que eles expõem os problemas que tiveram nessa regra e isso poderá ser alterado. Então dão as sugestões e a regra depois vai ser, se todos concordarem, depois há uma votação e sim aí depois a regra muda. Têm uma Assembleia entre os jovens, todos falam o que acham quando é imposta uma regra, eles levam para discutir essas coisas para a reunião e então fica tudo decidido e escrito o que é que eles pediram. Também ouvimos as sugestões deles, que também é importante ouvir as sugestões, porque eles são miúdos, mas eles também sabem que as coisas têm de ser feitas, mas se puderem ser feitas da forma em que eles mais apreciam, mais gostem, também nos vai ajudar muito, eles já fazem as coisas com mais prazer, com mais gosto.

Eu. Já me está a responder a esta questão. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente?
E30. Exato, exato. Eles estão envolvidos e são envolvidos, e estamos a falar em termos de regras. Em termos de algumas decisões que são mais importantes como o encaminhamento escolar eles são envolvidos, pede-se sempre a opinião.

Eu. Identifique o tipo de relação que estabelece com os jovens acolhidos, que tipo de relação é que acha que tem com eles?

E30. Uma relação de amizade, de estar sempre presente e ajudar naquilo que eu posso e que eles me peçam. Como eu costumo dizer: a equipa educativa está sempre na linha da frente, pois é quem os recebe quando vêm das aulas, que às vezes ouve as chatices deles e que conversa com eles na hora do jantar, na hora da ceia. Acho que a minha relação com eles é de amizade e quase, não vou dizer que é relação familiar, porque é o meu trabalho, mas tenho um carinho especial por eles, por todos eles. Não é uma mera relação profissional, não vejo isto como uma profissão, quer dizer é uma profissão, mas faço-o com gosto e é tudo o que tenho, porque eles são crianças e precisam muito da nossa ajuda, às vezes até do nosso colinho é o que eles precisam. Eles quando têm alguma chatice vêm falar, vêm desabafar, pedir conselhos…

Eu. Qual considera ser a relação que estes jovens estabelecem com a escola?

E30. Depende, há uns que valorizam, outros que não, depende do miúdo. Há uns que querem prosseguir, outros dizem que têm de fazer o 12º ano, mas que não querem ir para a faculdade, querem começar a trabalhar, outros é quase imposto ir à escola, porque se pudessem ficar em casa ficavam. Portanto, há aqui um meio-termo, uns gostam e outros é só mesmo porque tem que ser, é uma obrigação frequentar a escola até aos 18 anos.

Eu. Mas considera que a relação que eles estabelecem com a escola tem a ver com experiências passadas, com características da personalidade? O facto de não se sentirem bem na escola por estarem acolhidos? Qual é a sua perceção?

E30. A perceção é que eles na escola, e eles já confessaram, que quando estão na escola lhes dizem: "Tu vens de uma instituição" e eles respondem "Não. Eu estou numa casa." Eles consideram esta instituição uma casa "Esta é a minha casa" e eles sentem-se todos bem aqui. Raramente se queixam porque eles aqui é quase uma família, eles sentem-se apoiados. Eu acho que eles não se sentem inferiorizados. Digamos que isso possivelmente vem de pequenino, já de retenções no passado… quando fazem anos eles convidam os amigos da escola para virem para aqui, às vezes até jantar. No verão vêm para a piscina, vêm para aqui, convivem, portanto isso de haver essa diferença, nesse sentido, eles não sentem.

Eu. Considera que uma melhor qualificação académica e profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional dos jovens?

E30. Do meu ponto de vista eu acho que sim, porque cada vez mais a sociedade pede mais, independentemente que hoje em dia já se começa a perceber que jovens já não é pela qualificação, os que têm mais estudos, mas sim por outro tipo de competências. Por exemplo: "tu sabes fazer isto e é isso que eu preciso" para fazer aquele trabalho. Isso acontece com qualquer jovem independentemente de ser daqui ou não. Agora é mais o tipo de trabalho e se és útil, era a palavra que estava a faltar… Os empregadores procuram pessoas que sejam úteis para aquele tipo de trabalho, que têm competências para o fazer, porque até se vê na sociedade, hoje em dia um jovem com um mestrado… mas há quem esteja a trabalhar que não tem curso mas tem uma profissão e ganha tanto como uma pessoa que estudou, a diferença não é muita. Há outro tipo de competências que não são só as académicas que podem conduzir a um emprego melhor.

Eu. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens?

E30. Tentamos dar o nosso melhor, sempre tentamos dar o nosso melhor, principalmente as técnicas □equipa técnica], isso já não é da minha competência, mas nós aqui há todo um trabalho que é feito em equipa e tanto a equipa educativa como a equipa técnica, principalmente a equipa técnica, é aquela que tem mais peso, mas nós também ajudamos na educação: eles se portarem, saberem se comportar numa mesa, saberem o que fazer, como agir perante uma situação assim mais grave, quando haja um desentendimento nós tentamos sempre dizer "Olha tens que fazer assim", têm sempre conselhos. Eu até tenho um exemplo: quando estão à mesa eles por norma põem a mesa, ajudam a pôr a mesa e põem a mesa assim ao calhas e o guardanapo é do lado da faca.

Eu já lhes disse "Olha tudo bem, vocês fazem aquilo que querem, mas devem ter cuidado ao pôr as coisas como deve ser, pois um dia vocês vão a uma festa, é um evento e sentam-se na mesa, não vão pegar no guardanapo do vizinho. Por isso convém que aqui vocês põem como quiser, mas eu estou a ensinar a terem o cuidado de saber onde é que se põe o guardanapo" e eles então acham uma piadona quando eu estou a dar essas aulas de etiqueta e às vezes de ética. Mas é isso, eles acham uma piada, às vezes até vou explicar como é que se toma um chá e eles na hora da ceia eles adoram estar ali "Agora só tomo chá se for com aquela chávena e aquele pires". Eu acho que eles dão valor a estas coisas. Eu não sei se eles estivessem na família lhes ensinariam estas coisas. É saber estar numa mesa e aqui eu vou-lhes incutindo essas pequenas coisas e eles não dizem "Ai que chata", eles ouvem com atenção e sabem.

29 Eu. Em algumas das entrevistas que eu já fiz, os jovens disseram que há um grupo de pré-autonomia e o grupo da autonomização.

30 E30. Isso é mais um trabalho técnico, só as técnicas fazem, pois, fazem com eles… agora digamos que sempre que se pode sim, vai-se preparando… a fazer várias coisas, desde a pintura (…), fazemos trabalhinhos, pintámos, porque eu tenho também um curso em artes e ensino estas pequenas coisas e eles gostam muito de aprender, a costurar, a fazer artes decorativas eles gostam. Fazem sempre as prendinhas, as coisinhas para o Natal, portanto são estas coisas. É pena, tenho muita pena, que os jovens não se envolvam neste projeto e poucos gostam agora. Claro, lá está, as redes sociais interferem muito nesse tipo de coisas, eles querem aprender, mas é primeiramente o telemóvel. Já tive aqui um miúdo que dizia assim: "(…) se estivesses cá quando eu vim para cá, quando me deram o telemóvel já nem queria telemóvel, porque eu adorava fazer pinturas e trabalhos". Ele estava sempre ali…

31 Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm para o futuro, o que é que inspiram estes jovens?

32 E30. Eu espero que eles aspirem a ser alguém na vida, não é? Vão para a sociedade e é lá fora que eles têm que batalhar, que não é como estar cá dentro, porque aqui eles têm todo o carinho, todo o cuidado, todo o apoio e lá fora eles "vão para a guerra", não é? Chegam lá fora e têm que se desenrascar sozinhos, não têm quem lhes digo "Olha fizeste isto mal, olha não faças", mas eu acho que os aqui estão, estão preparados e todos os dias eles têm exemplos, agora depende muito do que eles queiram, o que é que eles querem para o futuro e como querem. Como qualquer jovem, acho que sim. Eles querem ter um emprego, ter um trabalho, ter uma casinha deles, uma família. Sim, porque eles falam nisso. Têm aspirações como qualquer miúdo, como qualquer outro jovem, não é? Claro e ainda bem.

33 Eu. Quer contar alguma experiência que tenha vivido aqui que seja mais marcante para si?

34 E30. O tempo que cá trabalho… a mais marcante pela negativa… tenho várias, mas a gente tem que… aqueles miúdos que às vezes se passam e nos agridem e nós não estamos a contar. Às vezes temos que ter mesmo assim umas costas muito grandes que é para ir meter na ordem e seguir em frente. Mesmo quando se atacam a nível físico. Mas tenho história que me marcou: foi a saída do miúdo daqui o X, que foi transferido, porque infelizmente andava aí nas drogas e faltava muito à escola e fugia sempre para apanhar cigarros e começou a tirar dinheiro ao Y e essas coisas e ele foi para outra instituição. É isso, ele foi embora num dia que eu não estava cá, ninguém me disse. Ele cresceu muito comigo. Cheguei aqui, fui ao quarto dele e não o vi. Não me consegui despedir dele… encobriram e não me contaram com receio que desse a perceber… mas tive muita pena de não lhe dar um abraço quando ele saiu. Isso marcou… aqui tem de se ter mais do que ser só um profissional, não é? Temos de ser profissionais quando temos que ser, mas somos pessoas, sim somos pessoas, temos sentimentos, claro, tudo nos toca e só não toca quem não tem coração. E as crianças são tudo para mim, aqui eu dou tudo por elas, claro. Lá para fora eu tenho a minha vida, é evidente, mas aqui eu faço tudo o que posso e tudo o que está ao meu alcance para que eles se sintam bem, para que sejam felizes. Eu, na minha profissão, é um bocado, como é que hei de explicar? Não é fácil, pois temos de saber gerir muito bem e ter uma caixa muito grande para conseguir pôr tudo lá dentro.

35 Eu. Muito muito obrigada pelo seu testemunho emocionado. Obrigada.

Entrevista 31
EMAT

Eu. Boa tarde. Obrigada por me conceder esta entrevista. Qual é a sua profissão?
E31. Técnica de serviço social.
Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo?
E31. Desde o meu 3.º ano da faculdade, por isso 23 anos.
Eu. E anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento?
Eu. Tive que vir para a Comissão, por isso, 2006/2007 [silêncio] Minto... quando trabalhei na (...), alguns dos jovens, eram todos de (...). Por isso, desde sempre, exatamente 23 anos.

Eu. Muito bem. Tem contacto com casas de acolhimento residencial, obviamente. Concorda com as regras e regulamentos das casas de acolhimento?
E31. Sim, no geral sim. Cada casa [de acolhimento] e cada criança e jovem tem as suas características, mas na generalidade concordo com as regras.

Eu. Considera que as crianças e os jovens acolhidos devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E31. Sim. Porque considero que são eles os protagonistas, não é? das situações e a nossa intervenção tem que ter por base a opinião das crianças e dos jovens.

Eu. E considera que eles são envolvidos nessa tomada de decisões da longo do período que estão acolhidos?
E31. Sim. Eu acho que de há uns anos para cá que sim. Inicialmente quando comecei, acho que não, que as casas de acolhimento eram muito mais fechadas e não havia esta articulação tão direta com os técnicos, os diretores técnicos e os jovens. Sim, os jovens com os técnicos, mas há uns anos para cá eu acho que sim, que houve. Houve uma grande melhoria, tendo em conta os 23 anos de experiência e de contacto com este sistema e com estas crianças e jovens.

Eu. E acha que eles são envolvidos pelas instituições administrativas e judiciais, como as CPCJ?
E31. Os jovens sim, sim participam. Eles participam nas decisões, até, às vezes, há experiências de serem os próprios jovens a procurarem-nos [na CPCJ ou no tribunal]. Acho que mesmo as próprias casas de acolhimento começaram a dar essa abertura, para que fossem os próprios jovens a procurar as técnicas.

Eu. Muito bem. Agora uma segunda parte já da entrevista: como considera ser a relação que estes jovens acolhidos estabelecem com a escola, da experiência que tem?
E31. Isso também tem muito a ver com a experiência que cada um traz na data do acolhimento, exato. Nos primeiros tempos costuma ser muito complicado. O jovem também, muitas das vezes, uma das problemáticas é a questão escolar. Não é fácil a integração escolar dele mesmo estando numa casa de acolhimento. Mas acho que há sempre uma evolução... quando as crianças são mais pequenas, quando vão para o acolhimento mais pequenas, essa situação não se verifica tanto. Portanto, normalmente se não é essa a problemática que leva as crianças a irem parar para as casas de acolhimento. Agora, quanto mais velhos os jovens for, mais complicado será essa integração, não é? Mas acho que aos poucos se tenta trabalhar a integração e a articulação entre a casa de acolhimento, a instituição e a escola. Encontra-se também ali algumas estratégias e mais o trabalho técnico que leva a essa alteração de comportamento pelo próprio jovem, por considerar que é importante. Claro que a vontade do jovem também é fundamental, mas acho que acaba por ser aqui um triângulo entre jovem, casa de acolhimento e a escola.

Eu. Muito bem. Considera que uma melhor qualificação académica e profissional irá levar a uma melhor integração profissional destes jovens no futuro?

E31. Sem dúvida. É um bocadinho enviesada esta questão, mas acho que sim. Claro que sim, claro que quanto mais habilitações tiverem, mais oportunidades terão no futuro, independentemente desta condição, não é?

Eu. Sente que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens, do conhecimento que tem, do contacto que tem com muitas instituições?

E31. Sim. É como eu digo, quanto mais pequenos forem, eu acho, que há esse trabalho ao longo de todo o acolhimento vai sendo feita essa intervenção com a família. E acho que as saídas são bem preparadas. Claro que há aquelas situações de jovens que não têm retaguarda e continuam na instituição, ou então que não têm retaguarda, mas não querem continuar para além dos 18. O percurso deles na instituição foi de resistência, quando chega a oportunidade de quererem sair, de poderem sair, saem mesmo não tendo retaguarda. Mas é feito um trabalho. Eu acho que sim, mesmo os técnicos a alertar para esse tipo de situações.

Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm para o futuro?

E31. Muitos deles dizem que querem tirar a carta de condução, principalmente aqueles que ficam no acolhimento para além dos 18. Já muitos me disseram isso, que queriam tirar a carta de condução. Assim alguns preferem sair e regressar à família de origem. Há este apelo pela família de origem. Aqueles que realmente a intervenção surtiu ali uma grande mudança, querem terminar o 12º, fazer a faculdade, saírem com algum dinheiro para poderem arrendar casa, trabalhar, alguns ainda na instituição já trabalham, portanto quando saem, pronto aí saem com algum dinheiro para poderem amealhar dinheiro. Ter uma família, ter um emprego, faz parte dos planos, sim... do contacto que tenho tido com os jovens eles verbalizam, é engraçado... Ter família não é assim tão importante como arranjar um trabalho, tirar a carta de condução ou ter uma casa, ter a sua casa, mas família não. Eu não me recordo assim de nenhuma situação que eles tenham dito isso. Sim, não é assim uma aspiração, um desejo, não é. Os que têm família têm o desejo de voltar para a família, os que não vão, o seu foco, focam-se muito na sua valorização e formação pessoal. Agora família no termo família não.

Eu. Quais considera que serão as dificuldades que estes jovens vão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

E31. Aqueles que saem autonomizados? As dificuldades que qualquer jovem tem, não é? De sair de casa dos pais, portanto, eles saem de outra casa, que é uma casa maior, uma casa que é quase como uma família alargada, não é? Mas vão encontrar dificuldades como qualquer outro em encontrar um emprego, habitação, que agora é um problema muito atual, não é? Que nos vemos confrontados qualquer um de nós, não é?

Eu. A última questão: Quer contar alguma experiência assim que considere mais significativa que teve com crianças e jovens acolhidos? Deve ter imensas.

E31. É assim, esta última que eu tive antes de deixar a Comissão foi a que me marcou mais, porque houve um envolvimento pessoal e profissional intenso durante muitos anos. Mas explico a situação, mas foi um envolvimento, houve um envolvimento emocional, mas também um grande envolvimento profissional, porque percebi que aquela situação merecia, não era só mais uma, merecia ali uma atenção especial, até porque era uma situação de saúde mental e uma criança ainda muito pequena, ainda com um percurso longo pela frente e que até já tinha passado pelo acolhimento há uns anos, depois de estar em meio natural de vida, teve que regressar para o acolhimento, porque a família não estava a ter capacidade de lidar com a situação. Sim, mas quero explicar um bocadinho o percurso, o que é que aconteceu nesta situação? O miúdo foi acolhido no 1.º ciclo ainda por apresentar comportamentos complicados em contexto escolar e em contexto familiar.

Era um miúdo que estava muito abebezado, ainda tinha rotinas ainda muito infantis. Claro que na altura do primeiro acolhimento e sendo ele muito novo, associou-se ali a mau comportamento, a negligência familiar, não é? Falta de regras, de rotina, o que também não deixou de o ser, mas que, ao longo do tempo, foi-se percebendo que era uma situação de saúde mental. Pronto, ele ainda esteve acolhido para aí 2 ou 3 anos numa casa de acolhimento (...). Entretanto, trabalhou-se o regresso do miúdo para casa e o que se concretizou, mas rapidamente num ano letivo, sensivelmente, vai para o acolhimento, porque a família não estava a ter a capacidade de lidar com ele. Entretanto, na família nasceram mais 2 crianças gémeas, e os comportamentos, para além de se pôr em perigo, que poderia, mas nunca aconteceu, mas poderia pôr em causa a segurança dos irmãos, não é? E houve vou ali... a família já não estava a conseguir lidar com 3 crianças, não é? No fundo, um com questões comportamentais associados a saúde mental, mais 2 crianças muito pequenas a exigir muitos cuidados. O curioso é que ele foi acolhido em vaga de emergência na mesma casa de acolhimento em que tinha sido acolhido pela primeira vez, mas depois de um mês veio para uma casa de acolhimento em (...), onde está acolhido ali há um ano, um ano e pouco, num trabalho muito intenso. Porque realmente percebeu-se que era uma questão de saúde mental, e que ele precisava de uma resposta muito mais específica para essa problemática e considero que a instituição responde a estas necessidades, mas deveria de haver outro tipo de instituição que as há e nós tentamos que ele fosse integrado numa instituição mais adequada, mas não havia vagas. A instituição continuou o acompanhamento e a intervenção junto daquela criança e da família, a escola e a articulação com a Comissão, houve aqui muita, muita parceria e articulação entre os serviços, até que finalmente consegui que ele fosse para uma escola de ensino especial que eu conheço muito bem... o que resulta desta história foi esta questão da parceria, da articulação entre as entidades, entre as entidades, no superior interesse desta criança.

29 Eu. Muito bem. Muito obrigada.

Entrevista 32
Técnico CAR

Eu. Boa tarde. Muito obrigada por me conceder esta entrevista. O tema da tese, que ainda é muito provisório, é Percursos de participação e autonomia em jovens acolhidos. A sua profissão, por favor?
E32. Sou assistente social.
Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo e anos de contacto com crianças e jovens em acolhimento?
E32. 5 anos.

Eu. Do trabalho que desenvolve na instituição de acolhimento, concorda com as regras e o regulamento da casa de acolhimento?
E32. Eu acho que há algumas regras… o regulamento tem vindo a ser atualizado ao longo do tempo e tem-se tentado elaborar as regras em conjunto com os jovens. Isso também foi feito recentemente, mas tem-se tentado. O que eu sinto é que as regras que são impostas por nós, pela equipa técnica, muitas vezes depois não se adequam à dinâmica, ao dia a dia dos jovens. Normalmente também é uma coisa engraçada que reparámos: é que quando somos nós a impor as regras, quando são eles, por vezes, eles até são mais exigentes do que nós, quando somos nós. Atualmente as regras estão definidas também com esta participação dos jovens e por isso há assim uma outra que eu acho que deviam ser revistas, mas na generalidade, sim, concordo.

Eu. Agora, já me está a responder a esta segunda questão, considera que os jovens devem ser envolvidos e participar na definição das regras e rotinas diárias na casa?
E32. Sim, sem dúvida têm que ser um envolvimento mediado por um adulto, porque realmente se forem eles a definir seria um mundo ideal. Para eles não era, portanto, viável quando falam. Vou dar assim algum exemplo mais concreto: a questão dos telemóveis consoante a faixa etária. Há uma hora definida para a entrega de telemóveis. Claro que todos eles queriam ficar com o telemóvel à noite… que os jovens a partir dos 18 anos até pudessem ficar com o telemóvel, porque eles também têm que ganhar responsabilidade, no sentido se passarem a noite no telemóvel depois no dia a seguir vão ter que acordar para a escola e se acordarem com sono é uma consequência… têm que sentir exatamente a consequência dos seus atos. Mas pronto isso é uma coisa que não acontece, está definido que os jovens a partir de 18 anos entregam às dez e meia/onze horas, depois têm um horário de descanso normal. Essa regra do telemóvel seria diferente. Como o horário do computador, eles passariam muito mais tempo no computador e há um limite de horário no computador, mas não estou a lembrar assim de mais nenhum exemplo, mas acho que esses dois terão respondido à resposta que dei anteriormente. Não é que quando são eles próprios são mais exigentes na definição de algumas regras do que os adultos, do que da equipa técnica.

Eu. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E32. Sim, claro que isto já está na legislação e há critérios legais para essa participação e para serem ouvidos, mas a partir de determinada idade eles têm, já têm muita consciência. Depois o que eu noto é que muitos dos jovens que cá estão veem o acolhimento como uma resposta, como uma coisa positiva, ou seja, muitos deles que chegaram e que queriam muito voltar para a família de origem, nem percebiam o objetivo, mas agora não querem, porque eles sabem que têm muito mais apoio, mesmo ao nível escolar. Depois chegam ali a uma idade, que, maioritariamente, aqueles jovens que temos cá com 16/17 já começam a ter mais maturidade. Já não consideram a instituição como castigo, uma punição, mas como uma oportunidade. O que acontece é que nós temos casos de alguns jovens que já pensam muito no futuro, que pensam “Eu quero ficar aqui, porque eu quero tirar a carta”. Eles começam a ter a capacidade de definir objetivos. A partir do momento que definem objetivos, percebem que em casa cumprir esses objetivos é muito mais difícil e que ali têm muito mais retaguarda.

13 Eu. Considera que os jovens são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?

14 E32. Eles idealmente deveriam ser, mas, se calhar, isso ainda não acontece totalmente, mas nós também vamos ouvindo, vamos percebendo quais são as suas vontades. Há muitos que passam os fins de semana em casa e nas férias, por vezes, não querem ir por um ou outro motivo, por isso eu acho que a decisão é respeitada sim, ou se não estiverem bem em casa e for preciso ir buscá-los por alguma situação que pode ter acontecido.

15 Eles são ouvidos até porque a faixa etária que nós temos é uma faixa etária que já tem muita capacidade, ou seja, eles já têm maturidade para tomar decisões que são importantes a partir 12/13 anos. A partir dessa idade já está consciente, já têm consciência e maturidade para perceber e são sempre ouvidos envolvidos e são sempre tidas em conta a vontade deles. Aliás, a perspetiva do jovem é uma perspetiva que vai também nos relatórios sociais para o tribunal e nas informações é sempre tida em conta… se não quiserem ir passar fins de semana ou férias, por algum motivo, não vão independentemente das pressões que possam existir por parte da família. Nós também ajudamos aqui a gerir essas pressões. A questão é essa: há uma proximidade grande e há um acompanhamento de proximidade e então essas questões eles vão pondo e nós vamos gerindo com eles.

16 Eu. E agora que falou desta relação de proximidade: identifique qual o tipo de relação que estabelece com os jovens acolhidos?

17 E32. Muita proximidade, uma relação de muita proximidade. É muito engraçado, porque eu sou muito apaixonada por esta área e realmente é muito engraçado como é nós nos tornamos figuras de referência para eles. E eles procuram-nos para partilhar tudo e depois é quase uma das coisas mais emocionantes, foi emocionante a questão do exemplo que me disseram um dia disseram: "Um dia eu gostava de ser como a menina", porque eles tratam-nos por menina. Eu acho que nesta área nós temos a experiência viva, nós vivemos na primeira pessoa o que é ser o exemplo e a importância do exemplo para alguém. Claro, há proximidade quando nós conseguimos, muito mais naquelas fases em que eles estão mais revoltados, com comportamentos… basta aparecer a figura de referência de proximidade, que já se consegue dar a volta à questão de uma maneira que outras pessoas, que não sejam tão próximos, eu tenho essa relação. Eu acho que se cria mesmo um vínculo com eles… acho que depois de 5 anos que se ultrapassa um pouquinho já uma relação meramente profissional, meramente técnica.

18 Eu. Vamos passar agora para uma segunda parte da entrevista. Qual considera ser a relação que estes jovens estabelecem com a escola?

19 E32. Com a escola… no início principalmente quando na fase inicial do acolhimento eu noto que a relação com a escola… eles não veem muita utilidade na escola. Ouço muito estas expressões: "É uma seca; Eu não gosto; Eu quero ir brincar; Eu quero estar no telemóvel". Então tem muita falta de expectativas, de perspetivas de futuro. Sonhos eles não sonham muito. Eu noto no início, mas depois eles… porque já há uma dinâmica instaurada, ou seja, já há um hábito que é quando eles chegam da escola, eles têm obrigatoriamente que ir para a sala de estudo, têm professores que ajudam e nós também ajudamos. Então com esta dinâmica, eles vão sendo obrigados a entrar, porque todo o grupo está e isto é muito bom, porque lhes cria… vai alterar hábitos e depois quando eles começam a ver sucesso uns dos outros, mesmo na altura das notas "Consegui, eu consegui", isto também é uma motivação para eles, o reforço positivo que nós também vamos ter… porque depois a perspetiva também lá está e vai mudando e eles começam a ver a escola, começam a perspetivar o futuro, começam a conseguir sonhar e conseguir perceber o que é que querem ser, o que é que gostam e que não gostam, e conseguem chegar mais longe. Conseguem chegar mais longe e conseguem ver a escola como veículo para ter uma melhor oportunidade e uma melhor qualidade de vida. Depois é muito engraçado ver que eles muitas vezes dizem "Não, eu tenho que estudar, eu tenho que trabalhar porque eu tenho que ajudar a minha família". Pensam que em algum momento eles □a família] não conseguiram, não tiveram a capacidade, mas agora vou ajudá-los e vamos conseguir ser outra vez uma família. Às vezes isso é uma motivação, nós temos aqui vários exemplos de jovens que faltavam à escola e que agora querem mesmo acabar o 12º ano. Até há alguns que pensam integrar o ensino superior.

Eu. Considera que por parte da escola há algum tipo de estigmatização?

E32. Eu acho que não por parte da escola. Eu acho que por parte de alguns colegas sim. É muito mais no sentido de, às vezes tanto dá para a parte da vítima, de considerarem uma vítima, e às vezes aqui esta questão da vitimização seja coitadinho "Está numa instituição; É pobre", mas depois os miúdos sentem isso, porque os colegas dizem "Sou um menino da instituição"… mas claro jamais esta condição de acolhido em nada vai repercutir, por exemplo, a relação que têm com os professores, de maneira nenhuma, pela experiência que eu tenho. Se calhar estão mais atentos e articulam mais connosco… lá está para se integrarem melhor e para terem ali alguma empatia pela situação e se integrarem.

Eu. Agora esta questão é assim um bocadinho enviesada: Considera que uma melhor qualificação académica e profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional destes jovens no futuro?

E32. Sim, considero que quanto mais qualificação, tanto estes jovens como qualquer uns. É claro que quanto mais qualificado estiver, quanto mais ferramentas e mais competências tivermos, nós estaremos melhor preparados para o futuro, tanto estes como os outros, como qualquer outro jovem e esta condição de acolhido em nada é diferente.

Eu. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens?

E32. Considero que é feita não totalmente. Eu considero que é feito dentro do possível. Acho que ainda há muito caminho a percorrer. Acho que as instituições têm… nós vivemos numa casa com imensos filhos e temos de prepará-los a todos dentro das suas personalidades, especificidades, necessidades, limitações também. A questão dos programas individuais, os planos de intervenção individual, e trabalhar determinadas competências, mas depois é verdade que não é como uma família, não é só a mãe e o pai, são várias pessoas, vários turnos, com personalidades diferentes, com formas de agir diferentes, mas tenta-se sempre que seja o mais coerente possível. A questão desta casa é que mesmo em termos de infraestruturas não é uma casa que em termos arquitetónicos seja promotora do desenvolvimento de competências de autonomia, porque nós temos uma cozinha que tem um fogão grande, industrial que as crianças nunca vão utilizar no seu dia a dia, são panelas grandes. A ideia seria, o ideal seria, termos um anexo, que por acaso temos espaço na casa, mas construir ali um como se fosse um apartamento de autonomia, um espaço de autonomia e aos 18 anos eles poderem ir para lá e terem uma cozinha com um fogão normal, para conseguirem adquirir as competências mesmo de cozinhar, poderem ir às compras e até fazer uma refeição para alguns colegas… se estivessem lá iriam ter aquela responsabilidade de acordar sem ser pelo barulho dos outros, ou pela funcionária, a equipa técnica ou educativa. A responsabilidade do próprio jovem, pois eles sentem muito quando vão para fora, levam assim um choque grande. Têm-se feito alguns avanços, alguns programas, também alguns projetos, mesmo externos, que vêm e que também tentam trabalhar algumas competências, mesmo na parte financeira, do ir tirar um cartão de cidadão, porque até as consultas nós tentamos que a partir dos 18 eles vão sozinhos, mas eles estão habituados a ir sempre connosco às consultas. Eles não vão comprar um medicamento à farmácia. Agora também se está a tentar que eles comecem a ir ao Banco, porque muitos deles não sabiam mexer no multibanco, agora sim. Não temos nenhum programa estruturado de pré autonomia ou de autonomia é consoante as necessidades que vão surgindo. Um dos nossos objetivos é criar um e nós tivemos também aqui 2 estágios curriculares que também se orientaram nesse sentido, fizeram algumas atividades… realmente é uma coisa que sentimos muita necessidade. Um programa formalizado se calhar que as instituições teriam de seguir a partir de uma diretriz geral e depois, claro, que tem que ser adaptado a cada caso.

Eu. Quais considera ser os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm para o futuro?

E32. Pessoais eu acho que eles querem muito em termos pessoais eles querem muito tirar o 12º, especializar-se em alguma coisa que lhes permita entrar no mercado de trabalho. Eu noto cada vez mais uma preocupação deles quando chegam ao 9.º ano "Menina para que curso é que eu vou? Mas isso não tem saída", ou seja, eles já começam a pensar mesmo na integração no mercado de trabalho. Eles têm perspetivas de trabalho e tem muito aquele objetivo também de ajudar a família, porque claro a maior parte das famílias dos nossos meninos são… vivem em más condições. Os objetivos que são individuais, mas também para a família, quase todos pensam depois em voltar para a família, também muitos deles…

outros autonomizar, saírem para apartamentos de autonomia, porque também começam a ouvir a realidade agora da habitação, mas pensam muito em autonomizar-se.Os que têm contacto com a família biológica querem muito ajudar a família quando saírem. Por isso daí quererem ter um emprego para ajudar. Os que não têm contacto com a família aspiram em eles próprios ter uma família, para colmatar a família que não tiveram, uma família idealizada que não tiveram. Há muitas verbalizações no sentido de "Eu quero muito ser pai e quero muito dar aos meus filhos aquilo que eu não tive". Depois também há situações em que realmente houve ali uma rutura de vínculo muito grande e ainda há muita vontade de ainda integrar uma família ainda antes de perspetivar ter e construir a sua própria família, integrar uma família em acolhimento familiar ou apadrinhamento civil, a adoção, mas também na idade que eles estão também já não é muito fácil. Acho que eles aspiram, têm esse desejo.

28 Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades que estes jovens vão encontrar quando saírem da casa?

29 E32. Pronto, eu acho que é mesmo… sei lá… assim usando uma metáfora: é como se eu sentisse que eles ali □na casa de acolhimento] estão dentro de duas mãos e têm ali sempre suporte, ou seja, eles podem cair, mas eles têm sempre ali o suporte, é o trampolim que os levantam. Quando eles chegam lá fora, o que eu pronto, o que eu sinto, até porque já tivemos situações aqui com quem eu mantenho muito contacto, é que realmente: é preciso marcar uma consulta "como é que eu faço?", é preciso ir tratar de uma coisa às finanças "como é que eu faço?", têm dificuldades. "Eu esqueci-me de qualquer coisa, vou ligar à menina□à técnica da casa de acolhimento]. Não, não vou ligar à menina. A quem é que eu vou ligar? Tenho de ser eu a resolver". E lá está, por isso é que é tão importante eles serem mais autónomos possíveis, mesmo antes de saírem, porque eles não têm experiência de vida lá fora antes de saírem, porque senão… no fundo, eles estão protegidos, não é? Estão protegidos, porque qualquer coisa que aconteça estamos lá para eles. Também depende muito da rede de suporte que eles têm lá fora, quer de amigos, pessoas de referência, tios ou mesmo a família, porque se tiverem uma boa rede de amigos, uma boa rede de suporte, eles não se sentem desamparados emocionalmente. Agora, se não tiverem, se saírem mesmo sozinhos para se autonomizar, aí sim, e depois também depende muito da personalidade, das características e da história de vida, claro, mas também das estratégias emocionais que eles foram desenvolvendo para lidar com esses sentimentos, não é? Quase todos eles têm ali alguma retaguarda ou avós ou irmãos. Em termos emocionais, também têm boas redes de amigos, por isso, em termos emocionais, acho que essa essa questão não se coloca, não se coloca.

30 Eu. Já vamos para a última a última questão: destes 5 anos de experiência que tem com crianças e jovens acolhidos quer contar alguma experiência assim que tenha sido mais marcante?

31 E32. É assim: há várias… agora claro que eu me lembro sempre das mais positivas… aquilo que mais me marcou é mesmo perceber o estabelecimento de… é muito bom quando um técnico consegue chegar aos jovens e quando sente que consegue estabelecer um vínculo, porque nesta profissão, por mais que nós tenhamos separar, não é? O profissional do pessoal, nós temos de ser por inteiro com eles, porque uma das experiências que mais me marcou é um menino que tem cerca de 11 anos e ele é muito carente. Um dia ele estava já estava a dormir, já estava na cama quase a dormir e não conseguia dormir, pois estava muito doente, muito constipado, estava congestionado. Como ele tinha tido febre e era na altura do COVID, lembro-me de ter subido e ele me ter chamado. Fui lá e deitei-me assim à beira dele, Ele não conseguia dormir, estava ali para aí há mais de uma hora para dormir. Ele puxou-me o pescoço, meteu o nariz dele aqui atrás da minha orelha, no meu pescoço, e não deu 2 minutos, adormeceu mesmo e eu sei que sou figura de referência para ele. Essas coisas lá está, é a questão do vínculo e das relações de proximidade. Também temos de ser assertivas e isso não tira essa necessidade de educadores, só que eu acho que a parte do afeto é tão importante para estes miúdos. Realmente ter uma equipa técnica e uma equipa educativa que realmente consiga ter essa parte e dar afeto é fundamental numa casa. Porque há ali muita carência emocional, muitas questões que realmente o dormir para mim naquela questão foi o dormir. Eu sei, aquilo aconteceu porque ele tinha medos e eu tinha uma ligação com ele… ele não conseguia, estava ali há mais de 1 hora e depois só foi 2 minutos, ele adormeceu. É assim uma daquelas experiências mais marcantes.

32 Eu. Muito bem. Muito obrigada.

Entrevista 33
Técnico CAR

Eu. Boa tarde. A sua profissão por favor?
E33. Assistente social.
Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em risco/perigo?
E33. 18/19 anos
Eu. E anos de contacto com crianças em acolhimento?
E33. Há 15 anos.

Eu. Muito bem. Se tem contacto com jovens em acolhimento, é técnica numa instituição de acolhimento. Concorda com as regras e regulamento da casa de acolhimento?
E33. Concordo. As regras e o regulamento foram construídos com as crianças e com os jovens, não foi uma decisão só da direção da instituição e dos técnicos. Foi construído… as regras foram construídas com as crianças e os jovens que nós temos e as regras vão sendo alteradas, ajustadas consoante a realidade e as mudanças que vão acontecendo cá na casa de acolhimento.

Eu. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar na definição de regras e rotinas?
E33. Sim, se não for construído com eles não lhes faz sentido, é muito mais difícil eles verem essas regras e a importância que a regra tem para a vida deles. Vamos supor que há uma regra com a qual eles não concordam, é negociado. Imagine então que houve uma regra que nós tínhamos que era aqui dentro era proibido fumar. A partir do momento em que nós recebemos um jovem que vem com esse hábito, o que nós fizemos dentro de casa: nós não cedemos "Tu não podes fumar", mas criamos um espaço lá fora onde ele pode fumar, sem ser na rua, dentro do espaço da casa, e futuros acolhimentos que tínhamos com essas situações temos de ajustar muito a realidade… vamos supor que há uma regra que eles não concordam e que fazem uma proposta e é negociada, é negociável entre todos, sim. Nós reunimos com eles, uma das coisas que podemos fazer é reunir com eles, dizer o que para nós é importante, porque é que é importante aquela regra, eles dizem-nos porque é que é importante para eles, não é? E tentamos chegar a um equilíbrio que seja funcional para todos.

Eu. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E33. Considero que é muito importante, porque é sobre eles que estamos a decidir. Não posso tomar uma decisão sobre aqueles jovens sem ele saber, não é? Porque é sobre ele que eu estou a decidir e acho que quanto mais envolvidos eles estiverem nas decisões mais fácil é para eles também conseguirem fazer este caminho. A institucionalização como uma oportunidade, sendo uma oportunidade e não como um castigo. É sempre uma das coisas que eu lhes digo sempre: isto [acolhimento residencial] é uma oportunidade. Por qualquer motivo eles vieram para aqui, e é a partir do momento em que eles estão aqui e tentar traçar um caminho de oportunidades, de construção de relações novas, relações saudáveis que lhes permitam quando sair daqui olhar e dizer "Ok, isto valeu a pena". E levar isto para o futuro deles.

Eu. Considera que os jovens são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida?
E33. Por exemplo, este ano começamos com os cartões pré-pagos e com as mesadas. Para nós, equipa técnica, foi um passo gigante, nunca antes tínhamos feito. Sabemos da responsabilidade, mas isto foi conversado com eles. Foi na escuta das dificuldades deles, porque tínhamos miúdos com 16 e 17 anos que estavam fora em (...), que não tinham um euro no bolso, que não tinham os telemóveis carregados. Com esta questão das mesadas, o cartão multibanco, eles têm cartão, é carregado. O que definimos com eles: neste momento os do secundário têm 30 euros de mesada, carregam os telemóveis e o resto é deles. Se não quiserem carregar o telemóvel, têm os 30 euros para gerir durante o mês. À parte carregam os passes. Esse dinheiro… e eles têm a responsabilidade de carregar os passes. Está a funcionar muito bem e de certa forma eles percebem.

Para já sentem-se mais seguros, não é? Vão aqui ou acolá com os amigos e têm esse dinheiro para gerir e têm um cartão multibanco para eles… porque os miúdos no acolhimento nem sempre têm estas referências, não é? E sentem-se mais crescidos, mais valorizados, digamos que é um estatuto de normalidade, não é? Qualquer miúdo de 16 ou 17 anos anda com dinheiro de bolso. Os nossos miúdos até março deste ano eram diferentes, agora não, são iguais. E outro tipo disso é um exemplo muito recente de decisões que são importantes: eles são envolvidos no curso, por exemplo, quando acaba o 9.º ano ou antes de acabar o ano é feito com eles esse trabalho, "qual é o curso que gostavas", "qual era a escola que tu gostavas". É feita essa pesquisa com eles, não é? Quais são as disciplinas do curso que se vê se de facto era o que eles imaginavam, quais são as saídas profissionais que se identificam, as escolas, "Quero ir para uma escola de (...)", "Sabes o que é? Significa sair de casa neste horário, apanhar isto. É isto que tu imaginas?". Aí são eles que decidem, são eles que decidem os cursos e as escolas… mais coisas que eles decidem… quando eles querem sair, não é? Perguntam-nos se podem e nós combinamos com eles as horas e eles vêm. Estamos a fazer neste momento que eles tenham uma vida o mais normal possível na casa de acolhimento, que seja a casa onde eles fazem o que os outros miúdos fazem, comer ou dormir ou colaborar em algumas tarefas e tudo o resto e deixá-los fazer o crescimento lá fora como outro jovem qualquer.

17 Eu. Identifique o tipo de relação que estabelece com os jovens?

18 E33. Relação de proximidade, de confiança, de segurança. Eles sabem que comigo podem estar próximos. Por exemplo quando nós fazemos atendimentos eles sabem que naquele local podem dizer tudo o que quiserem, inclusive aquela linguagem que eles às vezes usam. Eles sabem que aquilo é um espaço deles seguro, é um espaço seguro e eles estão seguros comigo. Cá fora eles sabem que nós que temos a relação da mesma proximidade, mas há um limite, não é? Têm muita confiança. Considero que, neste momento, sou das pessoas de referência daqui da casa em relação a estes miúdos.

19 Eu. Vamos agora para a segunda parte da entrevista. Qual considera ser a relação que os jovens estabelecem com a escola?

20 E33. Nós temos miúdos que não veem a escola como algo importante na vida deles, não é? Muitos já vêm com uma relação de distância, de quebra, de afastamento total em relação à escola. Veem a escola como um castigo, portanto, aqui o trabalho é um bocadinho de intervenção. É um bocadinho no sentido de eles perceberem que a escola faz parte, que a escola é importante para o futuro deles. Não é garantido que vão ter um emprego melhor ou uma vida melhor, mas com mais escolaridade as oportunidades são melhores, há mais oportunidades lá fora. Depois também lhe mostrarmos que se nós tivermos hábitos, rotinas, mudarmos alguma coisa aqui ou acolá, a escola não é assim tão má e neste momento não temos miúdos que fujam à escola. Eles vão e vêm sozinhos, não é preciso levá-los. Fazem esse trajeto de uma forma muito autónoma: apanham a camioneta, carregam o passe… neste momento temos os miúdos… estão todos a ir direitos na escola. Quando eles são integrados na casa [de acolhimento], alguns vêm com estes percursos de retenção, de abandono, até mesmo de abandono escolar. A outra das questões é que eles até aos 18 anos têm de ir à escola, não é uma opção, eles têm de andar na escola e o que nós lhes dizemos é que vamos trabalhando com eles. É obrigatório, então vamos viver este tempo o melhor possível e já que tem de andar lá ao menos aproveita. Se passar leva mais ganhos lá para a frente. Agora pode ser um bocadinho difícil, mas lá à frente é mais fácil. Outra das questões que nós tentamos ver... a possibilidade de eles terem percursos alternativos, porque às vezes facilita, sendo uma coisa mais prática eles sentem-se mais cativados, mais motivados e as coisas vão correndo melhor. Em relação ao corpo docente e funcionários já tivemos durante alguns anos, por exemplo aqui na escola de (...), onde tínhamos o maior número de miúdos, eram os meninos da (...), então nós começamos a dizer que os meninos tinham nomes e que ninguém precisava saber que eles eram da (...), eles simplesmente eram alunos da escola... e neste momento os meninos são chamados pelos seus nome... nos últimos anos também temos tido muito cuidado com as psicólogas que nós estamos a trabalhar, por exemplo, quando temos miúdos que vão para a escola, reunir com a escola, reunir com a psicóloga, reunir com o corpo docente e explicar quem é aquele miúdo, quais são as dificuldades, qual é o gatilho para a explosão dentro de sala de aula, e tem corrido muito bem.

21 Eu. Penso que já me respondeu também a esta esta questão: considera que uma melhor qualificação académica e profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional destes jovens?

22 E33. Há pouco respondi de certa forma, sim. Pronto, porque eles são jovens. Neste momento um miúdo com 18 anos com o sexto ano ou o nono ano vai ser muito difícil ter um emprego qualificado, não é? E com uma remuneração média, não é? Pronto, como a escola está no 12º, cada vez mais o parâmetro de empregabilidade é o 12º ano, não é? O miúdo que não tem vai ter provavelmente oportunidade naqueles empregos que muitos não querem e como não são tão bem remunerados, mas isso acontece com estes jovens, como acontece com os outros, como qualquer outro jovem, não é o facto de eles estarem acolhidos neste sítio, não é uma condição que os vai limitar em nada a serem melhor ou pior sucedidos, não é? Eu acho que o facto de eles estarem aqui não vai condicionar não, acho que a própria sociedade está mais disponível e está mais aberta a receber os miúdos das casas de acolhimento. De facto, isto também é muito fruto do trabalho que nós temos que fazer lá para fora, porque não é o preconceito do coitadinho, de quem está na casa de acolhimento, isso é mau... temos tido surpresas muito agradáveis e de facto nós deixamos também a comunidade entrar na nossa casa [de acolhimento], daquilo que é a segurança e o respeito pelos miúdos, claro. Vamos tendo boas experiências e conseguimos fazer uma boa integração dos miúdos.

23 Eu. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens?

24 E33. Acho que poderíamos melhorar, acho que sim. Nós, neste momento, por exemplo com a questão das mesadas, acho que demos um passo em frente ao nível da gestão económica, porque alguns dos jovens saíram sem saber o que era isto de gerir o seu dinheiro, eles não sabiam. Acho que nos está a faltar alguma parte nas tarefas práticas, pronto, ou passar a ferro ou cozinhar ou tratar das coisas deles, da organização do espaço deles. Acho que está a faltar. Acho que temos dado passos muito grandes, por exemplo, na reflexão daquilo que é o comportamento, não lhes faz mal nenhum, acho que não é pela punição, pela castração que nós a seguir vamos ter benefício. Acho que é pela reflexão do comportamento e em que é que eu posso alterar, acho que estamos a dar passos gigantes. Eles próprios, por exemplo, quando nós combinamos a hora que têm que estar aqui [na casa de acolhimento] "Então a hora do jantar, achas que está bom?" "Está bom", e são eles próprios que ligam a avisar "Eu vou chegar atrasado". Isto significa que eles estão com uma responsabilidade grande e que sabem como vão cumprir, como vão dar o retorno ao adulto que está aqui à espera deles... Eu acho que isto é muito mais vantajoso e de muito mais crescimento... são passos que vamos dando, mas acho que temos feito bastantes melhorias, mas acho que há sempre melhorias a fazer, não é?

25 Eu. Muito bem. Quais considera que são os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm para o futuro?

26 E33. Eu acho que profissionais eles um dia gostariam de ter uma profissão que eles gostam e poder exercê-la, não é? O grande desafio é que se nós não trabalharmos bem com eles a autonomia deles, nós corremos o risco de eles estarem a crescer numa bolha e às vezes a profissão que eles idealizaram, que eles acham que é daquela forma, porque ouvem na televisão, ouvem falar, pode não ir de encontro à realidade com que eles se vão deparar, não é? E nós já tivemos essas experiências... "eu quero muito ir trabalhar num restaurante", quando eles começam a perceber, a perceção, a própria linguagem com que as pessoas tratam umas às outras, eles a maior parte das vezes querem vir embora, porque não estão habituados àquilo, não é? Eles não estão habituados a ouvir palavrões, não estão habituados a serem chamados à atenção, não estão habituados a que digam que eles não sabem fazer nada, e desse ponto de vista, é um desafio muito grande a integração profissional deles, porque eles não estão habituados, não lidam com esta realidade lá fora, mas eles têm estas aspirações em termos profissionais de ter um emprego que seja do seu agrado, que tenha sido uma escolha própria, sim, eles têm essa vontade, essa motivação e quando escolhem os cursos é já com esse pensamento, com o pensar no futuro. Eles já se imaginam aquilo, pronto, depois o contexto prático é que às vezes não corresponde àquilo que eles idealizaram... eu acho que a nível pessoal eles querem ser felizes, não é? Construir a família deles, muitas vezes dizem "Não quero vir aqui ver o meu filho", mas eles têm a vontade de fazer algo diferente daquilo que foi feito com eles, não é?

Eu acho que o facto de nós refletirmos com eles no comportamento, de os deixarmos fazer a experiência, mesmo que corra mal eles terem a experiência, para eles perceberem quais são os caminhos, que podem voltar atrás, podem fazer isso, eu acho que eles dão outra bagagem, outra segurança para depois fazerem este caminho... acho que eles não querem ter uma família como a deles, porque sabem onde é que vão terminar: numa casa de acolhimento, mas muitos ainda têm a idealização de uma família perfeita e quando nós explicamos que não há famílias perfeitas, que as famílias discutem, que as famílias se sentam a discutir o orçamento que têm, que as famílias geram prioridades, que as famílias, os pais nem sempre estão disponíveis para os filhos, o que lhes faz muita confusão, nós explicamos que, muitos jovens acham que a mãe é a melhor amiga e eu digo "Não. Quando a tua mãe diz que é a tua melhor amiga, deixou de ser tua mãe, a tua mãe é a tua mãe ou o teu pai é o teu pai. Vocês podem ter uma boa relação, mas não são os vossos melhores amigos", isto faz-lhes muita confusão... quando se fala, sei lá, que a mulher é mãe e trabalhadora e amiga fora de casa com as amigas, faz-lhe alguma confusão, porque para eles há mãe e os filhos e explicar-lhes que há diferentes papéis mesmo dentro da família? Para eles é difícil eles terem esta noção da realidade... por exemplo... os miúdos que vão a casa das famílias dos namorados têm uma maior noção do que é uma família, porque contactam com essa realidade... na casa de acolhimento, por mais confiança, mais proximidade, não há um pai e uma mãe. Acho que muitos cuidadores, com quem se pode ter mais ou menos afinidade, não há esses papéis... há uma família muito grande... com algumas figuras de referência... não se consegue identificar como numa família... é mais difuso...

27 Eu. Muito bem. Quais considera que serão as principais dificuldades que estes jovens vão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

28 E33. Se formos a pensar... a nível económico... pela realidade económica que temos, por que estamos a viver, não é? Estes jovens, muitas vezes, saem sozinhos, em que só têm o seu ordenado e sabemos que, neste momento, os contratos são temporários... já está muita insegurança, não é? Dar o passo para viver sozinhos... Outra das questões é que temos muitos miúdos a dizer-nos "Eu saio daqui quando for para uma casa, porque eu para sair daqui para partilhar casa, já partilhei durante muitos anos", foi aqui que viveram esta realidade. Outra das questões é que aqui na casa de acolhimento eles podem "estrebuchar", podem partir, podem chorar e têm sempre alguém que os conforte, têm apoio, têm segurança. Lá fora, muitas vezes, não têm isto, que é outra preocupação que eles têm quando saírem... de terem lá fora uma rede de suporte. Quando muitas vezes eles dizem "Eu quero sair. Eu vou sair." Então nós vamos fazer um exercício: "O que é que fazes se tiveres um problema? Para quem é que ligas?", "Ligo para ti", "E se eu não atender? Ligas para quem?", "Ligo para a (...)". Isto é muito preocupante, porque eles perspetivam-se lá fora, mas sempre com as pessoas cá de dentro [da casa de acolhimento]... é muito preocupante e traz-nos também sofrimento, porque há miúdos que passam aqui muitos anos e se nós não tivermos este cuidado, eles não estabelecerem relações lá fora, eles ficam na nossa "bolha"... mais do que dificuldades em termos de integração profissional ou dificuldades económicas, talvez a falta, ou ausência, ou a escassez deste apoio emocional... sim... muitos deles não se imaginam lá fora... eles vão trabalhar... imagine uma miúda que já saiu daqui que me dizia "Estou farta deste barulho, destes miúdos, de tanta gente à minha volta". Foi para a faculdade e a opção foi então morar para um quarto sozinha. Nos primeiros dias ligava, estava muito "em baixo", aquilo era muito silêncio, era o isolamento... aprendeu a viver com aquilo, não é? Criou a sua rede de suporte. Nos primeiros dias foi muito difícil, porque a questão de ter estas pessoas, que já estavam garantidas na vida dela, porque por mais que nós gostemos deles, quando eles entram, quando eles saem entram outros. O nosso tempo, a nossa energia é dedicada com estes que chegam, mas também com muitos desafios e com o tempo a relação vai-se esbatendo. Eles sabem que estamos aqui, mas é para a emergência, não é para todos os dias. Já não se consegue ter o tempo de todos os dias, mandar uma mensagem: "Como é que correu dia? Como é que tu estás?", isso vai-se diluir... pronto, é preocupante e é um grande desafio... será uma grande dificuldade que eles se vão confrontar e depois outra questão é com as famílias. Eu acho que eles têm que ter a consciência da família que eles têm e de facto há famílias que nós não conseguimos trabalhar de forma que eles voltem a receber os miúdos com segurança, mas acho que todas as famílias têm pontos fortes e que nem que seja um domingo à tarde poder ir tomar um chá a casa da mãe e do pai.

Eu acho que eles têm direito a ter isso... a esta família real... o que ela pode oferecer... trabalhamos com eles isto: “Tu vais sair, tu sabes que a tua família não te pode receber, mas se tu quiseres ir lá visitá-los, se tu quiseres ir lá jantar de vez em quando.“ Eu acho que isso também ajuda a esbater um bocadinho esta ansiedade... que é sair de uma casa cheia de gente para uma casa que não tem ninguém, em que eu dependo de mim próprio para tudo, não é? Aqui [na casa de acolhimento] têm tudo garantido: a comida está na mesa...

29 Eu. Muito bem. A última questão: quer contar alguma experiência assim mais significativo ou mais marcante que já tenha vivido aqui ao longo destes 15 anos?

30 E33. Sim... foi há 2 anos. Foi quando tivemos que levar uma miúda a (...). Ela ia deixar a casa [de acolhimento], ela não estava na faculdade e sentiu-se que seria o melhor caminho ela sair daqui e começar uma vida lá fora. Custou-me imenso, porque acho que as coisas podiam ter sido feitas de outra forma [pausa de alguns segundos devido ao estado emocional da entrevistada]. Acho que foi muito abrupto e senti e que a estava a abandonar. Os primeiros dias foram muito difíceis para mim, mas ela saiu porque queria sair, mais ou menos “empurrada”, não é? Chorei nos primeiros dias, foi muito complicado. Outra das experiências mais difíceis que cá tive, que nunca me vou esquecer, foi quando a (...) nos “libertou”, porque nós tínhamos uma pessoa connosco e a (...) nos deu a possibilidade de termos esta libertação, com a ajuda do médico... no dia em que a pessoa anuncia que vai sair, não pelos motivos que nós sabemos, mas que tinha que sair, a (...) tomou medicação... foi muito muito difícil, porque a miúda achou que aquela pessoa se ia embora por causa dela... ela não assumiu que foi ela que deu voz aos outros 19 miúdos que nós tínhamos aqui e aos 11 funcionários que nós tínhamos aqui dentro. Custa-me perceber que ela juntou esta medicação toda, porque já estava há algum tempo a pensar pôr fim à vida e a miúda que estava cá desde os 6 anos e que nós não conseguimos proteger destes pensamentos, que ela começou a ter pensamentos negativos... nós vemos a nossa vida toda a andar para trás, tudo é retrospetiva e se fizermos bem, aquele era o caminho a seguir... muitas vezes disse “Onde é que nós falhamos?”. Não é que passados 2 anos e meio esta menina deu uma volta, com muito trabalho, muita intervenção, muito amor, muita segurança, sobretudo muito amor, muita segurança, vai para a faculdade, tem um namorado que a ama muito e que ela ama muito... é uma menina feliz, mas foram tempos muito muito difíceis, em que se esta pessoa não tivesse saído daqui, ela nunca teria feito aquilo e, se calhar, para nos proteger um bocadinho, usamos aquilo, mas o certo é que ela estava com aqueles pensamentos e a preparar e esse momento e nós não conseguimos perceber isso... e foi em plena pandemia... mas já passou, já passou e ela tem que ter muito orgulho nela, eu tenho muito orgulho nela. É daquelas miúdas que levamos no coração, levamos todos os miúdos no coração, mas não podemos dizer que levamos todos da mesma forma, estávamos a ser hipócritas... pronto, já passou, e vai para a faculdade e vai para longe e eu quero muito que ela vá… eu acho que ela vai crescer muito mais em (...), vai ter outras relações, vai conhecer pessoas novas, vai conhecer um mundo novo... vai-se dedicar à escola e aquilo que ela vai aprender que pode fazer lá fora, ela vai para o mundo. Os primeiros dias vão ser assustadores. Já sei que o telemóvel vai tocar de manhã à noite, mas assim lá para a frente, acho que vai ser um percurso que vai preencher muito mais e quando ela olhar para trás vai dizer “Uau, eu fiz tudo aquilo que eu tinha para fazer. Eu tive experiências.” Acho que vai ter, que vai ser um bom percurso.

31 Eu. Muito, muito obrigada.

Entrevista 34
ECMIJ - Segurança Social

Eu. Boa tarde. Obrigada por me conceder esta entrevista. Qual é a sua profissão, por favor?
E34. Assistente social.
Eu. Assistente social, numa entidade de primeira linha, certo?

Eu. Há quantos anos trabalha com crianças e jovens e famílias em risco?
E34. Há quase 30 anos.
Eu. E com crianças e jovens em acolhimento?
E34. Trabalhei indiretamente decorrente do trabalho. Muitas vezes, após a sinalização da CPCJ, muitas vezes depois o encaminhamento poderia, pode ser a integração institucional e a partir daí, a após essa integração, não trabalhamos. A partir desse momento... o trabalho diretamente com jovens e a sua família continua... articulação, contacto com os técnicos que fazem a ponte com as instituições onde estão acolhidos os jovens. [silêncio] não é indiretamente, é mais, digamos, nunca é indiretamente, é diretamente... diretamente exatamente, porque depois o contacto através da família, que nos permite perceber a situação em que o jovem está e se está a ver uma boa adaptação. Se está a haver uma boa evolução, decorrente da decisão e da integração em acolhimento residencial. Portanto, depois de todo esse trabalho, é feito em conjunto com o técnico de referência, que faz o acompanhamento ao jovem que está nesta Instituição. No fundo o que se pretende depois também, trabalhar aqui a família, para que posteriormente seja possível o regresso do jovem à comunidade em segurança, da forma possível. Portanto, sim, é diretamente, que se pretende que esse trabalho seja feito bem.

Eu. Conhece instituições de acolhimento, e das que conhece, sempre do conhecimento profissional que tem, concorda com as regras e o regulamento das instituições de acolhimento?
E34. Eu acho que as regras e os regulamentos das instituições que eu conheci... tínhamos já essas instituições de acordo com as novas orientações e legislação que permitia, de facto, em que os equipamentos por si só, não nos confrontávamos com as instituições com quartos enormes, com camaratas enormes... e havia já preocupação de criar um ambiente mais familiar, entre aspas, possível nas instituições... em contrapartida com estas, também contactei com algumas que, de facto, ainda tinham aquela organização e que eram muito mais fechadas, relativamente mesmo ao nosso contacto, à nossa abordagem e também com os pais, com regras muito mais rígidas, do que com o novo paradigma. Lembro-me de uma em particular, que tive de institucionalizar uma criança e que fiquei deveras preocupada com o sítio onde ela ficar, e que me fez questionar a medida tomada. Claro que depois essa instituição, entretanto, até fechou. E, pronto, ainda bem. A criança depois foi encaminhada para outro equipamento, mas assisti a esses 2 modelos. É claro que se me perguntar qual o mais adequado, não há dúvidas. Não há dúvidas que o mais adequado são as instituições que, da nova situação, são ambientes mais familiares, mais permissivos, mais abertos também à comunidade.

Eu. Muito bem. Considera que os jovens devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E34. Claro que sim. Tenho sempre em linha de conta também a sua maturidade, a sua idade, não é? Mas claro que sim, é porque cada jovem... não podemos definir projetos de vida a metro ou em série, porque tem que ser definidos de acordo com todas as vivências que o jovem tem, com a maneira de ser do jovem, com as suas características, daquilo com que viveu, também as suas características biológicas, intrínsecas, e sempre com acompanhamento. Mas acima de tudo, ouvi-lo, não é? Perceber de que forma é que ele sente o que viveu até agora e que de forma é que se pode ajudar este jovem a perspetivar o seu futuro. É trabalhar com ele essa esperança, as coisas que lhe aconteceram não voltarem a acontecer e, portanto, sim, sem dúvida, envolvê-los.

13 Eu. Agora o contrário: acha que eles são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da vida deles?

14 E34. Agora até podemos falar de uma forma mais generalizada e não só os que são acolhidos, se falarmos de crianças e jovens em risco, porque nós também vivemos numa sociedade, às vezes, com muitos pré-conceitos, com muitas balizas do que é que deve ser feito e do que não deve ser feito, o que é mais vantajoso do que não é... às vezes não vemos os jovens... poderemos dizer para os acolhidos e para todos...

15 Eu. Agora vamos passar a uma segunda parte. Qual a relação que os jovens estabelecem com a escola, na sua opinião os jovens acolhidos valorizam a escola, jovens que já estão um bocadinho distanciados do sistema escolar?

16 E34. Isso depende, não é? Porque, com certeza, nós temos jovenzinhos, em função da problemática que conduziu ao enquadramento institucional, podemos encontrar os que valorizam a escola e outros não. Nós temos muitas situações de jovens que estão na comunidade e que viveram esse absentismo. Depende... mas muitas vezes o motivo para a institucionalização desses jovens... A partir do momento em que eles estão num ambiente institucional, é claro que poderá ser por outras problemáticas, certo? Mas também não lhe consigo responder...

17 Eu. Agora enviesando um bocadinho a sua resposta: considera que esta situação de acolhimento influencia esta relação que eles têm com a escola?

18 E34. Influencia. Acho que sim, influencia de uma forma positiva. Para muitos, e eu conheci algumas situações em que, de facto, estar acolhido foi uma forma de poder viver a escolaridade e o ensino de uma forma muito positiva. Portanto, permitiu aos jovens que em contexto de comunidade, de família onde não era valorizada a escola e a partir do momento em que tiveram uma integração institucional, essa valorização passa a exigir... Essa relação com a escola foi uma mais-valia. Não tenho dúvidas nenhumas que para muitos jovens foi, com certeza, uma mais-valia.

19 Eu. Muito bem, esta questão é completamente enviesada: considera que uma melhor qualificação académica e profissional destes jovens irá conduzir a uma melhor integração profissional no futuro?

20 E34. Claro, é claro, sem sombra de dúvida, que um bom percurso escolar, dotá-los de ferramentas para eles poderem depois inserir na sociedade, mas não pelo facto de serem acolhidos, isto será na generalidade das situações. O que acontece é que muitos só conseguem esse percurso académico... se a instituição investir, a casa de acolhimento dá esta oportunidade... para muitas situações.

21 Eu. E do contato que tem com as instituições e as escolas, considera que as escolas estigmatizam estes jovens?

22 E34. Não tenho uma opinião, não tenho uma opinião muito formada, não. O meu contacto direto, não, mas... Muitas vezes em conversas sobre esses e outros temas, ao falar com alguns colegas... os enquadramentos escolares isso.

23 Eu. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens?

24 E34. Muitas vezes as situações deveriam ser mais acauteladas... Não sei, não é? Acautelada a saída.

25 Eu. Enquanto entidade de primeira linha, confronta-se, por exemplo, com situações de emergência de jovens que já estiveram acolhidos?

26 E34. Várias, várias vezes tenho esse contacto direto. Significa que não houve uma preparação segura, enfim... não foi previamente preparada.

27 Eu. Quais os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm? Têm aspirações como qualquer outro jovem, estão mais limitados?

28 E34. Considero que sim, mas fruto da sua vivência, que levou àquela situação que é sempre mais limitada. Ficam sempre mais penalizados. Se ficassem no contexto onde estavam anteriormente, ainda seriam mais penalizados, por não terem as mesmas condições, as mesmas oportunidades(...) Não sei... tirar a carta, ter um carro, e que terão outro tipo de aspirações, mais concretas.

29 Eu. Muito bem. E qual acha que serão as dificuldades ou as principais dificuldades que os jovens irão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

30 E34. Depende da retaguarda que se foi trabalhando, desta preparação e também da retaguarda, ou seja, o jovem quando sai, se não estiver devidamente preparado, por parte da equipa da instituição onde esteve acolhido, preparado quer academicamente, profissionalmente, estruturalmente, psicologicamente. E isso associado a uma prévia preparação também na comunidade onde ele se vai inserir inicialmente. Portanto, trabalhar... pode ser muito difícil ou fácil... Como se costuma dizer "A saída é preparada desde o primeiro dia em que é acolhido, não é?". Tem que ser, tem que ser.

31 Eu. E agora a última questão: quer contar alguma experiência que considere significativa que tenha vivido com uma criança ou jovem acolhido? Sei que deve ter imensas situações.

32 E34. Pois… estou a pensar na situação de um jovem que foi acolhido, foram dois irmãos acolhidos. Fizeram, sobretudo este jovem, estou a pensar no percurso académico… muito positivo. Tirou uma licenciatura e era um jovem também muito meigo, com características também pessoais, um jovem muito meigo, doce, muito meigo. Tirou o curso de educação social. E posteriormente quando terminou o curso, e fruto do empenho também da psicóloga da instituição, que, lá está, o acompanhou desde o início, foi possível, quando da sua saída, a sua integração profissional. Este jovem agora tem a sua família. Portanto, essa foi uma situação que eu conheci, que de facto teve assim um fim muito, muito feliz, e é isso, caso não tivesse estado na instituição, provavelmente não iria ser um caso positivo. Uma outra situação, de uma jovem também retirada da família por uma série de questões e que, de facto, a partir da adolescência começou a entrar no mundo dos consumos, com uma patologia psiquiátrica associada, que se desenvolveu mais depois dos consumos. A saída da Instituição não foi preparada e depois de sair ainda se perdeu mais com os consumos. E alguns anos após a saída vinha cá, sempre em situação de emergência. Depois engravidou… e o que é que aconteceu? O ciclo de reprodução, de reprodução social. Conseguimos que ela aguentasse ficar acolhida até ter o bebé. Entretanto foi para a maternidade para ter o bebé, claro que, entretanto, o bebé não foi com ela, quando ela teve alta. Entretanto, são estes casos que nos levam a ter esta dualidade, este sentimento em relação ao acolhimento. Temos casos de sucesso, como temos outros casos que há a reprodução do ciclo de pobreza, de exclusão. Também neste caso, nesta história com patologia psiquiátrica, este duplo diagnóstico…

Eu. Muito bem, muito obrigada. Muitíssimo, obrigada,

33 E34. Não sei se respondi a tudo…

34 Eu. Sim. Obrigadíssimo, obrigada.

Entrevista 35
ECMIJ - Segurança Social

Eu. Boa tarde. Obrigada por me conceder esta entrevista. Profissão, por favor?
E35. Assistente social.
Eu. Numa entidade de primeira linha, não é? Quantos anos tem de contacto com crianças e jovens em risco?
E35. 20 anos de profissão em contacto com famílias com crianças e jovens em risco.
Eu. E com a crianças e jovens em acolhimento?
E35. É o mesmo tempo, não é? 20 anos.

Eu. Duas décadas, por isso conhece instituições de acolhimento, tem contacto com instituições de acolhimento ou já teve contacto?
E35. Contexto institucional e pelo contacto direto com famílias, crianças. É a perspetiva da informação da família e da articulação formal com as instituições
Eu. E desse contacto com a família e com as instituições, concorda com as regras e os regulamentos das instituições?
E35. De uma maneira geral, acho que acabam por beneficiar do funcionamento das instituições as crianças e os jovens. É importante que elas têm dinâmicas instituídas de funcionamento. Que também considerem dinâmicas de funcionamento de situações de exceção. Ao longo da minha experiência profissional e do contacto com as famílias, fui sempre percebendo que em situações de exceção, eles também conseguiam que as instituições revelassem alguma flexibilidade em algumas situações, ou seja, não há uma rigidez. Há sempre uma regra que seja alterada ou um regulamento que seja alterado, tendo em conta situações específicas, não é? Situações específicas.

Eu. Muito bem. Considera que os jovens acolhidos devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E35. Completamente. Acho que a opinião deles e o sentimento deles deve pesar sempre na análise dos técnicos, dos tribunais, das instituições. Devem ser sempre ouvidos e considerados. Devem ser sempre, sempre ouvidos e considerados, pese embora, se calhar, em alguma ou outra situação, não sejam, não é? Devem ser a base de decisão. É a minha opinião.

Eu. E agora o contrário: considera que eles são envolvidos e participam na tomada de decisão das questões mais importantes da sua vida?
E35. Não tenho tanta certeza se na prática, se as pessoas, se os seus interesses são esses que prevalecem, mas também não deve, se calhar, em algumas situações, ser a sua vontade a prevalecer sobre aquilo que é a decisão da promoção e proteção, porque muitas das vezes a vontade do jovem, não é, portanto, do seu interesse. Parece-me que eles são sempre ouvidos e que o parecer deles, não é? É considerado, é tido em conta, pois Quero acreditar que sim, que os tribunais, que os técnicos, que os ouvem sempre, embora as decisões às vezes, sejam diferentes daquilo que são as suas vontades e os seus interesses pessoais...
Eu. Mas considera que, independentemente da idade, tem de ser tida em conta a sua decisão, a sua opinião, a sua vontade?
E35. Pelo que sei, não é? Neste momento, é a partir dos 12 que eles podem ser ouvidos, são obrigatoriamente a partir dos 12. Acho que deve, pelo menos, deve haver o contacto com a criança, ou seja, se quem decide, ainda que seja visual, presencialmente deve haver um contacto. Este é o meu parecer enquanto profissional. Eu acho que sim... não só no âmbito da proteção da infância e juventude, mas em tudo. O olhar muda muita coisa, um olhar, não é?

Eu. Vamos passar para uma segunda parte, mais centrada na questão da autonomia dos jovens. No contacto que tem ou que teve com os jovens acolhidos, qual é que acha que é a relação que eles estabelecem com a escola? Há uma relação de valorização, de distanciamento? É uma relação que é diferente pelo facto de ser acolhido?

E35. Penso que eles percebem a vida escolar diferente de uma criança no seio familiar... pronto, da minha experiência, acho que ele se sente diferenciado na escola, ele sente-se diferente, não estou a dizer que o trate de forma diferente, mas o sentimento dos jovens em acolhimento institucional que frequenta a escola, ele sente a escola de forma diferente, pela condição dele. Acho que eles percecionam a sua condição na escola diferente dos outros.

Eu. Mas acha que eles valorizam a escola, que não valorizam, que temos todas as situações?

E35. A experiência que eu tenho... acabam por desvalorizar a escola, acho que acaba por haver ali a rutura familiar deles, acaba por ser quase como com as outras esferas, pelo menos é a perceção que eu tenho. Muitos deles já tinham problemas em contexto escolar, as crianças institucionalizadas acabam por ser também crianças que não valorizavam a escola, tinham problemas disciplinares também na escola.

Eu. Esta questão é assim muito enviesada: considera que uma melhor qualificação académica profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional dos jovens no futuro?

E35. Em qualquer jovem, independentemente da sua situação, e daí o envolvimento da escola... como no aproveitamento escolar destes jovens. Acredito que a escolarização e uma melhor formação deles será a base para eles também se possam inserir, exatamente, socialmente e que não entrem novamente num ciclo de exclusão, não é? Um caminho no sentido da autonomia. A qualificação profissional e académica vai conduzir a um melhor processo de autonomia.

Eu. Muito bem. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens? E35. Pelo menos acho que há um grande esforço de articulação, mesmo com as instituições no sentido de os preparar, de serem bem-sucedidos... Acho que é um esforço dos técnicos, que trabalham na promoção e proteção, de enquadrar a continuidade do acompanhamento para além da medida de promoção e proteção e para... Há um esforço. Um esforço não quer dizer que ele consiga, em termos práticos e objetivos concretizar.

Eu. Na sua experiência já foi confrontada com situações de jovens que saíram do acolhimento e que tiveram de ser tomadas medidas de emergência?

E35. Sim. Por causa da falta de preparação, uma saída porque os jovens quiseram sair de uma forma assim mais intempestiva e irrefletida. Acho que porque eles, quando saem, têm uma expectativa muito grande e depois acaba por ser frustrada. Todos os constrangimentos que a sociedade tem para todos os jovens, não é? Claro, se calhar, eles estão numa posição menos benéfica, não é? Porque acabam por sair com uma retaguarda muito... quase inexistente, acabam por ser apenas a retaguarda dos serviços que eles na altura, acabam por não valorizar como importante, mas esses recursos vão precisar. Pois na realidade quando saem, a dificuldade é que depois do período de acolhimento, acabam por ter como único recurso os serviços, mas isso não quer dizer que eles não sejam preparados para a saída, eles não estão preparados para precisar dos serviços. Os jovens também precisam dos serviços, claro, claro, não é? Agora neste caso dependeram dos serviços durante tanto tempo... não é? Eles acabam por não querer recorrer aos serviços mais, mas precisam de recorrer...

Eu. Muito bem. Quais considera que são os objetivos pessoais e profissionais destes jovens?

E35. Do contacto que tive e tenho... integrarem-se no mercado de trabalho e constituírem uma família, diferente da que eles tiveram no passado, protetora e estável, com uma vida tranquila, normal, normal. Bem... a vida normal também nem sempre é tranquilo, não é? Mas diferente da que tiveram no passado, as experiências adversas a que estiveram expostos.

31 Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades que estes jovens vão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

32 E35. Trabalho... a situação... do trabalho, porque o mercado de trabalho depois vai acarretar as questões de habitação, o acesso à habitação, e nesta conjuntura, numa situação não muito agradável do que há uns anos... A dificuldade quando saem é igual a qualquer jovem, pronto, com aquela, com uma diferença que é a inexistência de uma retaguarda, do suporte familiar. Claro que por aí, se calhar, podemos dizer que terão dificuldades acrescidas e eles não vão contar, se calhar, com a retaguarda de suporte familiar que um jovem numa situação mais estável tem previsto. Finalmente também não é só, se calhar, têm então dificuldades que podemos considerar que vão ter dificuldades acrescidas, pois sempre que saem [da casa de acolhimento] sabem que não vão a segurança, ter esta retaguarda, não é? Enquanto, exatamente, estamos a falar de jovens que a retaguarda é inexistente ou muito frágil.

33 Eu. Muito bem. A última questão: quer comprar alguma experiência, uma história mais significativa para si de crianças ou jovens acolhidos ou em risco? Já deve ter algumas, ao longo destes anos...

34 E35. Posso falar numa situação de medidas de promoção e proteção e de intervenção na Comunidade. Era um casal de 2 irmãos, ambos com debilidade intelectual ligeira, sendo que a mais velha, é um elemento feminino, sofria de psicopatologia, de patologia psiquiátrica grave crónica. Iriam regressar à família após um período de acolhimento residencial, mas já com a indicação da promoção e proteção de que havia ali um contexto familiar muito frágil, e que era importante reavaliarmos a continuidade do acompanhamento no seio da comunidade, na família de origem, a funcionalidade e monitorização da evolução da situação. Sem querer indicar que deveria ser a continuidade do acolhimento institucional, pelo menos da jovem com psicopatologia, para institucionalizar. Nessa altura fiquei bastante sensível porque achei que devia ter sido acautelado tudo previamente ao fim da medida. Depois percebi que não foi importante perceber como é que funcionava na altura. Pedimos, na altura era a interdição, a inabilitação aos 2 jovens que teriam os 2 debilidade intelectual ligeira, com um contexto muito disfuncional, também de uma família numerosa. Conseguimos a medida rapidamente, em função da jovem maior com psicopatologia, porque houve uma tentativa de suicídio muito grave. Conseguimos... Ela acabou por ser acolhida numa instituição de apoio à deficiência por duplo diagnóstico, mas o irmão, contrariamente às expectativas, não foi considerado para a inabilitação. E porquê? É preciso que haja a avaliação pela saúde mental, pronto, as características do jovem e ele foi considerado um jovem com debilidade, mas com alguma funcionalidade, porque ele não ia ter um acompanhante no seio da família, portanto, ele não teve uma medida, continua a fazer a sua vida hoje... Bem, esta situação veio-me muitas vezes à memória, destes 2 irmãos, que um por psicopatologia, foi acolhida, o outro manteve a sua vida. Os 2 estiveram em acolhimento institucional desde a infância, muitos anos. E ele continuou a vida dele no exterior. Perdi... desliguei-me da situação, mas lembro-me muitas vezes desta situação. O que é que será feito deste jovem, que não foi considerado, e bem, porque alguém avaliou. Tinha deficiência, mas isso não o impedia de funcionar com limitações. Sim... mas custa-me muito, porque eles, era engraçado, a institucionalização dos 2 fez com que eles tivessem um vínculo muito forte, e eles foram os 2, chegaram a ser os 2 acolhidos institucionalmente, e ele, por força da avaliação, do processo de interdição, ele sai e ela permaneceu.... Mas esta separação destes 2... Ela continua a ter uma família muito disfuncional, mesmo as visitas à instituição... é uma instituição que funciona muito bem, aberta à comunidade, num concelho limítrofe onde ela é muito querida, com muitas atividades. Acredito que ela estará bem, neste momento, mas lembro a dificuldade foi a separação. A nova separação dela do irmão... ele até pedia para ser acolhido com a irmã, porque não aguentava aquela separação... acho que ainda continua por lá... era preciso acautelar muitas questões... só porque não havia retaguarda na família para... não precisava de estar num acolhimento institucional... E sinto que não devia, neste caso, não devia ser necessário institucionalizar para garantir a estabilidade. Estamos a falar de uma situação de saúde, de cuidados de saúde básicos. Não é?

35 Eu. Muito obrigada.

Entrevista 36
ECMIJ

Eu. Boa tarde. Obrigada por me conceder esta entrevista. Vai ser constituída por 2 partes, mas para já vou-lhe fazer algumas questões mais sociodemográficos. Profissão?
E36. Professora universitária.
Eu. Anos de contacto com crianças e jovens em risco?
E36. 20 anos de contacto.
Eu. E com crianças e jovens em acolhimento residencial?
E36. 20, sensivelmente o mesmo tempo.

Eu. Então tem contacto com casas de acolhimento?
E36. Sim, neste momento, ao nível da supervisão técnica das casas.
Eu. Vai-me responder, por favor, sempre a sua perspetiva e da experiência que tem. Concorda com as regras e regulamentos das casas de acolhimento que conhece?
E36. Concordo na generalidade. Concordo na generalidade dos regulamentos internos, principalmente com esta nova alteração, esta nova portaria[1], que tem sensivelmente 5 meses, e que veio trazer aqui alguns aportes importantes. Algumas casas já fizeram a atualização dos seus regulamentos internos em função disso. Em primeiro lugar esta alteração que nós tivemos nos últimos 6/7 anos sensivelmente, a lei que vai reduzir o tamanho e a dimensão das casas, garantindo que se aproximassem o mais possível de uma casa, da casa das crianças e dos jovens, em detrimento daquele conceito que nós tínhamos de instituições totalitárias, que acolhiam cerca de 100/150 crianças, que não foi assim há muito tempo, não é? Portanto há sensivelmente 10 anos, nós tínhamos este modelo de funcionamento e, portanto, este novo conceito desta nova alteração, que nós temos nos dias de hoje, tem vindo a melhorar. Acima de tudo o trabalho que é desenvolvido com estas crianças e com estes jovens permitindo-lhes dotar de outro tipo de competências e de skills que seguramente há 20/15 anos nós não verificamos. A única coisa que nós verificámos era uma casa, comida, roupa lavada e atualmente vemos que há aqui todo um trabalho que tem em vista, acima de tudo, o bem-estar das crianças e ao superior interesse.

Eu. Considera que as crianças e jovens acolhidos devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?
E36. Não só concordo como considero obrigatório, aliás, a própria lei assim o reforça, não é? Portanto começando aqui pela Convenção dos direitos da criança, passando pela lei de promoção e proteção, todas as crianças têm de estar envolvidas, têm de ter voz em todas as matérias que lhes digam respeito. Portanto, no que concerne ao projeto de vida não poderia ser feito de forma diferente. Portanto, cada criança tem uma especificidade e o seu projeto de vida tem de ser em função daquilo que é a sua especificidade e o seu interesse, não o interesse dos técnicos e das técnicas das equipas técnicas, mas sim o interesse maior que tem de estar subjacente ao interesse da criança. Portanto ela tem de ter um papel ativo naquilo que é a definição do seu projeto de vida.

Eu. Considera que as crianças e jovens acolhidos são envolvidas na tomada das decisões mais importantes da sua vida?
E36. Não podemos generalizar, e é importante ter isso em consideração. Conheço casas onde efetivamente há aqui um trabalho que é desenvolvido com elas, no sentido de desenvolverem todas as decisões, há outras casas e, portanto, como também sabemos, fruto daquilo que foi o trabalho durante anos que é muito difícil de ser ultrapassado, não é? Portanto, durante anos as crianças não eram ouvidas naquilo que eram os seus direitos e aquilo que eram as suas necessidades e naquilo que era o seu projeto de vida, era algo que era conversado sempre entre a equipa técnica e as comissões de proteção de crianças e jovens, os tribunais e, portanto, toda a gente tinha aqui um papel ativo naquilo que era a definição do projeto de vida das crianças, mas elas não eram ouvidas e atualmente não poderá ser feito de outra forma... compreendendo desde já e pegando no exemplo que eu dava há pouco das instituições totalitárias, onde essas questões nunca eram colocadas, porque, na verdade, com 150 crianças e com equipas compostas por 2/3 elementos, a ideia que o trabalho que era desenvolvido nunca poderia ser um trabalho eficaz e eficiente, conforme é suposto fazer, quando falamos da vida de crianças..

17 Eu. Muito bem. Vamos passar para uma segunda parte da entrevista. Como considera ser a relação que os jovens acolhidos estabelecem com a escola? Valorizam a escola, há algum distanciamento, algum divórcio?

18 E36. Em primeiro lugar, é importante contextualizar e dizer de uma forma muito clara que os jovens na sua generalidade, portanto, fruto daquilo que que são as suas vivências, mas também, e contextualizando aqui uma faixa etária concreta a adolescência, há aqui muitas dúvidas quanto aquilo que gostam... portanto, os jovens têm que ser muitas vezes induzidos e estimulados, ou seja, os conteúdos têm que ir ao encontro daquilo que são as necessidades e os objetivos dos jovens, se não há aqui uma desmotivação ... e não são só as crianças e os jovens que estão em acolhimento, não é? Portanto, isto é no geral, ou se adequam aos conteúdos programáticos, ou se adequam aos modelos pedagógicos, ou as crianças continuam completamente desmotivadas, fruto daquilo que era o ensino há 20/30/40 anos, que não se coaduna com aquilo que nós temos nos dias de hoje. Até porque nós temos novas tecnologias de informação, que têm de ser cada vez mais usadas para garantir este estímulo, mas isso passa sem dúvida alguma também pelos docentes e pelas escolas, que têm que se adaptar a esta nova realidade. Então não posso depender a minha resposta... que esta condição de acolhido em nada ou muito pouco poderá interferir na relação que eles têm por exemplo com a instituição escolar... é uma questão de fatores de risco e fatores protetores... diria eu então que há aqui 3 ou 4 aspetos que nós não podemos descurar: em primeiro lugar, a tal adaptação aos conteúdos programáticos e aos modelos pedagógicos, por outro lado, nós sabemos que muitas das crianças estão em situação de acolhimento "pontuam" muito mais nos fatores de risco do que nos fatores protetivos, não é? Mas há outras crianças que estão cá fora e também têm um elevado número de fatores de risco, só que ainda não foram identificados, ou os fatores protetivos estão em número mais significativo e, portanto, os fatores de risco nem sempre são considerados, portanto nós temos que ter aqui muita cautela com estas generalizações. Temos, acima de tudo, que ter muita a compreensão para além daquilo que é o modelo rígido de ensino e o modelo rígido de funcionamento das casas. Temos aqui uma compreensão muito clara quanto aquilo que é o desenvolvimento das crianças, não é? Portanto, se nós pensarmos aqui na adolescência, nas alterações hormonais, fisiológicas comportamentais, não é? Todos devem ser levados em consideração... esta questão dos fatores de risco, os fatores protetores, o pouco estímulo... tudo isto... para que as crianças nem sempre se sintam completamente integradas e, acima de tudo, estimuladas para o ensino... Portanto, há aqui vários fatores que temos de ter em consideração além do facto da situação de acolhidos, ou seja, o acolhimento... eu acho que é importante nós pensarmos isto: é a própria literatura, a evidência científica demonstra isto de uma forma muito clara, o acolhimento não é a melhor coisa para a criança. É a melhor forma de os proteger e, portanto, se é a melhor forma de os proteger, de os dotar de competências de trabalho para o seu projeto de vida, possivelmente nos seus contextos familiares, muitas vezes disfuncionais, multiproblemáticos e multiviolentos não é possível ser feito esse trabalho. O que é importante nós percebermos é que eles "pontuam" mais nos fatores de risco, mas na realidade não é o acolhimento per si que pode ou não ditar aquilo que é o futuro de um jovem, não é? É isto que nós temos de ter em consideração. Além disso, se este trabalho, se esta capacitação, se este empoderamento, se este trabalho de dotar de skills, de competências... não forem devidamente trabalhadas, nós temos condições para garantir um futuro muito mais promissor a estes jovens, em função das competências do aluno à saída do ensino secundário. Estou a falar dessas competências que nós não podemos, em momento algum, fazer de conta que não existem, não é? Portanto, as competências não são unicamente, e aqui faço uma ressalva, não são só na generalidade conhecimentos académicos, mas sim preparação e competências para a vida, não é? Que se não forem tidas em consideração, voltamos a ter crianças novamente acolhidas, filhos daqueles que anteriormente foram acolhidos e, portanto, há aqui todo um trabalho que tem de ser feito. Acima de tudo um trabalho de forma profilática, preventiva para garantir acima de tudo este reforço de competências e o garante de que muitas destas crianças não voltem a situação de acolhimento.

19 Eu. Então considera que uma melhor qualificação/académica irá conduzir a uma melhor integração profissional destes jovens no futuro?

E36. Uma melhor qualificação académica irá conduzir a uma melhor integração profissional... o conjunto... eu acho que há tantos fatores, nós não podemos resumir as competências académicas: há uma melhor integração com uma rede de suporte, que se não existir, quer seja ela formal, quer seja informal, vai ter um peso muito importante naquilo que é a integração destas crianças, quer seja acolhido, quer não seja acolhido, não é? Portanto, não nos podemos cingir unicamente aos conhecimentos, às competências académicas, não é? Não são as competências académicas que definem uma criança ou um jovem bem-sucedido, não é? Um adulto bem-sucedido é muito mais do que isso. É todo um trabalho que tem de ser feito do ponto de vista das competências transversais e não unicamente académicas. Um exemplo: de que nos adianta ter um adulto ou um jovem que sai do acolhimento, que vai para o ensino superior, que termina o ensino superior e do ponto de vista das competências relacionais, do ponto de vista das competências emocionais, individuais, se elas não estiverem bem desenvolvidas. Até pode concluir com sucesso um curso superior, mas na realidade há toda uma base que está em falta. Eu dou claramente um exemplo daquilo que eu sinto: enquanto professora no ensino superior há 16 ou 17 anos é isto que eu sinto, tenho muitas jovens que efetivamente vêm do acolhimento e tenho essa experiência de passar por isso. Jovens que vêm do acolhimento, outros que não vêm do acolhimento, ambos terminam a sua licenciatura e se calhar os que vêm do acolhimento até podem ser mais bem-sucedidos do que os outros. Se estas competências forem trabalhadas e, portanto, nós não podemos generalizar, é preciso ter aqui muita cautela quanto a isso...

Eu. Então já me está a levar para a questão seguinte: sente que casa de acolhimento é feita a preparação para a saída dos jovens?

E36. Nós percebemos que as casas não todas iguais, não funcionam todas da mesma forma, não é? Portanto voltamos outra vez ao mesmo... há casas cujo funcionamento já se assemelham a uma empresa e eu passo aqui a explicar o que é que quero dizer-vos com isto da empresa. Têm um certificado de qualidade quanto ao modelo de funcionamento, assentam em princípios subjacentes àquilo que a evidência científica dita, temos profissionais altamente qualificados para trabalhar estas competências e temos outras casas, que eu também conheço, que ainda continuam a trabalhar com base naquele princípio de que há um bocadinho elenquei: casa, comida e roupa lavada, e isto nunca é um bom princípio, pois não estamos a formar jovens para se autonomizarem, para garantirem aquilo que é um projeto de vida saudável, feliz e pleno. Portanto, ainda estamos, e perdoem-me a expressão, a anos-luz de algumas dessas para conseguirmos realmente garantir uma uniformização do ponto de vista daquilo que é o funcionamento das casas e isto convém que fique muito claro... é importante que se perceba isso: há profissionais ainda muito pouco capacitados para trabalhar estas competências e profissionais cuja criação do projeto de vida ainda não envolve as crianças e os jovens. Há casas [de acolhimento] ainda muito pouco preparadas e há outras que efetivamente se têm dotado destas competências e têm garantido que os profissionais que nelas trabalham façam reciclagens de conhecimentos, façam formação que pode ter em vista alargar os seus conhecimentos, mas também a dotar os jovens destas mesmas competências. Pela minha experiência temos dois tipos de profissionais ou de modelos de funcionamento das instituições. Eu posso dizer que temos dois tipos, temos umas mais avançadas do que outras. Existem sim casas que reconhecem a necessidade de adquirirem outro tipo de competências para poderem trabalhar com os jovens, não é? Temos outras que se acomodaram àquilo que era um modelo antigo, não é? Portanto, aquilo que foi o modelo que vigorou durante anos e anos e, portanto, é sempre muito difícil a mudança e nós nunca nos podemos esquecer disto. Estou convencida que, se calhar, daqui por 20/30 anos já possamos dizer com mais certezas que estão mais ou menos todas ao mesmo nível, atualmente não estão, de todo.

Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens possuem para o futuro? Os jovens que ainda estão acolhidos, qual acha que são os objetivos que eles têm quando saírem?

E36. Objetivos pessoais e profissionais... muitos deles é regressar à família biológica, à família alargada, claramente, não é? Portanto, não é à toa que mais de 50% dos casos, de acordo com o relatório CASA [Caracterização Anual do Sistema de Acolhimento], a realidade da reunificação familiar. Portanto, esta reunificação, acho que em 56% dos casos dá-se a reunificação familiar, quer seja na família nuclear, quer

seja na família alargada. Os outros se não regressam é porque as famílias não têm condições para os acolher ou não há redes de suporte, ou outra rede de suporte informal e, portanto, esses têm mesmo que ser trabalhados do ponto de vista das competências... do que eu há pouco falava... das competências individuais, relacionais, sociais, mas falo das competências para a vida, não é? O saber abrir uma conta bancária ou saber deslocar-se a um serviço de finanças ou fazerem um currículo para se candidatarem a uma entrevista de emprego, ou seja, todas estas competências, que se não forem trabalhadas nós podemos correr o risco de voltar a ter jovens com défices no ponto de vista daquilo que é a sua integração numa sociedade... mas acho que estes jovens têm sonhos como os outros jovens: que querem ter a sua própria família, claro, querem ter um emprego, claro, eles verbalizam isso frequentemente, isto é ouvido frequentemente, claro que têm sonhos. Aliás, temos jovens de 15/16/17 anos que querem é ter a sua família, querem constituir a sua família, porque reconhecem que a família que lhes foi dada à nascença não reúne as condições para lhes dar aquilo que eles pretendem, portanto, a única coisa que eles procuram, é constituir a sua própria família, criar de raiz aquilo que é o seu modelo familiar e, portanto, esses profissionais têm de os dotar dessas mesmas competências. Alguns já têm algumas, só têm que ser aprimoradas, limadas, não é? Portanto, para garantir que possam ter aquilo que mais desejam, não é? Um emprego, uma casa, uma família, que têm objetivos como qualquer outro jovem, claramente. Mais uma vez, esta condição de acolhido, não podemos limitar em momento algum, não é? Não podemos limitar... castrar o jovem porque ele passou por algo que não foi ele que escolheu, foi-lhe imposto esta condição de acolhido e não poderá, em momento algum, ser vista como limitadora daquilo que são os seus sonhos e os seus objetivos... é uma fase... por isso é que se prevê que o acolhimento não perdure no tempo, que se trabalhe um projeto de vida com vista à autonomia ou o regresso à família biológica, à família alargada... que seja uma fase transitória e que não poderá ser limitadora daquilo que são os seus sonhos e os seus objetivos de vida.

25 Eu. Quais considera que serão as principais dificuldades que os jovens vão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

26 E36. Depende dos jovens, não é? A começar pela rede de suporte informal... se eles têm rede de suporte... as redes de suporte têm um papel importantíssimo, quer sejam elas formais, quer sejam informais, não é? Portanto, quando se tem uma boa rede de suporte nem sequer vão para o acolhimento... o estado tem que assumir esta responsabilidade, este compromisso, não é? Quando existe uma boa rede informal eles mais facilmente poderão ultrapassar alguns destes obstáculos, mas isto é como qualquer jovem que cresce em família, não é? Que se depara com estes obstáculos, mas mesmo aqueles que crescem com a família e até têm estas competências e têm várias skills deparam-se com problemas, não é? Ser jovem hoje em dia não é fácil e, portanto, quer seja em situação de acolhimento ou não vão sempre encontrar dificuldades do ponto de vista daquilo que é a sua integração no mercado de trabalho, a compra de habitação, a constituição da família, até porque os laços muitas vezes estão muito frágeis, muito beliscados e, portanto aqui uma capacitação que tem que ser bem feita para todos os jovens, quer sejam acolhidos ou não, para a compreensão daquilo que é o afeto, o amor, o carinho, que tem que ser dado para garantir aquilo que é a sua segurança, também segurança emocional. A segurança emocional está associada claramente à autoestima e, portanto, o reforço da autoestima, para mim, continua a ser a ter um papel primordial em tudo...

27 Eu. Agora uma última questão: quer contar alguma experiência que considere mais significativa do contacto que manteve/mantém com crianças/jovens acolhidos?

28 E36. Posso dar aqui um exemplo de uma situação: uma família que tinha 3 filhos e, portanto, foram os 3 para o acolhimento. Dois deles permaneceram no acolhimento até perfazerem a idade limite, um deles acabou por entrar num processo de adoção de uma pessoa singular e entrou neste processo de adoção tinha 9 anos. Atualmente conseguiu singrar na vida com o apoio, apesar de muitos fatores de risco presentes acabou por ter ali uma boa rede de suporte e em conjunto com os técnicos e técnicas da casa de acolhimento que acabaram por fortalecer. Vou citar também aqui grandes aportes naquilo que era o projeto de vida e isto acabou por correr muito bem. Portanto, é um caso muito bem-sucedido que eu tive a oportunidade de acompanhar e que me sinto muito orgulhosa do lugar onde este este jovem de 22 anos chegou atualmente. Uma adoção bem-sucedida, porque também as existem.

Eu. Muito, muito obrigada.
E36. Obrigada e muito sucesso.

Entrevista 37
Técnico CAR

Eu. Obrigada por me conceder esta entrevista. As questões que eu vou perguntar vão ser em 2 conjuntos de questões? Por isso vamos, vamos começar. Qual é a sua profissão, por favor?
E37. A minha profissão… sou assistente social, diretora técnica da (…).
Eu. Então, é neste momento diretora técnica de uma instituição de acolhimento?
E37. É de uma associação que trabalha com um programa de capacitação com casas de acolhimento com jovens e com o projeto de vida de autonomização.
Eu. Muito bem. Tem experiência, já trabalhou em outras casas de acolhimento?
E37. Certo, afirmativo. Já trabalhei em 3.
Eu. Então diz-me, por favor, quantos anos tem de experiência a trabalhar com crianças e jovens em risco?
E37. 11 anos.
Eu. E com crianças e jovens em acolhimento?
E37. 11 anos também. É o mesmo tempo.

Eu. Muito bem. Então já passamos as questões mais sociodemográficos, vamos passar à entrevista. Como trabalha numa instituição e já trabalhou noutras instituições, conhece as regras e os regulamentos das instituições, certo? Concorda com as regras e regulamentos das instituições?
E37. Estamos a falar de diplomas legais ou estamos a falar de regras e regulamentos internos das casas?
Eu. Dos regulamentos internos das casas.
E37. Concordo que existam regras e regulamentos internos nas casas de acolhimento residencial, porque eu acho que as regras e os regulamentos ajudam tanto os colaboradores como a direção, como a direção técnica e como até os próprios clientes [crianças e jovens] da instituição a perceber melhor o funcionamento da instituição, por que é que as regras existem, por que é que são necessárias, qual é o trabalho, a missão e a visão da organização ou instituição, o que é expectável acontecer no dia a dia da instituição, como é que as pessoas se relacionam, se existem ou não procedimentos éticos e deontológicos que devem ser adotados, que regulam inclusivamente algumas das profissões e das funções dos colaboradores das casas… eu acho que devem existir sim e também promovem a coesão, a comunicação, o que é suposto, o que é que se espera por parte de todos fica clarificado. Acho que sim, acho que há muitos benefícios em ter e depois a própria cultura organizacional se estiver alinhada àquilo que são as diretrizes que estão nestas regras e nestes regulamentos e não na forma como o que se espera de cada um, da função e da própria organização como um todo. Acho que é uma grande mais-valia para se conseguir uma cultura organizacional coesa e uma equipa de trabalho que está perfeitamente alinhada com os objetivos da organização.

Eu. E estas regras e regulamentos os jovens são envolvidos, participam?
E37. Claro, tem que ser. É como o funcionamento de uma casa, as pessoas têm que ser ouvidas e devem participar nas regras que dizem respeito a todos, dos horários, da forma como as coisas funcionam, das regras de convivência, do que é necessário ao nível das infraestruturas para que todos se sintam bem, de que forma é que os desafios diários e os problemas que são de um, são de todos e podem ser resolvidos. Isto só se resolve com todos, com assembleias de casa, com a participação e ouvir efetivamente o que as crianças e jovens têm para nos dizer. E para acrescentar, os direitos e os deveres das crianças e jovens devem ser bastante bem explicados e um dos direitos que lhes assistem é esta participação, efetivamente com uma voz ativa naquilo que são as regras, os limites, o funcionamento. É claro que os adultos depois estão lá para balizar o que é possível, o que não é possível, mas dentro daquilo que são os direitos das crianças e jovens acolhidas numa casa, um deles é esta participação ativa nas regras, nos regulamentos, na forma como as coisas acontecem, nas rotinas diárias. Tudo o que tenha a ver com aquilo que os influencia diariamente, com as horas de estudo, com as horas da alimentação, com a forma como fazem a higiene, com a forma como a casa está organizada, se há ou não há necessidade de haver espaços só para estudar, espaços só para conviver. Eles têm o direito de ter uma opinião sobre o sítio onde vivem.

19 Eu. Então considera que os jovens devem ser envolvidos e participar nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?

20 E37. Devem participar nas regras e nos regulamentos da casa, que era do que estávamos a falar, relativamente ao que está previsto na lei, é obrigatório e claro que devem participar no processo de construção do processo de promoção e proteção e depois no desenvolvimento, no cumprimento do processo de promoção e proteção e do seu projeto de vida, claramente, onde devem constar todas as áreas de intervenção e todas as áreas de desenvolvimento de uma criança e jovem: da saúde, da escola, das atividades extracurriculares, da família, dos problemas de saúde mental que existirem, se existirem, as questões da convivência e da socialização… sim, todas as áreas que dizem respeito ao processo de promoção e proteção… as reuniões obrigatórias por lei estes miúdos devem estar presentes, eles têm que estar envolvidos, sim, porque são as suas vidas. Além do mais, também têm o direito e devem exercer esse direito de participação ativa também nas audições pelas entidades competentes em matéria de infância e juventude, para os projetos de vida, e que não são só a casa de acolhimento, ou seja, a CPCJ ou a EMAT e, até em último caso, o procurador ou juiz.

21 Eu. Muito bem, e agora vou lhe fazer a questão ao contrário. Considera que os jovens são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?

22 E37. Da experiência que tenho e pelas casas onde eu passei, havia um esforço para que as crianças e jovens fossem envolvidas. Eu fui coordenadora e diretora técnica das casas [de acolhimento] todas por onde passei e isso era uma forma de funcionamento que era a acolhida por todos e todos sabiam que, no âmbito da gestão dos processos de proteção, esta audição era obrigatória. Agora que nem sempre aconteceu, por outros constrangimentos, é verdade, e que também não existe daquilo que também é a minha experiência nos grupos de trabalho em que estou inserida e em que há outras casas [de acolhimento] envolvidas é muito difícil às vezes manter o que a lei prevê nos timings que a lei prevê. Às vezes não são cumpridos estes direitos de audição, é verdade, de audição e participação. Não… não, no projeto de proteção, são os adultos que decidem, ou assumem que podem decidir, por outras informações que vão tendo ao longo do caminho. Mas estas reuniões físicas, presenciais que a lei prevê que aconteçam para se discutir o processo de promoção e proteção, a evolução em fazer uma análise crítica do que aconteceu e quais é que são os passos futuros, o que é que se mantém, o que é que se vai ajustar e o que é que se vai alterar completamente, a maior parte das vezes isso não acontece. Os serviços acabam por assumir mais do que ouvir, porque a verdade é que essas assunções muitas vezes depois não são mais do que isso, assunções.

23 Eu. Muito bem. Identifique o tipo de relação que estabelece com os jovens acolhidos, uma relação de respeito, por exemplo?

24 E37. Uma relação mais de respeito, mas de muita proximidade, de empatia, de conexão mesmo verdadeira, sem olhar à hierarquia. É evidente que os miúdos tratam por "doutor" e por "doutora", mas a relação é mesmo muito próxima e próxima afetivamente, próxima na compreensão, próxima na empatia, próxima no "colinho" que é preciso… próxima fisicamente, sim, num abraço, por exemplo, uma das coisas que sempre implementei nas casas [de acolhimento] por onde passei e nalgumas felizmente já existia esta proximidade física, dos miúdos que gostam da proximidade física e querem, que é abraçarmo-nos e dar este exemplo também com os adultos e cumprimentar com um abraço o colega que chega no turno da tarde ou com um beijinho, com um grande sorriso… e se isto for a cultura da casa [de acolhimento] torna-se o normal da casa e todos querem estar envolvidos e todos recebem isto. Os benefícios disto, mesmo sem pensar sobre isso... portanto, os beijinhos, os abracinhos, o colinho, o ajudar o colega que tá triste... tudo isso.

25 Eu. Muito bem, agora vamos passar para a segunda parte das questões que são relativas mais aos percursos de vida e ao processo de autonomização. Qual a relação que os jovens acolhidos estabelecem com a escola? Da sua experiência é uma relação de distanciamento? Valorizam?

26 E37. Há de tudo: há jovens que valorizam muito a escola, porque sentem que é uma rampa de lançamento para saírem da situação de vulnerabilidade, há jovens que estão tão perdidos em si próprios e naquilo que é um projeto de vida com intenção e com relevância, ou estão perdidos nas questões de saúde mental,

que desvalorizam a escola. Mas alguns continuam a andar lá, mas desvalorizam. Outros caem na situação de absentismo escolar, outros por desmotivação, outros porque esse nunca foi o modelo familiar. Às vezes não investem na medida das suas capacidades e outros, porque a própria situação do acolhimento residencial em si traz um estigma e às vezes é difícil dado a falta de competências emocionais também. Às vezes no início do trabalho, e quando há um acolhimento recente, no miúdo que já não valoriza a escola tem um tempo para começar... para funcionar. Há miúdos que vêm já com experiências muito negativas relativamente à escola, mas isso não significa que não possam mudar, agora a escola também tem que acompanhar os tempos e também tem que se adaptar às necessidades dos jovens da atualidade. Os jovens da atualidade têm os mesmos problemas dos jovens do acolhimento. Infelizmente, os jovens do acolhimento têm outros que acrescem da situação de estarem acolhidos, mas a escola tem mesmo que se adaptar à realidade da sociedade atual.

27 Eu. Mas o que disse há pouco, que é para eu perceber e confirmar aquilo que disse, esta condição de acolhido, de institucionalizado influencia a relação que a criança tem com a escola?

28 E37. Foi isso que quis dizer... esta questão do estigma, em alguns miúdos é mais evidente do que em outros, só que é verdade, isso existe... Há uma autoperceção de que são diferentes ou são inferiores... uma autoperceção relativamente ao estigma propriamente dito, também há uma autoperceção por parte de alguns jovens de que existe um estigma e depois ele existe mesmo, de facto. Às vezes confirma-se essa perceção em algumas escolas ou em alguns professores, em alguns colegas... sim, felizmente não é em todos, mas isso existe sim, em parte existe.

29 Eu. Agora, esta questão é um pouquinho enviesada. Considera que uma melhor qualificação académica e profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional destes jovens no futuro?

30 E37. Eu considero que sim, se for acompanhada das competências certas para conseguir viver em sociedade, das competências socioemocionais, das competências pessoais. Se elas forem desenvolvidas, quer nas crianças e jovens, que estão em acolhimento, quer nos jovens, de uma forma em geral, pela escola, pela sociedade, pelos pais e todos agirem em conformidade com os desafios que esta revolução gigante que a sociedade... desta evolução tão grande. Desde que eu andei na escola e desde que os meus pais foram pais, as mudanças são muito evidentes, os desafios são muito maiores. É isso, isso é uma condição que é, não é só para acolhimento, mas para a sociedade em si.

31 Eu. Muito bem. Sente que na CAR é feita a preparação para a saída dos jovens?

32 E37. Parece-me que é feito um grande esforço para que a autonomização plena possa ser cumprida, mas a autonomização plena nunca pode ser cumprida, a partir do momento em que a rede social de respostas não ajudam a própria CAR a cumprir essa autonomização. Por um lado, estes jovens para se autonomizarem, precisam de casas com rendas acessíveis, precisam de uma integração comunitária que seja positiva, justa, equitativa, saudável, precisam de empregos, precisam de os manter, não só de ter um emprego. Eles precisam depois de conseguir, manter um emprego, e esta é a parte que precisam de ter uma boa rede de saúde mental e precisam ter uma boa estrutura familiar. Ou pelo menos ter a perceção de que as coisas estão resolvidas a bem ou a mal, mas isto depende da rede de suporte e dos outros serviços ... também da segurança social. E agora o que depende das casas também aí há uma dificuldade muito grande, a partir do momento em que o sistema de promoção e proteção deixou de conseguir ver as pessoas que lá estão, os jovens acolhidos e as crianças acolhidas como crianças e jovens, e passou a vê-los quase como números. Isto porquê? Porque não é à toa que nós temos 6 vezes mais número de crianças e jovens acolhidas do que a média europeia. E, isto significa que muitas casas[de acolhimento] estão sobrelotadas, porque muitas casas têm uma mistura de miúdos que deveriam estar em casas de acolhimento especializadas, de faixas etárias muito diferentes e uma convivência que depois é muito turbulenta, precisamente porque há diferentes necessidades em cada faixa etária do desenvolvimento, dito normal. Depois ainda há a acrescentar as questões do trauma e das experiências adversas da infância, e quando uma casa não está devidamente preparada e dividida até em termos do espaço, quando não tem recursos humanos suficientes ou não cumpre com a capacitação dos jovens para fazer face às necessidades... os jovens estão sempre em constante mudança, é mesmo muito difícil que se consiga trabalhar uma autonomização e um projeto de vida que é de autonomização, porque a autonomização engloba tudo, engloba a resiliência, a preparação, que é mais instrumental das coisas do dia a dia... mas também uma consciencialização para as dificuldades que vão encontrar, uma certa

resistência, no ponto de vista emocional, e uma gestão socioemocional.
Muitas vezes nem os próprios adultos que estão a cuidar destas crianças conseguem promover, porque não o têm e muitas pessoas na sociedade também não o têm, os seus pais certamente que não tinham, então se a rede de suporte não existir, uma rede de suporte fora da instituição, que continue a promover que exista uma transição suave, segura, que se consiga perceber efetivamente o que é previsível, não é? Dando determinados passos, determinada coisa vai acontecer, as redes de suporte vão estar lá para ajudar, não é? Não são 6 meses de follow-up, que vão fazer... garantir um modo de autonomização plena, nem o trabalho que se fez na casa [de acolhimento,]por muito bom que tenha sido, pode garantir que este jovem vai ter uma autonomização plena e não vai ter uma nova situação de vulnerabilidade. É expectável que a casa [de acolhimento] o capacite para trabalhar a autonomização em todas as áreas de vida dos jovens, com projeto de autonomia mais fácil, seja a sua integração comunitária, mas, na verdade, as coisas estão tão difíceis que mesmo... que há uma certa incerteza por parte das equipas técnicas das casas e naturalmente também por parte dos jovens.

33 Eu. Qual acha que serão as principais dificuldades que eles vão encontrar quando saírem da CAR?
34 E37. Acho que que vão ter o confronto com as expectativas, com a frustração, porque mesmo um jovem? que faça tudo mais ou menos certinho e que tenha feito um bom percurso dentro da casa [de acolhimento]com vista à sua otimização e tenha conseguido tornar-se competente em algumas matérias que são fundamentais, que estudou... que já tenha em vista um emprego ou já tem mesmo um emprego, quando sai o sentimento... efetivamente deixou de pertencer à casa [de acolhimento] e vai passar a pertencer a uma sociedade, que se não tiver bem trabalhada... uma comunidade ou bairro que se não estiver bem trabalhado para o receber, assim como qualquer outra pessoa, este confronto com as expectativas, é difícil de gerir e voltamos outra vez à parte da gestão das emoções. Acho que o pior que todos temos na nossa vida é sentir que trabalhamos muito para uma coisa e estamos preparados e depois as expectativas serem diferentes. Eu acho que para os jovens em geral as expectativas, que já nem são muito elevadas, são diferentes e são difíceis de lidar, porque está muito difícil para os jovens efetivamente se autonomizarem. Por isso, acho que esta gestão de expectativas e as dificuldades do início é difícil. Esta dificuldade é transversal a qualquer jovem, mesmo os que não estão em acolhimento... mas estes têm vulnerabilidades acrescidas... os jovens das casas de acolhimento têm vulnerabilidades acrescidas, sem dúvida alguma, porque esta rede de suporte, pelo menos a familiar, pode não existir. E mesmo as casas de acolhimento não podem prolongar, digamos assim, o serviço que é dado. Se calhar numa altura em que para ele ia ser fundamental no futuro, não ao fim de 6 meses, mas, por exemplo, ao fim de 2 anos ou de 1 ano, enquanto que um filho pode voltar para casa e dizer “Olha, afinal, eu não consigo subsistir da maneira que estava a pensar”, um jovem que sai do acolhimento já não pode fazer isso, o regresso já não é para a casa de acolhimento, pelo menos a lei agora prevê que sim, mas não sei como é que isso se vai operacionalizar efetivamente, quando o objetivo é baixar os números das crianças e jovens em acolhimento residencial. É evidente que estes jovens têm dificuldades acrescidas e estas expectativas defraudadas tem a ver precisamente com a questão da habitação e de manter um emprego, e também com quem é que vão contar, quem é que o vai socorrer, se efetivamente precisar de ajuda? É a casa de acolhimento? Os pais? São os serviços e pessoas que ele não conhece? Acho que isto devia ser repensado.
35 Eu. E de que forma é que acha que devia ser repensado?
36 E37. Criando uma boa rede de suporte, uma rede que vá para lá do sistema de acolhimento e que seja uma resposta... ou que seja dentro do sistema de acolhimento, assim algum acompanhamento até, de facto, haver uma autonomização plena, com um emprego que já está certo, que este jovem já está a trabalhar há algum tempo, que já conseguiu efetivamente subsistir numa casa com condições dignas, que consegue fazer a gestão do orçamento do dinheiro que tenha, porque na verdade é um treino que depois, na prática, não é permitido . O jovem não pode estar numa casa de acolhimento e só trabalhar. Portanto, é um treino que só pode ser feito numa casa de acolhimento e espera-se que seja feito num apartamento de autonomização de uma forma já muito próxima àquilo que é a realidade. Devia haver um período para isso... existe aqui uma lacuna, nomeadamente legislativa, não é?

37 Eu. Qual acha que são os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm para o futuro?

38 E37. Bem... são uma diversidade imensa. Há jovens que ambicionam uma vida de trabalho, ter uma vida que é contributiva para a sociedade, que é colaborativa com os sítios onde estão inseridos com a comunidade, até pelas suas características, se calhar, de sociabilidade e da forma como conseguiram gerir algumas experiências, até na infância, e gerir a própria vida com sucesso. Outros jovens que não têm estas expectativas, jovens que continuam a achar que não servem para nada... alguns jovens têm estas expectativas de que dá para viver sem trabalhar ou trabalhar em profissões ilegítimas que dá para viver e desejam viver assim em posições ilegítimas. Porque é que isso acontece? Por múltiplos fatores ou porque não houve tempo suficiente para terem... para serem trabalhados e consciencializados para aquilo que é verdadeiramente importante na casa de acolhimento, porque estes jovens têm questões que não foram percebidas pelas casas de acolhimento. Isto porquê? Porque em casa não foram percebidas, certamente não, por isso é que ali foram parar, porque as casas de acolhimento muitas vezes não têm os recursos ou a sensibilidade ou a rede social de suporte para conseguir atempadamente compreender porque é que o jovem tem determinado pensamento e ajudá-lo. Restabelecer algum equilíbrio que esteja em falta, quer a nível da saúde, quer ao nível das expectativas, quer ao nível do que ele acha sobre si próprio, ou seja, destas competências pessoais, a da sua auto-estima, do seu autoconceito. Tudo isto tem muito a ver como a forma como estes jovens olham para si e para as suas capacidades, e isto tem sempre a ver com as suas competências internas. Portanto, eu acho que muitas vezes não é suficiente o tempo que estão na casa de acolhimento. Também às vezes por constrangimentos do seu próprio funcionamento, da casa de acolhimento, do ambiente da casa de acolhimento, do grupo de pares destes jovens, da forma como foi feita a entrada ou a dinâmica, que é ou não benéfica para determinado jovem, para determinado contexto ou em determinada casa de acolhimento, porque depois muitos fatores, os fatores ambientais, os fatores internos à própria criança e jovem, os fatores que dizem respeito à inclusão da família ou não no próprio projeto de vida e a forma como isso é percebido pelos jovens ou a forma como isso é percebido pela família, se isso influenciou ou não a perceção que o jovem tem sobre o trabalho... as oportunidades que podem ser criadas na casa de acolhimento... Diversos fatores influenciam estas trajetórias e a perceção que os jovens têm sobre as suas reais competências e a forma como querem ou não apostar no seu futuro. Mais uma vez, todos os cenários existem e todos os cenários são possíveis, mas é muito triste quando percebemos que jovens com grandes capacidades, ou jovens com poucas capacidades na mesma, podiam ter vidas, de alguma forma, preenchidas e boas e bonitas e dentro das expectativas, se pudéssemos ter tido a oportunidade de os conhecer e trabalhar melhor as suas competências.

39 Eu. Muito bem. E agora a última questão: Quer contar alguma experiência assim mais significativa, deve ter muitas, com crianças e jovens acolhidos?

40 E37. Significativa... todas as minhas experiências com cada um foram extremamente significativas. Uma que me traumatizou, pois uma que marcou para mim, que é para mim também uma experiência muito adversa, foi o facto de estar a trabalhar numa casa de acolhimento com uma menina que tinha um problema de saúde mental borderline. Esta miúda queria muito ter uma relação privilegiada comigo. Pelas questões da sua doença não admitia basicamente que outras miúdas tivessem uma relação também próxima. Mas não assumia isso e tratava-me ora com muita hostilidade, ora com muita gentileza, porque isto também era característica da sua doença. Houve uma altura em que ela ia casa todos os fins de semana. Começou a deixar de tomar a medicação quando ia à casa. Isto causou-lhe uma instabilidade muito grande e numa situação em que ela estava completamente descontrolada e que tinha a ver com essa quebra de flutuação de tomas e não tomas da medicação, ela chegou à casa [de acolhimento] completamente descontrolada e estava a partir imensas coisas e eu fui acalmá-la. Ela estava num dia mau e estava com tanta raiva que ela me agrediu violentamente com pontapés. Eu nunca tinha passado por uma situação destas, ser agredida fisicamente, ainda por cima por uma pessoa que eu sei, sabia, que não me queria agredir e que não era aquilo que queria fazer, mas estava completamente enraivecida... Esta jovem depois foi um caso urgência, eu fui com ela, ela ficou internada no hospital. Os educadores e os cuidadores da casa [de acolhimento] fizeram turnos para ela nunca estar sozinha, para estar acompanhada. E no dia a seguir, apesar de estar muito magoada e de estar ofendida... já estava ofendida há bastante tempo...

Foi difícil para mim não conseguir manter uma conexão estável com essa miúda, independentemente da doença dela, apesar de não conseguir acolher todas as atenções da forma como ela gostaria, mas sem que ela entendesse... tinha que tratar as outras meninas bem, era uma coisa que ela fazia deliberadamente para ofender. No dia a seguir fui lá, apesar de estar cheia de nódoas negras e com muito esforço fui lá ter com ela e nós chorámos as duas e ela pediu-me imensa desculpa e pediu-me para eu lhe escovar o cabelo. Eu a partir dali percebi também... ela precisava de uma ajuda especializada, que é muito além daquilo que a casa [de acolhimento] lhe podia dar. E foi muito difícil, mas tivemos que fazer isso. Esta menina era acompanhada pelo Tribunal e os episódios tornaram-se cada vez mais violentos. Não comigo, mas com outros funcionários da casa e com outras meninas da casa. Ela teve que sair da nossa casa de acolhimento. E esta saída foi uma decisão da equipa, foi uma decisão para o ambiente da casa e para o bem-estar desta jovem que precisava de cuidados de saúde mais especializados daqueles que estava a ter, embora ela estivesse acompanhada na consulta de terapia ocupacional, psicoterapia, pedopsiquiatria e psicologia, isto não estava a ser suficiente. Havia uma crispação também muito grande com a família dos padrinhos de acolhimento e com a casa, porque achavam que ela não devia tomar medicação, mas isso é uma questão de saúde. Nós simplesmente tínhamos que respeitar aquilo que era a prescrição médica e cumprir à risca. E depois esta crispação também connosco, enfim... a (...), com 16 anos, vivia aqui também numa dualidade muito grande, entre alienação que esta família fazia contra a casa [de acolhimento] e contra a medicação. Basicamente diziam que nós lhe estávamos a dar uma medicação que era para a controlar e não por ela ter um diagnóstico. O problema foi que o diagnóstico também nunca foi claro para a família, e a família também nunca quis ir acompanhar as consultas de pedopsiquiatria, porque se recusaram a achar que ela tinha uma doença, mas tinha efetivamente, tinha todos os critérios. Esse diagnóstico só foi dado depois da saída da nossa casa [de acolhimento], depois aos 17 anos. Neste momento, ela vai fazer 18 e espero que ela não se precipite a sair da casa de acolhimento.

41 Eu. Terminamos. Muito obrigada.

42 E37. Não sei se respondi ao que pretendia.

43 Eu. Obrigada, muito obrigada, respondeu sim.

Entrevista 38
ECMIJ - escola

Eu. Boa tarde. Esta entrevista não vai ser muito longa e é constituída por 2 partes. Uma das partes é relativa a perceções e relações na experiência de acolhimento e a segunda parte sobre percursos de vida e processo de autonomização. Vou começar por lhe perguntar qual é a sua profissão?

E38. A minha profissão é docente no ensino superior.

Eu. Quantos anos tem de experiência, de contacto com crianças e jovens em risco?

E38. Portanto… comecei a minha experiência no ano 2000, portanto, eu diria 24 anos.

Eu. E quantos anos tem de contacto com crianças e jovens em acolhimento residencial?

E38. É, eu diria, que será mais ou menos o mesmo tempo, uma vez que… no grupo de jovens com os quais comecei por trabalhar, já existiam algumas crianças institucionalizadas, não é?

Eu. E já que tem contactos com estruturas de acolhimento, passamos então para a entrevista propriamente dita. A primeira questão: Se tem contacto ou teve com crianças e jovens em acolhimento residencial, gostaria de saber se concorda com as regras e regulamentos das casas de acolhimento, sempre na sua perspetiva, sempre da sua experiência.?

E38. Bom, eu acho que vai depender da casa de acolhimento e, portanto, eu acho que as regras vão mudando um bocadinho de casa para casa. Para além de que existem casas que no fundo acordam com os jovens as regras que estarão em vigor e outras as que a equipa decide. Portanto, eu acho que logo aí marca a diferença. Eu diria que em termos gerais, concordo com aquelas regras que são consensualizadas com os jovens e que, por isso, em princípio, serão aquelas que vão mais ao encontro do interesse da criança ou jovem, mas tudo aquilo que permite ao jovem ser a pessoa que é, não é? Poder ter os seus espaços personalizados. Portanto, eu diria que, por exemplo, a possibilidade do jovem poder personalizar os seus espaços, nomeadamente o local onde dorme. O facto da criança, por exemplo, querer ter um quarto só para ela e ter essa possibilidade. O facto de a criança ter espaço, por exemplo, de participação, pronto, eu diria que existindo estas regras, pronto, isto de uma maneira muito resumida, eu diria que se houver a possibilidade destas coisas acontecerem, então esse será o espaço com o qual eu concordo, no plano das regras.

Eu. Então considera que os jovens devem ser envolvidos e participar, quer na definição de regras, quer nas decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro?

E38. Eu diria que os direitos de participação são direitos tão importantes como os direitos de proteção e, portanto, nós só podemos proteger devidamente e concretamente nestes espaços, se, de facto, ouvirmos as crianças e os jovens. Portanto, se os ouvirmos no plano individual ou depois também nos momentos em grupo, eu creio que é o desejável.

Eu. E relativamente a decisões que dizem respeito ao seu projeto de vida presente e futuro, considera que eles devem participar?

E38. Devem participar de forma ativa, não é? Hoje em dia, os técnicos dispõem de um conjunto de ferramentas que permitem perceber com a criança e com jovem, quais são os seus desejos, não é? Ao nível educativo, ao nível formativo, ao nível profissional, até e, portanto, o projeto de vida tem que necessariamente é a construção de um projeto de vida, tem que envolver necessariamente a criança, as suas expectativas, os seus desejos, os seus sonhos. Portanto, sim.

Eu. E agora vou colocar a questão ao contrário: considera que os jovens, neste caso os acolhidos, são envolvidos na tomada das decisões mais importantes da sua vida ao longo do acolhimento?

E38. Pois eu responderia que… como respondi na primeira questão, eu diria que existem casas que realmente construíram um ambiente onde a comunicação é possível e onde existem objetivamente espaços de escuta dos desejos, das preocupações das crianças, mas existirão outras onde efetivamente isso não existe, não é? Onde as decisões no fundo… vão de cima para baixo. Eu creio que ao nível, por exemplo, da legislação, ao nível dos regulamentos, a possibilidade da participação, já de alguma maneira, está lá presente, agora eu creio que depois cabe às casas ativar ou não, sendo que o que a tutela diz é que devem necessariamente ouvir as crianças e os jovens e penso que, neste momento, com a nova portaria, todas as casas devem ter constituído uma Assembleia de jovens.

17 Eu. E para além das casas de acolhimento, as outras instituições administrativas ou judiciárias, pensa que os jovens são ouvidos e participam nas decisões que lhes dizem diretamente respeito? Penso que, em termos gerais, a minha perceção é que não. Efetivamente, as crianças e os jovens são ouvidos, mas por via dos adultos, não é, portanto, os adultos que acompanham estas crianças, nomeadamente os técnicos das casas, onde poderão eventualmente estar institucionalizados. Penso que aí ainda existem grandes défices participativos, nomeadamente ao nível judicial.

18 Eu. Já estamos na segunda parte das questões. Qual considera ser a relação que os jovens, estes jovens, estabelecem com a escola?

19 E38. Bom… é sempre difícil fazer generalizações, mas realmente muitas destas crianças… Elas saem do seu meio natural de vida e saem das suas famílias, isso significa que também saem dos locais onde têm as suas raízes e onde incluímos também o espaço escola. Portanto, muitas destas crianças quando vão para outras zonas, muitas vezes distantes das suas casas de origem, integram um novo espaço escolar e, muitas vezes, juntamente com outras crianças da mesma instituição. Pronto, eu creio que é, de alguma maneira, perante o pessoal docente, não docente, perante as outras crianças da escola, estas crianças são bastante estigmatizadas.

20 Eu. Mas qual é que considera ser a relação que elas têm com a escola? Esta condição de institucionalizado influencia a relação que elas têm com a escola?

21 E38. Eu acho que dependerá de caso para caso, até porque se tivermos uma criança que já tinha um percurso de sucesso, não é? Em termos escolares… poderá ver, se calhar, as suas possibilidades, o sucesso escolar, um bocadinho comprometidas. Agora não significa que isso aconteça sempre. Agora eu creio que a experiência de uma criança acolhida levará a que possa ter alguma dificuldade na inserção do espaço escola, pronto, e talvez isso signifique uma taxa de maior de insucesso escolar, até porque muitos destes jovens quando, quando vão para uma instituição, muitos deles, por exemplo, praticavam determinado tipo de desporto, às vezes até desporto federado, não é? Por exemplo, participavam de grupos de escuteiros e colaboravam na igreja local e ao serem retirados à família, são também desenraizados do seu meio e, portanto, todos os espaços, de alguma maneira, onde tinham sucesso, considerando que na família não tinham, os outros espaços, onde se sentiam… tinham sucesso, vão desaparecer. Portanto, eu creio que isso depois interfere no modo de estar também com a escola, não é? Portanto, as suas possibilidades de aprendizagem diminuíram. Mas também aquilo que disse há pouco, de que serão mais estigmatizados do que as outras, as outras crianças que estão em meio natural de vida… porque esse estigma também poderá ser um fator que influencia esta relação com a escola destas crianças. Estão marcadas, não é? Estão marcadas pela sua experiência, se calhar, não tão bem-sucedida no seio familiar e à partida muitos professores e outros profissionais das escolas poderão realmente ter expectativas mais baixas relativamente ao sucesso dessas crianças e, portanto, se calhar a investirem menos. Agora se de facto assumirmos que as escolas, por exemplo, constroem turmas baseadas no potencial de sucesso de cada estudante... bom, uma criança destas nunca poderá estar na turma dos bons alunos, não é? E isso também pode ser um fator que depois se transforma num fator de risco, não é? Para o processo de aprendizagem, um fator de risco acrescido.

22 Eu. Esta questão é um pouco enviesada, mas é propositada: Considera que uma melhor qualificação académica e profissional irá conduzir a uma melhor integração profissional destes jovens no?

23 E38. Acho que uma melhor preparação escolar, formativa, socioprofissional, acho que representa uma oportunidade para estes jovens. Constitui-se em si mesma como um fator protetor, não é? Do futuro sucesso desta criança. Aliás, fatores promotores do futuro sucesso que esta criança poderá vir a ter enquanto adulta. Agora sempre na sua perspetiva e da experiência que tem.

24 Eu. Considera que na casa de acolhimento é feita a preparação para a saída destes jovens?

25 E38. Não, não considero que isso seja feito. Pelo menos de um modo em que a criança ou o jovem na saída tenha as ferramentas necessárias para se incluir na sociedade. Dificilmente essa pessoa, esse jovem sai com as competências necessárias para, por exemplo, preencher uma declaração de IRS no portal das finanças. Dificilmente, se calhar, saberá preparar uma refeição, ainda que em muitas casas os jovens participem no processo de confeção das refeições. Mas eu creio que ao nível de ferramentas para a sua autonomia... creio que aí efetivamente o sistema tem falhado redondamente. Quando digo o

sistema, refiro-me à generalidade das casas de acolhimento. Generalizo um pouco mais, até porque os testemunhos que vou ouvindo de jovens acolhidos é que efetivamente acharam que a experiência do acolhimento lhes deu poucas ferramentas para a sua própria autonomia futura. Claro que nós podemos relativizar de algum modo, porque qualquer um de nós depois sair de casa dos pais, se calhar, poucos saberão cozinhar, mas existe sempre uma rede, não é? Uma rede familiar que depois vai apoiando ao longo da vida e, sobretudo, na fase inicial da nossa autonomia, por exemplo, quando decidimos ir morar sozinhos, mas a maior parte destas crianças e jovens, eles não têm uma rede de suporte familiar e também mesmo a outros níveis. Portanto, é quase um começar do zero. Aliás, isso percebe-se até muitas vezes no modo como as próprias crianças e jovens têm as suas, quando no caso da casa [de acolhimento], por exemplo, atribuir-lhes, dar-lhes a possibilidade de terem uma mesada. Logo aí se percebe que, às vezes, o modo como gerem esse dinheiro não será o mais positivo. Portanto, aí também está uma oportunidade para também trabalhar alguma literacia financeira e parece-me que, na generalidade das casas, os jovens, quando saem, a literacia financeira, por exemplo, será baixa.

26 Eu. Quais considera serem os objetivos pessoais e profissionais que estes jovens têm?

27 E38. Pois lá está tudo, para sabermos isso temos que ativar metodologias participativas nas instituições de modo a sabermos quais são as motivações que eles poderão ter. Caso contrário, acho que não podemos antecipar, não podemos generalizar.

28 Eu. Mas estes jovens, considera que têm sonhos e aspirações, como qualquer jovem?

29 E38. Claro que sim, com certeza. Eu acho que daquilo que fui ouvindo, eu acho que todos eles querem superar aquela experiência que tiveram na família, ou seja, numa família que eles de alguma maneira sentem que é, foi, uma família falhada. Eu acho que, em primeiro lugar, eles querem muito construir também eles uma família, mas que seja uma família bem-sucedida, não é? Para eles, é quase, se calhar, alcançar a ideia de uma família que eles idealizam e também quase um modo terapêutico de superar a sua experiência anterior. Isso a nível pessoal. A nível profissional a minha impressão é que são realmente jovens que sonham grande. Sonham ter realmente uma boa casa, um bom carro e terem, no fundo, uma vida bem-sucedida, que eles idealizam toda a vida, não é? Até porque também veem cinema, também veem televisão, telenovelas, YouTube. Portanto, seguem influencers, como todas as outras crianças e jovens e adultos também. Portanto, eles também sonham com aquele nível de vida e quando vemos casos de jovens que realmente foram, de alguma maneira, bem-sucedidos, percebe-se que estão particularmente felizes, porque conseguiram quase por mérito próprio, não é? Superar a sua situação de desvantagem que tinham à partida.

30 Eu. Quais considera que serão as dificuldades, ou as principais dificuldades, que estes jovens irão encontrar quando saírem da casa de acolhimento?

31 E38. Eu acho que se vão deparar com as dificuldades que a maior parte dos jovens hoje em dia se deparam. Por exemplo, a dificuldade no acesso à habitação, não é? Eu diria que neste momento é o principal problema. Porque para acedermos à habitação, temos que ter rendimentos para pagar uma renda, para comprar uma casa. É isso, nós estivermos a falar de um jovem que teve a possibilidade de permanecer na casa de acolhimento até terminar os estudos superiores, não é? Se estivermos a falar de jovens que não prosseguiram os estudos e que, por isso, até por esse motivo, até terão saído mais cedo da casa de acolhimento, então, para esses será mais difícil, porque à partida, terão uma escolaridade mais baixa, portanto, mais dificuldade em aceder a oportunidades profissionais mais bem pagas. Portanto, isso marca logo alguma dificuldade, alguma desigualdade no acesso à habitação. E depois porque são precisos rendimentos também até muitas vezes para assumir um posto de trabalho, não é? Se o local de trabalho for um bocadinho mais distante do sítio onde se reside, é preciso uma maneira de chegarmos lá e se temos baixa qualificação e somos operadores fabris e trabalhamos por turnos, se calhar, precisamos de um de um veículo pessoal, não é? Que nos leve ao sítio onde vamos trabalhar, porque à noite não existem transportes e os sítios onde é mais barato, se calhar, aceder à habitação… também existe uma fraca rede viária.

32 Eu. E agora a última questão: Quer contar alguma experiência, deve ter muitas, que considere mais significativa com crianças e jovens em risco ou com crianças e jovens acolhidos?

33 E38. Bom… estou a pensar em alguns casos, mas a minha experiência como professor pode ser realmente aqui uma marca distintiva, não é? Porque, à partida, se calhar, não se imagina que muitos desses jovens depois frequentam cursos no ensino superior, mas efetivamente já tenho tido alguns alunos que cresceram em acolhimento residencial e que estão a fazer o curso ainda em acolhimento residencial e percebe-se que são jovens que estão ao nível dos outros colegas. Quer dizer que estão altamente comprometidos com o desejo de terem uma licenciatura para depois terem uma vida melhor. E aquilo que eu tenho reparado, até os acho mais motivados e com mais consciência sobre a importância do que é fazer um curso o mais rápido possível, portanto, não deixar cadeiras para trás, até porque isso implica custos e, portanto, as experiências que eu tenho ao nível do ensino superior são geralmente alunos mais aplicados e terminam o curso muito mais rapidamente e com melhores notas.

34 Eu. Vou agora enviesar um bocadinho aquilo que acabou de dizer: o facto desses seus alunos estarem institucionalizados possivelmente possibilitou que eles frequentassem o ensino superior.

35 E38. É como qualquer jovem. Tiveram a oportunidade de prosseguir os seus estudos, não é? O facto de terem um sítio para dormir ou um sítio para se alimentarem e mais o apoio que depois as universidades podem atribuir, não é? E tudo isso favorece que o estudante tenha alguma tranquilidade no seu percurso académico, pronto, e daí ser bem-sucedido.

36 Eu. Muito obrigada pelo seu testemunho.

37 E38. Obrigado, eu.

ANEXO V
Notas de Campo

Nota de campo n.º 1 (sábado)

Cheguei à Casa por volta das 15 horas. Tive oportunidade de conhecer todos os espaços da Casa de Acolhimento, incluindo os quartos das crianças e jovens. Fui informada que poderia aceder livremente a qualquer espaço, com exceção dos quartos, uma vez se tratar do espaço íntimo das crianças e jovens.

A Casa é constituída por 2 pisos: na entrada principal no rés-do-chão existem duas casas de banho, uma biblioteca e duas salas de estudo; uma sala de convívio ampla, com TV e sofás. Neste local, as crianças e jovens veem televisão, utilizam o telemóvel, fazem jogos de tabuleiro, conversam e convivem entre si.

Após um corredor e uma pequena sala de estar, encontra-se a sala de jantar, com várias mesas em formato de U, cadeiras e dois armários, tipo aparador. Ao lado da sala de jantar encontra-se a cozinha, de tipo industrial, com bancadas, frigorífico, fogão e forno. Apesar das refeições serem confecionadas por pessoal especializado durante a semana, aos fins de semana, tanto técnicos, como crianças e jovens são responsáveis por cozinhar, lavar e limpar a cozinha e sala de jantar.

A lavandaria situa-se ao lado da cozinha, sendo constituída por um conjunto de prateleiras, onde se encontram os tabuleiros de roupa de cada uma das crianças e jovens. Ao fundo encontram-se as máquinas de lavar e secar roupa.

No piso superior situam-se os quartos das crianças e jovens. Pude observar que nos quartos, as crianças e jovens tinham objetivos pessoais e que identificavam o seu próprio espaço, como fotografias, peluches, pósteres, bugigangas. Para além dos quartos, existem ainda 2 balneários, um feminino e um masculino, dado tratar-se de uma Casa que acolhe rapazes e raparigas, incluindo fratrias.

No piso superior situa-se ainda a sala dos técnicos (equipa técnica e educativa), a que só têm acesso os técnicos e educadores que se encontram de turno, para além do gabinete técnico (diretora técnica, assistente social e psicóloga).

No espaço exterior existe um alpendre com mesas e bancos corridos e um jardim. Neste espaço as crianças e jovens e técnicos têm oportunidade de comer a sobremesa, beber um café, ou simplesmente conversar, quando as condições climatéricas permitem. Neste espaço é ainda possível realizar pequenas confraternizações com a população local, individualidades e voluntários.

A Casa tem ainda uma piscina, um campo de jogos e espaço exterior com árvores de fruto e produtos hortícolas.

Nesse dia, apesar de ter sido convidada para jantar, não aceitei o convite. No entanto informei que no dia seguinte traria uma sobremesa para partilhar com todos.

Nota de campo n.º 2 (domingo)

Neste dia cheguei à Casa cerca das 13 horas. Tal como tinha dito aos jovens no dia anterior, levei uma sobremesa para partilhar (um gelado).
Após termos comido a sobremesa, e perante a curiosidade dos jovens, a diretora da Casa, pediu que informasse os jovens da razão da minha permanência na Casa. Informei, assim, que me encontrava a fazer a tese de doutoramento e que iria observar, durante alguns fins de semana ou quando me fosse possível durante a semana, as dinâmicas entre as crianças, jovens e técnicos da instituição, bem como participar nessas dinâmicas, caso autorizassem. Informei ainda que iria realizar entrevistas aos técnicos e aos jovens (mais velhos), durante o período que estivesse na instituição.
Os jovens autorizaram a minha presença na Casa, bem como se mostraram disponíveis para a realização das entrevistas.
Nesse dia tive oportunidade de definir, com a diretora da Casa, quais os jovens que iriam ser entrevistados, segundo a amostra selecionada para o estudo, respetivamente os jovens dos 15 aos 18 anos.
Saí da Casa antes do jantar, cerca das 18h30, informando que no fim de semana seguinte iria voltar.

Nota de campo n.º 3 (sábado)

Ao chegar à instituição (cerca das 13 horas) fui informada que a diretora e as crianças e jovens não estavam, pois tinham ido à praia.
Contactei telefonicamente com a diretora e fui informada que estavam ainda no MacDonald's, mas que, provavelmente daí a uns 10 minutos, estariam na Casa.
Quando as crianças e jovens chegaram, tratavam carinhosamente a diretora, utilizando um diminutivo.
Um deles, foi questionado, se queria ir para a piscina. Dois deles para a sala de convívio, um ligou a TV e o outro foi para o computador.
Um dos jovens mais velhos, foi questionado acerca da hora que iria chegar, pois iria sair nessa tarde/noite. Este respondeu "Pelas 23h30". A diretora disse que mais tarde iria informar o técnico de turno do horário de chegada do jovem.
Algumas das crianças e dos jovens foram brincar para junto da piscina, um deles foi nadar, o outro, porque estava com um pé engessado, ficou na parte de fora.
Uma das jovens saiu da casa cerca das 15h30, pois tinha uma aula de karaté.
Pelas 16 horas foi feita a passagem de turno e a funcionária, efusivamente, cumprimentou um jovem, dizendo que já não estava com este há algum tempo. Foi visível a relação de cumplicidade e afetividade entre ambos.
A diretora dirigiu-se à sala de convívio e solicitou o computador ao jovem. De seguida guardou-o na sala dos técnicos [sala fechada à chave e onde se encontram algumas coisas que as crianças e jovens não devem ter acesso, tais como medicação, ou bens pessoais do pessoal]. Informou o jovem que, com a passagem de turno, a funcionária que iria ficar responsável pelo grupo não poderia supervisionar a utilização do computador por parte do jovem, uma vez que iria ficar responsável por todo o grupo.
Assisti à "passagem de turno", sendo possível observar que a Casa possui um registo rigoroso de todas as situações, no sentido de ser possível ao técnico, que assume o grupo, perceber se existe alguma situação que deva estar mais alerta.
Foi possível ainda observar a relação de proximidade e afetividade entre crianças, jovens e técnicos, independentemente da idade.
Saí da Casa antes do jantar, cerca das 18h30, informando que brevemente iria voltar.

Nota de campo n.º 4 (quarta-feira)

Neste dia cheguei à instituição cerca das 18 horas. As crianças e os jovens regressavam à Casa, chegando das suas atividades escolares ou extracurriculares (por ex. Karaté ou futebol) e dirigiram-se aos quartos.
Antes de jantar todos tomaram banho (regra da Casa).
Apesar da refeição ter sido confecionada por pessoal especializado, as crianças e jovens tinham tarefas definidas para esse dia (por ex. cada grupo é responsável por uma tarefa: pôr a mesa, levantar a mesa, lavar a louça à noite e aos fins de semana; cada grupo tem um coordenador). Dois dos jovens "discutiram" devido ao incumprimento de uma das tarefas, sendo o conflito mediado pela diretora da Casa.
Após o jantar alguns dos jovens foram para a sala de convívio, outros recolheram-se nos quartos. Dos que se encontravam na sala de convívio, uns utilizavam o telemóvel (antes do horário estabelecido para a sua entrega, que difere consoante o grupo etário), outros viam TV (um filme escolhido pelos que queriam ver TV, após autorização do técnico responsável) e outros (os mais novos) jogavam às cartas. Fui convidada para me juntar ao grupo das cartas, tendo participado até à hora de recolher desse grupo (cerca das 21 horas).
Entretanto, os jovens (mais velhos) começaram também a recolher aos seus quartos e entregaram os telemóveis à diretora.
Despedi-me da diretora e informei que voltaria no fim de semana seguinte.

Nota de campo n.º 5 (domingo)

Cheguei à instituição cerca das 11 horas e estive a ajudar o grupo de crianças e jovens, que se encontravam na Casa, a preparar o almoço.
Cada grupo realizou as tarefas estipuladas (cozinhar, pôr a mesa e levantar a mesa).
O almoço decorreu de forma tranquila, pois nesse fim de semana não se encontravam muitas crianças e jovens. Uns foram passar o fim de semana a casa dos pais (pai ou mãe), outra jovem tinha ido passar o fim de semana a casa do namorado.
Enquanto preparávamos o almoço uma das jovens (mais velhas) informou que iria sair e que voltaria cerca das 23h30.
As saídas ao fim de semana são previamente autorizadas quer pelo tribunal, quer pela CPCJ, consoante a instituição onde se encontra o processo a ser acompanhado, pelo que foi possível verificar que, algumas das crianças e jovens, passam os fins de semana junto da família biológica, nuclear ou alargada. Pelo contrário, uma fratria de irmãos passa o fim de semana na Casa, por decisão judicial.
Após o almoço, as crianças e jovens foram para junto da piscina, mas permaneceram na mesa a jogar a jogar cartas. Estive com o grupo a jogar cartas e a conversar. Verifiquei que as crianças e jovens referem-se à Casa de Acolhimento, como a "casa".
Cerca das 16h30 as crianças e jovens foram fazer o lanche e estivemos todos no alpendre a lanchar e a conversar.
Tive oportunidade de realizar algumas entrevistas aos jovens e técnicos.
Pelas 18:30h saí da Casa e informei que iria voltar para outra visita.

Na sala de jantar existem dois quadros:
"Nesta Casa
Há risos
Há erros
Há barulho
Há carinho
Há amor"

"O que faz a nossa casa especial, é quem a habita"

À porta da sala de convívio existe um outro quadro:
"Desculpem a desarrumação, as crianças estão a criar memórias"

Nota de campo n.º 6 (domingo)

Cheguei à casa cerca das 11 horas. Estive a apoiar o grupo na confeção do almoço.
Tal como no fim de semana anterior, não se encontravam muitas crianças e jovens na Casa. Verifiquei que, novamente, a fratria de irmãos permanecia na Casa no fim de semana. Fui informada pela diretora que aguardavam decisão judicial para que o pai das crianças iniciasse visitas na Casa.
Alguns dos jovens (mais velhos) saíram depois de almoço. Uma delas ía ter com o namorado, sendo a família deste que a viria buscar.
Como estava bom tempo algumas das crianças e jovens foram para junto da piscina. Enquanto algumas permaneciam na água, outras estavam na mesa a conversar e a jogar cartas.
Duas das crianças pediram para ver um filme, pelo que as acompanhei para a sala de convívio. Com a diretora da Casa decidiram qual o filme que iriam ver. A diretora voltou para junto das outras crianças e jovens que estavam junto à piscina, enquanto permaneci com as crianças na sala de convívio e estivemos a ver "O Rei Leão".
Por volta das 16h30 preparamos o lanche, em conjunto, sendo que um dos jovens (que frequenta o curso profissional de cozinha) esteve a falar sobre alguns dos pratos que gosta de confecionar, nomeadamente bolos e sobremesas. Afirmou: "Um bom cozinheiro tem de deixar sempre a cozinha arrumada", alertando os restantes que se deveria manter tudo organizado na cozinha.
Após o lanche realizei algumas entrevistas aos jovens e técnicos.
Cerca das 17 horas despedi-me do grupo e fui informada que no fim de semana seguinte, caso voltasse, iríamos à feira medieval, pelo que teria de estar na Casa pelas 9 horas.

Nota de campo n.º 7 (sábado)

Tal como combinado no fim de semana anterior, cheguei à Casa pelas 9 horas.
As crianças e jovens, que iriam à feira medieval, já se encontravam à minha espera.
Saímos com destino à feira, estando as crianças e jovens bastante calmos e animados, com exceção de uma jovem, que apresentava um comportamento mais agressivo e conflituoso.
As crianças e jovens tiveram oportunidade de ver as várias diversões e espaços existentes na feira e participar nas atividades que se encontravam a decorrer durante a manhã. O almoço foi no recinto da feira, sendo que todos escolheram livremente o que comer.
Após o almoço, e uma vez que o número de visitantes da feira iria aumentar consideravelmente, foi solicitado ao grupo que permanecesse junto, para evitar que alguma das crianças e/ou jovens se perdesse. Depois de um passeio pelo recinto verificou-se que uma das jovens, a que apresentava um comportamento mais agressivo e conflituoso, e um outro jovem tinham-se perdido do grupo. Foi, por isso, necessário procurar em todo o recinto, para que, finalmente, os dois jovens fossem encontrados. A técnica da Casa responsável confrontou os jovens, que apesar de todos os avisos, se tinham afastado do grupo. Gerou-se uma pequena "discussão" e foi necessário controlar a jovem, em vários momentos, pois apresentava um comportamento agitado e descontrolado, que afetava as restantes crianças e jovens do grupo. Após o controlo desta situação, o grupo dirigiu-se novamente ao recinto e terminou a sua visita aos restantes espaços.
A viagem de regresso à Casa, decorreu de forma tranquila, apesar do descontrolo emocional que a jovem apresentava.
Nesse dia, ao despedir-me, fui informada que, no fim de semana seguinte, iriam a uma praia fluvial, pelo que teria de estar na Casa pelas 9 horas, caso pretendesse acompanhar o grupo.

Nota de campo n.º 8 (domingo)

Tal como combinado, neste dia cheguei pelas 9 horas à Casa, preparada para ir com o grupo para passar o dia numa praia fluvial.
As crianças e jovens estavam muito animadas com a ida à praia, uma vez que estava um belo dia de sol, o que previa um dia bem passado.
A viagem decorreu de forma tranquila, apesar de ser um pouco longa.
Quando chegámos à praia ainda se encontravam poucas pessoas, pelo que foi possível escolher um bom lugar para as crianças e jovens se deleitarem junto ao rio.
Passaram o dia a tomar banho, de forma divertida, mas consciente, perante o olhar atento da técnica responsável pelo grupo.
Almoçamos na praia e, após o almoço, as crianças e jovens comeram gelados e ainda jogaram matraquilhos. A técnica revelou que estas crianças e jovens "merecem um mimo como as outras", sendo que não devem ser discriminadas pelo facto de estarem acolhidas.
Depois de um último mergulho, regressámos à Casa, pelas 17 horas, sendo visível a satisfação de todas as crianças e jovens.
Despedi-me e informei que, no fim de semana seguinte, regressaria para visitá-los novamente.

Nota de campo n.º 9 (sábado)

Cheguei à Casa cerca das 13h30.
Foi possível indagar algumas das regras e regulamento da instituição, nomeadamente no que se refere ao uso de telemóvel, computador e TV.
Para o uso do telemóvel, dependendo da faixa etária, existem regras bem específicas, nomeadamente a entrega dos mesmos antes de dormir, só sendo permitido o uso durante o dia. Às crianças, antes dos 12 anos, não é permitido o uso do telemóvel, e a partir dos 13 o seu uso é limitado a algumas horas no dia. Os jovens, especialmente os que frequentam estabelecimentos de ensino fora da zona de residência da Casa, possuem telemóvel, cujo carregamento mensal é feito por eles, retirando da sua mesada mensal ou a expensas da família.
Em relação a uso do computador e à televisão, todos os programas têm que ter supervisão de um técnico, pelo que as crianças não acedem a conteúdos ou programas que não sejam previamente autorizados pelos adultos.
Relativamente às regras na organização da roupa, fui informada que à 3.ª feira as crianças e jovens entregam a roupa suja à lavandaria e à 6.ª feira recolhem a roupa lavada. Pontualmente as crianças e jovens podem solicitar alguma peça de roupa mais específica e que seja mesmo necessária (por ex. o equipamento de futebol), caso contrário só têm acesso às suas roupas nos dias estipulados. No entanto, pude constatar que esta regra não é tão rígida, sendo permitido às crianças e jovens deslocar-se à lavandaria sem ser nos dias estipulados.
Neste dia realizei algumas entrevistas aos jovens e técnicos.
Ao despedir-me fui informada que, na quinta-feira seguinte, iria ser realizada uma confraternização na Casa, pelo que, caso estivesse disponível, poderia aparecer e apoiar na organização da festa.
Aceitei de imediato o desafio, considerando ser a melhor forma de terminar "o trabalho de observação" na Casa.

Nota de campo n.º 10 (quinta-feira)

Neste dia cheguei pelas 17 horas, dado que, tal como tinha sido informada, iria haver uma confraternização na Casa, com a presença de alguns convidados.
Assim, estive com as crianças, jovens e técnicos a apoiar na preparação do espaço. Todos colaboraram na montagem das decorações das mesas e do espaço, sendo visível o envolvimento e participação das crianças e jovens. Todos, sem exceção, e de acordo com as suas competências e apetências, realizaram e executaram o necessário para a preparação da festa. Enquanto uns fizeram flores, outras decorações em papel, outros recortaram frases alusivas ao evento, ou ainda decoraram as mesas com toalhas alegres e jarras de flores e escolheram a música para animar a noite.
Cerca das 20 horas começaram a chegar os primeiros convidados, pelo que foi necessário organizar o grupo da cozinha para iniciar a preparação do jantar. Enquanto isso, preparava-se outro grupo para apoiar no serviço às mesas.
Após o jantar, todos confraternizaram, sendo visível a emoção das crianças, jovens e técnicos, do sucesso da iniciativa.